JOAQUIM MARQUES ALVES FONSECA
Assistente da Faculdade de Letras do Porto
Bolseiro do I.N.I.C.

COESÃO EM PORTUGUÊS

SEMÂNTICA-PRAGMÁTICA-SINTAXE

Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

PORTO
1981

Testemunho de homenagem e agradecimento devo averbar aqui ao Prof. Bernard Pottier, que de bom grado aceitou orientar a elaboração desta tese - tendo-o feito com inexcedível zelo e solícita atenção.

Um agradecimento sincero exprimo também ao Prof. Óscar Lopes, a quem muito de perto devo o meu despertar para a Pragmática Linguística, e com quem pude discutir, com inequívoco proveito, alguns momentos deste trabalho.

Joaquim Fonseca

Toute méthode, toute technique d'analyse aide à découvrir certains aspects du langage, mais elle ne saurait suffire à une compréhension d'ensemble du phénomène linguistique.

Bernard Pottier

PLANO GOBAL

INTRODUÇÃO

PRIMEIRA PARTE

A noção de coesão

SEGUNDA PARTE

Coesão ao nível da microsintagmática

CAP. 1 - A coesão do Sintagma Nominal

CAP. 2 - A coesão do Sintagma Verbal

TERCEIRA PARTE

Coesão ao nível da mesosintagmática

A coesão do Enunciado

QUARTA PARTE

Coesão ao nível da macrosintagmática

A coesão do Texto

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

1.

O presente trabalho tem por objecto de estudo a coesão em português.

Em sentido corrente, banal, a lexia coesão convoca a noção de interligação dos elementos de um dado conjunto, ou de organização, estruturação de um dado complexo.

Transposta à nomenclatura de algumas ciências, a mesma lexia mantém no essencial aquele sentido: na Química, a designação de coesão é aplicada às forças estruturadoras (forças de coesão) que reúnem, num dado corpo, os seus componentes (átomos, moléculas); na Sociologia, a mesma designação remete para os laços, mais ou menos apertados, que congregam os indivíduos, ou os grupos sociais por que estes se distribuem, numa dada comunidade; neste domínio, entra em jogo um factor específico, a saber, o grau de adesão de cada indivíduo à sua comunidade, isto é, o modo mais ou menos actuante, participativo, segundo o qual esse indivíduo se integra no complexo sócio-cultural e histórico que justamente constitui uma comunidade.

No domínio da reflexão científica sobre as línguas naturais (LNs), aquela mesma lexia - coesão - está apta a ser utilizada, guardando o mesmo sentido básico de interligação, de conexão entre os instrumentos verbais - quer tomados globalmente como inventário de signos disponíveis para o exercício linguístico quer considerados na sua actualização em cada acto de fala.

Esta formulação sugere imediatamente que, na consideração das LNs, se desenham dois domínios específicos, e interligados, a que a noção de coesão se pode aplicar com pertinência: um primeiro domínio respeita à língua enquanto complexo organizado de instrumentos verbais (enquanto sistema); um segundo domínio concerne às sequências de signos linguísticos em que concretamente se manifesta uma língua em cada acto verbal. Ou seja, transposta à nomenclatura linguística (à metalinguagem), a lexia (a meta-

lexia) coesão aplicar-se-á quer ao sistema linguístico (à configuração global de uma língua como sistema) quer aos produtos verbais projectados em discurso em cada acto de fala.

Nesta base, distinguir-se-á entre coesão de LN_1, LN_2, LN_n, e coesão em LN_1, LN_2, LN_n, ou entre coesão paradigmática e coesão sintagmática. Respeita a primeira (coesão de LN ou coesão paradigmática) aos nexos estruturadores do sistema virtual que é uma língua, tomada como um amplo paradigma; respeita a segunda (coesão em LN ou coesão sintagmática) às conexões entre os signos projectados no eixo das sucessividades configurado em discurso.

2.

Foi com referência a este último domínio - coesão sintagmática ou coesão em LN - que a noção que nos ocupa se afirmou, crescentemente, na descrição-explicação linguística. É justamente da coesão sintagmática - que tomarei como o domínio próprio da coesão - que tratarei neste trabalho.

Tal não invalida que a coesão possa - e deva - ser também referida ao sistema linguístico como acervo idiomático estruturado, disponível para o exercício verbal. Algumas linhas de reflexão ficarão de seguida anotadas sobre a coesão paradigmática, a coesão de LN_1, LN_n.

1. Em termos genéricos, o que está em causa na consideração da coesão de uma LN é um problema velho de séculos, que já nos surge equacionado na querela entre Analogistas e Anomalistas, e que hoje se formula em termos de sistematicidade e assistematicidade de uma LN.

Um tratamento adequado desta questão poderá com vantagem ser referido a duas distinções metodológicas básicas propostas por E. Coseriu: de um lado, a distinção entre língua histórica e língua funcional, e do outro, entre sistema e norma. Sobre a primeira destas distinções se debruça Coseriu em vários trabalhos, alguns datados do início da década de 60, e agora reunidos, em tradução espanhola, em Coseriu, 1977; quanto à segunda, ela foi proposta inicialmente em Coseriu, 1952, e sucessivamente retomada em diversos trabalhos do mesmo Autor.

1.1. Cada LN apresenta-se imediatamente como um complexo organizado de variedades - distribuídas quer local e regionalmente (variedades diatópicas) quer segundo a estratificação social ou sócio-cultural dos falantes (variedades diastráticas) quer segundo o tema e as finalidades comunicativo - expressivas desenvolvidas em situações de comunicação típicas (variedades diafásicas).

Como se sabe, estas variedades linguísticas recobrem-se, no sentido de que em cada uma delas se projectam as outras (numa dada variedade regional reconhecem-se matizações diastráticas e diafásicas, e assim sucessivamente); por outro lado, essas variedades, co-existindo (como variedades sincrónicas), continuamente se inter-influenciam, se interpenetram.

As conexões entre estas variedades desenham o que E. Coseriu chama arquitectura de uma língua. A coesão paradigmática - a coesão de uma língua - referir-se-á, pois, imediatamente à sua arquitectura: esta apresentar-se-á mais ou menos coesa, sendo essa coesão escalonável de acordo, basicamente, com o número de variedades, a homogeneidade de cada uma, a demarcação mais ou menos nítida entre elas, o seu grau de interpenetração. Em suma, a coesão de uma língua será aferida pela amplitude da variação linguística no seio da comunidade que a fala.

Sob esta óptica, que atende à "diversidade na unidade", situações muito díspares se reconhecem nas diferentes línguas. No que tange ao português, é generalizadamente apontada a sua apreciável "unidade" - tanto mais saliente quanto são conhecidas quer a grande extensão geográfica (e a não contiguidade destes espaços) quer a diversidade sócio-cultural das comunidades que falam português, quer, enfim, a desigual situação linguística de algumas dessas comunidades (lembrar-se-á que, nas ex-colónias portuguesas, o português constitui língua veicular, em convivência com diferentes "línguas nacionais" e, em alguns casos, com crioulos "de base portuguesa"). O futuro do português como língua una (na diversidade) é questão saliente, em que estão envolvidos factores de índole muito diversa. Um deles - que assume particular relevo - respeitará à vontade comum, à adesão dos indivíduos e comunidades ao objectivo de salvaguardar, na incoercível e sempre enriquecedora diversidade, o património cultural singular que é a língua, que é de todos e a todos especificamente congrega. Passa por aqui

o que se convencionou chamar Defesa da Língua - conceito onde não cabe hoje a contemplação de falsas questões de "purismo" ou de "hegemonia", antes aponta para uma consequente integração de um "plurilinguismo interno" em que se consumam virtualidades amplamente abertas da língua.

O estudo da coesão paradigmática ou da coesão de uma língua confluí, assim, neste quadro, com o próprio estudo da variação linguística viva numa comunidade - variação que, visivelmente, se articula a factores "externos" à língua, mas que sobre ela fortemente actuam.

1.2. Cada uma daquelas variedades linguísticas considerada na sua configuração própria - isto é, tomada, através de uma forte redução, como complexo estruturado idealmente homogéneo (na caracterização proposta por Coseriu, como complexo sintópico, sinstrático e sinfásico) - constitui um sistema funcional de entidades interligadas por conexões que se dão, como se sabe, na base da semelhança e da oposição. É ao conjunto destes laços que, em sentido estrito, convém a designação de estrutura: esta respeita, assim, a uma língua funcional, a cada uma das línguas funcionais que se revela constituir cada uma daquelas variedades. Deste modo, ressalta a natureza "pluri-sistemática" de cada língua histórica (a que se aplicará, então, não estritamente a noção de sistema, antes, como é sabido, a de dia-sistema).

A hoje correntemente denominada Linguística do Sistema (que engloba quer orientações estruturalistas inequivocamente reducionistas quer a Gramática Gerativo-Transformacional - tenha-se presente a caracterização dada por N. Chomsky da competência linguística do falante-ouvinte ideal(izado): Chomsky, 1965) toma justamente como seu objecto de reflexão uma língua funcional - um complexo de entidades linguísticas sintópico, sinstrático e sinfásico - que considera como "média" ou "comum", e com a qual identifica metodologicamente uma dada LN.

Assim concebida como sistema idealmente homogéneo, alheio a toda a variação "externa", cada LN revela, por sua vez, uma estruturação diferenciada, onde cabem assimetrias e desequilíbrios internos. A coesão paradigmática - a coesão de uma LN - pode, assim, ser referida agora ao grau, maior ou menor, de sistematicidade, de "regularidade" do sistema funcional.

É claro que a avaliação global da sistematicidade de uma LN - - mesmo considerada na base da forte redução que conduz a tomá-la como língua funcional - é um objectivo ideal, pois supõe uma descrição-explicação acabada e coerente. No entanto, na base dos trabalhos de investigação disponíveis, e também na base da nossa própria intuição de falantes, cada um de nós acede facilmente à constatação de que uma língua não é nunca um "sistema perfeito", antes um complexo percorrido por diferentes graus de organização. A visão "ingénua" de uma língua como um sistema harmonioso "où tout se tient" cedo deu lugar, na reflexão linguística, a uma outra, que considera diferentes "graus de coerência" da estruturação.

Tal é visível no sistema global, mas também - e mais imediatamente - em cada um dos "sistemas parciais" nele reunidos (o sistema fónico, o sistema gramatical, o sistema lexical ...) e, dentro de cada um destes, nos vários "micro-sistemas" que a investigação linguística vem tentando caracterizar.

a.

Se tomarmos, por exemplo, o plano fónico de uma língua, e mais estritamente o sistema fonemático, nele vemos recortadas zonas de fonemas fortemente interligados face a outras em que estas entidades se inter-relacionam menos intimamente. Cabem nas primeiras os fonemas que a investigação fonológica distribui por uma mesma série, uma mesma ordem e, em particular, por uma correlação ou feixe correlativo. Corresponde esta distribuição, como se sabe, ao reconhecimento de laços apertados entre os fonemas, laços estabelecidos na base do grau de semelhança que os reúne, referida aqui à participação em comum de determinados traços distintivos. Quanto mais elevado for o número de traços distintivos comuns a um dado complexo de fonemas tanto mais fortemente estes se interligam. As correlações fonológicas, que assentam, como é sabido, na repartição regular de um ou de vários traços distintivos por diferentes fonemas, configuram num dado sistema uma área "bem integrada", ou um centro - de que distam, mais ou menos, os fonemas nelas não inscritos, dos quais se dirá que estão "menos bem integrados" ou que se situam numa zona periférica do sistema, numa periferia. Um sistema fonológico "ideal" seria, pois, aquele em que todos os fonemas se revelassem "bem integrados", o que se traduziria na sua inscrição em correla

ções fonológicas e, particularmente, numa única correlação.

A demarcação entre um centro e uma periferia radica, como se vê, no diverso grau de semelhança que aproxima as entidades linguísticas. O que está em causa é a extensão ou a profundidade das relações paradigmáticas: centro e periferia entender-se-ão, assim, como dois pólos marcados, como "les deux positions limites de l'intégration maximale et minimale dans le système, entre lesquelles se situent celles que l'on peut caractériser comme penchant vers de centre ou la périphérie ou comme positions indéterminées" (O. Leška, 1966, 54) (1).

Na avaliação da "regularidade interna" do sistema fonológico de uma LN entram, porém, em jogo outros factores, nomeadamente os que derivam quer do facto de que o sistema não é estático, antes dinâmico, quer do facto de que ele não está isolado dos outros "sistemas parciais" que perfazem a língua. De entre esses factores salientarei os seguintes: o rendimento funcional efectivo de um fonema (ou de uma oposição fonológica, ou dos traços distintivos nela envolvidos) pode ser maior ou menor; cada fonema tem uma distribuição específica, e é afectado na sua realização concreta por parte das outras entidades com que surge combinado; os vários fonemas têm "realizações normais" (ao nível da norma) mais ou menos diferenciadas da sua estrita configuração ao nível do sistema, e, eventualmente, em maior ou menor número de variantes (alofones); a amplitude desta variação é, também ela, mais ou menos pronunciada (configurando, deste modo, um "campo de dispersão" mais ou menos extenso, que as realizações concretas - ao nível da fala - podem ainda alargar); a eventual presença de fenómenos de neutralização, o número de oposições afectadas, a maior ou menor diversidade dos contextos em que ela tem lugar, e a sua efectiva projecção mais ou menos elevada no exercício verbal - eis outras variáveis que afectam a regularidade "teórica" de um dado complexo fonemático.

Estes (e alguns outros) aspectos da estruturação interna e do funcionamento do sistema fonológico são suscitados como factor específico da mudança linguística (em interacção com outros, ditos "exteriores" ao sistema) no quadro de uma investigação diacrónica estrutural, cedo reivindicada pela Escola de Praga, mas que tardou, de algum modo, a impor-se até à exploração sistemática proposta por A. Martinet em diversos trabalhos (de que a sua Économie des changements phonétiques. Traité de phonologie

diachronique, Paris, 1955 - representa uma compilação re-elaborada e aprofundada). Nesta perspectiva, a "regularidade" do sistema - a sua coesão - - está articulada à sua maior ou menor estabilidade, e, mais que isso, de modo específico baliza o sentido ou a orientação da mudança linguística.

b.

Ao nível do plano significativo (ou do plano do conteúdo) da organização de uma LN, tem também validade a oposição acima caracterizada entre um centro e uma periferia. Neste domínio, liga-se a periferia tudo o que se apresenta como "irregular" ou "anómalo" num dado conjunto de unidades reunidas num paradigma - mas também tudo o que se revele como quebra ou sub-aproveitamento da "produtividade" que o sistema, enquanto complexo de "possibilidades em aberto", teoricamente comporta.

Na estruturação do léxico e na flexão verbal são particularmente notórios todos estes momentos de "incoerência" da organização interna de uma LN - "incoerência" que é consideravelmente alargada por fenómenos específicos de homonímia, de polissemia, de metaforização, de polimorfismo, de metonimização, de sincretismo, de cumulação numa mesma forma de valores significativos diversos, de co-existência de entidades diferenciadas mas isofuncionais. Tocamos aqui a questão-chave da problemática da relativa "incoerência" do sistema ao nível do plano do conteúdo, que radica no que por vezes se denomina "dualidade assimétrica do signo linguístico", ou seja, no facto de que a uma mesma forma ou a uma mesma propriedade formal não corresponde univocamente um determinado valor significativo.

A avaliação da coesão paradigmática far-se-á, também aqui, com referência imediata a cada um dos "sistemas parciais" - o sistema gramatical, o sistema lexical, o sistema semântico - e, dentro de cada um deles, tomará em consideração os múltiplos "micro-sistemas" reconhecíveis. Também aqui, o que está em causa é o levantamento da extensão ou profundidade das relações paradigmáticas, na base das quais se recortará, em cada nível de estruturação, um centro e uma periferia, no sentido acima estabelecido. A semelhança que reúne num paradigma diversas entidades linguísticas será sempre maior ou menor, em função quer do número de propriedades ou traços comuns, quer da regularidade da sua repartição pelas diversas entidades quer,

enfim, da natureza (formal e/ou funcional, significativa) dessas propriedades.

Segundo as linhas gerais traçadas nas alíneas **a** e **b**, a avaliação da coesão paradigmática - da coesão de uma LN - buscará fundamentalmente captar a regularidade interna de cada paradigma, e, a partir daí, as conexões entre os diversos paradigmas, atendendo naturalmente a cada nível de estruturação e às relações entre eles. Um tal programa conflui, afinal, com objectivos centrais da descrição linguística, aplicada a cada uma das línguas - o levantamento da estrutura do sistema funcional, do modo como uma dada entidade linguística se relaciona, mediata ou imediatamente, com as outras. É um tal programa que vemos sumariamente enunciado por Herculano de Carvalho num passo da sua Teoria da Linguagem qua aqui transcrevo, onde explicitamente o Autor emprega a metalexia coesão no sentido que tenho vindo a caracterizar: "Conforme a natureza e o grau de semelhança existente entre os diversos membros de um paradigma, serão naturalmente mais ou menos íntimos os laços que os unem entre si e portanto mais ou menos forte a coesão interna do paradigma. Deste modo será mais coeso o paradigma constituído pelas várias formas do <<verbo cantar>> (canto, cantas, ... cante, ... cantava, etc.) - unidas simultaneamente pela semelhança formal e de valor funcional -, do que o constituído pelas 1as. pessoas do singular do pretérito perfeito do indicativo de todos os verbos (cantei, corri, parti, estive, pude, fui, etc., etc.) ligadas em grande parte apenas pela identidade funcional. É mais coeso o paradigma formado pelas sibilantes /s z š ž/ do que o paradigma maior que compreende todos os fonemas assilábicos, com diferenças formais tão acentuadas como as que há, por exemplo, entre /z/ e /p/ ou, mais ainda, entre /p/ e ĭ/.

Por outro lado, dado que as mesma relações que se dão entre uma certa entidade e os diversos paradigmas a que pertence resultam afinal em relações entre os mesmos paradigmas (o de /s z š ž/ com o de /f v/), que assim entram a constituir paradigmas mais extensos (o de /s z š ž f v/), do mesmo grau de intimidade dessas relações sucessivas (de entidade para entidade, de paradigma para paradigma) está imediatamente dependente o grau de coesão interna do sistema total" (Carvalho, J. G. Herculano, 1973, 408-409).

3.

Tomando, como acima se anunciou, o eixo das sucessividades como o domínio próprio da coesão, ocupar-me-á neste trabalho a estruturação sintagmática dos signos linguísticos. Analisar a coesão em português consistirá, assim, em levantar e caracterizar um complexo de laços, de vínculos (explícitos e implícitos) que congregam os signos projectados em unidades sintagmáticas de diferentes extensão. Descrever e explicar esse conjunto de nexos - que ao mesmo tempo são parte integrante do manifestado nos signos em combinação sintagmática e neles se revelam como agentes da sua estruturação - comporta, naturalmente, a captação dos princípios e dos mecanismos que presidem à sua projecção, ou que nela estão envolvidos.

A caracterização da noção de coesão agora brevemente apresentada preencherá toda a Primeira Parte deste trabalho. Nas secções seguintes, a par de observações e de considerações que, eventualmente, complementam informações já disponíveis e que, sobretudo, assinalam mais de perto o quadro teórico e metodológico por que se optou, proceder-se-á à análise dos aspectos que se me afiguram mais relevantes na coesão do Sintagma Nominal, do Sintagma Verbal, do Enunciado (simples) e do Texto. Finalmente, em Conclusão procurar-se-á retomar de modo condensado os pontos centrais da reflexão e da análise propostas, e assinalar algumas tarefas para investigação futura na mesma área.

NOTAS

(1) Ao nível do plano sintagmático, é também pertinente uma oposição centro/ /periferia - à qual, de um modo genérico, será referida a coesão das unidades linguísticas (do Sintagma ao Texto). Para uma apresentação desta oposição ao nível da estruturação sintagmática ver Primeira Parte 6.

PRIMEIRA PARTE

A NOÇÃO DE COESÃO

A NOÇÃO DE COESÃO

PLANO

1. Coesão

2. Coerência

3. Coerência vs coesão; coerência e coesão

4. Coesão e nível de estruturação linguística

5. Nota sobre a "coesão" da lexia

6. Centro e Periferia na estruturação dos signos extensos

Notas

A NOÇÃO DE COESÃO

Na reflexão linguística sobre as unidades "above the sentence" (na terminologia aqui adoptada, "além-Enunciado") ou, mais estritamente, sobre o texto, duas metalexias - coesão e coerência - concorrem como designação de uma fundamentalmente idêntica dimensão central de tais produtos verbais, que se poderá enunciar sumariamente como a continuidade de sentido que os percorre, os unifica como mensagem global realizada numa sequência de Enunciados (ENs).

Tais metalexias são, na verdade, amplamente utilizadas como genericamente equivalentes[1]; não raro, porém, elas remetem para aspectos, sem dúvida interligados, mas distintos, da configuração do texto.

Em ordem a estabelecer inequivocamente o sentido em que tomo aqui coesão, passarei em revista, embora de modo breve, o que julgo ser basicamente intendido no uso de tais metalexias. As considerações que desenvolverei conduzirão a uma redefinição das noções veiculadas em tais designações, (e, consequentemente, das suas interligações), e ao mesmo tempo permitirão mostrar que as realidades para que remetem não constituem dimensões estritamente do texto, antes se revelam em todos os signos extensos[2] (isto é, que resultam da combinação de elementos livres), a saber, o Sintagma, o Nucleus, o Enunciado e o Texto[3]).

1. COESÃO

1.1.

Num trabalho recente, M.A.K. Halliday e R. Hasan (Halliday-Hasan, 1976)[4] reúnem sob a designação de "texture" (textura) um complexo de propriedades que tomam como caracterizadoras do Texto: "The concept of TEXTURE is entirely appropriate to express the property of 'being a text'. A text has texture, and this is what distinguishes it from something that is not a text. It derives this texture from tha fact that it

functions as a unity with respect to its environment" (p.2).

Consubstancia-se, assim, a textura nos traços que fazem de um produto verbal um todo semântico unificado, como tal funcionando globalmente numa situação de comunicação, em que se inscreve por forma adequada. Por isso, o texto surge na visão de Halliday-Hasan (que subscrevo por inteiro) basicamente como "a continuum of meaning-in-context" (p.25), "a unit of language in use"(p.1) - independentemente da sua extensão: "It [a text] may be anything from a single proverb to a whole play, from a momentary cry for help to an all-day discussion on a committe" (p.1). É sabido que qualquer unidade linguística - mesmo o morfema, em contextos particulares - pode funcionar como texto.

Abandonando os casos em que esta unidade linguística se realiza num só Enunciado (EN) ou mesmo em entidades de nível inferior, Halliday-Hasan procuram levantar os recursos que o inglês (como, naturalmente, cada uma das línguas) dispõe para a criação de textura, recursos que transparecem especificamente no texto e o distinguem "from a disconnected sequence of sentences" (p.1)[5].

1.2.

Reconhecem os Autores uma "textura externa" (**a**) e uma "textura interna" (**b**).

a.

Cabe na "textura externa" tudo o que respeita a "the external factors affecting the linguistic choices that the speaker or writer makes", o que tem a ver com "the nature of the audience, the medium, the purpose of the communication and so on" (p.21).

Considerado sob este ângulo, o texto revelará uma consistência própria, concretizada, por um lado, basicamente numa continuidade temática e, por outro, numa certa uniformidade ou homogeneidade no que tange a aspectos variados, nomeadamente ao nível de língua e ao "género" (ou "rhetorical form", p.22). Halliday-Hasan fazem uma muito breve referência a estas dimensões, introduzidas em termos de "field", "mode" e "tenor" que "collectively

define the context of situation of a text" (p.22)[6]. Numa formulação sintética, Halliday-Hasan identificam os aspectos exteriores da textura com o que designam "consistency of register" (que assegura a "continuity of meaning in relation to the situation" - p.23), entendendo por "register" "the set of semantic configurations that is typically associated with a particular CLASS of contexts of situation, and defines the substance of the text: WHAT IT MEANS, in the broadest sense, including all the components of its meaning, social, expressive, communicative and so on as well as representational" (p.26) [7].

b. Por sua vez, a "textura interna" respeita à organização sequencial intrínseca do texto, à sua sintagmática imanente, e manifesta-se em três níveis diferenciados:

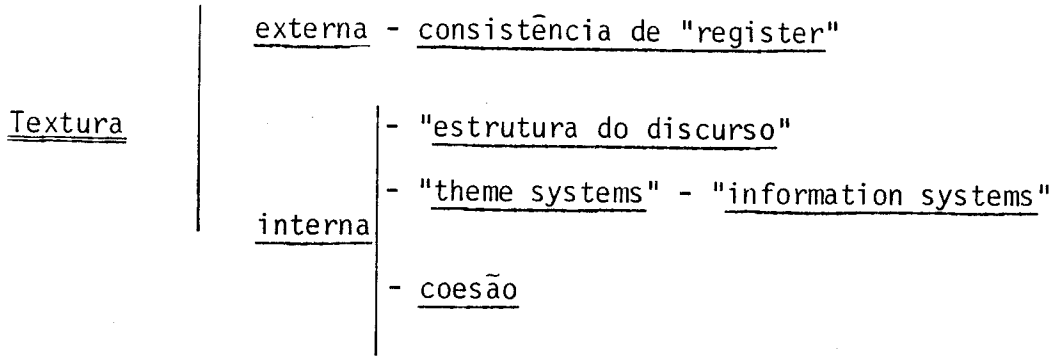
(i) ao nível supra-EN, como a "'macrostructure' of the text, that establishes it as a text of a particular kind - conversation, narrative, lyric, commercial correspondence and so on" (p.324), ou seja, como "the structure of discourse", "the larger structure that is a property of the forms of discourse themselves: the structure that is inherent in such concepts as narrative, prayer, folk-ballad, formal correspondence, sonnet, operating instructions, television drama and the like" (p.326-327)[8];

(ii) ao nível do EN (ou intra-EN), como "the textual structure that is internal to the sentence" (p.324), ou seja, certas dimensões da organização interna do EN considerado "in its role as the realization of text" (p.326). Referem-se aqui Halliday-Hasan, por um lado, à organização do EN em tema / rema ("theme systems", p.325), e, por outro lado, à sua estruturação em termos de articulação de unidades de informação "conhecida" ou "dada" ("given") e "não conhecida" ou "nova" ("new") - ("the information systems" - p.325-326);

(iii) ao nível inter-ENs, como complexo de laços semânticos que conectam os ENs (contíguos ou não contíguos) - nexos que preenchem o que designam de coesão, tomada em sentido estrito. A coesão respeita, assim, imediatamente às conexões semânticas entre ENs sintacticamente independentes, isto

ē, não reunidos em construção gramatical, não congregados pelo que Halliday-Hasan chamam estrutura ("structure"). (Ver, porēm, adiante 1.6).

Numa representação esquemática, teremos, pois:



Halliday-Hasan não deixam de sublinhar a forte interconexão entre a "textura externa" e a "textura interna", que sō metodologicamente são separāveis: "the internal and the external aspects of 'texture' are not wholly separable, and the reader, or listener, does not separate them when responding unconsciously to a passage of speech or writing. But when the linguist seeks to make explicit the basis on which these judgments are formed, he is bound to make observations of two rather different kinds. The one concerns relations within language, patterns of meaning realized by grammar and vocabulary; the other concerns the relations BETWEEN the language and the relevant features of the speaker's and hearer's (or writer's and reader's) material, social and ideological environment" (p.20).

Halliday-Hasan debruçam-se sobre a "textura interna", e em particular sobre a sua componente coesão, deixando de lado, depois de uma caracterização sumāria, os aspectos que tangem à "textura externa": "The situational properties of texts, which are now beginning to be studied in greater detail and with greater understanding, constitute a vast field of enquiry which lies outside our scope here" (p.21).

As dimensões que os Autores reūnem na textura preenchem a "textual or text-forming component" de um sistema linguístico, componente intimamente ligada às duas outras que neste reconhecem - a componente ideacional e a interpessoal (Ver p.26-30). Aquela primeira "comprises the

resources that language has for creating text, in the sense in which we have been using the term all along: for being operationnaly relevant and cohering within itself and with the context of situation" (p. 27).

1.3.

De entre os "text-forming resources" de uma língua avultam, na perspectiva de Halliday-Hasan, os que realizam a coesão. Os Autores atribuem-lhe uma singular relevância, a ponto de em muitas formulações 'tomarem a parte pelo todo', ou seja, a ponto de cometerem em exclusividade à coesão o papel diferenciador entre texto e "não-texto": "Cohesion is the set of meaning relations ... that distinguishes text from 'non-text' ..." (p.26). (Formulações análogas abundam ao longo do trabalho).

Interessa-me captar mais de perto as dimensões que Halliday-Hasan englobam na sua noção de coesão, e desse modo marcar a sua especificidade no seio de todos os aspectos que perfazem a textura.

1.3.1.

Numa formulação genérica, Halliday-Hasan reúnem sob a designação de coesão todos os nexos semânticos que se estabelecem entre os ENs por que se realiza o texto. Têm, porém, consciência do carácter extremamente vago de uma tal asserção: "To say that two sentences cohere by virtue of relations in their meaning is not by itself very precise. Practically any two sentences might be shown to have something to do with each other as far as their meaning is concerned" (p.11). Muitos desses modos de inter-relacionação são deveras fluidos - pensam Halliday-Hasan - e não seria fácil dar deles uma caracterização objectiva satisfatória. Escapariam, assim, a uma sistematização clara, e o seu papel na estruturação do texto seria difícil de avaliar em termos precisos. Ao lado destes laços há, porém, - continuam os Autores - "one specific kind of meaning relation that is critical for the creation of texture: that in which ONE ELEMENT IS INTERPRETED BY REFERENCE TO ANOTHER. What cohesion has to do with is the way in which the meaning of the elements is interpreted. Where the interpretation of any item in the discourse requires making reference to some other item in the discourse,

there is cohesion" (p.11; o sublinhado é meu).

As relações assim explicitamente marcadas entre os ENs por que se realiza o texto são susceptíveis de uma clara sistematização: elas cabem num número restrito de categorias - referência, substituição, elipse, conjunção e coesão lexical. Cada uma desta categorias "is represented in the text by particular features - repetitions, omissions, occurrence of certain words and constructions - which have in common the property of signalling that the interpretation of the passage in question depends on something else. If that 'something else' is verbally explicit, then there is cohesion"(p.13).

Daquelas cinco categorias de nexos coesivos, as quatro primeiras perfazem o que Halliday-Hasan designam coesão gramatical (que analisam demoradamente nos capítulos 2, 3, 4 e 5, respectivamente); a última daquelas categorias (coesão lexical) é caracterizada, muito mais brevemente, no capítulo 6, onde os Autores distinguem coesão lexical por reiteração de um item ("A reiterated item may be a repetition, a synonym or near-synonym, a superordinate, or a general word; and in most cases it is accompanied by a reference item, typically the" (p.278)) e por "collocation" (nexos coesivos estabelecidos na base de "the association of lexical items that regulary co-occurr" - p.284).

1.3.2.

Fica patente que a dimensão básica contida na noção de coesão desenvolvida por Halliday-Hasan é a da dependência semântica explicitamente assinalada entre os ENs por que se realiza o texto - dependência semântica no sentido estrito já acima assinalado e que interessa sublinhar de novo: "Cohesion occurrs where the INTERPRETATION of some element in the discourse is dependent on that of another. The one PRESUPPOSES the other, in the sense that it cannot be effectively decoded except by recourse to it. When this happens, a relation of cohesion is set up, and the two elements, the presupposing and the presupposed, are thereby at least potentially integrated into a text" (p.4).

Importa, porém, salientar que este princípio insistentemente sublinhado como crucial por Halliday-Hasan, [9] por um lado, se aplica de modo diferenciado (a) e, por outro lado, não é pertinente em algumas das manifestações da coesão configuradas pelos Autores (b).

a.

Os laços coesivos realizados por referência, por substituição e por elipse (que constitui uma "substituição por zero") esgotam-se, sem dúvida, numa conexão de dependência semântica no sentido enunciado; os elementos "pressuponentes" são diafóricos (anafóricos ou catafóricos nos dois primeiros casos, anafóricos no terceiro) e colhem a sua interpretação em outro(s) elemento(s) verbalizados, no co-texto.

Aos laços coesivos estabelecidos por conjunção aplica-se também o princípio da dependência semântica, mas em termos inequivocamente diversos. Repare-se: "They ["conjuntive elements"] are not primarily devices for reaching out into the preceding (or following) text, but they express certain meanings which presuppose the presence of other components in the discourse" (p.226). Atente-se: aqui o elemento "pressuponente" não surge (ao contrário do que vimos ocorrer nos casos acima referidos) como termo a interpretar, antes como termo que estabelece, pelo seu próprio significado, uma relação a cumprir entre os ENs que articula. Pois que as "conjuntive relations are not 'phoric'" (p.321), em rigor nelas não se consuma uma dependência semântica nos termos estritos em que Halliday-Hasan a configuram. Só, pois, em sentido algo dilatado poderemos ver desenhada através das "conjuntive relations" uma conexão de dependência semântica. Isso não escapa aos Autores, que, confrontando a coesão realizada por conjunção com a que se consuma por referência, substituição e elipse, concluem: "With conjunction ... we move into a different type of semantic relation, on which is no longer any kind of search instruction, but a specification of the way in which what is to follow is systematically connected to what has gone before" (p.227). Esta caracterização não conduz, porém, Halliday-Hasan a renunciar ao princípio explicativo da dependência semântica, que mantêm como válido nos seguintes termos: por conjunção "some relation is established between the meanings of two continuous passages of text, such that the interpretation of the second is dependent on the relation in which it stands to the first" (p.308; o sublinhado é meu).

Finalmente, algumas (mas só algumas) das conexões que Halliday-Hasan inscrevem na coesão lexical participam (mas nela não se esgotam como nos casos da coesão por referência, substituição e elipse) da relação de dependência semântica: é o que acontece na reiteração de elemento nominal pre-

cedido de diafórico, em que se congrega, portanto, coesão por referência com coesão lexical. Todos os outros nexos que cabem na coesão lexical se furtam, como veremos em b., ao princípio explicativo da dependência semântica tal como o apresentam Halliday-Hasan.

b.

A dependência semântica estabelecida pela via de uma "pressuposição resolvida" no co-texto não tem cabimento como princípio explicativo dos nexos semânticos que Halliday-Hasan congregam na coesão lexical estrita ou "coesão lexical pura", isto é, a que se manifesta como "a function simply of the co-occurence of lexical items" de algum modo interligados no sistema, e independentemente de qualquer tipo de "relation of reference" (p.283). Na verdade, em qualquer das manifestações da "coesão puramente lexical" (quer por reiteração, nas suas diferentes modalidades, já acima especificadas, quer por "collocation") não há lugar à "resolução de uma pressuposição", no sentido que já conhecemos.

Halliday-Hasan disso se apercebem, sem dúvida (ver particularmente p.288-290). Teimam, no entanto, em considerar válido também neste domínio aquele princípio. Fazem-no, porém, de modo excessivamente artificial, através de uma generalização demasiado ampla, que mais do que legitimar a validade daquele princípio torna visível a sua não pertinência. O caminho seguido pelos Autores para a manutenção, no domínio da "coesão puramente lexical", do princípio de que há lugar a laço coesivo entre ENs quando entre eles se estabeleça a "resolução de uma pressuposição" é o de assinalar que a interpretação de um qualquer item lexical é, num texto, sempre dependente do contexto verbal, do co-texto, em que tal item se inscreve: "The environment determines the 'instantial meaning' or text meaning, of the item, a meaning which is unique to each specific instance. In reading or listening to text, we process continuously, and therefore by the time any given lexical item is taken in, its context has already been prepared" (p.289); esse co-texto (e nele em particular o co-texto lexical) "frequently provides a great deal of hidden information that is relevant to the interpretation of the item concerned" (ibidem; o sublinhado é meu).

É notório que não se trata aqui da conexão "pressuponente-pressuposto", antes da assumpção por parte de cada elemento de um texto de um valor de comunicação específico (de um "instantial meaning") que decorre da interdependência que a todos reúne no seio de um universo de discurso justamente configurado em todo o texto - o que se aplica a todos os items lexicais, independentemente de, em competência (no sistema), estarem ou não inter-relacionados.

Decididamente (e tal como as "relações conjuntivas" - ver acima), as conexões que cabem no âmbito da "coesão lexical pura" não são "fóricas" (diafóricas), e a elas se não pode aplicar o princípio básico da dependência semântica proposto por Halliday-Hasan. Quanto a mim, mais valeria renunciar à generalização excessiva (e improcedente) que os Autores propõem, e assumir inequivocamente um outro tipo de explicação para a coesão lexical pura, a saber, o da equivalência semântica entre items lexicais consubstanciada na recorrência sémica (mais ou menos ampla) e em laços semânticos (não estritamente intensionais, mas também extensionais) estabelecidos na base da associação, oposição, participação ... e outros modos de interligação de difícil classificação "in systematic semantic terms" (p.285). A estes múltiplos laços entre items lexicais projectados em discurso (laços que não envolvem identidade de referência) vem-se dando também a denominação genérica de "cross-reference", a separar dos que envolvem estritamente identidade de designado e a que convém a expressão co-referência.

Observe-se que são justamente estes laços que não envolvem identidade de designado ou de referência que são convocados na coesão lexical pura de Halliday-Hasan, tornando-se, pois, desnecessário invocar a todo o custo a conexão de dependência semântica - que, de resto (como julgo ter ficado demonstrado) não tem aqui aplicação.

A esta luz, mantêm-se perfeitamente válidas todas as outras considerações tecidas por Halliday-Hasan a propósito da coesão lexical pura, nomeadamente

(i) no que concerne à reiteração - que ela não é "in any way dependent on the relation of reference" (p.283);

(ii) no que respeita à colocação ("collocation") - que "the relative strenght of the collocational tension is really a function of two kinds of relatedness, one kind being relatedness in the linguistic system and the other being relatedness in the text" (p. 289--290).

Sendo assim, na avaliação da coesão lexical há que ter em conta dois factores básicos: por um lado, o grau de interconexão dos items lexicais no sistema (em termos de sinonímia, hiperonímia - hiponímia, colocação ..., ...); por outro lado, o grau de proximidade, entre os items assim relacionados, no texto "in the simple sense of the distance separating one item from another, the number of words or clauses or sentences in between" (p.290). Na verdade, "The cohesive force that is exerted between any pair of lexical items in a passage of discourse is a function of their relative proximity in these two respects" (ibidem) (10).

Convirá ainda assinalar um outro ponto quanto à coesão lexical, adequadamente referido por Halliday-Hasan. Ao contrário do que se passa na coesão gramatical, em que os elementos que a instauram "all explicitly presuppose some element other themselves" (p.288), na coesão lexical "it is not a case of there being particular lexical items which always have a cohesive function. EVERY lexical item MAY enter into a cohesive relation, but by itself it carries no indication whether it is functioning cohesively or not. That can be established only by reference to the text" (ibidem; o sublinhado é meu).

1.4.

As considerações desenvolvidas nos números precedentes permitiram já, a par de algumas anotações críticas, deixar caracterizada de modo suficientemente claro a noção de coesão proposta por Halliday-Hasan, e assinalar a sua especificidade entre os "text-forming resources" de um sistema linguístico.

Congregando os aspectos assinalados com os contidos em outras formulações equivalentes ou próximas distribuídas ao longo do trabalho de Halliday-Hasan, convirá reter como fundamentais os seguintes pontos:

(i) a coesão concerne aos traços que caracterizam o texto como objecto linguístico, não no que tange ao que ele significa ("Cohesion does not concern what a text means" - p.26 - dimensões que os Autores congregam na noção de "register"; ver, porém, o contido acima na nota 7) - antes no que diz respeito ao modo como ele está construído como edifício semântico (a coesão "concerns how the text is constructed as a semantic edifice" - ibidem). Por isso, a coesão é uma dimensão comum a todos os textos, neles se manifestando embora de modos diferenciados: "The meaning relations which constitute cohesion are a property of text as such, and hence they are general to texts of all types, however much they may differ in the particular form they take in one text or another" (p.26);

(ii) a coesão constitui, na formação do texto como edifício semântico, complemento indispensável dos seus "substantive meanings", pois serve à articulação explícita de uns com os outros (p.26); aos recursos para a coesão de que dispõe um dado sistema linguístico compete "a kind of catalytic function in the sense that, without cohesion, the remainder of the semantic system cannot be effectively activated at all" (p.28);

(iii) a coesão é realizada por recursos idiomáticos (isto é, específicos de um dado sistema linguístico), manifestados explicitamente na imanência do texto, na sua sintagmática interna, onde desenham "relations within the language" p.20); tais recursos apresentam (ou assumem), pois, um carácter eminentemente relacionador, garantindo a consistência interna do edifício semântico que é o texto, assegurando uma continuidade semântica entre os ENs por que este se concretiza: "When we consider cohesion ... we are investigating the linguistic means whereby a text is enable to function as a single meaningful unit" (p.28-30; o sublinhado é meu). A forma mais expressiva que Halliday-Hasan encontram para sublinhar este aspecto, efectivamente básico na caracterização da coesão, pode encontrar-se na pág. 303: a coesão "provides, for the text, which is a semantic unit, the sort of continuity which is achieved in units at the grammatical level - the sentence, the clause and so on - by grammatical structure";

(iv) a coesão consubstancia-se em nexos de dependência semântica (acima especificados) e de equivalência semântica (na interpretação que acima dei das conexões que perfazem a coesão lexical pura).

1.5.

Antes de prosseguir com a referência a alguns outros aspectos do trabalho de Halliday-Hasan que interessam ainda à caracterização da noção de coesão, convirá determo-nos um pouco numa avaliação crítica de algumas das dimensões atrás assinaladas.

a.

Importa, em primeiro lugar, explicitar que considero "excessiva" a demarcação que estabelecem os Autores entre "o que o texto significa" e as conexões semânticas que perfazem a sua noção de coesão. É que, quanto a mim, os nexos coesivos são parte integrante do que o texto significa, onde, de resto, alguns deles assumem um relevo particular. É certo que se trata de um significado eminentemente relacional ou relacionador, mas sempre fortemente fundido com os "substantive meanings" do texto. Tenham-se em conta, a este respeito, particularmente as conexões estabelecidas por conjunção e as que preenchem a coesão lexical.

Observe-se, ainda a este propósito, que me surge igualmente deveras "excessiva" a demarcação entre "o que o texto significa" e "o modo como ele está construído como edifício semântico": este último constitui, por si mesmo, também, e iniludivelmente, uma dimensão do sentido do texto.

b.

Em segundo lugar, é, quanto a mim, insustentável atribuir à coesão (tal como a concebem Halliday-Hasan, na base da consideração estrita da sintagmática imanente do texto - ver acima) o papel fulcral de garantia da unidade semântica do texto, da sua continuidade de sentido. (Relembremos: "When we consider cohesion ... we are investigating the linguistic means whereby a text is enable to function as a single meaningful unit" p.28-30).

É, efectivamente, irrefutável que para Halliday-Hasan a coesão se consubstancia em nexos manifestados em superfície, ou seja, manifestados concretamente em instrumentos linguísticos projectados explicitamente em discurso. Por isso, é uma constante, ao longo do trabalho, a exigência do "explicitamente verbalizado": "Cohesion is a semantic relation between an element in the text and some other element that is crucial to the interpretation of it. This other element is also to be found in the text" (p.8); na coesão cabem os elementos que têm em comum "the property of signaling that the interpretation" de um dado segmento do texto "depends on 'something else'. If that 'something else' is verbally explicit, then there is cohesion" (p.13; o sublinhado é meu). Poderia multiplicar as citações; tal não será, porém, necessário, pois bastará atentar em que sempre Halliday-Hasan operam com elementos linguísticos explicitamente presentes no texto (repare-se que, na elipse, o explícito está realizado por zero - elipse como "substitution by zero").

Ora, é da experiência de cada um de nós que a continuidade semântica de um texto radica, em muitos momentos, em informações disponíveis a partir do contexto não verbal, das coordenadas da enunciação - logo, em informações implícitas, agregadas ao texto, mas não verbalizadas. Sendo assim, é ilegítimo pretender que a continuidade de sentido típica do texto seja um dado estritamente dos instrumentos verbais explicitamente realizados e que ela seja, em particular, assegurada pelos recursos que Halliday-Hasan integram na sua noção de coesão.

Esclareça-se que estes aspectos atinentes às informações implícitas que se agregam necessariamente a um texto (e nele operam fortemente, tanto ao nível da sua produção como da sua recepção-interpretação) não são contemplados por aquilo que Halliday-Hasan consideram "the situational properties of the text" (p.21 - ver referência já feita acima). Estas respeitam exclusivamente às dimensões que os Autores reúnem na noção de "register", e nela cabe, como se viu, apenas o que tange à continuidade temática e a aspectos da homogeneidade do texto, tais como nível de língua utilizado e "rhetorical form". (Ver, acima, 1.2.). Na verdade, no trabalho de Halliday-Hasan nunca é equacionado o contributo das coordenadas da enunciação para o desenho da continuidade de sentido do texto, e em particular o que toca às informações deixadas implícitas pelo locutor - aspecto que, como terei a oportunidade de sublinhar, é fundamental neste domínio.

Por isso, são (pelo menos) surpreendentes algumas das considerações tecidas por Halliday-Hasan a páginas 299-303, nomeadamente as que em seguida surgem sublinhadas: "The continuity that is provided by cohesion consists, in the most general terms, in expressing at each stage in the discourse the points of contact with what has gone before. The significance of this lies in the simple fact that there are such points of contact: that some entity or some circunstance, some relevant feature or some thread of argument persists from one moment to another in the semantic process, as the meanings unfold. But it has another more fundamental significance, which lies in the interpretation of the discourse. It is the continuity provided by cohesion that enables the reader or listener to supply all the missing pieces, all the components of the picture which are not present in the text but are necessary to its interpretation" (p.299; o sublinhado é meu).

Na minha opinião, não se vê como é possível cometer tal alcance à coesão nos termos em que Halliday-Hasan a caracterizam, ou seja, atendendo, como se viu, exclusivamente à imanência do texto e neste apenas às conexões explícitas realizadas por instrumentos ou recursos sintácticos (tais como os que são considerados nas categorias da referência, da substituição, da elipse, da conjunção) e às que são instauradas no domínio da coesão lexical pura.

Da mesma forma, não é visível, atentas as considerações já tecidas nos números anteriores, como podem os Autores atribuir à (sua) coesão este outro papel, a saber, o de "actually enabling" o receptor de um texto "to interpret it and determining how he does so" (p.303; o sublinhado é meu).

Julgo que ao cometerem este papel crucial à coesão, Halliday-Hasan tomam de novo 'a parte pelo todo': ao referirem-se à coesão, estritamente, têm em mente todas as dimensões da textura e não apenas o sub-conjunto delas que denominam coesão.

Convirá adiantar aqui que a noção de coesão que adoptarei neste estudo abarcará inequivocamente aspectos que legitimarão estes papéis que Halliday-Hasan lhe atribuem - mas sem fundamento suficiente, como tentei mostrar. Por isso, se reterei na noção de coesão os aspectos que nela integram Halliday-Hasan (e que acima ficaram referenciados), nela farei incluir muitos

outros não contemplados por estes Autores, de forma a que se cumpra efectivamente e por inteiro a dimensão essencial que adequadamente eles reconhecem na coesão - a que tange aos nexos semânticos que basicamente respondem pela unidade semântica, pela continuidade de sentido de um produto verbal.

c.

Halliday-Hasan partem, como se assinalou em 1.1., de uma adequada caracterização do texto e das relações EN-texto. No entanto, esta perspectiva eminentemente textual (que respeita à caracterização de uma sequência de ENs a partir da, na base da consideração de uma unidade semântica global adequadamente agregada a uma situação de comunicação) é, em rigor, abandonada na análise da coesão: como se viu, os Autores apenas atendem ao que, na sintagmática imanente do texto, surge explícita e imediatamente como instrumento de ligação entre ENs. Sendo assim, a perspectiva tomada na caracterização da coesão é mais propriamente co-textual, já que o que está em causa não é senão um sub-conjunto de aspectos da configuração explícita de cada EN de uma sequência, decorrentes justamente da sua co-textualização (tais como a projecção de relatores, de elipse, de instrumentos diafóricos. Ver ainda adiante 1.8.). O que se afirmou parece valer mesmo para o enfoque que é dado às dimensões da coesão lexical pura: na sua consideração - feita, de resto, de modo muito breve - nunca é explicitamente adoptada uma perspectiva que parta do texto como unidade semântica global.

d.

Finalmente, atentas as dimensões focadas por Halliday-Hasan, logo se torna saliente a ausência de qualquer referência às categorias verbais de tempo e aspecto, e a todos os outros elementos de localização temporal. O funcionamento do sistema verbal no texto, em articulação com outros localizadores temporais, constitui uma dimensão central na configuração daquela unidade linguística - dimensão sistematicamente ignorada pelos Autores.

1.6.

Como ficou visto, Halliday-Hasan reservam a noção de coesão em sentido específico para um dado complexo de relações semânticas inter-ENs, que atrás ficaram caracterizadas. Trata-se, pois, como também já se assinalou, de relações entre unidades linguísticas sintacticamente independentes, ou seja, não congregadas por nexos que respeitam à configuração de uma construção gramatical (em termos de Halliday-Hasan, relações entre unidades linguísticas não reunidas por conexão de "estrutura").

Torna-se, porém, evidente que os nexos semânticos analisados - - realizados por referência, substituição, elipse, conjunção e pelas correspondências assinaladas entre elementos lexicais que os Autores congregam sob a designação de coesão lexical - podem projectar-se também no interior de um mesmo EN, que constitui, como se sabe, uma construção gramatical (a construção gramatical de nível mais elevado). No que respeita à coesão lexical alguns dos laços que nela vimos caber (mais rigorosamente, algumas conexões por "collocation") podem mesmo projectar-se entre items que se congregam em unidades sintagmáticas constituintes do EN (SN, SV).

Por isso, podem Halliday-Hasan afirmar com toda a propriedade que "cohesion is not, strictly speaking, a relation 'above the sentence'", antes "a relation to which the sentence, or any other form of grammatical structure, is simply irrelevant" (p.9). Ou seja, os elementos verbais entre os quais se estabelece um nexo coesivo "may be structurally related to each other, or they may not; it makes no difference to the meaning of the cohesive relation" (p.8). Em suma, "the cohesive relations themselves are the same whether their elements are within the same sentence or not" (p.9).

Por outro lado, e também acertadamente, Halliday-Hasan salientam que os nexos "estruturais" instaurados entre os elementos que perfazem uma "unidade gramatical" cabem legitimamente no âmbito da coesão: "Structure is, of course, a unifying relation. The parts of a sentence or a clause obviously 'cohere' with each other, by virtue of the structure" (p.6). Por isso, "All grammatical units - sentences, clauses, groups, words - are internaly 'cohesive' simply because they are structured" (p.7) (11).

O EN e, dentro dele, cada um dos sintagmas constituintes apresentam, pois, naturalmente, enquanto construção gramatical, uma coesão estrutu-

ral - a que eventualmente se juntam relações coesivas atinentes aos items lexicais ou realizadas por referência, substituição, elipse e conjunção (Note-se que estas quatro modalidades da coesão gramatical só podem projectar-se entre sintagmas constituintes do EN, não no seio de cada um deles; a última delas (conjunção) está envolvida na configuração do EN composto ou complexo).

A propósito, convém reparar que Halliday-Hasan abandonam aqui, sem mais comentários, o princípio crucial que dizem operar na coesão - o da relação "pressuponente-pressuposto", no que tange à interpretação do primeiro. Obviamente, ele não tem aqui aplicação - o que, quanto a mim, constitui séria incongruência da parte dos Autores na caracterização da coesão. A este momento de incongruência deve juntar-se o que advém do facto de o mesmo princípio explicativo não ser também aplicável, em rigor, no que tange à coesão lexical (pura), como tentei mostrar atrás (ver 1.3.2.b.).

Anotarei que a expressão acima utilizada - coesão estrutural - é retirada de um trabalho de M.A.K. Halliday, já atrás citado (Halliday, 1964), em que o Autor propõe dados essenciais sobre a noção de coesão, retomados e ampliados na obra de que me venho ocupando agora. Nesta, aquela expressão não é retida - mas é-o, sem dúvida, o conteúdo básico nela, então, configurado, que acima ficou explicitado.

Terá interesse observar que, na "apresentação" da noção de coesão em Halliday, 1964, não é ainda invocado o princípio explicativo fundamental, que tem vindo a ser analisado criticamente, da dependência semântica entre um elemento ("pressuponente") e um outro ("pressuposto"). No entanto, esse princípio é de algum modo introduzido - em termos nada claros, refira-se - e, curiosamente, a propósito da coesão estrutural, nomeadamente à que se projecta, no seio do EN ("Sentence") composto ou complexo, entre as "clauses" suas constituintes. As articulações entre estas no EN - diz Halliday - "take various forms", de entre as quais se salientam como mais significativas as de "'dependence' and 'linking'", ou seja, em termos "aproximativos" e "tradicionais" (são palavras de Halliday) as de "'subordination' and 'coordination' ..." (Halliday, 1964, p.304). Ora, justamente, a este passo junta o Autor uma nota (4) que transcrevo: "A more correct theoretical statement of structural cohesion is that it is presupposition at the rank of the sentence. Presupposition is the special relation between elements of a

non-chain-exausting structure that have as their exponents terms in a non--choise-exausting system. Thus in "I'll come if you want me "the structural relation of "conditioning" clause and "conditioned" clause, which is a type of dependence, is one of presupposition" (Halliday, 1964, 304; o sublinhado é meu).

O carácter sumário desta referência de Halliday não permite avaliar adequadamente o que intende aqui por "pressuposição". Julgo, porém, que não cabe aí o que em Halliday-Hasan 1976 é configurado sob a mesma designação - que, de resto, como se anotou acima, não tem aplicação nas dimensões "estruturais" da coesão intra-EN. Talvez aquilo para que aponta Halliday naquele passo não seja outra coisa que a interdependência formal que reúne os termos integrantes de uma construção gramatical (onde eles reciprocamente se convocam). Essa interdependência é, com efeito, uma dimensão central da configuração de uma construção gramatical - e como tal será retida adiante como fortemente actuante na coesão estrutural dessas unidades linguísticas. No caso em análise,uma outra interdependência - semântico-funcional - reúne as unidades em combinação: talvez que também para esta outra interdependência aponte Halliday naquele passo.

Voltando, porém, a Halliday-Hasan 1976, e às dimensões coesivas intra-EN que estava a analisar, acrescentarei que elas são abandonadas na reflexão desenvolvida pelos Autores, que se centram, como já se fez notar, exclusivamente nas conexões inter-ENs, pois consideram que as "cohesive ties between sentences stand out more clearly because they are the ONLY [12] source of texture, whereas within the sentence there are the structural relations as well" (p.9). É por isso que "In the description of a text, it is the inter sentence cohesion that is significant", pois "that represents the variable aspect of cohesion, distinguishing one text from another" (p.9).

1.7.

Halliday-Hasan inscrevem também na "textura interna" dimensões específicas da organização do EN considerado "in its role as the realization of text" (p.326) - dimensões que apresentam em termos de "theme systems" e "information systems" (ver acima 1.2.b. (ii) [13]. Trata-se, segundo os Autores, de dimensões da estruturação do EN que representam a "structural coun-

terpart of cohesion" (p.326; o sublinhado é meu).

Por esta via, de alguma forma ficam estes aspectos conectados, na visão de Halliday-Hasan, com a coesão - mas dela demarcados. Repare-se, porém, que, tal como as conexões coesivas que consideram, estes aspectos, por um lado, também se manifestam como recursos idiomáticos explicitamente concretizados na sintagmática interna do texto, e, por outro lado, são também (se bem que não exclusivamente e, por vezes, não prevalentemente) uma função do co-texto. (Por esta via, inscrever-se-iam também no princípio da dependência semântica, se não tomado tão estritamente como o fazem Halliday-Hasan). Para além de tudo isso, é indesmentível que os mecanismos envolvidos nestas dimensões se revelam como centrais na realização da continuidade de sentido entre ENs.

Nestas circunstâncias, surge-me como estranha a não inclusão por inteiro das dimensões agora em referência na noção de coesão proposta por Halliday-Hasan.

Numa outra publicação, Halliday afirma explicitamente: "The construction of discourse demands resources not only for attaching a sentence to what has preceded it, but also for organizating the sentence in such a way that is appropriate as information in the context". (Halliday, 1967/68,p.210) Tal abrange os aspectos englobados por Halliday-Hasan na sua noção de coesão, como também as que caracterizam em termos de "theme systems" e "information systems", dos quais Halliday diz, então, que respeitam à organização da informação carreada no EN "in such a way as to fit in with what has preceded in the text" (Halliday, 1967/1968, p.210; o sublinhado é meu).

Estas considerações são, quanto a mim, suficientes para legitimar a inclusão por inteiro na noção de coesão daqueles mecanismos de articulação de ENs - se à coesão dizem efectivamente respeito, como vimos defenderem Halliday-Hasan, os nexos inter-ENs que unificam o texto. É, com certeza, em nome da salvaguarda do princípio da dependência semântica nos termos restritos em que Halliday-Hasan a concebem (que tenho vindo insistemente a criticar) que estes Autores renunciam a incluir explicitamente e sem rodeios aquelas dimensões na sua noção de coesão.

Todos os investigadores que se vêm debruçando sobre o que assegura a continuidade de sentido típica do texto reconhecem o papel central

que nesse domínio cabe àqueles mecanismos (ou mais rigorosamente ao que é conhecido pela articulação tema / rema). Halliday-Hasan reconhecem-lhes também esse papel, mas acabam por o secundarizar ao cometerem à coesão no sentido estrito em que a tomam (e de que, em verdade, excluem aquelas dimensões) a função crucial na configuração da continuidade semântica entre os ENs por que se realiza o texto. Ficam, pois, elas incluídas no rol daquelas outras relações semânticas que Halliday-Hasan reconhecem como "associated with a text" mas que "are not embodied" no conceito de coesão (p.13).

Quanto a mim, numa noção de coesão adequadamente configurada -- que não se atenha ao sub-conjunto restrito de nexos que nela contemplam Halliday-Hasan - aquelas dimensões da estruturação do EN têm lugar relevante, apesar de, reconhecidamente, não se ter chegado ainda a uma caracterização suficientemente inequívoca e coerente do que deve entender-se por tema e por rema. Na verdade, estas designações apontam para realidades não coincidentes, não apenas em diferentes orientações da reflexão linguística (o que, em certa medida, seria de esperar), mas também no seio de uma mesma orientação: haja em vista as diferentes concepções do tema (e do rema) mesmo entre investigadores que, reclamando-se basicamente de V. Mathesius, tentam levantar uma caracterização consistente da chamada "functional sentence perspective". Uma tal situação compromete, sem dúvida, uma adequada exploração destas dimensões fortemente operantes na constituição do texto (14).

1.8.

Se me alonguei numa análise crítica da noção de coesão proposta em Halliday-Hasan, 1976 (15), foi porque considero este trabalho extremamente representativo (de resto, no quadro já por si original da visão de Halliday do sistema linguístico de uma LN - quadro globalmente conhecido por Gramática Sistêmica) como tentativa de focar, de modo integrado à reflexão sobre o EN e as unidades intra-EN, o que respeita à constituição do texto. Por outro lado, esse trabalho propõe dimensões inequivocamente importantes que reterei na noção de coesão que desenvolverei neste meu estudo, e ainda pistas bastantes sugestivas que importaria explorar (16), como também, finalmente, considerações e perspectivas de enfoque que convém, sem dúvida, superar.

Se atentarmos bem no exposto nos números anteriores, será fácil concluir que - à parte o que tange à coesão lexical (pura), de resto, como já assinalei, insatisfatoriamente explorada [17] - o que fica saliente na noção de coesão proposta é que Halliday-Hasan nela incluem, afinal, tão somente os recursos sintácticos de uma LN

(i) para a formação das unidades frásicas e intrafásicas enquanto construções gramaticais (aspectos que perfazem a coesão estrutural, considerada muito de passagem pelos Autores); e

(ii) para a junção de ENs (via relatores - coesão por conjunção) e sua interligação por elipse e por instrumentos diafóricos (preenchendo estes as categorias coesivas da referência e da substituição).

No concernente ao ponto (ii) - central na reflexão desenvolvida por Halliday-Hasan - é incontestável que se trata de aspectos formais da articulação de ENs, que garantem o que chamarei "a boa formação semântico-sintáctica do transfrástico".

Salta à evidência que a perspectiva tomada por Halliday-Hasan na caracterização da coesão não é nunca textual - antes, como já salientei (ver, acima, 1.5.c.), meramente co-textual, pois que os Autores atendem sobretudo à resolução de alguns aspectos da estruturação concreta de cada EN de uma sequência que decorrem justamente da sua co-textualização, tais como eventuais fenómenos de "economia" do já verbalizado (elipse) ou da sua expressão condensada (em substitutos lexicais, correntemente denominados pro-formas) e ainda a selecção adequada dos artigos (por ex, a definitivização) e diafóricos, a projecção de relatores. São estas dimensões da construção do transfrástico amplamente consideradas no domínio da chamada "discourse grammar" norte-americana e em muitos trabalhos que visam captar conexões entre ENs sintacticamente independentes (ver, por ex, Waterhouse, V., 1963; ver outras referências, mais abaixo, nota 18); em nenhum deles a investigação se desenvolve numa perspectiva textual - que parte do texto como unidade global adequadamente contextualizada - antes numa óptica meramente co-textual, que não é mais do que uma opção metodológica para o estudo do EN: trata-se

de ver no EN o influxo do "além-EN", ou seja, de tomar em consideração o que no EN testemunha ou indicia a sua inserção numa unidade mais vasta, atendendo-se sempre à sintagmática imanente. Trata-se, em suma, de uma extensão da análise da sintaxe e da semântica do EN ao "além-EN" - via que conduz a ver dimensões da "gramática do discurso / texto" no EN. (Lembre-se mais uma vez que cabe legitimamente nestes aspectos envolvidos na co-textualização de um EN - logo, na "boa formação do transfrástico" - o mecanismo da articulação tema - rema, que, como se viu, Halliday-Hasan não incluem na sua noção de coesão).

Sendo assim, e se a estes nexos inter-ENs, concretizados em recursos sintácticos, juntar os que tangem à coesão lexical pura (interpretados à luz das considerações tecidas em 1.3.2.b. - em que os tomo como consubstanciados em equivalências semânticas que, em competência, reúnem items lexicais em paradigmas mais ou menos fortemente configurados) poderei, em síntese, reter que em Halliday-Hasan encontramos dois grandes tipos de conexões, que ao nível estrito da sintagmática imanente, estão envolvidos na instauração da continuidade de sentido típica do texto:

continuidade semântica inter-ENs	(i) por junção ou combinação	→	relatores ("conjuntive relations")
	(ii) por equivalência	→	- referência substituição - elipse - isossemia (recorrência sémica manifestada nos laços abrangidos na coesão lexical pura)

De acordo com o acima exposto, o termo (ii) deste quadro respeita aos nexos estabelecidos na base da co-referência e da cross-referência[18].

1.9.

Na base da consideração deste sub-conjunto de nexos inter-ENs, de recorte nítido na sintagmática imanente do texto, pensam Halliday-Hasan poder avaliar objectivamente o grau de coesão desta unidade linguística. Na verdade, sublinham adequadamente os Autores que a coesão do texto é uma questão de "mais ou menos", não uma questão de "sim ou não". (Anote-se que na consideração do EN e das unidades sintagmáticas suas constituintes é também possível reconhecer graus de coesão, que em devido tempo serão analisados).

No quadro estabelecido por Halliday-Hasan, os graus de coesão são uma função, basicamente, da densidade dos nexos inter-ENs, ou mais simplesmente, do número de nexos que se instauram entre os ENs, e da distância a que os mesmos (e neles os segmentos em conexão) se encontram uns dos outros. Um último factor entra, necessariamente, também em jogo, a saber, o que respeita ao tipo de nexo (gramatical ou lexical, e, dentro de cada um, as diferentes modalidades da sua realização). A este propósito, convirá ter presente que Halliday-Hasan pouca atenção concedem à hierarquia a reconhecer, quanto à força coesiva respectiva, nos nexos instaurados pelas diversas modalidades da coesão gramatical, apenas focando a ordenação a estabelecer no âmbito da coesão lexical. Aí consideram, como já brevemente se referiu acima (ver 1.3.2.b.) três factores fundamentais - o grau de ligação, em competência, dos items lexicais, a distância que os separa no texto, e, finalmente, no que toca especificamente à "collocation", "their overall frequency in the system of language", que os Autores esclarecem nos seguintes termos: "A word which enters with equal readiness into collocation with words of every possible range of lexical meaning effects relatively little cohesion with any of them. Words such as go or man or know or way can hardly be said to contract significant cohesive relations, because they go with anything at all. Since, rougly speaking, words of this kind are also those with high overall frequency in the language, in general the higher the frequency of a lexical item (its overall frequency in the system) the smaller the part it plays in lexical cohesion in texts"(p. 290).

Se os quadros de análise da coesão de textos com que fecha o trabalho de Halliday-Hasan me surgem demasiado esquemáticos [19], não será de esquecer as considerações que os precedem, em particular as que preenchem o último parágrafo do nº 8.1., p.332-333. Aí se colocam pistas de grande inte-

resse e se referem variáveis a tomar em conta, que ampliam fortemente as magras indicações fornecidas pelos quadros de análise (dados, sem dúvida, com um inequívoco objectivo didáctico).

1.10.

Ao longo desta exposição, ficou devidamente sublinhada a posição crítica por mim assumida em relação à noção de coesão proposta por Halliday-Hasan - sem com isso invalidar alguns aspectos inequivocamente positivos propostos pelos Autores.

Na noção de coesão a adoptar neste estudo, tentarei integrar as dimensões centrais focadas por Halliday-Hasan com outras fortemente operantes na configuração da unidade e da continuidade semânticas do texto, cuja caracterização requer, iniludivelmente, a consideração das coordenadas da enunciação, logo, uma óptica pragmático-comunicativa, que necessariamente se desligará da consideração estrita da sintagmática imanente desta unidade linguística - ou, melhor, a penetrará à luz daquelas dimensões. No que respeita à coesão das unidades frásicas e intrafrásicas, situar-me-ei, porém, numa óptica próxima da adoptada por Halliday-Hasan, que atende aos princípios que intervêm na configuração "estrutural", construcional, dessas unidades (embora o vá fazer, note-se, num quadro teórico que não é o da Gramática Sistémica de Halliday).

Para a configuração clara da noção de coesão anunciada, interessará caracterizar antes o que, particularmente no âmbito da chamada Linguística de Texto, vem sendo apresentado como a grande dimensão definidora do texto, a saber a sua coerência.

2. COERÊNCIA

2.1.

Divulga a (já vastíssima) bibliografia [20] no domínio da Linguística de Texto toda uma série de argumentos (de índole diversa e de va-

lor ou pertinência desigual) em favor do desenvolvimento de uma teoria linguística que suporte a construção de um modelo adequado à geração (enumeração e descrição-explicação explícitas), não de todas e somente as frases possíveis de uma LN, antes de todos e somente os textos possíveis de uma LN (21).

Representariam essa teoria e esse modelo uma resposta à verificação empírica imediata de que as produções verbais se apresentam não como frase, mas sim como "connected discourse", como texto. Este, e não a frase, constituiria verdadeiramente o "domínio natural" da teoria linguística e de um modelo adequado à descrição-explicação dos produtos verbais, já que, decididamente, o texto é o signo linguístico "originário", isto é, não decorrente da teorização linguística, antes, espontânea e naturalmente actualizado na interacção verbal (22). Um tal modelo - Gramática de Texto - é concebido como a representação explícita da competência dos falantes, que é uma competência textual, não uma competência frásica. Por isso, a Gramática de Texto divergirá radicalmente dos modelos correntes de descrição-explicação linguística ("Gramáticas de frase"), não constituindo, de forma alguma, mera extensão destes últimos: realizando-se embora numa sequência de frases (cada uma delas em si mesma, em princípio, "bem formada"), o texto surge como uma unidade global, como um todo, marcado por uma relevância contextual global, pois dá expressão a uma intenção comunicativa unitária (que nele o receptor apreende). A representação desta totalidade (como, de resto, de qualquer complexo global) não coincide com a representação da soma das suas partes, dos seus elementos constitutivos.

Asseguraria, pois a Gramática de Texto uma descrição-explicação conveniente do "connected discourse", mas ainda - argumenta-se - a capatação de regularidades ao nível da frase não esclarecidas pelos modelos de Gramática de frase (regularidades distribuídas pelo domínio sintáctico, mas também morfo-fonológico, e sobretudo semântico e pragmático), e, finalmente, o aprofundamento da compreensão de outras regularidades já basicamente, mas não completamente, caracterizadas por esses mesmos modelos.

2.2.

Mais do que proceder à avaliação dos vários argumentos invocados em favor de uma Linguística de Texto, mais do que procurar averiguar da

necessidade (face aos modelos existentes de Gramática de frase) e até da possibilidade de construção de uma Gramática de Texto [23] (dadas, fundamentalmente, a multiplicidade e a complexidade das dimensões coexistentes e interactuantes no texto, e a grande variedade de tipos de texto), mais do que caracterizar a forma e o funcionamento dos modelos já propostos -- interessar-me-á aqui a captação da noção de coerência textual, amplamente tratada nos trabalhos de Linguística de Texto, onde é apresentada como dimensão basilar, ou mais exactamente, como o próprio limiar que separa o texto de uma arbitrária sequência de frases (ENs).

Sem me deixar encerrar excessivamente no quadro teórico e metodológico que suporta a Linguística de Texto, procurarei, nos números que imediatamente seguem, reter o que julgo ser basicamente intendido no uso da expressão coerência textual. Tal tarefa não é fácil, pois, por um lado, se vem assistindo à multiplicação de "subcategorizações" da coerência (por ex, coerência semântica, coerência pragmática, coerência narrativa, coerência estilística ...), e, por outro lado, nem sempre se apresenta de modo inequívoco o conteúdo vasado em tal designação. Convirá assinalar que não vou tentar fazer uma síntese, nem tão pouco uma análise crítica de cada uma das acepções matizadas em que se vem utilizando a metalexia coerência. Interessa-me apenas, como escrevo acima, reter o que julgo ser basicamente intendido por coerência ou coerência textual. Muitas das formulações contidas nos números imediatamente seguintes orientam a reflexão desenvolvida para alguns pontos centrais, que condensarei em 2.3. e retomarei mais demoradamente em 2.4 - 2.5. Aí se afirmará gradualmente uma redefinição da noção de coerência, à luz da interpretação que dou do uso de tal metalexia no âmbito da reflexão mais insistemente divulgada (e que considero a mais representativa) sobre o texto.

2.2.1.

Numa primeira aproximação à coerência do texto, situar-me-ei preferentemente do ângulo do locutor, suscitando uma intenção comunicativa global que, afinal, só nos é dada, só se nos torna disponível, como se sabe, no e pelo texto.

Num segundo momento (2.2.8.), optarei decididamente pela óptica do receptor, que atende ao modo como este interpreta o texto, ou seja, recons-

trói (quase sempre aproximativamente) a intenção comunicativa global manifestada no e pelo texto. É claro que esta é a via privilegiada na reflexão linguística, e só a partir dela, e com referência constante a ela, podemos colocar-nos na óptica do locutor.

A construção do texto pelo locutor representa a linearização de uma totalidade de significação por ele intendida: não cabendo, pela sua complexidade e/ou extensão, nos limites de um EN, essa totalidade de significação distribui-se por uma sequência de tais unidades. (Abandonam-se, uma vez mais, os casos em que o texto se materializa num só EN, ou em unidade de nível inferior. Ver acima 1.).

Os ENs que realizam o texto devem, pois ordenar-se e articular-se de modo a que neles se desenvolva (idealmente) (24) sem rupturas, sem hiatos, sem soluções de continuidade, o todo da mensagem.

Numa formulação ainda um tanto genérica, dir-se-á que é justamente um tal desenvolvimento que garante a coerência do texto. Esta traduz-se, portanto, no que se poderá chamar interligação consequente dos conteúdos manifestados em cada um dos ENs em sequência que concretizam o texto. Assegura esta interligação a continuidade de sentido típica desta unidade linguística, sobre que repousa a possibilidade de se lhe atribuir um sentido global, que justamente representa a reconstrução (nas mais das vezes aproximativa, como já se referiu) da intenção comunicativa do locutor (25).

Sendo assim, a questão da coerência textual poderá equacionar-se, de um modo trivial, nos seguintes termos, que retiro de van Dijk, 1972, p.96: "how may we significantly 'continue' a text [tendo em conta o seu "tópico" global] when the sentence(s) $S_1(S_i - S_{i-1})$ is given?".

2.2.2.

O objectivo de 'continuar' "significantly" um texto, a partir de um dado momento do seu desenvolvimento, será alcançado se se verificarem, cumulativamente, as condições gerais seguintes: (Para o bom entendimento das formulações que se seguem, ter-se-á presente a observação que abre o número precedente - 2.2.1.).

(i) os "objectos" e o que deles se predique, os factos, os acontecimentos ... a manifestar devem congregar-se com os já manifestados e com eles perfazer o universo de discurso fixado pela intenção comunicativa global que presidiu ao acto linguístico;

(ii) os "objectos" e o que deles se predique, os factos, os acontecimentos ... que vêm preencher, nos termos de (i), o universo de discurso fixado pela intenção comunicativa global do locutor devem distribuir-se por sucessivos ENs de molde a que, cumulativamente,

α. não dêem lugar, quer entre eles quer em relação aos já manifestados, nem a tautologia nem a contradição;

β. se interconectem na base de uma recíproca relevância, ou seja, se dêem mutuamente acesso.

Estas condições (que retomarei mais abaixo) representam o grande princípio a que deve subordinar-se a 'continuação' de um texto a partir de fragmentos seus já actualizados. Elas perfazem justamente as condições da coerência textual.

Como se vê, estas concernem à selecção dos designados (os "objectos", e o que deles se predique, os factos, os acontecimentos ...) a introduzir nos sucessivos ENs do texto, e à sua interligação consequente.

Se atentarmos em que, como se sabe, o designado (o mundo das "coisas" para que remete o signo linguístico) é exterior às LNs (como exteriores a estas também se revelam aquelas normas de não contradição, de não tautologia, e de relevância), concluiremos que a coerência releva, não da configuração idiomática estrita, específica ("interna") da LN em que se manifesta o texto, antes de um plano exterior e autónomo (mas não alheio, sublinhe-se) a essa LN, e a todas. Caracterizarei adiante (ver 2.4) esse plano, interessando-me apenas agora reter esta sua condição de exterioridade e de independên-

cia em relação à organização idiomática de cada uma das LNs, e ao seu funcionamento.

Convirá assinalar que se toma aqui designado num sentido amplo que envolve não apenas a referência a "objectos" do "real", mas também as "predicações" que a esses "objectos" são especificadas e os interligam (os poêm em relação), a força ilocutória do EN, a visão do locutor que modaliza a designação e especificamente a orienta para determinadas finalidades comunicativo-expressivas. Talvez que um outro termo - comunicado - fosse aqui mais adequado para a expressão de todas estas múltiplas dimensões que englobo em "designado". De qualquer modo, sempre que se escreva aqui designado ou interligação consequente de designados, deve entender-se que se pretende fazer referência a todo o complexo de dimensões atrás referenciadas.

2.2.3.

A 'continuação' adequada de um texto a partir de um dado momento do seu desenvolvimento envolve, ainda, uma outra condição, de natureza diversa das anteriormente estabelecidas. Poderei condensá-la na seguinte formulação:

(iii) os ENs por que se distribuem os designados a manifestar na 'continuação' de um texto devem (tal como os já actualizados) suceder-se de forma a garantir a "boa formação semântico-sintáctica do transfrástico" que neles se realiza. (Para o designado por esta expressão, ver acima 1.8.).

Torna-se patente que ao considerarmos a "boa formação do transfrástico" nos movimentamos no âmbito do texto concretamente realizado numa LN e nos referimos aos recursos idiomáticos (instrumentos e mecanismos, e princípios da sua actualização) envolvidos na conexão inter-ENs. Tocamos, pois, aqui o domínio por excelência explorado por Halliday-Hasan na sua noção de coesão (inter-ENs).

Nesta base, estabelecem alguns Autores uma distinção entre coe-

rência e coesão, assinalando que as duas dimensões não se implicam reciprocamente: "We can have (explicitly) cohesive texts which are not coherent, and vice versa. And, in fact, coherent texts which also manifest surface cohesion represent only special cases of textual tightness" (Ostman, 1978, p.102). Não raro, porém, aqueles nexos coesivos são tomados directamente como condição de coerência - sem se atentar na diversidade de natureza que demarca estas dimensões da constituição do texto das normas de não tautologia, de não contradição e de relevância que, em rigor, preenchem a noção de coerência. Outras vezes, enfim, deles se diz, mais adequadamente, que constituem "grammatical properties of discourse" ou "syntactic structures expressing semantic coherence relations in discourse" (van Dijk, 1977, p.127) - o que, refira-se, rigorosamente só é exacto no que tange à projecção de relatores (as condições do seu uso exigem, efectivamente, que se cumpra a relação - que é uma relação de relevância - instaurada entre ENs pelo próprio significado desses instrumentos).

Pela minha parte, excluirei inequivocamente estas conexões da noção de coerência. Delas direi que não constituem condição de coerência, que não realizam coerência, antes a pressupõem. (Este ponto será esclarecido ao longo da exposição). É por isso que, quando esta "pseudo-condição" de coerência é referida, logo se aduz que se trata de "condição não suficiente": na verdade, não é difícil "fabricar" sequências de ENs interligados por instrumentos e mecanismos de conexão (pro-formas, elipse, e outras modalidades de retoma do já verbalizado, e mesmo relatores), mas que não constituem texto, justamente porque, por força deles, não fica garantida a interligação consequente entre o designado comportado nessas mesmas sequências [26]. É para esta interligação consequente entre o designado manifestado numa sequência de ENs ("dominados" por um universo de discurso fixado por uma intenção comunicativa global) que deve ser reservada a denominação de coerência. Esta releva, pois, não do plano estritamente idiomático (da configuração "interna" de uma LN, onde cabem aqueles instrumentos e mecanismos de conexão, que asseguram o que designei de "boa formação do transfrástico"), antes de um plano que direi lógico-conceptual ou conceptual, que não sendo alheio ao primeiro, dele é, porém, distinto. Da caracterização desse plano conceptual (e das suas articulações com o plano idiomático, específico de cada LN) tratarei adiante.

Se assim é, e se (como ficou referido acima) na noção aqui a pro-

por de coesão vou reter aqueles instrumentos e mecanismos de conexão inter-ENs (sobre que vimos debruçarem-se Halliday-Hasan), resulta imediatamente que desenharei uma demarcação entre coerência e coesão. Essa demarcação não coincidirá, porém com a que acima foi referenciada, pois passará por uma prévia re-interpretação ou redefinição de ambas as noções.

2.2.4.

Por força do contido na formulação (i) de 2.2.2., configura-se num texto um campo temático integrado, delimitado precisamente pela totalidade de significação intendida pelo locutor, pois esta determina os designados possíveis, e as suas relações (que perfazem o universo de discurso), a manifestar num acto verbal. A linearização desta totalidade de significação, se desenvolvida nos termos da condição (ii) - e mais estritamente nos da sua alínea β (ver 2.2.2.) - projectará uma continuidade temática que, percorrendo todo o texto, suporta a sua unidade e viabiliza o desenho de um "sentido global".

Dada a centralidade que o campo temático instituído num texto ocupa na configuração do seu "sentido global", e dada ainda a força unificadora que representa a continuidade temática verificada entre os sucessivos ENs que realizam o texto, não surpreende que a coerência textual seja insistentemente referida a estes aspectos. Por isso, não raro ela é designada coerência temática (27).

B. Pottier sublinha aqueles aspectos unificadores e viabilizadores do texto quando escreve: "Le discours se déroule normalement avec une certaine continuité thématique (isotopie): sinon on <<saute du coq-à-l'âne>>, on fait un jeu de mots, on s'oriente vers des quiproquos" (B. Pottier, 1974, p.36 - o sublinhado é meu).

Atentas, porém, as dimensões que fiz congregar em designado (ver acima último parágrafo de 2.2.2.), interessa observar que a continuidade temática engloba, não apenas a adequada vinculação dos "objectos" e "predicações" entre si e com a totalidade de significação em desenvolvimento, mas também a "homogeneidade" do que se chamará rumo discursivo (ou a interligação adequada de rumos discursivos diversos compresentes num mesmo texto) - e que tem a ver com as finalidades globais da comunicação em curso, com o entrosamento das for-

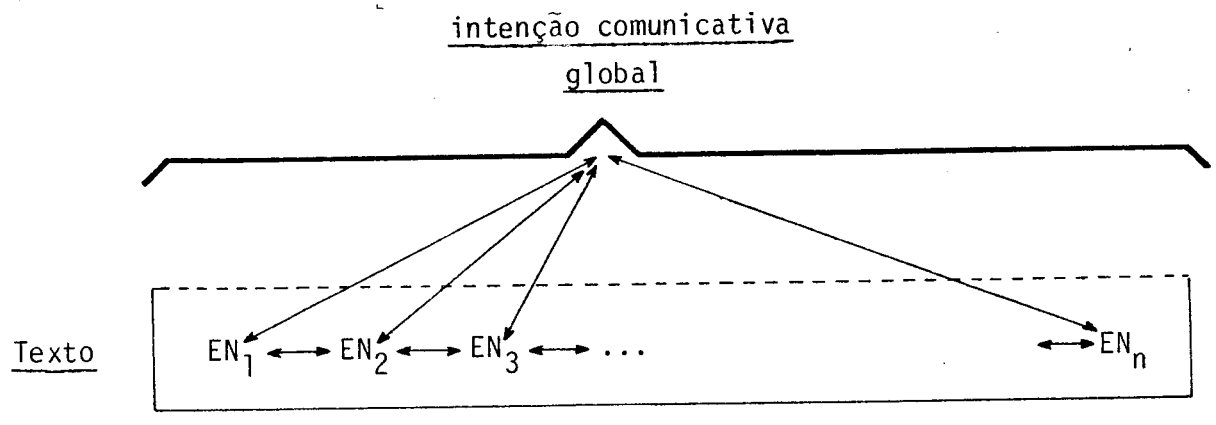
ças ilocutórias projectadas, com o modo como o locutor assume o seu discurso ... (aspectos não raro ignorados, ou pelo menos insuficientemente contemplados na caracterização da coerência).

2.2.5

De acordo com o exposto, a totalidade de significação intendida pelo locutor representa o grande princípio ordenador da construção do texto. (Repare-se que continuo a perspectivar a coerência do ângulo do locutor: veja-se a observação que abre 2.2.1.). O designado comportado em cada um dos ENs que realizam o texto é sempre "dominado" pela configuração global da intenção comunicativa, a que dá realização local, e a que está articulado por uma relação do tipo "parte-todo". Este "domínio" penetra as relações do tipo "parte-parte" que (ainda no que respeita ao conteúdo designativo - ao comunicado - por cada um veiculado) os ENs mantêm entre si, de tal modo que esse conteúdo representa o lugar de intersecção da totalidade de significação intendida com o manifestado no(s) EN(s) antecedente(s), a que dá 'continuação'.

É basicamente este complexo de interdependências em que mergulha cada EN do texto - interdependências desenhadas, como se viu, num plano vertical (com a intenção comunicativa global) e num plano horizontal (com o manifestado no contexto verbal antecedente) - que configura a progressão 'homogénea', 'ligada', da mensagem veiculada no todo textual.

Uma representação gráfica permitirá visualizar adequadamente este complexo de interdependências que suportam o texto (no esquema que se segue, tome-se EN como "conteúdo designativo manifestado em EN").



A coerência textual pode, assim, tomar-se como fundada sobre a adequação do conteúdo designativo vasado em cada EN simultaneamente à intenção comunicativa global que preside ao texto e o "domina" e às parcelas em algum momento já manifestadas dessa intenção. Desta adequação, desenvolvida naquele duplo plano, resulta a continuidade de sentido que congrega e unifica a mensagem distribuída nas unidades frásicas que materializam o texto. A noção de intersecção introduzida acima parece traduzir convenientemente esta dupla adequação. Ela consubstancia-se na existência de pontos de contacto, de pontos de sobreposição, entre a intenção comunicativa global e cada um dos momentos do desenvolvimento da sua manifestação concreta.

Convirá recortar com rigor o que se pretende significar aqui ao falar quer de relações "parte-todo" e "parte-parte" quer de intersecção. Tal é traduzível no seguinte: o que se comunica num dado momento do discurso deve "vir a propósito" do tópico global e dos fragmentos dele já configurados -- no que se consumará uma necessária progressão da mensagem na necessária junção (ou concordância ou convergência) com o que ficou já manifestado no quadro de uma intenção comunicativa global desenvolvida numa dada situação de comunicação. Em suma (e para tal aponta o termo adequação também acima empregado), trata-se de assegurar que a produção de um EN se revele apropriada ao seu contexto linguístico e extralinguístico - tomando-se este último num sentido que abarque todas as coordenadas da enunciação, logo, e imediatamente, o locutor (e a intenção comunicativa global de que se manifesta animado) e todo um complexo de dimensões que perfazem o que mais abaixo se denominará universo de conhecimento dos falantes envolvidos num acto verbal. (Torna-se claro que o que se escreveu converge com algumas das Máximas de Conversação de Grice, mais especificamente com o princípio da cooperação e com a máxima de pertinência: ver Grice, 1967/1975).

2.2.6.

Retomemos por alguns momentos as normas de coerência textual que apresentei acima como exigência de não tautologia, de não contradição, e de recíproca relevância entre o comunicado nos sucessivos ENs (em si mesmos simples, compostos ou complexos) que realizam o texto [28].

2.2.6.1.

A exigência de não contradição e de não tautologia revela-se, à primeira vista, deveras elementar, pois que, em condições "habituais" ou "normais" de comunicação, não só não diremos num dado EN o "contrário" do que ficou referido num EN antecedente, como também não diremos sucessivamente "o mesmo acerca das mesmas coisas" (ainda que, eventualmente, "por outras palavras"). Decorreriam da contradição e da tautologia, respectivamente, uma ruptura e uma redundância excessiva, que justamente viriam contrariar o desenvolvimento consequente da mensagem, a sua continuidade.

T. van Dijk enuncia esta dupla condição de coerência nos seguintes termos genéricos: "We ... will assume as a rule here that a text is coherent if immediatly subsequent sentences/sentoids are not equivalent or contradictory. This rule asserts that texts in natural language, ideally [29], are linearly consistent and non-redundant" (van Dijk, 1972, 97).

Como se escreveu acima, esta dupla condição de coerência revela-se, à primeira vista, elementar. No entanto, múltiplos problemas surgem aqui, tendo basicamente a ver, por um lado, com os contornos precisos a dar à noção de contradição e à de tautologia, e por outro lado, com a definição do limiar a partir da qual uma e outra bloqueiam (ou perturbam gravemente) o desenvolvimento da mensagem.

Em relação à exigência de não tautologia, torna-se claro que ela se articula à necessidade de se verificar em todo o texto uma progressão no comunicado. (Esta progressão dá cumprimento a uma das máximas de quantidade de Grice, que "prescreve" o carácter "suficientemente informativo" a respeitar pelo locutor em cada intervenção numa conversação). No entanto, como se verá melhor mais abaixo, esta progressão envolve uma sempre ampla retoma, explícita ou implícita, do já manifestado (explícita ou implicitamente). Reparar-se-á ainda que a configuração idiomática de uma LN comporta não raro esquemas construcionais em que se projectam tautologias, que toda a redundância é, à partida, um momento de tautologia, e que, finalmente, a repetição insistente do já comunicado é um recurso intencionalmente utilizado para a obtenção de efeitos comunicativo-expressivos diversificados (por ex, efeitos argumentativos).

Algumas destas observações valem também para a contradição: também em muitas línguas estão "consagradas" combinações de elementos, à partida, "contraditórios", também em muitas produções verbais se projectam "contradições" que visam a obtenção de efeitos expressivos particulares. A questão da contradição é, porém, bem mais complexa, e deve ser referida a diversos parâmetros, entre os quais interessa destacar "o posto" e "o pressuposto", e os diferentes "mundos possíveis". (Para alguns dados imediatos sobre estes parâmetros, ver Charolles, M., 1978, 22-31) (30).

2.2.6.2. (i)

Quanto à norma de relevância, mais do que problematizar a noção complexa que cabe sob tal denominação (nos seus aspectos lógicos, pragmáticos e semânticos: ver elementos e referências em van Dijk, 1977), interessa sobretudo aqui tomá-la de modo singelamente operatório, e referí-la ao acesso que, sempre no quadro de uma totalidade de significação que "domina" uma dada produção verbal, reciprocamente se dão os factos, os acontecimentos, as situações ... manifestados nos sucessivos ENs de um texto. Tal se consubstancia em relações de ordem (seriação cronológica, inclusão de conceitos, implicação lógica), ou, em termos mais correntes (se bem que conceptualmente mais complexos), em relações de causalidade, desdobrável em conexões de necessidade, possibilidade, probabilidade, condição, finalidade (31). (Ver também número seguinte).

O que basicamente aqui se equaciona é a acessibilidade entre os "mundos" sucessivamente recortados na sequência textual, onde surgem assinalados ou indiciados por múltiplos instrumentos verbais (tempo-modo e aspecto verbal, marcadores temporais, modalizadores, relatores, verbos especificamente "criadores" de um dado "mundo" ...).

Muitas das conexões por que se manifesta este mútuo acesso entre "mundos" não são explicitamente marcadas, surgindo então como implícitas: são suportadas por inferências e assumpções retiradas ou tomadas na base do conteúdo das expressões actualizadas ou do conteúdo global vasado num EN (logo, disponíveis para os falantes na base do conhecimento da organização específica da língua em que se manifesta o texto) e/ou na base do conhecimento da situação particular da produção verbal, e do seu tema, e ainda do conhecimen-

to do mundo em geral. (Ver adiante, particularmente 2.2.10.)

2.2.6.2. (ii)

Os "objectos" (e o que deles se predique) envolvidos nos factos, acontecimentos, situações ... recriados nos sucessivos ENs do texto devem também dar-se mutuamente acesso. Tal é conseguido na base das múltiplas vias que estabelecem conexões de co-referência e cross-referência (ver acima, particularmente nota 18 e o texto a que ela se refere). Na verdade, a repetição do já comunicado é um traço imediatamente saliente em todo o texto. Reparar-se-á, no entanto, que muito regularmente na "repetição" não se consuma uma mera retoma: na paráfrase, na sinonímia, na parasinonímia, na designação metafórica, na metonimização ... incrustam-se "elementos novos", em particular semas avaliativos, modalizadores; na própria retoma por pro-formas (substitutos lexicais) algumas "informações novas" podem ser projectadas (exemplo flagrante constituirá a indicação de "reunião num conjunto" de termos inicialmente introduzidos numa enumeração:

Pedro, João e Clara encontram-se todos os sábados; eles são os animadores de um grupo de teatro experimental).

O mútuo acesso que se dão os "objectos" está intimamente ligado aos diversos "mundos" configurados na sequência de ENs; dir-se-á que a articulação consequente entre os "mundos" sucessivamente recortados no texto envolve a permanência (dada pela via de relações de equivalência) de determinados designados a par da introdução de novos designados de algum modo conectados com os já inscritos no(s) "mundo(s)" manifestado(s).

Da mesma forma, a mútua relevância entre os factos, os acontecimentos, as situações ... manifestados nos ENs do texto postula adequadas conexões no que tange ao tempo e ao lugar em que se desenvolvem, em que se localizam. Nos casos em que não se verifique identidade de cada uma daquelas localizações, isto é, quando os factos, os acontecimentos, as situações ... não são referidas a um mesmo tempo e a um mesmo lugar, estes devem ser em todo o caso reciprocamente acessíveis, ordenando-se e suportando-se adequadamente.

No que respeita ao tempo, o funcionamento do sistema verbal e as conexões de tempo-aspecto com outros localizadores temporais obtêm aqui uma saliência notória, até agora insuficientemente captada.

Em suma, a necessária progressão da mensagem - realizada pela sucessiva e ordenada (de acordo com as observações mencionadas em (i) e (ii)) introdução de conteúdos designativos no mundo textual em construção - far-se-á, pois, constantemente apoiada sobre o já manifestado, sobre os elementos presentes (explícita ou implicitamente) nos fragmentos do texto já actualizados. Daí exactamente a continuidade de sentido que percorre o todo textual. Como diz van Dijk "It seems intuitively reasonable to require that newly introduced individuals are related to at least one of the individuals already 'present'. Similarly, we may expect that assigned properties also are related to properties already assigned. And finally a change of world or situation will also be constrained by some accessibility relations to the world or situation already established" (van Dijk, 1977, p.94).

Não escapará à atenção que estas considerações de van Dijk se desenvolvem à roda do designado nos produtos verbais - designado que é aí tomado num sentido muito restrito que não contempla dimensões importantes que acima fiz destacar (sob a denominação global de comunicado) atinentes quer às forças ilocutórias, ao modo como o locutor assume o seu discurso, em suma, ao(s) rumo(s) discursivo(s) que é(são) dado(s) à produção verbal. (Ver acima último parágrafo de 2.2.2. e último parágrafo de 2.2.4.). É claro que a progressão consequente do texto exige também que as "mudanças" e as "diferenças" (van Dijk, 1977, 94) projectadas nestes domínios se dêem também de modo "homogéneo" - o que exige que a transição entre as diferentes forças ilocutórias seja devidamente "preparada" (tenha-se presente a noção de "condições de preparação" ou de "regras preliminares" de cada acto de discurso: ver Searle, J. 1972).

2.2.6.3.

Segundo uma terminologia já consagrada no âmbito da Linguística de Texto (e que se vem adoptando mesmo fora dela), os ENs que realizam o texto (cumulativamente com as representações semânticas que lhes correspondem) perfazem ou constituem a(s) sua(s) micro-estrutura(s).

A observância das condições analisadas nos números anteriores (ou seja, das normas de não tautologia, de não contradição, de relevância)

assegura, assim, a coerência dita micro-estrutural do texto - também chamada coerência linear (ou sequencial ou local), porque aquelas condições se referem directamente a relações entre o designado (o comunicado) nos sucessivos ENs do texto.

Correlativamente, toma-se como a macro-estrutura do texto a representação semântica global que corresponde à totalidade de significação intendida pelo locutor (que se reconhece ser intendida pelo locutor). A noção de macro-estrutura textual define, assim, o que intuitivamente constitui o "sentido global" do texto. (Ver, entretanto, 2.2.7).

Ficou referido acima (2.2.5.) que a totalidade de significação intendida pelo locutor (ou, mais uma vez, que no termo da interpretação do texto se reconhece ser intendida pelo locutor) representa o grande princípio ordenador da construção do texto, porque ela funda o universo de discurso a manifestar. Num sentido idêntico, poder-se-á agora dizer que a(s) micro-estrutura(s) e a coerência linear do texto enraízam na sua macro-estrutura, pois esta precisamente delimita um universo de discurso a projectar ordenada e consequentemente na cadeia de ENs que materializa o texto.

Mais rigorosamente, dir-se-á que entre a(s) micro-estrutura(s) e a macro-estrutura do texto há um continuado movimento de interacção - pois que simultaneamente as primeiras projectam a segunda (que nelas e sobre elas se constrói gradualmente) e esta se revela - e se retoca, e não raro se refaz - concretamente naquela(s). Esta interacção é fundamental, como se verá, na compreensão do texto (ver 2.2.8.).

2.2.7.

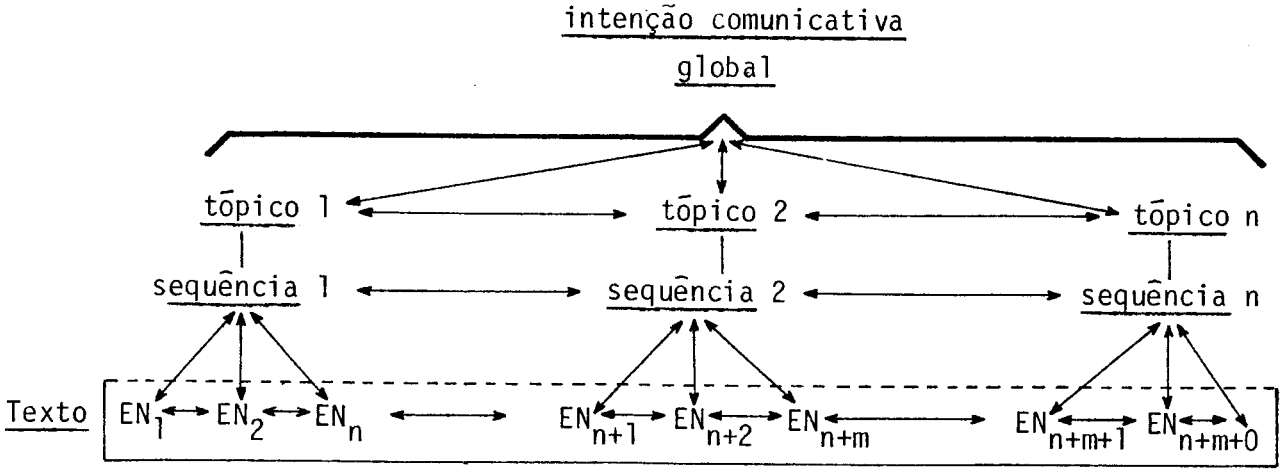
A representação dada nos números antecedentes da construção do texto pelo locutor revela-se demasiado esquemática. A insistência que foi posta nas articulações EN a EN oculta a constatação empírica imediata de que não interpretamos linearmente um texto, antes o fazemos pela integração sucessiva das representações semânticas que convêm a conjuntos de ENs no interior do todo textual (ver 2.2.10).

É, efectivamente, possível reconhecer num texto (pelo menos num texto suficientemente longo) conjuntos de ENs subsequentes que manifestam globalmente o que se designa de "tópicos" ou "temas" que nele são desenvol-

vidos. Consubstanciam-se estas unidades ou sub-unidades internas ao texto em complexos de factos, de acontecimentos, de situações ... que particularmente se interligam, formando uma parcela consistente da mensagem total veiculada pelo texto. Convém a cada um destes conjuntos de ENs - que realizam o que poderei chamar sequências textuais - uma representação semântica global (uma macro-estrutura) traduzível num EN (num "macro-enunciado") que sumarize, por derivação apropriada (desenvolvida na base de um processo de redução semântica) o conteúdo global neles manifestado.

A macro-estrutura do texto pode, pois, tomar-se como o complexo organizado de macro-estruturas "intermédias", que correspondem à noção intuitiva de "sentido global de um fragmento do texto" ou à de "tópico" ou "tema". Por outras palavras: a totalidade de significação intendida pelo locutor (que constitui, como vimos, o grande princípio ordenador da construção do texto) pode representar-se como imediatamente organizada, planificada, num conjunto de "tópicos" que ordenada e consequentemente se manifestam e desenvolvem em sucessivas sequências integradas de ENs (as quais perfazem outras tantas sequências textuais).

Sendo assim, a construção do texto pelo locutor pode representar-se mais adequadamente como segue:



Como o mostra o esquema agora apresentado, as sequências textuais (ou o tópico que em cada uma delas se manifesta) estão envolvidas num complexo de relações similares às que vimos desenvolverem-se no espaço textual entre os ENs (ver acima 2.2.5.). Assim, por um lado, num plano vertical, cada uma delas está articulada à totalidade de significação definida pelo locutor (ou à macro-estrutura global do texto) por uma relação de tipo "parte-todo": como tal, cada uma delas é "dominada" por essa totalidade que nela se realiza como fragmento de um todo; por outro lado, num plano horizontal, as sequências textuais articulam-se entre si por uma relação de tipo "parte-parte" de um complexo global que constroem e a que, obviamente, convêm. Em suma, o comunicado globalmente projectado em cada uma das sequências textuais apresenta-se como adequado, simultaneamente, em relação à intenção comunicativa tomada no seu todo e em relação aos fragmentos dela já manifestados.

Tal equivale a dizer que a exigência de não tautologia, de não contradição e de recíproca relevância a salvaguardar (idealmente) entre o comunicado em cada um dos ENs do texto tem também lugar no que tange à articulação entre o comunicado globalmente em cada uma das sequências textuais reconhecíveis no texto - pelo que a coerência textual se cumpre também no plano das macro-estruturas.

Aquele mesmo esquema assinala também que os ENs que realizam o texto se ligam a uma dada sequência textual, que os "domina" directamente, e que (só) através desta se articulam à intenção comunicativa global.

Nestas circunstâncias, a coerência linear do texto é "dominada" por uma coerência global (em que mergulha as suas raízes), justamente referida ao complexo de interdependências atrás esquematizado, que envolvem as sequências textuais (ou as macro-estruturas que lhes correspondem) como "partes" (entre si necessariamente interligadas) de um todo (definível como a macro-estrutura do texto), que preenchem, em que se integram, a que se vinculam.

A coerência textual cumpre-se, portanto, num duplo plano - no plano das micro-estruturas e no das macro-estruturas - pelo que se pode dizer que um texto coerente o é micro-estruturalmente e macro-estruturalmente (32).

2.2.8.

Até agora tenho vindo a focar a coerência textual preferentemente do ângulo da construção do texto. Se nos situarmos na óptica da compreensão do texto pelo receptor - na óptica da constituição do sentido do texto - - observaremos que a coerência textual pode ser genericamente referida à verificação de se o comunicado nos sucessivos ENs que realizam o texto dá lugar à configuração, gradualmente desenvolvida, de uma macro-estrutura - imediatamente de uma macro-estrutura correspondente a cada um dos "tópicos" nele tratados e, mediatamente, da macro-estrutura (derivada da integração das várias macro-estruturas intermédias), que define o "sentido global" do texto.

Mais rigorosamente - e porque, como já se referiu de passagem e se verá melhor adiante, a compreensão do texto não é linear - direi que a captação da articulação consequente entre o comunicado nos ENs (ou seja, das relações que garantem a coerência linear sobre que repousa a compreensão do "sentido global" do texto (ou de algum dos seus fragmentos), exige que o receptor se represente (pelo menor a título de hipótese, a confirmar ou a corrigir posteriormente) um "tópico" que, como "macro-facto", "macro-acontecimento" ou "macro-situação", congregue, unifique e "dê sentido global" aos factos, aos acontecimentos, às situações ... sucessivamente manifestados.

Importa assinalar que a "hipótese" assim levantada pelo receptor não é arbitrária, pois se apoiará simultaneamente sobre o conhecimento do mundo em geral, sobre o conhecimento da situação de comunicação, sobre o conhecimento de fragmentos eventualmente já actualizados do texto - incluindo o seu título (ainda mesmo quando este seja meramente alusivo). Todo este universo de conhecimento - e as expectativas a ele agregadas - suporta, efectivamente, aquela "hipótese". (Ver 2.2.10.).

Por esta via se consuma, afinal, um continuado movimento de vai-vem entre o local e o global, entre as micro-estruturas, as macro-estruturas "intermédias" e a macro-estrutura global do texto. Na verdade, como diz van Dijk, as macro-estruturas "determine the global or everall coherence of a discourse and are themselves determined by the linear coherence of sequences" (van Dijk, 1977, 95). Ou seja, a compreensão global do texto possibilita, e guia, a compreensão local, e ao mesmo tempo resulta desta.

2.2.9.

A abordagem da coerência do ângulo de compreensão do texto (do ângulo do receptor) permite observar que não apenas são integráveis numa da da macro-estrutura os factos, os acontecimentos ... reciprocamente relevantes em termos de conexões de ordem ou de causalidade, (no sentido definido acima em 2.2.6.2.), mas também factos, acontecimentos ... ligados simplesmente por uma relação de compatibilidade. Com efeito, a condição acima formulada que exigia uma conexão de mútua relevância entre os factos, os acontecimentos ... recriados no texto revela-se demasiado rígida, ignorando articulações consequentes em termos de mera compatibilidade, isto é, de não recíproca exclusão numa dada situação.

A articulação de ENs na base de laços de mera compatibilidade é, porém, visivelmente, mais frouxa que a que se consuma na base de relações de ordem (ou de causalidade), e a sua integração num complexo unitário pode surgir como problemática. Por isso, nas mais das vezes uma dada sequência de factos, de acontecimentos ... conectados por simples compatibilidade exige uma agregação directa à situação de comunicação - de que dá uma descrição de tipo analítico - e/ou a explicitação do tópico que nela se pretende manifestar. Esta explicitação é feita habitualmente num EN que abre ou fecha a sequência, e a que van Dijk chama "topical sentence" (van Dijk, 1977, 150). Darei um exemplo trivial:

O sol não deixa de aquecer. A CEE nunca esteve tão perto. O calendário eleitoral é escrupolosamente cumprido ... Tudo parece ir bem no reino de Portugal.

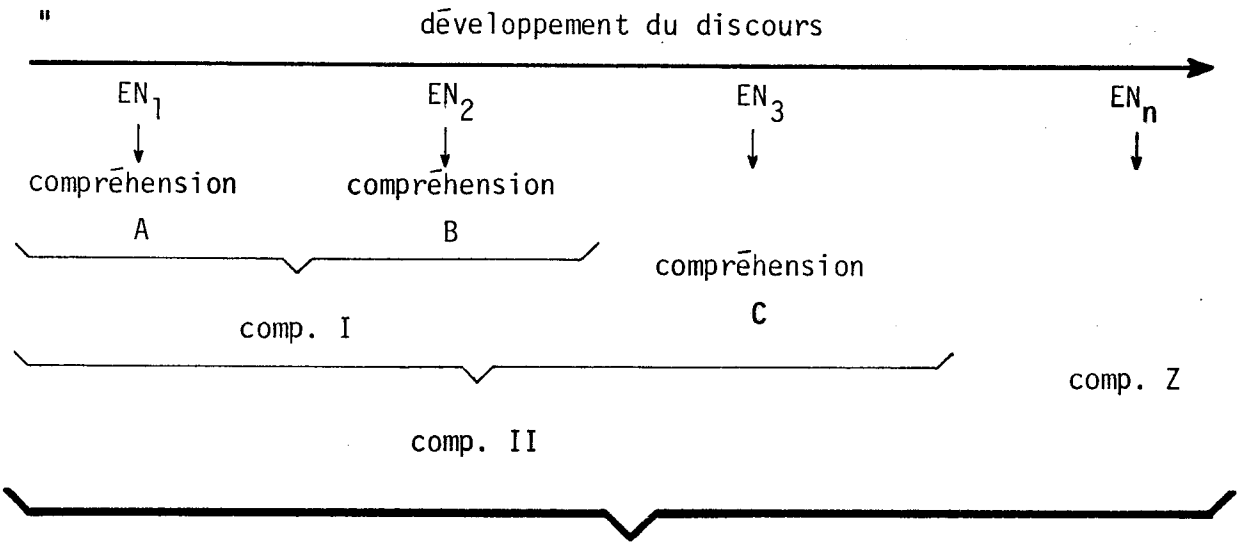
O EN sublinhado tem justamente um cariz "topical" ou "temático", unificando, integrando o comunicado em cada um dos outros - entre os quais não opera nenhum instrumento de conexão.

2.2.10.

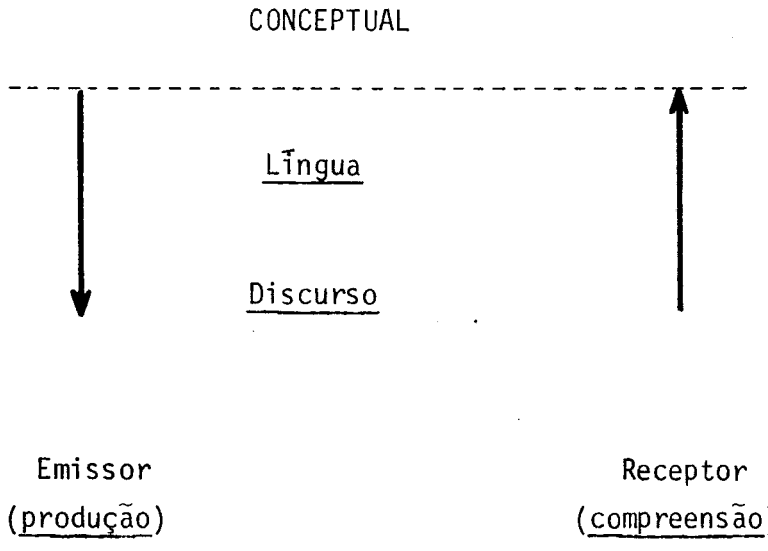
A compreensão do texto constitui um processo complexo que, fundamentalmente, se desenvolve pela integração dos conteúdos vasados em ENs subsequentes numa representação lógico-conceptual global (num "agregado" con-

ceptual). Essa integração passa pelo abandono de muitas informações tomadas como "sem consequência" para o entendimento da mensagem. De cada EN do texto será retido essencialmente um complexo conceptual que corresponde ao esquema actancial que suporta esse mesmo EN. (Como se verá melhor em capítulos subsequentes, o esquema actancial desenha uma constante semântico-funcional memorizada em competência com uma unidade lexical verbal, um "schème d'entendement" - B. Pottier, por ex, 1974, 1978 - que suporta a produção e a recepção de um EN). Aquele agregado conceptual constitui a representação cognitiva integrada de um acontecimento, de um facto - considerados em si e nos participantes ou circunstantes nele regularmente envolvidos (onde assumem papéis funcionais, a identificar em termos de Casos). Sobre esse complexo cognitivo projectar-se-á o que corresponde à configuração semântica básica do EN subsequente, e assim sucessivamente ao longo do texto. Resultará deste processo a configuração de macro-complexos cognitivos (ou de macro-agregados conceptuais) - correspondentes às sequências textuais ou aos "temas" nelas desenvolvidos (ver acima 2.2.7.), finalmente integrados numa representação conceptual global em que se condensa o "sentido" do texto (a sua compreensão final pelo receptor).

Este processo, sem dúvida ainda incipientemente conhecido e aqui apresentado nas suas grandes linhas, pode ser representado segundo um esquema que retiro de B. Pottier, 1974, p.79:

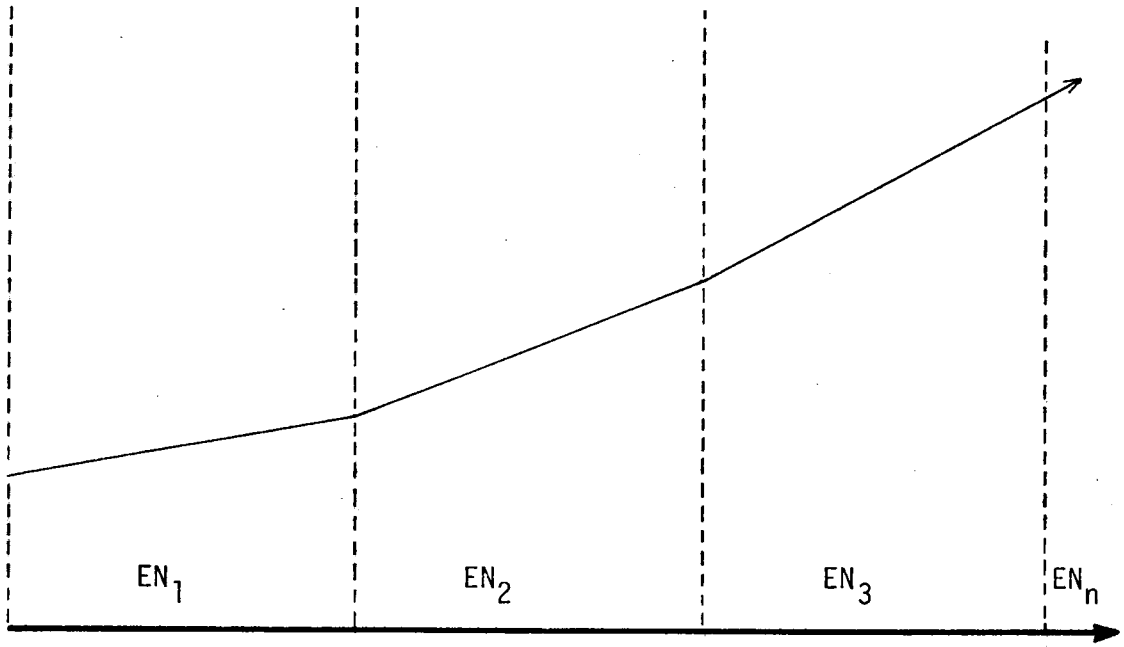


A compreensão do texto representa, deste modo, a captação, a reconstrução (nas mais das vezes, como já se deixou anotado acima, apenas aproximativa) por parte do receptor, do complexo cognitivo (do macro-agregado conceptual) em que se consubstancia a intenção comunicativa do locutor. Esta representação conceptual mostra-se, assim, por um lado, do ângulo do locutor, o "ponto de partida" do processo de construção do texto (processo que envolve a escolha de soluções formais idiomáticas, isto é, de elementos lexicais e esquemas semântico-sintácticos, e a sua projecção adequada em discurso), e por outro lado, do ângulo do receptor, o "ponto de chegada" do processo de compreensão do texto. Esquematizando:



A caracterização sumária mais acima apresentada da compreensão do texto mostra que esta não é linear. Na verdade (veja-se também este último esquema) "On conceptualise des tranches de discours, constamment remodelées par la conceptualisation des tranches suivantes" (B. Pottier, 1974, p.36).

Esta continuada re-elaboração do sentido pode ser esquematizada do seguinte modo, em que se dá adequada saliência ao constante acréscimo de sentido que se projecta na interpretação:



(Devo a sugestão deste esquema ao Prof. Óscar Lopes)

A re-elaboração do sentido a que vinha aludindo não se faz - - observe-se - apenas na base do conteúdo vasado nas expressões que realizam o texto, mesmo incluindo nesse conteúdo as inferências (ou as "implicações" ou "quase-implicações" na terminologia empregada por I. Bellert, em Bellert, 1970) e as assumpções, disponíveis directamente a partir da orga-

nização semântico-lexical e semântico-sintáctica da língua em que o texto se materializa. Nessa re-elaboração do sentido intervêm poderosamente o universo de conhecimento do receptor, isto é, o seu "saber" (e a sua experiência) imediatamente sobre a situação de comunicação e o tema do texto, mas também sobre o mundo em geral, sobre as "coisas", as "crenças" e outras representações agregadas, numa dada comunidade sócio-cultural, às "coisas" ... Inclui-se naturalmente neste "saber" o domínio de princípios gerais que pautam o exercício do pensamento, nomeadamente daqueles que I. Bellert designa "general rules of reasoning" (Bellert, 1970, 336), na base dos quais os falantes, enquanto seres inteligentes, tiram generalizações ou inferências sobre os objectos, os factos, os acontecimentos que preenchem o mundo (33). Desse mesmo universo fazem ainda parte integrante os interesses, os valores, as normas - e a sua hierarquização - que situam especificamente o falante perante si mesmo, perante os outros e perante o "mundo" (complexo de dimensões que se congregam no centro do que correntemente se designa como "formação ideológica" e "formação discursiva").

Efectivamente, a compreensão do texto desenvolve-se na base desta interacção entre o verbalizado e o universo de conhecimento do receptor. A captação do sentido global do texto - que envolve, como se viu, a captação das conexões micro-estruturais e macro-estruturais desenhadas no seu espaço - depende da capacidade que revele o receptor de ligar os factos, os acontecimentos ... recriados à organização conceptual, à ordenação intelectiva que detém do mundo, ou seja, justamente ao seu universo de conhecimento, entendido nas componentes acima levantadas (34). Sublinhe-se que tal capacidade não é senão a de utilizar o universo de conhecimento como elemento de sentido, que opera basicamente, por um lado, como fonte supletivadora de informações deixadas implícitas pelo locutor na produção do texto, e por outro lado, como baliza para a projecção de um determinado valor de comunicação (ou de significação) para as expressões actualizadas (35).

O comunicado num dado produto verbal é, assim, a resultante global do explícito e do implícito, ou, noutros termos, o lugar de encontro da interacção do significado, do denotado e conotado, das forças ilocutórias, e ainda das consequências que de todas essas dimensões extraem os falantes na base do conhecimento da organização da língua e do "contexto sócio-cultural e histórico" dessa língua, da situação de comunicação, do co-texto, do "saber" em geral sobre o mundo (onde cabem variáveis atinentes às "formações ideológicas/discursivas" e outras, meramente ocasionais) e do domínio dos princípios gerais que pautam o exercício do pensamento.

Antes de prosseguir convirá anotar que, neste trabalho, reúno sob as designações genéricas de inferências e assumpções todos os elementos de sentido implícitos, agregados a uma expressão verbal ou a uma sequência, actualizadas em discurso. Cobrem, assim, aquelas designações genéricas dimensões de sentido muito variadas que vêm sendo, insistentemente, objecto de caracterização, em orientações diversificadas, sob denominações tais como pressuposição, implicação, "sous-entendus", "meaning postulates", "conversational implicatures", "entailment", inferência e outras. Apagar, desta forma, a demarcação entre cada uma das realidades designadas nestes diferentes termos revela-se, sem dúvida, inadequado. Não se trata aqui, porém, mais do que diluir ou esbater essa demarcação para que se saliente um certo fundo comum, uma considerável base de pontos comuns, não raro ignorada. (Ver a este propósito as considerações pertinentes tecidas por J. Verschueren, que tenta "unifier les théories de la présupposition, des actes de langage et des implicatures conversationnelles": Verschueren, 1980, p.274).

Voltando à consideração do modo como o universo de conhecimento é utilizado como elemento de sentido no exercício verbal, importa pôr em relevo que esse "saber" é também aproveitado de maneira similar pelo locutor na construção do texto. Na verdade assim é: o locutor, na base da pressuposição de que o seu interlocutor dispõe de um certo número de informações respeitantes à situação de comunicação, ao tema do discurso e ao mundo em geral, em que ambos mergulham (e que, enquanto membros de uma mesma comunidade histórico-cultural, organizam cognitivamente de modo relativamente coincidente), o

locutor, dizia, dispensa-se, para evitar redundâncias excessivas(eventualmente perturbadoras) de explicitamente as referir. Todo o texto se revela, assim, mais ou menos "elíptico" ou "incompleto", ou se se prefere, económico, pois que o seu produtor conta com a cooperação do receptor, que buscará, recriará as articulações (e os elementos que as suportem) indispensáveis à configuração de uma continuidade de sentido que viabilize a constituição de um "sentido global".

Como diz Grize "dans tout discours, le sujet énonciateur considère comme acquises un certain nombre de données situationnelles et contextuelles" (Grize, 1973, 96) - e mais que isso, como acima se acentuou, sabe utilizá-los (tal como o receptor: ver também acima) como elemento de sentido.

Desnecessário será acentuar que aquela cooperação é bilateral, ou seja, que o locutor, pela sua parte, providenciará para que as pressuposições que assume acerca do universo de conhecimento do seu interlocutor sejam correctas. Um desfasamento ou desencontro neste domínio acarretará, como se compreende, dificuldades ou até o bloqueamento (no todo ou em parte) da comunicação. Um tal desfasamento pode dar-se quer "por excesso" (o locutor assume pressuposições que não se cumprem do lado do receptor, que não dispõe de informações suficientes ou da capacidade efectiva de as projectar sobre o verbalizado) quer "por defeito" (o receptor dispõe de um mais amplo leque de informações que o que lhe é cometido pelo locutor - do que decorrerá uma interpretação que estará "para além" do intendido). Desfasamento ou desencontro no domínio da "formação ideológica" (ou das "formações discursivas") - - tal como eventuais momentos de "desatenção" ou "desmotivação" (face ao tema do discurso) - constituem também ocasião para um menos bem conseguido processamento da comunicação.

2.2.11.

É esta interdependência ou interacção texto / situação / conhecimento do mundo que Petöfi põe em destaque ao caracterizar, do ângulo privilegiado da compreensão, a coerência textual nos seguintes termos: "The coherence of a text is based on the inseparable unity of the structure of the uttered string of language elements, information and/or hypotheses about the extralinguistic context of the utterance, and the common knowledge that can/must be connected with the uttered string in question" (Petöfi, 1978, apud

Marello, C., 1979, p.620).

Torna-se, pois, claro que ao considerarmos as relações entre o que sucessivamente é configurado no mundo textual que suportam a coerência do texto nos situamos "somewhat beyond the text as it is actually made manifest in sound or print. Coherence is clearly not a mere feature of text, but rather the outcome of cognitive processes among text users" (Beaugrande/ /Dressler, 1980, p.5; o sublinhado é meu). Na verdade, "the textual world contains more than the sense of the expressions in the surface text: cognitive processes contribute a certain amount of commonsense knowledge derived from the participants expectation and experience regarding the organisation of events and situations (idem, ibidem, 85), na base das quais o receptor "will supply as many relations as are needed to make sense out of the text as it stands" (idem, ibidem, 4).

2.2.12.

Esta continuada interdependência texto / situação / conhecimento do mundo mostra que àquela unidade linguística convém uma caracterização em termos eminentemente comunicativo - pragmáticos e não em termos estritamente idiomáticos. Em particular - e como decorre das considerações antes desenvolvidas - a coerência do texto (apresentada, como se viu, no âmbito da Linguística de Texto como o limiar que separa esta unidade de uma arbitrária sequência de ENs) só nesta base é adequadamente equacionável e captável [36].

Aquela mesma interdependência texto / situação / conhecimento do mundo constitui, entretanto, a raiz de grandes dificuldades para a construção de um modelo adequado à captação da complexa realidade que se revela no texto. Não poucos linguistas sublinham mesmo a impossibilidade de uma tal construção, na base de argumentos que se prendem às considerações acima tecidas: " ... if the property of being a text implies that the linguist should analyse textuality or texture (as a set of linguistic features and context--linking elements), context (with particular stress on communicative functionality in situation: see Schmidt 1978, Hasan 1978) universal and variable socio-cultural norms and backgrounds (see ethnometodology, ethnography of speaking, social psychology and antropological linguistics), text grammar would then be a clearly Utopian global device". Na verdade, "When multifarious human extra-linguistic factors come into play, the linguist can no longer mas-

ter the field of analysis, which tends to extend as far as infinity. In fact, if the task of grammar is generating texts, and if the properties of text cannot be considered only according to formal linguistic features - whatever is the field of phenomena that we assume under the label 'linguistic' - grammar should explain all relevant situational and socio-cultural features (or, at least, all types of features), which are obviously too heterogeneous to be arranged in one model" (Berruto, G., 1979, p.503).

Atenta esta situação, algumas vezes se tem mesmo impugnado a legitimidade da designação de gramática para os modelos de geração do texto que têm sido propostos - impugnação que é desenvolvida na base de argumentos diferentes, mas sem dúvida complementares (ver testemunhos a e b, abaixo), que interessa reter aqui por estarem na sequência do que tenho vindo a sublinhar:

a. " ... the unit 'text' cannot be assumed as a basis for a linguistically oriented and well-delimited grammar; we can assume it as a basis for a theory of language-in-context, which then becomes no longer controllable within a grammar" (Berruto, G., 1979, 503);

b. " ... the rules concerning text formation mostly do not belong to language system. It should be considered as symptomatic that these rules typically are not language specific [= não são estritamente idiomáticas] ; the examples quoted as restricted to a single language (or to a group of languages) mostly concern either rather remote languages ... or peripherical features of language systems only. Since grammar is used as a term for a certain essential part of a description of a language, it follows that the collocation text grammar includes the latter term in a quite unnusual meaning (the usual sense of grammar could only yield a contradictio in adiecto here) (Sgall, P., 1979, 91-92).

Por isso, certamente, alguns investigadores no domínio da Linguística de Texto evitam, com alguma prudência, falar de Gramática, preferindo, como é o caso de van Dijk, "the rather neutral and vague term 'linguistic theory'" (van Dijk, 1977, p.7).

Tal não impede que muitos linguistas vão mesmo ao ponto de defender que a tarefa de construir (e de justificar como adequado) um modelo para a geração dos textos, ou - vistas as coisas de um outro ângulo - para

a caracterização explícita da competência textual dos falantes está fora não apenas das possibilidades da teoria linguística, mas sobretudo do seu âmbito próprio: "generally speaking, textual competence indicates the faculty of producing and interpreting Ts [texts] . This in pratice means that the subject having such a faculty is able to understand, plan and develop various kinds of Ts. More specifically, he must be able to summarize and paraphrase them, to provide them with a title, to evaluate their completeness, to restore their unity (whenever they are intermingled with pauses, digressions or other Ts), and finally, to classify them according to a prestablished typology. It should be quite clear that this set of operations belongs to a very general psychological theory of verbal behavior rather than to the strictly defined linguistic theory" (Bertinetto, 1979, 145).

O que fica patente é a vocação inequivocamente pluridisciplinar / interdisciplinar de uma ciência do texto, na verdade ainda a constituir, que dê conta da extrema complexidade reunida em tal unidade linguística.

Dada esta complexidade, e ainda a contiguidade e a interacção que se manifestam entre as dimensões que informam o texto, não se estranhará as dificuldades que sente a própria Linguística de Texto em delimitar, inequivocamente, o seu objecto formal de reflexão. É certo que alguns dos mais influentes investigadores que propugnam pela instituição da Linguística de Texto como teoria linguística dos discursos insistentemente procuram definir com clareza esse objecto, que vêem constituído pelas "general conditions, morpho-syntactic, semantic and pragmatic, determining the well-formedness, interpretability and appropriateness, respectively, of any discourse of a particular language" (van Dijk, 1977, 4). No entanto, face a algumas das orientações que se vêem delineando na Linguística de Texto, não é de todo infundado o receio, partilhado por muitos, de que, ao pretender-se, por essas vias, alargar a Linguística ao "além-Enunciado", se chegue afinal ao abandono da Linguística (ver Hendrics, 1973, 40). Na verdade, algumas das perspectivas praticadas na investigação textual que se reclamam da Linguística de Texto têm mais a ver, por ex, com a crítica literária ou com a semiótica literária do que com a Linguística. Por outro lado, a fluidez dos contornos da Pragmática Linguística dá ocasião a investigações lógico-pragmáticas que algumas vezes parecem ignorar a especificidade das LNs.

2.2.13.1.

Voltando ao problema central que nos vem ocupando - a coerência textual - importa sublinhar que, dependendo ela, poderosamente, do universo de conhecimento de que dispõem os interlocutores, e da sua efectiva capacidade de o projectar sobre os instrumentos verbais actualizados, é linear que diferentes indivíduos num mesmo momento ou em momentos diversos, ou ainda, que um mesmo indivíduo em ocasiões diferentes, experimentem flutuações no julgamento, na avaliação da coerência de um mesmo texto. Traduzirão estas flutuações dificuldades, limitações, quando não mesmo a impossibilidade da compreensão desse texto. (Ver acima 2.2.10.).

Essas flutuações de julgamento provam a relatividade da coerência do texto.

Efectivamente, a coerência do texto é, para um dado receptor, uma função de múltiplas variáveis.

Umas têm a ver, como se anotou, com o universo de conhecimento - com a sua amplitude e profundidade, a sua mais ou menos bem conseguida organização e sistematização, e, sobretudo, com a capacidade efectiva por parte do receptor de aplicar, de projectar sobre o mundo recriado no texto o seu "saber" sobre as "coisas". (Intervêm aqui factores diversos, tais como preparação cultural e escolar, experiência, idade, desenvolvimento intelectual, apetência comunicativa e cultural ...).

Outras variáveis referem-se ao próprio saber linguístico do receptor - entendido quer na acepção estrita de competência idiomática quer no sentido alargado que abarca tanto esta última como a competência pragmático-comunicativa (que engloba o domínio do sistema verbal e de outros sistemas semiológicos, ao primeiro interligados). Notemos que esta competência constitui, afinal, uma zona específica do universo de conhecimento dos falantes envolvidos num acto verbal. (De resto, se o conhecimento de uma LN envolve o conhecimento dos "objectos", dos "processos" ... para que remetem os signos - e ainda a capacidade de retirar, na base do próprio significado, "implicações" ou "quase-implicações": ver I. Bellert, 1970 - nem sempre é fácil separar inequivocamente o conhecimento linguístico e o conhecimento do mundo ...).

Finalmente, outras variáveis envolvidas na avaliação da coerência textual têm a ver com o próprio tipo de texto, e, logo, com os conteúdos nele

vasados (sua riqueza, sua complexidade, seu grau de abstracção ...) e com a forma que reveste a sua expressão.

Nas situações correntes ou habituais de comunicação, estas (e outras) variáveis são previstas e controladas por parte do locutor, que em particular cuidará de que as pressuposições assumidas em relação ao universo de conhecimento dos interlocutores sejam, como já ficou anotado, correctas. (Ver acima 2.2.10.).

2.2.13.2.

A relatividade da coerência do texto pode ser perspectiva de um outro ângulo.

Temos vindo a considerar regularmente uma situação ideal: partimos do princípio de que os factos, os acontecimentos ... manifestados nos textos se interligam "de forma exemplar", sem lugar a desconexões, a redundâncias, a incompatibilidade ... ainda que momentâneas, pontuais.

É, porém, da experiência de cada um que tal não acontece exactamente - pelo menos em muitas das produções discursivas que correspondem aos actos verbais mais correntes no dia a dia da interacção comunicativa. Podemos até generalizar esta observação e anotar que mesmo nos discursos realizados em "estilo não coloquial" (em "estilo reflectido") (37) - em que o locutor põe particular atenção na organização e na expressão das finalidades comunicativas que pretende perseguir - mesmo aí, nem sempre encontramos uma articulação de todo consequente entre os fragmentos de uma mesma mensagem global. Tal é verdade mesmo para o texto escrito - que o emissor tem a oportunidade de sucessivamente "corrigir", de re-organizar, de reformular ... até encontrar uma versão final que considere adequada. Redundâncias, tautologias, desconexões (quando não mesmo contradições), ENs cujo conteúdo se situará à margem do tópico em desenvolvimento, desvios ou inflexões, digressões ... são, na verdade, reconhecíveis nos textos.

Os efeitos de tais momentos no desenvolvimento da comunicação dependem, naturalmente, da sua extensão e quantidade, e ainda da pertinência, para a economia global da mensagem, do conteúdo designativo em que se centra a "incoerência" assim desenhada. As "incoerências" "locais" serão mais facilmente toleráveis (e superáveis) pelo receptor do que as "incoerências" que

se refiram às macro-estruturas (à articulação entre os tópicos desenvolvidos no texto).

De qualquer modo, concedendo o receptor o "benefício da coerência" às produções discursivas que recebe, e devendo mostrar-se, como se viu, animado de uma vontade inequívoca de cooperação com o locutor, buscará sincera e inteligentemente as conexões indispensáveis para retirar do texto em bloco e de cada um dos seus fragmentos um "sentido global", anulando desse modo eventuais momentos de "descontinuidade" no desenvolvimento da mensagem [38]. Por outras palavras, a correcta observância do princípio da cooperação por parte do receptor conduzi-lo-á a "maximalizar" ou a "restaurar" ou a "impor", ou a "derivar" a coerência dos produtos discursivos, buscando a configuração de uma isotopia (ou de várias) que dê (dêem) acesso à reconstituição da intenção comunicativa do locutor.

Sendo assim, a coerência do texto não deve equacionar-se como uma questão de "tudo ou nada" [39] - antes deve ser concebida como um continuum em que se reconhecem matizações, gradações (graus de coerência).

2.2.14.

Encerrarei com algumas notas finais a análise que me vem ocupando da noção de coerência, tal como a interpreto a partir de alguns dos trabalhos mais representativos que sobre ela se debruçam.

1.

Vem-se afirmando crescentemente uma caracterização da coerência textual sob uma óptica eminentemente pragmática que atende à dimensão accional da linguagem, sendo, então, o texto representado como uma sequência de actos de discurso ("speech acts"), cada um dos quais - e o todo do acto de discurso que globalmente perfazem - postulam condições próprias de projecção. Nesta perspectiva, a coerência textual resulta da observância das "condições de felicidade" suscitadas pelos actos de discurso e pela sua adequada concatenação.

Um tal enfoque surge-nos desenvolvido, por ex., em Widdowson, 1973 (também em Widdowson, 1978) numa tentativa de caracterização do discurso que está também na sequência de trabalhos elaborados no quadro da etnogra-

fia da fala (ver, por ex, Labov, 1970) (40).

Mais recentemente este tipo de enfoque socorre-se de noções similares às de micro e macro-estruturas, em termos de micro-actos e macro-actos de discurso (ver, por ex, van Dijk, 1977, onde são dadas outras referências).

Como é sabido, a caracterização dos actos de discurso tem sido levantada preferentemente no quadro "clássico" da descrição-explicação linguística - a frase (o EN). A tentativa de caracterização do texto em termos de actos de discurso representa, assim, a superação daquele quadro inicial.

A hipótese é aliciante, mas encontra dificuldades de monta - a começar pela verificação de que ao lado de actos de discurso de configuração de certo modo clara (tais como os de promessa, ordem, censura ...), outros - e são, sem dúvida, a esmagadora maioria - se revelam de desenho muito menos nítido. De resto, a organização de conjunto das sequências de actos levanta questões difíceis, cuja equacionação está ainda em fase embrionária.

A coerência textual assim perspectivada é, não raro, apresentada como coerência pragmática - o que, quanto a mim se revela inadequado, pois na reflexão de índole pragmática não cabe apenas a consideração da dimensão accional da linguagem.

2.

Os termos em que, acima, foi caracterizada a coerência textual valem generalizadamente para todos os tipos de texto.

Reconheceremos, no entanto, facilmente que alguns tipos de texto literário (em particular o texto poético, ou algumas das suas manifestações) levantam problemas específicos no que tange à captação da sua coerência - de que não posso ocupar-me aqui.

Por outro lado, os textos desenvolvidos em diálogo configuram também um quadro sui generis, pois que a coerência neles se salvaguarda também na adequada articulação entre os fragmentos de discurso que correspondem a cada intervenção de cada um dos interlocutores. Esta articulação envolve restrições específicas (que a Análise da Conversação vem caracterizando em trabalhos recentes) a que devem obedecer as sucessivas "tomadas de

palavra" por parte de cada um dos dialogantes (41).

Trata-se aqui, verdadeiramente, de uma coerência inter-textual que se distribui como, esquematicamente, segue:

a) coerência no seio de um fragmento discursivo, que corresponde a cada intervenção de um dialogante;

b) coerência entre os vários fragmentos discursivos que correspondem a todas as intervenções de um mesmo dialogante;

c) coerência entre as sucessivas "tomadas de palavra".

Não me ocuparei neste trabalho deste e de outros aspectos da coerência do texto dialogado.

3.

É indesmentível que a coerência textual toca de perto a questão genérica do "bom processamento" da comunicação, tendo a ver com juízos formulados sobre os textos em termos correntes, tais como "claro", "ordenado", "bem organizado", "bem ordenado" (ou seus antónimos). Os aspectos deste modo avaliados referem-se, visivelmente, às macro-estruturas do texto (à sua coerência macro-estrutural), e o seu enfoque cabia já na Retórica clássica, como cabe inequivocamente no âmbito das Máximas de Grice (ver referências, nos números anteriores, a estas Máximas).

Baseando-se, em parte, na observação de que a coerência textual (mais exactamente, a coerência macro-estrutural) respeita ao que designei acima "bom processamento da comunicação verbal", M. Dascal e A. Margalit sustentam que a "macro-coherence is, at best, a characteristic of 'good text' but not a necessary condition for being a 'text'" (Dascal / Margalit, 1974, p.113), pelo que - continuam aqueles Autores - "coherence is, basically, a normative concept and not a descriptive one". (idem, ibidem, p.115).

Sem me referir ao todo da argumentação sustentada por aqueles Autores, mas tão somente a este passo, direi que lhe subjaz a (inaceitável) assumpção de que o conhecimento de uma língua se reduz ao domínio do seu sistema formal tomado como isolado do uso efectivo em situações concretas de comunicação. A competência do falante é, inequivocamente, algo mais que o do-

mínio de um sistema formal: o saber linguístico do falante deve tomar-se, como já o referi acima, num sentido alargado que abarca também a capacidade de projecção da língua em discursos organizados de forma consequente. A coerência textual será, pois, uma dimensão do texto que cabe inequivocamente no âmbito da descrição-explicação linguística, se este se aplica, como deve aplicar-se, ao funcionamento concreto das línguas. As dimensões comunicativo-pragmáticas do texto (como de todos os produtos verbais), com as quais conflui a coerência, não representam algo de "acrescentado", de "marginal" - antes devem ser tomadas em pé de igualdade com as dimensões estritamente idiomáticas dos produtos verbais, que, de resto, informam de modo decisivo.

4.

Para além das estruturas semântico-sintáticas e semântico-pragmáticas, outros tipos de estrutura percorrem, como se sabe, o texto - estruturas narrativas, argumentativas, retóricas, estilísticas ...

Avançam-se algumas vezes, em conformidade, noções de coerência narrativa, coerência argumentativa, coerência retórica, coerência estilística ... À parte o que respeita às duas últimas (de resto, muito vagamente caracterizadas, e onde convém à metalexia coerência um sentido "derivado", que pouco tem a ver com o que atrás ficou configurado), julgo que subjaz aos usos da designação coerência o que acima se pretendeu basicamente reter - a ideia de interconexão consequente entre o sucessivamente manifestado no espaço textual. Este é tomado, em cada uma das perspectivas agora indicadas, como organizado segundo categorias descritivas específicas: assim, a coerência narrativa será referida a categorias, hoje já "clássicas" na análise antropológica, semiótica e literária dos textos (tais como, exposição, complicação, resolução, avaliação, moral ..., e outras, propostas em diferentes modelos, amplamente conhecidos); a coerência argumentativa será articulada a categorias como premissa e conclusão ... (Em trabalho recente, van Dijk explora estes domínios da organização textual em termos de "super-estruturas", que põe em relação com as macro-estruturas: ver van Dijk, 1979).

2.3.

Uma reflexão atenta sobre as dimensões básicas que vimos congregar-se na noção de coerência aplicada ao texto dará lugar a algumas observações imediatas que convirá reter (para as quais, de resto, apontam já, mais ou menos explicitamente, muitas das formulações contidas nos números anteriores).

(i) a coerência concerne ao conteúdo designativo do texto, ao mundo nele recriado, em suma, ao designado (no sentido amplo dado acima a este termo: ver 2.2.2.); o "mundo" para que remetem os signos actualizados é, como se sabe, e como se relembrou acima, exterior - se bem que não alheio - às LNs (não se confundindo, portanto, com o significado dos signos que integram uma dada LN);

(ii) a exigência de não tautologia e de não contradição entre os fragmentos do mundo recriado nos sucessivos ENs que realizam o texto, do mesmo modo que a exigência de mútua relevância entre esses mesmos fragmentos revelam-se princípios gerais da estruturação do mundo textual que convergem ou se identificam com normas universais que regem o exercício do pensamento, a construção de conhecimento; (pelo que),

(iii) o carácter consequente da articulação do conteúdo designativo carreado por cada um dos ENs (ou sequências de ENs) que materializam o texto é avaliado na base do conhecimento do mundo: o mundo textual será coerente se os factos, os acontecimentos, as situações ... recriadas no texto se interligam à imagem e semelhança do que ocorre no mundo "real", cognitivamente ordenado pelos falantes enquanto seres inteligentes.

As observações enunciadas em (i) - (iii) apontam para a conclusão (que terei que fundamentar adequadamente) de que a coerência

a. não é uma dimensão exclusiva do texto - antes de todos os produtos verbais manifestados em signos extensos;

b. não é uma dimensão idiomática dos produtos verbais - pois não releva da organização e funcionamento estritos de uma LN particular enquanto sistema de instrumentos e mecanismos "internos" para a manifestação verbal, antes releva do funcionamento de todas as línguas, ou seja, da linguagem verbal em geral, ou mesmo, da linguagem, qualquer que seja a sua forma de expressão;

c. coincide com a "conformidade" que todos os produtos verbais, em qualquer língua, devem revelar com princípios gerais que presidem ao conhecimento do mundo e ao exercício do pensamento - ou seja, converge com a "não ruptura" do mundo recriado nos produtos verbais com o mundo cognitivamente ordenado pelos falantes enquanto seres inteligentes (atentas, naturalmente, as diferenciações histórico-social e culturalmente configuradas em cada comunidade, em cada um dos seus estádios de vida colectiva).

Salientarei que o conteúdo das alíneas (a), (b) e (c) está em clara sintonia com o que escreve van Dijk (reparar-se-á que ele toma como referência imediata um EN, só depois alargando as suas considerações ao texto): "If a sentence like the table is laughing is in some sense unnaccaptable, it is not so much because of our language but rather because of the POSSIBLE FACTS of our actual world and those worlds similar to it. Similarly, wether clauses or sentences can be meaningfully combined into one sentence or one discourse, respectively, depends on an interpretation on which conventional knowledge of the world is involved ..." (van Dijk, 1977, 4; o sublinhado é meu).

Nos números seguintes (2.4.1. - 2.4.5.) procurarei fundamentar estas conclusões, e ainda explicitar as razões que suportam a grande relevância dada à coerência no âmbito da caracterização linguística do texto (em particular na que é proposta pela Linguística de Texto), em contraste com o regular silêncio a que tal dimensão dos produtos verbais é votada na descrição-explicação linguística corrente (que se ocupa, como sabemos, preferentemente - ou quase exclusivamente - das unidades frásicas e intrafrásicas).

2.4.1.

Os "objectos", factos, acontecimentos, situações ... que reconhecemos no mundo em que estamos mergulhados surgem-nos não como realidades isoladas, antes interligadas por um complexo de relações. Tal decorre da apreensão cognitiva, da organização intelectiva a que submetemos o mundo, ou seja, da conceptualização do que nos rodeia e do que experimentamos, em suma, da construção do conhecimento.

Constitui o acto linguístico uma referência ao mundo (ao mundo "real", ou imaginativamente recriado), a uma parcela do mundo cognitivamente ordenado, que justamente se molda, em diferentes soluções formais, nos signos integrantes de cada uma das LNs.

Todo o produto verbal (projectado, obviamente, numa dada LN) configura, assim, uma mensagem marcada naturalmente por uma verosimilhança semântico-referencial, isto é, uma mensagem conforme ao "estado de coisas" desenhado pelo "saber" acerca do mundo partilhado pelos falantes enquanto seres inteligentes. Quer isto dizer que a actividade verbal se subordina imediatamente e sempre a princípios gerais que regem o conhecimento das "coisas", o ordenação intelectiva do mundo, o exercício do pensamento.

Justamente porque o exercício linguístico tem uma tal raiz conceptual, cognitiva (que suporta a referência ao mundo nele realizado), o que sucessivamente se comunica num dado produto verbal não só se apresentará entre si compatível e não contraditório, como também se revelará de al-

gum modo interligado. É nesta base que diremos de um dado produto verbal que ele "faz sentido": com este juízo pretendemos significar que um tal produto verbal carreia uma mensagem cujos termos se articulam numa combinatória consistente, à imagem e semelhança das expectativas derivadas do conhecimento das "coisas", da experiência, do "senso comum" relativo a acontecimentos, factos, situações ... tal como eles se projectam no mundo do dia a dia.

Ora, é justamente esta "não ruptura" do mundo recriado nos produtos verbais com o mundo cognitivamente ordenado para que remetem que garante a sua coerência: esta confunde-se ou converge com a conformidade da mensagem vasada nos produtos verbais ao conhecimento do mundo, a princípios gerais que pautam o exercício do pensamento - conformidade que assegura a conveniência dos signos ao "real" a que o locutor, ao actualizá-los, intende fazer referência: "... si dans une situation donnée" - escreve Grize - - "un locuteur A adresse un discours à un autre locuteur virtuel B, je dirai que A propose une shématisation à B, qu'il construit un micro-univers devant B, univers qui se veut vraisemblable por B (Grize, 1976, 95; o sublinhado é meu). Esta verosimilhança converge, justamente, com a conformidade do micro-universo com o mundo "real", e, logo, com a interligação consequente entre os termos integrantes desse micro-universo que faz com que a "schématisation est une" (Grize, ibidem, 98).

Observar-se-á que a designação (no sentido amplo em que a vimos tomando) constitui a finalidade genérica do exercício linguístico, e que, por outro lado, o designado (as "coisas" referidas, os factos, os acontecimentos ... recriados, e a posição do locutor perante eles) é, para os indivíduos envolvidos nesse exercício, o dado imediato dos produtos verbais. Por isso, a coerência é também a dimensão imediata desses produtos, a que todos os falantes são, intuitivamente, sensíveis. Pela mesma razão, a coerência surge como uma propriedade naturalmente inscrita nos produtos verbais: a conformação destes ao conhecimento do mundo (atentas, como se sublinhou acima, as diferenciações configuradas em cada comunidade, em cada um dos estádios da sua vida colectiva) revela-se uma condição universal da actividade linguística - condição que encontra o seu fundamento na nature-

za humana e social dessa actividade. Do ângulo do locutor, essa conformação constitui uma "cointrainte" espontaneamente assumida, e, do lado do receptor, uma expectativa óbvia, ditadas uma e outra pela intenção que anima - ou deve animar - os participantes no acto verbal de entre si comunicarem, isto é, de se fazerem presente, através dos signos actualizados, uma momentânea apreensão cognitiva do mundo que preenche a intenção comunicativa que preside a esse acto.

Mais do que isso, a estreita articulação da actividade verbal ao conhecimento do mundo, ao exercício do pensamento, revela-se um recurso sistematicamente utilizado pelos falantes: do ângulo da produção como do ângulo da recepção, o conhecimento do mundo em geral e o conhecimento da situação de comunicação surgem como elemento de sentido que operam num duplo plano, a saber, guiando a realização nos signos actualizados de um dado valor de comunicação (ou de significação) e supletivando informações não explicitadas. (Ver acima, particularmente 2.2.10.).

2.4.2.

a.

De acordo com o exposto, torna-se visível que a coerência dos produtos verbais não é uma dimensão idiomática desses produtos, ou seja que ela se agrega ao funcionamento da linguagem verbal em geral, e não especificamente ao funcionamento de cada LN entendida estritamente como sistema formal de entidades ideais, de oposições funcionais e princípios "internos" da sua projecção em discurso. Por outras palavras: a coerência respeita aos produtos verbais (que se revelam, obviamente, em signos integrantes de uma LN particular, pois que falar é sempre falar (n)uma dada lín

gua) naquilo que neles releva não da sua subordinação a princípios estritamente idiomáticos que respondem pela "boa formação" (regulada por mecanismos "internos" ao sistema) das unidades frásicas e do transfrástico - mas sim do que neles releva da sua conformidade ao que, com E. Coseriu, chamarei saber elocucional ou saber falar em geral. Este é a capacidade que detém o locutor de estruturar discursos, pela combinação de signos, de acordo com os princípios gerais que pautam o exercício do pensamento, de acordo com a organização intelectiva do mundo, de acordo com a construção do conhecimento. (Ver E. Coseriu, 1976) (43). Para além da universalidade de certos princípios gerais que pautam o exercício do pensamento, haverá que reconhecer que a ordenação cognitiva do mundo "real" é, em largos segmentos, amplamente coincidente para todos os homens; no entanto, ela comporta sempre matizações histórica e sócio-culturalmente dependentes, a que correspondem "mundividências" específicas projectadas nas várias comunidades humanas, nos vários estádios da sua existência. A interpretação de um discurso - (e) a avaliação da sua coerência - far-se-á regulamente na base da consideração destes dois vectores: de um lado, e a um nível genérico, na base dos princípios gerais que comandam a construção do conhecimento, o exercício do pensamento; de outro lado, na base do contexto sócio-cultural específico a cada comunidade e a cada momento histórico, coordenada central de uma dada situação de comunicação, logo, das condições de produção de um determinado discurso.

É visível que as dimensões que preenchem aquelas duas áreas interligadas da construção do conhecimento convocada na produção-recepção dos produtos verbais são exteriores à organização idiomática de cada uma das LNs, e dela independentes. É ao plano em que tais dimensões se inscrevem que deve ser referida a coerência dos produtos verbais - que, efectivamente, não releva da organização e funcionamento "internos" de uma língua. Isso mesmo fica claro - como claras ficam quer a universalidade quer a idêntica exterioridade às LNs dos princípios de não tautologia, de não contradição e de recíproca relevância entre o sucessivamente comunicado num signo linguístico extenso - se considerarmos que uma mensagem se revela "coerente" ou "incoerente" qualquer que seja a língua em que se manifeste: um dado produto ver-

bal a que convenha, quando vasado na LN_1, o qualificativo de "coerente" ou de "incoerente", como tal também se mostrará se o seu conteúdo designativo for moldado numa LN_2, LN_n (desde que, obviamente, sejam disponíveis para o receptor dados atinentes a eventuais "mundividências" específicas que informem o produto verbal na sua versão "originária").

b.

Na teoria linguística de B. Pottier (de que basicamente me reclamo neste trabalho), a descrição-explicação dos produtos verbais, das soluções formais, específicas a cada língua, que nelas se revelam, sistematicamente suscita um plano equivalente (ver, porém, mais abaixo) ao do saber elocucional de E. Coseriu. Esse plano é o plano do conceptual (ver, aqui, numa primeira referência, 2.2.10.) que corresponde precisamente à apreensão cognitiva do mundo, isto é, à representação intelectiva dada, num certo espaço sócio-cultural e histórico, quer aos objectos e às propriedades que lhes convêm, às relações entre eles entretecidas, quer aos factos, acontecimentos ... no que toca tanto aos protagonistas e aos papéis que estes neles desempenham, como à sua previsível sequência e entrosamento.

Um tal plano é, visivelmente, independente das LNs, autónomo e "pré-existente" a elas - mas, na perspectiva de B. Pottier (e tal constitui um momento decisivo na sua teoria linguística) nele reside a matriz quer da combinação dos signos de uma LN quer da configuração de valores e relações semânticos fundamentais comportados nessa combinação. Ou seja, o plano conceptual suscitado por B. Pottier mais do que representar um mero guia ou espaço de referência para a boa estruturação dos discursos (como parece constituir o plano do saber elocucional de E. Coseriu) revela-se a própria raiz dessa estruturação. Por isso, a descrição-explicação linguística proposta por B. Pottier se eleva constantemente a esse plano, que se mostra básico para a captação das estruturas semânticas e semântico-sintácticas fundamentais de uma LN particular e para a compreensão do seu funcionamento. Ou seja, enquanto E. Coseriu toma, inequivocamente, o plano que corresponde ao saber elocucional como alheio às LNs, à configuração de cada uma delas - que vê estritamente como sistema de oposições funcionais - B. Pottier, sem renunciar a esta visão básica de uma LN como sistema de oposições funcionais,

considera-a poderosamente penetrada, informada por um suporte lógico-conceptual que tem a ver, ao mesmo tempo, com os princípios gerais que pautam a construção do conhecimento e com as coordenadas sócio-culturais específicas de cada comunidade, nos seus vários estádios. Para tal aponta explicitamente a hipótese central que marca toda a teoria linguística de B. Pottier - a hipótese da conceptualização - a que se junta uma outra dimensão, sempre sublinhada na sua abordagem aos fenómenos linguísticos, a saber, a imprescindível consideração das coordenadas da enunciação, das condições concretas de cada acto de fala, em suma, da situação de comunicação. (Repare-se que esta não é mais que um fragmento ou parte integrante das coordenadas sócio-culturais específicas de uma dada comunidade num determinado estádio da sua existência). Da conceptualização (da apreensão cognitiva do "real", naturalmente selectiva) nasce "une structure d'entendement, très profonde, lieu de la connaissance, par nature déliée des langues naturelles" [= delas independente] (B. Pottier, 1974, p.21; o duplo sublinhado é meu) - estrutura essa que é vasada em "des solutions liées au choix du locuteur à l'intérieur des cadres syntaxiques permis par la LN" (idem, ibidem, p.56). Da agregação de cada produto verbal às condições da enunciação - e do influxo que tal representa na própria conceituação da configuração "interna" e do funcionamento de cada LN - dá estemunho não apenas o lugar de destaque que é dado por B. Pottier ao que chama "Formulations", mas também a tese constantemente sublinhada pelo Autor de que "Toute signification est relative à des ensembles d'expérience selon les circonstances de la communication" (idem, ibidem, p.63), ideia que vale não estritamente para a definição da substância do significado dos lexemas, antes para toda a estruturação semântica das LNs.

Voltando mais estritamente à consideração do plano lógico-conceptual, convirá observar que aquele estatuto de matriz da estruturação dos signos, que, como se referiu, ele se revela constituir, é bem mais imediatamente visível, perceptível, nas unidades frásicas - ou, mais exactamente, nas unidades que se organizam à roda de um verbo (SV, Nucleus, EN) - do que na combinação de ENs que realiza o texto, ou dentro deste, uma sequência textual. É que, como se verá em capítulos subsequentes, o semantismo de um verbo de uma dada LN (semantismo que traduz nessa LN o complexo cognitivo ou conceptual que comporta a noção de "processo" e seus actantes - ver, acima, 2.2.10.) abarca o desenho de esquemas semântico-sintácticos, inscritos na competência dos falantes dessa língua que, segundo um mecanis

mo já brevemente representado acima (2.2.10.), os actualizarão em discurso, em diferentes soluções formais possíveis. Qualquer destas enraíza naquele complexo cognitivo (44) activado pelo semantismo de um verbo. Quanto à cadeia de ENs por que se realizam as sequências textuais e o texto, também enraízam num complexo lógico-conceptual similar (num "macro-complexo cognitivo" - ver 2.2.10), que constitui a base que suporta as sucessivas selecções de léxico e de esquemas semântico-sintácticos a projectar em discurso. Como, porém, e ao invés do que vimos passar-se no que tange às unidades frásicas, tal "macro-complexo cognitivo" não configura em competência esquemas transfrásticos (as unidades transfrásticas são, sem dúvida, unidades de intenção que o locutor organiza muito diversamente em discurso), a ligação entre ambos estes complexos (de um lado, complexos lógico-conceptuais, do outro, complexos discursivos) é mais esbatida, menos imediata - mas não pode deixar de estabelecer-se, pois que os complexos discursivos têm a sua raiz num esquema cognitivo global que corresponde à intenção comunicativa do locutor: "Si l'on donne comme sujet de dissertation: <<Illustrez cette morale: la méchanceté est toujours punie>>, des milliers de récits peuvent se développer. Si le schème de base est sauvegardé, on doit au moins retrouver dans le schème global final [que condensa a compreensão final do texto]

{ si A agit mal

alors X punit A " (B. Pottier, 1974, p.80; ver também B. Pottier, 1976, 7-11, e 1974a).

Em suma, o princípio de que vinha falando é, na verdade, universal: a estruturação das unidades linguísticas, dos signos extensos, é penetrada, informada, pelas conexões que, segundo a ordenação cognitiva que impomos ao mundo, se desenham entre os "objectos", os factos, os acontecimentos ... a que se aplicam os instrumentos verbais que integram uma dada LN.

Reconhecidamente, o exercício linguístico tem um suporte conceptual, cognitivo, (como diz W. Chafe "Verbalization takes place against the background of what is usually called knowledge of the world, human knowledge", - conhecimento que é exterior ao verbalizado mas que o influencia: Chafe,

1974, p.10) - e é nesse suporte que radica a coerência dos produtos verbais, que mais não é, insista-se, que a conformidade do que neles é comunicado com o mundo cognitivamente organizado, para que remetem.

2.4.3.

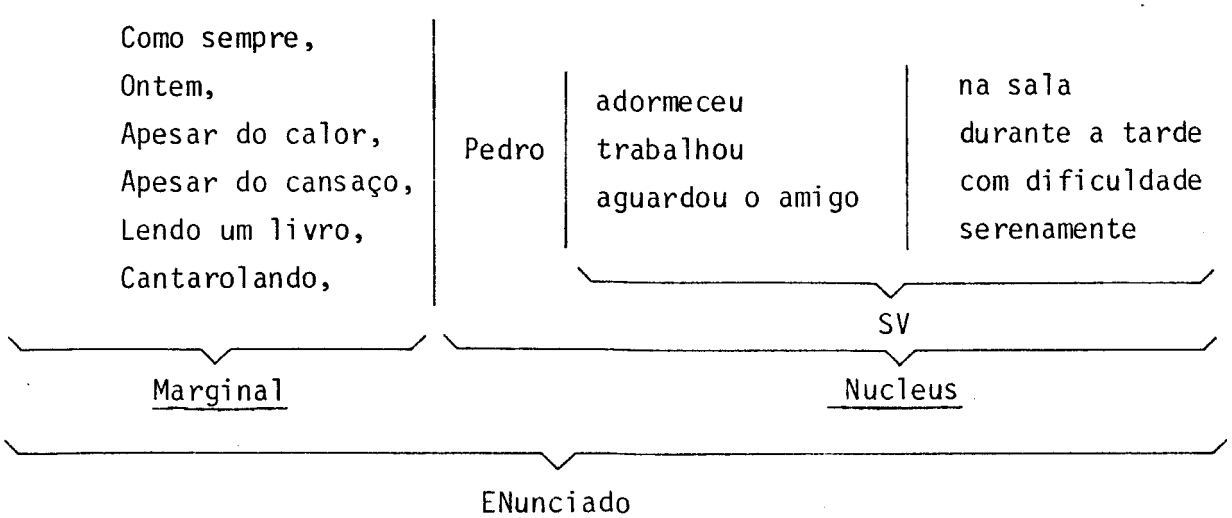
Na base do que se tem vindo a considerar, a combinação dos instrumentos verbais integrantes de uma dada LN que conduz às unidades que conhecemos como Sintagma, Nucleus, ENunciado e Texto é suportada imediatamente (e sempre) por princípios gerais, "exteriores" à organização dessa língua, que garantem a sua coerência. Ou seja, a combinação das lexias no Sintagma, Nucleus e EN, e a combinação de ENs no Texto têm os seus limites na própria realidade (cognitivamente ordenada) para que essas mesmas unidades remetem. É precisamente da salvaguarda desses limites (45), impostos pelas relações discerníveis na organização intelectiva do mundo, que decorre a coerência dos produtos verbais.

A coerência dos produtos verbais surge, porém, ao nível do Sintagma, do Nucleus e do EN simples, de certo modo obscurecida, porque em muitas das realizações destas unidades ela se funde integralmente com a sua "boa formação" semântico-sintáctica: os princípios idiomáticos, ou seja, "internos" a cada LN, que suportam a construção destas unidades, subsumem a dimensão da coerência, que justamente aí é acautelada directamente nas restrições de co-ocorrência (referidas à forma do significado e à substância do significado dos signos combinados). Por outras palavras: a coerência do Sintagma, do Nucleus e do EN simples é, em muitas das suas realizações, subscrita directamente pelos princípios que suportam, no quadro de cada LN, a construção sintagmática e a construção sintáctica. Por isso, uma incoerência ao nível destas unidades pode ser imediatamente tomada - e efectivamente assim se faz nas descrições-explicações linguísticas correntes - como momento de "má formação", por infracção às restrições de co-ocorrência (com relevo particular para as restrições de selecção). Daí deriva, imediatamente, (para a razão de fundo ver 2.4.4.) o regular silêncio a que é votada a coerência, quando se caracteriza a estruturação daquelas unidades.

Sempre, porém, que não converge integralmente com a própria organização intrínseca dos produtos verbais no quadro daqueles princípios "inter-

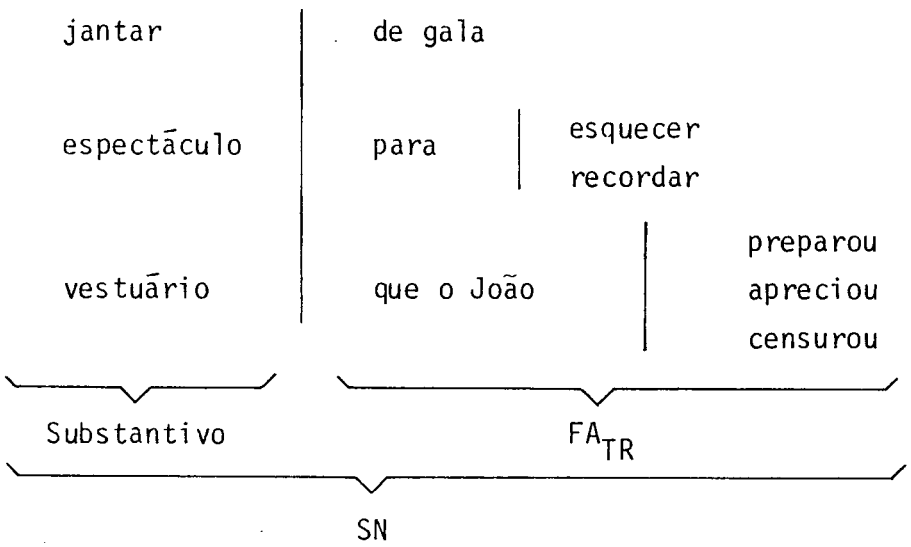
nos" de cada LN, a coerência assume neles uma particular evidência. Tal é o caso, no interior do Sintagma, do Nucleus e do EN (para o Texto ver 2.4.5.) da congregação de termos entre os quais não operam restrições de co-ocorrência referidas à substância do significado (restrições de selecção). É sabido - e ainda há momentos o relembrei - que os princípios da estruturação destas unidades salvaguardam regularmente a compatibilidade sintáctica (referida à forma do significado) entre os signos menores que neles se congregam, mas não asseguram a conveniência semântica (referida à substância do significado) entre eles, quando não entram em jogo restrições de selecção. Nestes casos, a conveniência semântica é salvaguardada com referência directa ao designado, não à compatibilidade estritamente entre significados (manifestada, como se sabe, na projecção de recorrências sémicas em que são envolvidos os classemas dos elementos em combinação) (46).

Exemplo flagrante é-nos dado pela articulação de um verbo e seus complementadores não actanciais, ou, mais genericamente, de um verbo e adjuntos circunstanciais no interior quer do SV quer do Nucleus quer, enfim, do EN (onde surgem como Elemento Marginal) (46), entre os quais quase regularmente não há lugar à projecção de restrições de selecção. Repare-se na ampla compatibilidade (referida ao designado) entre esses termos:



Tal acontece também no interior do SN. Veja-se, por ex, a combinação de um substantivo com um FA por TR (functema adjectival por transfert

- ver B. Pottier), em que intervêm uma igualmente ampla compatibilidade entre o designado por tais termos, não captável na base de restrições de selecção (referidas ao significado):



Ainda no âmbito da construção das unidades frásicas, uma imediata saliência advém à coerência na combinação de ENs que conduz ao EN composto e ao EN complexo.

A relação de formação que reúne os ENs constituintes destas unidades acautela a sua "boa formação" sintáctica - mas não responde pela conveniência entre as representações semânticas que correspondem a cada um desses constituintes, ou seja, pela "boa formação" semântica do EN composto e do EN complexo. Esta envolve directamente o designado por cada um dos ENs em congregação: também entre eles não há lugar para restrições de selecção.

As "regularidades" que se projectam na construção do EN composto ou complexo remetem claramente para as normas de coerência atrás levantadas, isto é, para a exigência de não tautologia, de não contradição, de recíproca relevância ou de compatibilidade entre o comunicado em cada um dos ENs em combinação. (Ver acima nota 28). Observe-se que a condição essencial para a boa projecção dos relatores que articulam os termos imediatos do EN composto ou complexo é a de que efectivamente se cumpra, à luz do conhecimen

to do "mundo", a conexão que, pelo seu próprio semantismo, tais instrumentos de relação estabelecem entre os factos, os acontecimentos, os estados ... manifestados em cada um desses termos. Como escreve van Dijk, " ... the connection between propositions [expressas em cada um dos ENs que formam o EN composto ou complexo] is determined by the relatedness of the facts denoted by them ..." (van Dijk, 1977, 47; o sublinhado de "denoted" é meu) (47).

2.4.4.

As observações desenvolvidas em 2.4.3. mostram as limitações de uma descrição-explicação linguística feita em termos estritamente idiomáticos. Por isso, os modelos linguísticos correntes (que se cingem ao idiomático, ao que nos produtos verbais - ou melhor, nas unidades frásicas e intrafrásicas, de que exclusivamente tratam - releva da estrita competência linguística dos falantes) falham em aspectos tão elementares como os que passei em breve revista, ou seja, na captação adequada da combinação de instrumentos linguísticos nas unidades sintagmáticas e sintácticas, já que, como se viu, alguns dos aspectos desta combinação relevam directamente da conveniência entre designados e não da estrita compatibilidade entre significados.

Sabemos que esses modelos se inscrevem numa Linguística das Línguas, tomada num sentido extremamente restritivo, pois se revela particularmente ciosa de um espaço que cuidadosamente delimita através de idealizações tão poderosas quanto reducionistas, feitas na convicção de que as línguas se podem - e devem - descrever tomadas "em si mesmas e por si mesmas", isto é, com exclusiva atenção a princípios "internos" do sistema de signos que perfaz cada uma delas.

Tal conduz, como se reconhece, a isolar uma língua das condições do seu uso efectivo, do seu funcionamento real em contextos de comunicação, e até, mais imediatamente, a ignorar a estreita e inseparável articulação deste funcionamento ao exercício do pensamento, ao conhecimento do mundo, logo às interconexões que, pela organização intelectiva que impomos ao mundo, se desenham entre as "coisas", os factos, os acontecimentos ... que o preenchem - e para os quais, afinal, os signos linguísticos apontam.

O alargamento da reflexão linguística às condições do funcionamento real das línguas, a começar pela consideração do seu suporte conceptual, cognitivo (no sentido atrás caracterizado) conduzirá não apenas à captação de regularidades sistematicamente projectadas no exercício verbal que não podem ser levantadas numa perspectiva exclusivamente idiomática, como também (e isso é particularmente relevante) permitirá uma descrição-explicação mais adequada, logo, uma compreensão mais justa, mais profunda, das próprias regularidades "internas" ao funcionamento de um sistema linguístico particular, de uma dada LN.

A clara distinção deste duplo plano de que releva o funcionamento real de uma LN - um plano idiomático (a que são referidas imediatamente regularidades "internas" do sistema, captadas por uma Gramática enquanto modelo da competência linguística dos falantes), e um plano "extra-idiomático", concernente ao funcionamento da linguagem verbal em geral, logo, subjacente a todas as LNs, a que "pré-existe", e, por isso mesmo, universal, e autónomo em relação a cada uma delas (que permitirá esclarecer mais profundamente muitas das regularidades "internas" e captar outras projectadas no exercício verbal) - a clara distinção deste duplo plano, dizia, não deve, porém, servir sistematicamente à exploração unilateral de qualquer deles, antes deve conduzir a uma reflexão que, para ser adequada, considerará a sua natural interligação (48).

2.4.5.

A superação do estritamente idiomático - pela abertura à consideração das condições de uso das línguas, do seu funcionamento real em contextos de comunicação e do seu suporte conceptual, cognitivo (que assinala a estreita interligação entre as LNs e o exercício do pensamento, a apreensão intelectiva do mundo) ganha uma particular acuidade no que respeita a uma adequada caracterização do Texto, e imediatamente no que se refere à captação dos princípios que suportam a combinação consequente dos ENs porque aquele se realiza. Tal ficou já devidamente demonstrado nas considerações desenvolvidas sobre a noção de coerência textual.

Não será preciso insistir no facto, hoje evidente, de que a notória incapacidade dos modelos correntes de descrição-explicação linguísti-

ca para um tratamento adequado do texto enraíza na sua estreita agregação ao idiomático - como que ignorando que o texto é por excelência uma unidade linguística em funcionamento concreto em contextos de comunicação, uma unidade linguística globalmente contextualizada, condição que suscita a sua caracterização numa base eminentemente comunicativo-pragmática (ver acima, particularmente 2.2.10. - 2.2.12.).

Não significa isto esquecer (muito menos negar) que há na constituição do texto dimensões idiomáticas: já vimos (por ex, em 2.2.3.) que cada LN comporta efectivamente recursos (instrumentos e mecanismos) para a construção do transfrástico através da interligação explícita de ENs sintacticamente independentes: relatores, substitutos lexicais, elipse, anáfora/catáfora, selecção de artigos, articulação tema/rema [49].

Observarei que a caracterização do texto sob uma óptica estritamente idiomática quase se esgota nestes aspectos [50] - o que, indesmentivelmente, é muito pouco, dada a multiplicidade das dimensões operantes na estruturação e funcionamento desta unidade linguística, à qual convém, na verdade, uma caracterização em termos eminentemente comunicativo-pragmáticos. De resto, não raro os ENs que realizam o texto sucedem-se sem que tenha lugar a projecção daqueles recursos de conexão. Por outro lado, a "boa actualização" desses mesmos recursos não garante, por si só, que uma sequência de ENs "faça sentido", que a mensagem nela vasada se revele coerente. (Esta observação é perfeitamente óbvia, e não faz mais que sublinhar que a coerência do texto resulta da observância das normas atrás caracterizadas, "exteriores" às dimensões idiomáticas do texto, e não da "boa actualização" dos recursos para a construção do transfrástico: esta "boa actualização" não realiza coerência, antes a pressupõe como propriedade naturalmente inscrita, como escrevi acima, nos produtos verbais (ver 2.2.3.). Não bastará, a este propósito, acrescentar, como se faz no âmbito dos trabalhos que inadequadamente tomam a "boa actualização" destes recursos como condição de coerência textual, que ela é "condição insuficiente" - pois que qualquer das (autênticas) condições de coerência do texto é, se tomada isoladamente, claramente insuficiente: por isso, se sublinhou que as normas de coerência se devem projectar simultaneamente, cumulativamente - ver 2.2.2.).

Uma primeira razão para a particular saliência que advém, no domínio do texto, à coerência reside exactamente aqui, isto é, no facto de que

a adequada projecção dos recursos de uma LN para a construção do transfrástico não garante a exclusão de tautologia, da contradição, de inconsequência entre o sucessivamente comunicado nos ENs.

A esta primeira observação juntarei duas outras que apontam no mesmo sentido.

O texto não comporta uma dimensão "construcional", no sentido que cabe à designação construção no âmbito da formação sintagmática e sintáctica: os ENs que realizam o texto não estão entre si ligados por relação de formação (como o estão as lexias no Sintagma, os Sintagmas no Nucleus e no EN, os ENs no EN composto ou complexo) que os integre [51] numa unidade formal hierarquicamente superior. Mais simplesmente: os ENs não são os constituintes do Texto (como as lexias e as unidades formais que sobre elas se edificam - Sintagma, Nucleus, EN - são os constituintes, respectivamente, da construção sintagmática e da construção sintáctica

Ora, como vimos, os princípios que em cada LN suportam estas construções salvaguardam (se bem que, como foi sublinhado, não em todas as realizações concretas das unidades frásicas e intrafrásicas) a conveniência entre os designados pelos signos combinados, ou seja, a coerência do Sintagma, do Nucleus, do EN. Dado que tal dimensão construcional está ausente na estruturação do texto, a sua coerência não pode ser salvaguardada por tal via: é claro que não há lugar entre os ENs que realizam o texto para restrições de co-ocorrência (no sentido que cabe a estas restrições no âmbito da construção sintagmática e da construção sintáctica) [52] que acautelem a interconveniência entre o que em cada um deles é comunicado. Finalmente, já foi longamente referido nas páginas precedentes que muitas das articulações entre o designado nos ENs que materializam o texto não são explicitamente realizadas, antes são deixadas implícitas pelo locutor, na pressuposição de que o receptor as reconstituirá através de inferências retiradas na base do universo de conhecimento. Não tendo, assim, expressão explícita, estas conexões escapam a uma caracterização estritamente idiomática do texto.

A saliência de todos estes aspectos que acabei de referir arrasta, sem dúvida, consigo a saliência da coerência ao nível do texto.

3. COERÊNCIA vs COESÃO; COERÊNCIA e COESÃO

Julgo ter ficado claro que, não obstante a saliência inegável que, pelas razões invocadas acima, obtém a coerência no domínio do texto, ela não é dele exclusiva, antes se revela em todos os signos extensos como princípio fundamental que, relevando de um plano lógico-conceptual, autónomo em relação às LNs, em cada uma delas penetra e informa tanto a combinatória que a esses signos conduz (ou seja, a "boa formação" da construção sintagmática e sintáctica e do transfrástico) como a configuração dos laços - explícitos e implícitos - que reúnem as informações neles veiculadas.

É rigorosamente como tal que tomo a coerência - princípio que domina a produção verbal, independentemente da LN em que se concretiza, e nela acautela a conformidade do mundo recriado nos signos com o mundo "real" cognitivamente ordenado para que apontam.

Reservo, em contrapartida, a designação de coesão para os nexos que, por um lado, suportam a constituição das unidades extensas por que uma LN se actualiza em discurso (respondendo imediatamente pela "boa formação" do Sintagma, do Nucleus, do EN, e do transfrástico) e, por outro lado, para os que, em congregação com os primeiros, e de modo explícito ou implícito, se instauram entre as informações (de que são, de resto, uma das componentes) veiculadas nesses mesmos signos extensos.

Repare-se que, ao mesmo tempo, separo metodologicamente coerência e coesão (daí: coerência vs coesão) e as congrego intimamente na descrição-explicação dos produtos verbais (daí: coerência e coesão). Nesta óptica, o estudo da coesão dos signos extensos far-se-á aqui em estreita articulação com a consideração da sua coerência, tomada esta, como se viu, como princípio, relevando de um plano lógico-conceptual, que influencia decisivamente, nos termos indicados, o exercício verbal e seus produtos. No que concerne às unidades frásicas, o estudo da coesão contará, assim, como momento central a captação dos modos por que o plano conceptual informa tanto a estruturação básica desses signos extensos como a configuração neles de valores e relações semânticas fundamentais; no que respeita ao texto, o estudo da coesão visará a caracterização não apenas da "boa formação" do transfrástico que neste tem lugar, como também, e sobretudo, a captação dos nexos (explícitos ou implícitos) que percorrem e congregam as informações projectadas; o que es-

tá aqui em causa é um complexo de recorrências, de dependências, e sobretudo de interdependências - traduzidas no facto de que a interpretação de um EN é uma função da interpretação de (dos) outros ENs. Essas interdependências actuam na identificação dos "objectos" designados e daquilo que deles se predica, mas sobretudo têm a ver com o facto de que em cada momento do desenvolvimento de um texto se configura uma dada isotopia (um dado "mundo") em relação à (ao) qual deve ser interpretado o segmento seguinte. Como se viu acima, em todo este processo - em que se refaz, se re-elabora o sentido - - actua poderosamente o universo de conhecimento dos falantes, pelo que um dos momentos capitais da caracterização da coesão do texto consistirá no levantamento dos modos por que e da extensão em que aquele universo é envolvido na produção-recepção.

Compreende-se com facilidade que, concebida rigorosamente a coerência como princípio geral (consubstanciado nas normas de não tautologia, não contradição e de relevância) a que se subordina a produção verbal, ficam absorvidas na noção de coesão proposta quer os vínculos instaurados entre os ENs (isto é, os instrumentos, os mecanismos e os princípios da sua actualização) que eram tomados como meios por que se concretizava ou realizava a coerência, mas também as dimensões mais insistentemente contempladas na caracterização desta noção - justamente, como escrevo acima, a avaliação dos modos por que, e da extensão em que, o universo de conhecimento dos falantes é envolvido na produção-recepção. (Ver acima, particularmente 2.2.10).

Sublinhar-se-á também que a redefinição proposta para as noções de coerência e coesão não se revela como simples questão de terminologia. Seria fácil renunciar à designação de coesão e optar pela de coerência (como hoje correntemente se vem fazendo no âmbito da Linguística de Texto). Seria também cómodo tomar coerência como designação de tipo hiperonímico que incluísse, por um lado, as conexões de índole pragmático-comunicativo, e por outro, destas demarcados, os nexos ditos (na esteira de Halliday-Hasan, 1976) "coesivos" entre os ENs por que se realiza o texto: tal já foi considerado (53), sem se reparar no artificialismo excessivo, e sobretudo na inadequação manifesta, em que redunda a separação assim proposta entre o que nos signos linguísticos, de um lado, se apresenta como imanente à configuração sintagmática, e, de outro lado, o que a eles necessariamente se agrega de modo implícito e tem a ver com o universo de conhecimento dos falantes, com a situação de comunicação. Tal concepção redunda, como se vê, quer na aceitação da no-

ção de coesão inter-ENs proposta por Halliday-Hasan, quer na consideração de tais nexos "coesivos" como "condição de coerência" - aspectos que já explicitamente rejeitei de modo, creio, suficientemente fundamentado.

Mais do que mera questão de terminologia, a redifinição proposta das noções de coerência e coesão, a demarcação (e a interligação) entre elas estabelecida(s), e ainda a sua aplicação consequente a todos os signos extensos resultam, na minha concepção, da possibilidade e da necessidade de separar metodologicamente, de um lado, um princípio geral (a coerência) de que é sempre tributária a actividade manifestativa que denominamos linguagem verbal, e de outro lado, a configuração dos signos extensos por que uma LN se actualiza em discurso, considerados estes cumulativamente e de modo integrado tanto no complexo de ligações que suportam a sua "boa formação" como na rede de laços que, em congregação com aquelas, unificam as informações (explícitas e implícitas) nesses signos carreadas numa dada situação de comunicação em que adequadamente se inscrevem (coesão). Como foi já suficientemente explicitado, tal demarcação não deve fazer ignorar a íntima ligação que entre coerência e coesão dos produtos verbais se torna manifesta; direi, no entanto, e mais uma vez, que esta íntima articulação não deve conduzir a que se confundam.

Poderei, assim, concluir, em termos sumários, que todos os signos extensos se revelam na interacção verbal ao mesmo tempo coerentes e coesos: coerentes, porque o mundo neles recriado se conforma ao mundo "real" cognitivamente ordenado para que apontam; coesos, porque eles se mostram percorridos por um complexo de conexões (umas explicitamente marcadas, outras implicitamente compresentes com as primeiras) que asseguram a sua configuração como unidade semântica, conferindo-lhes ao mesmo tempo uma consistência própria de bloco sintagmático.

4. COESÃO E NÍVEL DE ESTRUTURAÇÃO LINGUÍSTICA

Complexo relacional que percorre e congrega os termos integrantes dos signos extensos, a coesão será referida a cada um dos níveis que se reconhecem na estruturação dessas unidades linguísticas, nas quais se manifesta não apenas em graus diversos, como também de modo matizado.

Distribuirei por três zonas sintagmáticas - microsintagmática, mesosintagmática e macrosintagmática - os signos extensos, cabendo na pri-

meira o sintagma (SN e SV), na segunda, o EN, e na terceira, o texto.

Na microsintagmática e na mesosintagmática, inscrevem-se, como se vê, signos extensos que constituem unidade gramatical - pelo que são afectados imediatamente por uma coesão estrutural, que tange directamente aos princípios estruturadores (ou aos laços de conexão segundo eles projectados entre os termos em combinação). Converge, pois, a coesão estrutural com as dimensões construcionais de tais unidades, que envolvem nexos semânticos referidos tanto à forma do significado como à substância do significado (e/ou, eventualmente referidos, mais directamente, à conveniência entre os respectivos designados). Entre essas dimensões construcionais, a própria relação de formação (sintagmática ou sintáctica) e a interdependência formal entre os termos que ela atinge serão a tomar como índices de conexão de significado, não apenas comportando elas indicações semânticas, mas sobretudo revelando sempre motivações semânticas: como se verá melhor adiante, e de acordo com linhas de reflexão já acima introduzidas, a estruturação das unidades sintagmáticas e sintácticas radica em aspectos centrais do semantismo do item lexical que constitui a pedra angular da sua construção (o substantivo no SN, o Verbo no SN e no EN). Basicamente, estes elementos surgem naquelas unidades como centro polarizador à roda do qual gravitam outros elementos.

Aos nexos semânticos que deste modo percorrem e unificam o Sintagma e o EN enquanto construções gramaticais acrescentam-se, eventualmente, outros - nomeadamente os que tangem a conexões referidas à coesão lexical (tomada nos termos acima referenciados, e re-interpretados, de Halliday-Hasan) desenhadas na base da colocação, da associação, da participação, da hiperonímia - hiponímia, da sinonímia e antonímia, da retoma, ou reiteração de designados (em suma, laços estabelecidos entre items lexicais na base da co-referência e da cross-referência). Alguns destes laços só poderão projectar-se no EN composto ou complexo (onde, de resto, intervêm também a presença de relator, e, logo, da relação específica instaurada pelo seu semantismo próprio); outros actualizam-se quer no EN quer no interior de cada uma das unidades sintagmáticas suas constituintes.

Na análise que desenvolverei adiante da coesão ao nível microsintagmático e mesosintagmático (ver, respectivamente, Segunda Parte - Ca-

pítulos 1 e 2 -, e Terceira Parte) centrar-me-ei sobre as dimensões coesivas desenhadas pelas relações envolvidas na ou suscitadas pela condição de unidade construcional, de construção gramatical, que afecta o SN, o SV e o EN; incidentalmente, serão, porém, feitas algumas referências a laços atinentes à coesão lexical.

Quanto à macrosintagmática, que concerne ao texto (ver Quarta Parte), ela não comporta, como já se acentuou, uma dimensão construcional no sentido que rigorosamente cabe a construção (construção sintagmática e construção sintáctica). Desenha-se, assim, uma assimetria notória entre, de um lado, a microsintagmática e a mesosintagmática, e, do outro lado, a macrosintagmática - assimetria que se conta entre os factores que retardaram o enfoque, sob uma óptica linguística, do texto (hoje, finalmente, objecto de aturada investigação com recurso a aparelhagem teórica e procedimentos metodológicos diferenciados: pensemos no trabalho pioneiro de Harris, na "Discourse Grammar" americana, nos múltiplos vectores que cabem na "Discourse Analysis" americana ou anglo-saxónica, no carácter compósito da "Análise do Discurso" de matriz francesa, nas diversas orientações que se manifestam no seio da Linguística de Texto). Essa assimetria consubstancia-se imediatamente (como acima se referiu) no facto de que, embora o texto se realize em ENs, estes não se apresentam como os constituintes daquela unidade (como as lexias são constituintes do Sintagma, os sintagmas os constituintes do EN).

Em suma, não afecta os ENs por que se concretiza o texto uma integração (no sentido de E. Benveniste - ver acima nota 5 - ou de B. Pottier - ver, por ex, B. Pottier, 1974) efectivamente operante, de modo básico, na configuração das unidades da microsintagmática e da mesosintagmática. A assimetria em referência é, inequivocamente, um dado saliente - mas sublinhá-la excessivamente representará, no fundo, sobrevalorizar as razões que conduziram à cristalização da reflexão linguística à roda das unidades construcionais, com o consequente abandono do "domínio natural" dessa reflexão, a saber, as produções verbais globalmente contextualizadas, o texto (que é o signo linguístico "originário"). A fecundidade de uma óptica textual na reflexão sobre a linguagem decorrerá não apenas do facto de que, finalmente, se toma em consideração o objecto texto, mas também do facto de que ela permite dar uma visão integrada de regularidades básicas presentes em todos os níveis de estruturação sintagmática: entre essas regularidades sobressaem

as que se consubstanciam em conexões de dependência, de interdependência, de recorrência. É certo que, em cada um dos níveis de estruturação sintagmática, estas conexões se dão de modo algo matizado; no entanto, sem apagar essa diferenciação, é possível levantar, e destacar, uma ampla base comum: é isso que fundamentalmente traz à luz a noção de coesão, que, como aqui se defende, constitui uma propriedade básica de todos os signos extensos.

5. NOTA SOBRE A "COESÃO" DA LEXIA

5.1.

Em sentido próprio, ficou definida a coesão como propriedade específica dos signos linguísticos extensos, resultantes da combinação de elementos linguísticos livres.

Sabe-se, porém, que também a lexia, quando não monomorfemática, se revela analisável em entidades significativas menores (morfemas) que justamente se congregam em construção léxica. Há, então, nestas lexias também a combinação de signos menores, uma dimensão construcional. Sendo assim, a noção de coesão, basicamente entendida como força unificadora de termos em combinação, poderia ser alargada às unidades léxicas bi ou polimorfemáticas, ou seja, à lexia simples. (Para a lexia composta e a lexia complexa, ver, abaixo, 5.2.).

Na combinação de morfemas de que resulta a lexia simples está também presente (como na construção sintagmática e na construção sintáctica) um centro polarizador (nas unidades lexicais, por ex, esse centro é o morfema lexical), à roda do qual gravitam, em distribuição específica, outros elementos, a ele anexados. Repare-se, porém, que se trata aqui de combinação, não de elementos livres, antes de elementos por natureza ligados - - memorizados em competência como pedras da construção léxica, só se projectando em discurso integrados na lexia que perfazem.

Neste quadro, só em sentido demasiado alargado se poderia falar de coesão da lexia (bi ou polimorfemática). A lexia surge, de resto, como unidade formal e funcional disponível em competência já integrada por natureza - não como unidade sobrevinda da congregação matizada em discurso de

elementos livres, como acontece nas unidades extensas para as quais reservo a noção de coesão. (Anote-se que o que se acabou de afirmar não significa que não se reconheça a presença em competência de complexos sintagmáticos: na verdade, essa existência é irrefutável, mas sempre se trata de esquemas ou modelos construcionais virtuais, a projectar em discurso em soluções diversificadas, como já se referiu e se verá melhor adiante).

Sendo assim, excluo aqui do âmbito próprio da coesão - no sentido estrito em que julgo ela dever ser tomada - os fenómenos integrativos que suportam a construção léxica. Só, pois, em sentido lato se poderia falar, segundo a óptica aqui tomada, de coesão da lexia; considerar-se-ia, então, basicamente

(i) a inseparabilidade dos morfemas envolvidos;

(ii) o lugar fixo que ocupam;

(iii) a distribuição dos morfemas, segundo o tipo categorial da lexia;

(iv) os modelos de congregação dos morfemas (os modelos de lexia) (Para estes, ver B. Pottier, por ex, 1974) (54)

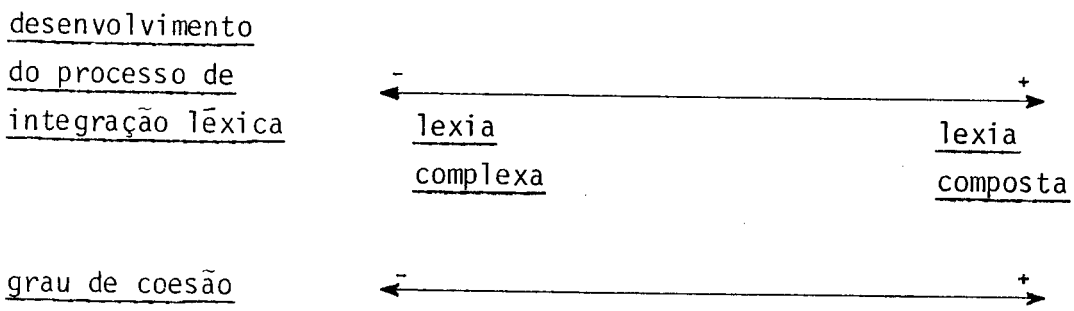
Reparar-se-á que o ponto (i) (e também o ponto (ii)) não deixa de suscitar algumas dificuldades: em português, é conhecida a separação dos morfemas constitutivos de lexia (convencê-lo-ei, observar-lhes-ei ...); em algumas outras línguas (por ex, o inglês, e sobretudo o alemão) alguns morfemas (mais rigorosamente, morfemas derivativos, em particular prefixos) destacam-se do restante complexo constitutivo da lexia, apresentando uma marcada mobilidade no todo do EN. Algumas destas questões prendem-se à própria definição, tecnicamente rigorosa, a dar à lexia (à palavra).

De qualquer modo, insisto, não está em causa uma combinação em discurso - mas uma combinação dada em competência, pelo que coesão assumiria, então, um sentido trivial, banal, de reunião de elementos que perfazem unidades ligadas, memorizadas em competência. (Ver em J. Lyons, 1970, p.155-156, algumas referências à "coesão interna da palavra").

5.2.

Caso algo diverso - que convirá situar preferentemente numa zona marginal ou periférica da coesão ao nível microsintagmático - é o desenhado pela lexia composta e, sobretudo, pela lexia complexa. Na sua configuração como lexias (logo, como unidades memorizadas em competência, aptas a serem actualizadas em discurso como pedra angular da construção sintagmática e da construção sintática) (55) intervêm um processo de integração léxica que conhece graus diversos de desenvolvimento.

Enquanto termo da construção da lexia composta (arco-íris, porta-voz, pára-raios ...) ou da construção da lexia complexa (círculo vicioso, estar à vontade, perder o juízo ...) - ou seja, enquanto afectada por processo de integração léxica, a lexia abeira-se do estatuto do morfema, pois perde, então, ou vê minorada, a sua autonomia semântico-funcional. Justamente com referência a esta anulação, ou enfraquecimento, da autonomia semântico-funcional se poderá avaliar do grau atingido no desenvolvimento do processo integrativo, isto é, da distância relativa percorrida pelo movimento de integração lexical que conduz de associações em discurso a unidades funcionais disponíveis em competência. Exactamente na razão directa do grau atingido nesse desenvolvimento (logo, na razão inversa da autonomia funcional de que dão mostras os termos integrados ou em vias de integração em lexia composta ou complexa) se estabelece uma maior ou menor coesão destas últimas. Nesta base, um escalonamento imediato é possível, que representarei da seguinte forma:



Em relação à lexia complexa, "critérios funcionais de separabilidade" dos termos que a perfazem (B. Pottier, 1969, §1.1) permitem avaliar

com algum rigor o grau de integração atingido. Recurso particularmente elucidativo - e abundantemente utilizado - é a intercalação, entre os termos constitutivos da lexia complexa, de um FA_{NAT} ou TR. Comparem-se:

círculo vicioso

inegável círculo vicioso / círculo vicioso inegável

* círculo inegável vicioso

estátuas de mármore

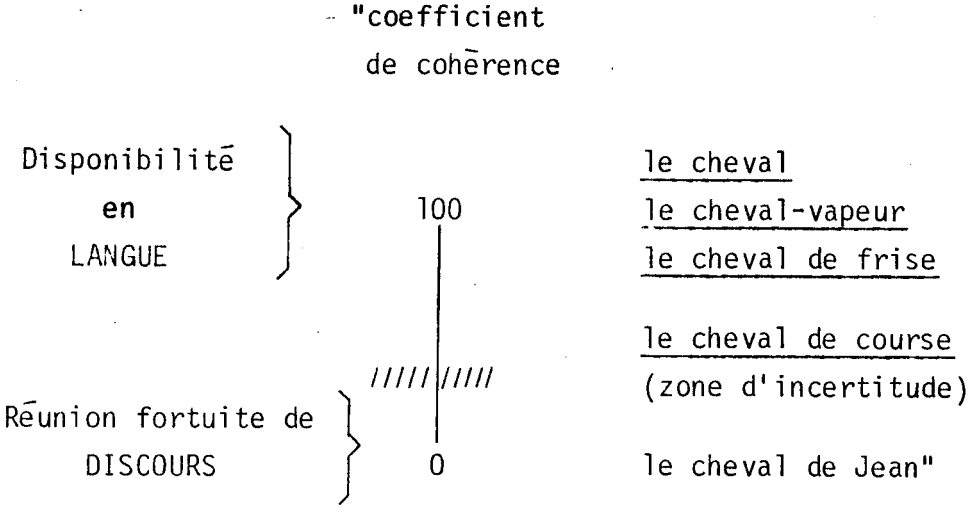
grandes estátuas de mármore

estátuas de mármore grandes

estátuas grandes de mármore

É com recurso a similar procedimento de intercalação de FA que L. Carlsson tenta avaliar "le degré de cohésion des groupes subst+de+subst" em francês (Carlsson, 1966), tomando justamente elementos nominais (articulados pelo relator de) que constituem lexias complexas ou que, pelo menos, estão envolvidos, em diferentes graus, em processo de integração léxica.

B. Pottier, por sua vez, reconhece um variável (de 0 a 100) "coefficient de cohérence entre les éléments d'une suite de mots" (B. Pottier, 1969, §1.1.) que representa e ilustra da seguinte forma:



(B. Pottier, ibidem, §1.2.)

Para o português, similar escalonamento terá também aplicação. Vejam-se as considerações desenvolvidas em Herculano de Carvalho, 1973, ps. 504-525, em que o Autor reúne e analisa abundantes exemplos do que aqui se toma como lexia composta e lexia complexa, e a que chama sintagma fixo, que justamente situa "entre sintagma e palavra" (relembre-se que, acima, situei estes complexos numa zona marginal da construção sintagmática, da microsintagmática). Veja-se também no presente trabalho a referência a lexias complexas (complexos verbo-nominais) que inscrevo em segmento específico da área de transitividade fraca de V (Ver, adiante, Segunda Parte, Capítulo 2). Para o complexo verbo auxiliar x verbo auxiliado (que B. Pottier toma também como lexia complexa) ver também, naquele mesmo Capítulo, 2.2.2., e, 6.1.

6. CENTRO E PERIFERIA NA ESTRUTURAÇÃO DOS SIGNOS EXTENSOS

a.

Anunciou-se na Introdução (ver aí nota 1) que a avaliação da coesão das unidades sintagmáticas conflui em traços gerais com a demarcação entre um centro e uma periferia reconhecível na estruturação sintagmática dos signos linguísticos (oposição a que se referiu, naquela mesma secção deste trabalho, a coesão paradigmática de uma LN, tomada como língua funcional).

Algumas das considerações presentes nos números anteriores poderão já oferecer uma primeira visão desta oposição, referida agora ao plano sintagmático. Convirá, no entanto, precisar o entendimento a dar à diferenciação, no seio de cada um dos signos extensos, de um centro e de uma periferia.

b.

Ao nível do sintagma stricto sensu (isto é, das unidades da microsintagmática) toma-se, num sentido imediato, e corrente, como centro um dado termo constitutivo, obrigatório, à roda do qual gravitam outros com ele combinados e com o qual perfazem um "grupo natural" no eixo das sucessividades; sobre a categoria sintáctica desse termo constitutivo central as-

senta a própria designação do bloco sintagmático resultante. Assim, o Sintágma Nominal organiza-se à roda de um elemento ou complexo nominal, que constituirá o seu centro; correlativamente, todos os outros constituintes serão a tomar como termos marginais do SN (periferia). Do mesmo modo, no Sintagma Verbal: o verbo (mais rigorosamente, o verbo absoluto: ver Segunda Parte, Capítulo 2) constitui o centro estruturador, a que se ligam elementos genericamente periféricos na organização de tal unidade sintagmática.

A oposição centro/periferia na estruturação sintagmática deve, porém ser tomada numa outra acepção, que esteja em sintonia com a caracterização que dela foi feita com referência à organização paradigmática de uma LN.

Assim, e no que respeita às construções gramaticais (Sintagma Nominal, Sintagma Verbal, Enunciado), tomar-se-á como centro as "zonas bem integradas" da sua configuração, isto é, o complexo de elementos entre si ligados por uma densidade elevada de nexos estruturadores, ou por nexos fortemente vinculadores dos termos constituintes de cada um daqueles blocos sintagmáticos. (Convirá ter presente que, mesmo no seio destas "zonas bem integradas", a interligação dos termos nelas inscritos é matizada, em função de múltiplos factores, que justamente convergem com as variáveis envolvidas na coesão a reconhecer em cada uma das unidades linguísticas extensas). Correlativamente, tomar-se-á como periferia o complexo de elementos ligados àquelas "zonas bem integradas" por uma densidade de vínculos menos elevada, ou por laços de menor força integrativa, relacionadora, unificadora.

Nesta acepção, também ao nível sintagmático, centro e periferia serão concebidos (tal como se viu serem considerados ao nível paradigmático) como pólos extremos de um continuum que se matiza em momentos de transição

gradual, e onde cabem "posições indeterminadas" (ver citação de O. Leška aduzida na Introdução). Isto mesmo ficará patente ao longo dos capítulos subsequentes, em que se procurará avaliar a coesão das unidades construcionais do português.

Ao nível do Texto (que não constitui, como se sabe, e como já se acentuou acima, uma construção gramatical) será também possível reconhecer uma oposição centro/periferia; ela será, porém, referida a critérios substancialmente diferentes dos utilizados para as construções gramaticais. Para um adequado levantamento desses critérios, terei que evocar o que acima se escreveu sobre a complexo processo segundo o qual o receptor interpreta um texto. Viu-se, então, que na compreensão de um texto, o receptor abandona não poucas informações (consideradas como "sem consequência" ou sem "relevância" particular para a reconstituição da totalidade de significação tomada como intendida pelo locutor), retendo apenas as que lhe surjam como marcadamente reveladoras ou indiciadoras da mensagem comunicada.

Sendo assim, poder-se-á fazer corresponder a centro (do texto) justamente o complexo que é retido na sua interpretação. Correlativamente, inscrever-se-á na periferia (do texto) tudo o que fica "à margem" (necessariamente em graus diferenciados) da configuração do sentido retido.

Torna-se transparente que na conceituação apresentada do centro e periferia do texto nos desligámos da linearidade, da estrita cadeia de ENs sucessivamente concretizados por que se materializa aquela unidade linguística - ao invés do que se propôs na consideração do centro e periferia das construções gramaticais. Tal é inevitável, pois que, como acima se acentuou, a compreensão do texto não é linear. Daí que, neste domínio, os critérios a tomar no recorte de cada um dos termos daquele binómio sejam, necessariamente (como se anotou logo de início) diversos dos utilizados ao nível das unidades construcionais.

Reparar-se-á, entretanto, que no termo do processo de interpretação do texto é sempre possível focar a sequência concreta dos ENs que o materializam (logo, a linearidade do discurso) e assinalar aí os elementos (dispersos em vários ENs ou, eventualmente, condensados num ou em alguns ENs) sobre que mais decididamente se apoiou a interpretação. Esses elemen-

tos (ou, eventualmente esse/esses ENs) poderão também ser considerados como o centro do texto - em relação ao qual se estabelecerá também os termos a figurar na periferia.

Vincar-se-á que o que está, afinal, aqui em causa não é mais do que a avaliação da (maior ou menor) relevância, ou carácter apropriado, do comunicado em cada segmento de um texto ao seu tópico global. Surgirão, então, e de modo imediato, declaradamente marginais as informações (ou os ENs que as manifestam) em que se desenham "desvios", "digressões", e outros momentos (mais ou menos pronunciadamente) "discordantes" do tema dominante da mensagem e do rumo discursivo.

Desnecessário será averbar que as considerações tecidas têm pertinência similar no que concerne a cada uma das Sequências Textuais reconhecíveis num texto (a cada uma das suas macro-estruturas intermédias). Desnecessário será igualmente assinalar a marcada relatividade a conferir a cada um dos termos do binómio centro/periferia quando aplicados ao texto. Os contornos de cada um deles são aqui de bem mais difícil recorte, em comparação com o que vimos ter lugar na consideração das unidades construcionais - o que vale também, generalizadamente, para a captação das "posições indeterminadas", dos segmentos que tendem (mais ou menos) ou para o centro ou para a periferia. No todo, porém, e atentas as observações formuladas, a demarcação entre centro e periferia é também reconhecível no texto.

Centro e periferia serão, pois, pontos de referência genérica a ter em conta na avaliação da estruturação sintagmática dos signos linguísticos, em suma, na avaliação da coesão (dos graus de coesão) dos signos extensos de uma LN.

NOTAS

(1) Outras designações, também genericamente equivalentes, mas, sem dúvida, menos correntes, são ainda utilizadas: "connectedness", "connexitivity". Fillmore propõe, em sentido análogo, a designação de "sequiturity" (Ver, Fillmore, 1974).

(2) Para as noções de extensão do signo linguístico e de signo extenso, ver Herculano de Carvalho, 1967/1973 (Ver também aqui, adiante, 4. e 5.).

(3) Para estas diferentes unidades linguísticas extensas, ver B. Pottier, 1974. Ver também aqui capítulos subsequentes.

(4) O trabalho é, pois, como refiro, recente; no entanto, ele surge como re-elaboração e alargamento de publicações anteriores de cada um dos Autores, individualmente, remontando a 1962: Halliday, 1962, e 1964; Hasan, 1964; Halliday, 1967/68; Hasan, 1968. Aspectos básicos do conteúdo central da obra agora em referência são retomados pelos Autores noutros trabalhos, em particular, em Halliday, 1970, e 1977, Hasan, 1979.

(5) Halliday-Hasan captam adequadamente a relação EN ("sentence") - Texto nos seguintes termos, que serão de tomar como esclarecedores da noção de texto já introduzida: "A text is not something that is like a sentence, only bigger; it is something that differs from a sentence in kind. A text is best regarded as a SEMANTIC unit: a unit not of form [é assim que basicamente consideram o EN] but of meaning. Thus it is related to a clause or sentence not by size but by REALIZATION, the coding of one symbolic system in another. A text does not CONSIST OF sentences; it is REALIZED BY, or encoded in, sentences" (p.2). A mesma ideia é sublinhada mais adiante, em termos próximos: " ... it [a text] is not simply a large grammatical unit, something of the same kind as sentence but differing from it in size - a sort of super-sentence. A text is best thought of not as a grammatical unit at all, but rather as a unit of different kind: a semantic unit" (p.293).

Esta caracterização do Texto e das relações EN-Texto converge com a que dos mesmo dá É. Benveniste (Benveniste, 1966; o que Halliday--Hasan designam texto é denominado "discurso" em Benveniste). Na verdade, Benveniste aponta que até ao nível do EN (frase), a construção das unidades linguísticas envolve basicamente um processo de "integração" - processo que não tem lugar na construção do discurso. (Repare-se que é justamente isso o que é salientado por Halliday-Hasan nos passos transcritos; repare-se ainda no uso que fazem Halliday-Hasan da mesma lexia "integração" em sentido idêntico ao que lhe dá Benveniste: " ... we shall not expect to find the same kind of STRUCTURAL integration among the parts of a text as we find among the parts of a sentence or clause" -- p.2; o sublinhado de "integration" é meu). Convém, no entanto, fazer notar que esta assimetria na constituição das unidades linguísticas -- frásicas e intrafrásicas, de um lado, e, do outro, transfrásticas -- conduz Benveniste a distinguir "duas línguisticas diferentes" ainda que concebidas como estreitamente interligadas na base de que "leurs chemins se croisent à tout moment": uma primeira referir-se-ia à língua "comme système de signes", enquanto que uma segunda teria por objecto a língua "comme instrument de communication dont l'expression est le discours" (Benveniste, 1966, p.126-127). Divirjo inequivocamente de Benveniste neste ponto, e salientarei como adequada a tentativa de Halliday--Hasan de considerar de modo integrado na descrição-explicação linguística tanto as unidades frásicas e intrafrásicas como o texto, apesar da especificidade a reconhecer aos princípios actuantes em cada um daqueles "níveis". De resto, princípios estruturadores haverá que se projectam de modo similar ou amplamente equivalente em qualquer desses níveis - um dos quais é, precisamente, o que Halliday-Hasan chamam coesão, e que me compete aqui analisar.

(6) Para a exploração destes aspectos, os Autores remetem para Halliday, MacIntosh, Strevens, 1964, e para Halliday, 1974. Ver também Halliday, 1967/68.

(7) Esta formulação é, quanto a mim, inadequada, pois dá aso a equívocos: o que está em causa na consideração de "textura externa" não é rigorosamente "o que o texto significa" (que releva da componente ideacional e

da componente interpessoal que, segundo Halliday-Hasan perfazem, em congregação com a componente textual - em que se inscrevem as dimensões atinentes à textura - o sistema de uma língua), mas é antes o que no texto testemunha a sua ligação ao contexto, ou seja, o que no texto indica o seu carácter apropriado ou adequado ao contexto em que é produzido. É, sem dúvida, para estes aspectos que apontam as considerações sumárias desenvolvidas em alguns momentos mais claros das ps.19-28, onde a expressão "the situational properties of the text" (p.21) parece ser extremamente reveladora.

(8) Esta dimensão da "textura interna" surge, quanto a mim, nela mal integrada. Disso parece dar testemunho Halliday num outro trabalho (Halliday, 1977) em que explicitamente refere que "the generic structure is outside the linguistic system: it is language as the projection of a higher-level semiotic structure" (p.193; o sublinhado é meu). Nesse trabalho, Halliday apenas inclui na "textual component" do sistema linguístico os aspectos que na sequência do texto assinalo em (ii) e (iii).

(9) É curioso observar que uma perspectiva "pressuposicional" próxima da que é proposta por Halliday-Hasan é adoptada por Karlsen no seu estudo (que data de 1959) sobre "the connection of clauses" em inglês, onde são considerados basicamente os mesmos instrumentos que aqueles Autores reúnem na sua coesão gramatical. Ver Karlsen, 1959.

(10) Um terceiro factor entra ainda aqui em jogo, ao qual os Autores se referem na mesma p.290. Ver adiante, 1.9., onde retomarei a questão.

(11) Em capítulos subsequentes terei a oportunidade de referenciar o uso da metalexia coesão em alguns trabalhos de descrição-explicação linguística, se bem que em nenhum deles surja uma caracterização suficientemente clara e precisa da noção em referência. Através daquela designação pretende-se captar, em termos quase sempre genéricos e vagos, o "grau de ligação" entre os elementos de uma construção gramatical ou mesmo de uma lexia composta e de uma lexia complexa (expressões a tomar no sentido em que as usa B. Pottier. Ver, por ex., B. Pottier, 1969). Ver aqui também 4. e 5.

(12) Uma vez mais, Halliday-Hasan 'tomam a parte pelo todo' na caracterização do que, na sua óptica, distingue texto e "não texto", cometendo em exclusividade à coesão o papel noutros momentos atribuído a todas as dimensões da textura. (Ver idêntica observação já formulada acima em 1.3.)

(13) Ver acima também nota 6.

(14) Pela minha parte, devo confessar que, depois de uma intensa reflexão sobre o assunto e de uma demorada consulta da vastíssima bibliografia sobre o mesmo, acabei por renunciar à exploração destes aspectos neste estudo. Estas dimensões mereceriam uma monografia específica - que não poderá ter lugar no seio do presente trabalho. Por isso, nada mais direi sobre elas - o que constituirá lacuna notória, pois considero a articulação tema / rema uma dimensão fortemente operante na coesão do texto. Em Tyl, Z. (ed.) 1970 pode encontrar-se uma recolha dos principais trabalhos no domínio, a que se têm vindo a juntar muitos outros. Alguns deles serão mencionados na Bibliografia; a outros fazem alusão alguns dos trabalhos nela averbados. Entre todos os dados disponíveis, conviria salientar os que se referem ao que F. Daneš chama "progressão temática", que se desenvolve no texto segundo tipos diferenciados, de que se tem ocupado em diversas publicações (em especial, ver Daneš, 1970, 1974, 1976). (Para uma aplicação a textos em francês - simplificada e em larga medida incipiente - ver, por ex, Combettes, 1978). À diversidade da terminologia utilizada - e à não coincidência das realidades que se pretende capturar - junta-se uma ampla controvérsia no que tange ao influxo relativo a atribuir ao co-texto e ao contexto no recorte dos segmentos em que o EN se articula, segundo esta óptica. Por outro lado, apesar de insistentemente se apontar que a repartição no EN dos "blocos informativos" tem que ser considerada em íntima conexão com o co-texto e o contexto, não raro a análise é desenvolvida sobre ENs desco(n)textualizados.

(15) Repare-se que apenas me debrucei sobre a noção de coesão globalmente considerada, não tendo entrado em comentários sobre o tratamento que os Autores dão a cada uma das categorias de nexos coesivos que reconhecem -

- onde haveria lugar a algumas observações críticas. Apenas considerei mais de perto a categoria da coesão lexical, mas exclusivamente no que da sua configuração tinha envolvimento directo nos traços marcantes da noção de coesão tomada genericamente.

(16) Ver, por ex, p.4, e também ps. 332-333. Algumas dessas pistas eram já sugeridas em Halliday, 1964. É na esteira deste trabalho que W. Gutwinski (Gutwinski, 1976) tenta explorar os modos segundo os quais diferentes Autores utilizam nos seus textos os nexos coesivos, tomando esses modos como elemento de caracterização do "estilo" desses textos / desses Autores. Gutwinski aplica-se sobre um corpus extremamente reduzido (dois fragmentos, curtos, de Henry James e de E. Hemingway) - o que, desde logo, diminui o alcance das suas conclusões. O Autor retoma basicamente (embora com alguns ajustamentos) as categorias coesivas sistematizadas em Halliday, 1964, tentando congregá-las com uma análise que se inscreve no modelo "estratificacional" de H.A. Gleason, Jr; daí resulta o traço mais marcante da originalidade do seu trabalho, a saber, a tentativa de articular as categorias coesivas com a(s) estrutura(s) narrativa(s) subjacente(s) ao texto (na concepção de Gleason, Jr.): "The discourse features ... have to be seen against the background of the deeper, semologic structure underlying discourse. The discussion of the stratal systems - and especially of the semologic stratum - allows us to perceive the nature of cohesive relations and gives them a place in a comprehensive model of language" (p.53).

(17) São os próprios Autores a reconhecê-lo, em particular no que toca às relações de "collocation": "The analysis and interpretation of lexical patterning of this kind ["collocation"] is a major task in further study of textual cohesion" (p. 287). Reconhecendo que sob tal designação cabem múltiplos modos de interconexão lexical, de difícil caracterização e sistematização, os Autores sublinham que "it should be borne in mind that this is simply a cover term for the cohesion that results from the co-occurrence of lexical items that are in some way or other typically associated with one another, because they tend to occur in similar environnements" (p.287), e concluem: "the specific kinds of co-occurence relations are variable and complex, and would have to be

interpreted in the light of a general semantic description of the English language" (p.287-88).

(18) Observar-se-á que, no que Halliday-Hasan chamam "reiteração de item lexical", há lugar mais propriamente a reiteração de designado.

Os nexos inter-ENs instaurados por estes diversos meios de realização de co-referência têm sido objecto de estudo insistente, numa perspectiva - tal como a de Halliday-Hasan - mais propriamente co-textual que textual. Entre eles, merecem destaque Palek, 1968, Gülich, 1970, Dressler, 1970, em que a análise é desenvolvida em termos que os Autores denominam, respectivamente, "hipersintaxe", "macrosintaxe" e "suprasintaxe". Ter-se-á também presente o trabalho de Weinrich, desenvolvido numa óptica idêntica, sobre o artigo definido (Weinrich, 1971). Não serão de esquecer, de resto, os abundantes trabalhos sobre "pronominalização", desenvolvidos, segundo perspectivas diferenciadas. Tenham-se também presentes, entre outros trabalhos, Hiz, H., 1969, Lakoff, G., 1968, Crymes, R., 1968.

Numa perspectiva mais alargada, Harweg (Harweg, 1968) estuda sob a designação de substituição (ou mais rigorosamente de substituição sintagmática) os mecanismos de instauração de co-referência, em congregação com outros que de algum modo "retomam" o já verbalizado no co-texto (ou que anunciam, por catáfora, o que imediatamente se inscreve no co-texto subsequente). Essa "retoma" não se dá, porém, na base da estrita identidade de referência (de designação), antes na base de múltimos modos de conexão entre items lexicais (considerados não estritamente no seu significado, mas também no seu designado) - tais como os de associação, contiguidade, causalidade ... (configuradores, portanto, mais rigorosamente, de cross-referência). Como condensadamente diz Beaugrande, substituição é para Harweg "any connection between two components of a text or textual world that allows the second to activate a configuration of knowledge shared with the first" (Beaugrande, 1980, 133). Observarei que muitas destas conexões, se não mesmo todas, cabem nas noções de reiteração e de colocação propostas por Halliday-Hasan - ver acima].3.2.b; na primeira, devem, porém, incluir-se outras modalidades, tais como as de designação por paráfrase, designação metafórica e metonímica, designação judicativa (o rapaz ...; esse bandido ...), designação que envolve "re-

categorização" de item inicial (partir ...; a partida ..., etc), designação de tipo metalinguístico (o que eu quis dizer naquela frase ...) ... (Muitos destes modos de "retoma" são explorados, sobre o português, por Meyer-Hermann: ver M-Hermann, R., 1976).

Voltando a Harweg, acrescentarei que ele pensa ter configurado com a sua noção de substituição sintagmática o mecanismo fundamental envolvido na constituição do texto: "Syntagmatic substitution is, in my opinion, the basic operation building texts out of sentences ... a text is a sucession of linguistic units (or more precisely of grammatical sentences) that is built up by an uninterrupted chain of syntagmatic substitutions" (Harweg, 1978, 253). O que Harweg põe em destaque é, afinal, um traço imediatamente evidente no texto - a repetição do já comunicado; menos bem captado fica, porém, no seu trabalho o facto de que na repetição não se consuma uma mera retoma, já que, quase regularmente, a repetição comporta progressão. Na minha opinião, este traço é tão pertinente como o primeiro na constituição do texto. (Ver acima 2.2.6.2.(ii)).

(19) Reparar-se-á que as análises fornecidas só num único caso se aplicam a um texto completo (um soneto, como se sabe, texto claramente curto); em todos os outros, os Autores tomam apenas fragmentos (não muito longos) de textos.

(20) Veja-se o elevado número de trabalhos referidos na bibliografia comentada elaborada por Dressler / Schmidt, 1973, a que se junta uma incessante produção nos últimos anos. Desta destacarei van Dijk, 1977, van Dijk / / Petöfi (ed.),1977, Dressler (ed.), 1978, Petöfi (ed.) 1979, Beaugrande/ / Dressler, 1980. Beaugrande, 1980. (Só incidentalmente averbarei trabalhos escritos em alemão - de resto, extremamente abundantes; também abundantes são os trabalhos em russo, referenciados em alguns dos estudos a mencionar em Bibliografia).

(21) Convém observar que esta é uma apresentação unilateral da Linguística de Texto, pois que nela cabem perspectivas que não se reclamam de uma orientação gerativa. (A este propósito convirá ter presente que gerativa remete aqui não para os modelos de Chomsky, antes para o que se desenvolve

sob a designação de Semântica Gerativa). Na verdade, entre outras que não cabem sob tal orientação, afirmam-se crescentemente no seio da Linguística de Texto perspectivas que pretendem, não propriamente enumerar exaustivamente os textos possíveis, antes captar explicitamente um complexo de princípios e condições que regularmente se projectam na produção-recepção daquelas unidades linguísticas, na configuração das quais operam de modo central: "Text linguistics cannot have the task of providing an abstract grammar to generate all possible texts of a language and to exclude all non-texts. The domain to be generated is far too vast, and continually expanding. The notion of a "non-text" is not crucial, because the occurrence of non-texts usually signals a refusal or inability to communicate. A more essencial task for text linguistics is rather to study the notion of TEXTUALITY as a factor arising from communicative procedures for text utilization". (Beaugrande, 1980, p.15; o sublinhado é meu).

(22) Ou, como escreve Beaugrande "the naturally occurring manifestation of language" (Beaugrande, 1980, p.1).

(23) Ver, porém, algumas notas críticas ao longo desta exposição. Para a disputa recentemente levantada entre "defensores" e "contestadores" da Linguística de Texto", ver, por ex, Dascal, M. / Margalit, A., 1974, e Petöfi / Rieser, 1976.

(24) Este desenvolvimento ideal não tem, correntemente, lugar em muitos textos. Daí, a necessidade de se considerar diversos graus de coerência (Ver adiante).

(25) Escrevo locutor, e não locutores - o que indicia que apenas serão tomados aqui em consideração textos não dialogados. Ver adiante algumas observações, escassas, sobre a coerência dos textos dialogados.

(26) Enkvist, em publicação recente, diz que estas sequências serão marcadas por "pseudo-coerência" - a distinguir de coerência e de coesão textuais. (Enkvist, 1978). Preenchem, afinal, essas sequências aquilo a que Östman, no passo acima transcrito, se refere como "(explicitly) cohesive texts

which are not coherent").

(27) Nos enfoques de tipo gerativo (ver cima) a coerência temática é configurada no complexo de elementos que perfazem a "estrutura profunda" do texto, que, por ex, Schmidt caracteriza como "an ordely set of thematic complexes" que determina "the relations between the sentences, their sequence and their lexical implementations" (Schmidt, 1973 - apud Bertinetto, 1979, p.152). Ver também mais abaixo nota (32).

(28) Anotarei desde já que as condições de coerência valem também para a construção do EN composto ou complexo. (De resto, van Dijk, por ex, absorve na coerência textual a articulação consequente necessariamente também projectada entre o designado por cada um dos ENs constituintes do EN composto ou complexo - articulação que designa especificamente como "connectedness"; ver van Dijk, 1977, p.93). Visivelmente, a coerência não é uma dimensão exclusiva do texto, pois ela também tem lugar nestas unidades frásicas complexas ou compostas. Mais que isso - e como já foi anunciado, e como terei a oportunidade de mostrar - a coerência aplica-se a todos os produtos verbais que se manifestem como signos extensos. Ver adiante, em especial, 2.3. e 2.4.

(29) Sobre o alcance que obtém a restricção configurada por esta lexia ("ideally"), ver atrás o contido na nota 24. Voltarei à questão.

(30) A exigência de não contradição é correntemente referida como condição de "consistência" ("consistency": veja-se o adjectivo "consistent" na citação, introduzida acima, de van Dijk). Dela se diz que é "a semantic condition [da coerência textual] requiring that each sentence will be consistent with previous sentences, i.e., that they can be all true in the same state of affaires (given our common assumptions about the world)" (Reinhart, T., 1979). Ver, porém, em E. Vasiliu, 1979, algumas observações sobre a noção de consistência e sobre a relevância a atribuir-lhe na configuração da coerência do texto.

(31) Ver-se-á mais abaixo que a exigência de relevância recíproca entre o manifestado nos sucessivos ENs do texto se revela uma condição demasiado

rígida. Reconhecer-se-á, na verdade, que a articulação consequente entre os ENs não exclui relações de mera compatibilidade entre o comunicado em cada um deles. Ver 2.2.9.

(32) Neste quadro, as micro-estruturas do texto constituem a sua estrutura de superfície, que radica numa estrutura profunda (representada na(s) macro-estrutura(s)). A representação das relações entre a estrutura profunda e a estrutura de superfície do texto é, quanto a mim, um dos momentos menos claros dos modelos (gerativos) de Gramática de Texto que têm sido propostos: bastará considerar que para a manifestação linguística de uma mesma unidade semântica global (de uma macro-estrutura) - como, de resto, para a manifestação verbal de um qualquer complexo semântico - cada LN dispõe de múltiplas soluções formais a projectar. Insistentemente se assinala que a estrutura profunda do texto "no determina exactamente la selección de lexemas sino que delimita las posibilidades de elección entre los constituyentes del texto en el terreno de las condiciones lógicas, cronológicas, implicativas, etc. de um contexto" (Schmidt, 1977, 160) - o que vem justamente revelar a não correspondência unívoca entre a estrutura profunda do texto e a sua estrutura de superfície e, mais que isso, em nada esclarece as vias por que se estabelece a articulação entre aquelas estruturas.

(33) Diversos modelos - não raro sintomaticamente designados de "cognitivos" - vêm sendo ultimamente propostos para a captação do processo da compreensão do texto (via privilegiada, como se sabe, para atingir o processo da construção do texto pelo locutor). Neles são integrados, em lugar de destaque, dados saídos da investigação em domínios de ponta, tais como da Psicologia Cognitiva, da Inteligência Artificial, da Teoria das Acções, da Lógica Epistémica ... Nesses mesmos modelos opera-se com noções de grande alcance com os quais converge amplamente o que denomino aqui universo de conhecimento. Em particular, aí obtêm grande saliência as noções de "frame", e outras com ela articuladas, nomeadamente as de "script", "scheme", "scenario". (Ver, particularmente, van Dijk, 1977, e Beaugrande, 1980 - onde se dão também abundantes referências bibliográficas). Na parte final deste meu trabalho, farei uso da designação de quadro lógico-conceptual num sentido muito próximo ao de "frame", isto é, basicamente para

aludir ao complexo de "conhecimentos" tipicamente agregados a um objecto, acontecimento, actividade, situação (considerados nas suas componentes, nas articulações com outros, nas suas condições necessárias e/ou suficientes, suas consequências, sucessão, hierarquia ...). A maior parte destas dimensões do nosso "conhecimento do mundo" têm validade universal; outras, porém, são culturalmente dependentes (estão ligadas às vivências específicas de uma dada comunidade histórico-cultural).

(34) Daqui decorre, inevitavelmente, a diversidade de juízos, da parte de receptores diferentes ou de um mesmo receptor, sobre a coerência, como também a possibilidade de múltiplas interpretações de um mesmo produto verbal; concedendo, de bom grado, ao locutor o "benefício da coerência" e uma efectiva intenção de comunicação, o receptor é constrangido (em nome do princípio da cooperação) a "maximalizar" os nexos de articulação consequente entre o designado que lhe é revelado, tentando reconstituí-los - mesmo aqueles que o locutor (intencionalmente ou não) deixa "escondidos". (Ver adiante 2.2.13.).

(35) Desenham, no seu conjunto, as informações implícitas agregadas aos produtos verbais (em cuja estruturação e interpretação operam fortemente) um delicado problema de fundo, que van Dijk, sumariamente, equaciona do seguinte modo: "We here [na consideração das informações implícitas ou, mais rigorosamente, do que chama "missing links" - "Propositions which are postulated to establish theoretical coherence of a test but which are not expressed in the discourse will be called MISSING LINKS"] touch upon a more general problem of the theory of grammar: in what way are missing links to be called part of the underlying structure or semantic representation of a discourse? Or should we rather assume that they are 'constructed', viz by rules of inference, or by rules and processes defined at the level of pragmatics or in cognitive theory? "(van Dijk, 1977, 95).

(36) Sendo assim, parece claro que a coerência do texto não pode tomar-se como equivalente à sua "boa formação"; ainda menos sustentável é dizer-se (como, por vezes, efectivamente, se diz) que a coerência representa, ao nível do texto, o que a gramaticalidade representa ao nível da frase

(do EN). Como se sabe, a "boa formação" (se se respeita convenientemente o sentido consagrado em tal expressão) releva do plano estritamente idiomático, do plano da "Gramática" de uma LN; estendendo a noção ao transfrástico (ao "além-EN"), poder-se-á também falar de "boa formação" (de gramaticalidade) do texto, obtida pela "boa projecção" dos recursos de uma LN para a construção dessas unidades linguísticas (Ver acima, por ex, 2.2.3.). Decorre da exposição feita que a coerência textual converge com a aceitabilidade do texto, não com a sua gramaticalidade. Por isso, é abusivo (e, mais que isso, errado) o uso que abundantemente se faz da expressão "boa formação" do texto como equivalente a coerência textual. Aproveito o ensejo para anotar que só no sentido de que a gramaticalidade dos signos linguísticos é condição, parcelar e de todo em todo não absolutamente necessária, da sua aceitabilidade, se poderá admitir que a "boa formação" do transfrástico seja tomada como condição da coerência textual. Esta restrição, para mim fundamental, não é devidamente aduzida quando se faz convergir gramaticalidade do texto com a sua coerência. Nesses trabalhos, mistura-se indiscriminadamente gramaticalidade e aceitabilidade: por isso, neles se pode tomar como condições de coerência textual tanto a "boa projecção" dos recursos ditos "coesivos" de uma LN como a abservância das normas de não tautologia, de não contradição e de relevância entre o designado nos sucessivos ENs que materializam o texto. Observarei, finalmente, que muitas das considerações agora anotadas perdem a sua pertinência, quando aquela expressão "boa formação" é referida como "boa formação pragmática". Salientar-se-á, no entanto, que esta última só se revela rigorosamente adequada no enfoque, recentemente tentado, da coerência textual sob o ângulo da dimensão accional da linguagem (ver algumas referências a este enfoque, em 2.2.14.).

(37) Para as noções de "estilo coloquial" e "estilo reflectido", ver Herculano de Carvalho, 1967/1973.

(38) Anote-se que as normas de coerência podem ser "suspensas" intencionalmente pelo locutor, na busca de efeitos expressivo-apelativos, ou em ordem à expressão do "absurdo". Ver adiante, 2.4.3. (Ver também uma primeira referência em 2.2.6.1.)

(39) Vejam-se as considerações pertinentes tecidas a propósito do "não texto", em Beaugrande, 1980, p.12.

(40) Widdowson distingue coerência e coesão. Toma esta no sentido da coesão inter-ENs de Halliday-Hasan (consubstanciada, como se viu, em nexos de articulação manifestados em superfície, na sintagmática imanente da combinação de ENs), cometendo a sua caracterização ao que chama "text analysis"; quanto à coerência, concebe-a como o complexo de articulações que congregam os "speech acts" manifestados na sequência de ENs por que se materializa o texto; o estudo destas dimensões compete, na óptica do Autor, ao que chama "discourse analysis". Widdowson sublinha que muitas produções verbais se revelam coerentes como discurso sem que sejam coesivos como texto. Eis um exemplo (in Widdowson, 1978, p.29):

"A : That's the telephone

B : I'm in the bath

A : O.K."

Uma versão "coesiva" desta sequência "coerente" (mas não "coesiva") é fornecida logo abaixo:

"A : That's the telephone (Can you answer it, please?)

B : (No, I can't answer it because) I'm in the bath.

A : O.K. (I'll answer it)".

(41) Ver, por ex, Sudnow, D. (ed.), 1972; Sacks / Schegloff / Jefferson, 1974; ver ainda Scinto, 1977, e Couthard, 1977 (onde se contêm abundantes referências sobre a Análise da Conversação).

(42) Mais rigorosamente, a coerência é uma dimensão de toda a actividade manifestativa (e dos seus produtos), independentemente da forma que revista, isto é, do sistema de sinais utilizado. (Ver acima 2.3.b.).

(43) Em diversos trabalhos posteriores, E. Coseriu (ver, por ex, Coseriu, 1979) faz corresponder ao plano do saber elocucional o que chama "congruência"

(abandonando, pois, a designação coerência). Muitos dos pontos retidos na interpretação dada à noção de coerência estão sem dúvida em consonância com o que Coseriu diz da congruência (coerência, em Coseriu, 1976). No entanto - e convirá sublinhá-lo - algumas considerações já desenvolvidas e outras que se seguem assinalam que me distancio, em momentos centrais, dos pontos de vista de Coseriu. Em termos sumários, a diferença do enfoque reside basicamente em que, se aceito a exterioridade às LNs do plano correspondente ao saber elocucional, sublinho, em contrapartida, uma forte interdependência entre a organização de cada uma delas (e o seu funcionamento) e esse mesmo plano. Daí que venha insistindo em que esse plano (a que corresponde, como já se deixou perceber e explicitamente se referirá, o que B. Pottier designa plano conceptual), se é exterior às LNs, não lhes é alheio. Veja-se a sequência da exposição, em que justamente se reclama uma descrição-explicação de cada LN (e do seu funcionamento em discurso) que tenha em conta os modos por que e a extensão em que o conceptual influencia, penetra, informa o idiomático - em vez de se tomar este último como complexo de oposições funcionais, como sistema formal, distanciado (por idealizações excessivas) do seu funcionamento efectivo em situações concretas de comunicação, e desligado do seu suporte conceptual.

(44) No que se acaba de referir não se estabelece que uma LN seja cópia do real: informados embora pela organização conceptual que impomos ao mundo, os produtos verbais representam configurações específicas, dela independentes. Atente-se na diversidade das línguas, e, no seio de cada uma, nas diferentes soluções formais que servem à captação (e à manifestação) das relações percebidas entre os objectos, os factos, os acontecimentos ... Tenha-se, afinal, presente a arbitrariedade do signo linguístico (pelo menos quando isolado do complexo discursivo).

(45) É certo que estes limites são correntemente superados em combinatórias à partida "anómalas" (isto é, incoerentes) como as que se projectam, por ex, na metáfora. Não raro, estas combinatórias "anómalas" estão mesmo consagradas numa dada LN.(Veja-se a construção de um verbo com complementador "interno": dormir um sono profundo, ouvir com os próprios ouvidos, viver uma vida alegre ... Porque o complementador reto-

ma, quanto ao essencial, o conteúdo sémico do verbo que o rege, configura-se uma tautologia, habitualmente intolerada no exercício verbal). Outras vezes, as combinações que infrigem as normas de coerência visam, por intenção do próprio locutor, a criação de efeitos expressivos e/ou apelativos no discurso (cómico, jogo de palavras, insistência argumentativa, absurdo). Saliente-se que em todos os casos de "suspensão" das normas de coerência (mesmo, se bem que em menor escala, naqueles que estão consagrados numa dada LN) se realiza regularmente "expressividade". Observe-se, finalmente, que a não subordinação dos falantes aos limites que a realidade a designar impõe no que respeita à combinação dos signos é cerceada pela necessidade de salvaguardar entre si uma efectiva comunicação.

(46) Para as noções de forma do significado, substância do significado, classema, complementadores actanciais e não actanciais, Marginal, ver B. Pottier. Ver também capítulos subsequentes.

(47) Ver, também, especificamente para a coordenação (que conduz ao EN composto), Kiefer, F., 1975.

(48) A exploração unilateral do estritamente idiomático está representada em modelos correntes de descrição-explicação linguística que buscam caracterizar a competência linguística dos falantes, considerada em si mesma, como isolada de uma competência comunicativo-pragmática, ou do suporte conceptual da organização e funcionamento de uma LN. No pólo oposto, inscrevem-se algumas investigações de índole lógico-pragmática que quase ignoram a língua como sistema de oposições funcionais específicas.

(49) A "boa actualização" dos instrumentos de conexão envolvidos na construção do transfrástico obedece a princípios já satisfatoriamente caracterizados no âmbito das "Gramáticas de frase". (Lembrarei que tais instrumentos funcionam de modo basicamente similar no seio do EN). Se assim é, como parece ser, fica grandemente diminuída (se não mesmo anulada) a pertinência dos argumentos desenvolvidos em favor da constituição da Linguística de Texto que assentem sobre a necessidade de uma "perspectiva textual" para a caracterização adequada do funcionamento desses mesmos

instrumentos. Referindo-se especificamente ao uso dos substitutos lexicais, diz com pertinência F. Kieper: "If ... we want to argue that an adequate theory of pronominalization requires an apparatus that goes beyond sentence grammar, it must first be shown that there are certain facts about pronominalization that can be accounted for in a text grammar - but not in a sentence grammar ... Grammarians who confine themselves to sentence grammar may still feel that they have good reasons to believe that there is nothing which 'text grammarians' can do and which they could not do equally well" (Kiefer, 1975, 349). Em nota (p.358), o Autor remata: "In other words, the facts that text grammarians describe can also be described by a sentence grammarian. In order to convince sentence grammarians that they are not right one should look for better arguments than those which have been put forward so far". Algo de similar se dirá, na minha opinião, no que tange à caracterização do mecanismo da articulação tema / rema, que, mais do que uma "perspectiva textual" suscita, como se escreveu acima, uma óptica co-textual.

(50) Convém não subestimar o papel que a recorrência sémica desempenha na configuração semântica do texto. Essa dimensão, que respeita ao significado - e, logo, releva do plano idiomático - é, na verdade, central no desenho de isotopia(s) que garante(m) a unidade significativa do texto. Por isso, deve atentar-se convenientemente na restrição expressa na lexia "quase", que figura neste enunciado.

(51) Cf. a noção de integração de É. Benveniste (Benveniste, 1966). Ver acima nota 5.

(52) Na Análise da Conversação, fala-se, por vezes, em restrições de co-ocorrência entre os fragmentos do discurso que correspondem a cada uma das "tomadas de palavra" de cada um dos intervenientes (ver acima 2.2.14.2). Casos particulares destas restrições são, por ex, as observáveis na sequência "pergunta-resposta", ou nos chamados "adjacent pairs". É, porém, evidente que a expressão restrições de co-ocorrência tem aqui um sentido muito diverso do que lhe está consignado no quadro da análise da construção sintagmática e da construção sintáctica.

(53) "Coherence could be better used as a sort of hyperonym comprehensive of linguistic cohesion [tal como a concebem Halliday-Hasan - 1976 - e mesmo Harweg, 1968] and of semantic, logical, pragmatic connections" - - Marello, C., 1979, p.620).

(54) Ver também B. Pottier, 1959. Aproveito para referir que as questões abordadas neste estudo de B. Pottier cabem plenamente no âmbito da coesão (ao nível não apenas da lexia simples, da lexia composta e da lexia complexa - ver no texto 5.2. - mas também ao nível das unidades da microsintagmática e da mesosintagmática): na verdade, é justamente ao "degré de liaison des morphèmes" (sobre que se debruça B. Pottier no trabalho em referência) que diz respeito a noção de coesão estrutural acima introduzida.

(55) Podem, porém, as lexias complexas constituirem relatores, não pedras angulares daquelas construções, antes elementos de relação operantes no seu seio (a fim de, a favor de, sempre que ...)

SEGUNDA PARTE

COESÃO AO NÍVEL DA MICROSINTAGMÁTICA

CAPÍTULO I

A COESÃO DO SINTAGMA NOMINAL

PLANO

1. Preliminares

1.1. A estrutura geral do SN

1.2. A estrutura geral do FA

1.3. Construção atributiva e construção apositiva do FA no interior do SN

1.4. A função semântica do FA no SN

1.5. Observações finais sobre a estrutura geral do SN

2. A coesão do SN

2.1. Estruturação homogénea e estruturação heterogénea do SN

2.2. A estruturação homogénea do SN

2.2.1. Incidência directa e integração do FA

2.2.2. Dependência-continuidade semânticas

2.2.2.1. Dependência semântica

2.2.2.2. Continuidade semântica

2.2.2.3. Dependência - continuidade semânticas e "adjectivação obrigatória"

2.2.2.4. Dependência - continuidade semânticas e integração do FA

2.2.3. Interdependências entre aspectos construcionais, e entre estes e a função semântica do FA

2.2.3.1. Interdependências entre aspectos construcionais

2.2.3.2. Interdependências entre aspectos construcionais e a função semântica do FA

2.2.3.3. Função semântica, posição e integração do FA

2.2.3.4. Quadro geral das interdependências projectadas na estruturação homogénea do SN

2.3. A estruturação heterogénea do SN

2.3.1. A incidência indirecta do FA

2.3.1.1. Incidência indirecta simples e incidência indirecta dupla do FA

A. A incidência indirecta simples do FA

A.1. Incidência indirecta simples de FA_{NAT}

A.2. Incidência indirecta simples de FA_{TR}

1. Incidência simples mediatizada por relator
2. Incidência simples mediatizada por demarcador fónico
3. Incidência simples mediatizada por demarcador fónico x relator

B. A incidência indirecta dupla do FA

2.3.2. Incidência indirecta e integração do FA

2.3.3. Dependência - continuidade semânticas na estruturação heterogénea do SN

2.3.4. Interdependências entre aspectos construcionais, e entre estes e a função semântica do FA na estruturação heterogénea do SN

3. A coesão do SN: conclusão

Notas

A COESÃO DO SINTAGMA NOMINAL

1. PRELIMINARES

1.1. A estrutura geral do SN

A estrutura geral do SN - unidade formal em que se realiza o functema nominal por natureza (FN_{NAT}) - pode ser assim esquematizada (ver B. Pottier, 1974, § 272 e segts):

SN ⟶ + G.Subst. ± FA

(Leia-se: + = elemento obrigatório;
± = elemento facultativo;
G.Subst. = grupo substantival;
FA = functema adjectival)

Por sua vez, o G.Subst. pode ser representado do seguinte modo:

G.Subst ⟶ + substantivo ± GDet
(grupo determinador)

Finalmente, o GDet surgirá como

GDet ⟶ ± Det ± Quantificador

1.2. A estrutura geral do FA

O FA pode actualizar-se quer em FA_{NAT} quer em FA_{TR} (functema adjectival por transfert ou transferência).

a. FA_{NAT}

Pode condensar-se a estrutura geral do FA_{NAT} como segue (ver B. Pottier, 1974, § 276 e segts):

$FA_{NAT} \longrightarrow$ + Adjectivo ± Quantificador

b. FA_{TR}

De entre as várias realizações possíveis (ver B. Pottier, 1969, 1974) reterei aqui apenas três:

(i) $FA_{TR} \longrightarrow$ SN introduzido por relator (que constitui índice do TR):
livro de capas vermelhas

Configura-se aqui uma adjectivação por determinação ou por subordinação, marcada, de 1º grau (ver B. Pottier, 1969 § 10 e segts).

(ii) $FA_{TR} \longrightarrow$ EN introduzido por relativo (elemento de conexão e também índice do TR):
livro que tem capaz vermelhas

Configura-se aqui uma adjectivação "completiva" ou por subordinação, marcada, de 2º grau (ver B. Pottier, 1969, § 10 e segts) [1].

(iii) $FA_{TR} \longrightarrow$ SN isolado no EN por demarcador fónico (zero fónico, assinalado na escrita por vírgula ou travessão), configurando o que aqui se chamará aposição.

(Na caracterização que darei adiante da aposição, ver-se-á que qualquer FA pode projectar-se em construção apositiva: esta não é, pois, exclusiva da realização agora introduzida do FA_{TR}).

o livro, obra-prima de arranjo gráfico, ...

o livro - obra-prima de arranjo gráfico - ...

1.3. Construção atributiva e construção apositiva do FA no interior do SN

a.

O modo de articulação do FA à sua base substantival no interior do SN configura duas construções diversas: a atribuição e a aposição.

Considero como construção atributiva aquela em que a articulação do FA à sua base não é mediatizada por zero fónico (indicado, na escrita, quer por vírgula quer por travessão, como acima se anotou). A presença deste demarcador fónico institui, pois, uma construção apositiva.

A construção atributiva e a construção apositiva instauram entre Grupo Substantival e FA uma relação homosintagmática: os termos reunidos perfazem uma unidade sintagmática centrada sobre a base substantival, justamente o SN. Uma relação de formação ou de constituição aglutina, pois G.SUBST. e FA, de que resulta aquele sintagma.

b.

A relacionação GSubst x FA pode, porém, ser contraída por uma outra via, que envolve a projecção de um nexo verbal. Neste caso, a relação actualizada entre GSubst e FA será heterosintagmática: estes termos não perfazem, então, SN.

Designarei esta construção de predicação: nela o FA realiza o Predicado do EN ou é dele elemento constitutivo, obrigatório. Em ambos os casos, o elemento verbal conector é fortemente seleccionado: tratar-se-á ou (i) de verbos auxiliares do Predicado (ser, tornar-se ...) ou (ii) de verbos que direi afectados por traços de auxiliarização do Predicado, de cuja caracterização tratarei mais adiante (ver capítulo seguinte, especialmente 1.2.1. e 6.3.2.).

(i) o Pedro é inteligente

(ii) o João considera o Pedro inteligente

Como se vê nesta breve ilustração, o GSubst. e o FA são heterosintagmáticos, não formam SN; em (i) o GSubst é a Base do EN, em (ii) consti-

tui complementador actancial objectivo (0_1) do verbo considerar, que o suscita, e que cumulativamente convoca o FA, endossando-o como predicador a 0_1.

Esta caracterização sumária põe em destaque a intervenção do elemento verbal na configuração da construção que designei predicação. Esta intervenção outorga à predicação, pelo dinamismo específico do verbo, um carácter de processo - processo predicativo - ausente no desenho da atribuição e da aposição. Por outro lado, de acordo com o estatuto funcional do GSubst. no EN distinguir-se-á entre predicação do sujeito (i) e predicação do objecto (ii): em (i) o FA será, pois, predicativo do sujeito, e em (ii) predicativo do objecto.

1.4. A função semântica do FA no SN

No plano da construção atributiva, reconhecer-se-á uma oposição atinente à função semântica do FA: este actualiza-se ou (a) como selectivo ou (b) como não selectivo (ver-se-á adiante que esta oposição é suspensa por acção de factores específicos):

(a) (b)
Núvens pesadas acumulavam-se no céu ... Essas núvens (pesadas) ...

O carácter dispensável do FA em (b) assinala o seu não envolvimento na selecção (já configurada no co-texto, e retomada, de resto, no determinante anafórico essas). (Ver, adiante, 2.2.3.2. e 2.2.3.3.).

A oposição selecção | não selecção dá lugar, na construção apositiva, a uma outra, que designarei descrição (i) | explicação (ii) (que se distribuirá regularmente de acordo com factores a analisar adiante):

(i) (ii)
corpulentos, os touros surgiram na arena ... O público, entusiasmado, vibrava intensamente

Observarei, brevemente, que o que determina em (ii) o carácter explicativo do FA é uma particular relação semântica, a analisar, entretecida entre ele e o Predicado do EN - relação que não tem lugar em (i).

Convirá não confundir o plano da construção com o plano da oposição funcional em que cabem as oposições agora referenciadas: atribuição e aposição constituem modos construcionais do FA na sua articulação com uma base substantival no seio do SN; selecção | não selecção e descrição | explicação referem funções semânticas do FA projectadas especificamente no seio de cada uma daquelas construções, ou melhor, respectivamente, na construção atributiva e na construção apositiva.

1.5. Observações finais sobre a estrutura geral do SN

Reteve-se aqui a estrutura geral do SN. Qualquer dos seus termos constituintes pode, porém, apresentar uma organização mais complexa.

a.

Tanto o substantivo, centro do GSubst., como o adjectivo presente no FA_{NAT} podem ser afectados pelo sema genérico [+ transitividade]. A presença dos complementadores então suscitados, consignificados, por aqueles termos configurará uma estruturação mais complexa do SN:

rapaz | satisfeito com o seu trabalho
rapaz | comovido perante a desgraça

uma visita ao museu inesperável para muita gente.

No presente trabalho, não atenderei a unidades sintagmáticas centradas sobre substantivo afectado por [+ transitividade]; do mesmo modo não considerarei unidades configuradas sobre adjectivo portador daquele mesmo sema genérico. (Em estudo recente - desenvolvido no quadro teórico e metodológico proposto por M. Gross (Gross, 1968 e, sobretudo, 1975) - - J. Malaca Casteleiro debruça-se sobre alguns aspectos da transitividade do adjectivo em português: ver Casteleiro, 1978).

b.

Qualquer dos elementos facultativos do SN pode, por sua vez, apresentar uma configuração mais ou menos complexa, que não precisará de ser ilustrada. O mesmo se dirá do próprio centro do GSubst.: este pode realizar-se por substituto funcional (eu, mim, nós ...) ou por substituto lexical (ele, algo ...) ou por congregação destes ou de substantivos (por coordenação).

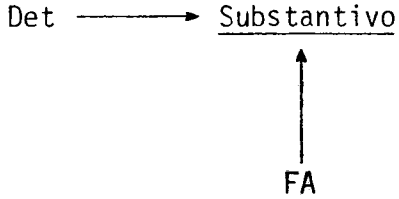
c.

Como termos constituintes do SN, todos estes elementos são imediatamente percorridos por uma relação de formação ou constituição (ver acima). Esta relação básica cumula-se com outras, imediatamente suscitadas, nomeadamente uma relação de compatibilidade sintáctica e semântica entre os termos, e uma relação de posição. Os diversos sintactemas desenhados testemunham directamente estas relações básicas:

o amigo
o meu amigo
este meu grande amigo
o meu grande amigo de infância
estes meus três grandes amigos de infância
...

Destas relações, e particularmente de algumas outras, me ocuparei na análise da coesão do SN que desenvolverei nos números seguintes.

Assinalarei, entretanto, que um princípio fundamental, poderosamente operante na configuração do SN, é o da incidência: o substantivo ou o G.Substantival institui-se no SN em centro polarizador de incidência, sobre que se aplicam as determinações veiculadas pelos outros termos constituintes do SN. Daí a representação seguinte da estruturação do SN, referida justamente à incidência (que assinalo por ⟶):



A representação configura o substantivo como pólo sobre que incidem Det(erminadores) e FA, e indica o modo de construção em dependência do FA.

d.

Anotarei que na análise da coesão do SN me centrarei na sua estrutura genérica, simples, atendendo aí basicamente à conexão substantivo x FA. Só incidentalmente me referirei - e sempre de modo sumário - a configurações mais complexas derivadas dos aspectos referenciados nas alíneas **a.** e **b.** anteriores.

2. A COESÃO DO SN

Os nexos coesivos fundamentais que percorrem o SN e o unificam como complexo semântico-sintáctico serão referidos a três princípios fundamentais operantes na constituição deste signo extenso:

- o princípio da incidência;
- o princípio da dependência-continuidade semânticas;
- o princípio da interdependência entre aspectos construcionais, e entre estes e a função semântica do FA.

Estes princípios surgem estreitamente interligados e inter-influentes, como se verá.

2.1. Estruturação homogénea e estruturação heterogénea do SN

O adjectivo é marcado naturalmente por uma visão de dependência semântica: ele suscita necessariamente um suporte ou base sobre que incide, sobre que se aplica. Todo o complexo transferido a FA será também afectado por esta mesma visão.

Decorrem imediatamente do modo segundo o qual se projecta a incidência do FA sobre a sua base duas configurações fundamentais do SN.

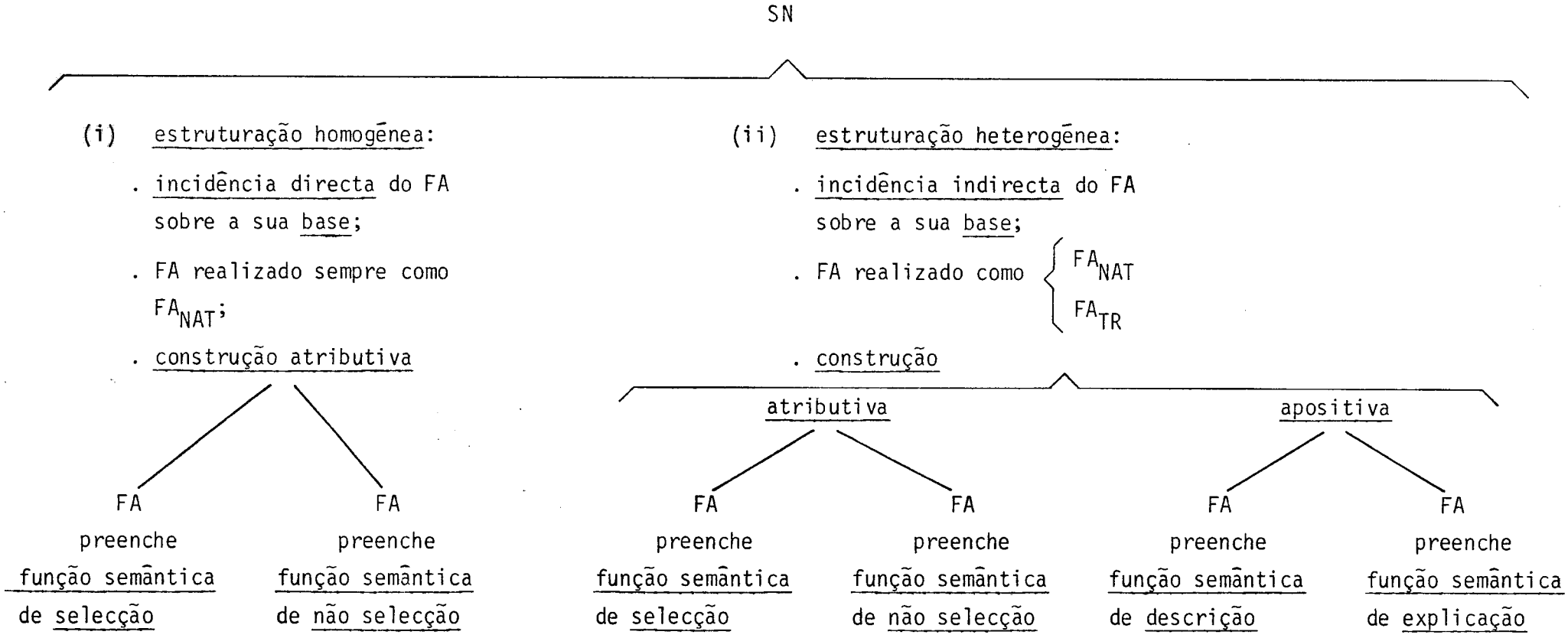
A articulação do FA à sua base substantival faz-se por simples juxtaposição ou é mediatizada por relator e/ou por demarcador fónico. No primeiro caso, institui-se uma incidência directa (ou imediata), a que corresponde uma estruturação homogénea do SN; no segundo caso, tem lugar uma incidência indirecta (ou mediata), a que corresponde uma estruturação heterogénea do SN. (Ver B. Pottier, 1969, § 10) (12).

O FA em incidência directa sobre a sua base substantival é sistematicamente realizado como FA_{NAT}; por outro lado, a incidência directa configura sempre uma construção atributiva.

Na estruturação heterogénea do SN, o FA surge actualizado quer como FA_{NAT} quer como FA_{TR}, distribuídos ou por construção atributiva ou por construção apositiva.

Um quadro geral condensará os aspectos construcionais já levantados e a distribuição geral das funções semânticas do FA:

(Ver página seguinte).


SN
(i) estruturação homogénea:
. incidência directa do FA sobre a sua base;
. FA realizado sempre como FA_{NAT};
. construção atributiva
FA preenche função semântica de selecção
FA preenche função semântica de não selecção
(ii) estruturação heterogénea:
. incidência indirecta do FA sobre a sua base;
. FA realizado como FA_{NAT} / FA_{TR}
. construção
atributiva
apositiva
FA preenche função semântica de selecção
FA preenche função semântica de não selecção
FA preenche função semântica de descrição
FA preenche função semântica de explicação

2.2. A estruturação homogénea do SN

2.2.1. Incidência directa e integração do FA

1. A adjectivação incidente directa ou indirectamente sobre uma base substantival no SN resulta de um processo integrativo de um Predicado, ou seja, constitui uma aplicação em subordinação semântica (em dependência) do Predicado nominal ou adjectival de um EN sobre o seu suporte substantival:

EN: esta cidade é bonita

Base — Predicado

integração ↕

\+ esta cidade bonita

esta cidade que é bonita ...

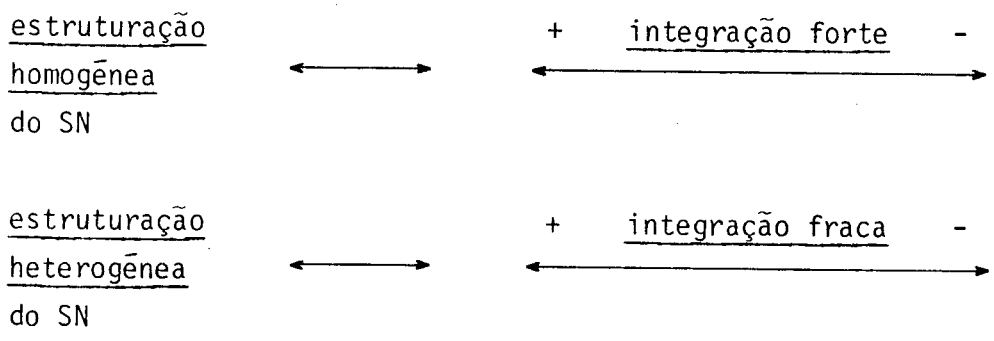
\- esta cidade, que é bonita, ...

A integração admite, como se vê, graus diferenciados, e envolve não apenas a aplicação em subordinação semântica (em dependência) de um Predicado, mas também a instauração de um complexo de conexões que dela decorrem e a prolongam. (Sobre a noção de integração aplicada à adjectivação de uma base substantival no seio do SN, ver B. Pottier, 1974, pág. 143-150).

Tomar-se-á aqui integração de um modo intencionalmente ambivalente, para referir ou o processo integrativo ou as conexões semântico-sintácticas instituídas entre os termos afectados. Nesta última dimensão, integração equivale amplamente a coesão do todo sintagmático resultante.

Estabelecerei, à partida, dois graus básicos de integração: falarei, assim, de integração forte (que farei corresponder genericamente à incidência directa) e de integração fraca (que articularei genericamente à incidência indirecta). Entenderei, porém, estes dois graus básicos de integração como um continuum que se deixa ainda matizar em função de factores particulares que

analisarei. Fixarei, entretanto, as correspondências assinaladas num primeiro esquema genérico:



2. Decorrem, como se anunciou, da incidência responsável pela estruturação homogénea do SN (a incidência directa) alguns aspectos específicos que sustentam a integração forte, ou a ampliam. (Outros aspectos articulam-se à projecção dos dois outros princípios estruturadores enunciados. Ver adiante).

a.

A esquematização dada em 2.2.1. do processo integrativo envolvido na adjectivação no seio do SN permitiu assinalar que a incidência directa (do FA_{NAT}) representa uma integração fortemente conseguida.

A este estádio mais desenvolvido do processo integrativo, próprio do FA_{NAT} em incidência directa sobre a sua base, não é indiferente a ordenação linear dos FAs quando mais que um se constróem em dependência sobre uma mesma base: numa ordenação banal, não marcada, segue imediatamente o suporte o FA_{NAT} e, depois, o FA_{TR}. Comparem-se:

o vestido azul da Maria
(3)
o vestido da Maria, azul

A inversão da ordenação banal, não marcada, abre-se à realização de valores expressivos, sendo, pois semanticamente motivada.

Poder-se-á encarar a menor força integrativa revelada na adjectivação por FA_{TR} sob uma outra óptica. Ao TR (projectado quer por opção semântica do locutor, quer por pressão co-textual, quer pela própria realização formal do Predicado a integrar) corresponde sempre um dado percurso derivativo, um carácter derivado da unidade funcional resultante do TR.

Refere-se esse percurso derivativo (ou esse carácter de derivação) a dois aspectos complementares: por um lado, o TR ocasiona a sub-ordenação de uma dada categoria formal (substantivo, SN, EN), que se vê actualizada num nível mais baixo que aquele que naturalmente lhe corresponde; por outro lado, essa sub-ordenação prolonga-se pelo facto de essas unidades originariamente afectadas por uma visão de não dependência semântica (caso do substantivo, do SN e do EN, quando sintacticamente independente) se verem projectadas em dependência semântica, logo, se verem marcadas por uma visão de dependência semântica (que como, se viu, é típica do adjectivador e se articula à sua condição de suscitador de um suporte sobre que se aplique).

Ora, justamente, este percurso derivativo (ou este carácter derivado da unidade funcional resultante) abranda ou torna menos imediata a conexão do FA com o seu suporte. Sendo assim, à condição não derivada do FA_{NAT} corresponde uma naturalmente mais directa ou imediata conexão integrativa.

Poderei, pois, sublinhar que a integração forte (que articulei directamente à estruturação homogénea do SN) é prolongada ou ampliada pelo facto de o FA se realizar aqui sistematicamente como adjectivo (FA_{NAT}).

b.

O FA_{NAT} em incidência directa sobre o seu suporte pode, de um modo geral, antepor-se-lhe ou pospor-se-lhe [4]. Em termos de crono-logia, a que se pode referir o processo integrativo, a anteposição do FA_{NAT} à sua base representa o grau máximo do desenvolvimento daquele processo. À esquematização introduzida acima (ver 2.2.1.) convirá, pois, juntar este momento específico do processo integrativo:

EN: esta cidade é bonita

Base Predicado

integração

\+ esta bonita cidade

esta cidade bonita

esta cidade que é bonita ...

\- esta cidade, que é bonita, ...

Uma conexão particularmente reforçada tem, pois, lugar entre FA_{NAT} anteposto e a sua base de incidência (Ver, adiante, 2.2.3.3.).

c.

A circunstância de o FA em incidência directa sobre a sua base se realizar regularmente em FA_{NAT} ocasiona a explicitação de conexões em acordos referidos a semas genéricos do classema e ainda aos taxemas de género e número. A recorrência sémica por esta via instituída é factor actuante na coesão do SN (ver adiante 2.2.2.2.).

3. Em sentido inverso ao assinalado nas alíneas do número precedente, mitigando ou abrandando, portanto, o genericamente forte grau de integração correspondente à estruturação homogénea do SN, actuam factores particulares, que articulo ainda ao princípio da incidência.

Referem-se estes factores basicamente à circunstância de o adjectivo, ele próprio, se constituir em pólo de incidência no interior do SN.

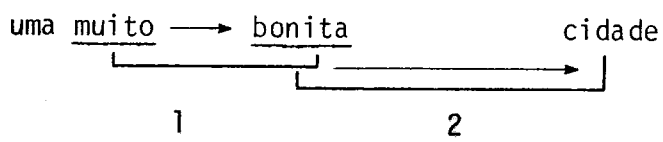
A compresença de incidências diversas no seio de uma mesma unidade sintagmática projectará necessariamente uma pluralidade de pólos à roda dos quais gravitam os termos constituintes; a direcção eventualmente antagónica da incidência afecta inequivocamente a força coesiva global da unidade.

No caso de FA_{NAT} incidente directamente sobre a sua base, um certo número de possibilidades se apresentam.

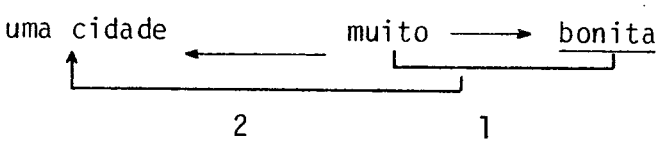
(i) Numa primeira, o adjectivo recebe como adjunto um quantificador. Aquele institui-se, pois, em pólo de incidência: a incidência secundária assim projectada no seio do SN afecta a incidência própria do adjectivo sobre o seu suporte. Por outro lado, quando o adjectivo se constrói em posposição à sua base, o quantificador, inscrevendo-se entre ambos, mediatiza a justaposição - o que constitui um novo factor de abrandamento da força conectora, dado destruir a contiguidade imediata do adjectivo com o substantivo sobre que incide.

Comparem-se:

uma bonita ⟶ cidade



uma cidade ⟵ bonita



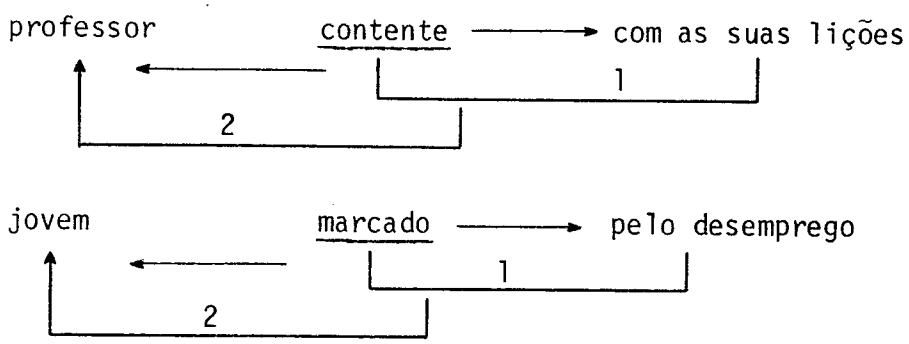
(ii) Numa segunda possibilidade, o adjectivo recebe um adjunto restritivo, realizado em elemento introduzido por relator:

homem admirável quanto à capacidade de trabalho

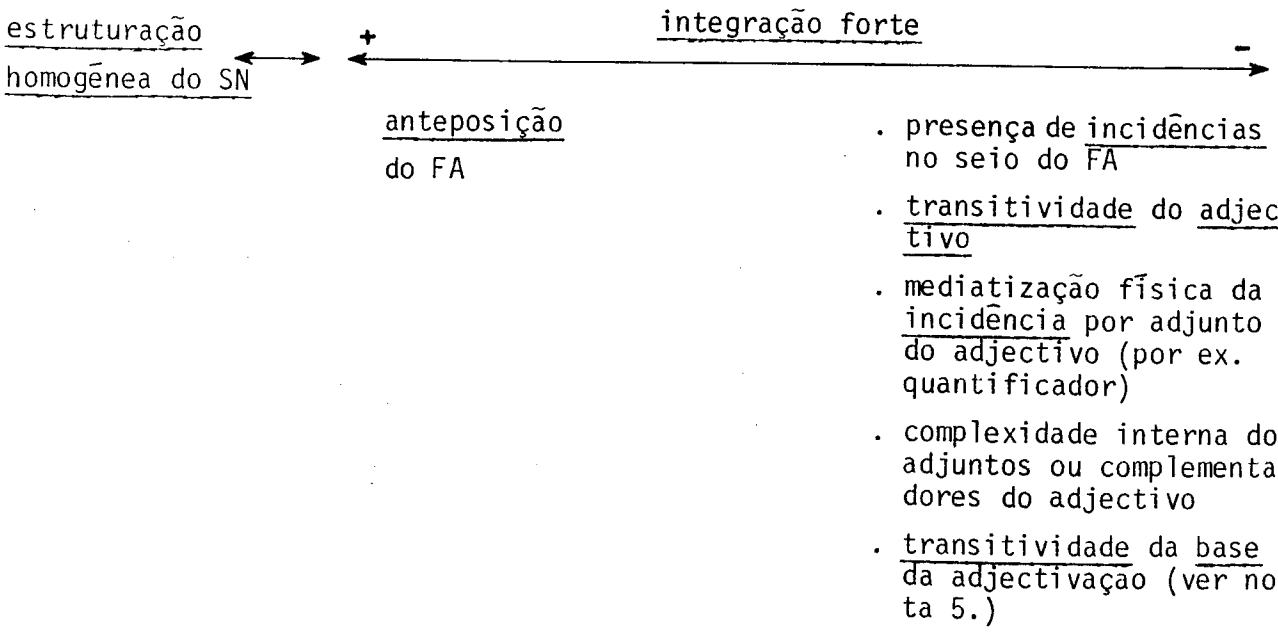
animal forte das pernas

A articulação do adjectivo a este elemento restritivo afrouxa de algum modo a força coesiva que o liga ao seu suporte (a complexidade maior ou menor deste adjunto restritivo, que comportará incidências específicas e eventualmente diversificadas, será outro factor a considerar).

(iii) Finalmente, o adjectivo institui-se em pólo de incidência específica por virtude de transitividade que eventualmente comporte [5]. A incompletude semântica que corresponde ao sema genérico [+ transitividade] orienta o adjectivo fortemente para o seu complementador, afectando por essa via a articulação do FA à sua base [6]. (Também aqui a maior ou menor complexidade da estruturação do complementador do adjectivo prolonga a mitigação da força conectora do FA à sua base):



4. Do exposto nos números anteriores resultará uma primeira matização da integração genericamente forte que fiz corresponder à estruturação homogénea do SN:



2.2.2. Dependência - continuidade semânticas

2.2.2.1. Dependência semântica

1. A incidência envolve sempre um fenómeno de dependência semântica e semântico-sintáctica. O FA é regularmente afectado por uma visão de dependência semântica, pois pressupõe necessariamente uma base sobre que se aplica - como já anotei acima.

2. Esta dependência básica do FA em relação à sua base substantival prolonga-se por outros aspectos: o pólo substantival sobre que incide institui-se em fonte de conexões semânticas e agente determinador da combinatória semântico-sintáctica.

a.

Não raro as "propriedades" a que o FA dá expressão são naturalmente compreendidas na configuração sémica da base substantival; numa outra perspectiva, dir-se-á que não raro o FA enuncia propriedades "inerentes" ao designado pelo substantivo. Configura-se, então, uma adjectivação inerente ou localizada no domínio da inerência do designado na base substantival. A redundância assim instituída é factor de reforço da coesão Subst x FA, e abre-se à manifestação de valores expressivos:

a neve fria

a lebre veloz

Cabe no domínio da adjectivação inerente a expressão de "propriedades" sócio-culturalmente dependentes, atribuídas regularmente a um dado designado:

as ovelhas mansas

a raposa matreira

a lua maviosa

Trata-se, pois, aqui da referência explícita de "propriedades" "implicadas" na configuração semântica do substantivo.

b.

Uma forte dependência liga o FA à sua base substantival nos casos em que os lexemas respectivos se interligam por solidariedade léxica (7):

nariz aquilino

mulher grávida

coelha | cheia / prenhe

c.

O substantivo sobre que se aplica um FA_{NAT} impõe acordos semânticos referidos quer aos semas genéricos do classema dos termos envolvidos quer ainda aos taxemas de género e número.

Tal sublinha o carácter propriamente de relacionação daqueles traços sémicos do semema do morfema lexical do adjectivo e das categorias de género e número manifestadas em morfema gramatical próprio, em contraste com a índole diversa que a idênticos traços e categorias se reconhece no substantivo: neste, eles cumulam um carácter de relação com o de instrumento de apreensão linguística do designado, estando, pois, directamente envolvidos na denominação dos "objectos"; ao contrário, no adjectivo, eles remetem, não para o que é por ele denotado, antes para o que é designado pelo substantivo a que se aplica e que necessariamente pressupõe. Traços sémicos do adjectivo, tais como [± Humano], [± Animado] ... [+ Masculino], [+ Feminino], [+ Singular] [+ Plural] valem como instrumento de conexão sintagmática (via acordos), não como elementos de designação. Tal configura uma dimensão do estatuto de dependência semântica do FA_{NAT} em relação ao substantivo sobre que incide.

d.

O FA constitui, no seio do SN, uma extensão da sua base de incidência, isto é, do núcleo do sintagma.

Na sua qualidade de extensor homosintagmático da sua base, o FA é, no quadro do EN em que o SN se inscreve (como functema nominal - FN) um elemento homofuncional com o seu suporte; esta sujeição do FA à função desempenhada pela sua base de incidência traduz igualmente a subordinação, a dependência do FA em relação ao seu suporte.

Refiro aqui função ao papel semântico-funcional que cabe ao SN(FN) no quadro da configuração semântico-funcional do EN. Respeita, então, função quer ao papel de Base do EN ou de Predicado do EN, quer ainda ao papel actancial a que é afectado todo o FN. Não explorarei agora esta dimensão funcional do FN, pois dela terei de me ocupar demoradamente na análise da coesão quer do sintagma verbal quer do EN quer mesmo do texto.

O que importa, portanto, agora reter é que o FA, enquanto termo constituinte do SN, comunga do papel funcional que, no EN, este sintagma (como FN) preenche especificamente.

e.

Nem todos os elementos substantivais suportam uma incidência directa de FA. Ou seja, nem sempre é possível a realização de FA_{NAT} em incidência directa no seio do SN (8).

Este condicionamento imposto pelo elemento substantival (centro do SN) é também índice de dependência do FA, dependência essa que atinge agora a própria realização formal do FA, o modo da sua incidência sobre a base, e até a sua colocação em anteposição | posposição à mesma.

(i) Quando a base substantival de FA_{NAT} é um elemento de natureza gramatical (não lexical), a articulação do adjectivo é mediatizada por demarcador fónico (9) (instituindo-se, pois, não uma construção atributiva, antes uma construção apositiva):

eu, abaixo-assinado, declaro ...
(substituto funcional)

ele, atento, não se deixou convencer ...
(substituto lexical)

algo, inesperado, aconteceu, então ...
(substituto lexical)

(ii) Para além da construção apositiva a que dá lugar a conexão do substituto lexical algo com FA_{NAT}, uma outra, atributiva, é possível; configura-se, então, sempre uma incidência indirecta, marcada pelo relator de, que introduz o FA_{NAT}:

algo, inesperado, aconteceu, então ...

algo de inesperado aconteceu, então ...

O mesmo acontece quando a base substantival surge realizada noutros substitutos lexicais genéricos (por ex, nada):

nada de inesperado aconteceu, então ...

(iii) Nos casos em que a base do SN é realizada em substantivo próprio, o condicionamento da articulação de FA_{NAT} atinge a sua posição: a anteposição é regularmente a única possibilidade de construção do FA_{NAT} em incidência directa:

o irreverente João

? o João irreverente

(Algumas adjectivações por FA_{NAT} em incidência directa sobre substantivo próprio suscitam condições contextuais específicas, nomeadamente aquelas em que se desenhe um contraste:

A Lisboa política não é a Lisboa real).

2.2.2.2. Continuidade semântica

1. Alguns aspectos concernentes à continuidade semântica instituída no seio do SN entre a sua base e o FA_{NAT} ficaram já dispersos na análise de dimensões da estruturação do SN articuladas ao princípio da incidência e ao da dependência semântica: dada a íntima interligação, desde o início assinalada, entre estes aspectos, nem sempre é possível isolá-los convenientemente.

A continuidade semântica apresenta-se também basicamente como uma decorrência da incidência ou a ela fortemente associada: o domínio do centro polarizador substantival impõe a participação por parte do FA de alguns dos traços da sua configuração sémica ou a projecção de modo particular da incidência, cumulativamente com o condicionamento da realização formal e do modo de articulação do FA. A continuidade semântica, constitutiva de unidade sintagmática, distribui-se assim pela recorrência sémica e pelo condicionamento do FA nos aspectos acima considerados.

2. No caso da adjectivação realizada por FA_{NAT} em incidência directa sobre uma base substantival (no quadro da estruturação homogénea do SN, de que me venho ocupando), a projecção de continuidade semântica revela-se de forma clara.

a.

Particular evidência desta continuidade semântica constitui o já assinalado carácter homofuncional do FA com o seu suporte.

Do mesmo modo, configuram continuidade semântica os aspectos focados nas alíneas a, b e c do número anterior. Como se referiu, os semas genéricos do classema do adjectivo (ou, mais rigorosamente, do morfema lexical do adjectivo), embora estando envolvidos na configuração da substância do significado desta categoria de lexias, estão basicamente orientados para a relacionação sintagmática; neste papel se esgotam os taxemas de género e número manifestados no morfema gramatical que se reúne ao morfema lexical do adjectivo, surgindo aqui como "variáveis dependentes" dos mesmos taxemas comportados pela base substantival de incidência.

Estas recorrências sémicas (isossemias) - visivelmente instauradoras de redundância - soldam fortemente os termos em combinação.

b.

A necessária salvaguarda de isossemias referidas aos traços genéricos do substantivo e do adjectivo em combinação no seio de SN desencadeia "transformações metassémicas" (transferências de isotopia), sempre que não haja conveniência "originária" entre os classemas daqueles termos.

A este propósito, reconhecer-se-á que, à partida, qualquer adjectivo estará apto a combinar-se com qualquer substantivo. Se assim é, poder-se-á conceber os classemas, mais do que limitativos ou restritivos de co-ocorrências, como verdadeiros índices da projecção de interpretações particulares do complexo subst x adjectivo (como de qualquer outro complexo de termos em combinação).

De qualquer modo, o que interessa agora focar é que a presença de transferências isotópicas, que, como assinalei, salvaguardam isossemias referidas a traços genéricos, determina uma matização na forte coesão característica da estruturação homogénea do SN. Direi que a projecção de transferências isotópicas ocasiona uma integração derivada, a opor a uma integração primária, própria da ausência de processos metassémicos. Índice deste carácter derivado (a que faço corresponder um abrandamento da força coesiva, integrativa) reside na apreensão menos pronta ou menos imediata pelo receptor das conexões sémicas, da continuidade semântica instaurada entre substantivo e adjectivo. Haverá, pois, então, lugar a um mais "longo" processo interpretativo por parte do receptor, que terá de "repor" a compatibilidade semântica entre os termos em combinação

Outras matizações da força integrativa advirão do maior ou menor âmbito dos processos metassémicos, isto é, são uma função do número, mais ou menos elevado, dos semas genéricos envolvidos. A banalização (pelo uso corrente) da combinatória deste tipo actuará em sentido contrário, mitigando a saliência da "originária" incompatibilidade semântica entre o substantivo e o adjectivo.

Darei um exemplo trivial. Confrontem-se:

(i) indivíduo alegre

(ii) cão alegre

(iii) árvore alegre

Reterei de cada um dos termos apenas dois dos semas genéricos envolvidos na combinatória:

(i) $\begin{bmatrix} + \text{Animado} \\ + \text{Humano} \end{bmatrix}$ $\begin{bmatrix} + \text{Animado} \\ + \text{Humano} \end{bmatrix}$

indivíduo alegre

(ii) $\begin{bmatrix} + \text{Animado} \\ - \text{Humano} \end{bmatrix}$ $\begin{bmatrix} + \text{Animado} \\ - \text{Humano} \end{bmatrix}$

cão alegre

Nesta combinatória apenas é afectado ou envolvido em processo metassémico o sema [+ Humano] do adjectivo.

(iii) $\begin{bmatrix} - \text{Animado} \\ - \text{Humano} \end{bmatrix}$ $\begin{bmatrix} - \text{Animado} \\ - \text{Humano} \end{bmatrix}$

árvore alegre

Nesta combinatória são afectados ou envolvidos em processo metassémico os dois semas considerados. A transferência isotópica é, pois, aqui mais pronunciada. Ao maior número de semas envolvidos corresponderá, pois, um maior abrandamento da força integrativa que reúne os termos em combinação - - de acordo com o acima estabelecido.

c.

Configuram uma continuidade semântica fortemente pronunciada colocações ("collocations" na terminologia anglo-saxónica: Ver Primeira Parte, 1.) habituais, de elevado grau de emprego corrente, de substantivo x adjectivo. Indiciam estas colocações uma predisposição mais ou menos acentuada de certos substantivos a congregarem-se com certos adjectivos, e inversamente.

Instituem-se deste modo virtualidades combinatórias de alto grau de actualização previsível; quando efectivamente projectadas em discurso, redundam em forte relacionação sintagmática:

erro crasso

noite escura

d.

A combinação habitual de certos subtantivos com certos adjectivos pode dar ocasião ao desenvolvimento de integração léxica, a que corresponde uma combinatória ou já fixada e memorizada em competência ou em vias de fixação e de estabilização. Como já se viu, tal processo conduz à configuração de lexias compostas ou de lexias complexas (Ver Primeira Parte, 5.2):

guerra fria

zona residencial

2.2.2.3. Dependência-continuidade semânticas e "adjectivação obrigatória"

É corrente a caracterização do FA como termo facultativo da constituição do SN. Foi assim que aqui o tomei (ver, acima, 1.1).

No entanto, em casos específicos, o FA é indispensável à "boa formação" do SN.

Apresentarei, em linhas gerais, três desses casos específicos em que a adjectivação de subtantivo, no interior do SN, surge com esse carácter de "obrigatoriedade" (10).

a.

Nos sintagmas nominais

rapariga de cabelos loiros

jovem de inteligência aguda

casa de dimensão média

o adjectivo é elemento indispensável na configuração do sintagma introduzido pelo relator de (que transfere a FA). Repare-se que o suporte do adjectivo designa "parte" ou "propriedade" naturalmente integrante de (ou "objecto" possuído inerentemente por) o denotado pelo substantivo que recebe a incidência, globalmente, do FA_{TR}. Observe-se, por outro lado, a equivalência do FA_{TR} com um outro, configurado em EN que envolve o verbo ter, o qual suscita de novo uma adjectivação nominal "obrigatória":

rapariga que tem cabelos loiros

jovem que tem inteligência aguda

casa que tem dimensão média

b.

A "adjectivação obrigatória" surge também incidente sobre substantivo que constitui complementador objectivo (O_1) de um verbo transitivo fraco

(afectado por transitividade fraca - ver capítulo seguinte). Tal substantivo retoma basicamente o semema (eventualmente também, de modo particular, o significante léxico) de verbo "originariamente intransitivo" (ver capítulo seguinte). Trata-se de uma complementação específica de um verbo absoluto, correntemente designada de complementação interna (adiante caracterizarei com alguma demora todos estes aspectos atinentes à transitividade de um verbo: ver capítulo seguinte, particularmente, 5. e 6.3.1.2.):

sorrir um sorriso triste

gritar um grito aflito

sofrer penas duras

c.

Similar "obrigatoriedade" da adjectivação nominal é ilustrada nos seguintes sintagmas:

(i) fato de corte impecável

(ii) pessoa de convivência agradável

Neste casos, a adjectivação nominal decorre de transposição de uma adjectivação de uma base verbal: o substantivo sobre que incide o adjectivo resulta de nominalização configurada a partir de um verbo (cortar, conviver). Comparem-se aqueles sintagmas com as soluções formais seguintes, sobre que se apoiam:

(i') fato que alguém cortou impecavelmente

(ii') pessoa com quem alguém convive agradavelmente

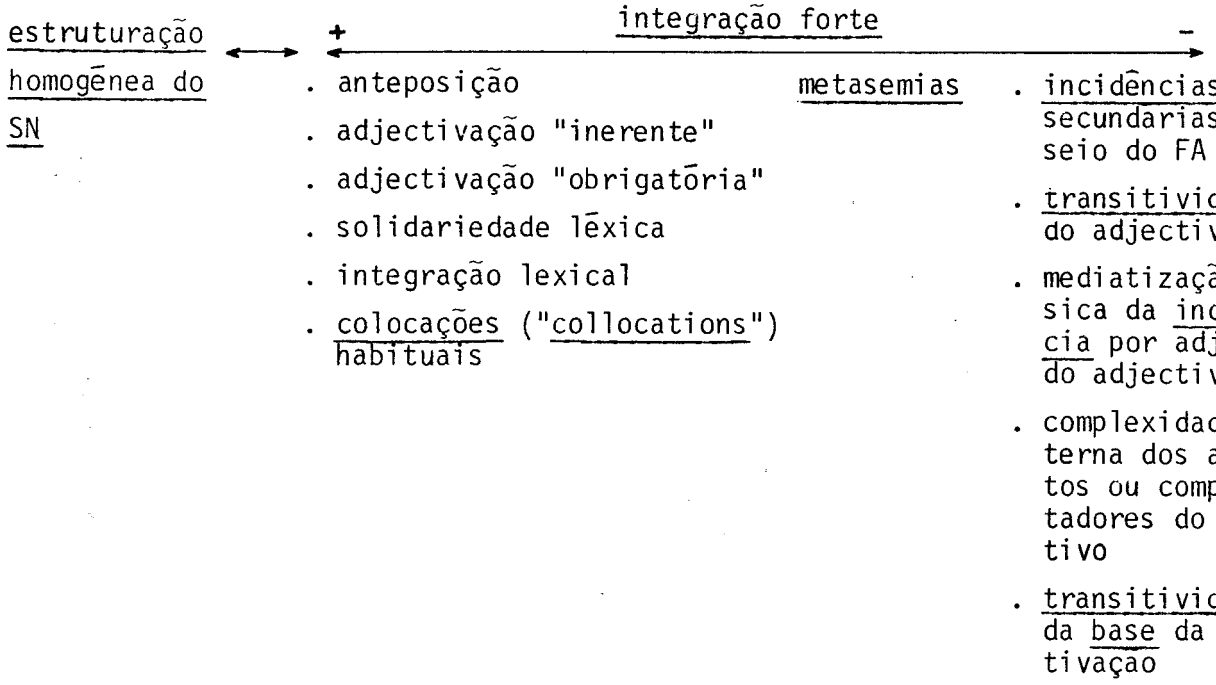
Reter-se-á de todos os casos analisados que a "adjectivação obrigatória" testemunha uma complexa interdependência sintagmática entre os elementos reunidos em SN que a comporta, interdependência essa que projecta, envolve, uma continuidade semântica geradora de forte integração do FA à sua base.

2.2.2.4. Dependência - continuidade semânticas e integração do FA

A análise feita dos fenómenos de dependência-continuidade semânticas no seio do SN permitiu levantar um complexo de laços, de restrições de combinatória, de recorrências sémicas, de condicionamentos, que, todos, subjazem especificamente à articulação substantivo x FA em incidência directa, no quadro da estruturação homogénea do SN.

Como se observou, estes fenómenos revelam-se também como outros tantos factores de matização da integração generalizadamente forte assinalada como característica do SN que apresenta uma estruturação homogénea.

À luz das observações aduzidas, condensarei essa matização, no essencial, no seguinte quadro global:



2.2.3. Interdependências entre aspectos construcionais e entre estes e a função semântica do FA

2.2.3.1. Interdependências entre aspectos construcionais

Um certo número de correlações sistemáticas entre aspectos construcionais projectados no SN que apresenta uma estruturação homogénea ficaram anotadas ao longo das páginas que precedem. Entre elas sublinharei:

(i) a incidência directa ocasiona sempre uma construção atributiva;

(ii) a incidência directa só é viável quando o FA surge como FA_{NAT};

(iii) em incidência directa, o FA pode, generalizadamente, antepor-se ou pospor-se ao seu suporte;

(iv) a incidência directa é condicionada pela natureza da base nominal:

- é excluída quando a base é realizada por elemento nominal não lexical (nomeadamente, substituto funcional e substituto lexical);
- é excluída em adjectivação posposicionada de base realizada por substantivo próprio.

Conferi acima a estas correlações sistemáticas o estatuto de princípio de estruturação do SN. Reconhecer-se-á, no entanto, o seu carácter derivado, pois as correlações assinaladas estão "pré-figuradas" na actualização dos dois outros princípios enunciados - o da incidência e o da dependência - continuidade semânticas.

Sublinharei, entretanto, que, se lhes atribuo o valor de princípio de estruturação do SN, é para salientar a projecção em bloco das variáveis analisadas, o seu funcionamento sincronizado, em estreita conjugação.

2.2.3.2. Interdependências entre aspectos construcionais e a função semântica do FA

Uma outra interdependência sistemática se institui na estruturação homogénea do SN - a que respeita à correlação entre a posição do FA (aspecto construcional particular) e a sua função semântica de selecção ou de não selecção.

Formularei do seguinte modo esta correlação: anteposto, o FA surge sempre como não selectivo; posposto, actualiza-se quer como selectivo quer como não selectivo.

A projecção da função de selecção ou de não selecção do FA posposto à sua base é balizada por dois grandes parâmetros: o carácter de adjectivação inerente ou não inerente (implicada ou não implicada) e o influxo co-textual.

A adjectivação inerente, ou seja, a expressão em FA de "propriedades" reconhecidas na compreensão da base ou a partir dela inferidas (ver acima 2.2.2.1.) é inequivocamente não selectiva:

a neve fria

Deus eterno

os regatos silenciosos (11)

Do mesmo modo, projecta-se como não selectiva (i) a adjectivação em que se repita um mesmo adjectivo (eventualmente actualizado como selectivo em momento precedente do co-texto) ou (ii) em que um adjectivo retome "propriedades" de algum modo já manifestadas no co-texto antecedente:

(i) Aldeias pequenas (selectivo) enchiam o vale ... Essas aldeias pequenas... (não selectivo)

A retoma do complexo designado em "aldeias pequenas" (veja-se o anafórico essas) torna dispensável mesmo o emprego do adjectivo, efectivamente agora não selectivo na sua segunda ocorrência.

(ii) A moça não esquecera a traição; o amante infiel não o previra ...

As gaivotas agitavam-se em torno do barco; as aves irrequietas ...

Observe-se a possibilidade, ou até a tendência, para a anteposição do adjectivo em (i) e (ii), em clara sintonia com o seu carácter não selectivo (ficou escrito acima que, anteposto, o FA nunca surge como selectivo):

(i') Aldeias pequenas enchiam o vale ... Essas pequenas aldeias ...

(ii') A moça não esquecera a traição; o infiel amante ...

As gaivotas agitavam-se em torno do barco; as irrequietas aves ...

Da formulação acima enunciada decorre que a oposição selecção / não selecção se vê suspensa na anteposição do FA à sua base - pelo que o problema da posição do adjectivo no SN configurado em estruturação homogénea respeita exclusivamente ao FA em função de não selecção: a salvaguarda da função de selecção exige sistematicamente a posposição.

Em clara sintonia com o conteúdo daquela formulação estão alguns aspectos regulares atinentes à posição do FA_{NAT} atributivo:

(i) a fuga da adjectivação inerente (implicada) à construção atributiva (ver acima nota 11); por essa via, a adjectivação inerente furta-se ao plano em que se projecta a oposição selecção / não selecção, que lhe não convém, dado que as "propriedades" enunciadas integram a compreensão do substantivo, apresentando-se obviamente não selectivas, antes amplamente redundantes. Na verdade, uma forte tendência para a construção apositiva se projecta aqui;

(ii) a correspondência sistemática entre posposição e salvaguarda do semema (e/ou categoria formal) "originário(s)" do adjectivo, sempre que a anteposição dá lugar a homonímia (abarco aqui todos os casos, bem conhecidos,

em que se diz que, anteposto, o adjectivo "muda de sentido"):

um velho amigo / um amigo velho

um pobre homem / um homem pobre

um único exemplar / um exemplar único

uma nova casa / uma casa nova

(iii) a relutância à anteposição de adjectivo de forte substância predicativa, claramente vocacionado para a função caracterizadora selectiva (exemplo flagrante é fornecido pelos chamados adjectivos de relação). A sua anteposição, quando viável, envolve processos metasémicos mais ou menos pronunciados:

todos os dias, à mesma hora, com germânico método ...

* solar calor

* municipal postura

(iv) a tendência pronunciada para a posposição de FA "obrigatório"; a "obrigatoriedade" articula-se a uma função identificadora, selectiva, suscitada neste modo particular de construção do SN (ver acima 2.2.2.3.);

(v) finalmente, a consistência da anteposição do FA_{NAT} incidente sobre substantivo próprio com o carácter, à partida, "definido", individualizado, do seu designado:

* o Pedro abnegado

o abnegado Pedro

2.2.3.3. Função semântica, posição e integração do FA

B. Pottier atribui um carácter "interno" à adjectivação anteposta à base substantival, isto é, à adjectivação (realizada necessariamente em FA_{NAT}) que atingiu o estádio mais conseguido do desenvolvimento do processo integrativo, próprio, como acima se anotou, da adjectivação - em contraste

com o carácter "externo" que reconhece à adjectivação posposicionada (ver B. Pottier, 1969, § 9.4).

Este carácter "interno", que, segundo B. Pottier, localiza a adjectivação anteposta na "zona do substantivo" (B. Pottier, ibidem, § 9.2) coaduna-se com a condição não selectiva do adjectivo anteposto: a articulação sistemática carácter "interno" - anteposição - não selecção é consistente com uma real secundarização do FA, que em anteposição à sua base, vê minorada, suspensa, a sua vocação natural para uma função de selecção, e ainda com a abertura, então projectada, à realização de conhecidos efeitos de sentido.

Em contraste com a adjectivação "interna", a adjectivação posposicionada retém de algum modo um carácter verbal ou uma índole de predicação (que envolve nexo verbal) que em certo sentido a des-integra da sua base: "L'adjectivation postposée se comporte ... comme si être était virtuellement présent" (B. Pottier, 1969, § 9.4). Aquela oposição entre adjectivação "interna" e adjectivação "externa" é vista, no mesmo passo da obra citada, em termos equivalentes aos acima empregados: B. Pottier fala de "qualité intégrée au substantif" para a adjectivação "interna" (anteposta), e de "qualité accordée au substantif" para a adjectivação "externa" (posposta).

Este carácter "externo" da adjectivação posposta à sua base é, por sua vez, consistente com a vocação selectiva do adjectivo, justamente salvaguardada, como se referiu, na posposição.

Em suma, a adjectivação "interna" (não selectiva, anteposta) representa uma integração mais desenvolvida, mais conseguida, face à adjectivação "externa" (posposta, tendencialmente selectiva), que não atinge igual grau de integração.

2.2.3.4. Quadro geral das interdependências projectadas na estruturação homogénea do SN

Sintetizarei num quadro geral as correlações assinaladas nos números anteriores:

ESTRUTURAÇÃO DO SN

QUADRO GERAL DE CORRELAÇÕES (I)

ESTRUTURAÇÃO	incidência		construção		FA		realização			função semântica do FA				posição		base de incidênc		relator		demarcador fônico	dem x rel
	DIR	IND	ATR	APO	NAT	TR	ADJ	SN	EN	SEL	NÃO SEL	DES	EXPL	ANP	POSP	S_c	S_p	PREP	REL		
HOMOGÊNEA	X		X		X		X			X	X				X	X					
	X		X		X		X				X			X		X	X				

(S_c = Substantivo comum
S_p = Substantivo próprio
Rel = relativo)

2.3. A estruturação heterogénea do SN

2.3.1. A incidência indirecta do FA

Como já se referiu, a incidência indirecta do FA sobre a sua base substantival é configurada pela presença de relator e/ou demarcador fónico, que mediatiza(m) a articulação daqueles termos no SN.

O relator constitui um mediador da conexão em sentido semântico-funcional, pois intervém como elemento de relação que, pelo seu semantismo próprio, marca o tipo de conexão. Por outro lado, constitui índice do TR a FA do complexo que introduz.

Por sua vez, o demarcador fónico mediatiza em sentido meramente físico, material, a conexão, sendo traço da construção apositiva.

Da projecção de incidência indirecta decorrem, como se verá, aspectos básicos da estruturação - estruturação heterogénea - do SN.

2.3.1.1. Incidência indirecta simples e incidência indirecta dupla do FA

Na construção atributiva, o FA_{TR} (necessariamente em incidência indirecta sobre a sua base) articula-se exclusivamente ao centro substantival do SN.

Na construção apositiva (que envolve sempre demarcador fónico) o FA (por natureza ou por transferência) pode incidir ou exclusivamente sobre um centro substantival ou cumulativamente sobre um centro substantival (que realizará, então, regularmente a Base do EN) e sobre o Predicado desse mesmo EN.

Vemos, assim, que a incidência indirecta se desdobra em incidência simples e em incidência dupla, surgindo a primeira na construção atributiva ou na construção apositiva, e a segunda exclusivamente na construção apositiva.

Ilustrarei:

(a) construção atributiva: incidência indirecta simples

$FA \longrightarrow FA_{TR}$

Casas de madeira alinhavam-se diante de nós ...

(b) construção apositiva:

(i) incidência indirecta simples

α. $FA \longrightarrow FA_{TR}$

O miúdo não reparou no perigo, iminente, que corria

β. $FA \longrightarrow FA_{TR}$

Casas, de madeira, alinhavam-se diante de nós ...

(ii) incidência indirecta dupla:

α. $FA \longrightarrow FA_{NAT}$

Distraído, o miúdo não reparou no perigo ...

(Base) (Predicado)

β. $FA \longrightarrow FA_{TR}$

As casas, de madeira, não resistiram ao vendaval

(Base) (Predicado)

Para a explicitação das diferenças que separam estes modos de projecção da incidência indirecta - e para as indicações semânticas a eles agregadas - veja-se a sequência da exposição. Convirá, entretanto, reter que a oposição referida à função semântica do FA - descrição / explicação - que, como ficou estabelecido em 1.4, se agrega exclusivamente à construção apositiva, se distribui regularmente de acordo com estas duas modalidades da incidência indirecta: à incidência indirecta simples corresponde sistematicamente a descrição; à incidência indirecta dupla corresponde a explicação. Assim, nos

exemplos dados acima, em (b)(i) temos aposições descritivas; em (b)(ii), temos aposições explicativas.

A. A incidência indirecta simples do FA

Em incidência indirecta simples sobre uma base substantival, o FA ocorre actualizado quer como FA_{NAT} quer como FA_{TR}. Analisarei em separado esta dupla possibilidade.

A.1. Incidência indirecta simples de FA_{NAT}

A articulação do FA_{NAT} em incidência indirecta simples é mediatizada por demarcador fónico ou, em casos específicos, por relator. Exclui-se, pois, aqui a congregação demarcador fónico x relator.

a.

A demarcação por zero fónico ocorre ou por opção do locutor ou por força da natureza do elemento substantival sobre que incide o FA_{NAT}, ou, finalmente, por força da natureza inerente da adjectivação projectada.

(i) A demarcação do FA_{NAT} da sua base de incidência por opção do locutor representa a passagem, livre, de uma construção atributiva a uma construapositiva, descritiva. Esta passagem bloqueia, pois, a oposição selecção / não selecção própria do plano da construção atributiva, e projecta regularmente a função descritiva do FA:

As casas velhas da aldeia (referência a um sector de casas da aldeia, preenchido por casas velhas)
(atribuição, selectiva)

As casas, velhas, da aldeia ... (todas serão velhas)
(aposição, descritiva)

O carácter livre da demarcação e o natural destaque dado ao adjectivo pelo seu isolamento estão ao serviço da actualização de valores expressi-

vos - eventualmente alargados por distanciamento do FA em relação ao seu suporte; este distanciamento testemunha uma certa autonomia sintáctica, mas só é possível nos casos em que o suporte do FA realiza a Base do EN:

a neve, fria, penetrava-nos até aos ossos

fria, a neve penetrava-nos até aos osso

a neve penetrava-nos, fria, até aos ossos

a neve penetrava-nos até aos ossos, fria

(ii) A demarcação por zero fónico do FA_{NAT} condicionada pela natureza da base substantival foi já analisada acima (ver 2.2.2.1. - 2.e.). Trata-se de casos em que o elemento substantival está realizado em unidade gramatical (substituto funcional ou substituto lexical):

eu, atento, segui os acontecimentos

algo, imprevisível, nos aguardava

(iii) A articulação mediatizada por zero fónico de FA_{NAT} à sua base pode ainda ligar-se ao carácter inerente da "propriedade" enunciada pelo adjectivo. Anotei acima a tendência para a construção apositiva da adjectivação inerente (ver nota 11)

b.

A mediatização da articulação substantivo x FA_{NAT} por relator (sistematicamente de) ocorre quando a base do SN é preenchida pelos substitutos lexicais algo e nada (ver acima 2.2.2.1. - 2.e.(ii)).

A construção actualizada é, então, atributiva, e o FA_{NAT} surge como selectivo, função que é mesmo reforçada pelo valor "especificativo" (ou "partitivo") que aqui comporta o relator de:

nada de novo

algo de imprevisível

(Viu-se antes que estes substitutos lexicais também admitem construir-se com FA_{NAT} em incidência indirecta apositiva marcada pela presença de demarcador fónico:

algo, imprevisível.

Comparem-se:

algo, imprevisível

algo de imprevisível

*algo, de imprevisível)

Observe-se que a mediatização da incidência surge aqui por força de homonímia latente em algo, nada, que, actualizados em contiguidade imediata com adjectivo, funcionam como quantificadores:

presença algo inesperada

argumentação nada convincente

A.2. Incidência indirecta simples do FA_{TR}

Em incidência indirecta simples sobre uma base substantival, o FA_{TR} envolve quer a presença de relator ou de demarcador fónico, quer a congregação demarcador fónico x relator.

1. Incidência simples mediatizada por relator

a.

O relator de tipo preposicional (de, com, sem, em ...) introduz um SN e ocasiona uma adjectivação por subordinação, marcada, de 1º grau (ver acima).

Tratando-se de uma construção atributiva, o FA actualiza aqui uma função semântica de selecção ou de não selecção (esta última articulada, como se viu, ou à natureza inerente da adjectivação ou ao co-texto):

Foi uma viagem sem incidentes ... Nesta viagem (sem incidentes) ...

(selecção) (não selecção)

Deus de misericórdia

(não selecção)

b.

O relator relativo (que, cujo, ...) introduz (ou encaixa) um EN no seio de um outro, incidindo sobre uma base substantival, que adjectiva por subordinação, marcada, de 2º grau (ver acima).

Nesta construção, atributiva, o FA actualiza uma função semântica de selecção:

o livro que comprei ontem ...

2. Incidência simples mediatizada por demarcador fónico

Uma única possibilidade se verifica aqui: o FA_{TR} mediatizado da sua base exclusivamente por demarcador fónico realiza-se em SN:

o Pedro, rapaz inteligente, ...

Nesta modalidade, o FA_{TR} representa regularmente a integração de um Predicado (termo do EN) construído com a Base em Equativo:

EN: o Pedro é rapaz inteligente (Equativo)

Base Predicado

↓

o Pedro, rapaz inteligente, ...

A construção delineada é de natureza apositiva, como se vê.

3. Incidência simples mediatizada por demarcador fónico x relator

O FA_{TR} configurado como adjectivação por subordinação, marcada, de 1º ou de 2º graus pode ser demarcado da sua base por zero fónico. Resulta daí uma construção apositiva, descritiva.

No caso da subordinação, marcada, de 2º grau, a presença do demarcador fónico (traço, como já se sabe, da aposição) aparta o EN relativo apositivo do EN relativo atributivo (regularmente selectivo).

É conhecida a oposição tradicional ou corrente entre "frases relativas restritivas" e "frases relativas explicativas". À luz do que tenho vindo a estabelecer, aquela oposição esquematizar-se-á coerentemente do seguinte modo:

relativas atributivas ——— selectivas (a)

vs

relativas apositivas ——— descritivas (b(i))
explicativas (b(ii))

(a). o livro que comprei ontem é interessante

(b)(i) este livro, que comprei ontem, é interessante

(b)(ii) a jovem, que era arguta, não se deixou enganar

Já se reparou que em (b)(ii) estamos perante um caso de construção apositiva explicativa, onde o FA é afectado por uma incidência dupla, que já acima apresentei e que retomarei nos números seguintes. Sendo assim, a relativa apositiva em incidência simples sobre a sua base actualiza-se exclusivamente como descritiva.

B. A incidência indirecta dupla do FA

1. O FA (por natureza ou por transferência) pode, como já ficou estabelecido, incidir cumulativamente sobre o Grupo Substantival (ou o SN em bloco)

que realiza a Base do EN e sobre o seu Predicado. Nesta construção, o FA é sistematicamente demarcado por zero fónico dos elementos sobre que incide (construção apositiva).

Esta incidência dupla institui conexões semânticas ou semântico-pragmáticas específicas, que se repartem pelos dois pólos da incidência (Base e Predicado do EN).

Em relação ao pólo substantival, o FA mantém de algum modo (ver, porém,mais abaixo) a sua qualidade de extensor, continuando, por isso, envolvido na construção sintagmática (do SN).

Quanto à incidência sobre o Predicado, esta não se resume, porém, a mera extensão qualificadora ou determinadora; pelo contrário, está ao serviço da expressão de circunstâncias explicativas daquilo que no Predicado se enuncia: por isso, caracterizo esta aposição como explicativa.

A conexão semântica específica FA x Predicado envolve directamente o FA na progressão funcional do EN, onde figura como Predicado secundário que comporta as marcas essenciais do Marginal, termo que já apresentei brevemente como elemento de construção sintáctica.

Importa levantar mais de perto as conexões FA x Predicado projectadas na aposição explicativa.

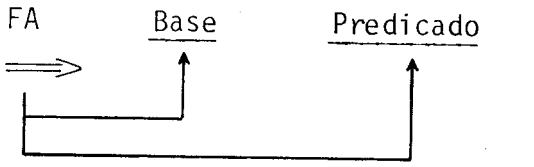
2. Essas conexões são de natureza prevalentemente pragmática: respeitam às acções, às atitudes, aos eventos representados no Predicado (ou globalmente no EN).

Reconhecerei aqui a projecção de duas áreas de valores significativos, em articulação estreita com a direcção da relação semântico-pragmática instituída.

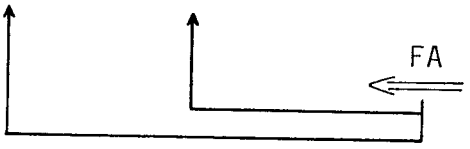
a.

Numa primeira modalidade, é o FA que preside à relação, que dele se dirige para o Predicado. Actualiza-se regularmente, então, um nexo de índole causal:

irritado, o homem bateu com a porta



o homem bateu com a porta, irritado



Anote-se a não conveniência semântico-pragmática "originária" (de onde decorrem matizações ou efeitos de sentido, como a ironia) em

amável, o homem bateu com a porta
⟹

Vejam-se outros exemplos:

perturbado, o rapaz emudeceu
⟹

o advogado, arguto, replicou
⟹

cansado, o moço fechou os olhos
⟹

b.

Numa segunda modalidade, a relação significativa desenvolve-se numa direcção inversa à caracterizada em **a**: parte do Predicado para o FA. Os valores actualizados são regularmente os de consequência:

silencioso, o leão aguardava a sua vítima
⟸

o leão aguardava a sua vítima, silencioso
⟹

concentrado, o estudante preparava a lição
⟸

imóvel, o minúsculo insecto procurava passar despercebido
⟸

A diferença entre as construções caracterizadas em **a.** e **b.** - ambas apositivas, explicativas - torna-se sensível através de paráfrase de cada um dos ENs:

(i) irritado, o homem bateu com a porta

(i') porque estava irritado, o homem bateu com a porta
⟹

(ii) silencioso, o leão aguardava a sua vítima

(ii') o leão aguardava a sua vítima; por isso estava silencioso
⟸

A proximidade entre estes tipos de construção apositiva é notória, mas é também inequívoca a diferenciação entre ambos - que poderá ser referida, como o salientei, à diversa direcção da relação instaurada entre o FA e o Predicado.

Ficou já acentuada a diferença que, por sua vez, aparta a construção apositiva em que o FA preenche a função semântica de explicação da construção apositiva em que o FA cumpre a função semântica de descrição. Essa diferença reside, como se sublinhou, no facto de que na primeira daquelas construções se projecta um complexo específico de conexões entre o FA, um suporte substantival que é necessariamente a Base do EN, e o Predicado do mesmo EN.

Do todo, resulta na construção apositiva de índole explicativa uma forte coesão entre os termos envolvidos, onde se salientam marcadas restrições de co-ocorrência.

3. Como referi, estão aptos a projectarem-se nesta modalidade de construção apositiva tanto o FA_{NAT} como o FA_{TR}, mediatizados sempre dos respecti-

vos pólos de incidência por zero fónico, cuja presença é característica da aposição. Ilustre-se com um exemplo em que o FA_{TR} se realiza em EN relativo:

a moça, que dançou toda a noite, estava feliz

⟸

a moça, que dançou toda a noite, retirou-se esgotada

⟹

Tem, porém, também aqui lugar uma outra realização do FA, a saber, em FA_{NAT} introduzido pelo relator de. Actualiza regularmente um valor causal, fortemente marcado:

o rapaz, de cansado, deixou-se adormecer

2.3.2. Incidência indirecta e integração do FA

Deixei já estabelecida uma correspondência genérica entre incidência indirecta (ou estruturação heterogénea do SN) e integração fraca do FA, (ver acima 2.2.1.1 - 1.), que representei assim:

estruturação heterogénea do SN ⟷ - integração fraca +

Na matização comportada no eixo da integração fraca (que corre sem soluções de continuidade de um - a um +) intervêm factores que ficaram dispersos na análise acima desenvolvida, e outros a especificar. Reter-se-ão de seguida, sumariamente, os principais factores dessa matização.

a.

A cumulação de elementos mediatizadores da articulação do FA à sua base(concretamente, a congregação demarcador fónico x relator) afrouxa a força integrativa. Este abrandamento é agravado em todos os casos em que o FA ocorre como FA_{TR}, dada a presença de um percurso derivativo, a que já me re-

feri em 2.2.1. - 2.a. Casos mais marcados representam, entre todos, aqueles em que o FA_{TR} se realiza em SN, ou em EN (relativo, isto é, introduzido pelo substituto dito relativo: que, cujo, o qual ...). No primeiro caso, o SN transferido a FA só é demarcado do seu suporte por zero fónico, e a sua projecção ocasiona a compresença não canónica numa construção sintagmática nominal de dois termos da mesma classe formal (dois SNs). A incompatibilidade sintáctica que tal representa é elemento catalizador do TR:

o rapaz - uma simpatia - mostrou-se compreensivo

No segundo caso, a transferência de EN a FA envolve uma marcada sub-ordenação: o EN, que é a unidade gramatical de nível mais elevado, vê-se afectado à condição de termo constituinte de uma unidade de nível inferior (o SN). O percurso derivativo, sempre presente no TR, é aqui particularmente vincado.

A eventual congregação, aqui, de demarcador fónico com o relator é ainda factor de abrandamento da força integrativa.

b.

À adjectivação por subordinação, marcada, de 2º grau (justamente a que envolve a transferência de EN a FA) corresponde uma integração mais débil do que a se reconhece na adjectivação por subordinação, marcada, de 1º grau - pese embora a presença na primeira de uma recorrência particular realizada na retoma contraída pelo substituto relativo.

Essa menor integração é indiciada na ordenação linear quando os dois tipos de realização do FA_{TR} se projectam em incidência sobre uma mesma base; em ordenação banal, o FA_{TR} de 1º grau precede o FA_{TR} de 2º grau:

o livro volumoso de capas vermelhas que comprei ontem

FA_{NAT}	FA_{TR} (adjectivação por subordinação, marcada, de 1º grau)	FA_{TR} (adjectivação por subordinação, marcada, de 2º grau)
1.	2.	3.

c.

A estruturação interna do FA em incidência indirecta sobre a sua base pode apresentar uma maior ou menor complexidade, uma maior ou menor coesão própria. Tal facto afectará também, mitigando-a, a força integrativa que o reúne à sua base. (Ver acima algumas referências genéricas sobre esta questão).

d.

Nos casos em que o FA_{NAT} apresenta mobilidade no seio do EN, à maior distância que o separa da sua base substantival corresponde uma menor força integrativa. Retome-se o exemplo dado acima:

a neve, fria, penetrava-nos até aos ossos

fria, a neve penetrava-nos até aos ossos

a neve penetrava-nos, fria, até aos ossos

a neve penetrava-nos até aos ossos, fria.

Esta menor força integrativa é, contudo, contrariada pela saliência que, então, advêm aos acordos semânticos (referidos a semas genéricos e aos taxemas de género e número) que conectam a base substantival e o adjectivo: a natural redundância destes acordos é, pois, aqui mitigada, evidenciando a articulação entre aqueles termos.

e.

Finalmente, a incidência dupla do FA, e as fortes restrições da sua co-ocorrência no EN (vejam-se as conexões específicas em que fica envolvido quer com a Base que com o Predicado do EN) apontam imediatamente para um elevado grau de integração, logo, para a configuração de um forte grau de coesão do bloco resultante.

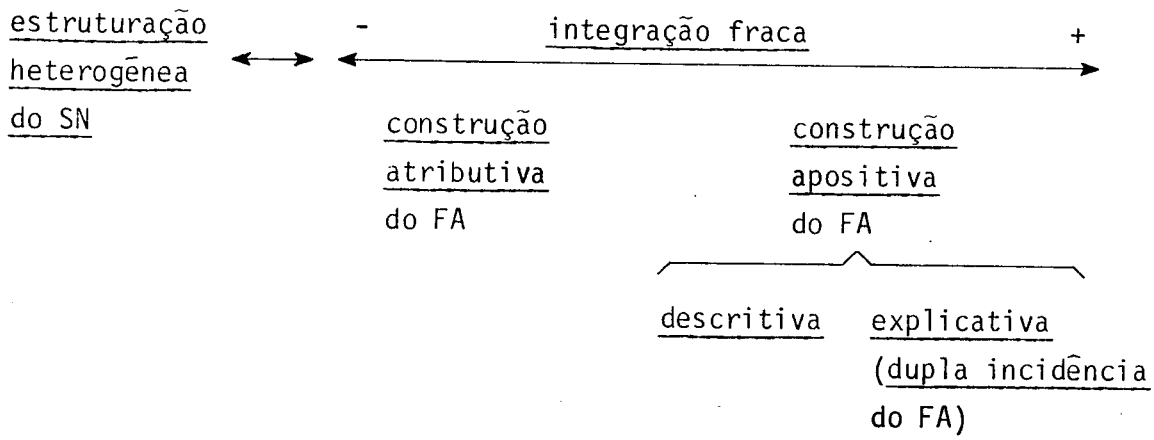
No entanto, um outro aspecto vem contrariar o agora anotado: é que nestas construções apositivas explicativas o FA está envolvido mais propriamente na construção sintáctica do EN (ele participa visivelmente das marcas essenciais do Marginal do EN, onde este termo se apresenta como adjecti-

vador do Núcleo - ver capítulo seguinte) do que na mera extensão da base substantival do SN - embora mantenha, sem dúvida, esse estatuto. No que respeita à coesão do SN - de que aqui me ocupo - tal FA situa-se preferentemente no extremo do pólo - da integração fraca. Visivelmente, e de acordo com a caracterização desenvolvida acima, ele situa-se prevalentemente numa zona de transição entre a estrita construção sintagmática (do SN) e a construção sintáctica (do EN), pois em ambas participa.

f.

Resulta globalmente do exposto que se reconhecerá na estruturação heterogénea do SN uma integração mais fraca do FA construído em aposição face a uma integração menos fraca do FA construído em atribuição. No seio da construção apositiva, demarca-se como a de mais débil integração a que respeita à aposição de índole explicativa (marcada pela incidência dupla do FA, como se viu).

Abandonando as outras variáveis que vimos intervirem na matização do grau de integração, generalizadamente fraco, correspondente à estruturação heterogénea do SN, condensarei no seguinte esquema genérico os aspectos centrais referenciados:



2.3.3. Dependência - continuidade semânticas na estruturação heterogénea do SN

As observações anotadas, em idêntica rubrica, a propósito do FA_{NAT} em incidência directa no quadro da estruturação homogénea do SN valem generalizadamente também para o FA em incidência indirecta (logo, no quadro da estruturação heterogénea do SN). (Ver acima 2.2.2.).

No entanto, algumas considerações particulares serão aqui pertinentes. Enunciá-las-ei de modo sumário.

a.

Recorrência de semas genéricos e dos que tangem aos taxemas de género e número projectam-se, naturalmente, na estruturação heterogénea do SN sempre que o FA se actualiza como FA_{NAT} (em adjectivo).

Nos casos em que o FA surge actualizado como FA_{TR}, os acordos semânticos referem-se directamente à compatibilidade, à conveniência entre os designados pelos substantivos envolvidos na conexão. (Essa conveniência pode ser explorada em termos de associação, contiguidade e outros, que aqui não especificarei):

livro de capas azuis

sumo de sabor a laranja

No caso de FA_{TR} realizado em EN relativo cujo Predicado seja preenchido por FA_{NAT} os acordos manifestam-se neste elemento; por outro lado, o acordo em número atinge sempre o nexo verbal. Observe-se que a projecção destes acordos se faz via relator (o relativo retoma a base do FA_{TR}):

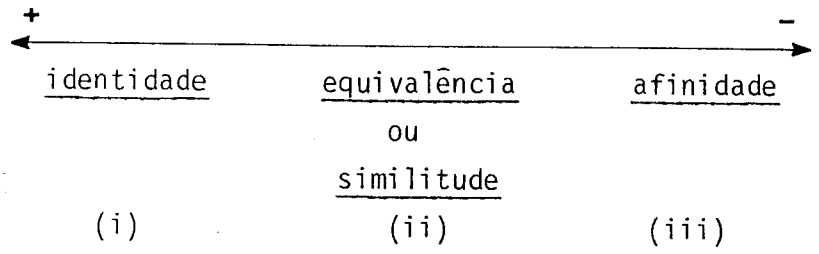
Os livros que são volumosos ...

a moça, que parece simpática...,

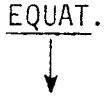
b.

A conveniência entre designados actua igualmente ao nível do SN que realiza FA_{TR} em aposição mediatizada por zero fónico. Correspondendo esta

construção originariamente a um Equativo, uma natural continuidade semântica se estabelece aqui através da relação de identidade ou de equivalência (ou similitude)ou de afinidade de designados, que justamente o Equativo configura. Essa continuidade semântica escalona-se por graus, referidos ao tipo da relação:

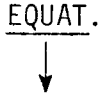


(i) EN: Pedro é o estudante mais aplicado da turma



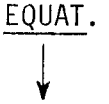
Pedro, o estudante mais aplicado da turma, ...

(ii) EN: O Mediterrâneo parece um autêntico lago



O Mediterrâneo - um autêntico lago - ...

(iii) EN: Este manifesto é um grito de revolta



Este manifesto, um grito de revolta, ...

c.

A presença de relator a introduzir um FA_{TR} (de cujo TR é justamente índice) institui também uma continuidade semântica no seio do SN por combinação: em tal redunda efectivamente a mediatização funcional realizada por elemento de relação.

d.

Já ficou suficientemente sublinhado o complexo de dependências-continuidade semânticas de índole particular que se instauraram na construção apositiva explicativa (marcada pela incidência dupla do FA).

2.3.4. Interdependências entre aspectos construcionais, e entre estes e a função semântica do FA na estruturação heterogénea do SN

Sumariarei estas interdependências (a maior parte das quais foram ficando averbadas ao longo da caracterização da estruturação heterogénea do SN), repartindo-as imediatamente pela construção atributiva e pela construção apositiva.

Algumas variáveis distribuem-se especificamente ou pela atribuição ou pela aposição - o que constitui já uma regularidade construcional. Assim, poderei anotar:

(i) ausência de demarcador fónico na atribuição - em contraste com a sua presença regular na aposição (de que é traço distintivo);

(ii) ausência (decorrente de (i)) da congregação demarcador fónico x relator na atribuição - em contraste com a possibilidade da sua projecção na aposição;

(iii) ausência de possibilidade de incidência dupla na atribuição - em contraste com a sua eventual projecção na aposição;

(iv) projecção, na construção atributiva, da oposição selecção / não selecção (função semântica do FA) - em contraste com a projecção, na construção apositiva, da oposição descrição / explicação (função semântica do FA no plano da aposição).

O quadro que junto permite condensar as interdependências entre as variáveis mais destacadas na estruturação heterogénea do SN:

ESTRUTURAÇÃO DO SN

QUADRO GERAL DE CORRELAÇÕES (II)

ESTRUTURAÇÃO	INCIDÊNCIA			CONSTRUÇÃO		FA		REALIZAÇÃO FORMAL			FUNÇÃO SEMÂNTICA DO FA				RELATOR		Demarcador Fônico	Dem x Relat	
	DIR	INDIR																	
		Simp	Dupl	AT	APO	NAT	TR	ADJ	SN	EN	Sel	não Sel	Des	Expl	Prep	Rel			
HETEROGÊNEA		X	X			X		X			X				X				Atribuição
		X	X				X		X		X	X			X				
		X	X				X			X	X					X			
		X			X	X		X					X				X		Aposição descritiva
		X			X		X		X				X		X		X	X	
		X			X		X			X			X			X	X	X	
		X			X		X		X				X				X		
			X		X	X		X						X			X		Aposição explicativa
			X		X		X		X					X	X		X	X	
			X		X		X			X				X		X	X	X	
			X		X		X		X					X			X		
			X		X	X		X						X	X		X	X	

(Quadro a comparar com o relativo à estruturação homogênea do SN, dado acima)

3. A COESÃO DO SN: CONCLUSÃO

Vimos projectarem-se na estruturação do SN um conjunto restrito de princípios básicos, profundamente interligados e inter-influentes, que respondem pela constituição desta classe particular de signos extensos.

Desenvolvem-se esses princípios como agentes de unificação, de congregação de instrumentos linguísticos que, actualizados em sequência, se interdependentizam de modos diversificados, conduzindo à configuração de uma consistência interna de bloco sintagmático, ou seja, à coesão do sintagma.

Esta revela-se, assim, nesta unidade construcional (na construção gramatical que denominamos sintagma nominal) como um sucedâneo da estruturação, deixando-se caracterizar como um fenómeno de interligação formal e semântica fundamentalmente articuladas aqui à subordinação de certos elementos a um centro que, instituindo-se em pólo de forças aglutinadoras, mais ou menos fortemente os domina e congrega.

Aquela interligação formal e semântica projecta uma continuidade semântica - traço fundamental da coesão de todo o signo extenso - e surge, ao nível do SN, ao mesmo tempo como índice e instrumento de conexão, desenvolvendo-se, em síntese,

(i) via um complexo de interdependências projectadas

- no eixo da substância do significado, através de acordos semânticos que desenham isossemias (recorrências sémicas);

- no eixo da forma do significado, onde se manifesta em relações de compatibilidade formal, de ordenação linear, e através de condicionamentos que atingem o modo de articulação do FA, a sua realização formal e mesmo (quando realizado em FA_{NAT}) a sua actualização em anteposição / posposição à base substantival sobre que incide;

(ii) via correlações regulares entre aspectos construcionais, e entre estes e a actualização das funções semânticas do FA (selecção / não selecção, ou descrição / explicação);

(iii) via projecção de instrumentos específicos de combinação ou articulação, mediadores funcionais da conexão entre base e FA (relatores).

Ficou sublinhado que a consistência interna do bloco sintagmático centrado sobre uma base substantival se apresenta como um continuum que admite graus diferenciados, em função de múltiplas variáveis - pelo que a coesão do SN (como a de qualquer signo extenso) é escalonável, graduável (graus de coesão). Os esquemas sucessivamente introduzidos permitem apreender esta matização da coesão do SN, e bem assim as variáveis mais importantes nela envolvidas.

A projecção diversificada dessas variáveis e a sua força relativa ocasionam, pois, diferentes graus de coesão que tenho vindo a representar num eixo horizontal balizado por dois termos (+ -):



A análise ensaiada aqui da coesão do SN envolveu sempre, directa ou indirectamente, a questão da oposição entre um centro e uma periferia a que se aludiu na Introdução deste trabalho. (Ver aí nota 1). Como se pode verificar, reconhecem-se no SN segmentos "fortemente integrados" (se bem que esta integração seja sempre matizada, como se viu), aos quais se ligam de modo generalizadamente frouxo (também variável) outros elementos ou complexos de elementos. Caso particular é o do FA conectado ao G.Subst. em construção apositiva, explicativa: participando ao mesmo tempo da construção sintagmática (do SN) e da construção sintáctica (como Marginal do EN) ele situa-se declaradamente numa zona marcadamente periférica da estruturação do SN. (Para a apresentação da oposição centro/periferia na estruturação dos signos extensos, ver Primeira Parte 6.)

NOTAS

(1) Venho empregando na apresentação destas realizações do FA_{TR} o termo subordinação, marcada. Veremos adiante que a actualização de um FA no SN constitui um processo específico de construção de um Predicado (termo de um EN) em dependência ou subordinação. O emprego da lexia marcada justifica-se aqui para assinalar a presença de um demarcador relacional (de, com, sem ... ou o relativo que, cujo, etc.), ao mesmo tempo elemento de relação e índice do TR.

(2) A caracterização aqui proposta afasta-se, porém, da introduzida em B. Pottier, 1969, em dois aspectos: por um lado, articulo explicitamente a estruturação homogénea ou heterogénea do SN aos modos de projecção da incidência; por outro lado, considero determinante da estruturação heterogénea o demarcador fónico (e não apenas os anotados por B. Pottier).

(3) Quando se actualizam dois ou mais FAs_{TR}, o que realiza uma adjectivação por subordinação, marcada, de 1º grau precede, em ordenação banal, o que realiza uma adjectivação por subordinação, marcada, de 2º grau - o que indicia a maior integração daquele primeiro tipo de adjectivação:

o vestido azul da Maria que é de algodão

(4) Não analisarei aqui com demora este aspecto construcional do SN. Anotarei, porém, mais adiante alguns aspectos do problema da posição do adjectivo no SN, retendo dele o que interessa à análise da coesão. Ocupei-me, em trabalhos anteriores, do problema da posição do adjectivo em português (ver Fonseca, J. 1970, e também 1977). Obra de referência básica para o estudo da mesma questão é Reiner, E., 1968.

(5) Nos casos em que o próprio substantivo seja também afectado por transitividade aplicar-se-á de modo similar o que vai referir-se. Sobre a noção de transitividade, veja-se capítulo seguinte, particularmente 5.

(6) A transitividade projecta uma força exocêntrica, que se orienta do complementado para o complementador. No que tange à articulação do FA à sua base, a incidência representa uma força centrípeta ou endocêntrica. A afectação do adjectivo por transitividade ocasiona assim a compresença de forças relacionadoras de sentido antagónico.

(7) Sobre a noção de solidariedades léxicas, enquanto estruturas lexemáticas, ver Coseriu, 1967, e 1968 (agora também, Coseriu, 1977). Ver ainda no presente trabalho, capítulo seguinte, 4.2 e nota 25.

(8) Convém, porém, anotar o caso inverso: a incidência directa é a via privilegiada de actualização do adjectivo de relação. Este furta-se (se bem que não totalmente) à construção apositiva (como também, de modo idêntico, à construção predicativa). Trata-se, pois de uma incidência directa condicionada, desta vez, pela natureza particular do adjectivo.

(9) Há, porém, um caso em que o adjectivo se constrói em incidência directa sobre uma base gramatical: tenho dois lápis: o azul está rombo; o preto parte com muita facilidade; há vários lugares vagos; os preenchidos estão fora de questão. Nestes ENs, os adjectivos azul, preto, preenchidos incidem directamente sobre o artigo:

o ← azul

o ← preto

os ← preenchidos

Atente-se no valor anafórico do artigo.

(10) Pode encontrar-se um interessante estudo sobre a "adjectivação obrigatória" de base nominal, aplicado a algumas línguas ibero-românicas, em E. M. Wolf, 1978. Uma tradução portuguesa deste trabalho (a que tive acesso numa sua primeira versão) sairá brevemente.

(11) A adjectivação inerente manifesta uma forte tendência para uma construção em anteposição (onde justamente a oposição selecção / não selecção é regularmente suspensa) ou para uma construção apositiva (onde aquela

oposição não tem lugar).

(12) Sobre o problema da posição do adjectivo no SN ver também acima nota 4. Ver ainda o número seguinte.

CAPÍTULO II

A COESÃO DO SINTAGMA VERBAL

PLANO

1. Apresentação do SV

2. Tipologia funcional básica da lexia verbal

2.1. Verbos absolutos

2.2. Verbos auxiliares

2.2.1. Auxiliares do Predicado (W_P)

2.2.2. Auxiliares adjuntos

a. Auxiliares de desenvolvimento (W_D)

b. Auxiliares de modalidade (W_M)

3. A estrutura geral do SV

4. O semantismo da unidade lexical verbal

5. A zona de transitividade da lexia verbal. A noção de transitividade

6. A coesão do SV

6.1.A coesão do complexo GW x V

6.2. A coesão do complexo V x Adjectivadores

6.3. A coesão do complexo V x Complementadores integrativos.

6.3.1. Graus de transitividade de V e coesão do SV

6.3.1.1. A complementação na zona de transitividade forte

6.3.1.1.1. A complementação objectiva de V

A. O complementador O_1

B. Os complementadores O_2, O_n

6.3.1.1.2. A complementação circunstancial de V

A. Verbos (transitivos) locativos

B. Verbos (transitivos) objectivo-locativos

6.3.1.1.3. Zona de transição entre a complementação integrativa e a não integrativa, e entre a complementação objectiva e a circunstancial

6.3.1.2. A complementação na zona de transitividade fraca de V

6.3.2. A coesão do SV centrado sobre verbo transitivo objectivo predicativo

7. Graus de coesão do SV.

A COESÃO DO SINTAGMA VERBAL

1. APRESENTAÇÃO DO SV.

Apresenta-se o SV como unidade formal construída sobre um verbo que, sempre que é actualizada em discurso, realiza em bloco a função predicativa indispensável à constituição de um EN(1).

O SV, que revela uma estrutura mais ou menos complexa (ver adiante 3.), é termo da construção sintáctica, porque elemento constitutivo (obrigatório) da configuração formal e funcional do EN. Encarado sob esta última óptica (configuração funcional do EN) constitui uma unidade funcional a que convém a designação de functema verbal (FV).

Nem todas as lexias verbais se revelam aptas à construção de SV, a presidirem, como centro estruturador, à organização desta unidade sintagmática. A adequada caracterização do SV exigirá, assim, o levantamento de uma tipologia básica das lexias verbais, imediatamente referida ao seu funcionamento ou não funcionamento como termo basilar da construção sintagmática(2).

2. TIPOLOGIA FUNCIONAL BÁSICA DA LEXIA VERBAL.

2.1. Verbos absolutos

Pode a lexia verbal surgir como o elemento responsável pela composição e natureza de um bloco sintagmático (de que é o centro, e que, por isso, se designa SV), que realiza o Predicado do EN. Chamarei a estes verbos Verbos absolutos - classe (ampla, e aberta) que reúne a grande maioria das lexias verbais de uma língua.

2.2. Verbos auxiliares.

Em contraste com estes, alguns verbos (em número restrito, logo, inventariáveis) não funcionam como centro do bloco sintagmático que assegura a função predicativa no EN. (Ver, entretanto, 2.2.2.). Receberão a designação de verbos auxiliares (que se representarão aqui por W).

Repartem-se os verbos auxiliares por dois sub-conjuntos: auxiliares do Predicado e auxiliares adjuntos.

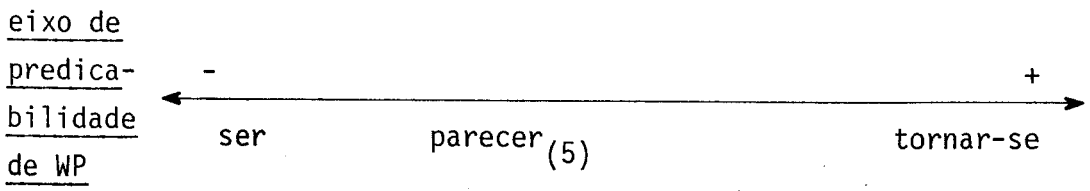
2.2.1. Auxiliares do Predicado (W_p)

1.

Certos verbos comportam um reduzido valor predicativo. Revelam-se, por isso, incapazes de constituirem por si mesmos Predicado de um EN, e de presidirem à estruturação de uma unidade formal que assuma esta função. Projectam-se antes como elemento articulador a uma base nominal de um FA ou de um FN, que realizam o Predicado do EN. Surgem, assim, no EN particularmente como índice verbal (B. Pottier, 1972, p. 110), oferecendo-se como suporte de categorias específicas (de modo, tempo, aspecto, pessoa-número) que marcam necessariamente a função predicativa, ou seja, como sede da função verbal indispensável à viabilidade do EN(3).

Designam-se aqui estes verbos como auxiliares do Predicado, sendo este efectivamente realizado, como se escreveu acima, em FA ou FN (dos quais se diz que são "predicativos do sujeito")(4).

O valor predicativo dos auxiliares do Predicado é, como ficou referido, reduzido. Ele será, no entanto, escalonável, graduável. Representarei esse escalonamento dispondo os verbos ao longo de um eixo horizontal que assinala um continuum a partir de um "grau zero" que faço corresponder a "ser":



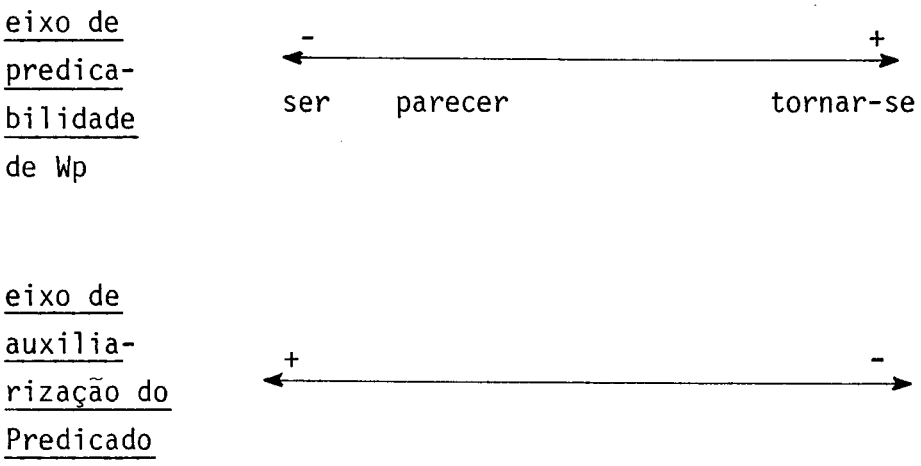
Esta representação assinala a maior força predicativa de tornar-se, marcado por Evolutivo - em contraste com ser e parecer, afectados pelo traço Estativo:

João	é	desembaraçado	Estativo
	parece	um homem	
João	tornou-se	desembaraçado	Evolutivo
		um homem	

A auxiliarização do Predicado consubstancia-se, como se vê, na afectação de marcas específicas da função verbal à relação predicativa que liga a uma base um complexo adjectival ou nominal.

Ao papel basilar que cabe, deste modo, aos auxiliares do Predicado enquanto índices verbais no EN cumula-se, no entanto, uma participação efectiva na predicação, de acordo com o grau de predicabilidade de cada uma das lexias auxiliares. Deste modo, será possível estabelecer graus de auxiliarização do Predicado, escalonados justamente na razão inversa da capacidade predicativa própria de cada um dos auxiliares.

Esquematizando:



O "grau zero" de predicabilidade surge, pois, consistente com o grau máximo de auxiliarização do Predicado:"ser" marcará a função verbal pura; só dele se dirá, em rigor, que basicamente surge no EN como índice verbal.

O FA que realiza o Predicado surge actualizado quer (a) como FA_{NAT} quer (b) como FA_{TR} (originário de SN, articulado a W por relator - ao mesmo tempo elemento de relação e índice do TR):

(a)

o rapaz	era parecia tornava-se	astucioso aplicado

(b)

o rapaz parecia	com fome sem tino em pânico

Em ambos os casos, o FA - Predicado actualiza-se numa relação de voz atributiva - de conteúdo descritivo (voz atributiva - descritiva) com a sua Base. (Repare-se, porém, que poderia tomar o que apresentei em (b) como FA_{TR} como elemento nominal realizador de uma localização nocional, o que seria consistente com a caracterização dada na nota 5 a parecer como verbo adjunto que suscita uma outra lexia verbal sobre que incide:

o rapaz parecia estar	com fome
	sem tino
	em pânico

Configurar-se-ia, então, uma voz atributiva - situativa - justamente indicada por estar - de que falarei em seguida).

Sempre que o Predicado se realiza em FN estabelece-se, basicamente, (i) uma relação de identidade ou de equivalência (ou de similitude, ou de afinidade) entre ele e a Base, ou (ii) uma relação situativa:

(i) o Porto é a capital do Norte

aquela casa parece (ser) um barco

Configura-se aqui uma voz atributiva de tipo ou conteúdo Equativo.

(ii) esta roupa é de criança

O elemento de criança realiza aqui uma localização nocional, que confere à voz atributiva instaurada o estatuto de voz atributiva - situativa.

Esta recobre outros quadros semântico-funcionais:

este carro é | meu (substituto lexical)
| do João

O carácter situativo (nocional) surge aqui afectado à expressão da posse: poderia, então, falar de uma voz atributiva de conteúdo Possessivo.

Outras possibilidades de índole situativa (nocional) estão realizadas em:

esta louça é | para lavar (FN_{TR})
| para a Rita

o espectáculo foi assim (substituto lexical, deíctico-exofórico ou endofórico)

Em termos casuais (que só mais adiante introduzirei), para lavar será afectado por marca casual final; para a Rita será marcado por caso beneficiário; assim é afectado por locativo nocional.

Antes de prosseguir convirá deixar anotado que as considerações que tecerei a respeito da noção de voz se baseiam fundamentalmente em B. Pottier, 1974. Em trabalhos porteriores (ver sobretudo B. Pottier, 1978, e também a tradução portuguesa de B. Pottier, 1974) o Autor re-elabora essa noção, particularmente no que respeita ao "conteúdo" das vozes - embora preserve como válida a oposição básica entre voz atributiva e voz activa (entre as quais situa "soluções médias" - voz média), oposição básica que aqui reterei, e à qual referirei sempre a caracterização da noção de voz.

2.

Constituem também auxiliares do Predicado verbos como estar, ficar, permanecer, continuar, ir, vir, andar ... que vemos construirem-se com $FA_{NAT\ ou\ TR}$ | FN - Predicado (predicativos do sujeito):

o miúdo	está	
	ficou	
	permanece	triste
	continua	em silêncio
	anda	uma simpatia
	veio	
	vai	

É importante reter que estes verbos apresentam, então, uma "primeira" configuração semântica (que assinalarei, arbitrariamente, com o índice 1) em contraste com uma outra a que corresponde uma natureza de verbos absolutos, (transitivos locativos, espaciais e/ou temporais)(6). Configurações semânticas diversas podem, na verdade, reconhecer-se sob um mesmo significante léxico; caracterizar-se-á abaixo esta situação, mas adiantar-se-á agora que, em tais casos, se trata de lexias verbais efectivamente diversas). Opor-se-ão, assim

$estar_1$			$estar_2$	
$ficar_1$			$ficar_2$	
$permanecer_1$	+ { $FA_{NAT/TR}$	predicativos do sujeito	$permanecer_2$	+ complementador nominal locativo
$continuar_1$			$continuar_2$	
$andar_1$	FN }		$andar_2$	
vir_1			vir_2	
ir_1			ir_2	

As lexias indexadas com 2 são verbos absolutos, apresentando, pelo seu semantismo, um funcionamento diverso do que é próprio das que assinalei com índice 1. (Ver, entretanto, 3.a).

O estatuto de Predicado que reconheço ao FA/FN construídos com os verbos indexados com 1 fica patente se os eliminarmos; a sua ausência destrói a "boa formação" do EN, pois que significa a anulação da função predicativa que esses elementos aí assumem, e que já sabemos ser indispensável à constituição do EN:

o tempo	esteve ficou vem	chuvoso uma maravilha

*o tempo	esteve ficou vem

Ao contrário, a "não presença" do complementador nominal locativo dos verbos indexados com 2 não destrói a "boa formação" dos ENs em que figurem: é que esse complementador (no qual não se esgota, de resto, o Predicado, embora dele seja parte integrante) é necessariamente suscitado pelo verbo transitivo locativo, ocorrendo muitas vezes economizado em superfície [8], sem deixar de estar compresente com esse verbo:

estar$_2$	estar	em	algum lugar
:			
ficar$_2$	ficar	por	

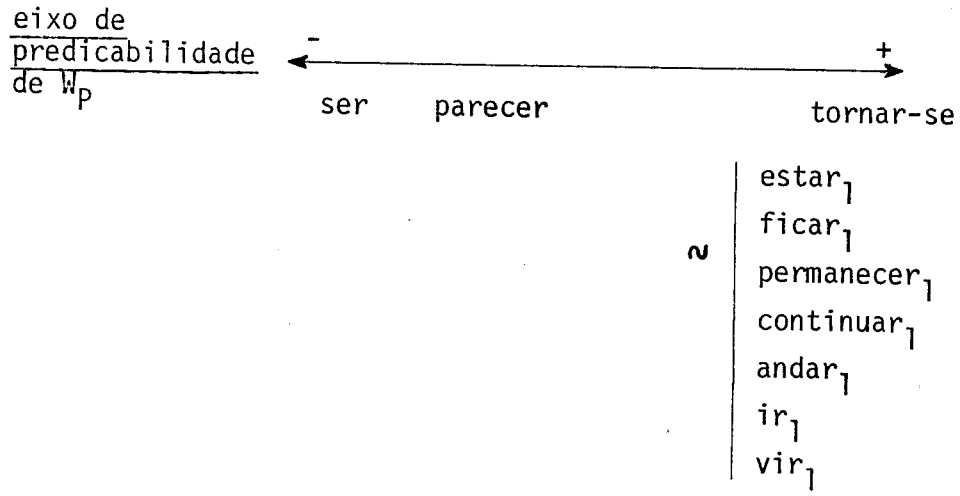
$\underline{ir_2}$: ir | a / para | algum lugar(9)

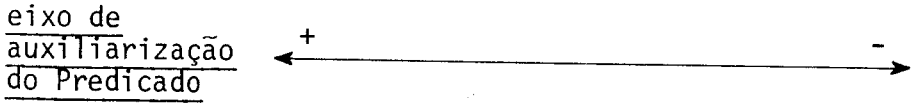
Comparem-se:

*o dia ficou

o miūdo ficou (algures)

Deste modo, inscreverei os verbos acima indexados com 1 (não os indexados com 2.) no inventário dos auxiliares do Predicado. No eixo sobre que representei o grau de predicabilidade e o de auxiliarização prōprios destas lexias verbais, distribuī-los-ei do seguinte modo:





Sublinhe-se que os verbos localizados junto do pōlo + do eixo de predicabilidade participam claramente, pelo seu conteūdo sēmico, na predicação da Base em congregação com o FA ou FN - Predicado (predicativos do sujeito).

Estes verbos configuram também com a Base de predicação do EN uma relação de voz atributiva. Nos casos em que o predicativo do sujeito se realiza em FA_{TR} (TR indiciado pelo relator que introduz o elemento em que aquele se actualiza), estaremos em presença de uma voz atributiva - situativa nocional:

o rapaz	está continua vai	com fome em dificuldades

Esta referência à voz atributiva de índole situativa nocional dá ocasião a que se sublinhe a natureza locativa que afecta a configuração semântica destes verbos quando actualizados na construção em análise. Dir-se-á que o predicativo responde a um traço destas lexias, [+Aplicação nocional], não raro cumulado com "aplicação" sobre domínios dimensionais (espaciais e/ou temporais).(Ver número imediatamente seguinte, alínea a).

3. a. Justamente a situação anunciada no termo do número precedente - cumulação no semantismo de estar, ficar, continuar ... traço [+aplicação espacial e/ou temporal, e/ou nocional] - desenha-se em ENs do tipo

João	está continua	em casa	com fome em dificuldades

Pedro	esteve ficou	na rua (durante) uma hora em delírio

Clara andou pelo campo em alvoroço

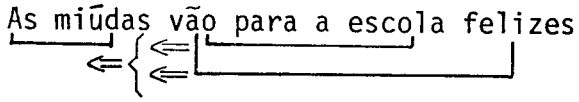
Como nos exemplos dados no número precedente, com fome, em dificuldades, em delírio, em alvoroço constituem predicativo do sujeito. No entanto, estar, continuar, ficar ... apresentam uma configuração semântica diversa da que indexei atrás quer com 1 quer com 2 . Essa configuração semântica conflui com a indexada com 2 - trata-se, pois, de verbos absolutos transitivos locativos - mas dela diverge ao mesmo tempo, porque nela se cumulam traços de auxiliarização do Predicado. Indexarei 3 esta configuração dos significantes léxicos estar, ficar, continuar ..., a que faço corresponder a designação de verbos absolutos (transitivos) locativos predicativos do sujeito. Os traços de auxiliarização do Predicado que neles reconheço (e que legitimam aquela designação) consubstanciam-se no facto de que aquelas lexias suscitam, cumulativamente com complementador(es) locativo(s) dimensional(ais) um outro, de índole nocional, que endossam como predicador à Base com que se constroem.

O predicativo do sujeito pode com estes mesmos verbos apresentar-se realizado em FA_{NAT}, que responde àqueles mesmos traços de auxiliarização do Predicado que afectam a configuração semântica das lexias em análise:

João | ficou / esteve | em casa triste

Clara foi para a escola feliz

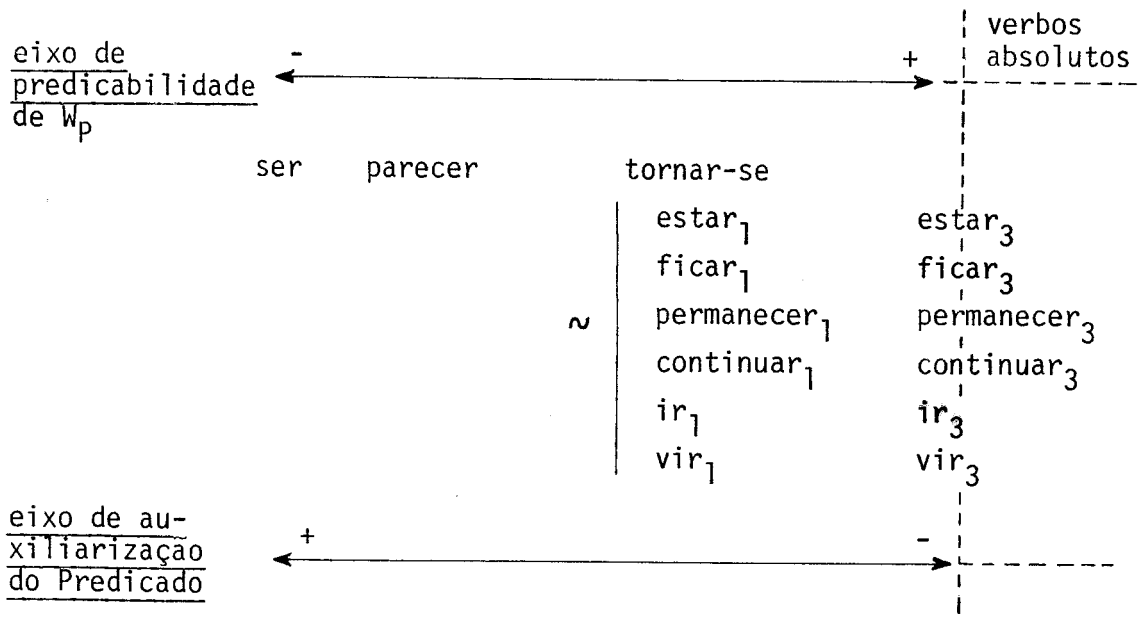
Estar$_3$, ficar$_3$, continuar$_3$... desenham deste modo um duplo processo predicativo de uma Base (heterosintagmática de V):



Participam, pois, estes verbos da auxiliarização do Predicado - sem que, no entanto, se anule ou minore a sua condição de verbos absolutos.

O apagamento do predicativo do sujeito (com fome, em dificuldades ... triste, feliz ...) não afecta a "boa formação" do EN - mas dá ocasião a uma mensagem diversa, dada a projecção de uma configuração semântica diferente dos verbos actualizados.

No eixo de predicabilidade e de auxiliarização do Predicado, estes verbos situar-se-ão numa zona de transição entre os auxiliares e os verbos absolutos:



3 b. A caracterização introduzida em 3.a dos verbos que chamei transitivos locativos predicativos do sujeito é aplicável (com algumas diferenças, a especificar) a outros verbos, também absolutos transitivos, que comportam, para além do sema de transitividade, traços de auxiliarização do Predicado.

Com efeito, alguns verbos transitivos objectivos (em número relativamente elevado) para além de suscitarem um complementador objectivo (O_1) postulam igualmente um elemento nominal ou adjectival (um FN ou FA)

como predicativo[10] desse mesmo complementador:

João considera Pedro | seu amigo
inteligente
em dificuldade

O Juiz julga o réu inocente

A vida fácil tornara o rapaz indiferente

Nestes ENs, os elementos nominais (que podem ser introduzidos por relator: João considera Pedro como seu amigo ...) e adjectivais sublinhados funcionam como "predicativos do complemento objecto" de V. Mantêm aí claras conexões ao mesmo tempo com V e com o seu complementador objectivo; aqueles e este último são suscitados por V em competência[11]. As primeiras fazem destes elementos "predicativos" termos constitutivos, obrigatórios, do SV, não do FN complementador: a sua eliminação ocasionaria ou a "má formação" do EN (*a vida fácil tornara o rapaz) ou a projecção de uma mensagem diversa radicada na diversa configuração semântica do significante léxico de V (o Juiz considera$_1$ o réu/ o Juiz considera$_2$ o réu culpado). Por sua vez, as conexões destes elementos com o complementador objectivo de V revelam-se em acordos referidos ao classema e (no caso da sua realização em FA_{NAT}) também em concordâncias em genério e número.

Sobressai, deste modo, o papel específico destes termos no Predicado, ou melhor, como Predicado, estatuto que repartem com o V absoluto e seu O_1. Tal papel radica no semantismo de V, que os suscita e os articula ao complementador O_1. Neste duplo aspecto - implicação em competência de "predicativo" e seu endosso ao complemento objectivo - residem os traços de auxiliarização do Predicado que reconheço nestes verbos.

Anotarei que o papel articulador de V se dá com referência a um termo no interior do próprio SV a que preside, e não, como nos casos de auxiliarização do Predicado caracterizados nos números precedentes, entre FA/FN-Predicado e um termo a ele exterior (heterosintagmático de V), justamente a Base do EN:

O Pedro // é feliz

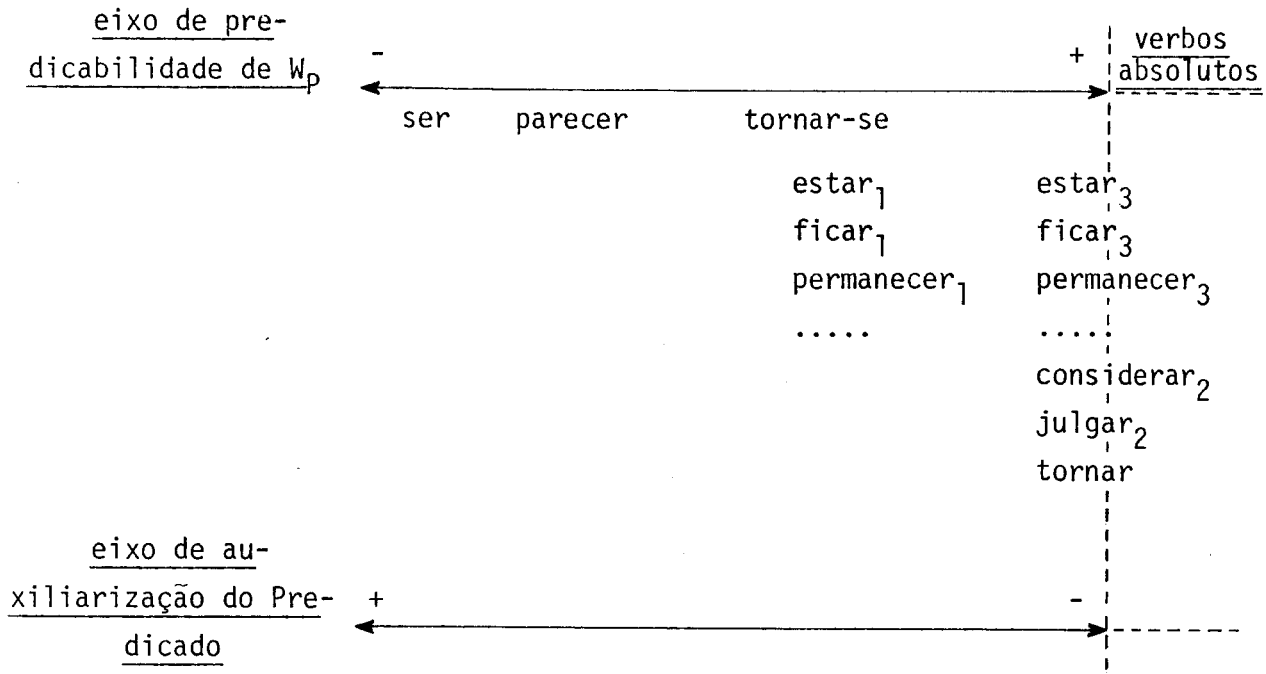
o miúdo // ficou satisfeito

O Juiz // considera o réu inocente

Repare-se no duplo processo predicativo aqui instituído:

o Juiz // considera o réu inocente

Chamarei a estas lexias verbais verbos transitivos objectivos predicativos, reunidos por alguma afinidade (já levantada) com os que atrás designei de transitivos locativos predicativos do sujeito. Como estes últimos, também aqueles participam da auxiliarização do Predicado, sem que tal anule ou minore a sua condição de verbos absolutos (transitivos) que efectivamente são. No eixo da predicabilidade e da auxiliarização já levantado, inscreverei estas lexias na zona de transição entre os auxiliares e os verbos absolutos, tal como já o fiz para os locativos predicativos do sujeito:



4.

Um quadro substancialmente diverso do que vimos desenhar-se nos números anteriores é aquele a que dão lugar alguns empregos particulares de verbos absolutos (transitivos e intransitivos), que ocorrem com FA conectado a uma Base nominal heterosintagmática (que realiza a Base de predicação do EN).

a. Considere-se:

o rapaz	estuda a lição trabalha	atento
o miúdo	saiu de casa ficou em casa	triste

Repare-se que, nestes casos, o FA (de incidência nominal) comuta com FA (de incidência verbal) portador do formante-mente):

o rapaz	estuda a lição trabalha	atentamente
o miúdo	saiu de casa ficou em casa	tristemente(12)

B. Pottier refere-se a estes empregos destes verbos absolutos, assinalando que "par sa place, l'adjectif est rapproché du verbe", mas que "par sa forme, il est incident à l'élément nominal:

elle allait joyeusement

elle allait joyeuse" (B. Pottier, 1969, § 12-14).

Num outro momento, B. Pottier aponta a possibilidade oferecida pela língua de "insister sur le rapport qui unit le lexème adjectival au lexème nominal, malgré la présence d'un verbe prédicatif" ([= absoluto]), mediante a renúncia à projecção do formante-mente, índice de incidência sobre o verbo (B. Pottier, 1972, p. 186).

Estes empregos particulares ficam claramente fora da área de que agora me ocupo, da área da auxiliarização do Predicado.

b.

Distinta da situação referida na alínea precedente apresenta-se uma outra, desenhada por alguns verbos absolutos intransitivos que se actualizam muitas vezes em FA conectado com a Base de predicação do EN de modo similar ao que se referiu em a., inclusivamente no que respeita à comutação do FA com FA' de incidência verbal portador do formante-mente. No entanto, aqui, a comutação projecta matizes semânticos que rompem com a estreita ou pelo menos muito próxima equivalência entre ambas as combinatórias. Comparem-se:

(i) o velho marinheiro nascera rico, crescera desafogado, vivera pobre, morrera miserável

(ii) o velho marinheiro nascera ricamente, crescera desafogadamente, vivera pobremente, morrera miseravelmente.

Na minha prespectiva, não se aplica linearmente aqui o que B. Pottier refere a propósito dos casos considerados na alínea anterior. Também, por outro lado, julgo não se tratar aqui de uma biconfiguração semântica dos significantes léxicos nascer, crescer, viver ... - uma das quais seria a tomar como conducente a tratar estas lexias como verbos absolutos afectados por traços de auxiliarização do Predicado. Prefiro situar estes verbos, quando actualizados nesta combinatória com FA conectado com a Base de Predicação do EN, numa zona amplamente marginal da predicação do sujeito - sobre a qual nada mais direi neste trabalho.

2.2.2. Auxiliares adjuntos.

Um segundo sub-conjunto de auxiliares congrega verbos (em número também restrito, logo, inventariáveis) que funcionam como adjuntos de outro verbo, sobre que incidem, no interior de um complexo verbal que assim se desenha no seio do SV. Convém-lhes a designação genérica de verbos auxiliares adjuntos.

O verbo auxiliado[13] surge sistematicamente numa forma "não pessoal" (infinitivo, particípio, gerúndio), pelo que cabe aos auxiliares a assumpção das categorias constitutivas da lexia verbal, a saber, modo, tempo, pessoa-número. Desenha-se por esta via uma forte interdependência (coesão) entre auxiliar x auxiliado, que configura numa unidade formal e semântico-funcional particular.

Cumulativamente com estas dimensões servem os auxiliares adjuntos à expressão de outras determinações, a saber, as que cabem nas formulações modais quer de modalidade quer de desenvolvimento [14]. Nesta base, há lugar à distinção entre auxiliares de desenvolvimento (a) e auxiliares de modalidade (b).

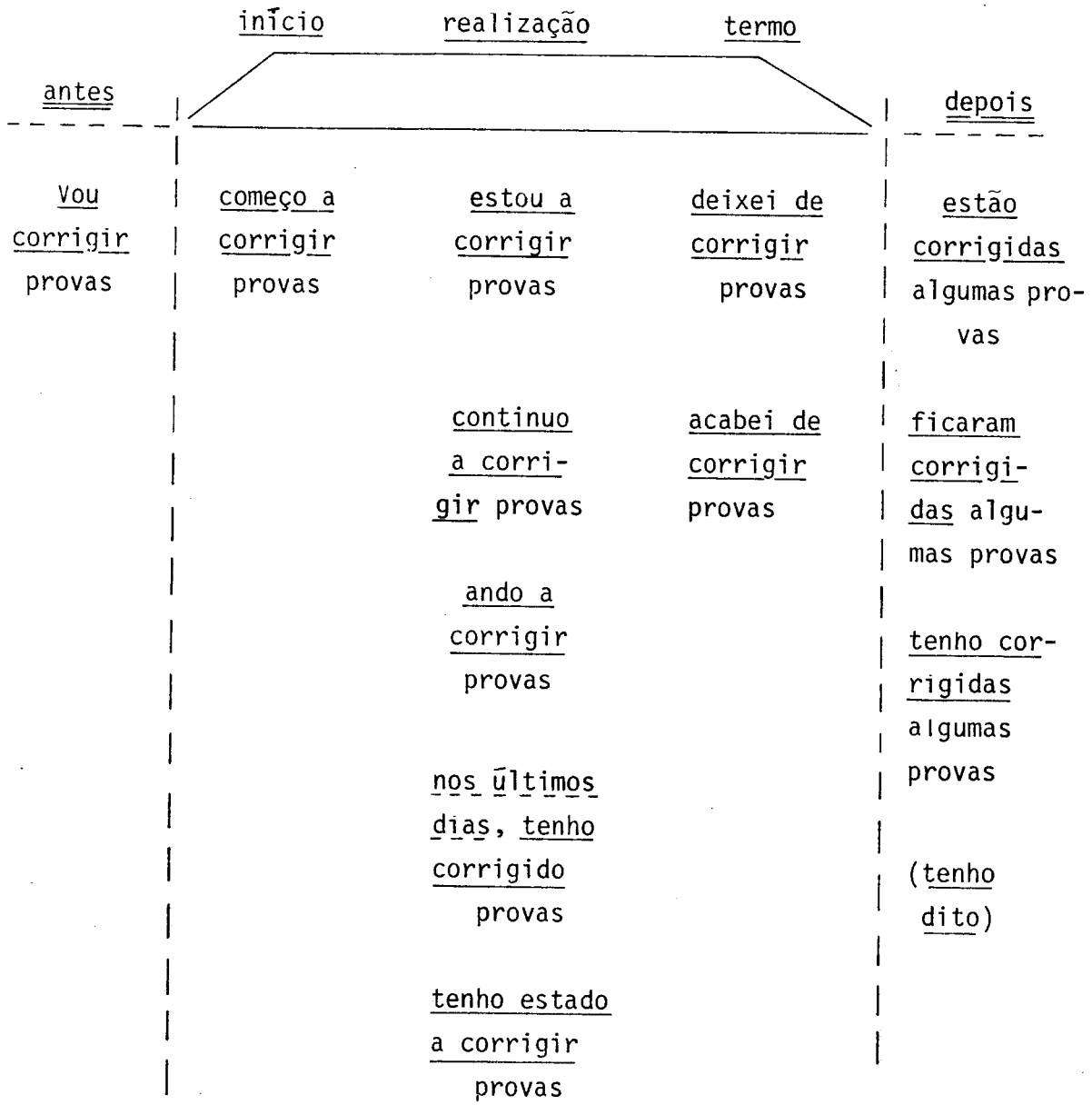
a.

Auxiliares de desenvolvimento (W_D)

As determinações carreadas pelos auxiliares de desenvolvimento (tais como, ter, haver, continuar, ir, acabar, ficar ...)[15] especificam diferentes momentos do desenrolar do processo enunciado no auxiliado. Traduzem, pois, a concepção que faz o locutor do desenvolvimento do processo verbal, articulando-se assim à subjectividade do enunciador (traço próprio dos signos que cabem na classe das formulações).

Poder-se-á representar este desenvolvimento do processo verbal como distribuído por um eixo que vai de um Antes até um Depois medeados por uma fase intermédia que se matiza ainda em início, realização e termo:

(Ver página seguinte).


início
realização
termo
antes
depois
Vou corrigir provas
começo a corrigir provas
estou a corrigir provas
deixei de corrigir provas
estão corrigidas algumas provas
continuo a corrigir provas
acabei de corrigir provas
ficaram corrigidas algumas provas
ando a corrigir provas
tenho corrigidas algumas provas
nos últimos dias, tenho corrigido provas
(tenho dito)
tenho estado a corrigir provas

Corresponde ao momento Depois a configuração de um resultado - traduzido, não apenas pela projecção sistemática do particípio do auxiliado, mas sobretudo no próprio auxiliar (estar, ficar). Quando o auxiliar seleccionado é ter, a expressão do Depois - resultado é traduzido no acordo (em género e número) do particípio com o complementador objectivo de V:

tenho escritas as cartas

tenho desenhadas as figuras

tenho feridos os dedos

Não raro a expressão do Depois - resultado está na base da projecção de variantes do particípio, por exemplo, desperto (por despertado), solto, (por soltado), preso (por prendido), entregue (por entregado) ... Confrontem-se (i) e (ii):

(i) Pedro tem despertado às 7 horas

Pedro tem despertado os amigos às 7 horas

(ii) Pedro tem | despertados / despertos | os amigos às 7 horas

Sobre as incidências na coesão auxiliar ter x auxiliado destes aspectos ligados à expressão do resultado, ver adiante 6.1..

De entre os auxiliares de desenvolvimento, ter e haver estão fortemente gramaticalizados[16] servindo à formação dos chamados "tempos compostos" enquanto unidades formais do paradigma flexional dos verbos.

b.

Auxiliares de modalidade (W_M)

Certas lexias verbais auxiliares adjuntos (poder, dever, querer ...) revelam-se fortemente conectadas à subjectividade do locutor, traduzindo o seu juízo, a sua avaliação, a sua vontade, a sua visão particular do que é predicado pelo verbo sobre que incidem (que aparece regularmente em infinitivo). Surgem estas indicações mais propriamente como uma informação "complementar" à relação actante$_1$ x processo predicado no auxiliado. Veja-se a representação seguinte:

João tinha ⟷ saído

João estava a ⟷ sair

(auxiliares de desenvolvimento)

João ⟷ sair

quer
deve
pode

(auxiliares de modalidade)

Com esta observação pretende-se sublinhar uma certa exterioridade da modalidade ao processo enunciado no auxiliado, que contrasta com uma mais íntima conexão do auxiliar de desenvolvimento ao seu auxiliado. Equivale isto a dizer que, em português, se reconhecerá também o que B. Pottier refere dos auxiliares de modalidade em francês, a saber, que "la modalité est plus externe au verbe que le déroulement" (B. Pottier, 1974, 260). A "intimidade" ou "interioridade" do desenvolvimento ao verbo é mes-

mo indiciada, em português, pela possibilidade da sua expressão no próprio corpo do verbo, sem recurso a auxiliar (embora muitas vezes em conexão com localizadores temporais - aspectuais traduzidos em elementos que não se integram na categoria verbo):

trabalho há duas horas	(∿ estou a trabalhar ...)
trabalho desde o meio dia	

(neste momento), escrevo uma tese sobre linguística

Sublinhe-se que o infinitivo determinado (auxiliado) tem necessariamente o mesmo actante$_1$ do auxiliar de modalidade. Este traço (concordância de actante$_1$) é fundamental para a diferenciação do auxiliar de modalidade de outros verbos (ou de outras configurações de um mesmo significante léxico) efectivamente modais, mas não auxiliares (adjuntos) construídos com infinitivo. Neste último caso, projectar-se-á uma discordância de actantes$_1$, sendo o infinitivo (ou o complexo verbo-nominal por ele configurado) determinante ou determinador (não determinado, como no primeiro caso) do modal, pois constitui, então, seu complementador, termo semantico-funcionalmente (e formalmente) autónomo[17]. Comparem-se:

João	quer pode deve deseja receia sabe	sair	(auxiliar de modalidade: concordância de actante$_1$)

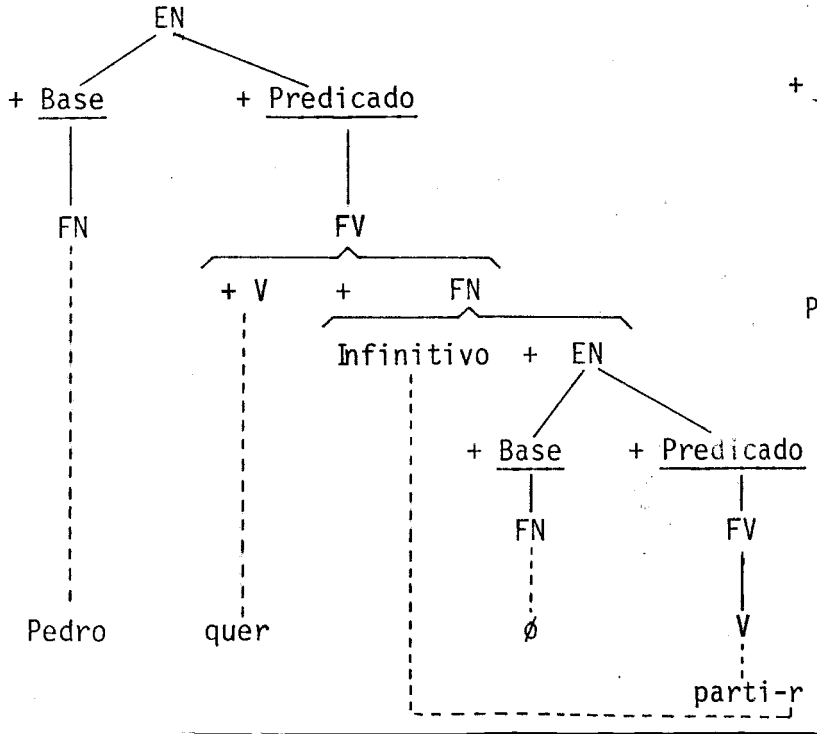
João | deixa / vê / sente / ouve | sair o irmão — (verbo modal: discordância de actante$_1$)

A observação feita (concordância de actante$_1$ do auxiliar de modalidade e do auxiliado) é factor de interligação (de coesão) dos elementos em combinação, mas não atenta significativamente contra o que acima se escreveu assinalando a "exterioridade" ao auxiliado (ou melhor ao processo enunciado no auxiliado) das determinações veiculadas pelo auxiliar de modalidade.

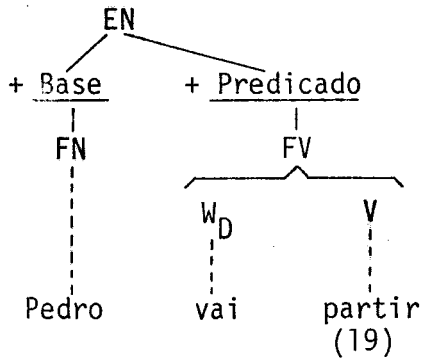
Nesta base, poder-se-ia tomar o auxiliar de modalidade como centro de SV, considerando-se, então, o verbo sobre que incide como complexo complementador nominalizado, através de transfert de EN por infinitivização (ver B. Pottier, 1974, p. 247-248).

Uma representação esquemática permitirá captar esta situação, confrontando-se a ligação auxiliar de modalidade x auxiliado (a) e a conexão auxiliar de desenvolvimento x auxiliado (b)[18]:

a. Pedro quer partir



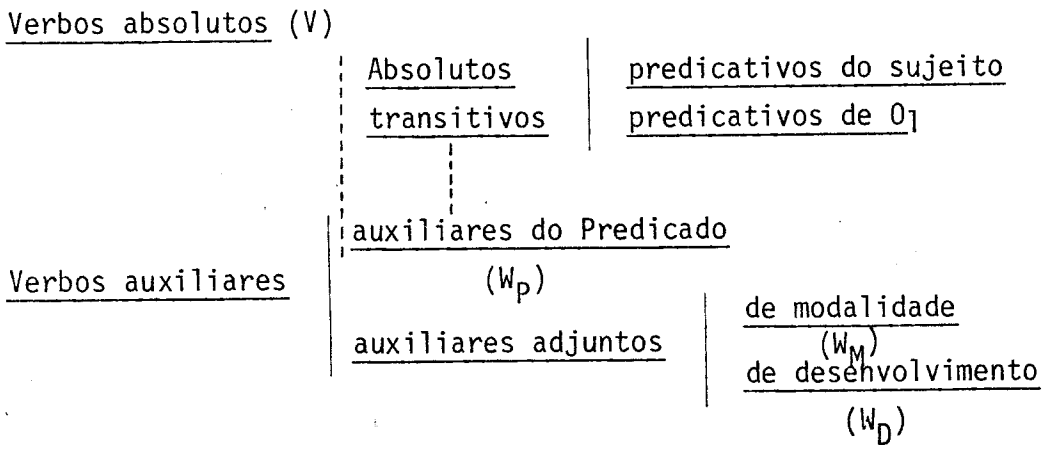
b. Pedro vai partir



(19)

Alguns dos aspectos focados nesta caracterização sumária dos verbos auxiliares adjuntos sugerem diferentes graus de coesão instaurados no complexo verbal auxiliar x auxiliado. Retomá-los-ei adiante, juntamente com outros. (Ver 6.1)

Poderei sintetizar num quadro geral a repartição estabelecida das lexias verbais em sub-categorias funcionais básicas, de que apresentei uma breve caracterização:



3. A ESTRUTURA GERAL DO SV.

3.1.

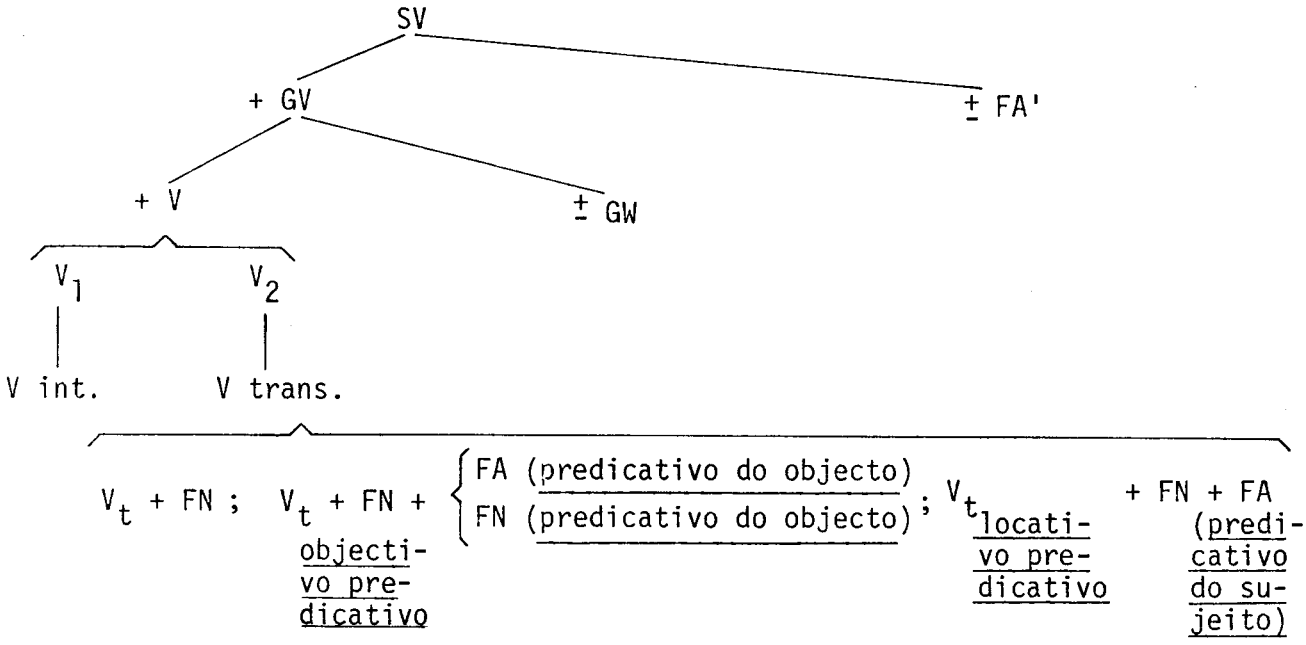
O SV é formado imediatamente por um grupo verbal (GV), obrigatório, a que eventualmente (logo, como constituinte facultativo) se articula um FA de incidência verbal (FA').

O GV comporta necessariamente um V absoluto (V), centro polarizador de todo o bloco sintagmático, que sobre ele se constrói, e, eventualmente (logo, como termo facultativo) um grupo de auxiliarização (GW).

De acordo com a natureza transitiva ou intransitiva de V (ver adiante, 5), o GV conterá ou não um (ou mais que um) FN (por natureza ou por transfert) como seu(s) complementador(es), que preenche(m) o que se caracterizará como a zona de transitividade de V.

Por outro lado, no caso de V se apresentar como transitivo objectivo ou locativo predicativo (nos termos referidos acima), o GV aglutina ainda, obrigatoriamente, para além de FN complementador objectivo, ou locativo, um FA ou FN "predicativos" desse complementador ou da Base de predicação do EN, respectivamente.

Esquematizando:



O GW, cuja realização foi introduzida em 2.2.2., revela uma combinatória matizada de auxiliares, de que se referenciaram alguns aspectos. (Ver também adiante 6.1.).

Quanto ao FA', constituinte facultativo do SV, surge actualizado

(i) como FA'_{NAT}, realizado

a. em adjectivo que aglutina o formante-mente (índice de incidência verbal)[20]

b. em adjectivo marcado por neutro[21] (que assinalará também incidência verbal); esta realização particular tem uma distribuição específica. Comparem-se:

falar claramente
falar claro

falar inteligentemente
*falar inteligente

(ii) como FA'_{TR}, realizado

a. por SN introduzido por relatores (que funcionam como elemento de relação mas também como índice do TR), tais como com, sem, como, de ... Exemplos:

falar com clareza

argumentar sem convicção

correr como um louco

discursar de improviso

descansar durante a tarde (22)

b. por EN introduzido por relator (elemento de relação e índice do TR) ou participializado (constituindo a marca do particípio índice do TR); Exemplo:

João trabalha como se se divertisse

João goza as sua férias passeando

c. por substitutos lexicais, de natureza diversa (tais como assim, hoje, além ...); repare-se que nestes se deve considerar como "implícito" um relator (também índice, se bem que "apagado", do TR: assim ∿ de este modo; hoje ∿ no dia do "agora"; além ∿ naquele lugar ...)

(Retomarei adiante a caracterização destes adjectivadores de V. Ver 6.2. e também 6.3.1.1.2.).

Para concluir esta caracterização do SV, importará assinalar que a sua estruturação fundamental corre basicamente paralela à que se levantou, no capítulo anterior, para o SN; também agora encontramos um centro estruturador, pólo de incidências específicas, o que se poderá representar do seguinte modo:

SV: Auxiliarização ⟶ Verbo (ou complexo verbo-nominal)
↑
Adjectivação

(a confrontar com:

SN: Determinação ⟶ Substantivo
↑
Adjectivação)

3.2

A estruturação apresentada respeita ao SV que poderei dizer simples.

Em contraste, poder-se-á falar de SV complexo (ou composto), sempre que qualquer dos seus elementos constituintes esteja reunido por coordenação a outros da mesma classe:

O Paulo pode e deve trabalhar - reunião de W_M

O Paulo adormece depressa e profundamente - reunião de adjectivadores.

etc..

3.3.

Convirá, finalmente, não ignorar a possibilidade de projecção de certos elementos no interior do SV, em incidência sobre um ou outro dos termos de GV. Refiro-me a elementos que cabem na classe das formulações: negação (não, nunca ...); relatividades (já, ainda, sempre); quantificação (muito, pouco ...) - (Ver B. Pottier, 1974, p. 157-222, e 1969, § 12.15.).

4. O SEMANTISMO DA UNIDADE LEXICAL VERBAL.

4.1.

A investigação lexical apostou, até data recente, em separar na caracterização do conteúdo semântico das unidades lexicais o significado lexical e o significado gramatical (incluindo-se neste a combinatória sintagmática e sintáctica) que, por natureza, nelas estão congregados solidariamente.

Tal atitude encontra a sua raiz em aspectos marcantes da reflexão linguística post-saussureana. Por um lado, ela assenta na esque-

matização corrente de níveis da estruturação linguística (fonologia, gramática, lexicologia) e foi amplamente favorecida pelo reconhecido abandono do enfoque das articulações entre esses níveis; por outro lado, ela está em consonância com a diferenciação imediata do significado, concebido como distribuído por zonas: uma zona de significado repartir-se-á por classes bem marcadas, regulares, em número restrito, "fechadas" (zona cometida à Gramática), face a uma outra zona, de estruturação "menos clara" (algumas vezes mesmo representada como insuficientemente estruturada), menos regular, instável, e/porque "aberta" ao infinito do mundo referencial (zona atribuída ao Léxico); a esta diferenciação articulou-se uma preocupação em captar o conteúdo lexical como algo de isolável de outros aspectos do significado. Finalmente, no que respeita especificamente à combinatória sintagmática e sintáctica, a separação entre o enfoque do significado lexical e o do significado gramatical apoia-se também na preocupação de situar a investigação lexical no domínio da langue, remetendo-se os aspectos referentes à combinatória, dada em discurso, para o âmbito da parole: considerou-se, pois, como estranho à definição lexical o levantamento das virtualidades de combinatória semântico-sintagmática e semântico-sintáctica da unidade lexical, ignorando-se - ou secundarizando-se inequivocamente - a sua natureza de pedra angular da construção sintagmática e da construção sintáctica, e, mais que isso, a presença em competência de esquemas ou modelos construcionais virtuais.

4.2.

A década de 60 foi, como se sabe, decisiva na constituição e desenvolvimento da semântica "científica" que, por várias vias e em quadros teóricos diversificados, se mostra extremamente sensível aos problemas da combinatória entre unidades lexicais. As virtualidades combinatórias destas passam, então, a ser perspectivadas como uma sua dimensão caracterizadora, em pé de igualdade com outros traços definidores, estritamente paradigmáticos.

Para esses aspectos apontam, em quadros teóricos vizinhos embora diversificados, termos ou expressões tais como semas genéricos/semas contextuais/classema (B. Pottier, 1963, 1964, 1965 ...)[23]; semas contextuais (Greimas, 1966); "syntagmatic pressuposition" (Lyons, 1963); "collocational restrictions" (Halliday, 1964)[24]; solidariedades léxicas (Coseriu, 1967, 1968)[25].

A dimensão combinatória da unidade lexical não escapou, naturalmente, à Gramática Gerativo-Transformacional: como é sabido, a sua versão standard (Chomsky, 1965)[26] incorpora, reformulando-as, em alguns aspectos marginais, as teses de Katz/Fodor (1963) e de Katz/Postal (1964), inscrevendo na definição da entrada lexical traços sintácticos (ou sintáctico-semânticos) contextuais, envolvidos na subcategorização estrita e na subcategorização seleccional das unidades lexicais. Finalmente, no quadro da sua "semântica combinatória", Weinreich introduz a noção de "transfert features", em parte coincidentes com os "sellectional features" de Chomsky (Chomsky, 1965)[27], enquanto no âmbito da Semântica Gerativa é constante a consideração das "co-ocurrence restrictions" entre termos lexicais.

Importa sublinhar que o que está basicamente em causa é a captação da concordância semântica (referida a aspectos da substância do significado) entre unidades lexicais no seio dos blocos sintagmáticos e sintácticos que perfazem - concordância essa não manifestada formalmente (ao contrário dos abundantemente tratados "acordos gramaticais"), mas actuante de modo fundamental na organização das unidades linguísticas extensas, e consubstanciada na iteração ou recorrência de semas.

As linhas de reflexão assinaladas acima tornam patente a tomada de consciência e a clara assumpção da natural abertura da semântica lexical sobre a semântica do EN, ou, em termos mais genéricos, da semântica paradigmática sobre uma semântica sintagmática, não mais pensáveis como domínios separados de modo estanque. Mais que isso, revelam que dimensões fundamentais da semântica sintagmática estão naturalmente "pré-figuradas" na semântica lexical, com o que se avalia ajustadamente a interdependência Léxico x Gramática, e em particular o papel de pedra angular que cabe à uni-

dade lexical na construção sintagmática e sintáctica.

Como se verá em seguida, não se esgotam, porém, nos aspectos acima referenciados as dimensões da configuração semântica das unidades lexicais envolvidas na sua combinatória. Outras, que caracterizarei mais abaixo, aí actuam poderosamente. No todo, a configuração semântica de uma unidade lexical deixará desenhadas unidades linguísticas extensas, modelos semântico-sintácticos, a cuja estruturação preside ou em que se inscreve, nelas assumindo papéis funcionais diversificados.

4.3.

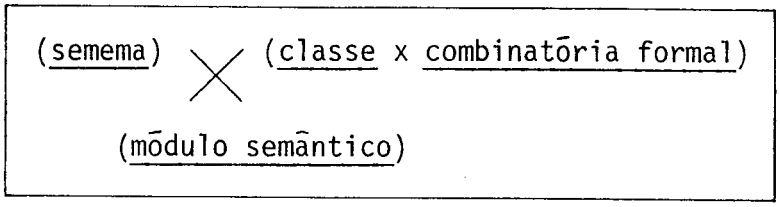
Nas suas investigações semânticas (que constituem, como é reconhecido, o verdadeiro arranque da análise sémica na Europa), desde cedo B. Pottier avalia adequadamente as virtualidades de combinatória semântico-sintagmática e semântico-sintáctica dos elementos lexicais como uma dimensão básica da sua definição.

Neste domínio, reconhecer-se-á no desenvolvimento da teoria linguística de B. Pottier (que é antes e acima de tudo uma teoria semântica) dois momentos complementares. Um primeiro, que remonta particularmente a 1962 (B. Pottier, 1962, 1963, 1964, 1965) e que conhece uma sistematização decisiva em 1967 (B. Pottier, 1967), consagra a definição do conteúdo de uma unidade lexical como o complexo do seu semema (em que se perfaz a substância do significado) e de traços gramático-funcionais, a saber, o estatuto categorial e a combinatória formal (em que se consubstancia a forma do significado).

Um segundo momento (que encontra uma sistematização em 1974 - B. Pottier, 1974 - e é ilustrado também em diversos trabalhos posteriores) aponta para a caracterização do que poderei chamar semantismo profundo de uma unidade lexical em termos integrados de

<(semema) x (classe x combinatória formal) x (módulo semântico)>

-complexo que poderei representar:



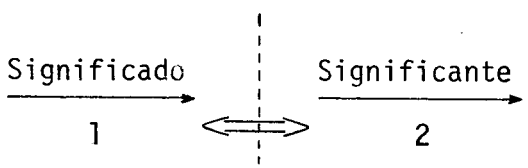
Interessa apresentar uma caracterização, ainda que breve, de todos estes domínios, sublinhando em particular as dimensões que estão envolvidas na combinatória inter-unidades lexicais. Demorar-me-ei de modo especial na caracterização da noção de módulo semântico, que tentarei situar no conjunto das informações definidoras de um elemento lexical - e mais directamente da unidade lexical verbal.

4.3.1.

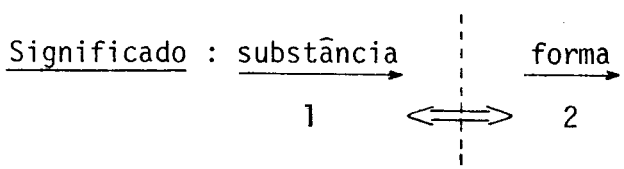
O signo linguístico surge como um complexo significado + significante reunidos por uma solidariedade bilateral:

Signo : Significado ⟺ Significante

Para B. Pottier, o significante é visto, em crono-logia, como um antes em relação ao significante:

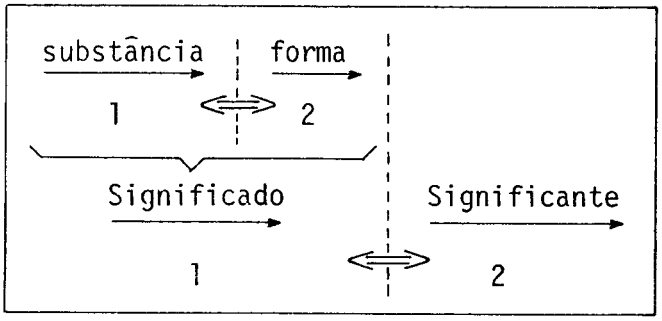


Uma idêntica interdependência reúne, no plano do significado, substância do significado e forma do significado, surgindo a primeira, em termos de crono-logia, com prioridade sobre a segunda



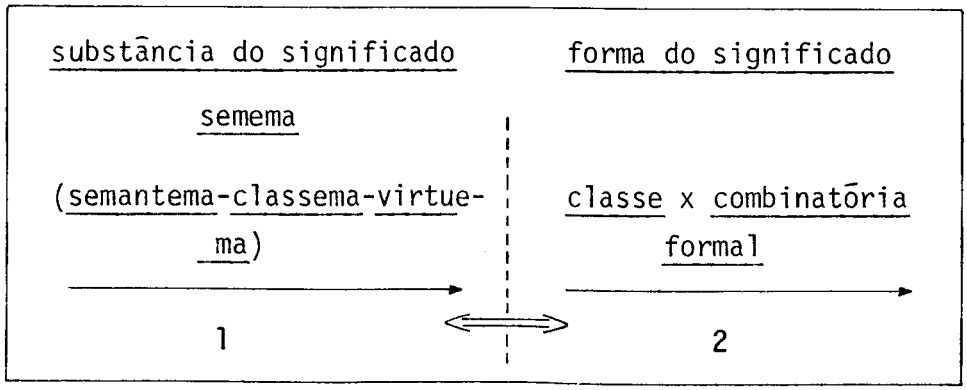
Em bloco, representar-se-ão as dimensões consideradas do seguinte modo:

Signo:



A substância do significado de uma unidade lexical é constituída por um complexo de traços de significação (semas), distribuídos por sub-conjuntos: o semantema congrega os semas específicos (de índole denotativa); o classema reúne os semas genéricos (traços semântico-funcionais, tais como [± Humano], [± Animado], [± Contínuo], [± Transitivo] ...); finalmente, o virtuema agrupa os semas virtuais (de índole conotativa). A reunião do sematema, classema e virtuema perfaz o semema da unidade lexical.

Quanto à forma do significado, ela é caracterizada por traços classificatórios, que, por um lado, distribuem as unidades lexicais por categorias (substantivo, adjectivo, verbo) e que, por outro lado, prevêem a sua combinatória formal no seio de blocos sintagmáticos.



Nesta concepção, as virtualidades combinatórias de um elemento lexical ficam especificadas ao nível da forma do significado e ao nível do classema: na primeira, conjugam-se a informação categorial desse elemento e a sua previsível co-ocorrência (envolvendo a ordenação linear teórica e eventuais condicionamentos de realização) com outros, na formação de unidades extensas; no segundo, os traços genéricos, ao distribuirem os elementos lexicais por grandes classe semânticas ([± Humano] etc), ao mesmo tempo os subcategorizam e fixam a sua combinatória em termos de selecção co-textual: duas unidades lexicais em co-ocorrência previsível no que concerne à forma do significado (compatibilidade sintagmática ou sintáctica) contraem entre si um outro acordo, semântico, referido ao classema (logo, atinente à substância do significado), projectado na iteração ou recorrência sémica, criadora de uma isotopia.

A integração destes aspectos sintagmáticos representa visivelmente um alargamento, num plano horizontal (referido ao co-texto) do âmbito da definição lexical. Por sua vez, a inserção dos semas virtuais no semema ocasiona um alargamento similar, agora num plano vertical (referido ao contexto): os semas virtuais representam a irupção de certas coordenadas do discurso em langue, a codificação (embora de algum modo instável) de aspectos do situacional (explícito ou implícito), ou seja, a abertura da langue ao discurso, a atestar que só por equívoco ela pode ser tomada como "produto" (ou ergon, na conhecida oposição ergon/energeia), ou como realidade desligada do uso efectivo e do suporte cognitivo (já acima amplamente caracterizado).

Observar-se-á ainda que esta perspectiva de enfoque da definição lexical comporta em B. Pottier uma outra dimensão: B. Pottier desenvolve a análise sémica das unidades lexicais no respeito pela íntima articulação das lexias às situações sócio-culturais e domínios de experiência sobre que se aplicam com regularidade. Por isso, pode B. Pottier afirmar que no levantamento da estruturação das unidades lexicais "On ne retiendra pas des champs arbitraires tels que les couleurs, l'afectivité ou les poissons, qui ne correspondent pas à un type situationnel usuel, mais font référence à des techniques (spectre, psycologie, biologie ...) et dont les éléments sont cherchés avidement dans les dictionnaires" (B. Pottier, 1974, p. 97-98).

Não se deixará, porém, de reconhecer que a análise sémica de B. Pottier comporta naturalmente, como toda a análise sémica, insuficiências conhecidas e reconhecidas: o seu esquematismo decorre da perspectiva funcional em que mergulha e em que radica a análise linguística. Nela se atenta, não com certeza em todos os aspectos do sentido de uma unidade lexical, mas necessariamente apenas em invariantes desenhadoras de oposições funcionais. A complexidade e a multiplicidade das dimensões cumuladas numa unidade lexical (como em qualquer unidade linguística) impõem uma idealização : a análise assim desenvolvida apresentará um carácter operatório, logo incompleto, mas decisivamente básico, por conduzir a regularidades fundamentais que permitem e explicam as realizações concretas.

4.3.2.

No desenvolvimento da sua teoria linguística, B. Pottier chega à caracterização de dimensões semânticas específicas que afectam as unidades lexicais. Cada uma destas está envolvida num complexo de relações actanciais, quer porque as suscita da parte de outra(s) que com ela se combinam - caso da unidade lexical verbal ou (quando afectados por transitividade) do substantito e do adjectivo - ou porque a elas é afectada (caso do substantito, ou melhor, dos elementos nominais).

Toda a unidade lexical verbal implica em competência certas funções actanciais, que cabem aos elementos que designam os participantes e os circunstantes directa e necessariamente envolvidos no processo por ela significado, isto é, aos seus actantes.(28)

Especificar-se-ão estas funções actanciais memorizadas em competência com uma unidade lexical verbal em termos de CASOS, que traduzem relações de raiz lógico-conceptual entre o verbo e seus actantes e, através daquele, entre estes mesmos. É este complexo semântico-funcional agregado em competência a uma unidade lexical verbal que basicamente constitui o seu módulo semântico (ou módulo casual).

Assim, a lexia dar implica a função actancial ERGATIVO (que cabe ao seu actante 1) e ainda duas outras - ACUSATIVO e DATIVO (que cabem, respectivamente, ao termo "paciente" e "destinatário" do processo significado em V). Vemos este complexo imediata e directamente projectado num EN como

João deu o livro ao Pedro.
erg ac dat.

O módulo da lexia verbal dar surge, pois, como

ERG <dar> AC DAT

Por sua vez, sair apresentará o módulo

NOMINATIVO <sair> LOCATIVO x LOC.
(NOM.) (espacial) (espac)

que subjaz imediata e directamente ao EN

João saiu de casa para a escola
nom loc. esp. loc. esp.

O módulo de uma unidade lexical não surge desintegrado das componentes do significado já analisadas acima, distribuídas pela substância do significado e pela forma do significado. Pelo contrário, e como se verá, estas dimensões de raiz lógico-conceptual (agregadas, pois, à apreensão cognitiva do "real") inscrevem-se harmoniosamente no complexo substância do significado x forma do significado, ao nível daquele primeiro termo - onde farei também inscrever uma outra dimensão (a de voz) consignificada pela unidade lexical verbal e que respeita ao tipo de relação semântica instituída entre o actante$_1$ e o verbo (ou o complexo ver-

bo-nominal).

Com efeito, se se atender não exclusivamente às funções actanciais suscitadas pelo verbo mas igualmente aos pólos dessas funções (aos actantes, no seu semantismo próprio) é possível condensar-se um complexo de indicações semânticas e semântico-sintácticas agregadas a uma unidade lexical verbal que respondem pelo seu comportamento em discurso. Nelas radicam a organização sintáctica e os valores semânticos e efeitos de sentido projectados com uma unidade lexical verbal em discurso.

É a este conjunto de informações que mais adequadamente cabe a designação de módulo semântico ou módulo casual ou módulo actancial ou, ainda, estrutura actancial de uma unidade lexical verbal.

Sendo assim, o módulo semântico da lexia verbal comporta duas zonas de indicações, intimamente articuladas, que passo a apresentar.

1. Zona de indicações semântico-sintácticas

   a. Especificam imediatamente estas indicações a natureza (trata-se de elementos nominais - por NAT ou TR) e o número[29] de termos que enunciam os actantes, ou seja, os termos directa e necessariamente envolvidos no processo verbal, como seus participantes ou circunstantes.

      Estes termos nominais são necessariamente suscitados pelo verbo, e complementam a sua configuração semântica estrita, o seu semema. Tomar-se-ão, assim, genericamente, como complementadores do verbo (sem se atender agora à diferenciação que os

atinge, a especificar em termos casuais).

Estes complementadores são consignificados por V, isto é, são com ele memorizados em competência, perfazendo aí um esquema semântico-sintáctico virtual, um modelo construcional, subjacente aos seus empregos. Mesmo que economizados (ver adiante 4.3.5.) em discurso, estão implicados na configuração semântica do verbo (implicação em competência): direi que integram (parte substancial e básica de) o semantismo de V, pelo que os designo de complementadores integrativos de V ou complementadores integrantes da estrutura actancial de V, ou ainda, finalmente, de complementadores modulares de V.

Reter-se-á imediatamente uma primeira diferenciação entre os complementadores integrativos de V, na base da relação de formação sintagmática que entretecem ou não com ele quando projectados em discurso. Distinguir-se-á assim:

(i) complementador(es) integrativo(s) homosintagmático(s) de V, ou seja, complementador (es) modular(es) congregado(s) no SV construído sobre V (actante$_{2,\ 3,\ n}$); perfaz(em) este(s) complementador(es) a zona de transitividade de V (que caracterizarei adiante; ver 5.);

(ii) complementador integrativo heterosintagmático de V, que se identifica com o termo que realiza a Base de predicação do EN directamente construído sobre o módulo de V (actante$_1$).

Os complementadores integrativos de V opoêm-se a outros elementos (nominais, mas também adjectivais) actualizados num EN como genericamente dependentes de V (sobre que incidem), mas não por ele consignificados. Esta conexão genérica com V permitirá também considerá-los como seus complementadores, que se dirão não integrativos (ou extramodulares). Situam-se, pois, fora do módulo semântico de V, surgindo como elementos facultativos da construção sintagmática (do SV) ou da construção sintáctica (do EN, onde realizam o que se denominou já Marginal ou Elemento Marginal).

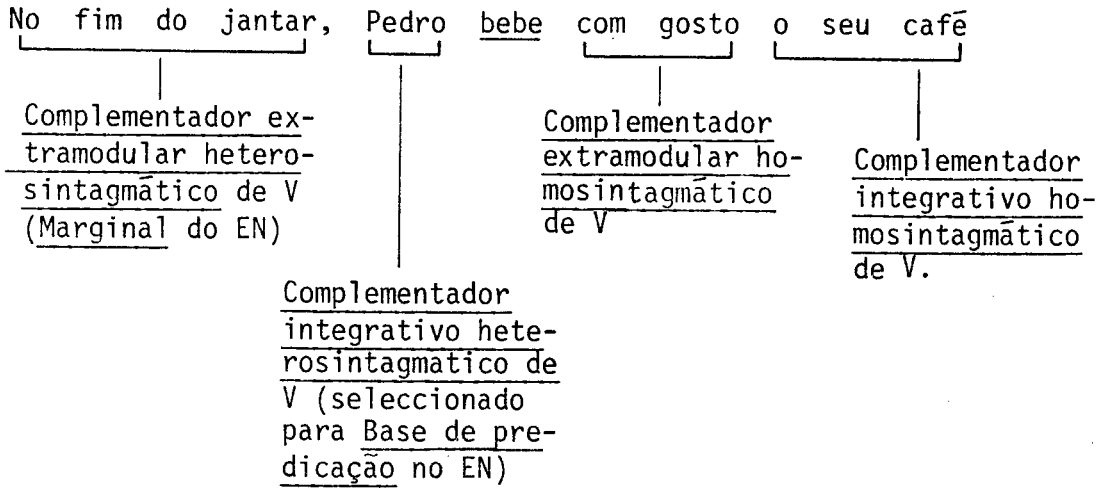
Sublinhe-se que, enquanto que os complementadores integrativos são implicados em competência, suscitados pela própria estrutura da língua, os complementadores não integrativos ocorrem projectados com V em discurso, dependendo esta projecção não da estrutura da língua, mas tão só da vontade por parte do locutor de exprimir tal ou tal circunstância, entendida como informativa ou expressivamente relevante numa dada situação de comunicação.

Convirá ter presente que, na base da relação de formação sintagmática que entretecem, ou não, em discurso, com o verbo de que dependem (e sobre que incidem), se distinguirá também entre os complementadores extramodulares de um verbo.

(i) complementadores extramodulares homosintagmáticos de V;

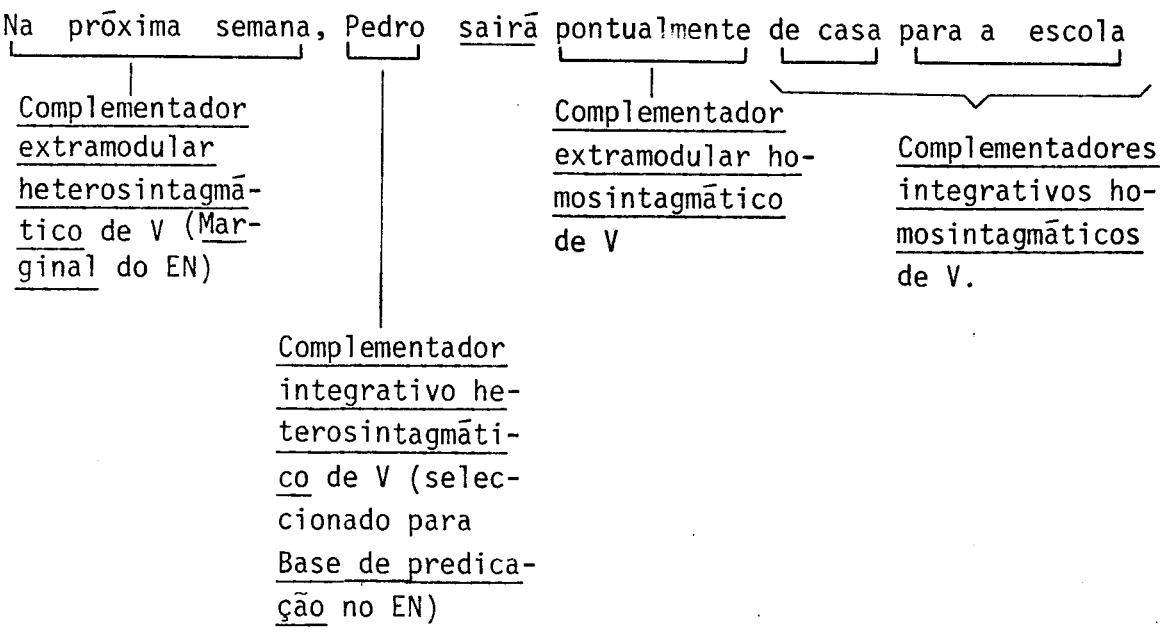
(ii) complementadores extramodulares heterosintagmáticos de V (externos, pois, ao SV - perfazendo justamente o Marginal do EN).

Porque mais adiante (ver 6.2. e 6.3.1.1.2.) retomarei com alguma demora todos os complementadores de V, ilustrarei aqui brevemente os aspectos agora focados:



A lexia verbal beber apresenta o módulo (especifico apenas as informações semântico-sintácticas)

alguém < beber > algo



Este EN apoia-se directamente no módulo de sair (especifico, também aqui, apenas as informações semântico-sintácticas):

alguém <sair> de algum lugar para algum lugar
1 2

Na piscina, Pedro nada velozmente

Complementador extramodular heterosintagmático de V (Marginal do EN)

Complementador extramodular homosintagmático de V

Complementador integrativo heterosintagmático de V (seleccionado para Base de predicação no EN)

Veja-se o módulo de nadar

alguém <nadar>

b. Os exemplos dados permitem mostrar que, nesta zona de indicações semântico-sintácticas fornecidas pelo módulo de um verbo, são também especificadas outras dimensões envolvidas na combinatória dos termos, a saber:

- a selecção, determinada por V, dos complementadores integrativos, no que tange a acordos referidos a semas genéricos do classema;

- a ordenação linear teórica, de base, dos complementadores;
- o modo de articulação de V aos complementadores integrativos dele homosintagmáticos (envolvendo ou não a presença de relator, configurando, respectivamente, uma incidência indirecta / directa de V sobre eles);
- a natureza de complementadores objectivos ou circunstanciais (locativos) - informação que respeita também apenas aos complementadores integrativos homosintagmáticos de V.

Cumulativamente, ficam indiciados também, por um lado, o modo de construção destes complementadores em actancia ou em dependência (neste modo se constroem os complementadores locativos)[30], e, por outro lado, eventuais alternâncias ou condicionamentos na realização formal dos complementadores integrativos homosintagmáticos de V (alguém | declarar / afirmar | algo: FN_{NAT} FN_{TR} (de EN)).

2. Zona de indicações semânticas de Caso e de Voz.

a. Indicações semânticas de Caso

O semantismo da unidade lexical verbal comporta a consignificação de relações, de raiz lógico-conceptual, que a ela conectam os seus complementadores integrativos[31], e, através dela, os complementadores entre si. Trata-se de relações casuais: os complementadores nominais são, pois, afectados por marca casual (indiciada nas soluções formais projectadas em discurso quer pela ordenação dos elementos, quer por relatores ...). Esta é uma dimensão específica da estrutura actancial da unidade lexical verbal. Ilustrarei sumariamente:

mostrar : SN^a <mostrar> SN^b SN^c
ergativo acusativo dativo

(alguém mostrar | algo / alguém | a alguém)

falar : SN^a falar SN^b SN^c
nominativo locativo nocional dativo

(alguém falar | de algo / de alguém | a alguém)

A ilustração dada entre parênteses mostra que se congregam às indicações casuais as que tangem à selecção co-textual dos complementadores, estabelecida, como se sabe, em termos de semas genéricos (o complementador traduzido em alguém, por exemplo, será afectado por sema genérico [+ Humano] , etc.).

b. Indicações semânticas de Voz

Comporta, finalmente, a unidade lexical verbal a consignificação de voz, que respeita ao tipo de relação instituída, na manisfestação linguística concreta, entre a predicação enunciada por V (ou por V e seus actantes homosintagmáticos) e o actante seleccionado como Base dessa predicação. Essa relação pode orientar-se sobre a Base ou desenvolver-se a partir desta sobre os complementadores homosintagmáticos: no primeiro caso, falar-se-á de voz atributiva; no segundo caso, de voz activa(32).

Esquematicamente:

SN ⟸ SV — voz atributiva

o miúdo corre

SN ⟹ V ⟶ SN (SV) — voz activa

João lê o livro

A caracterização breve feita da relação de voz suscita uma observação importante: como se escreveu acima, ela é, rigorosamente, instaurada em discurso, através de uma operação enunciativa específica - a operação de predicação (ver adiante 4.3.3.) - que consiste justamente na selecção de um dos actantes de V e sua afectação ao papel funcional de suporte (Base) da predicação realizada no EN. Deste modo, o que agora se afirma parece contraditório, incompatível com o acima estabelecido, a saber, que a relação de voz é consignificada (em competência) por força do semantismo do verbo.

Esta incompatibilidade é, porém, apenas aparente. O que pretendo assinalar quando afirmo o carácter de dimensão consignificada por V que cabe à voz é que o semantismo deste elemento, tal como estabelece a ordenação teórica dos complementadores, também instaura como relação de base, teórica, um dado tipo de voz que imediatamente assinala a "predisposição" de V a construir-se concretamente em discurso no respeito por esse mesmo tipo de conexão. Tal como aquela ordenação linear teórica dos complementadores pode ser, dentro de certos limites, modificada em discur-

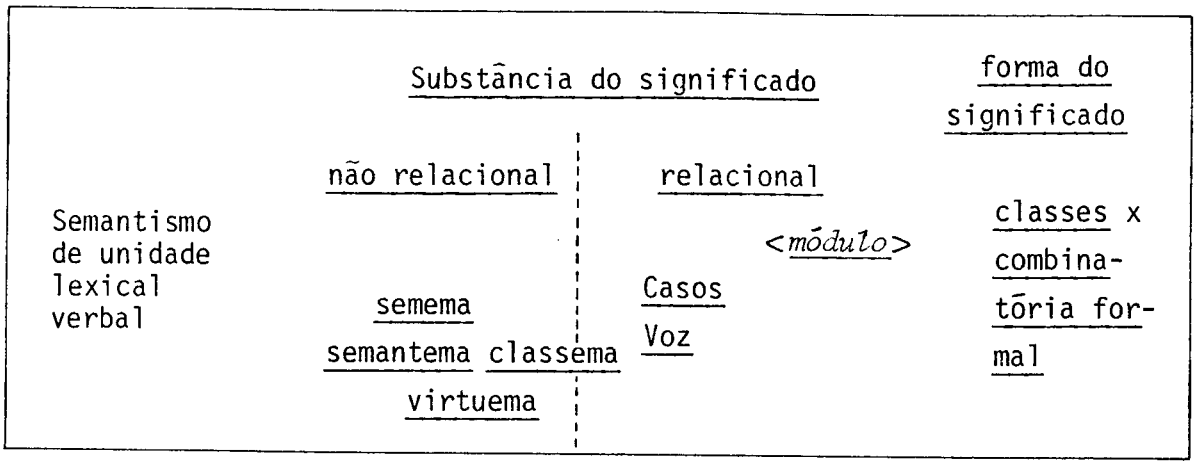
so, também assim, e dentro de similares restrições, o tipo de voz pode ser projectado de modo diferenciado: é, justamente,o que ocorre na projecção das "construções invertidas" (ditas Passivas), em que tem lugar uma voz atributiva, a partir de um módulo que configura (em competência) uma voz activa.

4.3.3.

Através da caracterização apresentada e sua ilustração fica patente a íntima conexão entre as indicações especificadas ao nível da zona de indicações semântico-sintácticas do módulo e os dados apontados como integrantes do semema e da forma do significado de uma unidade lexical verbal: por um lado, a combinatória de categorias (indicação que cabe na forma do significado) conflui com as informações do módulo respeitantes ao estatuto categorial e número de complementadores, seu modo de conexão e de construção, sua ordenação teórica; por outro lado, a selecção co-textual desses complementadores no que tange a acordos em semas genéricos envolve a substância do significado (ao nível do classema).

Sendo assim, o módulo inscreve-se harmoniosamente no complexo substância do significado x forma do significado, congregando-se com as suas indicações centrais. Por outro lado, o módulo alarga o âmbito da substância do significado, configurando nela uma sub-zona de substância relacional, referente às indicações de Caso e Voz (e em parte ao classema).

Numa representação esquemática, teremos, pois:



Convirá sublinhar que este complexo semântico-funcional e formal definidor de uma unidade lexical verbal se situa em competência como esquema virtual fixo. Isto é, cada unidade lexical verbal suscita regularmente um número determinado de funções actanciais e respectivos pólos, especificados estes nos seus traços categoriais e semântico-funcionais de base (33). Estas dimensões revelam-se plenamente caracterizadoras da unidade lexical verbal, constituindo um quadro de referência, uma constante semântica profunda, que suporta toda a utilização em discurso da lexia: da parte do locutor, ela suporta o processo da constituição dos ENs; da parte do receptor, ela suporta a interpretação destes. Em suma, o complexo modular constitui o que B. Pottier chama esquema de compreensão ("schème d'entendement") a que já me referi atrás (ver Primeira Parte deste trabalho), imediatamente ligado à apreensão conceptual do "real".

Tal esquema virtual concretiza-se em discurso mediante a projecção de operações de enunciação (34), que, em função das finalidade comunicativo-expressivas do locutor, orientam essa existência virtual para uma existência real vasada em soluções formais diversificadas (mas, sem dúvida, em número restrito, o que as torna altamente recorrentes) permitidas pela língua - nas quais se actualizam valores semânticos e efeitos de sentido variados.

Deste modo, o carácter fixo das indicações modulares não tolhe a liberdade de opção semântico-funcional e sintáctica por parte do locutor, que organizará a construção dos seus ENs a partir de diferentes "pontos de vista" ou de diferentes "visões", com eventual economia ou com a valorização (por tematização, focalização ....) de algum ou alguns dos termos actanciais.

O alargamento em profundidade na caracterização lexical que representa a configuração do módulo semântico de uma unidade lexical verbal não significa mais do que a busca das regularidades profundas, explicativas do matizado comportamento dos signos linguísticos em discurso, particularmente da extrema riqueza e complexidade dos factos semânticos projectados em meios formais (classes e combinatórias) reconhecidamente reduzidos. Essa busca envolve que a reflexão linguística se eleve ao suporte cognitivo, conceptual, sobre que se apoia (nos termos já acima amplamente definidos)a estruturação fundamental de uma língua e o seu funcionamento concreto.

A definição lexical feita nos termos expostos ilustra cabalmente o objectivo e o caminho da reflexão linguística, que, partindo das unidades em uso, em funcionamento concreto, observável, se elevará aos esquemas actanciais (em que intervêm dimensões em número restrito e de configuração relativamente transparente) que subjazem a e explicam o matizado comportamento dos signos linguísticos em discurso. Este será iluminado, esclarecido, fundamentalmente na base do semantismo da unidade lexical verbal, pedra angular da constituição do EN. Direi com B. Pottier que "la réflexion du linguiste doit lui permettre de proposer une hypothèse qui aura cette forme

schèmes actanciels (très réduits)
↓
organisations sémantiques (très riches)
↓
formules syntaxiques (très reduites)"
(B. Pottier, 1973, p.84)

Léxico e Gramática, ou mais amplamente, semântica e sintaxe são claramente solidárias, e a especificação da combinatória semântico-sintáctica de uma unidade lexical (envolvendo as dimensões antes caracterizadas) não pode ser tomada como um apêndice na definição lexical. Pelo contrário, essa especificação surge como zona central da caracterização profunda do semantismo da unidade lexical, dando adequadamente conta da sua natureza de pedra angular da construção sintagmática e sintáctica. Por essa via, se captará correctamente a natural intercomunicação de uma semântica lexical com uma semântica do EN ou, mais que isso, a inevitável, porque natural, abertura da semântica lexical sobre a semântica do EN, cujas dimensões basilares estão "pré-figuradas" no semantismo da unidade lexical verbal sobre que o EN se constrói.

A lexicologia moderna aposta inequivocamente nesta intercomunicação, nesta solidariedade, consciente de encontrar aí a sua renovação e a sua adequada integração nas teorias modernas de descrição - explicação dos fenómenos linguísticos. Não raro, porém, surge ainda uma visão, inadequada, das virtualidades de combinatória das lexias como algo de exterior, de "acrescentado", à sua configuração semântica - como se pode ver, por exemplo, nas recentes formulações de F. Fradin e J. Marandil: "on ne peut mentionner le sens d'un item sans mentionner conjointement sa construction, car le sens, dans la majorité des cas, est lié à la construction"; ou ainda mais claramente:"...la construction d'un item (majeur) est aussi important que son sens" (F. Fradin, J. Marandil, 1979, p. 68). Pela minha parte, e de acordo com o exposto, sublinharei que o "sentido" não está ligado (e muito menos "dans la majorité des cas", como dizem aqueles Autores) à construção - antes que

a construção (enquanto modelo ou esquema virtual semântico-sintáctico memorizado em competência e subjacente às "construções"[35] projectadas em discurso) é parte integrativa substancial do "sentido" de um item lexical: uma e outra zonas do significado são, pois, inseparáveis, harmoniosamente integradas, tornando-se ilegítimo dissociá-las (como aqueles Autores o fazem) e avaliar a sua "importância" relativa.

4.3.4.

Sendo, então, o módulo semântico o elementos básico do semantismo da unidade lexical, é previsível que a ele possa ser referido o complexo fenómeno da polissemia.

Na verdade, ao nível da unidade lexical verbal, a polissemia é adequadamente caracterizada em termos de polimodulização ou de configuração semântica polimodular (ou, se se prefere, de polissemia actancial). Reconhece-se, efectivamente, não raro num mesmo significante léxico diversas configurações semânticas, que respondem pelo funcionamento diversificado de um item lexical verbal. Nestes casos, convirá não ignorar que estamos em presença, efectivamente, de lexias diversas, que interessará identificar através de índices numéricos. (Já assim se procedeu acima, sem uma adequada caracterização do fenómeno para que a indexação apontava - que só agora é oportuno apresentar. Ver 2.2.1, por exemplo).

Um exemplo banal ilustrará, de momento, a polimodulização albergada sob um mesmo significante léxico. Tome-se (ou melhor, retome-se) a lexia verbal ir: ela surge-nos claramente polimodular, ao que corresponde um funcionamento matizado em discurso, que assim se esclarece. Sem se pretender agora fazer o levantamento exaustivo dessa polimodulização, averbar-se-ão apenas alguns dos modos diferenciados em que tal significante léxico ocorre projectado em discurso:

(i) como verbo auxiliar do Predicado (W_P)

o dia vai quente

(ii) como verbo auxiliar (adjunto) de desenvolvimento (W_D)

Pedro vai sair para a escola

(iii) como verbo absoluto - transitivo locativo

Pedro vai para a escola

Em casos de configuração polimodular, dados estatísticos permitirão levantar o módulo prevalente de uma dada lexia verbal. (Sobre a configuração polimodular de certas lexias verbais, ver mais abaixo).

4.3.5.

Semanticamente necessários ou obrigatórios em competência (porque memorizados com V), os complementadores integrativos ou modulares estão necessairamente compresentes com V em discurso. Esta compresença pode, porém, ser explícita (os complementadores estão concretamente realizados) ou meramente implícita. Neste último caso, direi que estão ou foram economizados.

A economia dos complementadores integrativos surge, pois, como fenómeno de superfície, ao nível da realização concreta de V. Projecta-se economia sempre que

(i) elementos do contexto e / ou do co-texto tornem possível, ou aconselhável, ou mesmo imperativa (em qualquer caso para evitar desnecessárias ou excessivas redundâncias) a não projecção explícita do complementador (36);

(ii) o locutor pretenda actualizar o termo genérico da oposição, presente em competência, específico/genérico (comparem-se: comer pão/comer; beber água/beber; escrever uma carta/escrever ... - em que o segundo termo será necessariamente comer algo, beber algo, escrever algo, que não se especifica; o termo genérico é, na verdade, quase regularmente economizado; (37)

(iii) o semantismo de V comporta traços locativos (semas deícticos quer espaciais quer temporais)
e

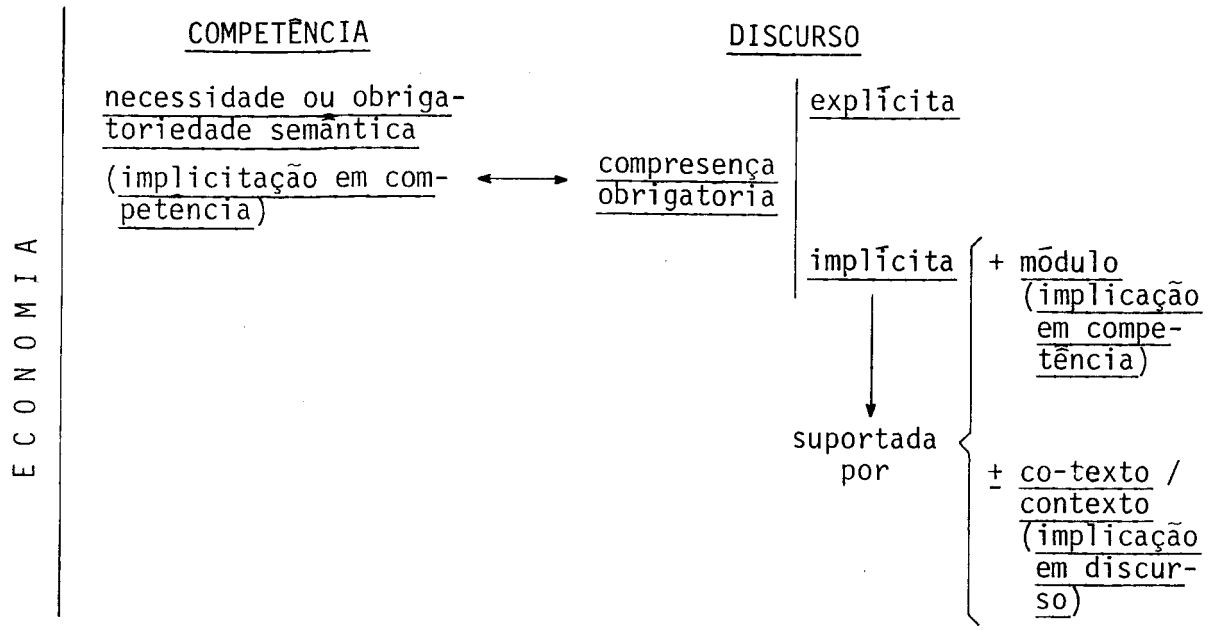
α. no caso de localização espacial - o complementador refira o aqui da enunciação (chegar aqui ∿ chegar - ∅ = hic da enunciação);

β. no caso de localização temporal - o complementador actualize o termo genérico da oposição específico/genérico (Comparem-se: demorar-se duas horas/demorar-se (algum tempo, não especificado).

Os casos de economia ilustrados referem-se a complementadores integrativos homosintagmáticos de V. Quanto ao complementador integrativo heterosintagmático de V (actante$_1$), ele não é, em português, economizável, projectando-se sistematicamente em FN (eventualmente representado em substituto lexical ou funcional) e /ou (38) em morfema (formante constitutivo) do verbo presente no Predicado do EN (morfema que especifica a pessoa - 1ª /2ª - ou a "não pessoa" - dita correntemente a "3ª pessoa" - e, com elas, o número) (39).

A economia de complementador integrativo apoia-se, em profundidade, necessariamente sobre o módulo de V, ou seja, sobre uma implicação em competência; cumulativamente, ela pode ser suportada por uma implicação em discurso, isto é, representar (no quadro desenhado em (i)) o apagamento de complementador actualizado no co-texto (precedente ou subsequente) ou a não verbalização de elementos do con-

texto da comunicação. Esquematizando:



Esta situação contrasta em absoluto com a configurada em "apagamento" de complementadores não integrativos. O carácter extramodular destes elementos (que realizam extensão sintagmática de V no seio do SV, ou o Marginal do EN) define-os como não necessariamente compresentes com V em discurso.

É, porém, sabido que estes elementos facultativos da estruturação sintagmática ou sintáctica podem também estar implicados em discurso. Ou seja: porque explicitamente presentes no co-texto, podem, num dado EN, não serem verbalizados, sendo, no entanto, aí suscitados como compresentes. Repare-se:

(i) Vais ao jardim? —(ii) Não, não vou.

(ia) Vais ao jardim logo à noite? —(iia) Não, não vou.

Em (iia), tal como em (ii) ao jardim está ausente, por economia suportada ao mesmo tempo por implicação em competência (módulo de ir-transitivo locativo: alguém <ir> a algum lugar) e por implicação em discurso (presença explícita de ao jardim no co-texto precedente, em

em que se especifica a referência do locativo integrativo de ir). Em (iia), está também ausente o elemento logo à noite, por apagamento suportado apenas por implicação em discurso (presença explícita no co-texto precedente como compelementador não integrativo).

Conviria salvaguardar este contraste entre economia de complementador integrativo de V e a delecção de complementador não integrativo de V. Fá-lo-ei, reservando a designação de economia para a ausência (ou melhor, para a compresença implícita) em discurso do primeiro, e reservando para o apagamento do segundo o termo de elipse. Assim, teríamos em (ii) e em (iia) a economia de ao jardim, e em (iia) a elipse de logo à noite.

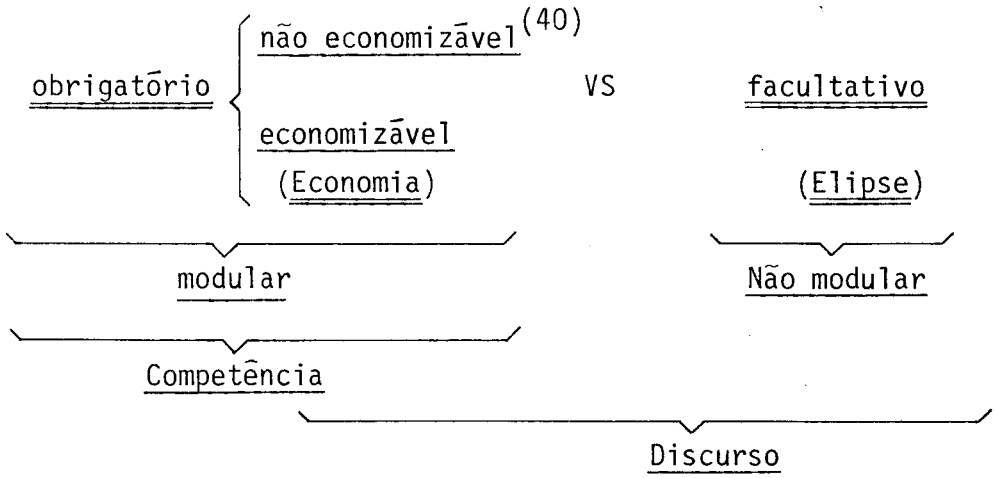
Seriam marcas da economia: a) o carácter integrativo dos complementores afectados; b) a sua necessária reconstrução em competência, onde são implicados por V (marca de decorre de a)); c) cumulação eventual dessa reconstrução necessária em competência com uma reconstrução feita sobre o contexto e /ou o co-texto; d) reconstrução em termos genéricos, se não se verifica a cumulação referida em c) (Conf: Ontem, o João falou animadamente de política ao Pedro/ João fala sempre animadamente [= fala animadamente de algo a alguém]).

Por seu turno, constituiriam marcas da elipse: a) carácter não modular dos complementadores de V afectados; b) seu carácter de necessariamente implicados apenas em discurso; c) sua reconstrução exclusivamente sobre o co-texto, sempre por recuperação dos elementos linguísticos aí realizados.

4.3.6.

O que se acabou de expor mostra que a oposição obrigatório / facultativo releva, no que tange aos complementadores de V, de níveis diferentes a que é referida a estruturação das unidades linguísticas (competência/discurso) e que ela se deixa matizar, no âmbito do termo obrigatório, pelo contraste entre economizável/não economizável.

Uma representação esquemática permitirá condensar e visualizar esta situação:



A oposição economizável /não economizável surge, no esquema, abarcada totalmente pela chaveta que delimita o âmbito de Competência e ainda, em parte, pela que traça o âmbito de Discurso. Com uma tal representação, pretendo apontar que a economia se dá (tal como a elipse) em discurso(41), mas que, por um lado (e ao contrário desta última) atinge elementos modulares, e, por outro lado (daí a extensão da chaveta do termo Discurso a parte da área do termo Competência) pode estar envolvida na diferenciação semântica entre específico/genérico, de que atrás se falou:

Pedro comeu	alguém < comer > algo
Pedro saiu	alguém < sair > de algum lugar$_1$ para algum lugar$_2$
Discurso	Competência

A economia (de complementadores integrativos) deverá, como já se assinalou, ser articulada a uma compresença efectiva (embora implícita) - não a uma ausência, dos elementos afectados. Nesta base, os complementadores modulares economizados serão tomados como constitutivos dos blocos sintagmáticos construídos sobre os respectivos verbos regentes, logo, como estruturalmente necessários à configuração daqueles blocos e neles efectivamente compresentes - o que permitirá opô-los coerentemente aos elementos facultativos, justamente marcados pela sua condição de termos estruturalmente dispensáveis na organização desses mesmos blocos, em concordância com o seu estatuto de complementadores não modulares. Ilustrando sumariamente, direi que no EN

João falou admiravelmente

a economia dos complementadores integrativos de algo a alguém (que objectivam uma complementação de falar, de índole genérica) não altera a natureza transitiva de falar, pelo que o SV se apresenta para todos os efeitos como o complexo de V e (i) seus complementos objectivos - -termos constitutivos, obrigatórios - e (ii) FA' de incidência verbal (assinalada pelo formante-mente) - termo facultativo, não constitutivo, antes extensor do SV.

4.3.7.

Deve tomar-se a economia (de complementadores integrativos) como redução em discurso do módulo semântico de V. Trata-se de uma redução de actância, projectada através de uma operação enunciativa (que toma justamente aquele nome). A não saturação ou o não preenchimento explícito em discurso das relações semântico-funcionais instituídas por V e dos seus pólos (os actantes) não atenta contra o já estabelecido carácter fixo desses termos, para cada V, pois, (como ficou visto) mesmo quando economizados eles estão compresentes em todas as actualizações de V, necessariamente reconstruídos com ele em competência (embora não necessariamente reconstruídos sobre o contexto e / ou o co-texto).

É óbvio que o fenómeno inverso - "aumento" ou "alargamento" do módulo de V - não tem lugar. Isso, sim, atentaria contra o referido carácter fixo do número de actantes e das relações semântico-funcionais instituídas em competência a partir de V.

Decorre daí que sempre que se reconhece (i) um número variável de complementadores integrativos de uma dada lexia verbal, e / ou (ii) tipos variáveis de conexões semânticas (eventualmente, mas não necessariamente, indiciadas em superfície pelo modo de construção ou de articulação a V) entre uma lexia verbal e seus complementadores, estamos perante o fenómeno, já nosso conhecido, da diversidade de configurações semânticas contidas num mesmo significante léxico, ou seja, perante o fenómeno da polimodulização desse significante léxico. Tratar-se-á, então, não de um único verbo, mas de vários verbos (a indexar numericamente):

o mar continua agitado	$continuar_1$ (W_P)	
o Paulo continua em casa	$continuar_2$	(V absoluto transitivo locativo espacial)
o Paulo continua a acreditar na inteligência	$continuar_3$ (W_D)	
o Paulo continua o seu trabalho	$continuar_4$	(V absoluto transitivo objectivo)
João bateu o Pedro	$bater_1$	verbos transitivos objectivos, mas diferenciados no que respeita à relação semântico-funcional instituída com os complementadores - ver adiante 5.)
João bateu no Pedro	$bater_2$	

Cabem no âmbito da polimodulização de ume lexia verbal os chamados (aberrantemente) "verbos ao mesmo transitivos e intransitivos" (ver 5.), e, dentro destes, os chamados verbos simétricos[42] (rejuvenescer, envelhecer, amadurecer, endurecer ...[43]); inscrevem-se também nesse mesmo âmbito da polimodulização os verbos correntemente (e de modo também aberrante) ditos "transitivos empregados intransitivamente" e "intransitivos empregados transitivamente"[44].

Concluir-se-á que a não saturação ou o não preenchimento explícito dos pólos actanciais consignificados por V representa a redução em discurso do módulo de V, por economia daqueles termos (sem que tal altere o módulo de V, que é fixo, e se situa em competência como esquema virtual, como modelo construcional), e que o fenómeno inverso ("alargamento" ou "aumento" do módulo) é, por natureza, impossível. A noção de polimodulização recobrirá os fenómenos de variação de número de actantes e /ou de tipo de relação semântico-funcional reconhecíveis como agregados, em competência, a um mesmo significante léxico - fenómenos que não desenham variação de módulo (noção impensável, porque contraditória nos seus próprio termos, dada a caracterização apresentada da estrutura actancial de um verbo)[45].

4.3.8

Entre as indicações que comporta o módulo inscrevem-se (ao nível da zona que designei de "indicações semântico-sintácticas") as que respeitam ao número e natureza dos complementadores integrativos, o modo da sua articulação a V, a sua ordenação teórica, eventuais condicionamentos de realização formal dos complementadores homosintagmáticos de V.

Para tais aspectos aponta a investigação da valência verbal[46], desenvolvida particularmente na Alemanha por investigadores e grupos herdeiros directos de L. Tesnière[47], a quem se deve, se não, rigorosamente, a introdução na reflexão linguística do conceito

e da designação de valência (colhida, como se sabe, na Química), pelo menos a sua primeira sistematização e aplicação.

O conceito de valência [48], de índole marcadamente sintacticista[49], configura um modelo dependencial da estrutura do EN, que é, então, concebido como um complexo de "conexões estruturais" que articulam os elementos nele presentes a um verbo "regente" (Tesnière, 1959, p. 11).

Três questões, intimamente relacionadas, são constantemente retomadas na investigação da valência: (a) o levantamento dos complementadores efectivamente "regidos" por V; (b) a obrigatoriedade ou a facultatividade da sua projecção com V em discurso; (c) a variação (por redução ou aumento) da valência de V.

a.

A primeira questão põe de imediato o problema da demarcação entre os complementos de V e os chamados "complementos de frase", em suma, a delimitação clara entre o que aqui chamo complementadores integrativos homosintagmáticos de V e complementadores não integrativos heterosintagmáticos de V (que perfazem o Marginal do EN). Esta delimitação, que é feita em termos genericamente satisfatórios (com o reconhecimento de zonas de hesitação, de transição, entre uns e outros; ver também aqui, particularmente 6.3.1.1.3.) conduz à classificação conhecida das lexias verbais em monovalentes (ou mono-actanciais, de valência$_1$), bivalentes (bi-actanciais, de valência$_2$), travilentes (tri-actanciais, valência$_3$), segundo comportem, respectivamente, regência de um actante (heterosintagmático de V), ou, para além deste, de um ou dois actantes (homosintagmáticos de V - actantes 2 e 3).

Em contraste com estes situam-se os verbos avalentes (ou an-actanciais, de valência zero ou valência nula). (Esta classificação mantém o quadro geral levantado por Tesniére, mas rompe com a inadequada caracterização dos "circonstants" - Ver, atrás, nota 48).

Uma tal repartição dos verbos, acompanhada da paradigmática das relaizações formais dos complementadores, da indicação do modo da sua articulação a V, e ainda das restrições de selecção, vale naturalmente por si mesma, mas também - e sobretudo - pela configuração, que comporta, dos modelos de EN de uma língua. É este, sem dúvida, um dos objectos fundamentais, e de grande alcance teórico e prático, da investigação da valência verbal.

b.

A oposição obrigatório/facultativo é, na investigação da valência, circunscrita aos complementadores actanciais homosintagmáticos de V. Nesta base, os verbos bivalentes e trivalentes são subcategorizados de acordo com a possibilidade de, em condições co-textuais e/ou contextuais adequadas, se verem projectados em discurso sem algum ou alguns ou todos os seus complementos (homosintagmátigos).

Assim, Busse levanta, para os verbos franceses, todo um conjunto de sub-classes:

(i) entre os verbos bivalentes, haverá lugar para distinguir entre os que exigem a projecção do seu complemento objecto (ex; abolir) e os que permitem a sua não projecção (ex; manger);

(ii) entre os verbos trivalentes, haverá que reconhecer seis sub-classes, assim esquematizadas:

"1)) dire: le second complément d'objet (c'est-à-dire le complément prépositionnel) peut être omis, le premier (c'est - à-dire le complément d'objet direct) étant obligatoire;

2)) accoutumer: le second complément est obligatoire, l'apparition de l'objet direct est facultative;

3)) atribuer: les deux objets sont obligatoires;

4)) aider: le premier ou bien le second objet peut être élidé, mais jamais les deux à la fois;

5)) convaincre: les deux compléments d'objet peuvent manquer; s'il n'apparaît qu'un seul, il faut que ce soit le premier;

6)) pardonner: les deux compléments d'objet sont supprimables; s'il n'apparaît qu'un seul, c'est alors ou bien le premier ou bien le second" (Busse, 1974 a, p. 258-259. Ver também Busse 1974 b, p. 42-43, e ainda Happ, 1977, p. 421-426).

Observe-se que, em português, não é pertinente uma subcategorização dos verbos na base dos critérios empregados por Busse, já que, como se deixou anotado, todos os complementadores homosintagmáticos de V são, em contextos/situações adequados, economizáveis(50).

Como se vê, os critérios utilizados por Busse revelam uma clara agregação da caracterização de V à superfície, não se elevando à consideração da compresença (suscitada necessariamente em competência) dos complementadores elididos, nem à captação da oposição específico/genérico. Revelam ainda que é ignorada a diferença fundamental entre a omissibilidade destes complememtos "valenciais" e a de elementos verdadeiramente facultativos, "não valenciais" (não integrativos, não modulares). Numa palavra, descura-se um facto fundamental, que acima sublinhei, a saber, que a oposição obrigatório/facultativo releva de dois níveis diversos em que se concebe a estruturação das unidades linguísticas (competência/discurso). Mais rigorosamente, diria que não é considerado o semantismo profundo de V, ficando patente que a investigação da valência se agrega demasiado ao nível das construções concretamente projectadas em discurso, sem se elevar ao nível das construções enquanto modelos virtuais memorizados em competência.

c.

Isso mesmo é cabalmente comprovado pelo reconhecimento de "variação da valência de um verbo", questão também constantemente retomada pelos continuadores directos de Tesnière. Haveria, assim, que reconhecer, ao lado de verbos de "valência fixa", verbos de "valência variável", que se distribuem por todas as classes acima referenciadas - dos avalentes aos polivalentes, susceptíveis de apresentarem, nos próprios termos de Tesnière, uma "variação do número de actantes". Os avalentes e os monovalentes poderiam ver-se projectados com "aumento da valência", enquanto que os bivalentes poderiam surgir com "valência aumentada" (por projecção de construção causativa) ou com "valência reduzida" (por exemplo, por "empregos intransitivos"); quanto aos trivalentes, comportariam apenas "redução de valência". (Ver Busse, 1974 a, p. 259, e Busse, 1974 b, p. 43-46).

Torna-se patente, uma vez mais, a agregação da noção de valência à superfície, aos empregos (não à configuração em competência da lexia) e, deste modo, a fragilidade da capacidade caracterizadora de uma tal noção, que repousa, visivelmente, sobre critérios prevalentemente sintácticos.

De acordo com o que venho defendendo, todos estes fenómenos ditos de "variação da valência" se deixarão captar adequadamente em profundidade, numa base semântica que considere, segundo os casos, ou a polimodulização albergada num mesmo significante léxico ou a economia de complementadores modulares (o que respeita às construções causativas exige um quadro diverso, que aqui não considero). Só numa tal base, que parte da consideração do semantismo profundo de V (com a captação dos seus complementadores integrativos e das relações destes com V e, através de V, das que mantêm entre si), se configura uma caracterização coerente das lexias verbais, que dê conta do seu multifacetado comportamento em discurso.

A investigação da valência verbal, conduzida numa perspectiva estritamente (ou prevalentemente) morfo-sintáctica, mostra-se, como se tem vindo a sublinhar, necessariamente insuficiente para a caracterização tanto do verbo como do EN que sobre ele se constrói, e, antes de tudo, revela-se inadequada não apenas por inverter em Sintaxe ⟶ Semântica a relação ajustada Semântica ⟶ Sintaxe, como ainda, e sobretudo, por supor, erradamente, que "a semântica começa onde acaba a sintaxe" (crítica dirigida, como se sabe, por Weinreich - Weinreich, 1966, agora também, 1972, p. 113 - especificamente à teoria semântica de Katz/Fodor, mas que se poderá generalizar a toda a perspectivação sintacticista da estrutura do EN, ou da estrutura linguística em geral).

Referir-se-á que a tomada de consciência destas insuficiências, a par da discussão sobre o alcance das referências semânticas contidas em Tesnière na caracterização que dá dos actantes (ver acima nota 49), tem constituído motor decisivo da diferenciação de linhas de investigação da valência[51].

Na base do que se vem escrevendo, torna-se notória a demarcação entre aquela abordagem sintacticista da valência verbal e a caracterização do semantismo das lexias verbais desenvolvida por B. Pottier, que, sem dúvida, toma alguns dados directamente situados na área configurada pela noção de valência de Tesnière, mas que re-interpreta e aprofunda numa base semanticista, que se eleva ao nível logico-conceptual (exterior, mas não alheio, à estruturação linguística - como já se viu).

Esta mesma distância separa ainda a perspectiva semanticista de B. Pottier de linhas de investigação de índole sintacticista, que explicitamente visam captar, na base do Léxico, a Gramática de uma língua (desígnio ajustado no que se refere à integração Léxico x Gramática, a que acima me referi), como é o caso da reflexão desenvolvida, no âmbito do Laboratoire d'Automatique Documentaire et Linguistique (L.A.D.L.), por M. Gross e seus colaboradores[52].

4.3.9.

Como é sabido, Fillmore introduz em 1968 (Fillmore, 1968) um modelo casual da estrutura da frase ("sentence") que, sofrendo embora sucessivos alargamentos e reformulações (em Fillmore, 1969 e 1971) não é substancialmente alterado. (Tenho aqui em conta, exclusivamente, aspectos centrais da configuração deste modelo casual, nomeadamente os que em seguida são referenciados criticamente - e não todo o modelo, globalmente considerado, que, sem dúvida, foi objecto de alterações substanciais).

Seria interessante fazer um confronto sistemático entre a teoria casual de Fillmore e a de B. Pottier. Não o farei, porém, aqui; interessar-me-á imediatamente assinalar alguns pontos de nítida convergência, a par, naturalmente, de inequívocas divergências entre os dois Autores, no que tange directamente à caracterização dos verbos e seu alcance na estruturação do EN.

Fillmore representa a estrutura profunda da frase como o complexo de relações de índole lógico-conceptual (Casos) que reúnem verbo e nome(s)(54). Deste modo, a caracterização, a nível profundo, do EN assenta em boa parte no levantamento deste complexo de Casos ligados especificamente ao verbo, de que constituem o quadro casual ("case frame" (Fillmore, 1968, p. 26)(55).

O quadro casual (cujo conteúdo se descriminará mais abaixo) de um verbo revela-se naturalmente como elemento basilar da sua caracterização semântica. Intervêm, porém, aí outras dimensões, e particularmente o que Fillmore chama "transformational properties"(56) envolvidas na especificação de certas variáveis, entre as quais se destaca a que respeita à escolha do elemento nominal que, em superfície, constituirá o sujeito ou o(s) objecto(s). (Fillmore, 1968, p.28-29; Fillmore atribui um papel fundamental a estas 'propriedades transformacionais", o que, visivelmente, minora a capacidade caracterizadora das indicações casuais. Ver mais abaixo).

Para além de uma base semanticista que anima a teoria casual de Fillmore (sem dúvida mais evidente nas reformulações da primeira versão), para além de uma noção de Caso referida a relações de índole lógico-conceptual, para além do alcance universal que é conferida à noção de Caso (dada justamente a sua raiz conceptual) - outros momentos confluem em Fillmore e B. Pottier, em particular a constatação de que nos "case frames" intervêm dimensões centrais congregadas por B. Pottier no módulo semântico-casual. A simples especificação das indicações contidas na caracterização de Fillmore permitirá reconhecê-lo. Estão envolvidos na definição dos "case frames" de um verbo:

(i) número de termos conectados a V;

(ii) seu estatuto categorial (trata-se de elementos nominais; o complemento "objecto directo" pode, porém, surgir como "frase encaixada", com distribuição específica - pelo que é também critério da subcategorização de V);

(iii) seu carácter "obrigatório" ou "facultativo" (este último é particularmente referido a O (objecto), e é também factor de subcategorização do verbo - ver Fillmore, 1968, p. 29, em que fala, muito de passagem, de "delectable object verbs");

(iv) marca casual que os afecta;

(v) traços inerentes de subcategorização (∿ semas genéricos, tais como [± Humano], [± Animado] ..., que são tomados como regularmente associados às marcas casuais, em correspondência sistemática - Fillmore, 1968, p. 22, 26, 32. Assim I (instrumental) é especificado como [-Animado], A (gente) e D (ativo) como [+ Animado].)

Uma outra indicação (vi) merece aqui referência à parte - a que respeita ao carácter opcional de alguns Casos (assinalados por ( )), que aponta não para a omissibilidade do complementador (já assinalado em (iii)), mas para a possibilidade de um "mesmo" verbo ocorrer "in more than one distinct case environment" (Fillmore, 1968, p. 27; o sublinhado é meu; ver aí, p. 27 e seguintes, ilustrações).

Algumas observações permitirão captar pontos de divergência central entre a caracterização de V proposta por Fillmore, e a que é feita por B. Pottier através do módulo.

a.

Para além da não coincidência entre o número de Casos reconhecidos e, mais do que isso, da não coincidência no que respeita à realidade capturada em cada um deles, sublinharei imediatamente a condensação que faz Fillmore num "mesmo" verbo de diferentes configurações semântico-casuais. Tal equivale a estabelecer a variabilidade tanto do número de complementadores conectados a V como das suas relações casuais, e, por outro lado, a não consignar uma ordenação linear teórica, de base, destes complementadores.

Ora, como se sublinhou acima (4.3.3.), em B. Pottier, para cada verbo, em competência, o número dos actantes é determinado, estes são teoricamente ordenados, e as relações casuais são fixas; em discurso, esta ordenação pode ser alterada, pode haver lugar a redução de actância por economia, e a outras modificações que têm a ver com os quadros sintácticos disponíveis numa língua. No entanto, a cada uma das matizadas soluções formais subjaz, como constante semântica profunda, um esquema virtual fixo em competência. Deste modo, estas dimensões são verdadeiramente caracterizadoras de V - o que não pode suceder em Fillmore, que amalgama na sua definição de V informações que desenham o que atrás se apresentou como po-

liconfiguração semântica de um mesmo significante léxico, a cada uma das quais corresponde verdadeiramente um verbo diferente (não um "único" verbo). Sabemos que a concentração de informações que Fillmore reúne à roda de um "mesmo" verbo é ditada basicamente por uma questão de "economia" (de "simplicidade" ou "elegância") do modelo - critério que, como também se sabe, é poderoso na lógica da Gramática Gerativo-Transformacional, a que (apesar das dissidências fundamentais que o separam dos transformacionalistas "chomkyanos") Fillmore se mostra extremamente sensível.

No quadro da noção de módulo, a possibilidade de uma unidade lexical verbal se apresentar como conectada a um número variável de actantes e /ou marcada pelo desenho de relações semântico-funcionais (casuais) diversificadas deixa-se adequadamente captar pela consideração de uma configuração polimodular albergada num mesmo significante léxico. Salvaguarda-se, deste modo, não apenas a capacidade caracterizadora do módulo, mas também a profundidade a que deve situar-se a definição do semantismo da lexia - aspectos não adequadamente acautelados em Fillmore.

b.

A atribuição por Fillmore de uma correspondência regular entre casos e semas genéricos dos elementos em combinatória (ver acima (v)) é incomportável em B. Pottier, porque não se verifica no funcionamento de uma língua. Pottier fala preferentemente em "predisposição", a levantar na base de dados estatísticos. (Constituem excepção, porém, os casos do Instrumental e do Agentivo, realizados regularmente em elementos afectados, respectivamente, por [-Animado] e [+Animado] . Ver adiante §.3.1.1. - e nota 79 - a relevância destes semas na diferenciação destes dois complementadores).

c.

Tudo parece indicar, à partida, que a caracterização dos verbos através dos "case frames" conduz à assumpção por parte de Fillmore da centralidade de V[57] na constituição do EN (da frase). Ora tal é, porém, desmentido: fiel à lógica da Gramática Gerativo-Transformacional (ver referência já feita e restrições assinaladas no que respeita a essa fidelidade), Fillmore acaba por considerar a inserção de V[58] como dependente dos "case frames", isto é, em suma, dos nomes com que V surge combinado - tal como em Chomsky, 1965, a inserção de V é comandada pelos elementos que o subcategorizam (subcategorização estrita e subcategorização por selecção).

Por outro lado, não assume Fillmore o carácter dependencial das relações que conectam os elementos nominais ao verbo. Ou seja, o actante$_1$ é aí visto como de certo modo desligado de V, em contraste com o que se passa com os actantes homosintagmáticos de V, reunidos por uma configuração de domínio exercido por V, que não atinge o actante$_1$. Como na Gramática Gerativo-Transformacional, também no modelo de Fillmore predominam as relações de composição ou formação, justamente representadas em termos de domínio.

Tal permite concluir que Fillmore, neste âmbito, se limita a anexar as relações casuais aos traços de subcategorização estrita e de subcategorização seleccional de Chomsky, admitindo os critérios eminentemente sintacticistas que presidem a esta diferenciação ou nela estão envolvidos.

Quer dizer: a opção de base, claramente semanticista, de Fillmore não fica imune às infiltrações sintacticistas que se acabaram de anotar. (No mesmo sentido aponta o papel importante que Fillmore atribui às "propriedades transformacionais" na caracterização de V - ver acima). Se estas infiltrações derivam, como julgo, imediatamente de dificuldades "técnicas", formais, na montagem do modelo, nem por isso deixarão de representar, pelo menos, momentos de alguma incoerência interna[59]. Por outro lado, a ausência de uma visão dos complementadores de V como integrativos do semantismo profundo da

lexia verbal (como o revela o carácter opcional atribuído a alguns deles, sem que tal conflua com a noção de economia acima caracterizada) e, sobretudo, as inadequações flagrantes no que concerne à possibilidade, admitida por Fillmore, de um "mesmo" verbo ocorrer "in more than one distinct case environment" (Fillmore, 1968, p. 27 - citação já aduzida acima) - parecem indiciar uma menor integração Léxico x Gramática (sintaxe) ou, mais quc isso, uma não cabalmente assumida "profundidade" e centralidade da semântica na estruturação do EN ou, de um modo geral, na estruturação linguística.

5. A ZONA DE TRANSITIVIDADE DA LEXIA VERBAL. A NOÇÃO DE TRANSITIVIDADE.

5.1.

Como se sabe, a chamada "Gramática Tradicional" apresenta a transitividade como propriedade que se consubstancia na "passagem" da "acção" enunciada por certos verbos de um "agente" sobre ou para um "paciente" imediata (objecto directo de V) e / ou para um ou mais "pacientes" imediatos (objecto(s) indirecto(s) de V), uns e outros actualizados em elementos nominais. (Veja-se que a própria designação "transitividade" sugere esta noção de "passagem").

Esta "passagem" suscita a presença explícita (ainda que no co-texto imediato) dos referidos objectos - o que testemunha uma concepção da transitividade agarrada aos empregos de V em discurso, e não, como conviria, à sua devinição em competência. Justamente, sempre que tais elementos estão ausentes e não são reconstituíveis sobre os contextos, a "Gramática Tradicional" fala de "verbos transitivos empregados intransitivamente" ou de "verbos transitivos empregados de modo absoluto"; paralelamente, refere-se a "verbos intransitivos empregados transitivamente" e ainda a "verbos ao mesmo tempo transitivos e intransitivos"(60).

Aquela dimensão caracterizadora dos complementos objectos (referida ao seu estatuto de "receptores" ou "pacientes" "directos" ou

"indirectos" da "acção" verbal) agrega a "Gramática Tradicional" uma outra, respeitante ao modo de articulação de V a esses complementadores: "directo" e "indirecto" significam também, respectivamente, ligação em contiguidade ou ligação mediatizada por relator - pelo que aquelas designações cumulam duas referências (que relevam de planos diversos - função sintáctica / modo de conexão equivocadamente misturados). A não correspondência sistemática entre função sintáctica e modo de conexão conduz à referência a "complementos directos preposicionados" - expressão que deixa transparecer o carácter básico da primeira dimensão apontada.

Como se vê, a transitividade aparece referida, nesta concepção "tradicional", exclusivamente à complementação objectiva. Ficam excluídos da área da transitividade todos os complementos de índole localizadora (nocional, espacial, temporal) - o que decorre do facto de estes não se apresentarem como termos "receptores" ou "pacientes" da mencionada "passagem" da "acção" verbal.

Esta noção de "passagem" - observe-se ainda - é não raro formulada em termos tais que deixam transparecer uma sujeição total ao extralinguístico, ignorando-se, então, que a transitividade constitui uma configuração linguística, de natureza relacional, que, como todas as configurações linguísticas, se se baseia sobre o "real" (que apreende), dele se independentiza para se integrar num complexo de oposições funcionais que preenchem um sistema linguístico, o qual não representa uma transferência pura e simples, directa, dos objectos e suas relações "reais".

Temos, pois, imediatamente, que a transitividade se apresenta como uma configuração semântica relacional particular que se manifesta nas lexias verbais (e, também, como já ficou anotado, em certos substantivos e adjectivos), que se caracterizam por uma estrutura bi-actancial ou poli-actancial. Os termos integrantes desta estrutura estão conectados a V e (através de V) entre si por um complexo relacional matizado (que aqui se identificará basicamente em termos casuais), que recobre uma multiplicidade de nexos

"reais" que, reconhecidamente, não se esgotam em (nem, de resto, se identificam com) aquela "passagem" da "acção" verbal de um "agente" sobre um ou mais "paicentes".

É, pois, com referência ao semantismo profundo da lexia verbal - ao seu módulo semântico, memorizado em competência - que deve ser captada a noção de transitividade. Sistematizando e, de algum modo também, complementando dados já dispersamente referenciados nos números anteriores, caracterizarei a transitividade verbal como sema genérico de certos verbos (ditos, por isso, transitivos ou afectados por [+ transitividade]), que se consubstancia na consignificação de algum ou alguns elementos nominais apreendidos como participantes não "autores" (ou "pontos de partida") do processo significado nesses verbos, ou como seus circunstantes, uns e outros necessariamente implicados nesse processo como termos sobre que ele se orienta.

Estes elementos nominais (por NAT ou por TR) sobre que se orienta, de modo matizado, o processo verbal preenchem uma incompletude ou insuficiência da predicação comportada pela lexia verbal, com a qual se congregam, como termos constitutivos, obrigatórios (embora economizáveis), em unidade formal e semântico-funcional a que ela preside (SV). São justamente estes complementadores que perfazem o que já aqui se designou por zona de transitividade de V.

A não referência, na caracterização da transitividade, a este quadro semântico localizado em competência (o módulo semântico ou actancial da lexia verbal) tem conduzido não apenas a caracterizações inadequadas e inconsequentes, mas até à recusa do reconhecimento da pertinência da oposição transitividade /intransitividade, com a alegação da inexistência de critérios formais reveladores e seguros para a sua detecção(61), ou com a de que um mesmo verbo se actualiza não raro ora como transitivo ora como intransitivo.

Deste modo, conviria antes - argumenta-se - falar, não de uma oposição transitividade / intransitividade, mas sim de uma diferença entre construções transitivas / construções intransitivas, expressões em que o termo "construção" surge não como modelo virtual memorizado, mas tão só como combinação efectivamente realizada em discurso. (Ver, por exemplo, Chevalier, J.C. et al, 1964, Lipka, 1972). Uma tal oposição é inaceitável, não apenas porque revela uma hipervalorização dos critérios formais (ignorando, por um lado, a sua insegurança e falibilidade, e por outro, a sua agregação excessiva à superfície, o carácter "derivado", secundário, da manifestação sintáctico-formal, que é "resultado", "ponto de chegada" de um complexo semântico profundo), mas sobretudo porque traduz a recusa de objectivos fundamentais da investigação linguistica - a elevação à captação das oposições funcionais, das regularidades profundas que estão "para além" dos empregos e que, por isso, os podem esclarecer.

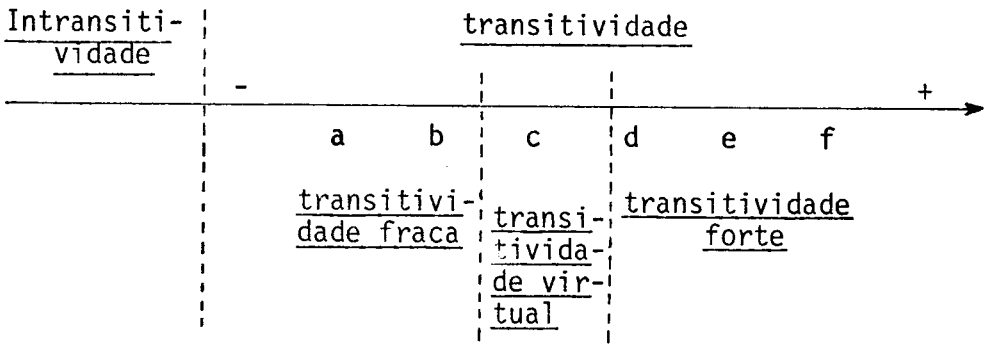
Como já sabemos, os complementadores actanciais estão compresentes com o verbo nos seus empregos, ainda que eventualmente não realizados concretamente, não manifestados, por economia - fenómeno de superfície que, naturalmente, não afecta a configuração semântica profunda de V, como se viu acima.

5.2.

Aparentemente - e o que se vem escrevendo aqui parece não o contradizer - a transitividade apresenta-se como categoria discreta, absoluta. No entanto, o funcionamento real da língua exige inequivocamente o reconhecimento de graus de transitividade. (Ver B. Pottier, 1967).

Na verdade, dever-se-á conceber um eixo de transitividade ao longo do qual se inscrevem as lexias (ou o mesmo significante léxico afectado por módulos diversos). Desenhar-se-á aí um continuum que abarca uma área, restrita, de transitivação virtual - correspondente a uma aptidão por parte de uma lexia para a complementação semântica - e uma outra área, ainda matizada, de transitivação efectiva - correspondente a uma clara insuficiência semântica de uma lexia susci-

tadora de complementação integrativa. Por outro lado, na franja deste continuum, desenhar-se-á uma área de transição entre a transitividade e a intransitividade, onde se localizarão lexias afectadas por fenómenos particulares quer de enfraquecimento da transitivação originária (representado na lexicalização - integração léxica - de complexos verbo-nominais) quer de "movimento" para a transitivação (representado em verbos construídos com objecto "interno"). Do todo, resultará, de um lado, um segmento de transitividade fraca (correspondente basicamente a estes dois últimos aspectos) e, de outro lado, um segmento de transitividade forte (correspondente à transitivação efectiva de V), ligados sem solução de continuidade por um segmento de transitivação virtual (a inscrever também, preferentemente, na transitividade fraca):



Porque mais adiante terei necessidade de retomar mais de perto os aspectos agora sumariamente introduzidos (ver §.3.), ilustrarei brevemente cada um dos domínios desenhados. Ficará apenas estabelecida definitivamente a noção de transitividade virtual (em (i) c.).

(i) Domínio da transitividade fraca

a. Comparem-se:

Pedro dorme — dormir$_1$ (intransitivo)

Pedro dorme um sono profundo	$dormir_2$	(transitividade fraca)
Pedro vive desafogadamente	$viver_1$	(intransitivo)
Pedro vive uma vida intensa	$viver_2$	(transitividade fraca)

A transitividade fraca envolve aqui uma complementação "interna" (ver adiante)

b. Confrontem-se:

Pedro partiu para o estrangeiro	$partir_1$	(transitividade forte - V transitivo locativo)
Pedro partiu o vidro	$partir_2$	(transitividade forte - V transitivo objectivo)
Pedro partiu a cara ao vizinho	$partir_3$	(transitividade fraca - integração lexica, de que resultou lexia complexa).

Outro exemplo:

perder$_1$:	perder	algo / alguém
perder$_2$ (transitividade fraca)	perder	o tino / o juízo

A transitividade fraca decorre aqui, como se nota, de integração léxica de complexo verbo-nominal, que conduz a uma lexia complexa, (partir a cara, perder o tino, perder o juízo ...).

c. Comparem-se ainda:

ler$_1$:	alguém <ler> algo	
ler$_2$: (transitividade virtual)	João já lê	
falar$_1$:	alguém <falar>	de / sobre — algo / alguém
falar$_2$: (transitividade virtual)	o menino já fala	
fumar$_1$:	João fuma	um cigarro / um charuto
fumar$_2$: (transitividade virtual)	João fuma (= João é fumador)	

A transitividade virtual decorre de um momento particular de enfraquecimento da transitividade "originária" de V, enfraquecimento que representa a suspensão da transitividade: esta permanece, no entanto, como latente.

Este fenómeno decorre da própria estrutura lexical da língua, que permitirá, ou não, a referida suspensão.

Atente-se em que, nestes casos, a ausência de complementador não deve ser tomada como fenómeno de economia decorrente das condições de discurso, nem com a projecção de um termo genérico (também amplamente economizado). Em qualquer destes casos, o complementador é visto como efectivamente compresente com V, pelo que não há lugar à suspensão da sua transitividade originária. Confrontem-se:

João falou hoje sobre desporto

Na sessão falaram vários oradores (genérico, economizado)

O miúdo já fala (transitividade virtual)

Em rigor, e como se anunciou atrás (ver nota 41) a suspensão da transitividade de uma lexia verbal representa uma economia de complementador de outro tipo, a saber, uma economia localizada em competência, que conduz a uma configuração modular diversa, que responde pelos efeitos semânticos obtidos. Veja-se particularmente:

João bebe (= é alcoólico)

João joga (= tem o "vício" do jogo)

João fuma (= é fumador)

João escreve (= é escritor).

Repare-se que a lexia mantém uma aptidão para a complementação semântica integrativa - traço fundamental da transitividade, que nela estará, pois, não ausente, mas tão só latente, virtual.

(ii) Domínio da transitividade forte.

d.

amar :	amar alguém	
gostar :	gostar de	alguém / algo
entrar :	entrar em algum lugar.	

e.

dar :	dar algo a alguém$_1$	(para alguém$_2$)
vender :	vender algo a alguém	
guardar :	guardar algo em algum lugar	(para alguém)

f.

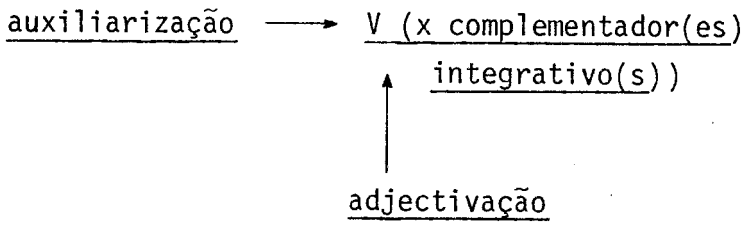
ferir :	ferir	alguém
cortar :	cortar	
matar :	matar	

Este é o domínio dos verbos causativos, marcados por um elevado "grau de actividade".

6. A COESÃO DO SV.

A configuração do SV permite levantar três sub-zonas a que podem ser referidos os nexos coesivos que se projectam no interior desta unidade linguística: a sub-zona, central, do complexo Vx complementador(es) integrativo(s); a sub-zona do complexo grupo de auxiliarização xV (auxiliado); a sub-zona Vx adjectivadores.

Deste modo, poder-se-á fazer um levantamento sistemático das forças coesivas que percorrem as componentes conhecidas do SV:



Nas páginas que se seguem, centrar-me-ei sobre a análise da coesão do complexo V x complementador(es) integrativo(s). Sobre as duas outras sub-zonas, apenas focarei alguns dos aspectos que se me afiguram de maior relevo, dentro dos limites deste trabalho.

6.1. A coesão do complexo GW x V

6.1.1.

A caracterização dos auxiliares adjuntos (ver acima 2.2.2.) permitiu já referenciar um conjunto de laços particulares que suportam a construção, que aqueles desenham com o auxiliado, de uma unidade formal e semântico-funcional (o GV do SV).

(i) Como adjuntos, os auxiliares incidem sobre uma outra lexia verbal, que se revela, assim, pólo de incidência. O valor coesivo desta incidência amplia-se pela natureza das determinações carreadas

pelo auxiliar: trata-se da especificação, por um lado, de categorias constitutivas da lexia verbal (modo, tempo, pessoa-número) e, por outro, de perspectivas da apreensão do processo verbal (desenvolvimento e modalidade).

(ii) O auxiliado surge regularmente numa forma "não pessoal": particípio, gerúndio, infinitivo. Cada auxiliar selecciona uma destas formas, configurando-se desta maneira "una rección aspectual de los auxiliares para con los auxiliados" (B. Pottier, 1961 - agora também, 1970, p. 196) envolvida na projecção de oposições semânticas:

tenho ⟶ saído

vou ⟶ saindo
vou ⟶ sair
vou a ⟶ sair

quero ⟶ sair

Este condicionamento (ou selecção referida à forma do significado), imposto pelo auxiliar (a "regência aspectual" referida por B. Pottier) constitui momento específico da coesão do complexo. No caso do auxiliar de modalidade, a concordância de actantes$_1$ vale também como força coesiva específica.

(iii) A forte gramaticalização dos auxiliares ter e haver (indiciada pelo seu envolvimento na formação dos chamados "tempos compostos" enquanto formas integradas no paradigma flexional de um verbo) corresponde uma maior coesão do complexo auxiliar x auxiliado (particípio).

Esta forte coesão sofre, porém, uma ruptura, que se projecta na expressão do resultado (ver §.2.2.-a):

tenho as cartas escritas

tenho as figuras desenhadas

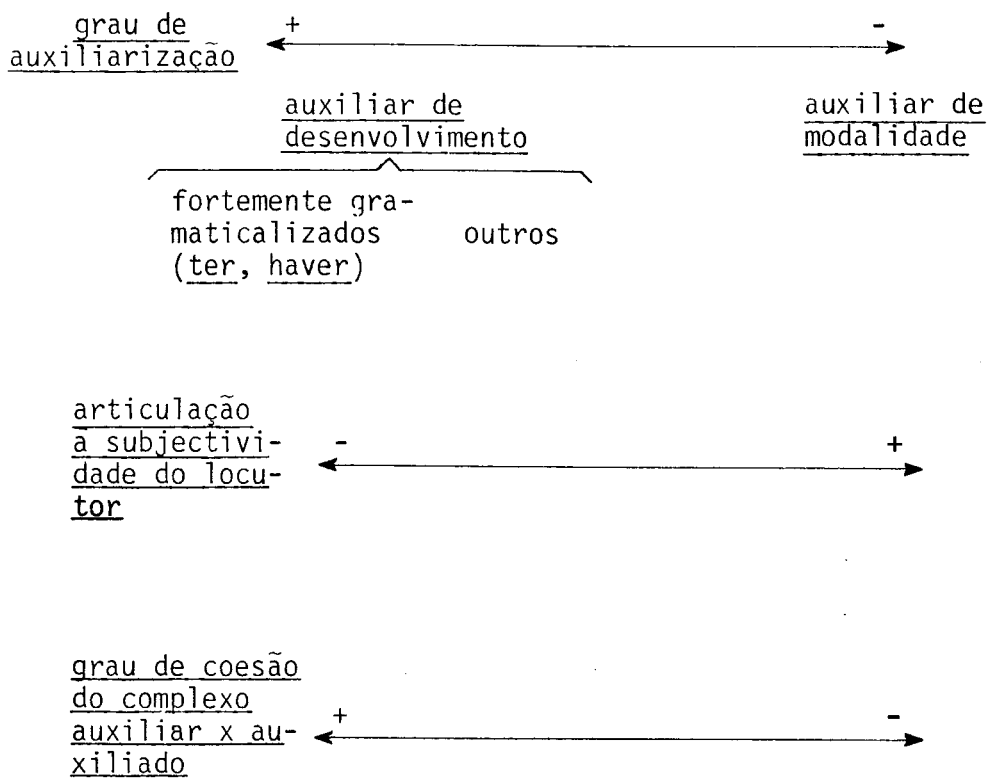
tenho as provas corrigidas

Em tal ruptura está envolvida a obtenção por parte do particípio de alguma autonomia funcional e formal em relação a ter - verbo que, deste modo, atingirá, por sua vez, um menor grau de auxiliarização. Esta autonomia é claramente indiciada quer pelo acordo em género e número do particípio com o complemento objecto de V, quer ainda pela ordenação linear concedida ao mesmo particípio: ele pospõe-se, preferentemente, ao objecto de V (vejam-se os exemplos dados acima)(62).

E, em parte, a esta ruptura (que comporta indicações semânticas) na forte coesão auxiliar x particípio ou, mais genericamente, de todo o complexo auxiliar x auxiliado que H. Sten (Sten, 1966) aplica a noção de "decomposição" - termo do binómio coesão/decomposição que, num trabalho (sugestivo, mas menos rigoroso) sobre as preposições em francês, é introduzido por Spang-Hansen (ver Spang-Hansen, 1963)(63).

(iv) As observações feitas em §.2.2. sobre a "alguma exterioridade" das determinaçpes de modalidade ao verbo a que respeitam (em contraste com uma maior intimidade das determinações carreadas pelos auxiliares de desenvolvimento) permitem desenhar graus de auxiliarização que diferenciam os auxiliares adjuntos. No escalonamento que apresento ficam correlacionados, não apenas os aspectos atinentes à intimidade (interioridade-exterioridade) referenciada acima, mas ainda, do lado dos auxiliares de desenvolvimento, o seu

maior ou menor grau de gramaticalização, e, finalmente, a intensidade da articulação à subjectividade do locutor das determinações veiculadas pelos verbos adjuntos:

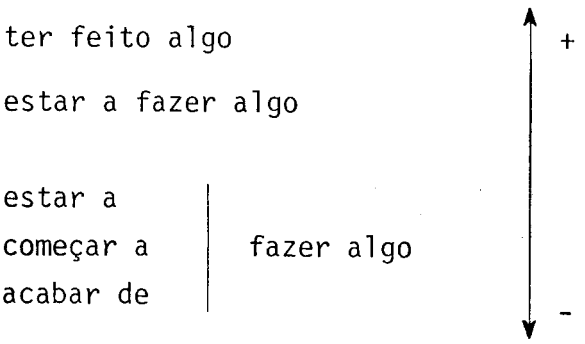


(v) Duas outras variáveis ("menores") intervêm ainda na matização da coesão do complexo auxiliar x auxiliado: o modo de articulação das lexias verbais, e a estruturação própria do grupo de auxiliarização.

α. O modo de articulação das lexias verbais.

A incidência do auxiliar sobre o auxiliado pode ser mediatizada por relator - o que só pode ter lugar quando o auxiliar (de desenvolvimento) selecciona infinitivo. À incidência indirecta corresponde regularmente, como já se observou em capítulo anterior, uma menor integração global do complexo combinatório.

Daí o escalonamento genérico que se assinala nos exemplos seguintes:



β. A estruturação própria do grupo de auxiliarização (GW)

Comparem-se:

A

tenho viajado
quero viajar
estou a viajar

B

tenho querido viajar
vou | querer / poder | viajar
estou a começar a viajar
tenho querido começar a viajar

Em A, o GW está reduzido a um elemento, que incide (imediata ou mediatamente) sobre o auxiliado.

Em B, o GW apresenta uma estruturação mais ou menos complexa, nele se congregando vários auxiliares. Esta combinatória pauta-se por princípios que regem a conveniência entre os auxiliares, a sua ordenação, a intimidade da sua interligação, e a selecção das formas projectadas. A projecção de "'auxiliação' de auxiliares" conduz necessariamente à instauração de pólos de incidência no seio de um grupo já por si incidente sobre um elemento que lhe é exterior, e por essas vias, ao desenho de segmentos mais proximamente ligados: de

um modo geral, a integração global do complexo GW x V escalona-se na razão inversa do número desses pólos de incidência secundária assim levantados (no GW) e do grau de ligação dos elementos por eles envolvidos.

(Estes princípios, aqui sumariamente referenciados, interessam naturalmente à coesão do bloco GW, e à coesão do complexo GW x V - e daí, à coesão de todo o SV; não posso fazer aqui um estudo exaustivo destes aspectos, nem das indicações semânticas por eles configuradas; trata-se, de resto, de aspectos "menores" da coesão da unidade em análise).

6.2. A coesão do complexo V x adjectivadores.

6.2.1.

De acordo com o esquematizado em 3., tomam-se aqui como adjectivadores os elementos que no SV veiculam determinações (de índole nocional, espacial, temporal) não consignificadas por V. Trata-se, pois, de termos facultativos do SV, de que realizam extensão sintagmática de índole circunstancial.

Alheios ao semantismo de V, ou mais rigorosamente, à sua configuração modular, estes elementos estão com ele articulados basicamente por uma relação de formação que conduz à constituição do SV (direi que eles estão sintacticamente ligados a V). Esta relação não radica numa particular conveniência semântica entre ambos os termos, mas supõe uma compatibilidade que aqui surge com grande amplitude e de natureza prevalentemente referencial, respeitando, pois, não estritamente ao significado antes ao designado:

João	brinca	alegremente
	trabalha	com gosto
	corre	em casa
	recebe os amigos	de manhã
		com frequência

A compatibilidade entre V e os determinadores temporais é, porém, de menor amplitude, tendo a ver com acordos entre as categorias verbais de tempo e aspecto e as localizações especificadas nesses determinadores:

João está a trabalhar	ainda
	desde a passada semana
	hoje
	*amanhã
	*na próxima semana

Ao carácter extramodular ou não integrativo que afecta todas estas determinações (e que responde decisivamente pela grande amplitude da compatibilidade entre elas e o verbo) corresponde uma coesão genericamente frágil entre os termos em análise - fragilidade que é consistente com o modo da construção destes determinadores (em dependência, não em actância) e com o modo da sua articulação a V (todos, excepto os que se realizam em FA'_{NAT}, incidem indirectamente, isto é, via relator, sobre o verbo de que dependem).

Entre os adjectivadores que reúno no SV há, porém, lugar a inequívocas diferenciações. Uma análise mais atenta destas diferenciações permitirá também uma avaliação mais rigorosa da intensidade da coesão que congrega V e seus diversos determinadores agora em referência.

6.2.1.1.

Alguns deles realizam uma adjectivação que direi de índole qualificadora: enunciam "propriedades" atribuídas ao processo verbal, que caracterizam como "modalidades internas"; funcionam em relação a V de modo similar ao que ocorre no SN entre um FA e um substantivo:

conversa inteligente	conversar	inteligentemente com inteligência
corrida rápida	correr	rapidamente com rapidez

Esta dimensão particular da articulação Vx adjectivação qualificadora (regularmente de índole nocional) não atenta, porém, contra os aspectos de base acima anotados que desenham uma conexão entre ambos os termos como relativamente frágil. Indicia esta fragilidade a possibilidade de actualização destes determinadores como termos sintacticamente desligados de V, isto é, como adjectivadores, não de V, antes do Núcleo do EN; a demarcação, também possível, através de zero fónico (graficamente assinalada por vírgula ou travessão) constitui outro índice da referida fragilidade da conexão:

João prossegue	com brilho brilhantemente	a sua carreira
Brilhantemente , Com brilho ,	João prossegue a sua carreira	

Convirá, entretanto, fazer duas observações:

(i) alguns adjectivadores qualificadores de V não se prestam a esta actualização sintacticamente desligada de V, surgindo antes regularmente no seio do SV (ricamente, pobremente, admiravelmente ...). Tal testemunha, inequivocamente, um elevado grau de coesão entre eles e o verbo sobre que incidem;

(ii) a projecção de um adjectivador como sintacticamente desligado de V tem, naturalmente, uma motivação semântica; o efeito semântico obtido será mais ou menos vincado em relação ao que se projecta no interior do SV; na razão directa da perceptibilidade desse efeito se escalonará o grau de coesão que prende o adjectivador a V no interior do SV. Comparem-se:

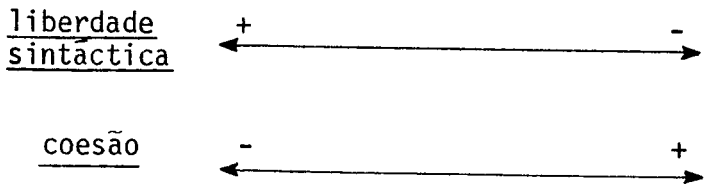
(a)
- João prossegue brilhantemente a sua carreira
- Brilhantemente, João prossegue a sua carreira

(b)
- João conversou inteligentemente com o amigo
- Inteligentemente, João conversou com o amigo

Em (b) o efeito semântico da projecção de inteligentemente como adjectivador do Núcleo do EN é bem mais marcado do que o que ocorre com brilhantemente em (a).

Em (a) poder-se-á falar com propriedade de liberdade sintáctica do FA' (de incidência verbal) - não em (b): em prossegue brilhantemente instaura-se um grau de coesão menos elevado do que em conversou inteligentemente.

A liberdade sintáctica do FA' não deverá, porém, tomar-se como uma questão de "tudo ou nada", antes de "mais ou menos": conceber-se-á, pois, como um continuum, onde se recortam segmentos nítidos mediados por zonas de hesitação, de transição. A coesão da combinação V x adjectivador deverá ser aferida com referência a esse eixo:



6.2.1.2.

Não comportam carácter de qualificação os adjectivadores de índole dimensional (espacial e temporal): eles realizam adjectivação determinadora, situando o processo enunciado em V em relação a certos pontos de referência, apreendidos como "exteriores" ao mesmo processo:

João conversa com o amigo | de manhã / na rua

À "exterioridade" destas determinações corresponderá, genericamente, uma menor coesão entre V e adjectivadores determinadores - em contraste com a mais elevada coesão que, genericamente, conecta V e os adjectivadores qualificadores.

Também os adjectivadores determinadores estão aptos a uma actualização em discurso como sintacticamente desligados de V (como Marginal do EN); embora envolvendo sempre indicações semânticas mais ou menos sensíveis, este modo de projecção faz-se generalizadamente com naturalidade - o que indicia uma ampla liberdade sintáctica destes adjectivadores.

Alguns adjectivadores de índole nocional inscrevem-se também inequivocamente na área da adjectivação determinadora (não qualificadora); é particularmente o caso das determinações de frequência:

João sai | muitas vezes / frequentemente

O efeito semântico da projecção destes determinadores como sintacticamente desligados de V (como Marginal do EN) é regularmente bastante marcado - o que, de acordo com o exposto acima, indicia a forte coesão que os liga a V no seio do SV. Comparem-se:

João sai | muitas vezes
frequentemente

Muitas vezes, | João sai
Frequentemente, |

6.2.1.3.

O modo de construção (em dependência, não em actância), o modo de articulação por incidência indirecta (nos casos em que intervém um relator) do FA' a V apontam, pois, inequivocamente para uma coesão frágil entre estes termos no seio do SV. Este quadro é, porém, matizado com a intervenção de um outro factor analisado - o grau de liberdade sintáctica que afecta o FA': ao lado de adjectivadores, em número restrito, que só podem projectar-se sintacticamente ligados a V, a grande maioria deles revelam-se aptos a serem projectados como sintacticamente desligados de V; na razão directa da nitidez do efeito semântico obtido se poderá escalonar a força coesiva que reúne o FA' a V no seio do SV.

A esta variável junta-se, porém, uma outra, que respeita ao modo de realização do próprio FA': à sua realização como FA'_{NAT} corresponde regularmente uma coesão mais elevada, em contraste com a que é perceptível nos casos em que o FA' se realiza com FA'_{TR}.

a.

Por um lado, o FA'_{NAT} comporta explicitamente um índice de incidência sobre V (o formante-mente); além disso, esta incidência configura-se como directa: a este modo de incidência corresponde sempre um mais elevado grau de coesão entre os termos envolvidos.

b.

Por outro lado, o FA'_{TR} projecta-se, quando na articulação intervêm um relator (índice do mesmo TR), em incidência indirecta; além disso, porém, todo o TR envolve regularmente um dado percurso derivativo, que acompanha a passagem de uma categoria, por natureza situada num dado nível, a um outro nível. Este percurso mediatiza também a conexão, e enfraquece-a: no capítulo anterior caracterizei já as dimensões do enfraquecimento da coesão a que dá lugar o TR (ver Segunda Parte, Cap. 1. 2.2.1 - 2.a.; ver também abaixo).

Esta observação conduz-nos a considerar a realização de alguns adjectivadores de incidência verbal (de índole nocional ou temporal) em complexos transferidos de EN.

Os aspectos que passei em revista nos números anteriores que apontam para uma coesão genericamente fraca que liga a V a adjectivação verbal têm também aqui lugar. Algumas observações devem, porém, juntar-se.

(i) Em primeiro lugar, o FA' transferido de EN apresenta uma estruturação própria, mais complexa, em geral, do que qualquer das outras realizações do FA'_{TR}: nesta estruturação projectam-se incidências e zonas de coesão específicas, que afectam, minorando-a, a força da articulação a V de que, em bloco, depende o EN transferido. Por outro lado, o transfert desenvolve-se aqui, do ponto de vista da hierarquia das categorias linguísticas, "de cima para baixo" - isto é, ocasiona que um EN surja actualizado em função própria, à partida, de categorias inferiores, contrariando-se, assim o processo normal da formação de unidades extensas que justamente se estabelecem a partir de entidades de nível inferior, que se congregam para a constituição de unidades de nível superior. Este facto (configurador de uma sub-ordenação do EN), que se junta ao percurso derivativo acima apontado como presente em todo o TR e como factor de enfraquecimento da conexão entre os termos envolvidos, minora ainda mais a força da articulação.

João trabalha como se se divertisse

Pedro goza as suas férias passeando

(ii) A fragilidade que advém, pelas vias referenciadas, à articulação entre V e o determinador realizado em EN transferido é, porém, contrariada por alguns aspectos particulares que aqui entram em jogo:

α. nos casos de incidência indirecta configurada pela presença de relator, há que contar com o semantismo próprio deste elemento (que marca o tipo de relação instaurada, e que actua sempre como elemento de relação, combinando as informações de cada termo em conexão);

β. o FA'_{TR} em análise pode comportar retomas de termos inscritos no complexo sobre que globalmente incide (nos exemplos dados, é clara a retoma do $actante_1$);

γ. a dependência que marca este FA'_{TR} em relação ao termo sobre que incide é aqui ampliada: trata-se da articulação, não de uma lexia a outra, nem mesmo de um sintagma a outro, mas de um EN a outro EN, globalmente. O termo dependente é aqui todo um EN, como unidade de predicação que é, especificamente congregada com outra unidade de predicação - entre as quais se desenha uma forte solidariedade, uma elevada interdependência, distribuídas pelo âmbito semântico-funcional e formal.

Decorre do que se escreveu que o grau de coesão entre V e o determinador realizado em EN transferido surge como o produto de forças que operam em sentido antagónico. A resultante destas forças parece, porém, apontar para uma coesão frágil, para uma integração fraca deste FA'_{TR} ao termo de que depende, sobre que incide.

Atentar-se-á, entretanto, no grau de liberdade sintáctica de que dá mostras o EN transferido a FA'. Correlacionei já esse grau de liberdade sintáctica com a coesão resultante na combinatória entre os termos em análise. Comparem-se:

(a) João trabalha como se se divertisse.

(b) Pedro goza as suas férias passeando.

(c) João irrita os colegas rindo às gargalhadas.

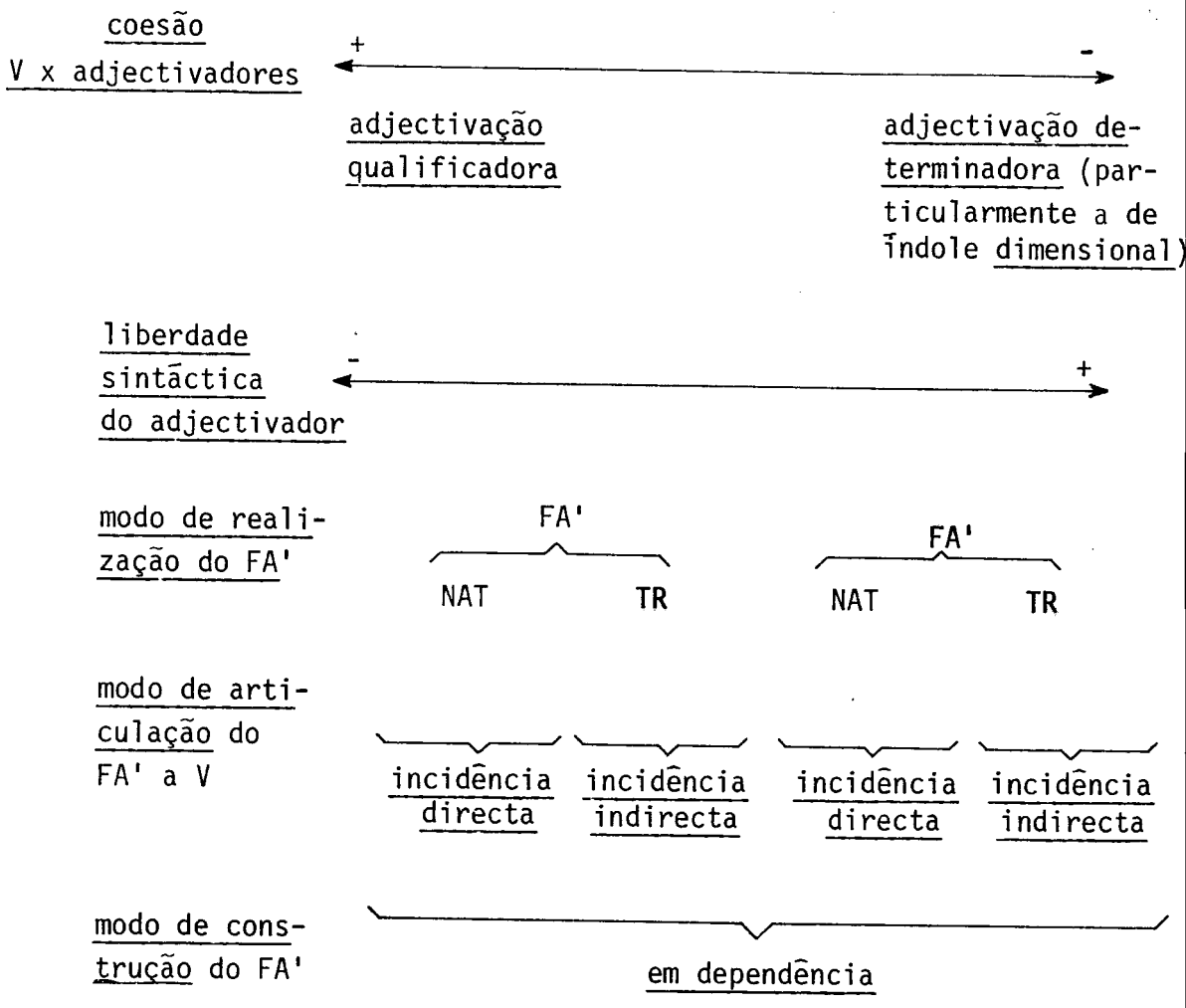
(d) Pedro diverte-se lendo banda desenhada.

(e) Clara conversa com a amiga antes de regressar a casa.

Em (a), é impossível a projecção do FA'_{TR} como sintácticamente desligado de V (como heterosintagmático de V, ou Marginal do EN); o mesmo é aplicável a (b); um crescendo de liberdade sintáctica se notará em (c), (d) e (e): nestes últimos, a anteposição linear, demarcada, do FA' comporta indicações semânticas, menos perceptíveis, quanto a mim, em (e). A forte coesão V x adjectivador presente em (a) e (b) dá lugar a uma menos intensa conexão nos outros exemplos: (e) representará o mais fraco grau de coesão do complexo combinatório(64).

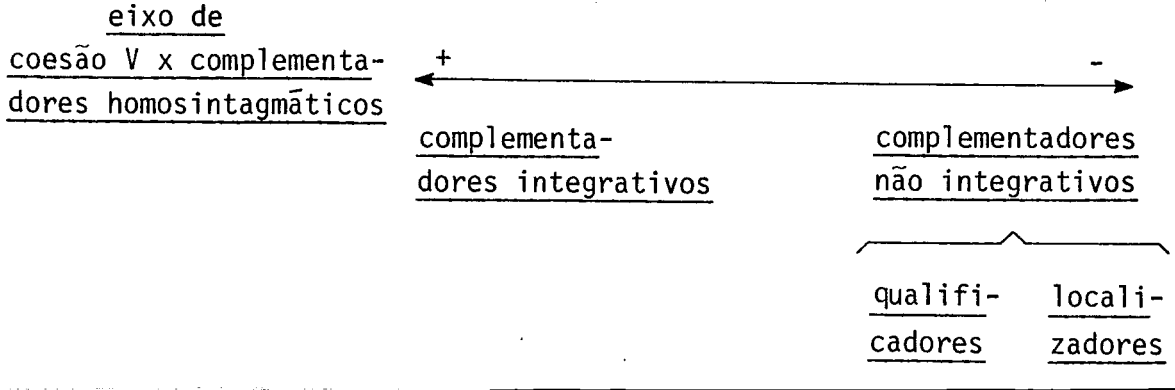
6.2.1.5.

Reter-se-á o essencial do que foi focado nos números referentes à coesão do complexo V x adjectivadores na seguinte representação global:

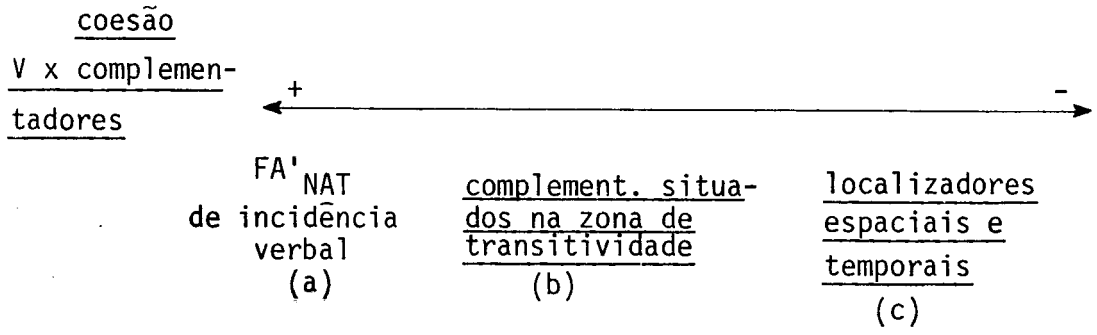


6.2.2.

Ficou visto nos números imediatamente anteriores que ao carácter extramodular dos adjectivadores de V corresponde um grau fraco de coesão do complexo que desenham com V. Este complexo contrasta de imediato com o que é configurado por V e seus complementadores integrativos (de índole objectiva ou circunstancial), a que atribuo, genericamente, um forte grau de coesão (a analisar em 6.3.). Este escalonamento pode ser representado como segue:



Esta apresentação diverge da que encontramos em Blinkemberg (Blinkemberg, 1960; ver particularxente p. 17-18 e 67-68), que atribui ao complexo V x complementadores desenhado pela transitividade de V uma coesão média (b) face, de um lado, a uma coesão forte (a) que reuniria V e os "adverbes de degrẽ et de mode" (que aqui identifico genericamente com FA'_{NAT} de incidência verbal), dele fortemente dependentes, e, de outro lado, uma coesão fraca (c) que congregaria a V determinações espaciais e temporais, grandemente independentes de V. Desenha, assim, Blinkemberg um escalonamento no seio de uma "chaîne de détérminations du verbe" que se representará como segue:



Como se vê, o que acima ficou exposto coincide com Blinkembreg no que tange à zona (c), onde inscrevi as determinações analisadas acima em 6.2.1.2.. (Note-se que aí ficaram englobadas, não apenas localizações espácio-temporais, como também algumas não dimensionais, isto é, nocionais, tais como as de "frequência"). Divirjo, porém, de Blinkemberg não apenas no que respeita ao escalonamento de (a) e (b), mas ainda no que concerne à fundamentação dada a toda a ordenação.

Blinkemberg atribui um alto grau de coesão à ligação V x advérbio de modo (FA'_{NAT}) em nome de uma particular conveniência que diz reuní-los: o determinador refere aspectos que cabem no domínio do que o Autor designa de "inerência", isto é, aspectos constitutivos, integrantes, "internos" ao determinado (V) - tal como acontece na adjectivação de substantivo quer por atribuição, quer por predicação do sujeito ("attribut"), em cuja articulação Blinkemberg reconhece idêntica força coesiva.

Em contraste com esta situação, os determinadores de índole espacial e temporal referem, na perspectiva de Blinkemberg, aspectos claramente alheios ao domínio da inerência do determinado, pois situam o processo enunciado por V em relação a pontos de referência exteriores ao mesmo: por isso, Blinkemberg atribui um grau fraco de coesão à sua conexão com V. Numa situação intermédia ficaria, pois, o complexo V x complementadores suscitados pela transitividade - complexo que seria percorrido por uma "densidade normal" de força coesiva, já que as determinações que esses complementos trazem a V se distanciam em relação ao domínio da inerência e em relação ao domínio da complementação localizadora.

Sublinhando Blinkemberg, com acerto, ao longo do estudo da transitividade, a particular interdependência entre V e os complementos que este suscita pela sua incompletude semântica (que o Autor assinala como o traço básico da transitividade[65]), seria de esperar que caracterizasse esta conexão como particularmente forte: trata-se de uma conexão bilateral - que se orienta cumulativamente de V sobre os complementos e destes sobre V, que "determinam" - e, sobretudo, ela radica na incompletude semântica de V, por si mesma configuradora de uma unidade semântico-sintáctica com os termos que suscita.

Extremamente sensível à afinidade entre FA de incidência nominal e o FA' (de incidência verbal) e, em ambos os casos, à não autonomia semântico-sintáctica do FA (necessariamente suscitador de um suporte), Blinkemberg não atenta no carácter unilateral da ligação destes termos ao seu suporte, já que este não suscita, pelo seu semantismo, aqueles determinadores. Por outro lado, Blinkemberg não repara que o critério sintáctico ou formal (ordem das palavras) que introduz (embora como subsidiário) na avaliação da coesão entre termos conectados não se aplica de todo à ligação V x FA', pois este apresenta uma grande mobilididade no interior do SV (e mesmo no interior do EN) - mobilidade que o aproxima claramente dos determinadores espácio-temporais que o Autor situa na zona da coesão fraca, já que "ils consti-

tuent des éléments libres qui peuvent se placer au début, au milieu ou à la fin de la phrase, séparés du noyau de celle-ci par une pause" (Blinkemberg, 1960, p.17)(66). Este ponto não é de somenos importância, se nos lembrarmos de que Blinkemberg sublinha o valor indicativo da ordenação dos termos junto a V: "La cohésion des groupes se reflète dans l'ordre des mots" afirma insistentemente o Autor.

Parece-me, pois, inadequado o escalonamento proposto por Blinkemberg, que atenta em particular contra a sua própria caracterização da transitividade de V, configuradora de um complexo verbo-nominal fortemente integrado. Esta forte coesão repousa imediatamente na incompletude semântica de V, mas radica verdadeiramente, como já se viu, no carácter modular da complementação situada na área de transitividade de V.

Como se verá adiante, este grau generalizadamente elevado de coesão que reúne V e seus complementadores integrativos não é, porém, uniforme, já que, como diz o próprio Blinkemberg "l'incomplétude du verbe comporte des degrés, tout comme en comporte la cohésion qui constitue le groupe transitif"(p. 18). Independentemente desta diferenciação ou matização, o complexo verbo x complementadores integrativos demarca-se claramente no seio do EN como um bloco fortemente integrado ou coeso.

6.3. A coesão do complexo V x complementadores integrativos.

No domínio atinente ao complexo verbo-nominal do SV actuam diversas forças coesivas, que radicam na configuração modular do verbo, e, através desta, na transitividade.

Levantarei essas forças em congregação quer com os graus de transitividade de V, quer com a análise das relações semântico-funcionais que se instauram entre V e complementadores situados na área de transitividade, quer, enfim, com a análise do modo de construção e o modo de articulação de V a estes complementadores.

Uma área particular, onde se projectam laços coesivos específicos, merecerá referência em separado: essa área concerne ao complexo complementador desenhado por verbo transitivo objectivo predicativo (ver 6.3.2.)[67].

6.3.1. Graus de transitividade de V e coesão do SV.

6.3.1.1. A complementação na zona de transitividade forte.

Como ficou já delineado, inscrevem-se na zona de transitividade forte as lexias verbais marcadas por clara insuficiência semântica suscitadora de um (ou mais que um) elemento nominal sobre que se dirige, orienta ou aplica o processo por elas significado. Esses elementos nominais (por natureza ou por transfert), que surgem construídos com V em unidade formal (SV), estão com ele memorizados em competência, em congregação sistemática com o actante$_1$, heterosintagmático de V, que é apreendido como a Base sobre que se constrói a expressão do processo significado. Em suma, inscrevem-se nesta área os verbos bi-actanciais ou poli-actanciais, que são afectados por uma transitivação efectiva. (Ver acima 5.2.).

De acordo com o estatuto funcional básico ou de actante-participante ou de actante-circunstante que marca estes complementadores integrativos homosintagmáticos de V, distinguir-se-á entre complementação objectiva (O_1, O_2, O_n) e complementação circunstancial (C_1, C_2, C_n)[68]. Certos verbos suscitam cumulativamente este duplo tipo de complementação integrativa. (Ver adiante, 6.3.1.1.2. - B).

Nos números que se seguem, procederei a uma apresentação geral destes complementadores, cuidando sobretudo de levantar os nexos que os articulam a V e os ligam entre si e com o actante 1.

6.3.1.1.1. A complementação objectiva de V.

Os complementadores objectivos de V assumem papéis semântico-funcionais diversificados, que identificarei em termos casuais. Esta diferenciação semântico-funcional prolonga-se por uma matizada integração semântica dos complementadores ao verbo por que são consignificados, e de que, por isso, dependem estritamente. Ambos os aspectos são indiciados quer pelo modo de articulação de V aos complementadores (envolvendo ou não relatores, de conteúdo semântico mais ou menos carregado) quer, quando compresentes mais do que um, pela sua ordenação linear teórica, de base.

A. O complementador O_1.

O O_1 surge ou como paciente (1) do processo enunciado em V, ou como seu efeito (2) ou, finalmente, como pólo sobre que tal processo se aplica (3).

1.

Reserva-se aqui o estatuto de paciente para o complementador objectivo que é claramente afectado ou transformado no/pelo processo significado em V. Este processo surgirá como particularmente dinâmico (dir-se-á, então, que o verbo é fortemente activo) e suscita um actante$_1$ agente ou autor da afectação ou transformação desenhada por V. Esta configuração global é própria dos verbos transformativos (ver B. Pottier, 1974, - p. 208-210) ou causativos - tomados justamente como verbos cujo significado envolve uma modificação do seu complementador O_1 (que é atingido na sua natureza, nas suas propriedades características ...).

O actante$_1$ destes verbos é concebido como afectado por [+ Potência], a que corresponde a função actancial ERGATIVO.

O O_1 surge, então, por sua vez, afectado à função actancial ACUSATIVO (a que corresponde [- Potência]. Desenha-se, assim, entre o actante$_1$ ergativo e o actante$_2$ acusativo uma correlação específica - a de agente/paciente - percorrida por uma diferença de Potência:

João fechou a porta

Pedro partiu o vidro

Paulo	cortou / feriu	o dedo
erg +	⟶	ac -

A correlação de Potência assim instituída é fortemente integradora dos complementadores afectados. Poder-se-á mesmo conceber uma transferência de Potência que circula no sentido $ERG^+ \longrightarrow AC^-$, coincidente com a direcção própria da voz activa (que marca também o módulo dos verbos em referência) e ainda com a da incidência de V sobre O_1 acusativo. A estas forças coesivas de todo o bloco modular de V juntam-se ainda as que decorrem quer do modo de construção dos complementadores (actante$_1$ e actante$_2$) em actância quer do modo de articulação por incidência directa de V sobre O_1 (ausência de relator). Finalmente, cumulam-se a todas estas forças coesivas outras, regularmente actuantes em todo o complexo V_t x O_1, a saber, por um lado, particulares acordos referidos ao classema (decorrentes das restrições de selecção impostas por V), e por outro, a posposição imediata de O_1 a V (esta posposição imediata respeita à ordenação teórica, de base, mas é amplamente respeitada na actualização)[69].

Por força desta configuração global, uma particular interdependência ou solidariedade reúne V e o seu complementador affectum.

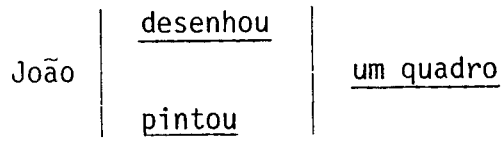
Convém, entretanto, acrescentar que algumas vezes se juntam aqui correlações específicas entre V e seu objecto affectum que cabem no âmbito das solidariedades lexicais (ver acima, particularmente nota 25). Deste modo se desenha uma nova dimensão, fortemente coesiva, entre V e o seu complementador.

Darei alguns exemplos que cabem no âmbito da solidariedade lexical por selecção e por implicação, a que, como se anotou acima (ver nota 25), corresponde um alto grau de co-determinação entre as unidades lexicais solidárias:

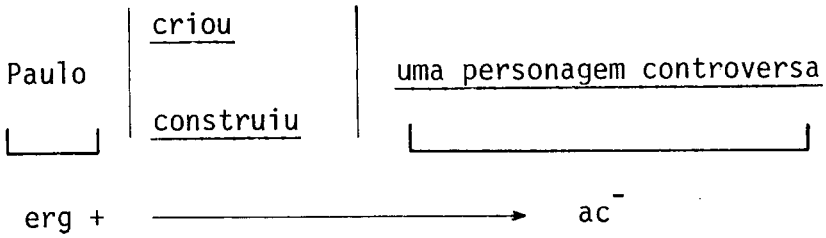
ceifar	milho trigo	(solidariedade lexical por implicação)
apanhar a azeitona arrancar a batata		(solidariedade lexical por selecção)

2.

Todos os nexos acabados de especificar (com excepção dos que tangem às solidariedades lexicais) se re-encontram no caso da projecção de um complementador O_1 effectum, sendo, então, mesmo reforçados pela conveniência particular entre o processo enunciado em V (que poderei catalogar de verbo causativo existencial (ver Lyons, 1970, p. 337), e o resultado que suscita:

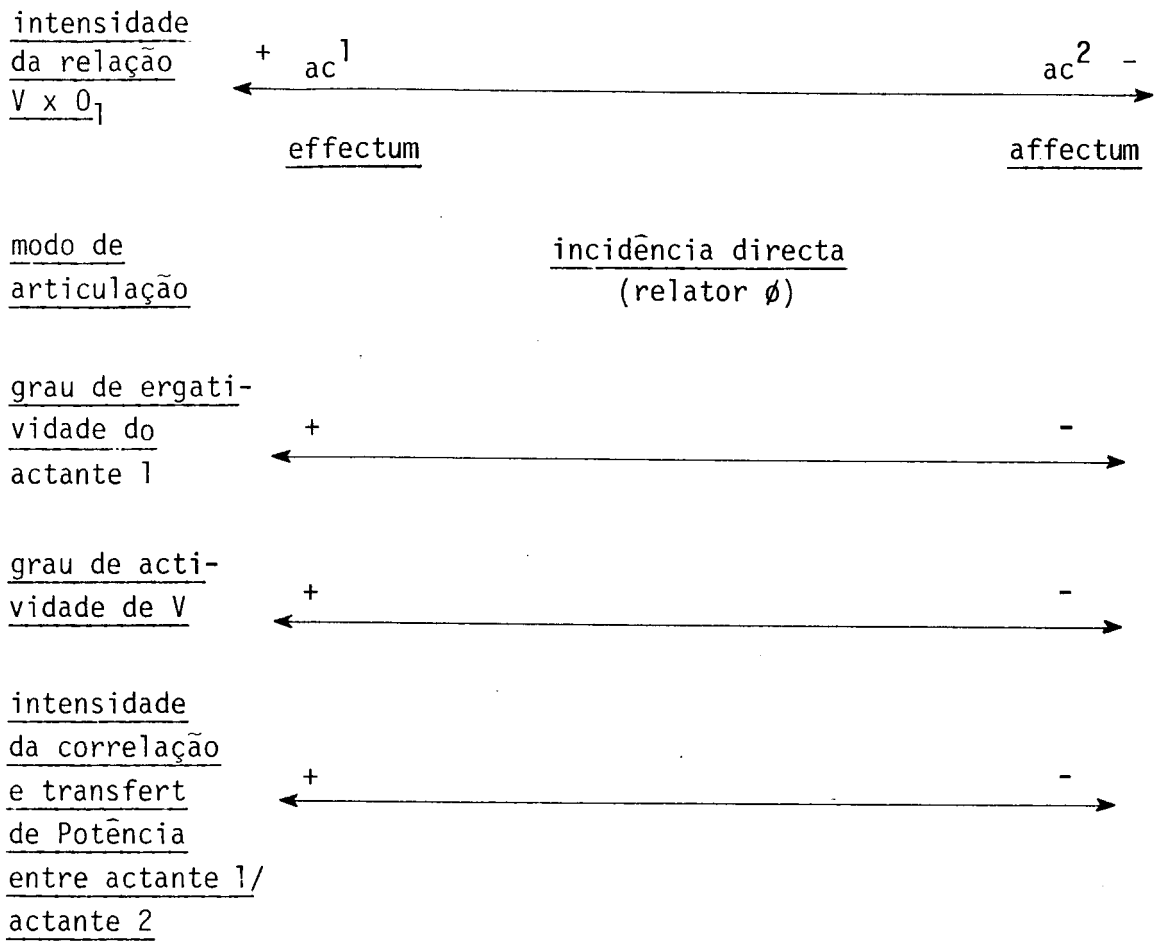


Pedro escreveu um poema



Poderei representar sobre um eixo contínuo esta solidariedade instituída entre os verbos "fortemente activos" e seus O_1 (paciente ou efeito), solidariedade que corre paralela, por um lado, à ergatividade que marca o actante 1 (logo, à diferença de Potência estabelecida entre o actante 1 e o actante 2) e, por outro lado, ao grau de actividade de V. A incidência directa de V sobre estes complementadores objectivos é também, como se anotou, índice desta solidariedade particular que a todos une:

(Ver página seguinte).

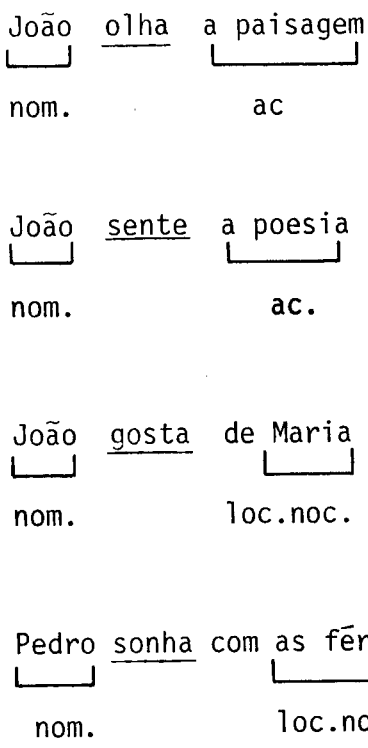


3.

Toma-se aqui como pólo sobre que se aplica o processo enunciado em V o O_1 que não surja apreendido como paciente (modificado ou transformado por esse processo) ou como resultado - em suma, o O_1 regido por verbos não afectados por causatividade.

Concebem-se estes verbos como menos fortemente activos, a que corresponderá, do lado de O_1, o referido estatuto de pólo de aplicação do processo verbal mais do que seu paciente, e do lado do actante 1 um frágil grau de Potência, que habilita a tomá-lo, em rigor, não como ergativo antes como nominativo.

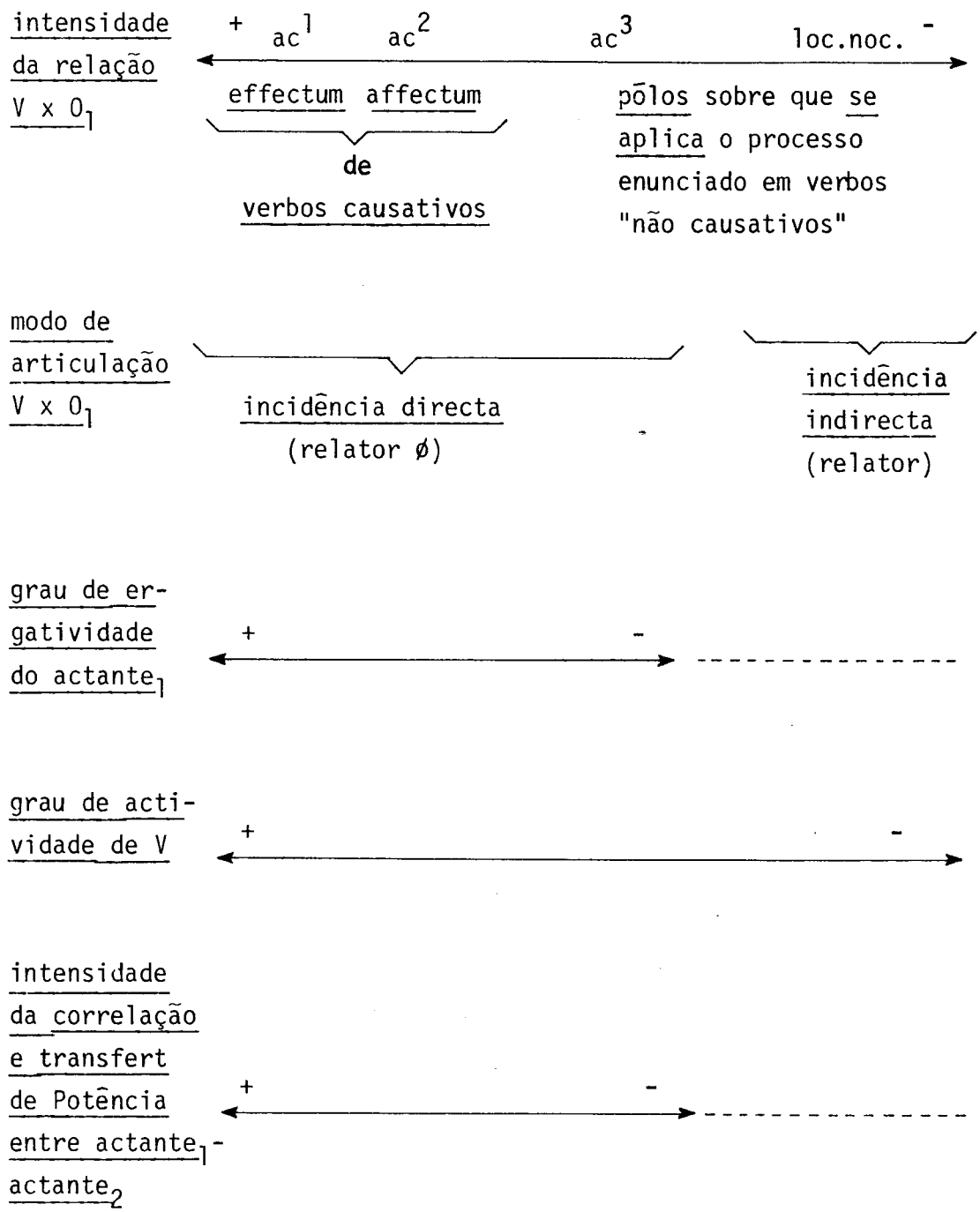
Em termos casuais, o actante O_1 pólo sobre que se aplica o processo significado em V surge ou como acusativo ou como locativo nocional (loc. noc.), sendo este alheio à diferenciação de Potência e indiciado pelo relator que o introduz:



Afecta estas construções uma relação de voz activa, que corre paralela à incidência (directa ou indirecta) de V sobre os complementadores dele homosintagmáticos. Não se institui, porém, aqui correlação de Potência entre o actante 1 e o actante 2.

Deste modo, estes complexos verbo-nominais (ou todo o complexo modular) surgem menos fortemente integrados ou coesos, em particular aqueles em que se projecta um O_1 locativo nocional, introduzido por relator. Este apresenta-se como mediador da articulação V x O_1 não apenas no sentido material (mediatizando a incidência do primeiro sobre o segundo -incidência indirecta), mas também, e sobretudo, no sentido semântico-funcional, pois chama a si, pelo seu conteúdo semântico próprio, a expressão de parte da relação V x O_1.(70) Por esta dupla via (material e semântico-funcional), o modo de articulação V x complementador intervém no grau de coesão do complexo: por isso, o complementador acusativo construído em contiguidade imediata com V(71) revela-se mais intensamente vinculado a este do que o complementador locativo nocional.

Poderei retomar o esquema que encerra o exposto no número 2, e aí introduzir as variáveis agora analisadas. Resultará, então, o esquema seguinte, onde se congregam os traços de coesão que foram passados em revista:



4.

Convirá demorarmo-nos um pouco na análise da construção V x O_1 locativo nocional. Detectar-se-ão neste domínio situações muito diversas, que interessa focar particularmente do ângulo que aqui se privilegia - o do levantamento da intensidade dos nexos V x complementador. Ao lado de verbos que apresentam uma única configuração modular (em que cabe o relator) reconhecer-se-ão outros que, sob o mesmo significante léxico, comportam dois ou mesmo três módulos.

a.

Apresentam uma estrutura unimodular, que envolve relator, verbos como

falar : alguém falar de | alguém / algo

sonhar : alguém sonhar com | alguém / algo

gostar : alguém gostar de | alguém / algo

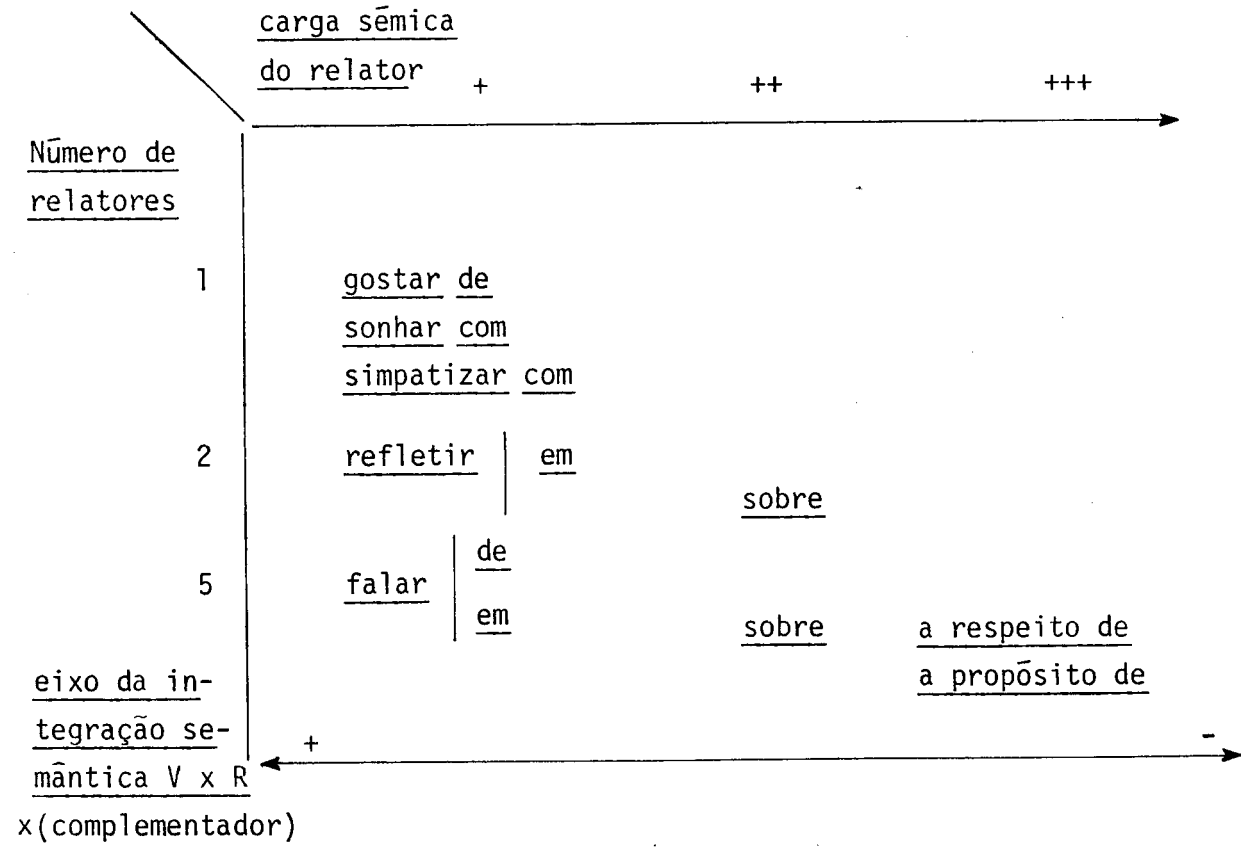
loc.noc.

Alguns destes verbos constroem-se sistematicamente com o mesmo relator (gostar de, sonhar com), enquanto outros se combinam com dois ou mais relatores entre si comutáveis

(falar | de / em / sobre / a respeito de / a propósito de ; reflectir | em / sobre)

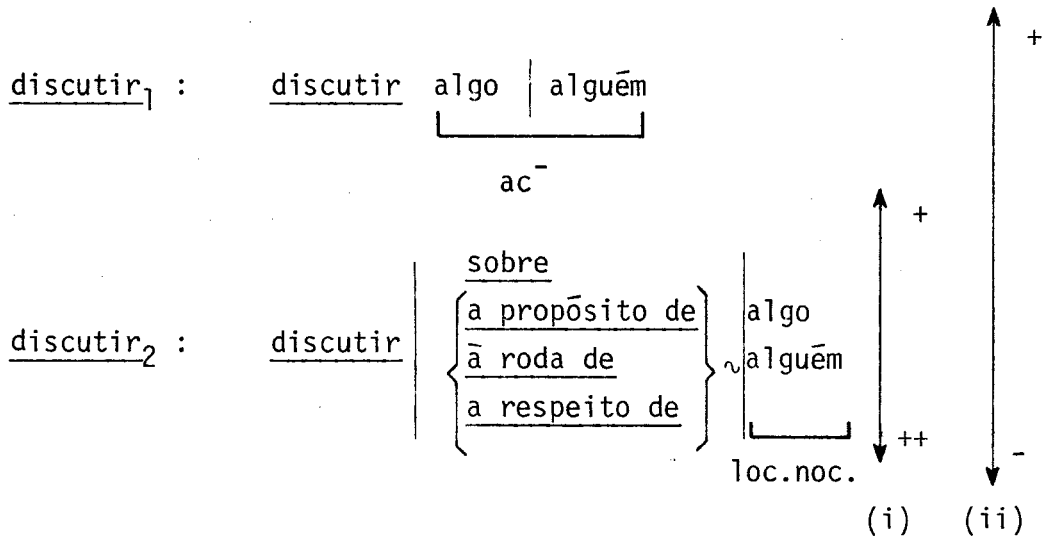
Torna-se evidente que a intensidade da ligação V x R(elator) - e, através de R, a intensidade da ligação V x O - não é coincidente num e noutro dos casos; por um lado, a simples comutação entre relatores admitida por alguns verbos revela por si mesma uma menos forte conexão com qualquer deles; por outro lado, o conteúdo semântico próprio do relator, sendo mais ou menos carregado, garante uma maior ou menor autonomia desse mesmo relator face ao verbo: a intensidade da relação V x R escalona-se na razão inversa da força do semantismo deste último(72).

Poderei esquematizar os aspectos em análise:

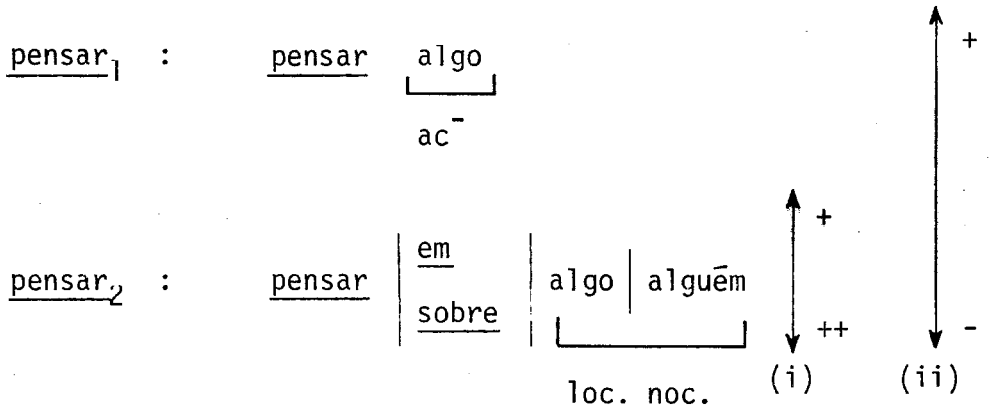


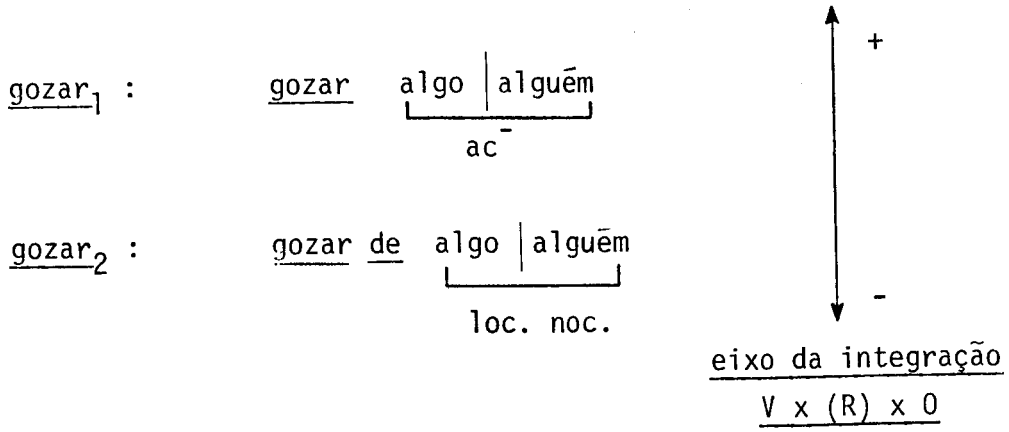
b.

Alguns significantes léxicos albergam, como se anunciou acima, uma estrutura bimodular, intervindo numa delas um relator (algumas vezes comutável com outro ou outros de conteúdo semântico mais vincado). Esquematizarei como segue a diferença da integração desenhada nestes casos:



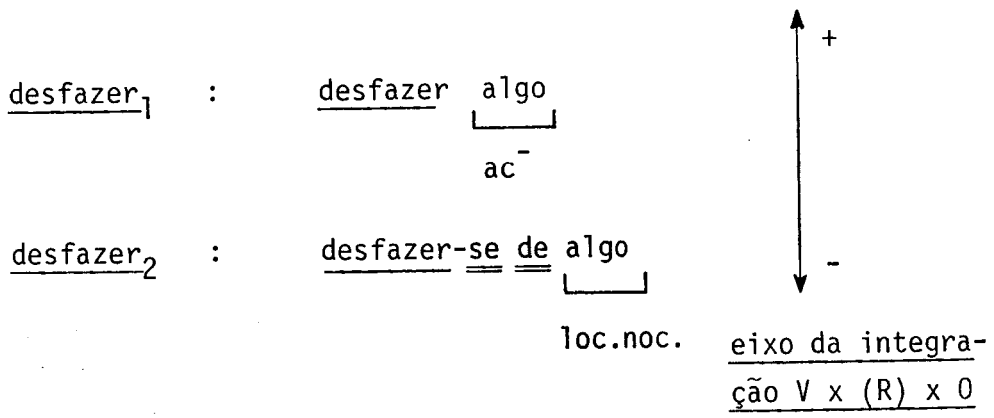
(i) eixo da carga sémica de R(elator)
(ii) eixo da integração V x (R) x O[73]





c.

Algumas vezes, as estruturas modulares albergadas num mesmo significante lexico diferenciam-se entre si não apenas (como nos casos tratados antes) pela marca casual que afecta O_1 (em congregação com a ausência ou presença do relator), mas ainda pela relação de voz que nelas cabe. Assim, poder-se-á reconhecer num mesmo significante lexico um módulo 1 marcado por voz activa ($ERG^+ \Longrightarrow Ac^-$) face a um módulo 2 (onde o complementador objectivo é introduzido por relator) afectado por voz médio-activa (para a noção de voz médio-activa ver B. Pottier, 1974). A menor "actividade" que afecta esta configuração modular atinge a ligação de V ao complementador (ver acima), o qual, de resto, vê mediatizada - logo, enfraquecida, nos termos que já conhecemos - a sua articulação ao mesmo pela presença de relator (configurador, como se sabe, de uma incidência indirecta de V sobre o complementador). Comparem-se:

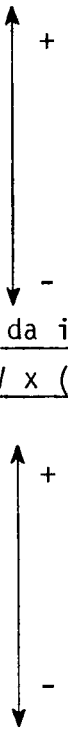


despedir$_1$: despedir alguém
ac$^-$

despedir$_2$: despedir-se de alguém
loc.noc

defender$_1$: defender alguém/algo
ac$^-$

defender$_2$: defender-se de alguém/algo
loc. noc.



eixo da integração V x (R) x O

Idênticas oposições se verificam entre, por exemplo, esquecer / esquecer-se de; assustar / assustar-se com; enganar / enganar-se em/com; encontrar / encontrar-se com; referir / referir-se a ....

d.

Finalmente alguns significantes léxicos albergam uma estrutura trimodular. Vejam-se as diferentes configurações e os graus de coesão projectados no seio do complexo verbo-nominal:

(i) voz activa
V x Ac$^-$: servir$_1$ algo/alguém
ac$^-$

voz activa
V x Loc Noc : servir$_2$ de algo
loc.noc

voz médio-activa
V x Loc Noc : servir$_3$-se de algo/alguém
loc. noc



eixo da integração V x O

(ii) voz activa (V x Ac^-) : $tratar_1$ algo/alguém
ac^-

voz activa (V x Loc Noc) : $tratar_2$ de algo/alguém
loc noc

voz médio activa (V x Loc Noc) : $tratar_3$-se de algo/alguém
loc noc

(iii) voz activa (V x Ac^-) : $entender_1$ algo/alguém
ac^-

voz activa (V x Loc Noc) : $enterder_2$ de algo
loc noc

voz médio-activa (V x Loc Noc) : $entender_3$-se com algo/alguém
loc noc

5.

Destacaram-se nos números e alíneas precedentes alguns aspectos directamente envolvidos na coesão do complexo V x O_1 decorrentes da intervenção de relator como elemento mediatizador da conexão entre aqueles termos.

Quereria juntar algumas outras observações que, emboras referidas também imediatamente ao complexo V x O_1, valem para a articulação a V de outros complementadores (objectivos e circunstanciais) sistematicamente introduzidos por relator.

a.

Para além das variáveis sublinhadas atrás - construção de V com um mesmo relator/construção de V com mais que um relator (entre si comutáveis)(74) ; carga semântica do relator mais ou menos forte - uma outra está generalizadamente presente: a profundidade e intensidade ou extensão de acordos semânticos (referidos a semas genéricos) projectados entre V e o relator. É claro que esses acordos têm lugar: o facto de um verbo se combinar com R_1/R_2 ... mas não com R_x testemunha justamente uma selecção, que acautela a conveniência semântica entre os dois elementos.

O levantamento desses acordos constituiria um momento importante da avaliação da coesão da combinatória entre V e o relator, e, consequentemente, da caracterização da coesão do SV. Não procederei aqui a uma análise sistemática e aprofundada destes acordos; apenas sublinharei algumas vezes a sua projecção (ver, particularmente, adiante o que se exporá sobre os verbos locativos).

b.

Introduzindo um complementador, o relator mantém naturalmente também com ele conexões específicas. Sublinhei já a sua condição de índice da marca casual que afecta o complementador que apresenta: esse seu papel traduz a sua intervenção na configuração da relação semântico-funcional que liga o complementador a V (como se escreveu, o relator chama a si, pelo seu conteúdo semântico próprio, a expressão de parte da relação semântico-funcional V x complementador).

A propósito das conexões estabelecidas entre o relator e o complementador que introduz e articula a V, terá interesse sublinhar que, do ponto de vista da combinatória formal, a ligação R x complementador sobreleva a articulação V x R, o que pode ser ilustrado pelos seguintes aspectos (tomar-se-ão exemplos com O_1, mas os pontos a focar têm projecção idêntica com outros complementadores):

(i) a economia do complementador arrasta consigo, em português, a economia do relator(75).

- João sonha com as férias?

- Sim, sonha, e todas as noites!

(ii) quando destacado por focalização, o complementador arrasta consigo o relator, que deste modo se desprende de V, mas não do complementador:

É com as férias que João sonha todas as noites.

É das férias que o pai fala ao filho.

(iii) A tematização do complementador ocasiona uma mesma separação do relator em relação ao verbo (mas não totalmente em relação ao complementador):

As férias, João sonha com elas todas as noites.

As férias, eis, com (o) que João sonha todas as noites.

Este e outros aspectos da articulação entre V x R / R x complementador não serão aqui analisados em profundidade, como conviria. Reter-se-á basicamente o enfraquecimento que advém à articulação V x complementadores da presença de relator como elemento mediatizador da conexão, da incidência (mediatização, como se assinalou já, a tomar tanto em sentido material como em sentido semântico-funcional).

B. Os complementadores O_2, O_n.

O complementador O_1 está, como se viu, envolvido na predicação enunciada em V como participante directo, em estreita articulação com o actante$_1$, igualmente envolvido, de modo imediato e também como participante, no processo significado por V. Poderemos chamar-lhes os actantes primários de V.

Congregando-se com estes surgem alguns complementadores objectivos (O_2, O_n), menos directa ou imediatamente envolvidos no processo verbal, mas também implicados, suscitados pelo semantismo de V, ou seja, também por ele consignificados - embora, como se verá, alguns deles o sejam de modo menos inequívoco. Podemos tomá-los como actantes secundários de V.

A articulação de V a estes complementadores é sistematicamente mediatizada por relator (incidência indirecta)[76] que, nos termos já acima analisados, indicia uma integração semântica mais débil (para que aponta, de resto, o envolvimento menos directo destes elementos no processo significado em V). O seu posicionamento teórico, de ba-

se, na ordenação linear dos complementadores suscitados por V e dele homosintagmáticos traduz também a sua menor coesão com o verbo, em confronto com O_1, que seguem.

Dar-se-á nos números subsequentes uma breve apresentação destes complementadores integrativos de V tendo como objectivo primordial o levantamento dos nexos que o prendem a V e entre si.

1.

Reconheceremos como inequivocamente consignificado por certos verbos um complementador objectivo que constitui o "destinatário" do processo neles enunciado. Afecta esse complementador o traço casual DATIVO (de que é índice regular o relator a - implícito em substitutos funcionais e em substitutos lexicais, tais como me, te, se, lhe):

obedecer : obedecer a alguém

dar : dar algo a alguém

vender : vender algo a alguém

enviar : enviar algo a alguém

falar : falar de algo a alguém
dat.

Algumas vezes, o actante secundário dativo coincide com o actante $_1$, de que resulta uma solução formal específica:

alguém $_1$	atribuir censurar permitir	algo a alguém $_1$	→	atribuir-se algo censurar-se algo permitir-se algo

Uma certa afinidade aproxima o complementador dativo de um outro, que é afectado por traço casual FONTE (indiciado regularmente pelo relator de):

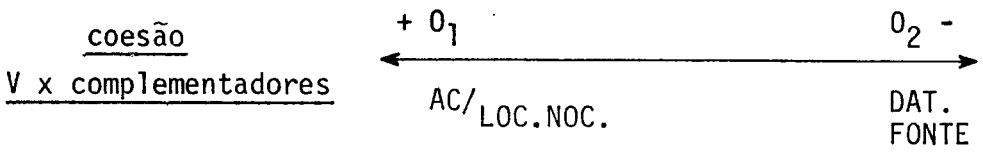
dar ⟶ DAT receber ⟵ FONTE

enviar ⟶ DAT (receber algo de alguém)

(ver ainda: obter / conseguir | algo de alguém)

Como se notará, a afinidade reside em que a articulação de ambos os complementadores a V envolve a presença de um traço direccional; o sentido, a orientação deste traço é, no caso do complementador dativo, prospectivo, e, no caso do complementador fonte, retrospectivo. A selecção dos relatores respectivos (a, de) pelo verbo é comandada justamente por esta orientação, desenvolvendo-se, pois, um claro acordo semântico V x Relator, que intervém na coesão do complexo.

Os aspectos já focados na caracterização destes complementadores permitem o levantamento do seguinte eixo genérico de integração ou coesão:



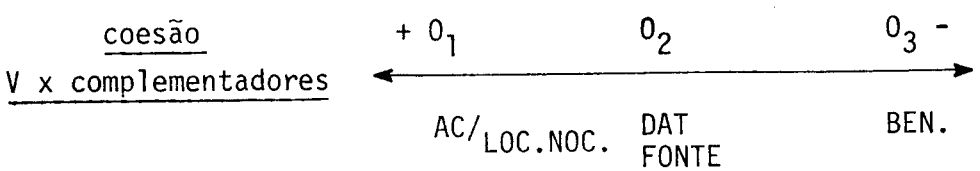
2.

Um outro complementador objectivo é o que refere o actante beneficiário do complexo significado em V x O_1:

dar vender enviar pedir	algo a alguém para alguém ac dat. ben.

Podemos conceber que o actante beneficiário é generalizadamente consignificado por uma vasta gama de verbos - o que denota que a sua previsibilidade a partir de V (índice da sua consignificação por parte deste) se faz de modo muito mais livre e genérico do que a que respeita aos complementadores já caracterizados (mesmo o DAT e FONTE), na verdade suscitados por V de maneira mais estrita, selectiva. A tal corresponde claramente uma integração semântica menos vincada do beneficiário ao verbo, ou mais amplamente, ao complexo modular do verbo. Observe-se que o seu posicionamento na ordenação linear teórica dos complementadores objectivos de V indicia este menor grau de integração. Para tal apontam também outros aspectos, como a comutabilidade de relatores que introduzem o complementador beneficiário e o carácter vincado da configuração sémica de alguns deles (para, em favor de, em benefício de).

Retomando o esquema anterior da integração V x complementadores, teremos agora:



Os aspectos acima invocados permitem situar o complementador beneficiário numa zona marginal da complementação modular homosintagmática de V, ou mesmo numa zona de transição entre o modular e o extramodular (que terei a ocasião de apresentar adiante).

3.

Um número não muito amplo de verbos suscita um complementador afectado pelo traço casual ORIGEM (ou CAUSA):

agradecer : agradecer a alguém por algo

criticar : criticar alguém por algo

felicitar : felicitar alguém por algo

louvar : louvar alguém por algo

causa

Alguns destes verbos apresentam uma outra configuração modular (trata-se, pois, de algo que já conhecemos: um mesmo significante léxico alberga estruturas modulares diversas - ver acima):

$agradecer_2$: agradecer algo a alguém

$criticar_2$: criticar algo a alguém

ac

Assinalarei que o traço casual ORIGEM (CAUSA) afecta mais correntemente complementadores extramodulares de V, construídos como Marginal do EN. Podem, porém, os dois complementadores surgirem num mesmo EN:

por gentileza, (FN_{NAT})	João felicitou Pedro pelo seu êxito
(porque é gentil) (FN_{TR})	João não criticou Pedro pela sua preguiça
causa (Marginal do EN)	causa (complementador modular de V)

Os pontos considerados na caracterização do complementador afectado por traço casual ORIGEM (CAUSA) permitirão assinalar a sua menos forte articulação a V, a sua não estrita consignificação por V. Por outro lado, o seu carácter de complementador objectivo não é linear ou transparente, dando aso a que o situemos, ao mesmo tempo, numa zona de hesitação entre o modular e o extramodular e entre o objectivo e o circunstancial (ver §3.1.1.3.).

4.

Um outro complementador de V se situará também numa zona de transição entre o objectivo e o circunstancial - o complementador final (afectado por traço casual FIM ou FINALIDADE) suscitado (nem sempre inequivocamente) por certos verbos:

convidar : convidar alguém para algo

persuadir : persuadir alguém a algo
(a algo: fim)

(Repare-se que, em muitos dos verbos considerados nos números anteriores, e neste mesmo, o elemento genérico algo se realiza - por vezes preferentemente - em FN_{TR}:

persuadir alguém a fazer algo)

5.

De acordo com o tipo de processo que enunciam, alguns verbos causativos consignificam (mas de modo não rigorosamente estrito) um complementador instrumental (afectado por traço casual INSTRUMENTAL).

Indiciam esta condição de termo menos estritamente consignificado por V, por um lado, o facto de muito correntemente ele não ser projectado em discurso sem que seja, então, rigorosamente visto como compresente com V (77), e, por outro lado, a facilidade com que pode ser actualizado como sintacticamente desligado de V (constituindo, então, o Marginal do EN):

Pedro feriu o amigo (com o punho)

Pedro | abriu / fechou | a porta (com a chave)
inst.

(homosintagmático de V)

Com o punho, Pedro feriu o amigo
inst.

(Marginal do EN)

As observações feitas sugerem que o instrumental se situará de preferência numa zona de transição entre o modular e o extramodular, e ainda numa zona igualmente de transição entre a complementação de índole objectiva e a de índole circunstancial (ver adiante 6.3.1.1.3.).

Assinale-se entretanto que a inequívoca afectação do instrumental por [+ Potência] o congrega intimamente a V, marcado por forte actividade, e ainda ao actante$_1$ (atingido por elevado grau de ergatividade : ERG$^+$). De qualquer modo, a resultante destas forças antagónicas (veja-se o assinalado acima) aponta para um grau fraco de coesão V x instrumental.

6.

Cabe ainda aqui uma ligeira referência a um outro complementador - o sociativo (afectado por um traço casual SOCIATIVO).

Detém este complementador um estatuto não muito transparente. Na verdade, alguns verbos (em número muito reduzido) sugerem a sua consignificação como integrativo do seu semantismo; é, por exemplo, o caso de dançar, conviver:

alguém dançar (algo) com alguém

alguém conviver com alguém
sociativo

Aqui, mesmo que economizado, ele é visivelmente compresente com V - e apresenta um carácter inequivocamente de complementador objectivo.

A sua ligação sintáctica com V é também notável, como o comprova a resistência que oferece a uma anteposição linear (só possível, na verdade, em contexto apropriado, designadamente em que se projecte um "contraste"):

João dançou o samba com Luísa

Com Luísa, João dançou o samba

O traço casual SOCIATIVO afecta também complementadores inequivocamente não integrativos de V, que se situam decididamente fora do âmbito da transitividade:

João | almoçou / trabalhou | com Pedro
sociativo

Nestes casos, estamos perante uma complementação extramodular, e de índole marcadamente circunstancial, não objectiva. Dado o seu carácter também não estritamente nem nocional nem dimensional, poder-se-á concluir que se trata aqui de uma complementação marginal mesmo na zona extramodular. Indexarei com 2 este "segundo" complementador sociativo, que demarcarei daquele "primeiro" ($Sociativo_1$)(78).

7.

Finalmente, uma breve referência deve ser feita ao complementador agentivo (afectado por caso AGENTIVO). A sua projecção em discurso está articulada à construção invertida ("passiva"),em que se selecciona Base de predicação de um EN o complementador modular de um verbo afectado à função actancial ACUSATIVO, não o complementador modular afectado à função actancial ERGATIVO ou NOMINATIVO. (Para a caracterização da Passiva como construção invertida projectada a partir de um verbo marcado no seu módulo pelo complexo

$$\left\{ \begin{array}{c} \text{ERG} \\ \text{NOM} \end{array} \right\} \times \text{ACUS.}$$

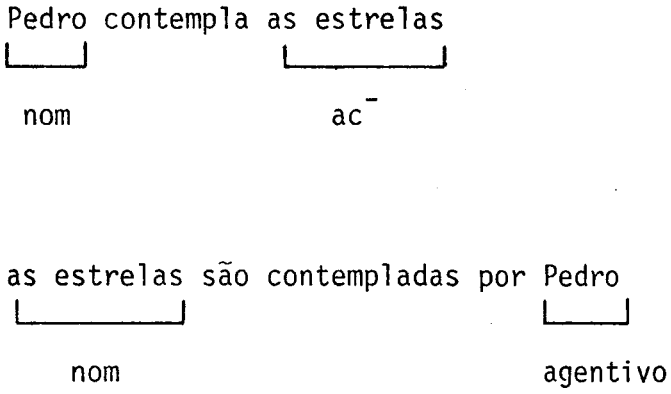
ver B. Pottier, por exemplo, 1974, 1978; ver também aqui, Terceira Parte):

Pedro feriu o miúdo

erg $^{+}$ ac^{-}

O miúdo foi ferido por Pedro

nom. agentivo(79)

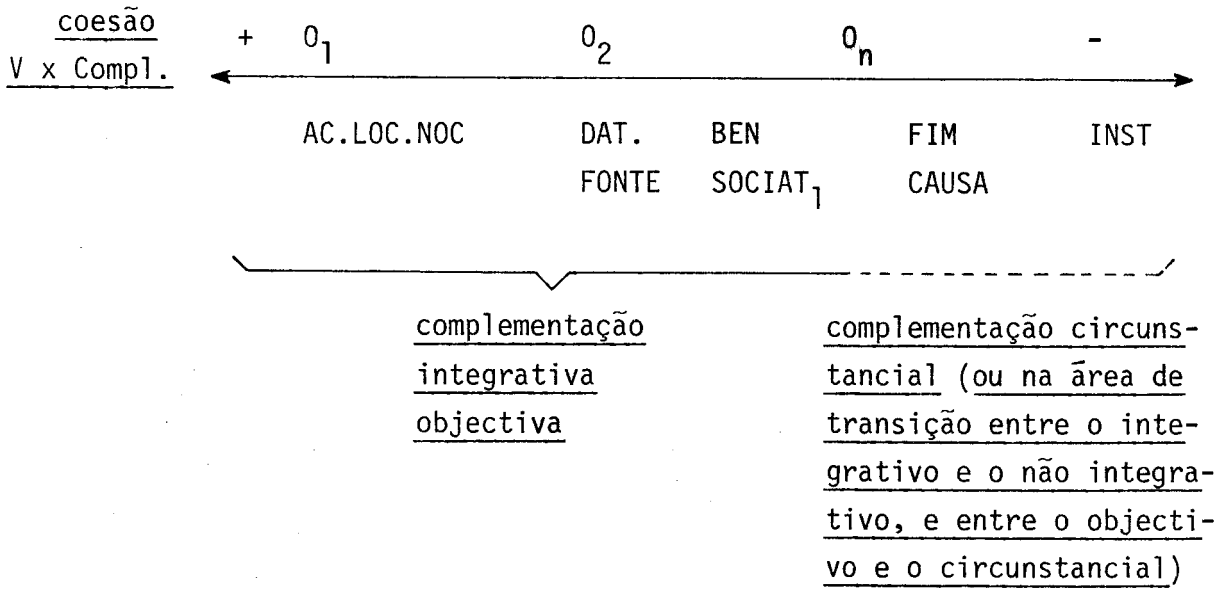


Esta caracterização do agentivo assinala a sua forte integração no todo do Núcleo do EN, onde surge como complementador integrativo de V. No entanto, este elevado grau de coesão com V é contrariado não apenas pela presença do relator (o alcance deste aspecto é já nosso conhecido), mas também pelo carácter " derivado" que apresenta em bloco a construção invertida em que surge actualizado: a solução formal prende-se mediatamente (não imediata ou directamente) ao esquema construcional desenhado por V em competência. Este percurso derivativo ou derivacional minora a coesão do complexo projectado.

8.

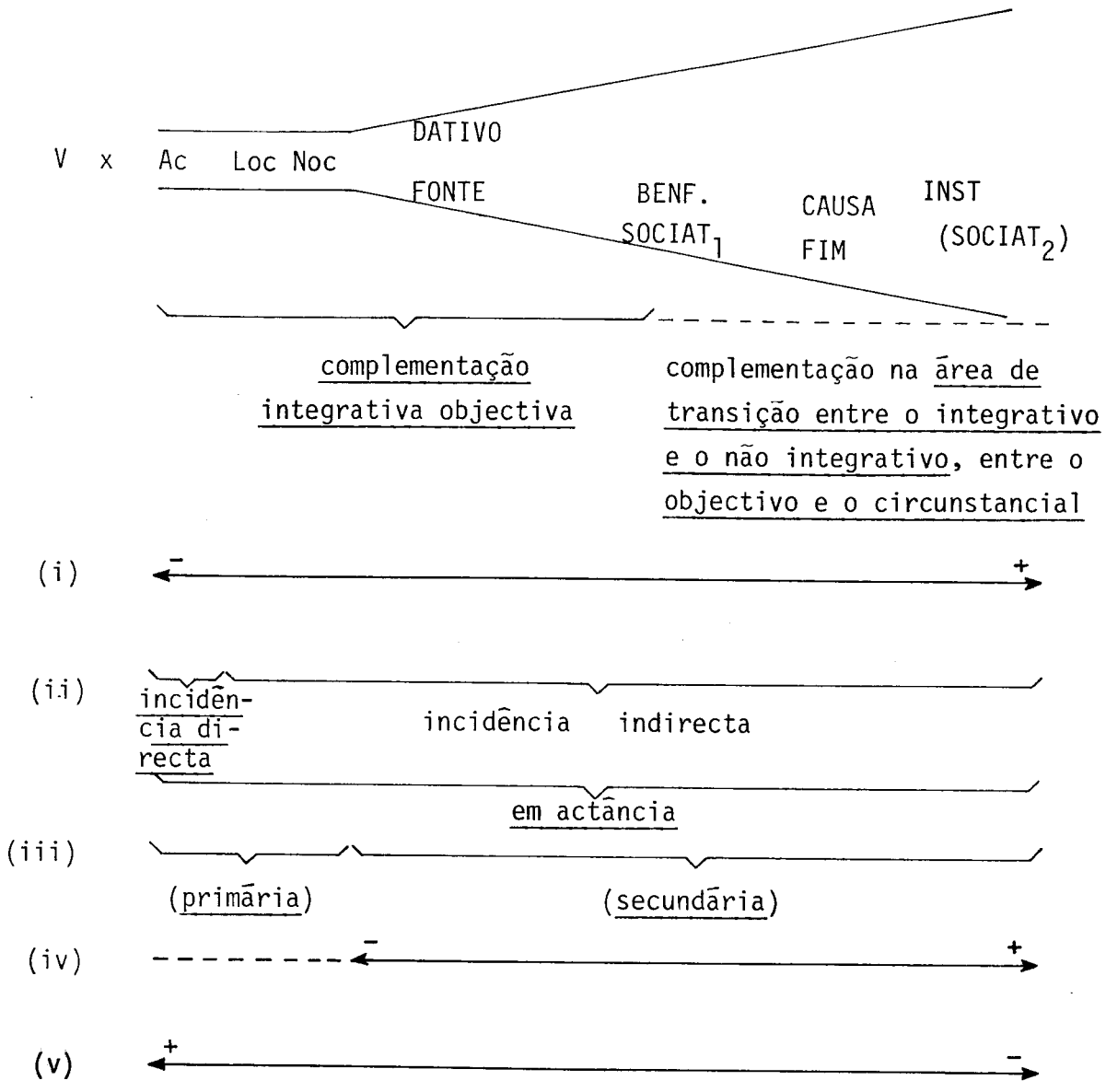
Retomando o esquema introduzido mais acima (ver 2.), a ele anexarei os complementadores posteriormente considerados(80). (Para não sobrecarregar a representação, e dado também o estatuto particular do agentivo, este não será inscrito no esquema a apresentar). Obter-se-á, assim, uma primeira imagem global da coesão V x complementadores em análise:

(Ver página seguinte.)



Uma reorganização deste esquema à luz das considerações centrais antes tecidas conduzirá a um quadro mais complexo das variáveis mais importantes envolvidas na coesão do segmento verbo x complementadores:

(Ver página seguinte).



(i) diversidade funcional dos complementadores

(ii) modo de articulação V x complementadores

(iii) modo de construção dos complementadores

(iv) autonomia sintáctica (liberdade sintáctica) dos complementadores

(v) Coesão V x complementadores.

6.3.1.1.2. A Complementação circunstancial de V.

1.

Como ficou já visto, mais acima, as determinações circunstanciais (de índole nocional, espacial, temporal) do processo significado por um verbo podem constituir parte integrante do semantismo desse verbo (sendo, pois, por ele consignificadas, logo, com ele memorizadas em competência) ou surgir como exteriores à sua configuração semântica, à sua estrutura modular.

No primeiro caso, essas determinações realizam complementação integrativa de V (que cabe, portanto, na zona de transitividade de V) e projectam-se como elementos necessariamente homosintagmáticos de V, como termos contitutivos, obrigatórios (embora eventualmente economizáveis) do SV.

No segundo caso, essas determinações, porque extramodulares, não integrativas do semantismo de V, projectam-se ou como termos homosintagmáticos ou heterosintagmáticos de V: são termos facultativos, respectivamente, da construção sintagmática do SV (onde realizam adjectivação de V - ver 6.2.) ou da construção sintáctica do EN (onde se actualizam como Marginal do EN).

Salvaguardar-se-á a partir de agora esta diferenciação, chamando-se às determinações circunstanciais modulares complementos circunstanciais de V, e às extramodulares adjuntos circunstanciais, respectivamente, de V (quando dele homosintagmáticos, logo, sintacticamente ligados a V) ou do Núcleo do EN (quando heterosintagmáticos de V, logo, sintacticamente desligados dele, ou seja, quando Marginal do EN):

Amanhã, João chegará pontualmente à escola

a b c

a. adjunto circunstancial (de índole temporal) do Núcleo do EN (Marginal do EN) - termo facultativo da construção sintáctica do EN;

b. adjunto circunstancial (de índole nocional) de V - termo facultativo da construção sintagmática (do SV);

c. complemento circunstancial (de índole espacial) de V - termo constitutivo, obrigatório, do SV.

Como se nota, a distinção entre adjunto circunstancial de V e o adjunto circunstancial do EN é de natureza eminentemente sintáctica, porque referida à condição de termo homosintagmático (sintacticamente ligada) ou heterosintagmático (sintacticamente desligada) de V que cabe ao circunstancial. Naturalmente, a actualização deste numa ou na outra combinatória não é indiferente sob o ponto de vista semântico, pois diferencia a mensagem configurada. Comparem-se:

(i) Amanhã, João chegará à aldeia

(ii) João chegará à aldeia amanhã

Como se sabe, explicita-se a diferença entre estes dois ENs, dizendo-se que (ii) responderá à pergunta "Quando chegará João à aldeia?", enquanto que (i) responderá à pergunta "Que acontecerá amanhã?" ou, mais estritamente,"Que acontecerá amanhã a João?". (Como também se reconhece, a diferenciação tem a ver com a articulação tema/rema, se tomados estes, respectivamente, como "informação dada", "informação não conhecida").

Ao invés, a distinção entre complemento circunstancial e adjunto circunstancial é de índole semântica, radicando, como se viu,

no semantismo do verbo. Por isso, a ligação sintáctica do complemento circunstancial a V (de que é termo necessariamente homosintagmático[81]) prolonga a particular conveniência semântica entre ambos, configuradora de uma interdependência ou solidariedade bilateral, já que, por um lado, o verbo suscita, como integrativo, o complemento, e, por outro, este determina o processo que aquele significa:

V x complemento circunstancial

V x adjunto circunstancial

Sendo assim, a distinção entre complemento circunstancial (complementador integrativo de V) e adjunto circunstancial é fundamental, enquanto que a oposição entre adjunto sintacticamente ligado a V (adjunto de V) e adjunto sintacticamente desligado de V (Marginal do EN) é secundária.

Teremos, pois,

V x	complemento circunstancial (complementação integrativa, na área da tranvidade de V)	(homosintagmático de V)
	VS	
	adjunto circunstancial (complementação extramodular)	homosintagmático de V heterosintagmático de V
	oposição de índole semântica	oposição de índole sintáctica

2.

A previsibilidade a partir do próprio verbo de uma complementação circunstancial constitiu um índice mais ou menos seguro do seu carácter integrativo, permitindo, pois, uma primeira indicação da sua integração a V, da sua condição de elemento por ele consignificado.

Critério decisivo constitui, porém, a afectação do semema do verbo pelo sema genérico [+ Aplicação nocional], [+ Aplicação espacial], [+ Aplicação temporal], sema que implica a presença de uma complementação integrativa de índole localizadora. Porque suscitada por V, por ele consignificada, esta complementação situa-se na zona de transitividade do verbo, o qual se dirá, então, verbo transitivo locativo.

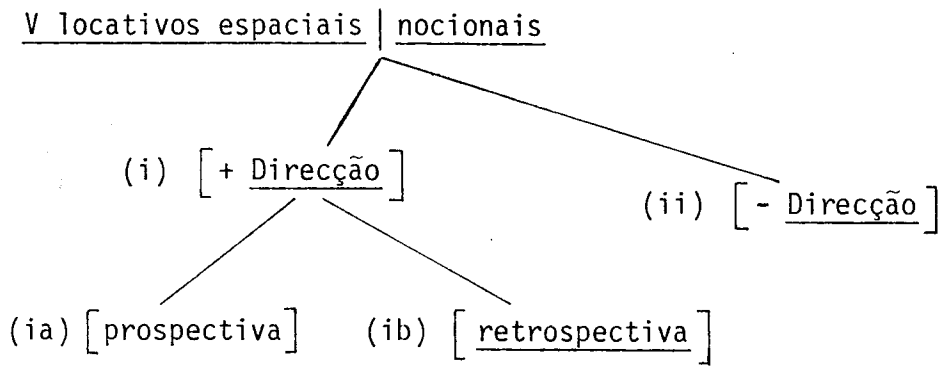
Alguns verbos cumulam uma complementação objectiva e circunstancial: chamar-lhes-ei verbos transitivos objectivo-locativos (Ver abaixo).

Nos números imediatamente seguintes, considerarei em separado os verbos locativos e os verbos objectivo-locativos, se bem que o conjundo das oposições básicas que marcam a configuração semântica destes verbos se apliquem de modo idêntico a uns e outros.

A. Verbos (transitivos) locativos.

A.1. Os semas genéricos [+ Aplicação espacial] e [+ Aplicação nocional] matizam-se numa oposição [± Direcção]. Na base desta oposição, poder-se-á caracterizar os verbos locativos como locativos dinâmicos ([+ Direcção]) ou como locativos estáticos ([- Direcção]). O termo positivo da oposição, comporta ainda uma diferenciação [Direcção prospectiva] / [Direcção retrospectiva], que intervêm na selecção dos relatores que introduzem os circunstanciais.

Teremos, assim:



Segue-se uma breve apresentação destas diferenciações:

- Verbos locativos espaciais dinâmicos ((i) [+ Direcção])

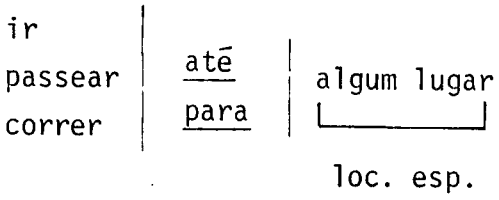
(ia) [+ Direcção prospectiva]

ir sair dirigir-se	a algum lugar

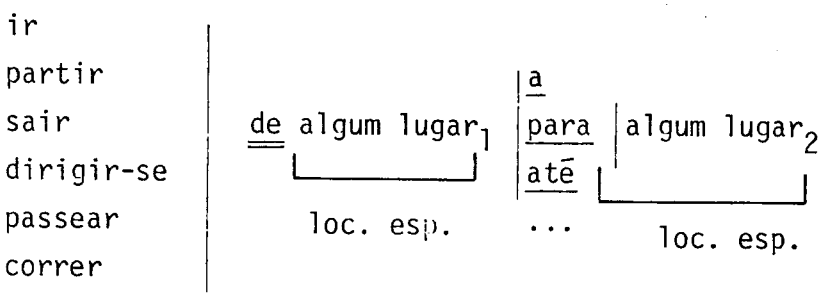
Considerarei "suspensa" a oposição [Direcção prospectiva] / [Direcção retrospectiva] em verbos como

passar passear correr	em por através de	algum lugar loc. espac.

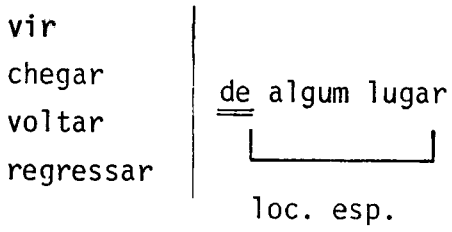
Alguns destes verbos aceitam a indicação de um termo do movimento:



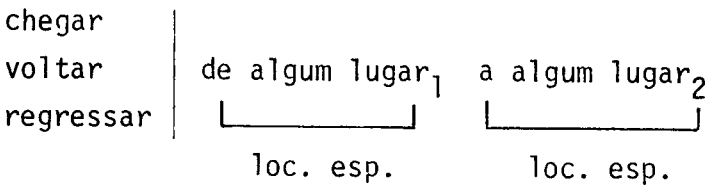
A maior parte destes verbos consignificam o ponto a partir do qual se desenvolve o movimento; quando coincidente com o aqui da enunciação, a sua expressão é habitualmente economizada. Deveria, pois, consignar-se um módulo mais complexo:



(ib) [+ Direcção retrospectiva]



Rigorosamente também aqui o módulo comporta o termo ad quem do movimento, que pode não coincidir com o aqui da enunciação:



Note-se que qualquer dos complementadores espaciais é muito correntemente economizado, ou porque faz referência ao aqui da enunciação ou porque a determinação está já expressa no co-texto, ou porque, finalmente, o locutor pretende actualizar uma localização "genérica", indeterminada.

- Verbos locativos espaciais estáticos ((ii) [- Direcção]

estar residir ficar permanecer	em algum lugar loc. esp.

- Verbos locativos nocionais dinâmicos ((i) [+ Direcção]

(ia) [+ direcção prospectiva]

sair	de dificuldades do silêncio do bom caminho loc. noc.

(ib) [+ direcção retrospectiva]

regressar voltar	ao silêncio ao bom caminho loc. noc.

A oposição [Direcção prospectiva] / [Direcção retrospectiva] surge "suspensa" em

passar	por	dificuldades maus bocados

loc. noc.

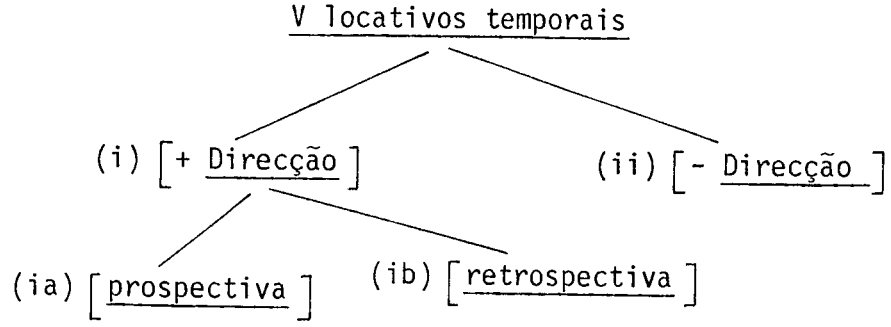
- Verbos locativos nocionais estáticos ((ii) [- Direcção]

estar ficar permanecer	assim (substituto lexical) em dificuldades em transe em silêncio (82)

loc. noc

A.2.

Nos verbos locativos cujo semema comporta o traço [+ Aplicação temporal] - verbos locativos temporais - reconhecem-se também as oposições básicas atrás levantadas. Daí a representação similar:



A estes traços conjuga-se muito regularmente um outro, [+ Duração].

- Verbos locativos temporais dinâmicos ((i) [+ Direcção]

(ia) [+ Direcção prospectiva]

durar
prolongar-se | (por) | algum momento
loc temp.

O momento ad quem do desenvolvimento do processo significado em V pode ser indicado, especificado:

durar
prolongar-se | até algum momento
loc. temp.

O semema de V pode não congregar o traço [+ Duração] :

ficar
adiar | para algum momento
loc. temp.

(ib) [+ Direcção retrospectiva]

vir de algum momento
loc. temp.

(A fama do Vinho do Porto já vem de longe)

- Verbos locativos temporais estáticos ((ii) [- Direcção])

estar ficar permanecer	(por)	algum momento loc. temp.

Atente-se em que estes verbos suscitam regularmente uma complementação também espacial (ou nocional) congregada com a de índole temporal(83):

estar ficar permanecer	em algum lugar loc. esp em êxtase loc. noc	(por) algum momento loc. temp.

A caracterização dada dos verbos locativos temporais estabelece rigorosamente os contornos da localização temporal integrativa de V. Comparem-se:

A sessão	prolongou-se por	três horas
	durou	três horas loc. temporal integrativo de V

João	trabalhou	três horas
	dormiu	loc. temp. extramodular de V

Trabalhar, dormir não comportam o sema genérico [+ Aplicação temporal] , não suscitam em competência um complementador integrativo localizador temporal.

No que tange à coesão do SV construído sobre V (transitivo) locativo, interessará reter alguns aspectos cujo alcance já se conhece:

(i) acordos, em traços genéricos (isossemia de traços do classema) que presidem à selecção por V do relator e do complementador que este introduz;

(ii) presença de relator, que mediatiza a incidência de V sobre o complementador (incidência indirecta); possibilidade, em alguns casos, de comutação entre relatores de desigual carga sémica;

(iii) construção do complementador em dependência (não em actância).

A força integrativa representada pelos aspectos referenciados em (i) é contrariada, minorada, pelos especificados em (ii) e (iii), que actuam no sentido do enfraquecimento da coesão entre os termos afectados.

B. Verbos (transitivos) objectivo-locativos.

Os verbos estritamente locativos reúnem-se ao actante$_1$ (heterosintagmático) por uma relação de voz atributiva, de índole situativa. A presença de um complementador objectivo (O_1) suscitado pelos verbos objectivo-locativos projecta um módulo afectado por voz activa:

João ⟸ ficou | em casa / em dificuldades (loc.) — (V. locativo; voz atributiva)

João ⟹ adiou a sessão (ac) para amanhã (loc.) — (V. objectivo-locativo; voz activa)

Como se escreveu acima, os verbos objectivo-locativos são afectados por oposições similares às que vimos projectarem-se nos verbos estritamente locativos. Ilustrarei brevemente.

B.1. Verbos objectivo-locativos espaciais e nocionais

- Objectivo-locativos espaciais dinâmicos

(ia) [+ Direcção prospectiva]

colocar / pôr / meter | algo / alguém (ac) | em algum lugar (loc esp.)

O actante$_1$ é marcado por forte ergatividade. Alguns destes verbos implicam rigorosamente dois locativos, que especificam, respectivamente, o lugar ab quo e o lugar ad quem do movimento. O seu forte dinamismo deixa-se ainda indiciar pela selecção dos relatores que introduzem o segundo complementador (para, até):

enviar / remeter | algo / (alguém) (ac) | de algum lugar$_1$ (loc esp.) para algum lugar$_2$ (loc esp.)

levar conduzir	algo alguém	de algum lugar$_1$	para até	algum lugar$_2$
	ac	loc esp.		loc esp.

(ib) [+ Direcção retrospectiva]

tirar retirar	algo alguém	de algum lugar
	ac	loc. esp.

- Objectivo-locativos espaciais estáticos ([- Direcção])

ter reter guardar	algo alguém	em algum lugar
	ac	loc. esp.

- Objectivo-locativos nocionais dinâmicos

(ia) [+ Direcção prospectiva]

colocar pôr meter	alguém	em dificuldades em sarilhos no bom caminho
	ac	loc. noc.

Um maior grau de dinamismo (indiciado pela selecção dos relatores) afecta alguns destes verbos:

levar conduzir	alguém	até a	o bom caminho o desânimo

relegar	algo alguém	para	segundo plano
	ac		loc. noc.

(ib) [+ Direcção retrospectiva]

tirar retirar	alguém	da da	angústia indiferença
	ac		loc. noc.

B.2. Verbos objectivo-locativos temporais

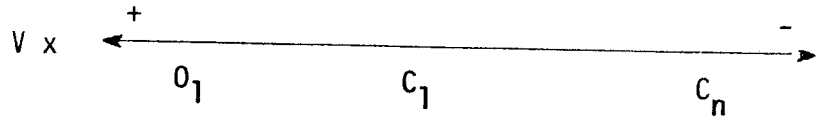
prolongar continuar atrasar	algo	(por) (durante) (ao longo de) (até)	algum momento
	ac		loc. temp.

Como se vê, o complementador locativo temporal responde aqui ao traço [+ Duração] que o semema de V comporta, especificando o mesmo complementador os limites dessa "duração".

Alguns verbos objectivo-locativos temporais surgem, porém, afectados pelo sema [+ Direcção prospectiva], incompatível com o sema [+ Duração]:

adiar	algo	para até	um dado momento
	ac		loc. temp.

Os complementadores circunstanciais suscitados por verbo objectivo-locativo revelam-se menos fortemente ligados a V que os complementadores objectivos. É clara a este respeito uma hierarquia estabelecida com referência ao estatuto de actante-participante (que cabe a O_1) e ao de actante-circunstancial (que cabe ao complementador locativo). Índices desta menor integração do circunstancial a V constituem a presença do relator a mediatizar a articulação (e a configurar uma incidência indirecta)(84), a sua construção em dependência, e, enfim, o seu posicionamento na ordenação teórica, de base, dos complementadores:

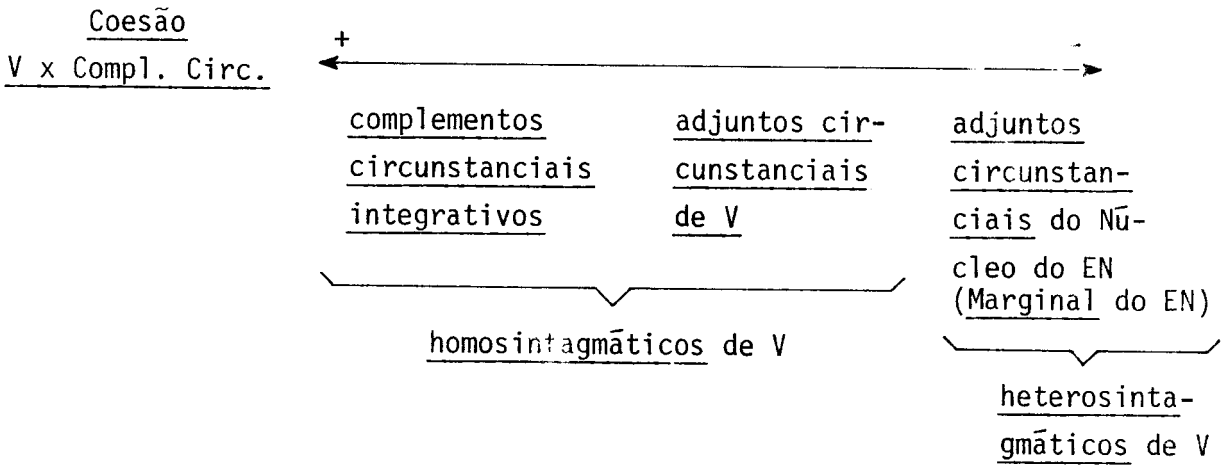


3.1.

A distinção entre a complementação circunstancial integrativa de V e a complementação circunstancial alheia ao semantismo de V (noutros termos, que já conhecemos, entre complementos circunstanciais de V e adjuntos circunstanciais) surge-me como fundamental para a correcta captação do funcionamento em discurso dos determinadores circunstanciais. Ela é imediatamente necessária para a assumpção adequada da noção de transitividade verbal, que não se esgota na aptidão de um verbo para a complementação objectiva, antes respeita igualmente à sua aptidão para a complementação circunstancial.De uma tal distinção decorre também a correcta interpretação do carácter necessariamente homosintagmático de V que é próprio do complemento circunstancial - condição que comporta inequívocas indicações semântico-funcionais (estatuto de termo integrativo do semantismo de V) e semântico-sintácticas (estatuto de termo constitutivo, obrigatório - se bem que economizável - do SV).

No que respeita à coesão, de acordo com as coordenadas já referenciadas, os complementos circunstanciais surgem mais forte-

mente ligados a V que os adjuntos circunstanciais. Entre estes reconheceremos um escalonamento levantado com referência ao carácter sintacticamente ligado ou desligado de V que podem apresentar os adjuntos: no primeiro caso, a relação de formação que conecta V e o adjunto responde por uma maior coesão entre ambos, em contraste com a ausência deste nexo formal no segundo caso. Deixando de lado outras variáveis afloradas na exposição, reter-se-á o seguinte esquema:



3.2.

Observar-se-á que é justamente em termos de "coesão" que Chomsky introduz, na versão standard da Gramática Gerativo-Transformacional, a análise das relações dos complementadores circunstanciais com o verbo de que dependem. O problema é posto de modo mais geral, isto é, é referido a todos os "complementos" de V, entre os quais cabem os circunstanciais, nomeadamente os de Tempo e Lugar (Chomsky, 1965, trad. portuguesa, 1975, p. 188-191).

"É bem sabido - escreve Chomsky - que em construções do tipo Verbo-Sintagma Preposicional se podem levantar vários graus de "coesão" entre o Verbo e o Sintagma Preposicional que o acompanha" (p. 188). Enquanto alguns (que vem a designar de Adverbiais de tempo e de

lugar) "podem ocorrer de forma perfeitamente livre com vários tipos de sintagmas verbais", outros "aparecem muito mais intimamente associados aos verbos" (p. 189). Aos primeiros, que não surgem "em nenhuma relação especial com o Verbo, modificando, na realidade, todo o Sintagma Verbal ou até mesmo a frase inteira" (p. 189), chama Chomsky "Complementos do Sintagma Verbal"; aos segundos, cuja relação específica com o verbo se traduz no facto de introduzirem subcategorização estrita deste termo, cabe a designação de "Complementos de V" (p. 191; veja-se também o complexo (52) de regras, p. 189).

Em termos de regras de re-escrita esta diferença apresenta-se do seguinte modo: Os SPs envolvidos na subcategorização estrita de V são introduzidos por uma regra cujo símbolo da esquerda domina directamente V, enquanto que os SPs que não desempenham qualquer papel na subcategorização estrita de V são introduzidos por uma regra cujo símbolo da esquerda não domina directamente V. Entre os "complementos de V" contam-se, para além dos que se revelam de índole objectivo (tais como os que Chomsky especifica a p. 190: "he argued with John (about politics)", "he aimed (the gun) at John", "he talked about Grece", "he ran after John", "he decided on a new course of action"...), os que são apresentados como determinações de "Direcção", "Duração", "Lugar", "Frequência" e que Chomsky exemplifica como segue (p. 190):

"(53) dash - into the room (V - Direcção)
last - for three hours (V - Duração)
remain - in England (V - Lugar)
win - three times a week (V - Frequência)".

Entre as várias observações a que daria lugar a caracterização apresentada por Chomsky, reter-se-ão aqui apenas duas. (Não me alongarei numa análise crítica até porque Chomsky tem consciência do carácter "perfeitamente provisório" de tudo quanto escreve, então, sobre os Adverbiais: Ver Chomsky, 1965 (trad. port. 1975, nota 27, p. 318).

Em primeiro lugar, e de acordo com a centralidade cometida à sintaxe na Gramática Gerativo-Transformacional, a exploração das diversificadas conexões entre V e SP é feita em bases sintacticistas (com referência à relação de formação, traduzida em termos de domínio), nenhum lugar havendo aí para a busca da sua fundamentação semântica adequada. Também não é feita adequadamente a caracterização dos SPs que modificam, como escreve Chomsky, "ou o SV ou a frase inteira" (Ver citação acima).

Em segundo lugar, comporta grande artifício a localização sistemática dos Adverbiais de Tempo e de Lugar no exterior do SV (nas regras fornecidas por Chomsky eles são dominados por Sintagma Predicativo, não por SV). Chomsky salvaguarda, deste modo, o envolvimento, que estabelece para os SPs homosintagmáticos de V, na subcategorização estrita deste termo, mas não salvaguarda o inequívoco "grupo natural" que eventualmente constitui a congregação V x SP não indutora de subcategorização estrita de V: é inquestionável o carácter homosintagmático de V que detêm determinadores circunstanciais não envolvidos na subcategorização de V, como os que acima foram apresentados como termos facultativos (adjuntos circunstanciais homosintagmáticos de V) do SV:

João regressa amanhã à aldeia

João saiu pela manhã

6.3.1.1.3. Zona de transição entre a complementação integrativa e a não integrativa, e entre a complementação objectiva e a circunstancial

A distinção, cujo alcance se tem vindo a sublinhar, entre a complementação circunstancial integrativa (situada na área de transitividade de V) e a complementação circunstancial não integrativa

ou extramodular (situada fora da área de transitividade de V) é, a nível teórico, substancialmente clara. No entanto, terei que reconhecer que, na análise concreta dos produtos verbais, surgem dificuldades de monta na sua aplicação . Ou seja, não raro torna-se difícil uma inequívoca repartição das determinações circunstanciais pela zona da complementação modular de V ou pela zona da complementação extramodular. Dessa dificuldade se deu já aqui testemunho, números acima, na apresentação de complementadores, tais como os designados por sociativo, instrumental.

Mesmo no domínio da complementação objectiva, também alguns complementadores surgem menos estritamente consignificados por V, pelo que também se situarão numa zona de hesitação entre o modular e o extramodular: é o caso do complementador beneficiário e ainda o de certos locativos nocionais, como, por exemplo, os que se agregam a verbos como

ensinar : ensinar algo a alguém ($\pm$ sobre | algo / alguém)

informar : informar algo a alguém ($\pm$ sobre | algo / alguém)

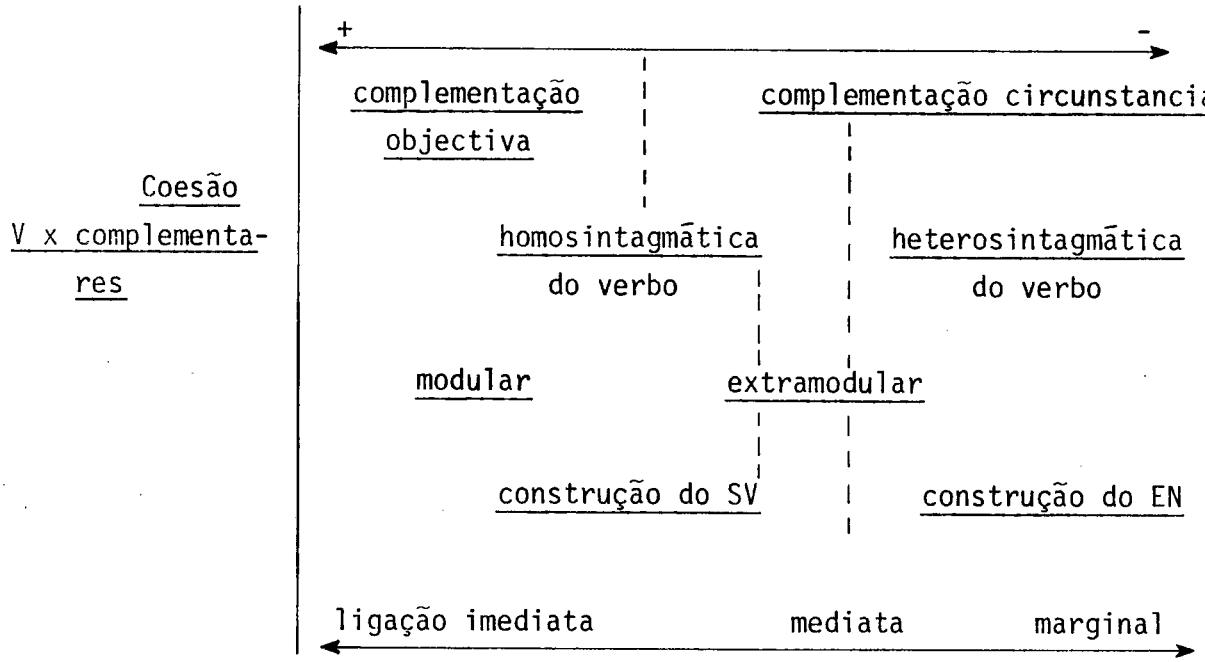
aprender : aprender algo ($\pm$ sobre | algo / alguém)

loc. noc.

Estas observações, cuja ilustração poderia multiplicar, apontam para uma representação da zona de complementação verbal como um amplo espaço onde não há lugar a soluções de continuidade entre os diversos tipos de complementadores. Ou seja, a transição entre a complementação modular e a extramodular, e ainda entre a complementação objectiva e a circunstancial, faz-se sem rupturas, é gradual.

Esta formulação pode ser generalizada à demarcação entre a complementação extramodular homosintagmática e heterosintagmática de V: para tal aponta a situação particular dos complementadores não integrativos que vimos poderem projectar-se ora na construção sintagmática do SV ora na construção sintáctica do EN; de resto, muitas vezes a mensagem concretamente realizada não assinala inequivocamente a demarcação entre um e outro modo de projecção.

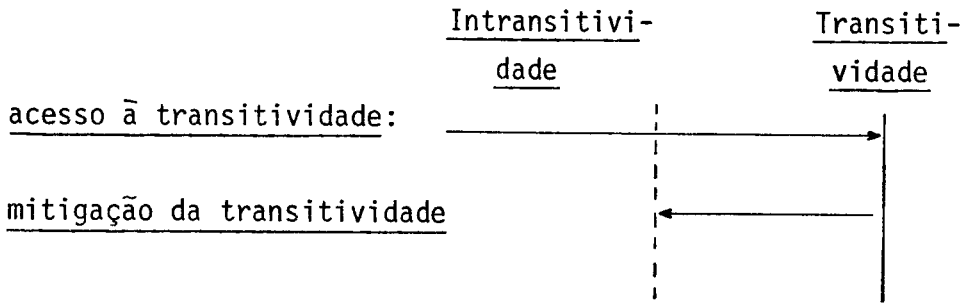
Em tais circunstâncias, poder-se-á desenhar um eixo contínuo ao longo do qual se inscrevem os complementadores de V, e em que se assinala basicamente o grau de dependência (ou de ligação) - de coesão-entre eles e o verbo, que escalonarei como segue:



6.3.1.2. A complementação na zona de transitividade fraca de V

Ficou já anotado que se inscrevem na zona de transitividade fraca de V, por um lado, (i) complexos verbo-nominais que se apresentam marcados ou afectados por integração lexica (que conduz à lexia complexa) e, por outro lado, (ii) complexos verbo-nominais em que um complementador objectivo (O_1) expande, de modo específico (a analisar) o conteúdo da lexia verbal de que depende (configurando o que correntemente se designa "objecto interno"). Observarei que, por via desta expansão particular, muitas lexias verbais acedem à transitividade, em contraste com muitas outras que, por desenvolvimento de processo de integração lexica, vêem minorada, mitigada a sua transitivação originária.

Poder-se-á representar estes processos como marcados por um movimento de sentido antagónico:



1.

Por via do desenvolvimento de uma complementação objectiva "interna", certas lexias verbais revelam-se portadoras de uma configuração bimodular. O módulo 1 (que se tomará como "originário", de base) é afectado por [- transitividade], e o Predicado por ele desenhado num EN, reúne-se ao actante$_1$ por relação de voz atributiva.

O acesso à transitividade, que conduz à configuração de um módulo$_2$, envolve a instauração de uma relação de voz activa entre o actante$_1$ tomado como Base do Predicado que o complexo verbo-nominal realiza num EN:

dormir$_1$: alguém $\Longleftarrow$ dormir

dormir$_2$: alguém $\Longrightarrow$ dormir $\longrightarrow$ um sono profundo

O complementador que está na base do desenho do módulo 2 é afectado por traços particulares:

(i) apresenta uma natureza de complementador objectivo;

(ii) constroi-se em contiguidade com V (este incide directamente sobre ele);

(iii) retoma o semema do lexema do verbo, (e não raro o próprio significante léxico, como se verá em exemplo a dar mais abaixo) constituindo, por si mesmo, uma expansão específica de V, em que radica justamente a designação de objecto "interno")[85];

(iv) recebe regularmente a incidência de uma determinação -quantitativa e /ou qualitativa (neste último caso, tratar-se-á de uma adjectivação "obrigatória").

Ilustrarei:

morrer$_1$

morrer$_2$: morrer uma morte tranquila

viver$_1$

viver$_2$: viver uma vida dura[86]

dormir$_1$

dormir$_2$: dormir um sono profundo(87)

chorar$_1$

chorar$_2$: chorar um choro comovido
chorar lágrimas amargas(88)
chorar muitas lágrimas
chorar muitas lágrimas amargas

tossir$_1$

tossir$_2$: tossir uma tosse convulsa

A complementação "interna" é também projectada em verbos an-actanciais:

chover$_1$

chover$_2$: chover uma chuva miudinha
muita chuva

trovejar$_1$

trovejar$_2$: trovejar trovões ensurdecedores
muitos trovões

nevar$_1$

nevar$_2$: nevar uma neve branquinha
muita neve

A maior parte destes verbos admite também uma articulação aos seus complementadores "internos" mediatizada por relator. Este distancia de V o complementador, que manterá as marcas acima atribuídas. Julgo, porém, que nestes casos se tratará preferentemente de complementadores situados numa zona de transição entre o modular e o extramodular e entre o objectivo e o circunstancial. O relator constitui índice da marca casual ORIGEM (CAUSA) ou LOCATIVO NOCIONAL:

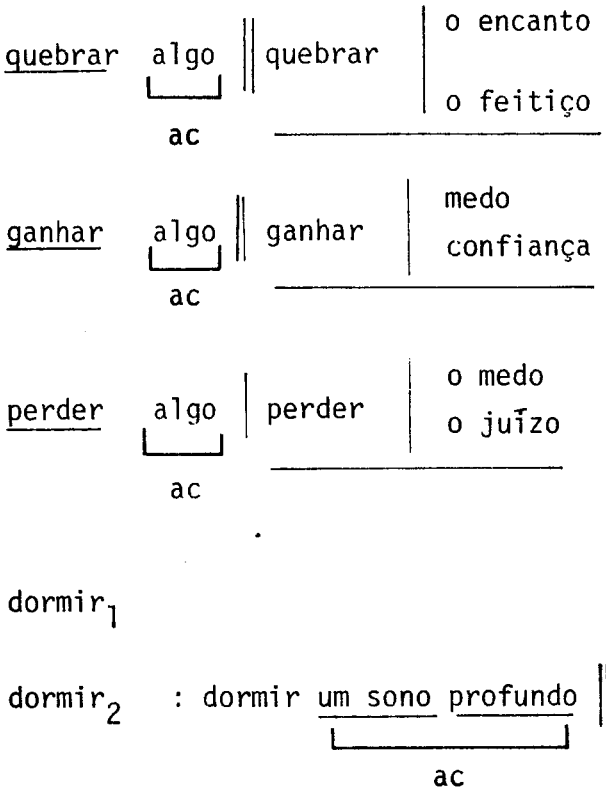
morrer de morte natural
causa

chorar num choro convulso
loc noc.

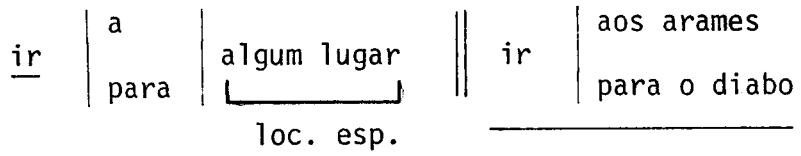
dormir num sono profundo
loc. noc.

2.

A lexia complexa verbo-nominal resulta de um processo de integração léxica cujo ponto de partida é um verbo "originariamente" marcado por transitivação efectiva. Não se configurará, pois, aqui (ao contrário do que sucede nos casos considerados em 1.) um outro módulo para estes verbos, apenas se alterando - por redução - a força da transitivação "inicial", em virtude do processo integrativo que anula, ou minora substancialmente, a individualidade semântico-funcional do complementador (a ponto de não ser mais legítimo considerá-lo pólo de marca casual - ver B. Pottier, 1974, § 139):



Reparar-se-á que o processo integrativo pode atingir complementadores circunstanciais:

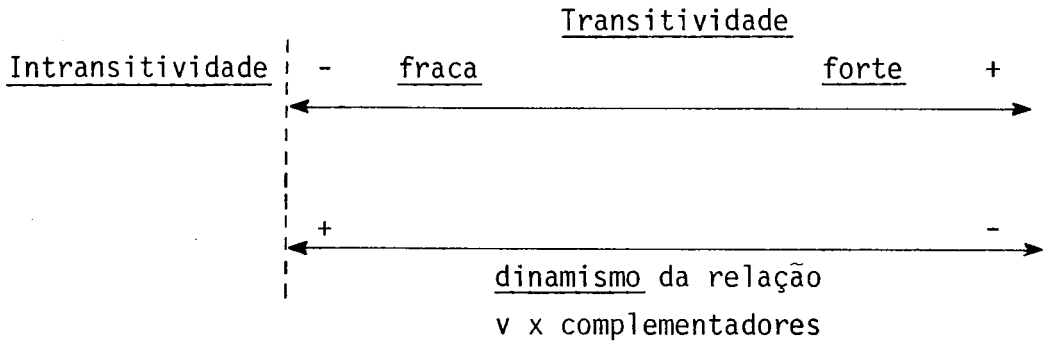


3.

O complementador "interno" e o que resulta "integrado" (em lexia complexa) mantêm com o verbo de que dependem uam relação particularmente dinâmica porque assimiladora ou aglutinadora desses elementos a V: apontam para tal, do lado do complementador "interno", a sua condição de extensor do significado do lexema verbal (não raro cumulada com a remota do próprio significante léxico), e, do lado do complementador "integrado", a perda da sua individualidade ou autonomia semântico-funcional (nos termos analisados acima).

É a estas situações específicas que se faz aqui corresponder a transitividade fraca de V.

Em contrapartida, à ausência, no complexo V x complementadores integrativos, das conexões particulares analisadas corresponderá uma relação entre esses termos menos dinâmica, não aglutinadora, antes respeitadora da individualidade semântico-funcional de cada um dos mesmos termos - característica do que aqui se vem tomando como transitividade forte de V. Esquematizando:



As considerações desenvolvidas a propósito dos complementadores situados na área de transitividade fraca permitiram já concluir do forte grau de coesão que reúne os elementos em referência. No que respeita à coesão do complexo desenhado entre V e complementador "integrado" (em lexia complexa) haverá, porém, a ter em conta matizações que têm a ver com o grau de desenvolvimento (mais ou menos conseguido, mais ou menos estabilizado) do processo de integração léxica aí presente. Tal domínio respeita, porém, à "coesão" da lexia - não rigorosamente ao que neste trabalho exploro, que tange, não à construção léxica, antes à construção de unidade inquivocamente extensas (do sintagma ao texto) - resultantes da combinatória de elementos livres. A integração léxica anula (ou, pelo menos, mitiga, como se acentuou já) a autonomia dos elementos envolvidos - pelo que a sua análise se situa fora do âmbito do presente estudo. (Ver Primeira Parte, 5.2.).

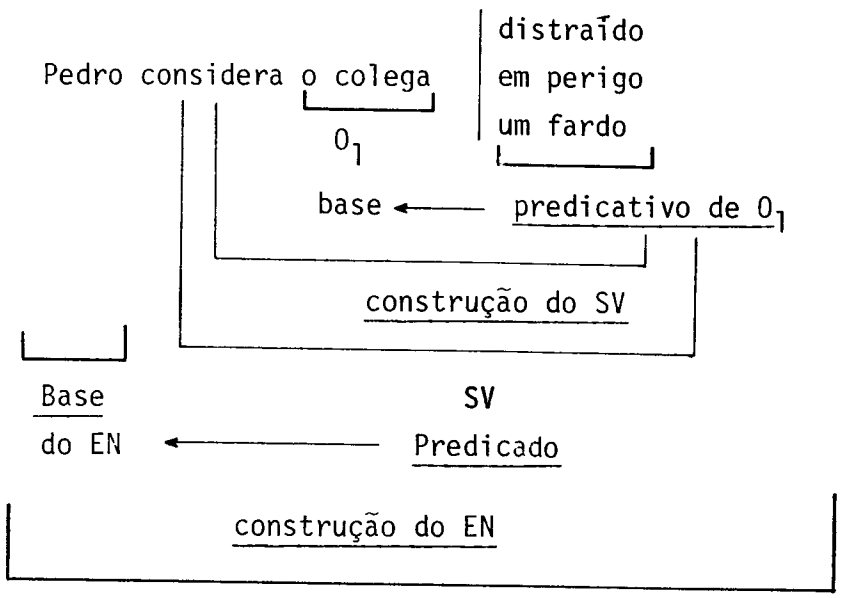
6.3.2. A coesão do SV centrado sobre verbo transitivo objectivo predicativo.

6.3.2.1.

O SV que se constrói sobre verbo transitivo predicativo apresenta uma configuração semântico-sintáctica característica, em que os elementos compresentes se interligam por um conjunto específico de nexos instauradores de um elevado grau de coesão.

Esta configuração fortemente integrada assenta sobre o semantismo do verbo transitivo objectivo predicativo, que se apresentou acima como verbo absoluto marcado não apenas por transitividade mas também, cumulativamente, pelo que designei "traços de auxiliarização do Predicado" (ver 2.2.1. - 3.b.). Anotei, então, que estes traços se consubstanciam na implicação por parte de V de um FA ou de um FN, e no seu endosso, como predicador, a um O_1, igualmente consignificado por V. Uma propriedade específica afecta, então, este complementador O_1: ele é consignificado não apenas como paciente ou pólo de aplicação do processo significado em V, mas ainda como suporte daquela predicação (predicação de O_1).

Estabelece-se, assim, por força do semantismo do verbo um processo predicativo sui generis, realizado no interior de uma unidade sintagmática (SV), ela mesma, por sua vez, e em bloco, Predicado de um actante heterosintagmático de V com que perfaz EN (ou Núcleo de EN). O EN construído sobre verbo transitivo objectivo predicativo comporta, pois este duplo processo predicativo:



6.3.2.2.

A predicação de O_1 consubstancia-se ou (i) na consignação a um elemento nominal de uma "qualificação" (vasada em $FA_{NAT/TR}$) ou (ii) no estabelecimento entre ele e um outro termo nominal (FN) de uma relação de tipo Equativo (ou seja, de identidade, equivalência, similitude, afinidade):

(i) João acha o Pedro | simpático / em perigo

(ii) João acha o Pedro | um criminoso / um adversário

Como se vê, esta relação predicativa instituída no seio do SV, por intermédio de um verbo transitivo predicativo, entre o seu O_1 e um predicado adjectival ou nominal (predicação de O_1) aproxima-se da que é estabelecida, ao nível da construção do EN, por um verbo auxiliar do Predicado, entre uma Base (nominal) e um Predicado igualmente adjectival ou nominal (predicação do sujeito). Essa proximidade reside, não apenas na identidade dos tipos da relação instituída, mas também na intervenção de um verbo na configuração dessa mesma relação, que ficará assim afectada por categorias específicas comportadas pela lexia verbal,

nomeadamente as modo-temporais-aspectuais:(89)

Pedro	é / parece	um adolescente

Equativo (ao nível do EN)

João considera Pedro um adolescente

Equativo (ao nível do SV)

A afinidade entre os dois processos predicativos(90) deixa-se revelar através de manipulações sintácticas que conduzem da predicação de O_1 à predicação do sujeito; as soluções formais projectadas estão reunidas entre si e com a que realiza a predicação de O_1 por parasinonímia:

(i) João considera Pedro um adolescente - (Predicação de O_1)

(ii) Pedro é considerado por João um adolescente - (Predicação do sujeito - "construção invertida" dita Passiva de (i))

(iii) Para João, Pedro é um adolescente(91) - (Predicação do sujeito)

Na base dos exemplos fornecidos, parece que um outro traço aproxima os dois processos de predicação em análise: a relação predicativa instituída é assumida pelo sujeito do EN e /ou pelo sujeito da enunciação (eventualmente não coincidentes), que a toma(m) ou como absoluta ou como relativa, aproximativa. Isso é revelado pelo semantismo do verbo projectado:

João é distraído / João parece distraído

Pedro | declara / sabe | João distraído / Pedro | acha / sente / pressente / crê | João distraído

relação absoluta — relação relativizada

6.3.2.3.

Efectivamente, a maior parte dos verbos transitivos predicativos enunciam processos apreendidos como estreitamente ligados à subjectividade do seu actante$_1$ (e /ou do sujeito de enunciação). Configuram-se, assim, como verbos afectados por traço de modalidade. Significativamente, alguns desses verbos tomam o mesmo significante léxico de auxiliares modais (já acima caracterizados), o que nos situa de novo no problema da polimodulização. (Ver acima; ver também adiante).

Poder-se-á repartir os verbos transitivos predicativos afectados por traço de modalidade por alguns dos eixos modais estabelecidos por B. Pottier (ver B. Pottier, 1974). Vejamos:

a. Verbos transitivos predicativos afectados por modalidade de impulso:

querer
desejar

quero / desejo	um café, mas	quero-o / desejo-o	bem quente

b. Verbos transitivos predicativos afectados por modalidade de sensação:

ver
sentir
pressentir
ouvir
.....

crêr
julgar
supor
considerar
reconhecer
achar
saber
notar
tomar | por
ter | como
....

João	vê / sente / acha / sabe /	o amigo triste

c. Verbos transitivos predicativos afectados por modalidadde de declaração:

dizer
declarar
chamar
apelidar
apodar
.....

Pedro	declara diz	João doente

d. Verbos transitivos predicativos afectados por modalidade de deliberação:

nomear
constituir
designar
destituir
empossar
.....

João	nomeia designa constitui	Pedro delegado do grupo

e. Verbos transitivos predicativos afectados por modalidade de causatividade:

fazer
pôr
colocar

João | faz / põe | o seu amigo distraído

Os verbos afectados por modalidade de deliberação (d) cumulam o traço de causatividade, o que confere uma forte ergatividade ao actante$_1$ (também presente nos verbos reunidos em **e**.):

João | nomeia / constitui / faz | Pedro presidente da Associação

erg$^+$ ac$^-$

A ligação do processo significado nestes verbos à subjectividade do actante$_1$ (e/ou do sujeito de enunciação) propaga-se ao próprio predicativo, que efectivamente realiza uma apreciação, uma avaliação do designado em 0_1. O FA está, por natureza, apto a exprimir uma apreciação; mas isso também se verifica da parte de elemento nominal que, como predicativo de 0_1 (tal como, de resto, como predicativo do sujeito) vê actualizados traços de índole apreciativa, valorativa (positiva ou negativa):

João considera Pedro | um homem (valorização positiva)
| um fardo (valorização negativa)
| uma simpatia (valorização positiva)

Anote-se o valor de quantificador que assumem alguns adjectivos empregados com estes predicativos nominais de 0_1; justamente eles "quantificam" os traços valorativos comportados por esses predicativos nominais:

João considera Pedro | um autêntico / um verdadeiro | homem

6.3.2.4.

Como se referiu no número anterior, a grande maioria dos verbos transitivos objectivos predicativos apresentam-se marcados por traço de modalidade, dada a forte intervenção do EU, da subjectividade do sujeito do enunciado (e /ou da enunciação), que introduz a sua visão, o seu juízo (que afecta todo o EN). Julgo que eles configuram, inequivocamente, a zona central do fenómeno da predicação de 0_1.

No entanto, outros verbos, não afectados por traço de modalidade, surgem também como objectivo-predicativos: ter (ver acima, porém, ter como ... - afectado por modalidade de sensação), manter, conservar. (Ter-se-á aqui sempre presente a questão da polimodulização de um mesmo significante léxico: ver acima, e ainda adiante. 6.3.2.5.):

O João tem o quarto | fresco / em desalinho

O povo | mantém / conserva | a aldeia | limpa / em sossego

Numa zona extremamente marginal da predicação de 0_1 (a merecer estudo), situar-se-ão verbos do tipo comer, beber, tomar, usar, que vemos actualizados nos seguintes ENs:

O Pedro | toma / bebe | o leite frio

A Rita usa a saia comprida

Caso particular é o configurado por ter, que justificaria uma caracterização que conduzisse a uma clara diferenciação entre a sua construção com O_1 obrigatoriamente adjectivado por atribuição, e a sua construção com predicativo. Comparem-se:

(i) João tem as mãos dormentes (Predicação de O_1)

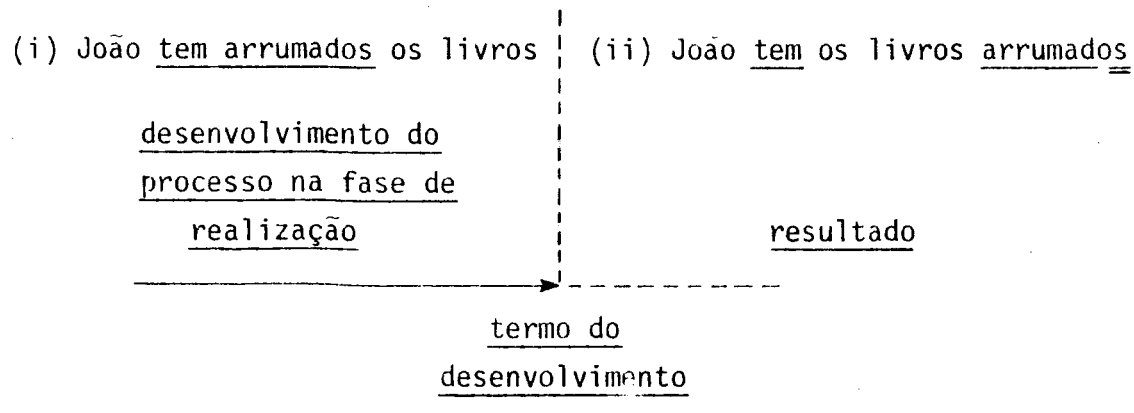
(ii) João tem o nariz pequeno (atribuição, obrigatória)

(iii) João tem uma casa agradável (atribuição, facultativa)

Torna-se patente que em (i) ter não denota "posse", ao contrário do que sucede em (ii) e (iii). Em (ii), denota "posse inalienável", de algo que é inerente ao actante 1, enquanto que em (iii) denota "posse" mas de "objecto" que não é inerente ao mesmo actante 1. Repare-se na distribuição das construções em que está envolvido o FA (Predicação de O_1/ /Atribuição). Repare-se ainda que a substituição, em (iii), do artigo indefinido por artigo definido conduz a uma construção com predicação de O_1:

(iiia) João tem a casa agradável

Situação particular é a que desenha o verbo ter quando construído com particípio que concorda em género e número com o seu O_1. Confrontem-se (ver acima 2.2.2.a. e 6.1.):



As combinatórias do tipo (ii) (onde cabem, de resto, alternâncias entre formas de particípio - tais como desperto por despertado, sujo por sujado, aceite por aceitado ...) sugerem, por razões já invocadas acima (2.2.2.a e 6.1.) uma certa autonomia funcional e formal tanto de ter (que será, então, afectado, por um menor grau de auxiliarização) como do particípio. Decorrerá daí, nestes casos, alguma afinidade entre a expressão do desenvolvimento (no momento Depois - resultado) e a predicação de O_1. Comparem-se:

O João tem | o quarto fresco
a casa agradável
os livros arrumados

6.3.2.5.

A análise dos verbos transitivos predicativos revela-nos claramente que, na sua grande maioria, eles representam uma das configurações modulares albergadas por um mesmo significante léxico.

Algumas dessas configurações opõem-se directamente pela ausência/presença em V de traços de auxiliarização, isto é, pela não implicação/implicação de um predicativo de O_1. Trata-se, pois, da oposição imediata entre V transitivo / V transitivo predicativo:

$\underline{\text{achar}}_1$ (transitivo) : alguém achar algo

$\underline{\text{achar}}_2$ (transitivo predicativo) : alguém achar | algo / alguém | x Predicativo

Esta diferenciação imediata V transitivo / V transitivo predicativo coexiste algumas vezes sob o mesmo significante léxico com uma outra configuração - a que corresponde à de um auxiliar de modalidade:

ver_1 (transitivo) João vê o amigo

ver_2 (transitivo predicativo) : João vê o amigo abatido

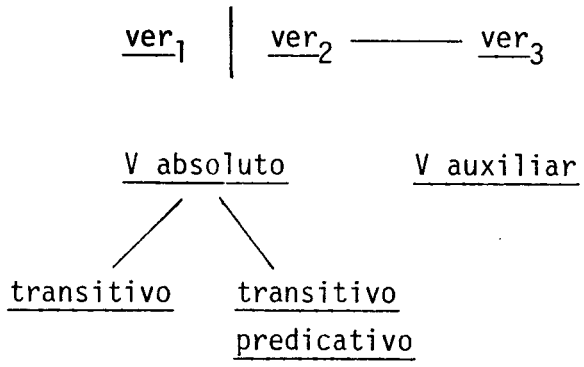
ver_3 (auxiliar de modalidade) : João vê entrar o amigo

$querer_1$ (transitivo) . alguém querer algo

$querer_2$ (transitivo predicativo) : alguém querer algo x Predicativo

$querer_3$ (auxiliar de modalidade) : alguém querer fazer algo

Nesta configuração múltipla, uma diferenciada distância separa os vários módulos, que repartirei segundo o esquema seguinte:



Ao lado destes verbos cujo funcionamento como transitivos predicativos representa a projecção de uma das sua configurações modulares, outros apresentam-se como uni-modulares, ocorrendo sistematicamente como transitivos predicativos (denominar, apodar, apelidar, tornar). O "apagamento" do predicativo ocasiona aqui a destruição da "boa formação" do SV e do EN:

João apelidou o colega de imbecil

*João apelidou o colega

João tornou o amigo trabalhador

*João tornou o amigo

Ao contrário, com os verbos que apresentam uma polimodulização, o "apagamento" do predicativo não conduz à "má formação" do SV (e do EN): é que a ausência do predicativo ocasiona a projecção de outra configuração modular; o EN resultará, não "mal formado", mas semanticamente diverso:

João considera o amigo inteligente

João considera o amigo (= tem consideração pelo amigo)

João julga Pedro inocente

João julga Pedro.

Observarei ainda que a coexistência sob um mesmo significante léxico de uma bimodulização que dê lugar à oposição V transitivo/ /V transitivo predicativo ocasiona naturalmente momentos de ambiguidade imediata (em tempo, desfeita pelos contextos) sempre que, projectando-se o verbo como transitivo predicativo, o predicativo surja realizado em FA:

João	viu reconheceu considerou	o amigo doente

Estes ENs, independentemente dos contextos em que sejam actualizados, podem ser interpretados de dois modos diversos, que correspondem à dupla combinatória

(i) SN_a + V + SN_b

D + N + FA

epíteto (atributo)

(ii) SN_a + V + SN_b + FA

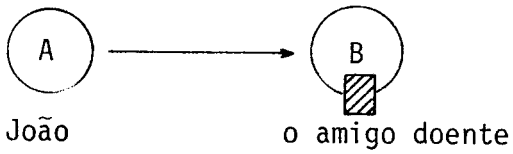
D + N

Predicativo de SN_b

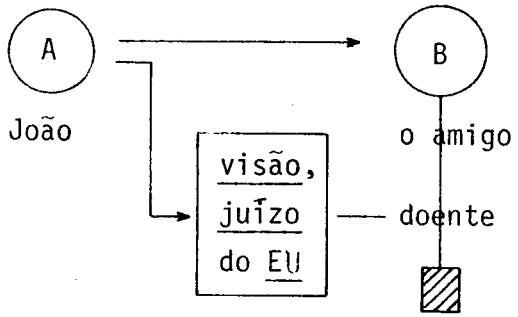
Numa outra representação:

João | viu / reconheceu / considerou | o amigo doente

(ia)



(iia)



(traço de modalidade)

(Para representações deste tipo, ver B. Pottier, 1974).

A representação dada em (iia) vale para toda a predicação de O_1, destacando, por um lado, a intervenção da subjectividade do sujeito do Enunciado (e/ou da enunciação e, por outro, a exterioridade (sintagmática) do predicativo a O_1 (ver abaixo).

A ambiguidade a que me vinha referindo a propósito dos ENs

João	viu reconheceu considerou	o amigo doente

ocorre quando o predicativo surge realizado em FA, dada a orientação deste functema para a constituição de unidade sintagmática (SN) com um substantivo com ele compresente. Interessará reter, a este propósito, que a língua reserva alguns processos de evitar a projecção destas combinatórias ocasionadoras de ambiguidade:

João chamou o amigo imbecil

João chamou ao amigo imbecil

João chamou o amigo de imbecil

6.3.2.6.

Consignificando o verbo transitivo objectivo predicativo ao mesmo tempo o O_1 e o predicativo, fá-lo, naturalmente, de modo selectivo, ou seja, o verbo impõe restrições de selecção a estes seus complementadores.

Esta selecção respeita, como se sabe, tanto à forma do significado como à substância do significado. Quanto à primeira, a selec-

ção concerne ao modo de realização de 0_1 e do predicativo, e ainda ao modo de articulação (envolvendo ou não relator); quanto à segunda, a selecção diz respeito a acordos (referidos a traços genéricos do classema) entre os elementos em articulação. Como se sabe já, estes acordos (que projectam recorrência sémica, isossemia) são factores de coesão.

Deixarei de lado as restrições atinentes à selecção de 0_1[92], e prestarei atenção às que atingem o predicativo. Quanto a estas, mais do que analisar as restrições operantes na selecção da realização formal do predicativo e do modo de articulação deste tanto a V como a 0_1[93], interessará atentar na conveniência semântica que condiciona a sua actualização - conveniência semântica essa que tem que ser salvaguardada tanto entre o predicativo e o seu suporte (0_1) como entre o predicativo e o verbo, dadas as conexões, já assinaladas, que entre eles se projectam.

Independentemente da intervenção selectiva do verbo, a conveniência semântica entre 0_1 suporte da predicação e o predicativo corre paralela à que está envolvida na articulação de uma adjectivação a uma base nominal (mediatizada ou não por auxiliar verbal, isto é, realizada em predicação do sujeito ou em atribuição). No entanto, esta conveniência pode ser perturbada pela que estipula o verbo transitivo predicativo. Comparem-se:

João	acha considera julga	o seu amigo	simpático agradável alegre imbecil arrogante

João infamou o seu amigo de	*simpático *agradável *alegre imbecil arrogante

Infamar comporta no seu semema o traço [+ Apreciação negativa] que não é compatível com o traço [+ Apreciação positiva] contido no semema de simpático, agradável, alegre, mas que é compatível com o traço [+ Apreciação negativa] que se reconhece no semema de imbecil, arrogante. Trata-se, portanto, respectivamente, de discordância/concordância semântica entre os termos em combinatória.

Comparem-se ainda:

João acha o leite	agradável quente doce
João bebe o leite	*agradável quente doce

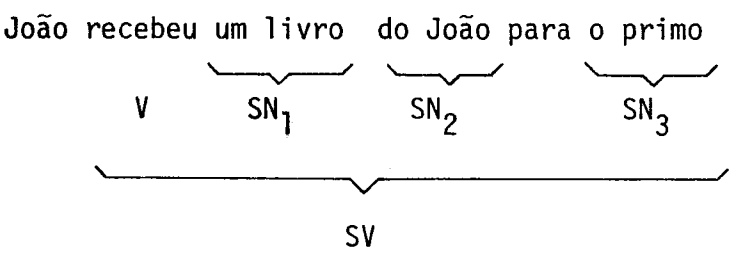
O verbo achar surge como amplamente aberto a apreciações diversas que respeitem ao seu O_1; pelo contrário, beber selecciona fortemente as predicações concernentes ao seu complementador objectivo.

Poderia congregar numa formulação única estes dois vectores da selecção do predicativo de O_1 (vector verbo, vector objecto de V-suporte do predicativo). Diria, então, que a conveniência semântica suporte O_1 x predicativo se projecta tomando em conta a afinidade entre O_1 e V. Deste modo, dar-se-ia conta dos casos em que um predicativo que convenha generalizadamente a um dado substantivo não convém a esse mesmo substantivo enquanto O_1 de um dado verbo. Não deixarei, entretanto, de sublinhar, que a grande maioria dos verbos transitivos predicativos (e particularmente os que são afectados por traço de modalidade) manifestam uma larga abertura no que tange à compatibilidade semântica com o predicativo que endossam ao seu O_1.

Não se esquecerá, entretanto, o papel coesivo que desempenha também aqui (entre O_1 e o predicativo) o acordo (gramatical) em género e número (quando o predicativo se realiza em FA_{NAT}) - acordo que não precisa de ser ilustrado.

6.3.2.7.

Sendo consignificado por V como complementador específico em resposta a uma insuficiência semântica de índole algo diversa da que suscita o O_1, o termo predicativo mantém em face de O_1 uma autonomia semântico-funcional e também sintáctica. Quer dizer, o predicativo, embora estreitamente ligado, pelos laços já levantados, ao suporte nominal O_1, é exterior ao SN que este desenha, e, logo, ao papel semântico-funcional que este assume no EN. Noutros termos, o predicativo é um complementador de V do mesmo "nível" de O_1, não uma adjectivação que expande o SN em que se molda O_1. A sua situação é, a este respeito, similar à que corresponde aos complementadores O_2, O_n, que, embora compresentes no SV com O_1, e com eles relacionados, não formam um único SN:



O que se acabou de referir situa o predicativo não apenas em relação a O_1, mas igualmente em relação a V: ele não é um extensor sintagmático do SN - O_1, nem tão pouco extensor sintagmático de V, antes complementador integrativo de V com individualidade semântico-funcional e sintáctica própria. Comparem-se:

João encontrou um colega inteligente

SN_a x V x SN_b

D → substantivo

adjectivo

extensão de substantivo no interior da construção do SN

João acha o colega inteligente

SN_a x V x SN_b x Adj.

ou

SN_a x V x SN_b / Adj.

construção de SV centrado sobre V transitivo predicativo

Quando o predicativo de O_1 é realizado por FN, ou em FA_{TR}, esta autonomia semântico-funcional é indiciada pela sua afectação por traço casual. Uma afinidade particular, referida ao traço casual (acordo do caso) se pode, então, projectar entre O_1 e o seu predicativo:

João considera o crime uma contingência

ac ac

(Ver, porém:

João considera o crime como uma contingência

ac loc. noc.

João considera o seu amigo em dificuldade)

ac loc.noc

A exterioridade sintáctica do predicativo ao SN-O_1 (exterioridade radicada, convirá insistir, na integração semântica do predicativo a V, que o consignifica como complementador com individualidade própria) pode ser evidenciada através de algumas manipulações formais que permitem isolar um do outro estes dois membros de SV centrado sobre verbo transitivo predicativo:

a. Focalização.

(i) do predicativo

é imbecil que João acha o seu amigo

é de arrogante que João infama o colega

(ii) do SN-O_1

é o seu amigo que João acha imbecil

é o colega que João infama de arrogante

b. Tematização.

(i) do predicativo

imbecil, eis como João acha o seu amigo

arrogante, eis do que João infama o colega

(ii) do SN-O_1

o seu amigo, João acha-o imbecil

o colega, João infama-o de arrogante

(repare-se, porém, na retoma pelo substituto lexical o, que é própria desta tematização)

c. Substituição do SN-O_1 (por substituto lexical)

João acha o seu amigo imbecil, mas acompanha-o frequentemente

(o substituto lexical o retoma "o seu amigo", não "o seu amigo imbecil".)

d. "Construção invertida" do EN (dita Passiva).

João considera Pedro simpático

Pedro é considerado simpático por João

É claro que este isolamento não seria possível se o elemento adjectivador de O_1 constituisse, em vez de predicativo, atributo do substantivo (se constituisse, portanto, termo extensor do SN):

João comprou um livro interessante

*Foi interessante que João comprou um livro

(mas: Foi um livro interessante que João comprou)

6.3.2.8.

Atribuí acima um alto grau de coesão ao SV construído sobre verbo transitivo predicativo. Levantei ao longo dos últimos nú-

meros todo um complexo de nexos que respondem por esta forte integração, a par de algumas variáveis que a atenuam de algum modo. Entre elas, situa-se a que tange à presença de relator a mediatizar a conexão V-objecto x predicativo, cujo alcance já conhecemos. Um outro aspecto está, porém, ligado a esta presença de relator: um eventual acordo, em marca casual, entre O_1 e predicativo (realizado em FN) está correlacionado, visivelmente, com a intervenção ou não intervenção de relator na articulação (justamente elemento de relação e índice da afectação casual). Comparem-se:

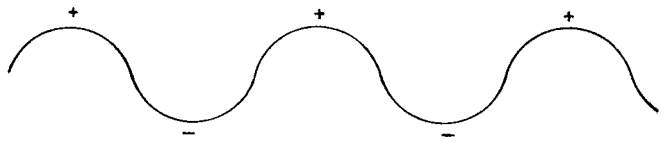
João considera as palavras do Pedro uma afronta
ac ac

João considera as palavras do Pedro como uma afronta
ac loc.noc.

7. GRAUS DE COESÃO DO SV.

Tal como se viu acontecer na análise da coesão do SN (ver capítulo anterior) também a avaliação da coesão do SV toca a questão da oposição entre um centro e uma periferia projectada no eixo das sucessividades, na estruturação sintagmática. (ver também Introdução, e aí, nota 1). Efectivamente, também no SV, e por força dos factores levantados, recortam-se "zonas fortemente integradas" (centro) de que gradualmente se transita a elementos ou complexos de elementos a elas mais frouxamente ligadas. O esquema-síntese proposto para as conexões V x complementadores (integrativos e não integrativos) no final de 6.3.1.1.3. dá uma visão condensada desta questão. A esta representação deve porém, juntar-se aquelas em que, ao longo da exposição, se tentou visualizar a coesão de outros segmentos do SV (respeitantes quer à articulação GW x V quer à conexão V x adjectivadores).

A diversidade - em número, em natureza, e em força congregadora - das variáveis analisadas conduz a uma representação genérica que dará conta da matização da coesão do SV, desenhada como um continuum que se deixa esquematizar como segue:



Como se pôde verificar a coesão do SV consubstancia-se basicamente, tal como a das outras unidades sintagmáticas, em nexos de afinidade, recorrência sémica, dependência e interdependência que, percorrendo os termos deste signo extenso, ao mesmo tempo marcam a sua configuração e lhe asseguram quer uma continuidade semântica quer uma consistência própria de bloco sintagmático.

NOTAS

(1) Como escrevi, sempre que presente no EN, o SV assume o exercício da função predicativa. No entanto, esta não é exclusiva do SV: exercem-na, por um lado, FA ou FN introduzidos por lexia verbal auxiliar (ver 2.), e, por outro lado, (na ausência das situações já referenciadas) FA ou FN (incluindo o infinitivo de um verbo) em contextos e com meios prosódicos adequados:

este espectáculo,	belíssimo !
	uma maravilha !
	para esquecer !

Ver B. Pottier, 1967, p. 19-20.

(2) Não escapará à atenção do leitor que são largamente abundantes as páginas que consagro ao SV. Tal decorre não apenas da multiplicidade dos aspectos reconhecíveis na sua estruturação (que receberão tratamento desigual, não sendo, de resto, alguns abordados neste trabalho), mas sobretudo do facto de que a sua análise suscita a referência a aspectos que têm grande alcance para o estudo da coesão do EN e do Texto. Por outro lado, essa mesma análise dará ainda ocasião à caracterização de algumas noções que estão no centro da orientação seguida neste trabalho, no seu conjunto.

(3) Ver acima, texto e nota 1. Tomar-se-ão aqui como configuração neutra ou não marcada do Predicado os casos em que nele está presente a função verbal; constituirão configuração marcada os casos, especificados na nota 1, que não comportam a função verbal.

(4) De acordo com o já anotado no capítulo anterior, toma-se nesta expressão, predicativo na acepção consagrada na reflexão gramatical

portuguesa, que distingue entre, de um lado, adjectivação de uma base nominal por predicação e, de outro lado, adjectivação por epitetização ou atribuição. A predicação envolve regularmente uma lexia verbal que a marca como processo predicativo - o que está ausente na atribuição. Ver ainda no capítulo anterior a caracterização dada da atribuição e da predicação. Ver ainda adiante.

(5) Rigorosamente, parecer constitui antes auxiliarização de modalidade (auxiliar adjunto de modalidade), que analisarei mais abaixo. Repare-se:

João parece triste

resulta de um processo de integração (ver B. Pottier, 1974) que se apoia sobre

João parece | ser / estar | triste

(6) A noção de transitividade será devidamente apresentada mais abaixo. Ver 5.

(7) Estes mesmos significantes léxicos comportam ainda outros configurações semânticas, que lhes conferem outros estatutos funcionais. Veja-se a continuação do texto.

(8) Para a noção de economia, ver adiante 4.

(9) O locativo (aqui espacial) pode coincidir com o aqui da enunciação (sendo, por isso, correntemente economizado) ou actualizar o termo

genérico da oposição específico/genérico (sendo, então, quase regularmente também economizado); de qualquer modo, ele é sempre referido àquela coordenada da enunciação (ao aqui do locutor).

(10) Veja-se a nota 4. para a acepção em que aqui se toma predicativo.

(11) Mais adiante, analisarei com alguma demora estas conexões como momento particular da coesão do SV centrado sobre tal tipo de verbos.

(12) Algumas vezes, idêntica comutação é possível com verbos apresentados acima como auxiliares do Predicado:

o Pedro	está$_1$	óptimo
	vai$_1$	optimamente
	continua$_1$	excelente
		excelentemente

(13) No seio de um SV, o auxiliado é sempre o seu centro estruturador (logo, um verbo absoluto). No entanto, a auxiliarização deste pode ser imediata (tenho trabalhado, estou a trabalhar ...) ou mediata tenho estado a trabalhar, tenho querido trabalhar ...). A auxiliarização mediata de um verbo (absoluto) surge, pois, quando um dado auxiliar deste é por sua vez também auxiliado. Por outro lado, o auxiliar do Predicado (que, como se viu, não dá lugar, rigorosamente, à configuração de um SV) acede também à condição de auxiliado:

João tem sido	prudente
João quer ser	

(14) Sobre a classe das formulações ver B. Pottier, 1974, p. 158-222.

(15) Para não sobrecarregar a exposição não anotarei aqui eventuais casos de policonfiguração semântica de um mesmo significante léxico.

(16) Escrevo fortemente (gramaticalizados), pois que de algum modo todos os auxiliares adjuntos estão genericamente "gramaticalizados", do que é índice a sua inscrição numa série finita, "fechada", típica das classes gramaticais. Não faço, porém, corresponder generalizadamente (e ao contrário do que por vezes se estabelece) a esta "gramaticalização" uma de-semantização dos auxiliares, nem mesmo a sua secundarização em relação ao auxiliado (não raro, pelo contrário, o auxiliar impõe inequivocamente ao auxiliado a força específica do seu semantismo próprio, que se torna saliente no complexo: acabar de fazer algo, começar a fazer algo ...).

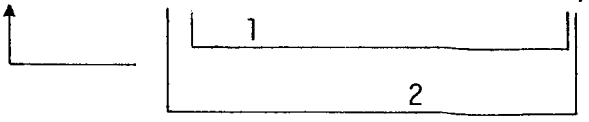
(17) O complementador dos verbos modais pode também surgir como FN transferido de EN, em que o relator que os conecta é também índice desse TR:

João quer que o irmão saia

(18) Para esta representação, veja-se também B. Pottier, 1974, p. 247-248. A estrutura fundamental do SV e do EN (aqui anunciadas) será analisada mais adiante.

(19) No caso de W_D ser realizado em ter, haver, o carácter "menos externo" a V do desenvolvimento será mais tangível dada a forte gramaticalização daquelas lexias verbais (já acima assinalada).

(20) Escrevi índice, não marca: o mesmo elemento poderá incidir sobre FA, actualizando-se, então, (por TR) como quantificador: indivíduo extraordinariamente forte (indivíduo extraordinariamente ⟶ forte)



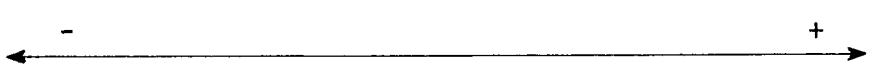
(21) Como se sabe, formalmente coincidente com o "masculino", mas dele funcionalmente diverso (o que vale generalizadamente para as línguas românicas).

(22) Nas determinações verbais de índole temporal é corrente a realização por zero do relator (relator implícito): descansar toda a tarde, trabalhar todo o dia ...

(23) Mais adiante, retomarei alguns dos aspectos centrais da teoria semântica de B. Pottier.

(24) A noção de "collocation", introduzida por Firth (ver Firth, 1956) é retomada pelos linguistas anglo-saxónicos que continuam os seus ensinamentos, recobrindo matizados aspectos concernentes às "syntagmatic relations between words as lexical items" no interior de unidades extensas (ver Robins, 1971, p. 63). (Ver acima também Primeira Parte, 1. Coesão).

(25) Agora também, Coseriu, 1977. As solidariedades léxicas constituem estruturas específicas (sintagmáticas) da organização lexical de uma língua - estruturas lexemáticas, na terminologia do Autor. As incidências, que aqui me interessa sobretudo focar, sobre a combinação de lexias em discurso manifestam-se no comportamento concreto dessas configurações, ou melhor, dos elementos por elas abrangidos. Anotarei que Coseriu alarga consideravelmente as virtualidades reveladas pelo classema no que tange à combinatória, pois reconhece solidariedades não apenas referidas a traços genéricos (solidariedades por afinidade) mas ainda referidas ao arquilexema (solidariedades por selecção) e ao lexema (solidariedades por implicação). Em correspondência com estas diferenciações, projecta-se um crescendo de co-determinação entre unidades lexicais solidárias, que representarei como segue:



afinidade selecção implicação

Nos dois últimos casos, actua, pois, entre termos solidários uma combinatória particularmente cerrada (ver Coseriu, 1977, p. 156-159). Convirá anotar que a conceituação desenvolvida por Coseriu das solidariedades léxicas representa a re-interpretação e aprofundamento do que Porzig explorou, desde 1934, como "nexos essenciais de significação" de índole sintagmático-sintáctica (ver Porzig, 1934). Para uma visão (em parte coincidente com a conceituação das solidariedades léxicas de Coseriu) de "relações sintagmáticas" integradas na configuração sémica de uma unidade lexical, ver B. Pottier, 1974, p. 101-103). Para além das referências dadas considerem-se ainda Trier (noção de "Wortbünd"), Grebe (noção de "ligação de sentido" - "Sinnkopplung") e Leisi (noção de "congruência semântica").

(26) A própria forma da Gramática representa uma visão integrada, embora de base sintacticista, da Sintaxe x Semântica x Fonologia.

(27) Weinreich, 1966 (agora também 1972). Ver aí (1972, p. 63) um confronto entre os seus "transfert features" e os "sellectional features" de Chomsky.

(28) Desenvolvo esta caracterização na base da lexia verbal plenamente configurada nos seus termos constituintes (reunião de morfemas). B. Pottier, em trabalhos recentes, desenvolve, porém, a caracterização das dimensões em referência a partir, não da unidade lexical verbal, antes a partir do morfema lexical. (Ver, em particular, B. Pottier, 1978).

(29) Este pode ser nulo (no caso de verbos ditos an-actanciais: chover, nevar, trovejar ...) ou positivo (no caso dos verbos ditos mono--actanciais ou poli-actanciais, tais como, respectivamente, correr, nadar .../ obedecer, dar ...).

(30) Sobre a construção em actância e em dependência ver B. Pottier, 1974, p. 51 e seguintes.

(31) Observe-se que também os complementadores não integrativos nominais são, naturalmente, afectados por marca casual.

(32) Como já referi acima (ver 2.2.1.), a caracterização da noção de voz será feita aqui na base da sua apresentação em B. Pottier, 1974.

(33) O alcance do que se acaba de sublinhar será avaliado ao longo da exposição que se segue: o carácter fixo em competência das informações centrais contidas no módulo constitui um momento fundamental de demarcação da teoria casual de B. Pottier em relação a outras teorias casuais, nomeadamente à que suporta a Gramática de Casos de Fillmore. Ver adiante.

(34) Ver particularmente B. Pottier, 1978; ver também em B. Pottier, 1974, a noção de visão (p. 136-142). Anote-se que, particularmente em B. Pottier, 1978, o Autor desenvolve a caracterização do módulo a partir do morfema lexical - o que permite, entre outras referências, o levantamento integrado de maior número de soluções formais concretizáveis em discurso.

(35) As formulações dos Autores citados apontam para uma conceituação de construção demasiado (ou totalmente) agregada à combinatória efectivamente projectada em discurso, não como modelo virtual memorizado em competência.

(36) Actuam também como factor de economia de complementadores integrativos certos tabús, ligados a vivências sócio-culturais em dada comunidade.

(37) A economia do termo genérico não deve ser confundida com o que correntemente se designa "emprego intransitivo" ou "absoluto" de "verbo transitivo". Ver adiante a noção de transitividade (5.) e mais imediatamente a nota 41 e o texto a que esta respeita.

(38) Sobre o papel coesivo da redundância que comporta a expressão dupla da Base de predicação do EN, ver, mais abaixo, e particularmente o próximo capítulo (Terceira Parte).

(39) Como já se sabe, quando o verbo é "auxiliado", essa função é assumida por idêntico morfema constitutivo do auxiliar adjunto projectado.

(40) Anotou-se acima que, em português, é "não economizável" o actante sellecionado como Base de predicação no EN.

(41) Rigorosamente, há também lugar a uma economia em competência. Ela surge em verbos absolutos transitivos, que vêem suspensa a sua transitividade "originária" - configurando-se, então, o que mais adiante caracterizarei como transitividade virtual de uma lexia verbal, no quadro de uma transitividade fraca. (Ver adiante 5.). Ilustrarei:

João já	escreve
	lê
	fala

João bebe (= é alcoólico).

Não se trata aqui da projecção de um termo genérico economizado (escrever algo, ler algo, falar de algo, beber algo), mas de uma configuração modular diversa albergada naqueles mesmos significantes léxicos. Não há, pois, aqui economia projectada em discurso, antes autêntica economia instaurada em competência.

(42) Ver Lagane, 1967. Blinkemberg designa-os "verbos bivalentes" (no sentido, não de "bi-actanciais" ou de "valência 2", antes no sentido de "valência dupla" - Blinkemberg, 1960). Sobre valência ver adiante 4.3.8..

(43) Comparem-se:

João rejuvenesceu - rejuvenescer$_1$

o trabalho rejuvenesceu João - rejuvenescer$_2$ (causativo)

os frutos amadurecem - amadurecer$_1$

o calor amadurece os frutos - amadurecer$_2$ (causativo)

(44) Retomarei estes pontos na análise da transitividade verbal (ver 5.). Anote-se que a investigação da valência verbal toma os fenómenos aqui ilustrados de polimodulização como variação (por redução ou aumento) da valência de V. Apreciarei adiante criticamente este e alguns outros aspectos da investigação da valência verbal (ver 4.3.8.).

(45) No número que se segue, estabelecerei um confronto entre a noção de módulo e a de valência de V. A distância que separa as duas noções pode já avaliar-se pela possibilidade de se reconhecer variações de valência de V, em contraste com a impossibilidade de se conceber uma variação de módulo.

(46) A investigação da valência verbal tem também considerado aspectos das "restrições de selecção". Fá-lo, porém, de modo secundário, como último momento (muitas vezes não explorado) da caracterização de V, em clara subordinação ou subalternização aos aspectos sintácticos (como, de resto, também é feita na Gramática Gerativo-Transformacional a especificação da subcategorização contextual por selecção).

(47) Essa herança comum não impede uma matização de linhas de desenvolvimento, que se revela imediatamente em certos distanciamentos ou mesmo na reformulação ou re-interpretação da própria noção de valência. Ver texto e notas seguintes.

(48) Tesnière introduz a noção de valência nos seguintes termos: "On peut ainsi comparer le verbe à une sorte d'atome crochu susceptible d'exercer son attraction sur un nombre plus ou moins élevé d'actants, selon qu'il comporte un nombre plus ou moins élevé de crochets pour les maintenir dans sa dépendance. Le nombre de crochets que présente un verbe et par conséquent le nombre d'actants qu'il est susceptible de régir, constitue ce que nous appellerons la valence du verbe". (Tesnière, 1959, p. 238). Anote-se que Tesnière distingue, em termos inadequados, "actants" de "circonstants", excluindo estes últimos (em que inscreve complementos "preposicionados" e todos os complementos circunstanciais) da área da valência de V. Esta distinção foi corrigida, de modo generalizadamente satisfatório, no desenvolvimento da investigação da valência. Ver adiante.

(49) Não se pode, entretanto, ignorar que Tesnière tenta uma caracterização dos "actants" em termos semânticos (ver Tesnière, 1959, Libre B). No entanto, é clara e inequívoca a prevalência concedida aos aspectos morfo-sintácticos da valência, secundarizando-se o complexo semântico-funcional que, em profundidade (e de acordo com o que se vem aqui defendendo) suporta as conexões sintáctico-dependenciais.

(50) Ver acima 4.3.5. e 4.3.6.. Esta formulação parece aproximar o conceito de economia atrás caracterizado da omissibilidade apontada por Busse (e, em geral, pelos investigadores da valência) para os complementadores "valenciais". No entanto, a correspondência é apenas superficial. Ver texto.

(51) Para uma avaliação crítica recente da "Grammaire valencielle" ou "Grammaire dépendencielle", ver Fink, 1977, e Happ, 1977, e 1978 a e b. Ver ainda os amplamente diferenciados estudos reunidos em Abraham, W. (ed.) 1978.

Convirá ter presentes certas convergências inequívocas entre a noção de valência e a caracterização da lexia verbal desenvolvida no âmbito da Semântica Gerativa que, em consonância com o cálculo de

predicados da Lógica Simbólica, a toma como "predicado" articulador de "argumentos" - concepção, de resto, hoje amplamente contemplada (e não exclusivamente em relação ao verbo) em orientações de investigação linguistica diversificadas. (Veja-se, por exemplo, a Gramática Funcional desenvolvida por Dik e colaboradores - Dik. S., 1978). Uma silimar concepção se reconhecerá em Fillmore, a cuja Gramática de Casos me referirei, brevemente, mais abaixo.

(52) Para uma avaliação crítica sumária (embora imediatamente referida a Boons, Guillet, Leclère, 1976) ver Happ, 1977. Aí se contém igualmente um balanço genérico da investigação da valência, com que o projecto de M. Gross tem alguns pontos de contacto inequívocos.

(53) Para uma visão global da re-elaboração sucessiva do modelo casual de Fillmore, ver, por exemplo, Cook, W.A., 1979.

(54) Abandona-se aqui a visão, posteriormente reformulada, da frase como complexo de [Modalidade + Proposição]. Nesta primeira representação o complexo V x nome(s) afectado(s) por Caso respeitava exclusivamente ao segundo termo (Proposição). Ver Fillmore, 1968.

(55) Aparentemente, mas só aparentemente, o V surge, então (como depois, nas reformulações do modelo) como centro polarizador do EN. Na realidade, tal não acontece, como se verá mais abaixo.

(56) Outras indicações são introduzidas por Fillmore em 1969 e 1971, em especial, indicações de índole "pressuposicional". De momento, só nos interessa focar as informações casuais.

(57) A caracterização acima dada do módulo de V indica, claramente, a centralidade que atribuo à unidade lexical verbal na configuração semântico-funcional e sintáctica do EN. Ver capítulo seguinte, onde tal centralidade será explorada. Similar centralidade é assumida, por exemplo, por Chafe, 1970, e ainda por Dik, S., em diversos trabalhos configuradores da sua "Functional Grammar" (ver, por exemplo,

Dik, 1978; a reter a sua noção de "predicate-frame", amplamente convergente quer com os "case-frames" de Fillmore, quer com as dimensões definidoras do verbo propostas por Chafe (ver próximo capítulo) quer com a noção de módulo desenvolvida por B. Pottier).

(58) A simples presença da noção de inserção de elementos lexicais testemunha a integração do modelo de Fillmore no quadro formal da Gramática Gerativo-Transformacional. (Tenham-se, porém, de novo presentes as dissidências fundamentais de Fillmore em relação aos modelos Chomskyanos).

(59) Um outro momento de clara incoerência interna respeita à representação das relações casuais de forma similar à consignada aos elementos categoriais (em que intervém o símbolo +, próprio da conjunção de elementos categoriais, como SN, V, N) - o que de certo modo trai o carácter relacional dos traços casuais (ver particularmente Fillmore, 1968, onde também, no desenvolvimento das transformações que da estrutura profunda conduzem à estruturação de superfície, esses traços relacionais são tratados como categorias, não rigorosamente como relações).

(60) Alguns destes pontos de vista (ou similares) e algumas destas designações (ou similares) perduram ainda hoje em descrições linguísticas a que, pelo menos genericamente, não convirá o qualificativo de "tradicionais".

(61) Ver, por exemplo, M. Gross, 1969, para quem "les notions de "transitif" et "objet direct" sont complètement inutiles pour les descriptions grammaticales, elles ne correspondent à aucun phénomème linguistique précis" (p. 72), posição radical que, face à caracterização desenvolvida aqui, me dispenso de comentar. Observarei tão somente que esta tão arreigada crença de M. Gross nos critérios formais se coaduna com a concepção que subjaz aos seus trabalhos (e aos de seus discípulos) das relações entre semântica e sintaxe. Dessa concepção,

ou mais rigorosamente, de todas as concepções de base "sintacticista" da estrutura e funcionamento de uma língua se poderá dizer com B. Pottier: "Si l'on donne souvent à la syntaxe une place de choix, c'est à cause de ses propriétés qui en font un objet d'étude rassurant. Les formalistes en sont arrivés tout naturellement à poser des contraintes sélectives sémantiques sur les mecanismes théoriques synqaxiques", escamoteando por essa via o facto fundamental e inequívoco de que "La syntaxe est au service de la sémantique" (B. Pottier, 1970, p. 244). Lembre-se a crítica levantada por Weinreich a Katz/Fodor, que já acima generalisei a toda a concepção de índole sintacticista da estrutura linguística. Ver acima 4.3.8. - c..

(62) Essa autonomia é mais marcada quando se projectam variantes do particípio:

João tem despertado os amigos

João tem os amigos | despertados / despertos.

(ver acima 2.2.2.a.).

(63) Eis como Spang-Hansen apresenta a oposição coesão/decomposição: "Par cohésion du syntagme nous comprenons le fait sémantique que le sintagme correspond à une unité de conception relativement poussée. En accord avec un principe reconnu en linguistique, nous n'employons le mot cohésion que dans un sens relatif, mis en opposition à l'idée de décomposition" (Spang-Hansen, 1963, p. 20). Basicamente, o Autor correlaciona a ideia de "unité de conception relativement poussée", que diz própria do sintagma, com o carácter incolor ou abstracto da preposição eventualmente nele presente (à, en, de); em contrapartida, a presença no complexo sintagmático de

preposição concreta (dans, sur, avec) mitigaria aquela "unitê de conception", ao que, justamente, faz corresponder a sua noção de "décomposition". Spang-Hansen pretende reduzir a este princípio a variedade de empregos das preposições em francês. Mais do que a oposição coesão/decomposição (nos termos, de resto não muito rigorosamente caracterizados nem explorados pelo Autor), reter-se-á aquela correlação, a tomar com referência não apenas à preposição, antes a todos os elementos de relação (relatores). Ver-se-á mais abaixo que quanto maior for a carga sémica do relator, menor será o grau de coesão do sintagma em que ele esteja presente como articulador dos termos em combinação - o que, por outro lado, se correlaciona também com a maior ou menor autonomia, semântica e sintáctica, de cada um dos elementos em congregação. Estes aspectos serão tratados mais abaixo, com referência ao complexo Verbo x Relator x Complementador: ver 6.3..

(64) O que aqui se vem tomando como adjectivadores de V configura-se, visivelmente, como adjunto circunstancial, que suscita necessariamente um processo de que depende, sobre que incide.(Ver, adiante, 6.3.1.1.2.). Estes adjuntos apresentam, como se viu, uma realização formal muito diversificada, e assumem no EN em que se inscrevem papéis semântico-funcionais também diversos; algumas das determinações por eles veiculadas têm uma raiz eminentemente pragmática (articulando-se às coordenadas da enunciação, e em primeiro lugar, ao EU - ao Locutor, considerado em si e nas suas conexões com o interlocutor - permitindo assim modalizar todo o EN); regularmente, para além de assumirem um papel semântico-funcional no quadro do EN em que se inscrevem, estão envolvidos também em dimensões da estruturação do texto (servindo, por exemplo, à estruturação argumentiva, à coesão inter-ENs ...). Um estudo exaustivo de todos estes aspectos não cabe no presente trabalho. No que tange ao próprio FA'_{NAT}, a etiqueta que correntemente se lhe aplica - a de advérbio de modo - trai claramente a diversidade semântico-funcional e

o destaque que lhe advêm não apenas no seio do SV, como também no seio do EN e do "além - EN".

(65) Embora Blinkemberg o faça predominantemente com referência ao complemento objectivo (O_1), esta interdependência é estendida a todos os complementadores situados na área de transitividade de V.

(66) Ver também p. 67: os determinadores circunstanciais de índole espacial e temporal "se comportent, du point de vue de l'ordre des mots, de façon très libre, pouvant se placer non seulement après le verbe, séparés de celui-ci par une pause ... mais aussi au début ou au milieu de la phrase, se caractérisant ainsi comme des déterminations du noyau central de la phrase plutôt que du seul verbe".

(67) Uma outra área particular respeita à realização de complementador integrativo em FN transferido de EN. Dela tratarei, porém, na Terceira Parte deste trabalho, na qual me debruço sobre a coesão do EN.

(68) Já ficou visto atrás que a complementação circunstancial recobre também complementadores não integrativos, quer homosintagmáticos de V, (perfazendo no SV adjectivação de V), quer heterosintagmáticos de V (que se inscrevem como adjectivação do Núcleo do EN, como seu Elemento Marginal).

(69)Na verdade, assim é, a ponto de assumir grande relevo na aplicação de critérios formais para a caracterização da transitividade a anotação da particular resistência oferecida por O_1 a permutas com outros complementadores no seio do SV ou à sua anteposição a V. Ver Blinkemberg, 1960, que constantemente sublinha que "La cohésion des groupes se reflète dans l'ordre des mots" (p. 67), ponto de vista que aplica com grande insistência imediatamente ao grupo V x O_1.

A separação de O_1 do verbo de que depende é, porém, amplamente possível quer no interior do SV (onde permuta com outros complementadores, mesmo integrativos) quer por destacamento para fora do SV realizado por focalização (i) ou por tematização (ii) (repare-se, porém, que neste último caso ele é retomado por substituto lexical junto de V):

(i) Foi o dedo que João feriu

(ii) Este livro, leu-o o João nas férias.

Outras variáveis ocasionam a anteposição linear de O_1 a V (tenha-se presente, por exemplo, a sua realização em "relativo": O livro que João está a ler é muito interessante).

(70) Esta formulação deve ser generalizada, pois vale não apenas para a realização V x O_1 mediatizada por relator, mas também para todos os casos em que um elemento de relação intervém na conexão V x complementador. Verá mais abaixo.

(71) Anotarei, no entanto, que o O_1 acusativo que venho considerando como pólo sobre que se aplica o processo significado por verbo "não causativo" nem sempre se constrói (ao contrário do que acontece com o O_1 suscitado por verbo causativo) em contiguidade imediata com V. Na verdade, projecta-se como variante livre uma combinação mediatizada por relator (sistematicamente a). Esta presença opcional do relator não altera a relação semântico-funcional que O_1 mantém com V (e, através deste, com o actante 1), apenas o distancia, no sentido material, de V, (incidência indirecta). Em português, são escassos os verbos que admitem esta variante de combinação, que, de resto, se vê actualizada quase exclusivamente em nível (diastrático e diafásico) "elevado" do uso da língua. Por outro lado, essa variante circunscreve-se a casos em que O_1 é marcado pelo sema genérico [+ Humano]:

Maria ama (a) João.

Observe-se que o espanhol utiliza abundantemente a construção mediatizada por relator (mesmo nos casos em que O_1 não comporta o sema genérico [+ Humano]. Ver B. Pottier, 1968, 1979. Ver também A. Llorach, 1968 (agora também 1972). Nos números 4. e 5. seguintes focarei mais de perto alguns aspectos básicos da incidência da presença de relator na coesão V x complementadores.

(72) Vejam-se ainda no número seguinte outras variáveis a ter em conta.

(73) Tome-se em conta, no que respeita ao complementador acusativo, a maior integração que lhe advém imediatamente por influxo da correlação de Potência instituída com o actante 1, ERG^+, no seio de todo o bloco modular - aspecto ausente, como se viu, em todos os casos em que O_1 surge como complementador locativo nocional.

(74) A eventual "predisposição" (a levantar com base em dados estatísticos) de um verbo para uma combinação mais frequente com um dos vários relatores com que admite construir-se será indicativo de uma ligação mais intensa: eis outra variável a ter em consideração na análise da conexão V x R (complementador).

(75) É conhecida a possibilidade que apresenta o inglês (e, até certo ponto, também o francês - ver B. Pottier, 1959) de não expressar o termo introduzido pelo relator numa combinação V x R x complementador.

(76) O relator surge "implícito" em algumas formas de substitutos funcionais (me, te) ou de substitutos lexicais (se, lhe).

(77) Ver acima a caracterização de economia de complementador integrativo: como se defendeu, o complementador modular economizado, mais do que ausente, está compresente com V, dada a sua implicação por V em competência; não é rigorosamente o caso do instrumental.

(78) Algumas vezes, soluções lexicais alternativas sugerem o carácter modular do Sociativo(1):

ir com alguém a algum lugar
sociat.(1)

acompanhar alguém a algum lugar
ac

(79) O agentivo é sistematicamente afectado pelo sema genérico [+ Animado] (não raro, [+ Humano]). Este traço é decisivo para o demarcar do complementador instrumental (sistematicamente afectado pelo sema genérico [- Animado]) quando introduzido pelo relator por (que regularmente introduz também o agentivo) e quando projectado em combinatória convergente com a construção invertida (dita Passiva).

João foi ferido
- por Pedro — agentivo
- por um automóvel — inst.

(80) Uma grande variedade se projecta na combinatória dos complementadores considerados. Repare-se:

saber / aprender	algo	de alguém	sobre	algo / alguém
	ac.	fonte		loc.noc
ensinar	algo	a alguém	sobre	algo / alguém
	ac.	dat.		loc.noc.

Está por fazer um levantamento sistemático de todas estas combinatórias, o mesmo é dizer da caracterização exaustiva da complementação dos verbos em português - de que aqui se contempla algumas dimensões a desenvolver em estudos futuros.

(81) Como já ficou anotado, qualquer complementador integrativo de V pode ser "extraído" do SV por focalização, tematização ou mesmo por mera anteposição linear (esta última suscitando algumas vezes condições particulares, nomeadamente contextos em que se desenha um contraste). As operações que conduzem à projecção daquelas combinatórias não atentam, porém, contra aquela ordenação teórica, de base, que suscitam em competência, e a partir da qual se desenvolvem. Vejam-se estas ordenações "derivadas", a partir dos exemplos (i) e (ii) dados na texto:

focalização:	É à escola que João chegará amanhã
tematização:	À escola, eis onde chegará João amanhã
anteposição linear:	À escola, chegará João amanhã (em contexto configurador de contraste).

(82) Alguns destes verbos - nomeadamente, estar, ficar, permanecer, continuar, andar, ir, vir, - aqui considerados como absolutos locativos nocionais, foram apresentados acima (ver 2.2.1. - 2.) como auxiliares do Predicado: o que se toma aqui como locativo nocional, complementador de V, foi, então, considerado como predicativo do sujeito. Resolver-se-á esta contradição imediata, estabelecendo-se que o traço [+ Aplicação nocional] constitui um TR do domínio de aplicação dimensional para que estão basicamente orientados os referidos verbos. Esse TR do domínio de aplicação está, assim, na base que suporta a consideração destes verbos preferentemente como Auxiliares do Predicado.

(83) Os exemplos dados nestes números mostram que alguns verbos locativos se revelam aptos à complementação tanto de índole espacial, como de índole nocional ou temporal. Não raro, esses complementadores são projectados cumulativamente. Veja-se:

ficar	em casa (loc.noc)
	em delírio (loc.noc)
permanecer	(por) duas horas (loc. temp)

João ficou em casa em delírio duas horas
└──────┘ └──────┘ └──────┘
loc. esp. loc.noc. loc.temp.

Observe-se que a combinatória ilustrada no EN agora apresentado é suportada por uma configuração modular do verbo ficar (outros a admitem também) que corresponde ao que, em 2.2.1. - 3.a., tomei como verbos locativos afectados por traços de auxiliarização do Predicado (o que leva a tomar o locativo nocional aí presente como predicativo do sujeito). Veja-se também a nota anterior.

(84) Como já se viu, o relator pode estar implícito ou (nos casos em que o complementador locativo é realizado em substituto lexical) "incorporado" nesse mesmo complementador: aqui, agora, ontem, assim ...

(85) Uma análise exaustiva do problema da complementação objectiva "interna" conduziria a considerar também complementadores que de algum modo expandem o conteúdo semântico de V, mas sem participarem rigorosamente das outras marcas indicadas:

pesar x quilos

medir x metros

(É notória a conexão semântica - por associação ou contiguidade - entre pesar e quilos, medir e metros).

Estes verbos ou complexos verbo-complementadores apresentam-se como expressão de um complexo analítico centrado sobre o verbo ter:

ter x quilos de peso ∿ pesar x quilos

ter x metros de | comprimento / largura | ∿ medir x metros.

Nessa análise exaustiva da complementação "interna" caberiam outros tipos de complementadores: remar com remos | de madeira / de plástico / esguios

(86) A par desta complementação "interna" adjectivada, a lexia verbal viver admite também uma complementação "interna" não adjectivada (viver a vida), e mesmo uma complementação "não interna":

viver | horas / dias / momentos | de desespero / difíceis

viver uma crise

viver duas guerras

Deste modo, dever-se-á reconhecer no significante léxico viver uma configuração largamente polimodular.

(87) O significante léxico dormir admite uma complementação não rigorosamente "interna" (mas obrigatoriamente determinada) - dormir uma noite bem dormida, dormir uma noite inteira) e ainda uma complementação "não interna" e não determinada por adjectivação : dormir a sesta (ver adiante 2.).

(88) A <u>configuração modular</u> de <u>chorar</u> é claramente múltipla:

$chorar_1$ (intransitivo)

$chorar_2$ | algo / alguém

$chorar_3$ por | algo / alguém

$chorar_4$-<u>se</u> | <u>de</u> / <u>por</u> | algo

$chorar_5$ (n)um choro comovido ....

(89) <u>A afectação destas relações predicativas por verbo</u> (que legitima, pelo dinamismo que lhe é característico, que se fale de <u>processo predicativo</u>) separa claramente a <u>predicação</u> da <u>atribuição</u>, enquanto vias de conexão de uma adjectivação a uma <u>base</u> ou <u>suporte</u> nominal (ver capítulo anterior):

Pedro considera João inteligente

<u>predicação de 0_1</u>

Pedro é um rapaz inteligente

<u>atribuição</u>

<u>predicação do sujeito</u>

(Não se esquecerá, no entanto, alguma afinidade entre a predicação do sujeito e a atribuição, representando esta o resultado de uma integração da primeira (ver cap. 1.), com o apagamento de V e das marcas que com ele afectam o processo predicativo:

Este rapaz é inteligente ⟶ este rapaz inteligente)

Ver também nota seguinte.

(90) Esta afinidade não deve fazer ignorar, no entanto, que os dois processos predicativos se opõem frontalmente:

(i) é diversa a configuração semântica dos verbos envolvidos na instituição da relação predicativa;

(ii) a predicação do sujeito projecta-se na construção do EN, enquanto a predicação de O_1 tem lugar imediatamente na construção do SV;

(iii) na predicação do sujeito, a base ou suporte é heterosintagmático do predicativo; na predicação de O_1, base e predicativo são, imediatamente, entre si heterosintagmáticos (o que se verá mais explicitamente adiante), mas congregam-se no interior de uma unidade superior que os abarca (SV).

(91) Observe-se que a expressão Para João salvaguarda em (iii) uma dimensão semântica de considerar (traço de modalidade). Ver número seguinte.

(92) Ver, mais acima, as referências genéricas a estas restrições. Anotar-se-á agora tão somente que O_1 de verbo transitivo predicativo se realiza quase sistematicamente em FN_{NAT}: ele pode, porém, realizar-se também (nomeadamente em "contextos de citação") como FN_{TR}: João achou muito ríspido o "vamos embora!" de Pedro.

(93) Quanto à distribuição das realizações do predicativo de O_1, direi que quase todos os verbos transitivos predicativos admitem construir-se com predicativo actualizado em FA ou em FN. Há, porém, alguns que não aceitam a realização em FN (por exemplo, comer, beber ...) enquanto outros não aceitam, por seu turno, a realização em FA (por exemplo, nomear, constituir, destituir ...). Quanto ao modo de articulação V x predicativo, anotarei que, ao lado de verbos (poucos) que exigem a presença de relator (ter | por / como; tomar | por / como; infamar de ...), outros aceitam-no (como variante), revelando, então, uma maior ou menor "predisposição" a combinar-se com ele:

João acha Pedro seu amigo

João considera Pedro (como) seu amigo

Esta "predisposição" poderá ser levantada na base de dados estatísticos e nela parece intervir (até que ponto?) a realização do predicativo como FA ou como FN. Sobre o alcance da presença do relator no que concerne à coesão do grupo, ter-se-ão presentes as considerações já tecidas sobre todos os casos em que se configura uma incidência indirecta, bem como outras variáveis já levantadas em alguns momentos deste estudo. Ver também número seguinte.

TERCEIRA PARTE

COESÃO AO NÍVEL DA MESOSINTAGMÁTICA

A COESÃO DO ENUNCIADO

PLANO

1. A estrutura geral do EN
2. A centralidade da lexia verbal no EN
3. A coesão do EN simples
4. A coesão do Núcleo centrado sobre verbo absoluto
5. A coesão do Núcleo em que opera um auxiliar do Predicado
6. Graus de coesão do EN

Notas

A COESÃO DO ENUNCIADO

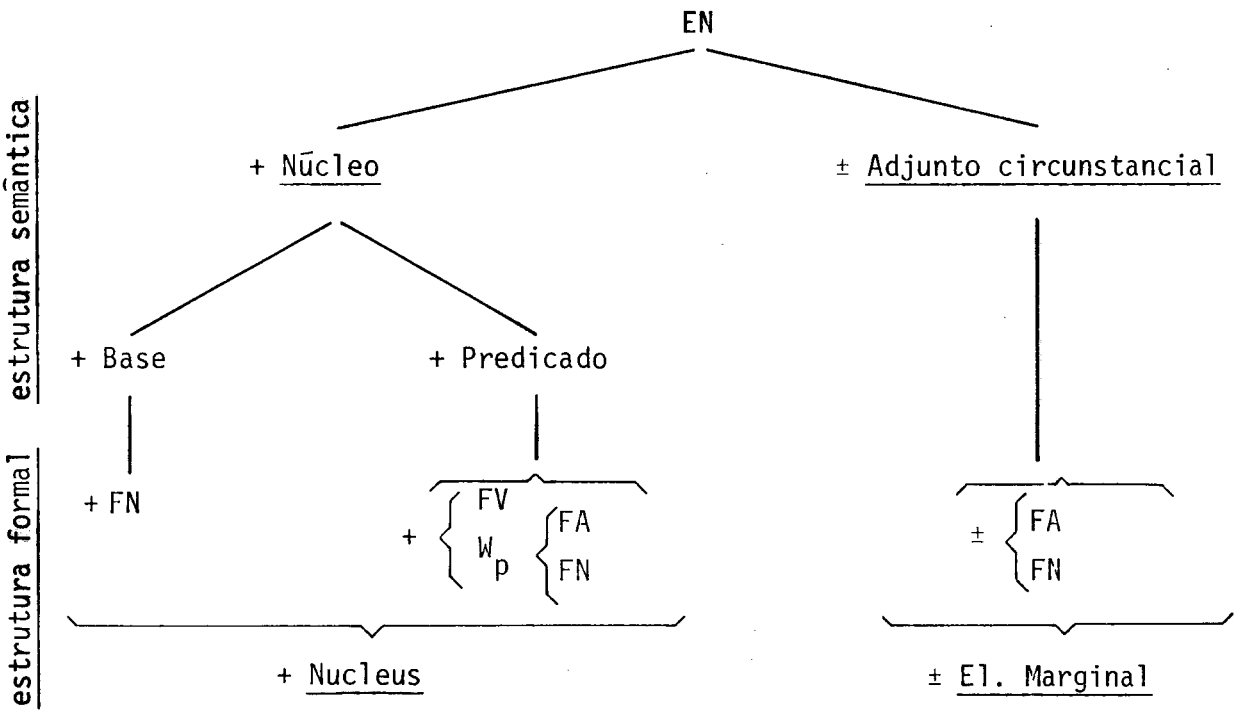
1. A ESTRUTURA GERAL DO EN

Apresenta-se o EN como a articulação de dois blocos: o primeiro, obrigatório, constitui uma unidade de predicação, estruturada em dois termos correlativos (Base e Predicado) que se moldam, respectivamente, em FN e FV, ou em FN e $\{^{FA}_{FN}$ reunidos por um auxiliar do Predicado (W_p); o segundo bloco constitui um adjunto circunstancial, facultativo, que determina a unidade de predicação, sobre que incide.

À unidade de predicação convém a designação de Núcleo do EN; à unidade formal em que se realiza cabe a denominação de Nucleus.

O adjunto circunstancial foi já apresentado no capítulo precedente como Elemento Marginal do EN, em consonância com o seu estatuto de termo facultativo, periférico, na configuração semântico-funcional e formal do EN. Vejam-se também acima as possíveis realizações deste termo não constitutivo do EN.

Esta organização geral do EN pode ser condensada na seguinte representação:

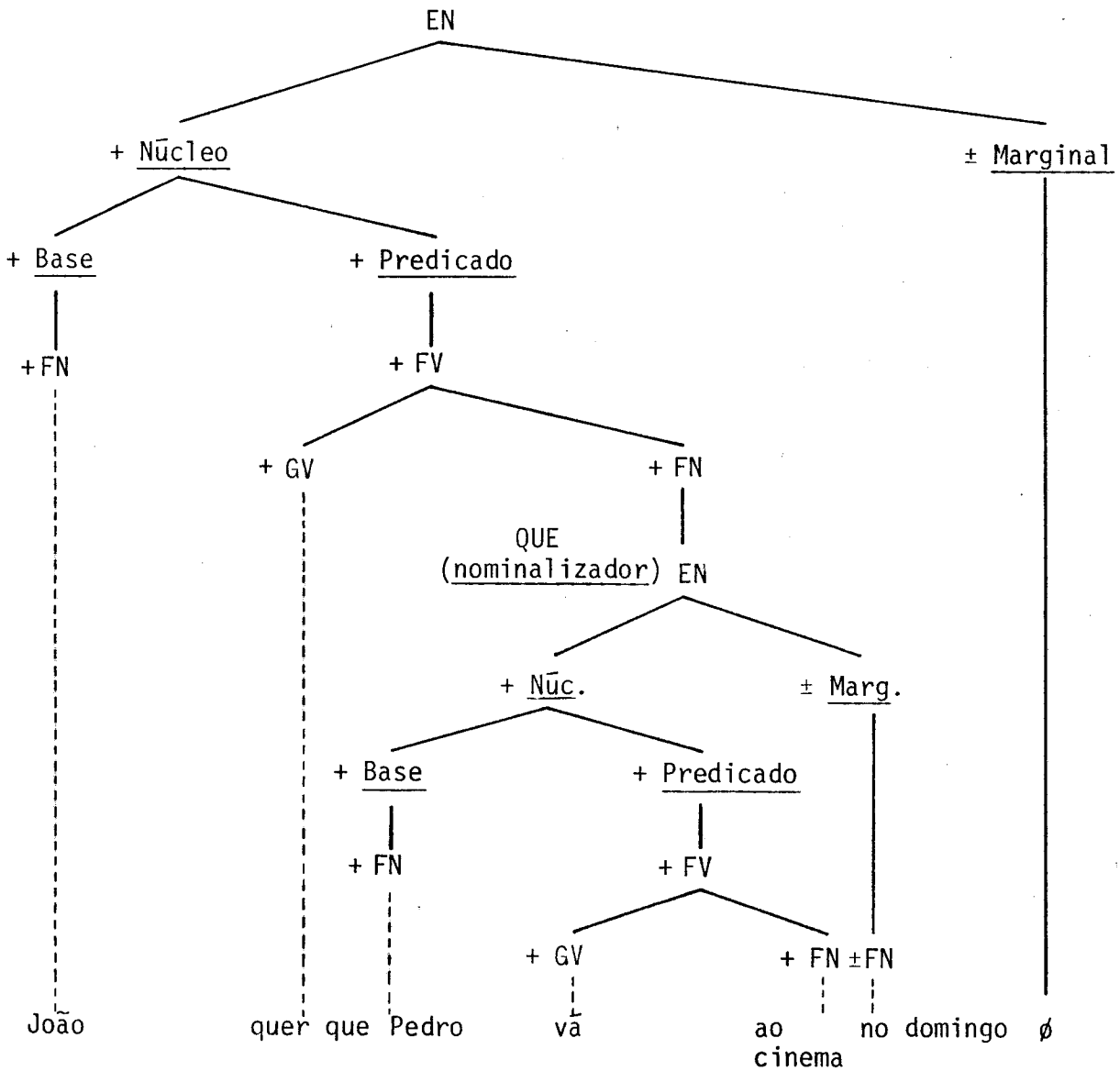


Esta é a estrutura geral do Enunciado simples (EN_s). A reunião por coordenação (realizada em relatores - tais como, e, mas, ou ... - ou em zero) de dois (ou mais) EN_s conduz a um Enunciado complexo (EN_c):(1)

João sairá com os amigos, irá ao cinema e
estará de regresso ao fim da tarde.

O EN simples comporta um único Núcleo e um ou mais adjuntos circunstanciais. A eventual realização de algum dos FNs da construção sintáctica em EN transferido (1) ocasiona a recorrência num mesmo EN simples da estrutura apresentada:

João quer que, no domingo, Pedro vá ao cinema



2. A CENTRALIDADE DA LEXIA VERBAL NO EN

2.1

Enquanto termo consubstanciador da predicação, que constitui o próprio objecto do acto comunicativo vasado no EN, o Predicado ganha um natural relevo no seio desta unidade.

A análise dos elementos formais que realizam o Predicado mostra que nele está regularmente presente [2] uma lexia verbal em "forma pessoal". Esta presença regular de uma lexia verbal no EN - ou mais exactamente no próprio núcleo predicativo do EN - indicia que ela preenche um papel fundamental, a que me referirei sob a designação de centralidade do verbo no EN.

2.1.1

a.

Uma primeira dimensão de centralidade de V no EN surge como independente do seu valor predicativo, pois não se identifica com esse valor nem dele decorre. Respeita esta dimensão ao exercício de uma função verbal que afecta ao Predicado (e, como veremos, também a todo o EN) marcas particulares (nomeadamente, modo-temporais-aspectuais) que lhe conferem a condição de unidade essencialmente dinâmica. Este dinamismo decorre justamente de V, enquanto configurador de um processo.

Foi esta dimensão, constitutiva de EN, presente em toda a forma verbal pessoal que destaquei ao caracterizar os auxiliares do Predicado: referi então, (ver capítulo anterior, 2.2.1.) que estes verbos, particularmente os de mais reduzido valor predicativo, surgem no EN como índice verbal, como suporte daquelas categorias modo-aspectuais-temporais (e ainda das de pessoa-número). A lexia verbal ser encarna esta função verbal constitutiva de EN no seu "estado puro", porque não obscurecida por predicabilidade própria (ver no mesmo capítulo, o eixo de predicabilidade em que inscrevi os diferentes auxiliares do Predicado).

A centralidade do verbo no EN consubstancia-se, pois, aqui na própria viabilização desta unidade (ver B. Pottier, 1972, p. 110-111), a cuja configuração é indispensável o dinamismo específico que o verbo comporta, particularmente marcado quando actualizado em forma pessoal.

b.

Esta primeira dimensão da centralidade de V prolonga-se por um outro aspecto: aquelas categorias de modo, tempo, aspecto (e ainda outras igualmente ligadas à configuração de um processo por V, como as de voz, pessoa-número), manifestando-se embora no verbo, afectam, na realidade, todo o EN.

Esta generalização a todo o EN de categorias manifestadas no corpo do verbo actualizado em forma pessoal (ver a noção de morfemas extensos de Hjelmslev) constitui um momento particular da centralidade de V, desenhado, como se nota, em congregação com a função verbal que ele assegura.

Em suma, pela função verbal, que preenche, o verbo garante um dinamismo indispensável ao EN, sujeitando todo o conteúdo nele vasado a determinações de índole modal-temporal-aspectual: por esta via, o verbo põe "le temps de l'événement en rapport avec le temps du discours sur l'événement" (Benveniste, 1966, p. 159), com tudo o que tal implica, designadamente as relações particulares de todo o EN com as outras coordenadas da enunciação, em primeiro lugar com o locutor.

2.1.2.

Cumula-se com a primeira dimensão da centralidade do verbo no EN (no duplo aspecto assinalado) uma segunda, a saber, a que tange ao exercício por V de uma função coesiva "qui est d'organiser en une structure complète les éléments de l'énoncé" (Benveniste, 1966, p. 154). Reparar-se-á que esta noção de coesão é convergente com a que é dada em Blinkemberg, 1960;ver capítulo anterior), para quem ela representa uma força unificadora específica que "change l'alignement pur et simple -- qui est juxtaposition inorganique - en une structure syntaxique" (Blinkemberg, 1960, p. 18). Reparar-se-á ainda que aquela função cometida por

Benveniste ao verbo converge, por outro lado, com a caracterização que lhe é dada por Hjelmeslev, que nele vê basicamente "une conjonction de proposition"(ver Hjelmslev, 1971, p. 199).

Pela minha parte, tomarei esta função coesiva do verbo no EN numa base eminentemente semântica, enunciando-a nos seguintes termos: o verbo inter-relaciona um complexo de elementos com ele compresentes em discurso, e integra-os numa unidade semântico-funcional e formal - justamente o EN.

Convirá captar adequadamente esta nova dimensão da centralidade do verbo no EN.

2.1.2.1.

Decorre imediatamente do processo configurado no verbo (independentemente do valor predicativo por ele comportado, ou seja, do complexo sémico que perfaz a substância do significado do seu lexema) o recorte de uma série de forças coesivas básicas, actuantes no todo do EN. Trata-se de um complexo de configurações relacionais que se originam em V, não por força do seu conteúdo semântico (3), mas tão só por força do carácter de processo que marca a sua significação categorial (a classe formal verbo).

a.

Desenhando um processo, o verbo viabiliza a afectação dos FNs compresentes no EN (como termos da construção sintáctica, quer nucleares quer extranucleares) a papéis semântico-funcionais (aqui identificados, como se sabe, em termos casuais).

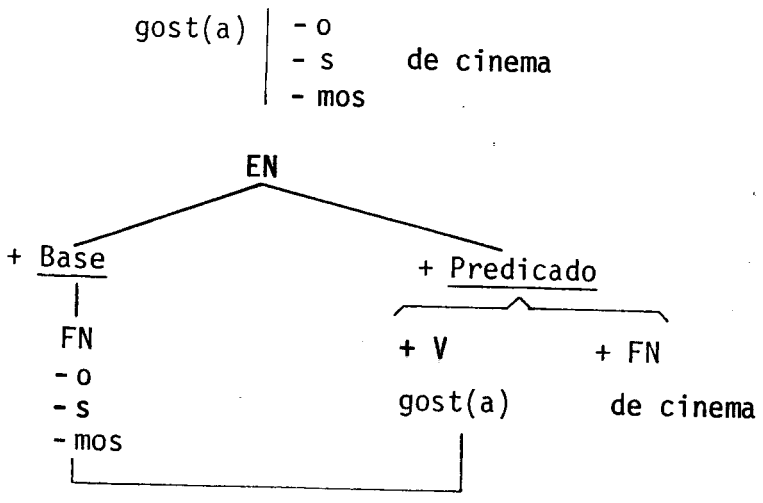
Observe-se que o que pretendo sublinhar aqui é, como ficou escrito, a viabilidade, que é da responsabilidade do verbo, de os FNs serem afectados por uma marca casual. Não se trata agora da especificação dessa marca por parte de V: esta especificação tem também, efectivamente, lugar a partir dele, mas apenas, em rigor, quando se trate de verbo absoluto e a respeito de termos nominais por este consignificados - o que constitui um outro aspecto, indissociável, como se nota,

do valor predicativo de V, ou melhor, da sua configuração semântica modular (ver nota 3).

Porque orientado por natureza para a assumpção de um papel semântico-funcional (casual) no quadro do EN, por força da sua articulação a um processo instituído por um verbo, todo o elemento nominal comporta, como traço do seu semantismo, marcas casuais virtuais, que serão seleccionadas e actualizadas especificamente em discurso, em congregação com a configuração modular do verbo e, também, com a solução formal que revista a sua actualização.

b.

Vimos que a forma verbal constitutiva de EN é uma forma pessoal. Esta comporta em si mesma a indicação de uma relação sintagmática, justamente a que se instaura entre o processo predicado e a sua Base, que necessariamente suscita. Mesmo que não explicitamente realizada em elemento exterior à forma verbal, a Base de predicação de um processo verbal está sempre compresente com a forma verbal projectada, porque esta a contém no seu próprio corpo (no formante que nela realiza a pessoa, a que se associa regularmente, solidariamente, o número):



Quer dizer: o processo que V configura suscita uma Base sobre que se aplica, e esta está necessariamente sempre presente, como termo obrigatório, na própria forma verbal constitutiva de EN[4]. A confi-

guração deste nexo é momento de coesão no seio do Núcleo, a que voltarei.

c.

Um outro nexo que se desenvolve no EN a partir do verbo enquanto configurador de um processo respeita à concordância de tempo (ou de tempo e aspecto) imposta por V a todos os elementos que no EN assinalem localização temporal (ou temporal-aspectual).

Pretendo focar aqui exclusivamente concordâncias de tempo (ou de tempo-aspecto) que se apresentem como independentes do conteúdo predicativo do verbo, da configuração semântica do seu lexema - deixando de lado outras inequivocamente ligadas a esse conteúdo predicativo (5). A forma verbal pessoal constitutiva de EN institui (através da categoria tempo ou tempo-aspecto, que comporta) uma localização temporal que atinge, globalmente, nos termos anotados em 2.1.1.1.b, todo o EN. Na perspectiva temporal aberta pelo verbo actualizado devem inscrever-se as determinações temporais realizadas em outros localizadores com ele compresentes (e dele dependentes). Desenham-se, assim, correlações temporais (ou temporais-aspectuais) presididas pelo verbo do Núcleo do EN:

(i) João vai sair	agora
	logo
	dentro de minutos
	amanhã
	* ontem
	* há pouco

(Perspectiva de Presente-Futuro)

João saiu	agora (mesmo)
	ontem
	há pouco
	* amanhã
	* dentro de minutos

(Perspectiva de Presente-Passado)

(ii) João | quer / quererá | que venhas

João | quis / queria | que viesses

Os exemplos ilustram concordâncias de tempo manifestadas quer em correlações verbo × localizadores quer em correlações verbo × verbo (em que este segundo é elemento de EN transferido a FN). Retomarei adiante, para uma breve referência, a análise destas últimas, que cabem no domínio da consecutio temporum (ver 4.3.2. e 5.3.3.b.).

d.

Prende-se também imediatamente ao desenho, que o verbo estabelece, de um processo a integração formal do Elemento Marginal no EN (6); efectivamente, como adjunto circunstancial que é, o Marginal suscita como pólo de incidência um processo. Conferindo um tal carácter ao Predicado (e a todo o Núcleo), o verbo torna-o(s) apto(s)a constituir(em)-se pólo de incidência do Marginal. A ligação formal do Marginal ao Predicado (ou ao Núcleo) radica, pois, neste nexo particular de incidência sobre um processo.

2.1.2.2.

Como se anunciou linhas acima (ver nota 3), alguns aspectos da função coesiva do verbo no EN são indissociáveis do conteúdo semântico por ele veiculado. Respeitarão, pois, em rigor, a um verbo absoluto e projectar-se-ão no interior do Núcleo centrado sobre tal tipo de verbos (7).

As dimensões da função coesiva de V a que agora pretendo referir-me (e que, naturalmente se cumulam com as já analisadas em 2.2.2.1.) radicam no facto de que o verbo absoluto é um termo por natureza configurador de uma estrutura actancial: ele determina a presença quer de elementos nominais (que suscita como seus complementadores integrativos, que selecciona, sobre que incide, e a que especifica uma posição de base) quer

ainda de um complexo de laços semântico-funcionais que os interconecta; finalmente, como também já se viu, ele "pré-figura" a relação específica de voz, que traduz a orientação do processo predicativo concretamente projectada no EN.

Mais uma vez sublinho nesta formulação que os laços desenhados pelo verbo absoluto não se esgotam no estabelecimento de "conexões estruturais" sintácticas que dele fazem, na perspectiva de Tesnière, "o nó dos nós", "o nó central" da organização hierarquizada do EN. Por um lado, há que explicitar que estas conexões formais têm uma raíz semântica (os actantes são complementadores integrativos de V); por outro lado, não deve ignorar-se que esta articulação semântica se prolonga por uma dimensão funcional (os actantes são consignificados por V como pólos de relações semântico-funcionais específicas, determinadas por V); finalmente, há que ter presente que estas relações semântico-funcionais atingem, através de V, termos que não estão ligados entre si por nexo formal imediato (os actantes não estão ligados entre si imediatamente por conexão formal, antes por conexão semântico-funcional).

Direi, assim, que o verbo absoluto, pelas dimensões que preenchem o seu módulo semântico, comporta uma força relacionadora singular: ele põe-se em relação (semântica, funcional e formal) com os seus actantes e põe os seus actantes em inter-relação (funcional). É por esta via que o verbo absoluto se revela o pivot da organização do EN (rigorosamente, nos termos expostos, do Núcleo do EN), constituindo verdadeiramente, como já anotei (ver a caracterização do módulo semântico de V, no capítulo anterior), um EN em potência: ele desenha a compresença dos termos constitutivos do EN (que perfazem o Núcleo) e bem assim as forças integrativas que o suportam como unidade semântico-funcional e formal.

Encontramos em W. Chafe, 1970 (especialmente, cap. 9, 10 e 12) uma noção de centralidade de V na frase que está muito próxima das dimensões coesivas fundamentais caracterizadas neste número e que se viu serem indissociáveis da configuração modular do verbo (8).

Para W. Chafe o verbo "determines what the rest of the sentence will be like; in particular ... it determines what nouns will

accompany it, what the relations of these nouns to it will be, and how these nouns will be semantically specified" (p. 97) (9). Por isso, o verbo constitui, na visão deste Autor, "the control center of a sentence , determining by its own internal specification what the rest of the sentence will contain" (p. 165) (10).

Reconhecer um tal papel ao verbo significa, visivelmente, estabelecer, como pela minha parte venho fazendo, uma raiz semântica para a "boa formação" do EN. W. Chafe não só o faz ("It is in semantic structure that the well-formedness of sentences is determined" - p. 59), como também avalia as relações verbo x nome(s) (configuradas por V) como "the backbone of semantic structure" - estrutura semântica essa que deve ser tomada como estando "at the heart of an adequate theory of language" (p. 10). Uma tal avaliação das configurações determinadas por V (ou seja, do semantismo profundo de V) comporta a rejeição de perspectivações sintacticistas, mesmo daquelas que suscitam uma "estrutura profunda"(11). W. Chafe surge, assim, em sintonia com as orientações que defendem uma raiz semântica na geração, na projecção das unidades linguísticas manifestadas em discurso.

Interessa, finalmente, anotar que, se segue basicamente Fillmore (Fillmore, 1968) no que tange ao levantamento dos papéis semântico-funcionais configurados aos nomes por V, W. Chafe dele se aparta inequivocamente num ponto fundamental, de particular relevância para a centralidade de V: como já referi oportunamente (ver capítulo anterior, 4.3.9.), fiel à lógica interna da Gramática Gerativo-Transformacional (versão standard) e a alguns dos seus procedimentos operatórios, com que não rompe, Fillmore concebe a projecção do verbo na frase como uma inserção presidida pelo(s) nome(s) que o acompanham. Procedendo assim, Fillmore consagra a centralidade, não de V, antes do nome. (Ver sobre este ponto W. Chafe, 1970, p. 97 - texto e nota 1; ver também aqui, capítulo anterior, 4.3.9.-c.). Como ficou exposto, é outra a perspectiva de W. Chafe - e a que aqui adopto: é o verbo que, efectivamente, determina a compresença no EN do(s) nome(s) com que se inter-relaciona, que selecciona, sobre que incide, e a que especifica um dado papel semântico-funcional - pelo que preside, verdadeiramente, à estruturação do EN.

2.1.2.3.

Dado o seu reduzido valor predicativo, o auxiliar do Predicado não comporta os aspectos que perfazem as dimensões coesivas referenciadas em 2.1.2.2. (Tenha-se, porém, em conta o que ficou exposto sobre os graus de predicabilidade do auxiliar do Predicado).

No entanto, às dimensões coesivas que cabem ao auxiliar do Predicado nos termos de 2.1.2.1. (que não valem apenas para o verbo absoluto, insista-se), junta-se uma outra, actuante exclusivamente no interior do Núcleo onde opera aquele tipo funcional de lexia verbal, a saber, a que ela comporta enquanto "elemento de relação" que conecta a um FN-Base um outro elemento nominal ou um elemento adjectival seleccionado como Predicado. (Para este estatuto, que cabe ao auxiliar do Predicado, de "elemento de relação" aponta a designação tradicional e corrente deste tipo de verbos como "copulativos" ou "verbos de ligação". A dimensão verbal que os marca diferencia, naturalmente, estas lexias de outros elementos de relação, stricto sensu (relatores)).

2.1.3.

Uma terceira dimensão da centralidade de V no EN respeita à sua participação na predicação, perspectivada agora do ângulo do conteúdo semântico, lexemático, vasado em V e endossado (como aporte ou parte do aporte) a uma Base (suporte). (Para as designações aporte e suporte e e seu conteúdo, ver B. Pottier, 1974).

Referir-me-ei a esta dimensão da centralidade de V sob a designação de função predicativa que o verbo preenche também no EN. (Faço corresponder esta função predicativa à - um tanto obscura - função assertiva, de que fala E. Benveniste, "consistant à doter l'énoncé d'un prédicat de réalité" - Benveniste, 1966, p. 154).

Vemos que, à partida, ficam à margem desta função os auxiliares do Predicado em que se reconheça um reduzido valor predicativo. No entanto, como a própria formulação acabada de enunciar sugere, e como já foi devidamente assinalado, a predicabilidade própria dos auxiliares do Predicado é escalonável, graduável. (Ver no capítulo anterior, 2.2.1., o eixo de predicabilidade em que se inscrevem estas lexias verbais).

Nesta base, os auxiliares do Predicado participam também da função predicativa (sempre marcada pelas dimensões decorrentes do seu significado categorial - da sua forma do significado - a que corresponde a indicação de processo) na razão directa do grau de predicabilidade de cada um.

Naturalmente, os verbos absolutos participam, por direito próprio, desta função predicativa, que a eles diz respeito, de resto, e de acordo com o que venho considerando, em sentido estrito. O Predicado contém-se, por inteiro, nos verbos mono-actanciais (e nos an-actanciais), mas integram-no também, no caso dos verbos bi-actanciais e poli-actanciais, os actantes projectados como homosintagmáticos de V. A carga semântica, mais ou menos densa, do lexema destes verbos constitui, obviamente, variável a ter também em conta - o que permitirá traçar também para os verbos absolutos um eixo matizado de predicabilidade.

2.1.4.

Poderei condensar na seguinte formulação os aspectos fundamentais em que se consubstancia a centralidade do verbo no EN, de acordo com o exposto anteriormente:

1. V vale como sede de uma função verbal, configuradora de um processo, indispensável à constituição de um EN;

2. V vale cumulativamente como sede de uma função coesiva,

   2.1. integradora dos FNs (nucleares ou marginais), enquanto termo que, por força de 1.,

      a. viabiliza a sua afectação a papéis semântico-funcionais;

      b. desenha uma perspectiva de localização temporal (ou temporal-aspectual) em que se inscrevem outras localizações temporais assinaladas por elementos ("verbais" ou "não verbais") compresentes com V e dele dependentes;

c. constitui o Predicado em elemento dinâmico (processo) indispensável à incidência do Marginal;

2.2. enquanto termo que, actualizado em forma pessoal comporta a indicação de uma relação sintagmática desenvolvida imediatamente no seu próprio corpo (que contêm o morfema de "pessoa-número" - primeiro (eventualmente único) elemento suporte da predicação);

2.3. integradora dos FNs do Núcleo

a. enquanto "elemento de relação" (aux. do Predicado);

b. enquanto termo configurador por natureza de uma estrutura actancial, ou seja, enquanto termo consignificador de complementadores, que selecciona, a que especifica uma posição de base, sobre que incide e que afecta a determinados papéis semântico-funcionais (casuais);

3. V vale ainda como sede de uma função predicativa, pois comporta um conteúdo semântico, lexemático, próprio (mais ou menos denso) que se predica a uma Base - "pré-figurando" imediatamente também a orientação da relação predicativa (voz).

Como ficou observado, as dimensões 1., 2.1.(a, b, c), 2.2. e 2.3(a) são independentes do valor predicativo do verbo - enquanto que, como se compreende, as dimensões 2.3.(b) e 3. confluem com esse valor predicativo (mais rigorosamente, a dimensão 3 identifica-se com o valor predicativo de V, e a dimensão 2.3.(b), com a configuração modular de V, intimamente congregada, como se viu, ao seu conteúdo lexemático).

Numa outra formulação, teríamos:

1. V (quando absoluto) põe certos elementos nominais, necessariamente com ele compresentes (embora eventualmente economizáveis, nos termos já expostos oportunamente) e estabelece a sua afectação a específicos papéis semântico-funcionais (casuais);

2. V é pressuposto por todos os termos integrantes do EN, pois

2.1. configura um processo indispensável

a. à própria constituição de um EN viável;

b. à afectação dos elementos nominais (nucleares ou marginais) a papéis semântico-funcionais (casuais);

c. ao desenho de uma perspectiva de localização temporal (ou temporal-aspectual) em que se inscrevam outros marcadores de tempo ("verbais" ou não "verbais") eventualmente presentes, como termos dele dependentes, no EN;

d. à integração (formal) do Marginal, enquanto termo postulador de um processo como pólo de incidência;

2.2. é (quando auxiliar do Predicado) "elemento de relação", articulador dos functemas do Núcleo;

2.3. é (quando verbo absoluto) termo postulado pelos elementos nominais que completam o seu semantismo, recebem a sua incidência e prenchem papéis semântico-funcionais específicos. (Esta dimensão constitui, obviamente, o reverso de 1., e dá conta da interdependência - semântica, funcional e formal - que articula o verbo absoluto e seus actantes);

3. V carreia um conteúdo semântico próprio, mais ou menos denso, que se predica a uma Base -"pré-figurando"também a orientação da relação predicativa (Voz).

2.2.

O Núcleo centrado sobre verbo absoluto representa, como se anotou, a actualização do módulo semântico do verbo [12]. Trata-se da projecção em discurso de um esquema virtual, de um modelo construcional memorizado em competência desenhado pelo módulo de V.

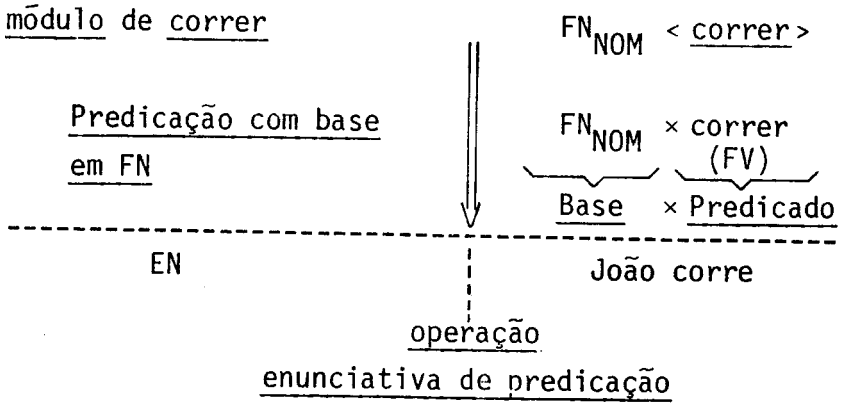
2.2.1.

A estrutura semântico-sintáctica projectada resulta de uma operação enunciativa - a operação de predicação - que se consubstancia na selecção do actante único dos verbos mono-actanciais ou do actante$_1$ dos verbos bi ou poli-actanciais como Base do processo predicativo (13).

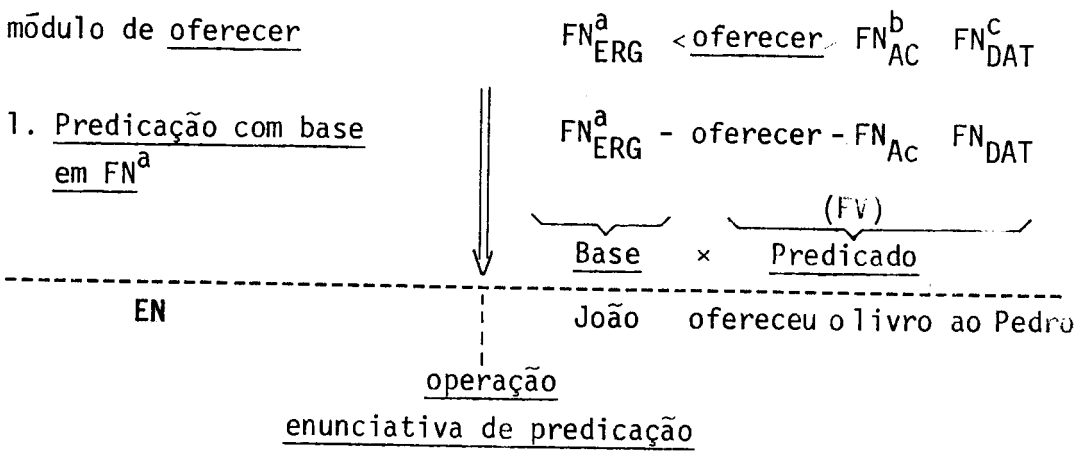
Esta selecção comporta a instauração de uma visão desenhada a partir de (com base em) o termo escolhido do complexo modular, termo que é posto como elemento que suporta, que serve de suporte da predicação (14).

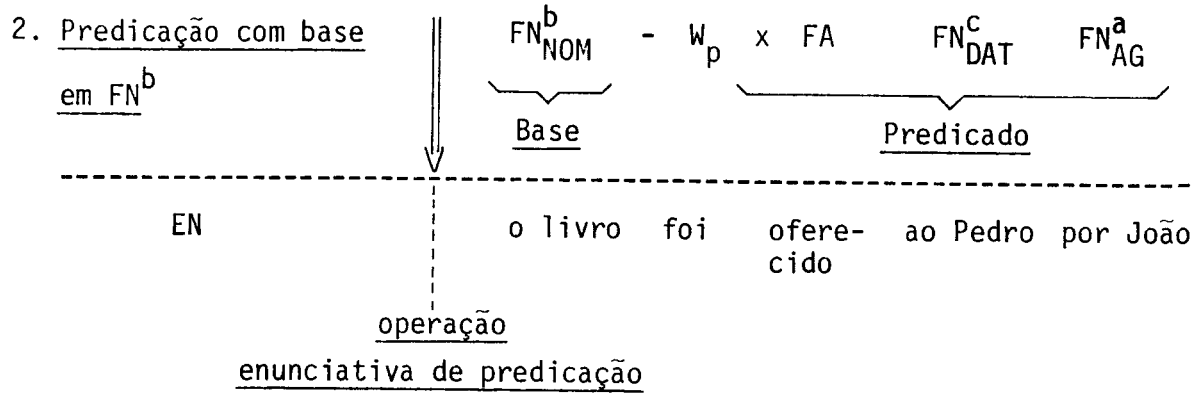
Ilustro brevemente.

A.



B.





A ilustração desenvolvida em B testemunha a obtenção de duas soluções formais (traduzidas directamente em dois ENs) a partir de um único esquema virtual, memorizado em competência, que representa uma constante semântico-funcional, que lhes subjaz e que responde pela sua ampla equivalência. Essa constante suporta, do lado do locutor, a construção dos ENs, e, do lado do receptor, a interpretação que deles faz. Por isso, ela constitui um "esquema de compreensão" compartilhado, em competência, pelos falantes. Correlativamente, a estrutura semântico-sintáctica que corresponde a cada uma das soluções actualizadas (a cada um dos ENs) poderá chamar-se, porque derivada da operação de predicação, "esquema predicado", integrado nos quadros formais disponíveis na língua (15).

2.2.2.

Observarei que a afectação de um dos actantes (ou do actante único do verbo mono-actancial) ao papel de Base de predicação lhe confere uma inequívoca demarcação em relação ao complexo originário desenhado pelo módulo, logo, em relação ao(s) outro(s) termo(s) com ele compresente(s) no Núcleo (onde realiza(m) o Predicado).

Esta demarcação é consagrada em termos de formação sintagmática (os elementos nucleares repartem-se em dois blocos, FN-FV) e é ainda reforçada pelo facto de o FN se constituir em pólo de duas relações, a saber, a de voz (que se trava justamente entre ele, enquanto Base, e o Predicado) e a de concordância (em pessoa-número) com o verbo do Predicado. Neste último caso, a demarcação do FN-Base prolonga-se pelo facto de ele se revelar a fonte do acordo, isto é, a "variável fixa" que faz do verbo a "variável dependente" (o verbo concorda com o FN-Base, toma uma forma

flexional adequada à "pessoa-número" representada na Base).

Quer isto dizer, pois, que a operação enunciativa de predicação realiza a extracção de um termo ao complexo modular, extracção que, consagrada e reforçada pelas vias que referi, obtém para o FN-base uma demarcação no seio do Núcleo (16).

A legitimidade da divisão imediata do EN em Núcleo x Marginal (legitimidade que repousa no reconhecimento da interdependência - semântica, funcional e formal - que reúne o complexo V x actantes, projectado justamente no Núcleo) sucede assim naturalmente a pertinência do desmembramento do Núcleo em dois blocos - semanticamente, Base e Predicado, formalmente, FN e FV: a repartição em Base x Predicado atende basicamente à condição, que cabe ao Núcleo, de unidade de predicação (em que se reconhecerão necessariamente aqueles dois termos correlativos); o desmembramento em FN x FV coaduna-se com os princípios da formação sintagmática e está em consonância com a demarcação acima caracterizada do primeiro termo face aos restantes compresentes no Núcleo.

Lembrarei, a este propósito, que os "modelos dependenciais" da representação da frase também atendem à realidade do "grupo natural" configurado por um verbo e seus actantes - quer este grupo seja concebido numa base eminentemente sintáctica (caso de Tesnière) (17) quer numa base lógico-semântica (como em Fillmore e outros Autores, que reconhecem a interdependência entre V e seus argumentos). Estas representações esvaziam de sentido a consideração de um dos actantes (de um dos argumentos) como "sujeito": Tesnière insiste em que o tradicional "sujeito" não é mais que actante, a tomar como complemento de V a que nenhuma relevância é devida; Fillmore concebe a "configuração relacional" que se traduz sob a designação de "sujeito" como fenómeno de superfície, sem relevo na configuração semântica (profunda) da frase. Pela minha parte, e como ficou claro no exposto acima, julgo que, se à partida o actante-Base surge como um complementador de V em pé de igualdade com os outros complementadores integrativos, a um outro nível de análise (justamente a que toma o Núcleo como unidade de predicação) ele ganha uma relevância semântica e funcional particular, que lhe advém do seu estatuto de suporte da predicação e de termo inicial de uma visão que se institui no EN.

3. A COESÃO DO EN SIMPLES

As considerações desenvolvidas até aqui permitem já concluir que reconheço no EN uma zona fortemente integrada, fortemente coesa - o Núcleo - e uma segunda, menos fortemente integrada, que respeita à conexão Núcleo x Marginal.

Abandonarei esta zona da coesão do EN, [18] e centrar-me-ei naquela primeira. As considerações formuladas a propósito da centralidade do verbo no EN conduzem a um tratamento em separado do Núcleo construído sobre um verbo absoluto e do Núcleo onde opera um auxiliar do Predicado.

4. A COESÃO DO NÚCLEO CENTRADO SOBRE VERBO ABSOLUTO

4.1

A coesão do Núcleo centrado sobre verbo absoluto radica na configuração semântica deste elemento: o módulo semântico de um verbo absoluto constitui-se o grande agente unificador, integrador, do Núcleo.

4.1.1.

Estão com V no Núcleo, e como seus termos constitutivos (obrigatórios, embora alguns sejam economizáveis, segundo já ficou anotado), os elementos por ele consignificados. A ocorrência destes termos é, pois, indissociável de V, que explicitamente os põe. Enquanto complementadores de V, estes, por sua vez, necessariamente o pressupõem. Resulta, assim, uma relação altamente coesiva de mútua suscitação, de interdependência semântica e formal.

4.1.2.

A consignificação determina uma natural compatibilidade entre os termos envolvidos - compatibilidade referida tanto à forma do significado como à substância do significado.

As restrições de co-ocorrência atinentes à forma do significado (o verbo suscita complementadores nominais, a que estipula também uma posição teórica, de base, na ordenação linear) constituem dependências específicas configuradas a partir de V. Comotal, revelam-se actuantes na coesão global do bloco resultante.

No que tange à substância do significado a compatibilidade entre V e seus complementadores consubstancia-se em acordos referidos a semas genéricos, cuja recorrência, suscitada por V, desenha isossemias que soldam os termos atingidos.

4.1.3.

a.

As conexões analisadas reforçam-se por uma relação de incidência: o verbo comporta por natureza uma visão de dependência semântica, que se manifesta na sua incidência sobre os complementadores integrativos que suscita:

$FN \leftarrow V$ (verbo mono-actancial)

$FN_1 \leftarrow V \rightarrow FN_2 \ldots (FN_n)$ (verbo bi ou poli-actancial)

A incidência de V sobre o FN_1 é sempre directa (não mediatizada - no sentido material e semântico-funcional, segundo já se viu acima, capítulos anteriores); a incidência de V sobre os complementadores integrativos dele homosintagmáticos (com ele reunidos em SV) é regularmente indirecta no que toca aos complementadores actanciais secundários e aos locativos, e directa ou indirecta no que respeita ao complementador O_1. Estas são variáveis que afectam a coesão do Núcleo - como também o são a ordenação linear dos complementadores homosintagmáticos de V, e ainda a sua construção em actância ou em dependência. Estas variáveis foram já devidamente referenciadas na análise da coesão do SV. (Ver Segunda Parte, Cap. 2).

b.

As forças coesivas referidas juntam-se, eventualmente, outras, que cabem no âmbito das solidariedades lexicais. Estas podem dizer respeito à conexão (i) verbo x complementador objectivo ou à ligação (ii) actante$_1$ x verbo:

(i) os agricultores	ceifam	o milho
		o trigo
	segam	a erva
	apanham	a azeitona
	arrancam	a batata

(ver capítulo anterior, 6.3.1.1.1.-A 1.)

(ii) o homem fala

o cavalo relincha

o cão ladra

o papagaio palra

o leão ruge

o lobo uiva

c.

Os verbos absolutos locativos de índole temporal consignificam um (ou mais que um) complementador que responde ao sema [+ aplicação temporal] comportado no semema daqueles verbos. Um acordo específico se instaura assim entre estes termos, acordo que cabe no âmbito das correlações verbo x determinações temporais ou temporais-aspectuais, a que me referi acima (ver 2.1.2.1-c.).

Este acordo é configurado a partir do lexema destes verbos envolvendo recorrências sémicas que atingem o próprio relator que introduz o complementador locativo:

o combate	prolongou-se	por duas horas
		* por um segundo
		* em duas horas

Repare-se nos acordos:

prolongar-se	por	duas horas
[+ aplicação temporal]		
[+ duração]		[+ duração]
[+ direcção prospectiva]	[+ direcção prospectiva]	

Pedro adiou a sessão | para a próxima semana
| para amanhã
| * para ontem

Repare-se nos acordos:

adiar		
[+ aplicação temporal]	para	a próxima semana
[+ direcção prospectiva]	para	amanhã
	[+ direcção prospectiva]	[+ futuridade ou tempo a vir]

A crise já vinha dos anos anteriores

Vejam-se os acordos:

Vir	de	anos anteriores
[+ aplicação temporal]		
[+ direcção retrospectiva]	[+ direcção retrospectiva]	[+ tempo passado]

(Ver acima, capítulo anterior, a caracterização dos verbos transitivos locativos, 6.3.1.1.2.).

4.1.4.

Uma dimensão funcional junta-se às inter-relações analisadas: os actantes ligam-se a V e, através deste, entre si, por configurações relacionais que traduzem os papéis semântico-funcionais (casuais) que lhes cabem na unidade que perfazem com V (no Núcleo).

Os verbos mono-actanciais suscitam um actante nominativo (a). Quanto aos verbos bi ou poliactanciais (b) o seu actante$_1$ surge, de acordo com a caracterização deles já apresentada no capítulo anterior, quer como ergativo quer como nominativo especificamente correlacionado com os outros complementadores de V:

(a) João (nom.) | corre / trabalha

(b_1) João (erg^+) | escreveu uma carta (ac^-) ao amigo (dat.) (i) / feriu o companheiro (ac^-) (ii)

(b_2) João (nom.) | saiu de casa / partiu para férias (loc.)

(b_3) João (nom.) | gosta de poesia (loc.noc.) / ouve o amigo (ac^-)

(b_4) João (erg^+) levou os filhos (ac^-) à rua (loc.)

Foi já referido no capítulo anterior o escalonamento por graus da ergatividade (em correlação com o carácter mais ou menos activo de V), e bem assim o desenho de uma correlação de Potência (e correspondente transfert de Potência) entre o actante ergativo e o actante

acusativo (dos verbos de forte actividade, genericamente, dos verbos causativos) - fenómenos que se revelam também factor de coesão do bloco nuclear do EN (19).

Os exemplos reunidos em (b_1) ilustram o escalonamento da ergatividade do actante $_1$ e a consequente matização da correlação e transfert de Potência instaurados entre ele e o actante $_2$ acusativo.

4.1.5.

O actante ergativo surge regularmente actualizado como ponto de origem ou ponto inicial de um "évènement", ou seja, de um processo que se perfaz na sua orientação sobre um complementador objectivo (resultado ou paciente desse processo).

Por sua vez, o actante nominativo de verbo mono-actancial ou de verbo bi ou poli-actancial locativo apresenta-se, também regularmente, como ponto inicial de um processo "não"évènementiel", antes eminentemente descritivo (20), ou seja, de um processo que, não suscitando outro complementador além do actante $_1$ (verbo mono-actancial) ou suscitando complementador(es) circunstancial(ais) (verbo bi ou poli-actancial transitivo locativo), se orienta globalmente sobre aquele termo inicial.

Constitui esta orientação do processo significado em V um novo nexo, de natureza semântica, actuante no Núcleo. Trata-se da relação de voz pré-figurada no módulo de V, respectivamente, activa(a) e atributiva (b)- que conecta Base e Predicado:

(a) Pedro (erg$^+$) | escreveu uma carta ao amigo
| feriu o companheiro
| comprou um presente para a filha
$\Longrightarrow$ voz activa | levou os filhos (ac$^-$) ao campo

(b) Pedro (nom.) | trabalha
| saiu de casa (loc.esp.)
$\Longleftarrow$ voz atributiva

A voz activa tem ainda lugar nas construções que reúnem actante$_1$ nominativo x $V_{transitivo}$ x complementador objectivo (pólo sobre que se aplica o processo) acusativo ou locativo nocional:

Pedro	contempla a paisagem
nom.	ac.
⟹	gosta de cinema
voz activa	loc.noc.

4.2.

A consideração da relação de voz pré-figurada no verbo absoluto situa-nos na perspectiva de enfoque da estruturação do Núcleo que atende à sua condição de unidade mínima de comunicação, que necessariamente realiza uma predicação, um processo predicativo.

Nesta óptica, o Núcleo surge, como já foi observado, como a articulação de uma Base e de um Predicado.

Para além da relação predicativa ou de voz analisada em 4.1.5., outros nexos interligam estes termos do Núcleo.

4.2.1.

Base e Predicado são termos constitutivos, obrigatórios, do Núcleo. Percorre-os uma relação básica de mútua suscitação, de interdependência semântica, que poderei representar assim

Base ⟺ Predicado

4.2.2.

Na qualidade de termos que perfazem uma unidade formal hierarquicamente superior (o Nucleus) os blocos sintagmáticos em que se vasam Base e Predicado são reunidos por uma relação de formação (ou parte-todo), que suscita uma relação (parte-parte) de compatibilidade, e uma outra de posição.

Este complexo relacional de formação-compatibilidade-posição está representado nos sintactemas que desenham a paradigmática das realizações do tipo de Nucleus em análise (centrado sobre verbo absoluto):

$$FN\ x \begin{cases} FV_1 & \text{(centrado sobre verbo mono-actancial)} \\ FV_2\ (21) & \end{cases} + GV + \begin{cases} FN_2 & \text{(verbo bi-actancial)} \\ FN_2 \ldots FN_n & \text{(verbo poli-actancial)} \end{cases}$$

A relação da compatibilidade respeita, como se sabe, tanto à forma do significado (envolvendo eventualmente condicionamentos na realização) como à substância do significado (ocasionando recorrência de semas genéricos, que desenha isossemias): o alcance destes aspectos na coesão dos termos em combinatória é já conhecido (vejam-se as repetidas referências a estes aspectos, ao longo da exposição).

4.2.3

Como ficou visto, o elemento verbal constitutivo do EN é uma forma pessoal, isto é, comporta em si mesmo, em morfema gramatical, a expressão da categoria de pessoa, a que se associa, solidariamente, a categoria número.

1. A pessoa, explicitamente realizada naquele morfema, constitui por si mesma Base da predicação: por isso, toda a forma verbal constitutiva de EN comporta a indicação de uma relação sintagmática que começa por dar-se no seu próprio corpo (entre o lexema e o morfema de pessoa-número, entendido como Base da predicação).

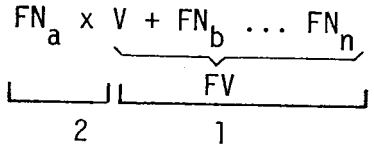
Este facto torna o FN-Base, exterior à forma verbal, amplamente economizável. Quando explicitamente presente (realizado quer em nome ou sequência nominal, quer em substituto lexical - "pronome" da "3ª" pessoa - quer em substituto funcional - eu, tu, você ..., formas que designam ou nomeiam os falantes envolvidos num dado acto verbal) re-

sulta que a Base é duplamente expressa.

Esta redundância comporta um valor coesivo evidente: ela consubstancia-se na recorrência de um termo (eu corr-o, tu corre-s, os rapazes corre-m ...).

2. A dupla expressão da Base ocasiona a instituição de um outro momento de coesão, a saber, a concordância em pessoa-número que, no Predicado, se manifesta no verbo (na forma verbal pessoal).

Esta inter-relação, formalmente manifestada, compensa a demarcação que, nos termos desenvolvidos em 2.2.2., advém ao actante seleccionado como Base. No caso de verbo bi ou poli-actancial, ela compensa ainda a maior coesão que se projecta entre V e o actante $_2$ ou entre V e o actante $_2$ ... actante $_n$. Esta maior intimidade conta como factor determinante básico a transitividade que afecta V e a ele integra fortemente estes complementadores, de resto atingidos ainda por uma relação de formação sintagmática (que conduz ao SV). Esta situação pode ser representada da seguinte forma



Através dos índices 1 e 2 hierarquizo a força coesiva que reúne os termos - maior no complexo 1, menor no complexo desenhado entre FN$_a$ e V.

Índice desta maior força coesiva que reúne V e seus complementadores integrativos homosintagmáticos (e em especial o complementador actante 2) constitui o desenvolvimento de integrações léxicas de que decorrem lexias complexas - desenvolvimento que não tem lugar entre o actante $_1$ e V.[23]

Já se anotou que o acordo em pessoa-número entre a Base e o Predicado (onde se manifesta no verbo) se desenvolve a partir do primeiro daqueles termos. Se basicamente o actante é dependente do verbo (deste decorre a sua presença e integração no Núcleo), a sua selecção pelo

locutor para Base de predicação no EN confere-lhe o estatuto de termo condicionador, determinador da pessoa-número a ser projectada na forma do verbo. Neste aspecto, é, pois, o verbo que depende do actante:

$$FN_1 \rightleftharpoons V\ (\longrightarrow FN_2 \ldots FN_n)$$

($\longleftarrow\ \longrightarrow$: relação de incidência

$\longrightarrow$: relação de acordo em pessoa-número).

4.3.

A realização dos complementadores actanciais de um verbo em EN transferido a FN ocasiona a projecção de fenómenos particulares que explicitam a dependência destes termos a V. Estes fenómenos constituem momentos de coesão, que interessa levantar.

4.3.1.

A transferência de EN a FN constitui um fenómeno de sub-ordenação, isto é, de transposição de uma unidade de nível mais elevado (na hierarquia das unidades formais de uma dada língua) a uma unidade de nível mais baixo. No caso em análise (transferência de EN a FN), a sub-ordenação atinge a unidade hierarquicamente mais elevada (justamente o EN).

Esta transposição configura imediatamente à unidade afectada o estatuto de constituinte de uma outra, pelo que fica envolvida em relações de formação-compatibilidade-posição com outros termos. Tal situação que advém ao EN transferido a FN acarreta a perda da sua independência formal, sintáctica[24].

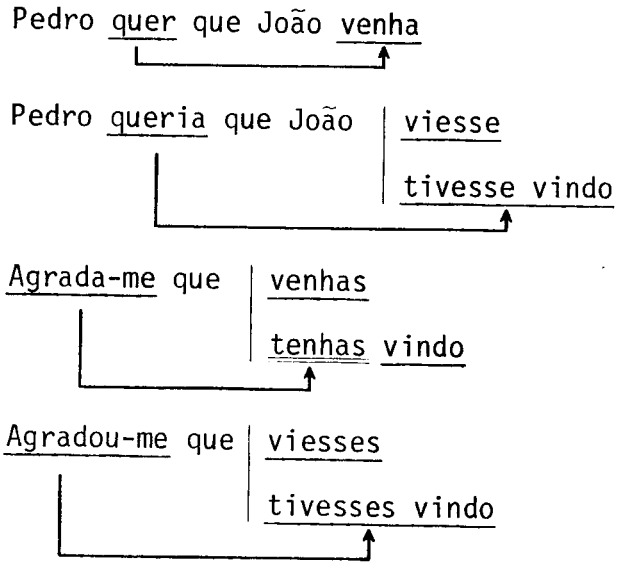
Como FN, o EN transferido é naturalmente afectado a um papel semântico-funcional no quadro do EN de que passa a ser termo constituinte. A dependência formal a que aludi no parágrafo anterior é, pois, acompanhada por uma dependência funcional [24]:

João prometeu que chegaria a horas
(índice do TR-nominalizador) (EN)$_{FN_{ac.}}$

Causa-me satisfação | o facto de chegares a horas
que chegues a horas
(índices do TR--nominalizadores) (EN)$_{FN_{erg.}}$

4.3.2

A dependência em relação a V que marca o EN transferido é ainda explicitada por um nexo de concordância de tempo que se manifesta no verbo presente nesse EN (consecutio temporum). O verbo regente do complementador transferido impõe uma perspectiva de localização temporal em que se inscreve a localização temporal marcada no elemento verbal do EN transposto (ver 2.1.2.1.):



4.3.3.

Um outro nexo, igualmente originado em V, respeita à regência modal desenhada por semas do seu lexema. Comparem-se:

(i) { constato que Pedro sai todas as noites

(ii) { presumo / duvido / suspeito | que Pedro sai / que Pedro saia | todas as noites

(iii) { quero / espero / pretendo | que Pedro saia todas as noites

Estes acordos podem ser explorados em termos propostos por B. Pottier, que associa a (i) o traço << + >> ("après, retrospectif, thétique, présuposant"), a (iii) o traço << - >> ("avant, prospectif, hypothétique, posant" (traços correlativos, no seio de oposições binárias - ver B. Pottier, 1974, §86), e a (ii) a alternativa << + >> ou << - >> . (Ver também B. Pottier, 1979, p. 112).

Esses acordos poderão, assim, ser apresentados como segue:

(i) constato que Pedro sai todas as noites

+ +

(ii) quero / espero / pretendo | que Pedro saia todas as noites

- -

(ii) a.

presumo
duvido
suspeito | que Pedro saia todas as noites

\- -

(o locutor instaura uma visão fortemente hipotética)

b.

presumo
duvido
suspeito | que Pedro sai todas as noites

\+ +

(o locutor instaura uma visão menos fortemente hipotética, tendencialmente constativa)

Sendo assim, aplica-se também ao português o eixo levantado por B. Pottier para o espanhol (ver B. Pottier, 1979, p. 112):

- Conjuntivo	Conjuntivo ∿ Indicat.	Indicativo +
querer	presumir	constatar
esperar	suspeitar	confirmar
pretender	duvidar	prometer
(i)	(ii)	(iii)

Repare-se que todos os verbos regentes presentes nos exemplos são afectados por modalidade, articulando-se, portanto, a sua configuração sémica à subjectividade do locutor.

Observe-se, por outro lado, que outros elementos modalizadores intervêm de modo similar na instauração de acordos deste tipo. Comparem-se:

Claro que Pedro sai todas as noites

creio que Pedro | sai / (*saia) | todas as noites

não creio que Pedro | saia / (*sai) | todas as noites

talvez Pedro saia todas as noites

4.3.4.

Alguns verbos determinam uma via particular (infinitivização) para a transferência do seu complementador realizado em EN. Trata-se do condicionamento da realização em infinitivo do verbo do EN transferido (25).

Analisarei alguns casos de infinitivização condicionada de EN, e anotarei alguns aspectos específicos que, então, se projectam sistematicamente.

1. Considerem-se, em primeiro lugar, os seguintes ENs:

vi	alguém abrir a porta	(i)
ouvi	o João abrir a porta	(ii)
senti	abrirem a porta	(iii)
	abrir a porta	(iv)

Os verbos ver, ouvir, sentir (que exprimem modalidade de sensação) determinam (26), a par da transferência, por infinitivização, do EN seu complementador, a discordância de actantes$_1$ (O actante$_1$ do verbo infinitivizado pode, como se vê em (iv) não estar explicitamente realizado, por economia: o elemento economizado é aqui o termo genérico da oposição já conhecida especifico/genérico; esse termo está presente em (i), e também em (iii), embora numa outra solução - infinitivo pessoal, flexionado).

A realização do actante$_1$ do verbo do EN transferido por infinitivização em substituto lexical conduz a uma solução formal particular: esse substituto lexical toma necessariamente uma "forma de complemento":

vi
ouvi
senti | - o(s) abrir a porta

No seio de uma construção causativa projectam-se idênticos fenómenos:

fiz
mandei
deixei | o João abrir a porta

fi-lo abrir a porta

mandei
deixei | - o abrir a porta

É visível que o actante$_1$ do verbo projectado em infinitivo preenche aqui um duplo papel, cada um deles distribuído em plano diverso: por um lado, ele surge - em bloco com o infinitivo de V, e eventualmente, com outros actantes deste, - como complementador de um verbo regente, centro do EN; por outro lado, ele é o suporte da predicação rea-

lizada no EN infinitivizado.

Os factos assinalados (condicionamento da infinitivização, discordância de actantes $_1$, duplo papel que o actante $_1$ do verbo infinitivizado cumula), que se projectam em sistemática interdependência, concorrem para a configuração de uma unidade fortemente coesa. Repare-se, entretanto, que o actante $_1$ do verbo do EN infinitivizado parece mais fortemente ligado ao verbo regente do que àquele: sugerem-no, não apenas a obrigatoriedade da sua realização em "forma de complemento" quando vasado em substituto lexical (o que indicia que este termo é "prioritariamente" complementador do verbo regente), mas ainda a não projecção de concordância em pessoa-número entre esse mesmo actante e o verbo infinitivizado (tenha-se presente a existência em português de infinitivo pessoal, flexionado):

vi-o sair

vi-os sair

senti João partir

senti João e Pedro partir

(partir João e Pedro) (27)

Uma observação final: não deixarei de sublinhar, embora brevemente, a notória proximidade das construções analisadas com as que desenham os verbos transitivos objectivos predicativos (que caracterizei no capítulo anterior): também estes suscitam um complementador nominal que cumula este estatuto com o de suporte de uma predicação, neste caso adjectival (ou nominal). Comparem-se:

(i) Pedro	sente vê faz	o amigo	entristecer-se alegrar-se

(ii) Pedro	sente vê faz	o amigo	triste alegre

O paralelismo prolonga-se por um outro aspecto relevante: o Predicado do EN trasnferido comporta naturalmente o dinamismo próprio do elemento verbal (nos exemplos dados, esse dinamismo é alargado pelo traço Evolutivo que afecta o semema de entristecer-se, alegrar-se); ora, este dinamismo está também presente na predicação do objecto, que é suscitada, configurada pelo verbo transitivo predicativo. Vimos, efectivamente, que o influxo do dinamismo verbal na predicação do objecto constitui o traço diferenciador básico da combinatória nome x adjectivo (de que não resulta unidade sintagmática), face à adjectivação nominal (por atribuição) no interior de um FN(Para um confronto entre a predicação do objecto, predicação do sujeito e atribuição, ver capítulo anterior, 6.3.2. (e também, aí, notas 89 e 90)).

2. Considerem-se agora os ENs

(i)

João	quer deseja sabe	ir ao cinema

(ii)

João	pode deve costuma	ir ao cinema

Em (i) a infinitivização só se projecta em caso de concordância de actante $_1$, sendo, então, obrigatória:

João quer ir ao cinema (concordância de actantes $_1$)

João quer que Pedro vá ao cinema (discordância de actantes $_1$)

Em (ii), a infinitivização (com concordância de actantes $_1$) é a única solução formal possível.

Já se compreendeu que em (i) e em (ii) estamos perante, respectivamente, verbos (de modalidade) auxiliarizados (isto é, projectados com estatuto funcional de auxiliares) e verbos (por natureza) auxiliares (de modalidade). A caracterização destes verbos foi já apresentada no capítulo anterior (ver, aí, 2.2.2-b, onde também se averbou a possibilidade de tomarmos os verbos por eles auxiliados como seus complementadores - transferidos, por infinitivização de EN: foi, obviamente, como tais que agora os tomei).

As dependências e interdependências que vimos projectarem-se constituem manifestação da coesão particular que percorre os ENs analisados.

5. A COESÃO DO NÚCLEO EM QUE OPERA UM AUXILIAR DO PREDICADO

5.1.

O Núcleo em que opera um auxiliar do Predicado surge, na paradigmática das realizações desta unidade, como termo "marcado" - situação configurada pelo estatuto particular do elemento verbal (W_P).

Algumas das forças coesivas que vimos actuarem em Núcleo centrado sobre verbo absoluto projectam-se aqui de modo similar. Enumerá-las-ei rapidamente.

a.

Os sintactemas em que se vasa este tipo de Núcleo (FN x $\begin{cases} FA \\ FN \end{cases}$, articulados por W_P) dão conta das relações de formação (de unidade formal hierarquicamente superior) - compatibilidade - posição, que atingem aqueles functemas (os elementos que os preenchem).

b.

Termos constitutivos, obrigatórios, do Nucleus, esses functemas estão ligados por uma relação de interdependência formal.

c.

Enquanto Base e Predicado (que neles se moldam), reúne-os uma interdependência semântico-funcional (Base⟺Predicado), e ainda uma relação de voz (atribuitiva: Base⟸Predicado).

d.

No caso de o Predicado se realizar em FA_{NAT}, a relação de compatibilidade formal que o articula à Base é prolongada por um nexo de compatibilidade semântica referido a semas genéricos, e ainda por uma relação de concordância em género e número. (Para alguns aspectos desta concordância, ver adiante 5.3.2.). As recorrências sémicas assim desenhadas revelam-se, como sabemos, factor de coesão (28).

5.2.

Não terá passado despercebido o facto de as relações que enumerei se referirem exclusivamente aos functemas, deixando à margem o elemento verbal que os conecta. É que na projecção deste tipo de Núcleo, aqueles functemas (ou melhor, os elementos que os integram) são seleccionados pelo locutor independentemente do elemento verbal, pois este não os consignifica. A sua compresença com o verbo não decorre, pois, deste. Direi que, na derivação deste tipo de Núcleo, os termos que preenchem os functemas que o perfazem "pré-existem" ao verbo que surge a reuni-los. Por outras palavras, a operação enunciativa de predicação não se aplica aqui sobre o complexo modular de um verbo, de que "extrai" um dos termos (29): o elemento verbal não estabelece aqui os termos a envolver na predicação, antes é chamado a reunir elementos seleccionados pelo locutor, que afecta um deles (necessariamente de índole nominal, por natureza ou por transfert) ao papel de Base. (Deverá, porém, relativizar-se esta formulação, tomando-se em consideração o grau de predicabilidade que acima se reconheceu aos auxiliares do Predicado).

Deste modo (e mais rigorosamente, nos termos de restrição agora feita, no que tange em particular aos auxiliares do Predicado de

mais reduzido valor predicativo) configura-se um problema central para a organização do Núcleo marcado pela presença do auxiliar do Predicado, a saber, o da inscrição deste no complexo nuclear, ou melhor, o dos modos do seu inter-relacionamento com os functemas Base e Predicado.

O modo básico deste inter-relacionamento confunde-se com a própria viabilização do Núcleo (e do EN): respeita ao exercício, que o auxiliar do Predicado necessariamente assume, da função verbal indispensável à configuração, à constituição daquela unidade.

Os outros modos de inter-relacionamento do auxiliar do Predicado com os functemas que perfazem o Núcleo decorrem da assumpção do exercício da função verbal, articulada, como se viu, ao processo (eminentemente marcado na forma pessoal em que deve apresentar-se o auxiliar do Predicado) que corresponde à categoria verbo. Daí que também o auxiliar do Predicado se institua no EN em termo de origem de um complexo de forças coesivas - justamente aquelas de que se deu conta acima em 2.1.2.1., às quais se conjuga também a que se especificou em 2.1.2.3..

5.3.

Porque já suficientemente caracterizadas nos números referidos (ver também a formulação síntese em 2.1.4.), torna-se desnecessário retomar cada uma das forças coesivas que partem do auxiliar do Predicado no Núcleo. Focarei apenas alguns aspectos particulares que se congregam àquelas dimensões.

5.3.1.

Como vimos, todo o verbo, enquanto configurador de um processo, viabiliza a afectação dos FNs com ele compresentes como termos da construção semântico-sintáctica a um papel semântico-funcional.

O FN-Base de Predicado nominal ou adjectival é regularmente um nominativo. O FN-Predicado surgirá, por sua vez, ou (i) como nominativo (marcando a equivalência entre os dois termos: Equativo) ou (ii) como locativo (espacial, temporal, nocional: Situativo).

(i)

Pedro nom.	é parece está tornou-se	um bom estudante nom.	Equativo

(ii)

Pedro nom.	está	em casa loc.esp.	Situativo
	ficou	em dificuldades loc.noc.	

a saída
nom. será ao meio dia
loc. temp.

Referiram-se já (ver capítulo anterior, 2.2.1.) outros quadros semântico-funcionais em que se desdobra o situativo nocional:

esta roupa é de mulher
loc. noc.

estes papéis são para o lixo
final

esta pasta é	minha (substituto lexical de complexo nominal)	Possessivo
	do João	

a intervenção do Pedro foi assim (substituto lexical)
loc.noc.

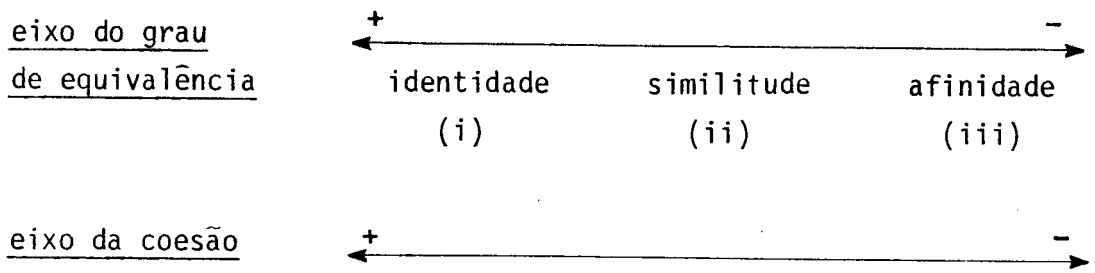
Em todos os casos, estamos perante uma voz atributiva (Base ⇐ Predicado), com "conteúdo" diversificado.

Algumas variáveis matizam as forças coesivas aqui envolvidas.

a.

A instituição de um Equativo configura uma forte coesão no complexo: repare-se na construção em actância, na natureza nominal de ambos os functemas projectados, no acordo em caso entre eles (nominati-

vo) e ainda na equivalência estabelecida entre os termos (própria, justamente, do Equativo). Esta equivalência deixa-se, porém, matizar: tratar-se-á quer de uma identidade, quer de uma similitude quer de uma afinidade (de diferentes tipos). Ou seja, a equivalência configurada no Equativo entre os termos conectados pelo auxiliar do Predicado pode ser mais ou menos forte; na razão directa desse grau de equivalência instituir-se-ão graus diferenciados de força coesiva:



(i) o Porto é a capital do Norte

(ii) o Pedro | é / parece | ainda uma criança

(iii) o Pedro é um fardo

b.

No Situativo, a força coesiva que reúne os termos é menor que a que se instaura no Equativo: nele não se estabelece uma equivalência, a construção do FN-Predicado faz-se em dependência (não em actância), e envolve a presença de um relator. (Ver os exemplos dados acima).

5.3.2.

a.

A concordância em número entre Base e o verbo auxiliar do Predicado (aquela categoria manifesta-se neste elemento solidariamente

associada à pessoa, como já foi observado) é acompanhada necessariamente por concordância similar entre Base e Predicado, quando este se realiza em FA por natureza:

este rapaz é inteligente

estes rapazes são inteligentes

Quando, porém, o Predicado se realiza em FN nominativo, este acordo pode ou não projectar-se, ter lugar:

Pedro e João são já uns homenzinhos

Pedro e João são uma simpatia

b.

São conhecidos casos de discordância em número entre Base e o auxiliar do Predicado, como os que vemos em

isto tudo	são	mentiras
tudo isto		calúnias

Esta discordância é, porém, aparente: é que tudo, isto (e alguns outros substitutos lexicais) embora se apresentem como singular comportam uma referência plural: é esta que efectivamente se projecta nos casos analisados e que permite explicar aquela "discordância". Não só não há aí verdadeira discordância em número entre Base e verbo, como muito menos se poderá pensar em acordo entre o auxiliar do Predicado e o Predicado.

5.3.3.

A Base e o Predicado que o auxiliar liga podem surgir realizados em ENs transferidos a FN.

Ao contrário do que vimos acontecer, algumas vezes, no seio

do Núcleo centrado sobre verbo absoluto, esta realização em nenhum caso decorre aqui de condicionamento imposto pelo verbo. Compreendemos a razão: não sendo por ele consignificados, aqueles functemas furtam-se a qualquer condicionamento da sua realização formal que emane do auxiliar do Predicado. A projecção da Base ou do Predicado em EN transferido decorre aqui apenas de opção semântica por parte do locutor.

O facto que acabei de assinalar não é, porém, impeditivo de que alguns nexos dependenciais, naturalmente coesivos, se instituam a partir do auxiliar do Predicado. Eles são similares aos que se projectam em iguais circunstâncias no interior do Núcleo centrado sobre verbo absoluto. Farei uma breve referência a cada um deles (ver acima 4.3.).

a.

A sub-ordenação de um EN em FN envolve a perda da sua independência construcional, sintáctica. À dependência formal que agora lhe advém junta-se uma dependência funcional: termo da construção do Núcleo, é afectado a um papel semântico-funcional. É o verbo que, como se defendeu acima, viabiliza, enquanto configurador de um processo, esta afectação de um FN a um papel semântico-funcional: por isso, ele está na origem da configuração deste nexo funcional.

É / Torna-se	possível	que João chegue a horas / chegarem todos a horas $(EN)FN_{nom.}$
A minha preocupação $FN_{nom.}$ é		que João trabalhe / trabalhar $(EN)FN_{nom.}$

A partida $FN_{nom.}$ será quando for meio dia $(EN)FN_{loc.\ temporal}$

b.

Um outro nexo dependencial com origem no auxiliar do Predicado respeita à "consecutio temporum", que já apresentei (ver acima 4.3.2.):

É possível que João vá ao cinema
(Perspectiva de Presente-Futuro)

Foi possível que João fosse ao cinema
(Perspectiva de Passado)

A partida | é / será | quando todos quiserem

A partida foi quando todos quiseram

c.

A eventual projecção de uma forma de conjuntivo do verbo do EN transferido assinala só por si o estatuto de dependência desse EN; (também) em português, um dos valores-base do conjuntivo é a indicação de uma dependência formal e funcional do EN em que ocorre:

a minha preocupação é que João trabalhe

Pode, porém, a presença do conjuntivo no EN transferido resultar de uma regência modal. Sublinharei, porém, que esta é configurada aqui não pelo verbo (auxiliar do Predicado) antes pelo semema (por certos traços do semema) do Predicado nominal ou adjectival:

É ainda uma dúvida

É	possível	que João chegue hoje
	desejável	
	provável	
	-	-

Pare este acordo (e o significado dos traços << - >> emprega dos) veja-se acima 4.3.3.. As considerações então desenvolvidas têm aqui, generalizadamente, pertinência. Comparem-se:

é certo que João chega hoje
+ +

não é certo que João | chegue / chega | hoje

talvez seja hoje que João | chegue / chega

Anotei que neste tipo de Núcleo a regência modal em análise é configurada pelo semema do FN ou FA-Predicado, não pelo verbo (auxiliar do Predicado: mais uma vez este fica à margem - como sublinhei em 5.2. - de relações básicas que se instituem no seio do Núcleo em que opera.

5.4.

Os ENs ditos Passivos representam uma solução formal projectada por inversão dos actantes 1 e 2 (este último necessariamente complementador objectivo acusativo de V). Tomo, pois, aqueles ENs, como construção invertida, em relação de paráfrase (e de parasinomímia) com os ENs que assentam sobre o módulo do mesmo verbo absoluto projectado em construção directa por afectação do actante 1 ao papel de Base. A designação invertida (ou inversa) sugere, assim, que a ordenação teórica, de base, dos elementos no complexo modular de uma unidade lexical verbal será a tomar como "ordenação natural", vizinha da apreensão cognitiva imediata de um processo e seus actantes.

São aptos a projectarem-se em construção invertida os complexos modulares desenhados

quer como

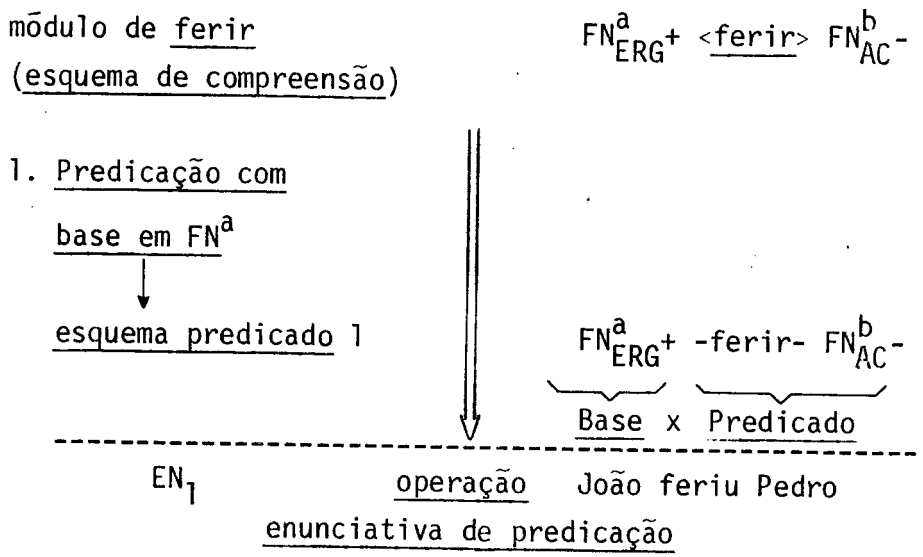
(i) $ERG^{+} \langle V \rangle AC^{-}$ (V: ferir, matar, comprar ...)

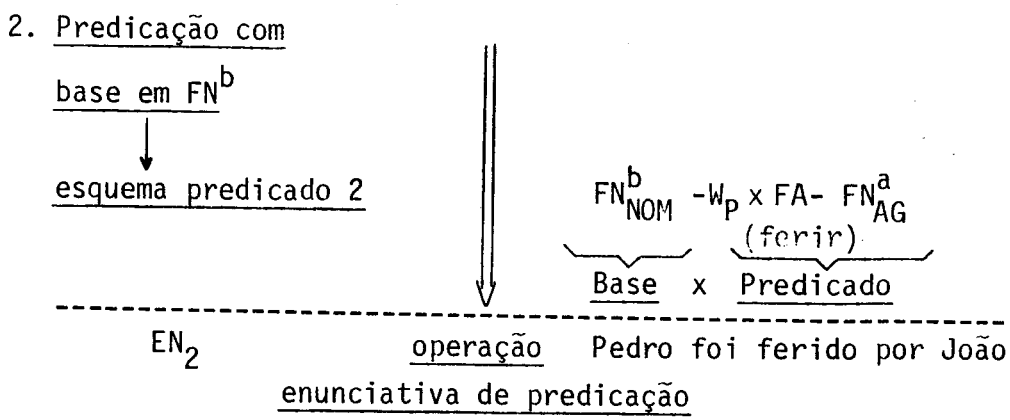
quer como

(ii) NOM <V> AC^- (V: ouvir, ver, amar ...)

Correspondem, assim, os EN "passivos" a um esquema predicado em que se seleccionou como Base de predicação (operação enunciativa de predicação) o actante afectado no módulo pelo caso ACUSATIVO.
A projecção deste ordenamento envolve, por um lado, a actualização do Predicado em FA (realizado no particípio do verbo absoluto) a par da inserção do auxiliar do Predicado ser como conector e garante da função verbal no EN, e, por outro lado, a afectação a papéis semântico-funcionais diversos dos FNs re-ordenados: o FN-Base surgirá como nominativo e o segundo FN (no módulo ERGATIVO ou NOMINATIVO), apresenta-se como agentivo. Comporta, finalmente, este re-ordenamento a instauração de uma relação de voz atributiva entre Base e Predicado: o carácter de "événement" pré-figurado no módulo pelo verbo absoluto dá agora lugar a um descritivo, em que o Predicado se orienta sobre a Base. A visão instituída é, pois, (também) diversa da que é instaurada na "construção directa" do mesmo módulo.

Ilustrarei (ver também acima 2.2.1.):





Interessa salientar que os fenómenos envolvidos na projecção da solução formal 2 não apagam o influxo do módulo do verbo absoluto (agora participalizado e introduzido por auxiliar) como princípio unificador do esquema predicado resultante. Este influxo reside basicamente no seguinte: os functemas actualizados (tanto os FNs como o FA-Predicado) não "pré-existem" aqui como elementos seleccionados pelo locutor independentemente de um verbo (30), antes retiram a sua compresença do semantismo de uma lexia verbal absoluta. É esta que suscita os FNs projectados e que, participialized, constitui o Predicado.

Este influxo surge, assim, como uma força coesiva específica. Ele também legitima a integração do actante agentivo no Núcleo: este elemento é, pois, para mim um termo constitutivo, obrigatório, deste tipo de Núcleo - se bem que economizável quer por razões co-textuais quer pela opção do locutor em projectar um agentivo genérico (não especificado, mas compresente no complexo actualizado). É sabido que a projecção da construção passiva constitui justamente um procedimento ao alcance do locutor para a expressão de um agentivo genérico, por economia de um termo suscitado em competência:

Pedro foi ferido pelo amigo

Pedro foi ferido (por alguém)

(Tenha-se presente o módulo de ferir

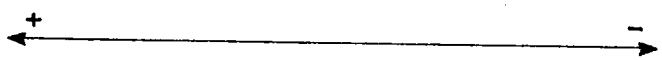
$$FN^{a}_{ERG} + \langle \text{ferir} \rangle \; FN^{b}_{AC} -$$

sobre que repousa, nos termos analisados acima, a construção invertida (passiva) projectada).

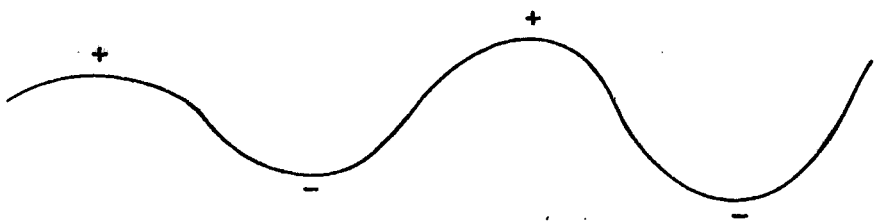
6. GRAUS DE COESÃO DO EN

O número e a força relativa dos nexos unificadores que percorrem o EN apontam para o reconhecimento, também neste domínio, de graus de coesão.

Seria redundante tentar condensar numa formulação genérica as diferentes variáveis analisadas. O seu elevado número, e a diversidade dos modos da sua projecção, dificultaria o levantamento de um quadro global. Limitar-me-ei, pois, a desenhar um eixo já conhecido



ou este outro, que assinala no interior do EN segmentos mais e segmentos menos fortemente coesos, articulados sem soluções de continuidade:



A consideração da zona de coesão do EN Núcleo x Marginal - - que aqui foi abandonada - permitiria alargar a análise desenvolvida, e entrar em contacto com outras variáveis actuantes na configuração da coesão do EN. Em particular, daria ocasião a uma necessária re-elaboração do que se escreveu sobre o Marginal, nomeadamente no que tange a aspectos sumariamente enunciados na nota 64 do capítulo anterior. Uma adequada exploração desses aspectos alargaria substancialmente a extensão deste trabalho - que já vai longo, faltando ainda abordar a coesão textual, sobre a qual terei que me demorar. Por isso, passarei de imediato à Quarta Parte deste estudo - não sem assinalar que aí (especial-

mente no âmbito da análise que será dada a cada um dos ENs que realizam um texto sobre que irei debruçar-me: ver na secção seguinte 2. A COESÃO DO TEXTO A. I. Nexos coesivos ao nível dos ENs) terei a oportunidade de referenciar dimensões coesivas do EN, e de segmentos intra-EN, que agora não foram contempladas.

Anotar-se-á ainda, antes de passar à secção seguinte, que também no EN (como nas outras unidades sintagmáticas já analisadas) é pertinente a consideração de uma oposição entre centro e periferia (questão que, como já se referiu, a avaliação da coesão toca inequivocamente). A própria designação do termo facultativo da estrutura geral do EN - Marginal - o indica claramente. Não se esquecerá, porém, a relatividade da demarcação centro/periferia, a transição gradual, com zonas de hesitação, entre "o bem integrado" e "o menos fortemente interligado" na estruturação sintagmática. Como se acentuou em momento oportuno do Capítulo 2 da Segunda Parte, não raro (por insuficiência de índices reveladores) é difícil reconhecer com rigor se um dado adjunto circunstancial se integra no SV (logo, no Núcleo do EN) ou se constitui Elemento Marginal da construção sintáctica. É que, como se salientou já, centro e periferia concebem-se como os pólos extremos de um continuum matizado onde se inscrevem elementos que tendem para um ou outro desses pólos ou que ocupam 'posições indeterminadas'. Naturalmente, o que se acaba de afirmar vale também para a estruturação própria do Núcleo, e ainda para a configuração específica do Elemento Marginal, nas suas várias realizações possíveis. (Para a apresentação da oposição centro/periferia na estruturação sintagmática, ver Primeira Parte, 6.).

NOTAS

(1) Nas páginas que precedem, empreguei algumas vezes as expressões "enunciado composto" e "enunciado complexo" na acepção que corresponde ao que correntemente se designa, respectivamente, "frase composta" (reunião de frases por coordenação) e "frase complexa" (reunião de frases que envolve subordinação). Suspendo, pois, a partir de agora tais designações, optando por uma diferenciação entre EN simples e EN complexo nos termos que acabei de estabelecer. Neste estudo não abordarei a coesão do EN complexo (nos termos agora definidos). Dados essenciais sobre a coordenação são desenvolvidos em Kiefer, 1975, Dik, 1968, Lang, 1973, van Dijk, 1977. (Mais rigorosamente, van Dijk aborda aí, sob a rubrica Connection a configuração quer da "frase complexa" quer de sequências de frases ligadas pelo que denomina "connectedness" - que considera nos aspectos semântico-sintácticos e pragmáticos. Ver também Lakoff, R., 1971). Como já ficou anotado, a correntemente chamada "frase subordinada" (termo da "frase complexa") é, no presente trabalho, tomada como FN_{TR}, surgindo no EN ou como termo integrante do Nucleus ou como Marginal. Dada a grande amplitude da área concernente à conexão Núcleo x Marginal, não será aqui considerada esta zona específica da coesão do EN. Vejam-se, entretanto, algumas referências, capítulo anterior, 6 (e nota 64) e ainda, adiante, 3 (e nota 18). Ver também Primeira Parte, nota 28.

(2) Não se consideram aqui os casos marcados da realização do Predicado em complexos que não comportam uma lexia verbal em "forma pessoal" ou que por ela não sejam introduzidos ou ligados à sua Base. Ver capítulo anterior, notas 1 e 3.

(3) Outras forças coesivas fundamentais no EN são indissociáveis do valor predicativo do verbo (absoluto). Delas ma ocuparei em 2.2.2..

(4) Sobre a correntemente dupla expressão da Base e os aspectos coesivos que tal comporta e ocasiona, ver adiante 4.2.3..

(5) Concordâncias temporais ou temporais-aspectuais suscitadas a partir do lexema do verbo têm lugar entre verbo locativo temporal e seu(s) complementador(es) locativo(s) temporal(ais). Veja-se acima a caracterização dada (capítulo anterior, 6.3.1.1.2.) destes verbos, e adiante 4.1.3.-c.. Tenha-se também presente que a perspectivação do desenvolvimento do processo significado em V (cuja expressão envolve nas mais das vezes o recurso a auxiliares adjuntos - ver capítulo anterior, 2.2.2.-a) impõe também, naturalmente, acordos similares:

enquanto estavas a estudar, eu ia vendo a televisão

(6) A integração do Marginal no EN faz-se também sob o ângulo semântico-funcional. A viabilidade da afectação do Marginal a um papel semântico-funcional (identificado em termos casuais) no seio do EN (logo, a integração funcional do Marginal no EN) decorre também, como, de resto, já se anotou em 2.1.2.1.a., do verbo enquanto configurador de um processo.

(7) Compreende-se já que estas forças coesivas não atingem o Marginal: este é, como se assinalou oportunamente no capítulo anterior, alheio ao semantismo do verbo, no sentido de que não é por ele consignificado, não é termo integrante da sua estrutura modular. No entanto, o Marginal é também afectado (quando realizado em FN_{NAT} ou TR) por marca casual que assinala a sua integração semântico-funcional no EN, embora tal não altere a sua condição de termo não consignificado por V.

(8) A noção de centralidade que apresentei envolve, porém, dimensões não consideradas por Chafe, concretamente as que respeitam à função verbal e às forças coesivas desenvolvidas a partir de V enquanto termo configurador de um processo (independentemente da configuração semântica específica de V); por outro lado, a noção de voz também não é considerada por Chafe.

(9) A especificação semântica dos nomes operada pelo verbo respeita em W. Chafe não apenas aos traços genéricos da semema que actuam nas "restrições de selecção", mas também à definição semântico-funcional dos mesmos nomes em termos de casos (Chafe toma os casos estabelecidos em Fillmore, 1968).

(10) Observe-se que esta caracterização abarca em W. Chafe todos os verbos, incluindo os que tomo como auxiliares do Predicado. Como se viu, para mim estas lexias verbais não configuram um complexo modular sobre que repouse o Núcleo em que operam. Voltarei a este ponto.

(11) Cito de novo W. Chafe: "The difference between semanticist and syntacticist position ... is the very difference as to where the well-formedness of linguistic utterances id determined - whether it is in semantic structure or in a fancied deep structure lying somewhere between semantic structure and surface structure" (W. Chafe, 1970, p. 65).

(12) Neste número, considerarei exclusivamente este tipo de Núcleo. Para uma análise das observações aqui desenvolvidas, referida a um Núcleo em que opera um auxiliar do Predicado, ver, adiante, 5.2. e 5.4..

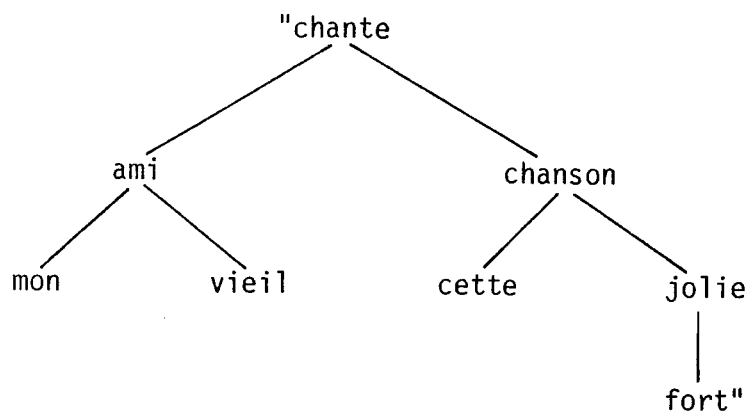
(13) O locutor poderá também seleccionar como Base o actante $_2$ (acusativo) destes verbos. Projectar-se-á, então, uma variante construcional "invertida" ou "inversa" (correntemente designada de Passiva). Ver adiante, particularmente 5.4..

(14) Sobre a noção de operações enunciativas e sua ilustração, e ainda sobre a noção de visão, ver B. Pottier, 1978, e também 1974 (p. 136--137). Ver também aqui, capítulo anterior. Aí já deixei anotado que B. Pottier opera a um nível mais abstracto - o do lexema: daí resulta a possibilidade de outras soluções formais para a actualização do módulo de um dado lexema, que aqui não considero.

(15) Ver B. Pottier, obras citadas. Observe-se que a solução inscrita em B.2. constitui, na verdade, uma "construção invertida" em relação à solução B.1.. Na sua projecção intervêm fenómenos específicos, a que me referirei mais adiante (ver 5.4.).

(16) Terei a oportunidade de sublinhar que o mecanismo da concordância em "pessoa-número" entre o FN-base e o verbo do Predicado compensa esta demarcação, repondo de algum modo a "proximidade" a V que no módulo cabe ao actante.

(17) Como deixei anotado no capítulo anterior, é Tesnière quem pela primeira vez rompe com a análise da frase em SN x SV, que valoriza a relação de formação sintagmática e ignora o "grupo natural" recortado por V e seus actantes, em bloco. A estrutura dependencial que se desenha imediatamente entre V e actantes repete-se no interior de outros "grupos naturais". Em todos eles, surge regularmente um termo "superior" (regente) - que configura um nó - e um ou dois termos "inferiores" (subordinados, dependentes). A frase surge, assim, como o complexo de "conexões estruturais" deste tipo, desenvolvidas a partir de V, "nó dos nós". Os stemmas visualizam estas relações de dependência:



(Tesnière, 1959, p. 15).

(18) A consideração das articulações entre Núcleo e Marginal englobaria, naturalmente, a análise da correntemente chamada frase complexa em que a "subordinada" surge como adjunto circunstancial. Trata-se de um domínio demasiado vasto, a merecer estudo específico - que agora não posso fazer. Ter-se-ão aqui presentes as considerações tecidas no capítulo anterior, particularmente em 6.2., 6.3.1.1.2.-1., 6.3.1.1.2.-3., e ainda as observações contidas na nota 64 desse mesmo capítulo.

(19) Dada a autonomia semântico-funcional e também formal dos FNs reunidos (por força da relação de formação sintagmática) no FV, eles estão envolvidos também na construção sintáctica do EN (do seu Núcleo). Daí que todos os nexos que se desenham entre esse FNs e os que se projectam entre eles e V devam ser suscitados como momento da coesão do Núcleo. Tal significa, como já se terá notado, que alguns princípios da coesão do Núcleo recobrem princípios actuantes na coesão do SV. (Ver capítulo anterior).

(20) Sobre a oposição "événementiel"/descriptif", ver B. Pottier, particularmente, 1970. Anotar-se-á que a opção do locutor por uma "construção invertida" (Passiva) a partir de um verbo configurador naturalmente de um "événement" (em que o actante $_2$ é afectado por ACUSATIVO) conduz também a um descritivo. Ver adiante 5.4..

(21) Não represento aqui, para não sobrecarregar o esquema, os casos em que o FV_2 se centra sobre verbo transitivo objectivo predicativo ou verbo transitivo locativo predicativo. Ver capítulo anterior, 2.2.1.-3.2. e b. e 6.3.2..

(22) Ver capítulo anterior, especialmente 6.3.1.2.-2.. Ver também Primeira Parte, 5.2..

(23) A transitividade introduz, pois, um desequilíbrio, uma dissimetria interna no módulo - dissimetria que se prolonga, de resto, por outros aspectos, tais como a diferenciação entre actantes primários

e actantes secundários, a construção em actância ou em dependência, a articulação de V aos actantes em incidência directa ou indirecta, o seu posicionamento de base, teórico, na ordenação linear do complexo. (Ver capítulo anterior). Sendo assim, a interdependência que reúne V e seus actantes é claramente diferenciada. Por isso, a "equidistância" a V dos actantes, suposta pelo modelo dependencial de representação da frase de Tesnière (ou outros que dele se reclamam ou que com ele de algum modo convergem) é manifestamente aparente.

(24) É para esta dependência formal e funcional que aponta a designação corrente do EN transferido por EN subordinado.

(25) A transferência de EN por infinitivização nem sempre é condicionada, podendo antes resultar de opção semântica do locutor:

creio	ir hoje ao cinema
	que vou hoje ao cinema

Interessam-me aqui apenas os casos de infinitivização estritamente determinada pelo verbo regente.

(26) Observe-se, entretanto, a possibilidade de (i), (ii), (iii) (mas não de (iv))se actualizarem (com vi, senti - mas não com ouvi) em EN nominalizado por que:

vi	(i') que alguém abria a porta
	(ii') que João abria a porta
senti	(iii') que abriam a porta

(27) Mais rigorosamente, deverei dizer que a não projecção do acordo é a solução mais corrente. Algumas vezes, o acordo é efectivamente realizado, sem que a primeira solução deixe de ser possível:

vi crianças sentar(em)-se no chão

Esta dupla possibilidade, a par de casos de hesitação, mostra o carácter não estritamente impositivo deste acordo.

(28) Os acordos em referência (desenvolvidos entre FN-Base e FA_{NAT}-Predicado) não divergem dos que têm lugar no interior de SN entre nome e adjectivo. Compreende-se que assim seja, pois que a projecção de um FA_{NAT} como Predicado apresenta-se como uma modalidade da adjectivação nominal, que só se aparta da que se realiza no interior de SN pelo facto de a incidência do adjectivo sobre o seu suporte ser mediatizada por elemento verbal: a presença mediadora do auxiliar do Predicado afecta à adjectivação marcas particulares que, como sabemos já, redundam em constituição de EN.

(29) Caso diverso é, porém, o desenhado em ENs Passivos (que comportam o auxiliar do Predicado ser). Ver 5.4..

(30) É, como vimos, o que efectivamente ocorre na derivação do Núcleo em que opera um auxiliar do Predicado nos casos que não correspondem a uma construção invertida. Ver 5.2..

QUARTA PARTE

COESÃO AO NÍVEL DA MACROSINTAGMÁTICA

ANEXO

TEXTO A

Porque apoio Eanes



Sophia de Mello Breyner Andersen

Apoio a candidatura do general Ramalho Eanes porque esta candidatura representa para mim a nossa forma de resistir aos estratagemas dos habilidosos.

Porque num país que precisa de austeridade para poder viver com independência e dignidade, Eanes propõe a austeridade como um estilo cultural mais válido do que o novo-riquismo dominante. Porque, para além de acidentais inabilidades de expressão ou formulação, Eanes é uma garantia da democracia, o presidente que sempre respeitará as maiorias e nunca perseguirá as minorias.

Tendo exercido o seu mandato nas circunstâncias mais difíceis, cercado pelo contínuo «tricot» de intrigas que é a vida política actual, ele soube defender a sua independência e ser diferente dos seus inimigos.

Assediado por miseráveis campanhas de calúnias, mentiras, deturpações e especulações ele soube não descer ao nível daqueles que o atacavam.

E apoio a candidatura do general Ramalho Eanes porque para mim ele é um exemplo daquela coragem frontal sem a qual os povos e a liberdade não podem sobreviver. Nos momentos difíceis da luta contra as tentativas do poder totalitário, sempre o general Eanes esteve na linha de fogo, no lugar do perigo, do risco, da decisão. Como aconteceu a 25 de Novembro.

E não esquecerei aquele dia no aeroporto de S. Miguel em que, cercado por uma multidão de provocadores separatistas, Eanes avançou sozinho e perguntou:

— Quem lhes pagou?

Por isso o meu apoio à candidatura do general Ramalho Eanes significa para mim a defesa de uma democracia aberta para o futuro e a defesa de valores tradicionais que garantem a unidade e a dignidade do povo português.

Campanha de Ea

Escândal e veio de

O escândalo a que o semanário colunas, na sua primeira págin quinta-feira, chama-se «Transfi de «back-projections», francês, no nosso país.

Ajudando o leitor que, eventualmente, não tenha lido o «Tempo» de ontem, dir-se-á que este semanário, dirigido por Nuno Rocha escrevia: «Um escândalo à volta da candidatura de Ramalho Eanes parecia estar para rebentar ontem nos meios ligados à Televisão Portuguesa. Efectivamente, soube-se que os tempos de antena da campanha do Presidente da República foram gravados em «video-tape» usando até «cromakey», o que só poderia ter sido feito em Portugal nos estúdios da RTP ou, então, com um carro de exteriores.«

O «Tempo» acerta ao escrever que «as gravações não foram efectuadas na RTP nem ocupado qualquer dos seus carros de exteriores», mas erra logo a seguir, ao concluir (por ignorância, má-fé, descuido ou qualquer outro motivo) que «tudo indica ter sido utilizado um carro de exteriores que é propriedade do Estado-Maior-General das Forças Armadas e está adstrito ao Conselho da Revolução».

In "O JORNAL" de 28 de Novembro de 1980

A COESÃO DO TEXTO

PLANO

1. Preliminares

2. A coesão do Texto A

   I. Nexos coesivos ao nível dos ENs

2. A coesão do Texto A

   II. Coesão inter-ENs

      1. Observações introdutórias
      2. Análise da coesão inter-ENs do Texto A
      3. Observações finais à análise da coesão inter-ENs do Texto A

2. A coesão do Texto A

   III. A coesão global

      1. O esquema lógico-conceptual que suporta globalmente o Texto A
      2. O recorte de pólos de informação, e suas relações, que organizam o Texto A
      3. A relação Título x Texto
      4. A omnipresença de Eanes como referente central do Texto A
      5. A recorrência insistente de esquemas semântico-sintácticos. A proeminência do esquema |<A <apoiar> B <RAZÃO> <B ∿ X>| EQUAT.
      6. Sequências Textuais e suas articulações
      7. O Texto A como texto persuasivo. A configuração de um acto de persuasão

8. A omnipresença do Locutor no seu discurso. A formulação modal de declaração. A interlocução no Texto A
9. O recorte de domínios temáticos no Texto A
10. O semantismo de apoiar e a coesão global do Texto A

A COESÃO DO TEXTO

1. PRELIMINARES

1.1.

Como ficou já devidamente assinalado na Primeira Parte deste trabalho, o Texto constitui uma unidade semântica global (como tal funcionando numa dada situação de comunicação em que adequadamente se inscreve), e realiza-se numa sequência de ENs interligados. (Abandonam-se, uma vez mais, os casos em que o Texto se realiza num único EN, ou em unidade menor).

Configuram-se, assim, imediatamente três zonas de coesão no Texto:

(i) coesão do Texto, enquanto complexo de conexões que respeitam à sua natureza de unidade semântica global;

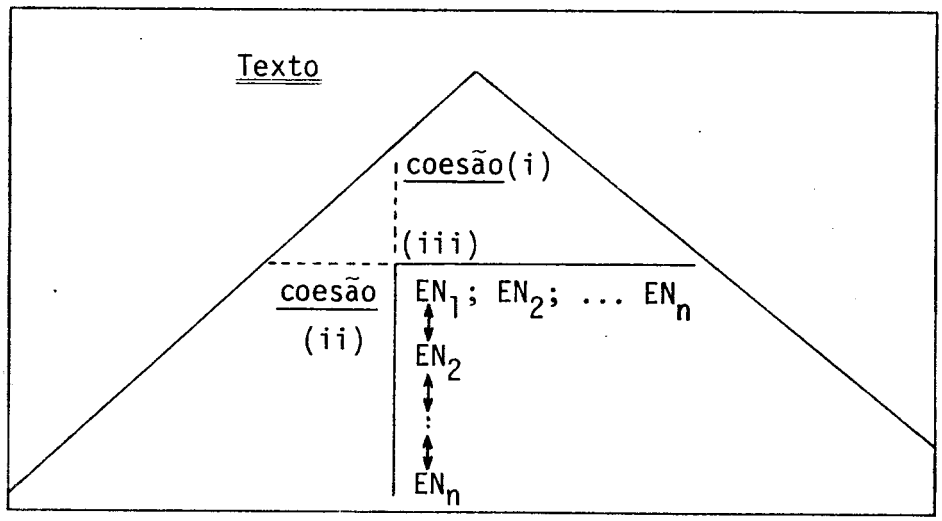
(ii) coesão do Texto, enquanto somatório das conexões inter-ENs;

(iii) coesão do Texto, enquanto somatório dos nexos operantes no seio de cada um dos vários ENs.

As zonas (i) e (ii) correspondem ao que correntemente se vem designando coesão macro-estrutural (ou global) e coesão micro-estrutural (ou local), respectivamente. Para além destas duas zonas, introduzo, como se vê, uma terceira - respeitante aos nexos coesivos presentes em cada EN do Texto. Duas razões básicas me levam a tal. Em primeiro lugar, os nexos coesivos operantes no seio de cada EN são parte legítima do somatório dos nexos que unificam o Texto, que justamente se realiza em ENs. Em segundo lugar, e sobretudo, porque não raro alguns desses nexos interiores ao EN são instaurados por força da coesão global do Texto e por influxo dos ENs imediata ou mediatamente vizinhos. Mais explicitamente: a configuração global da unidade semântica do Texto e a de relações inter-

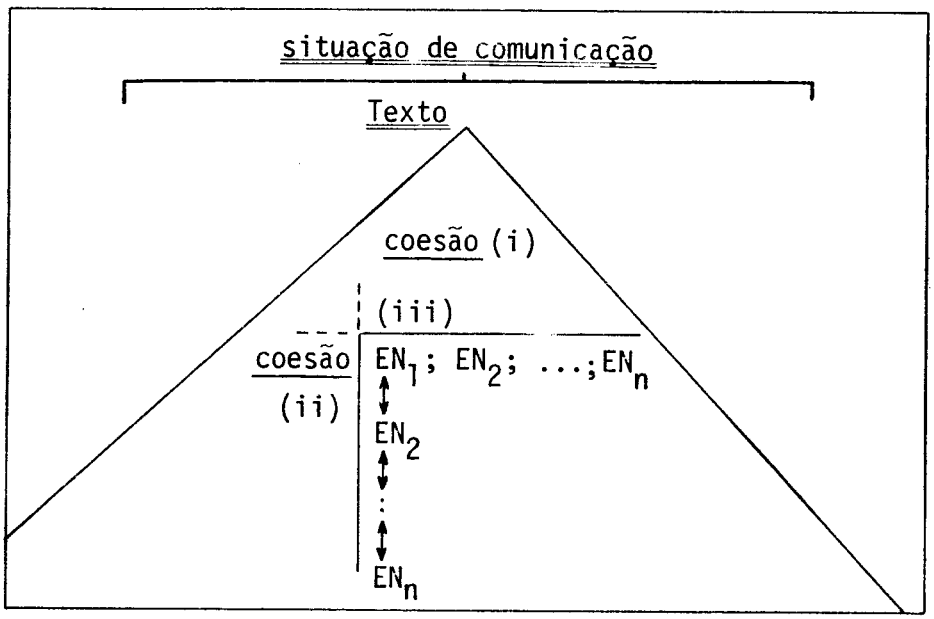
-ENs conduzem muito frequentemente à "descoberta" de nexos coesivos, não imediatamente evidentes, no seio de um EN.

Por esta via, a zona (iii) da coesão do Texto fica intimamente relacionada quer com a zona (ii) quer, finalmente, com a zona (i), que a ambas domina. Esta situação complexa pode ser esquematizada:



Ficou, porém, anotado acima que o Texto se apresenta como unidade semântica global em funcionamento numa situação de comunicação específica, em que se inscreve adequadamente. As coordenadas da comunicação que perfazem tal situação são elemento de sentido poderosamente actuante na configuração do Texto e, logo, fortemente envolvido na sua compreensão. Daí que elas sejam convocadas na instauração de nexos coesivos no Texto, e, consequentemente, na "descoberta" por parte do receptor destes mesmos nexos, que suportam a adequada compreensão da mensagem.

Sendo assim, a situação de comunicação domina a configuração global do Texto e dos ENs e suas relações. Daí, a representação integral que proponho:



1.2.

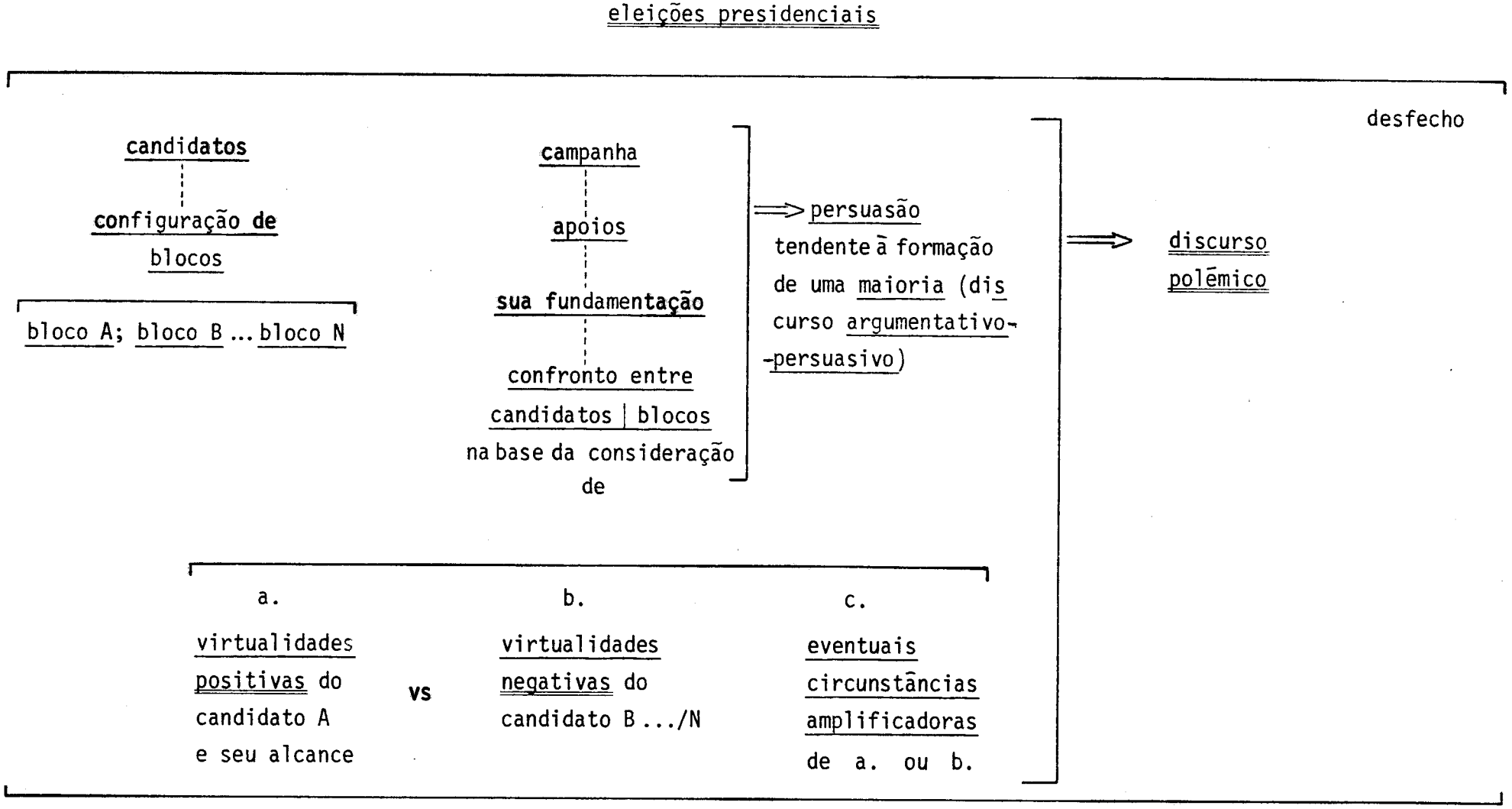
Na análise que vou propor da coesão do Texto A (am anexo), partirei do levantamento dos laços coesivos concernentes à zona (iii), passarei ao exame da zona (ii), para concluir com a zona (i).

De acordo, porém, com o exposto em 1.1., suscitarei regularmente o influxo operado em cada zona por parte de elementos situados nas zonas "superiores". Da mesma forma, convocarei o influxo das coordenadas da comunicação que dominam o Texto em todos os aspectos da sua organização.

Desta maneira, interessa introduzir imediatamente uma caracterização, mesmo sumária, da situação de comunicação em que se inscreve o Texto A, indispensável ao bom entendimento de alguns dos aspectos analisados nos números que se seguem.

O Texto A constitui uma manifestação explícita de apoio por parte do seu Autor ao candidato Eanes às eleições presidenciais portuguesas de 1980, e especifica as razões de tal atitude. Desde logo, domina toda a situação de comunicação um quadro específico - o das eleições presidenciais, em Portugal, jovem democracia a braços com dificuldades de vária ordem (institucionais, político-sociais, económicas ...). Abandonando, para já, um sem número de aspectos intervenientes nesta situação e de algum modo influentes no acto comunicativo (estatuto socio-cultural e político do locutor, o meio de divulgação do Texto - o semanário O Jornal, afecto ao chamado "socialismo democrático" e apoiante explícito do candidato Eanes - etc.) interessa-me reter apenas o que julgo mais central e genérico, que é para mim o quadro conceptual tipicamente agregado a eleições presidenciais. Esquematizo esse quadro da seguinte forma:

(Ver página seguinte).


eleições presidenciais
desfecho
candidatos
configuração de blocos
bloco A; bloco B ... bloco N
campanha
apoios
sua fundamentação
confronto entre candidatos | blocos na base da consideração de
persuasão tendente à formação de uma maioria (discurso argumentativo-persuasivo)
discurso polémico
a. virtualidades positivas do candidato A e seu alcance
vs
b. virtualidades negativas do candidato B .../N
c. eventuais circunstâncias amplificadoras de a. ou b.

Este quadro genérico informa todo o Texto A, instaurando uma rede de conexões em todos os níveis da sua organização, que tentarei levantar. Reterei, pois, que o Texto A surge como um texto argumentativo-persuasivo (no quadro do discurso polémico suscitado pela situação de comunicação), preenchido pela fundamentação de um apoio explícito por parte de A (seu Autor) a um candidato (o General Ramalho Eanes), visando congregar uma maioria na base da consideração de virtualidades positivas desse candidato face a virtualidades negativas de um opositor (ou do bloco que o sustenta), umas e outras amplificadas por ou articuladas a circunstâncias particulares, que se invocam.

A compreensão do texto A (e, logo a captação dos nexos coesivos que a suportam) faz, pois, necessariamente, apelo a expectativas configuradas na base do conhecimento da situação de comunicação em que se inscreve, e de que o quadro acima esquematizado fornece uma visão integrada. Mais rigorosamente - importa referí-lo - esse quadro representa, não estritamente uma situação de comunicação, antes o contexto em que se inscreve o acto comunicativo - contexto a tomar, pois, como complexo de dimensões cognitivas e expectativas a elas agregadas, que é activado no exercício verbal centrado necessariamente sobre um EU x x Aqui x Agora, coordenadas básicas da enunciação. Onde se lê situação de comunicação deve, pois, ler-se preferentemente contexto, no sentido agora delimitado. Chamarei a atenção para o facto de que sob tal designação intendo basicamente referir-me a um quadro conceptual ou lógico-conceptual (onde, como se vê, se inscrevem dimensões de natureza diversa) que corresponde, em linhas fundamentais, à noção de "frame" (e outras com ela conectadas) a que os modelos de compreensão do texto fazem recurso: ver Primeira Parte, particularmente 2.2.10 e nota 33.

2. A COESÃO DO TEXTO A

I. Nexos coesivos ao nível dos ENs

Retomarei aqui cada um dos ENs do Texto A. Desenvolverei sistematicamente alguns termos quer economizados quer apagados por elipse, que indicarei por [ ]. Desenvolverei também sistematicamente o elemento eu (comportado em apoio, no morfema de "1ª pessoa singular" - o): daí, a representação (eu) apoio.

Observarei que, para não sobrecarregar a análise, não vou reter os traços de coesão estrutural de cada EN, isto é, os traços que suportam a sua configuração construcional. Atenderei apenas a outros laços coesivos, que preenchem a coesão não estrutural que percorre e integra elementos compresentes (explícita ou implicitamente) em cada EN. Desses nexos darei, por vezes, uma caracterização sumária, para não alongar excessivamente a exposição.

EN_1:

1.1 (Eu)$_{4,5}$ apoio$_{6}$ a candidatura$_{3,6}$ do general$_{5}$ Ramalho Eanes$_{2}$ / porque$_{1}$ /

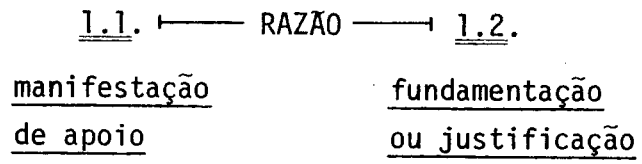
1.2 esta candidatura$_{3,6}$$_{2}$ representa$_{4}$ para mim$_{4}$ a nossa$_{4,5}$ forma de resistir aos estratagemas dos habilidosos.

1. Os índices numéricos assinalam nexos semânticos imediatamente reconhecíveis. Esquematizando:

1.1		a candidatura do GRE$_2$	candidatura$_3$	(Eu)$_4$	Eu+6RE$_5$	apoio$_6$ candidatura$_6$
	porque$_1$					
1.2		esta candidatura$_2$	candidatura$_3$	mim$_4$	nossa$_5$	candidatura$_6$

Especificarei sumariamente estes nexos:

(1) o relator porque conecta globalmente 1.1-1.2, assinalando uma relação de RAZÃO



(Em crono-logia, o termo em que se consubstancia a RAZÃO deverá ser tomado como um ANTES, de acordo com o seu estatuto de actante-circunstante afectado por marca casual de CAUSA ou ORIGEM. Ver adiante 2.III.10).

(2) a candidatura do GRE - esta candidatura: recorrência de designado, realizada na reiteração da lexia candidatura e no demonstrativo esta (anáfora).

(3) candidatura-candidatura: reiteração da lexia

(4) (Eu)-mim-nossa: recorrência de designado, directamente em eu-mim (recorrência do mesmo item em alomorfes), indirectamente em nossa (que inclui eu).

(5) (Eu)-GRE-nossa: reunião em nossa dos designados por EU e GRE (nossa $\subset \begin{matrix} \text{Eu} \\ \text{GRE} \end{matrix}$)

(6) apoio-candidatura: relação de associação (no contexto "eleições presidenciais").

2. Outros nexos, talvez menos imediatamente reconhecíveis, se estabelecem ainda no EN_1, de cuja coesão são factores centrais.

2.1.

a.

O semantismo de apoiar (em 1.1.) comporta directamente o envolvimento de dois actantes (módulo semântico de apoiar: A <apoiar> B). No entanto, o quadro conceptual típico de apoiar convoca também o desenho de um bloco face a outro bloco. Represento este complexo ligado ao semantismo de apoiar do seguinte modo:

A <apoiar> B	(vs C)
bloco 1	bloco 2
A + B ...	C

Ou seja:

A + B vs adversários

Deste modo, Eu e GRE surgem interligados como co-membros de um bloco, a que se opõe um outro (não especificado em 1.1., mas explicitamente introduzido em 1.2. - ver mais abaixo). Anotarei, pois, que se configura em 1.1. uma antinomia, embora o segundo termo nela envolvido não surja aí imediatamente realizado.

b.

Para além dos aspectos assinalados, o semantismo de apoiar comporta ainda o sema de modalidade (ou de formulação comunicativa modal) / declaração/. Este sema marca a presença do locutor (eu) no seu discurso, e mais do que isso, o modo como ele o assume. (Avaliarei adiante o alcance para o Texto A, globalmente considerado, da presença deste sema - Ver 2.III.8). Aparentemente ausente em superfície, esta

dimensão está inequivocamente inscrita no semantismo de apoiar:

eu apoio ∿ eu declaro apoiar

No que respeita à coesão do EN_1, interessa reter que esta modalidade é afectada por um traço positivo (+) (face a outros verbos que comportam idêntica modalidade, mas afectada por traço negativo (-), tais como desmentir, contestar ...). Tal traço positivo alarga-se ao sujeito do apoio (ao eu) e ao seu objecto (Eanes), que na visão do primeiro, e pelas razões que vão ser invocadas, surge como digno, como credor do apoio. Em contrapartida, o termo C convocado por apoiar (ver alínea anterior), será afectado por traço negativo (-). Daí, o eixo semântico, que comporta a recorrência de /+/ e a antinomia /+-/, e que percorre todo o segmento 1.1:

Eu apoio a candidatura do G.R.E. (vs C)
+ + + -

(Mais adiante, retomarei o semantismo de apoiar, para fazer salientar o papel nuclear que este termo assume na coesão de todo o Texto A; ver 2.III.10).

2.2. Por sua vez, o segmento 1.2. do EN_1 comporta um complexo de antinomias, elemento decisivo da sua coesão, e gerador também de nexos coesivos com 1.1.. Vejamos:

1. O semantismo de resistir instaura explicitamente uma antinomia que represento como segue na base do módulo semântico daquele verbo:

X <resistir> a Y

X está realizado em nossa, isto é, imediatamente (ver, porém, mais abaixo) em Eu e GRE (em 1.1.); Y surge como "estratagemas dos habilidosos", ou seja, adversários de Eu + GRE (em 1.1.) ∿ nós (em nossa, 1.2.).

Daí:

Eu + GRE ∿ nós (nossa) vs 'habilidosos e seus estratagemas'

(1.1) (1.2)

X vs Y

Visivelmente, o termo Y coincide com o actante C convocado pelo semantismo de apoiar (em 1.1.). Daí, a simetria

1.1. A <apoiar> B (vs C)

1.2. A + B <resistir> a C

Esta simetria, a correspondência entre o semantismo de apoiar (ver 2.1. a.) e de resistir, e o preenchimento dos respectivos actantes pelos mesmos designados estabelecem laços coesivos centrais em todo o EN_1.

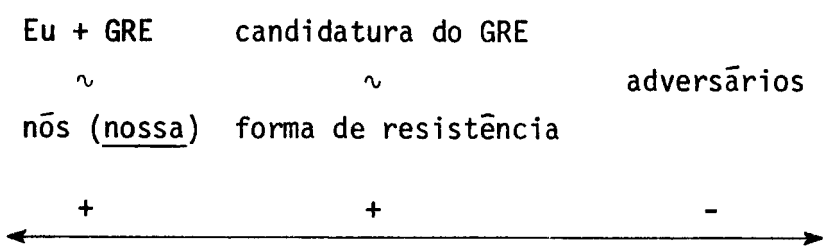
2. A antinomia que acabei de configurar no número anterior desdobra-se, porém, em várias outras dimensões. Elas valem igualmente como elementos de coesão no segmento 1.2., mas são também geradoras de laços com o segmento 1.1.

a. A resistir (e ao seu actante 1) associamos um traço valorativo positivo (+); correlativamente, associamos a adversários (actante 2 do mesmo verbo) um traço negativo (-). Daí, o eixo semântico, que atinge todos os elementos convocados por resistir:

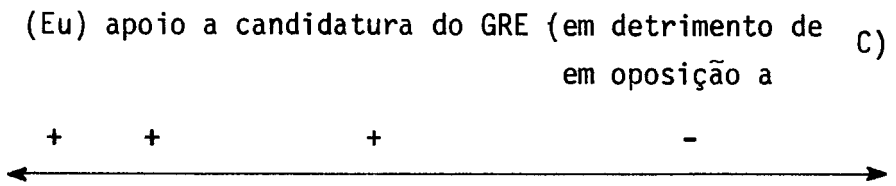
Eu + GRE ∿ nós resistir adversários

\+ + -

O Equativo presente em 1.2 ("esta candidatura representa ..." permite uma esquematização mais completa daquele eixo semântico que, como se vê, comporta a recorrência de (+) e a antinomia (+-):



A simetria acima levantada entre o semantismo de resistir e o de apoiar permite assinalar o mesmo eixo semântico no segmento 1.1, eixo semântico, de resto, já aí configurado a partir da modalidade inscrita em apoiar (ver acima 2.1.b.).



b. Os adversários do bloco Eu+GRE são referidos, como já se anotou, em "estratagemas dos habilidosos". O semantismo desta expressão comporta um traço conotativo negativo (-), que se consubstancia em

/ - transparência /

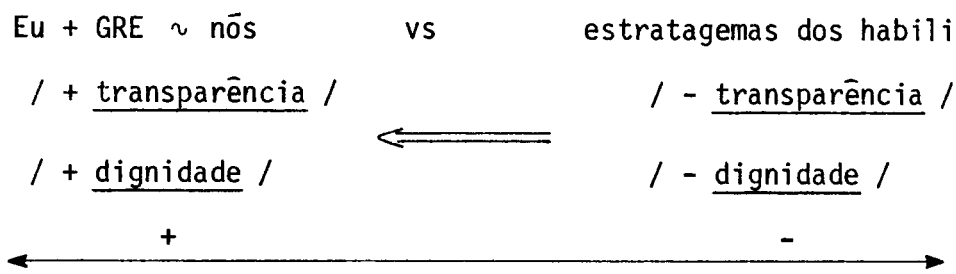
/ - dignidade /

Correlativamente, averbo aos "resistentes" o traço oposto (+), que se consubstanciará em

/ + transparência /

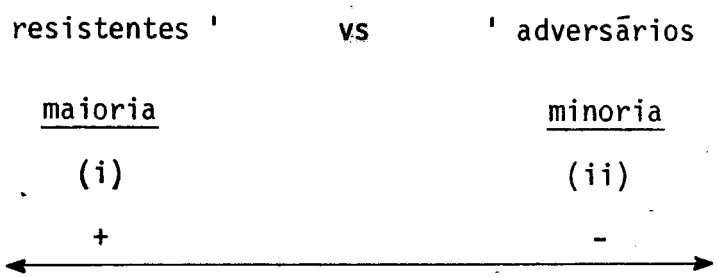
/ + dignidade /

Daí, a antinomia



(⟸ indica que os traços averbados ao primeiro termo são inferidos a partir dos opostos, presentes nos adversários).

c. Uma outra dimensão antinômica está configurada em 1.2. (e atinge também, como as anteriormente levantadas, o segmento 1.1.). Nossa envolve imediatamente, como se viu, Eu + GRE. No entanto, num texto (argumentativo-persuasivo) de apoio, produzido em contexto de eleições visando congregar apoiantes e simpatizantes, nossa introduz subtilmente a ideia de maioria, como elemento de reforço do bloco configurado em torno de Eanes. Daí, o desenvolvimento de uma nova dimensão antinômica, agora eminentemente quantitativa, em 1.2.:



(i) congregação à roda de Eanes de massa eleitoral tendencialmente maioritária;

(ii) massa minoritária adstrita aos adversários de Eanes.

Daí, nova correspondência entre 1.1. e 1.2.:

1.1. A <apoiar> B vs C

maioria minoria

1.2. Nós ⊂ Eu + GRE (A+B) massa apoiante maioritária vs adversários

maioria minoria

\+ -



3. Aos nexos semânticos levantados nos números e alíneas anteriores outros se juntam ainda, aos primeiros se articulando intimamente.

1. Por força das virtualidades positivas (+) agregadas à candidatura de Eanes, ou a Eanes, (nos termos acima analisados), e ainda por força das virtualidades negativas (-) averbadas aos seus adversários, não apenas se justifica o apoio dado em 1.1., como sobretudo - ideia que também subtilmente se introduz no texto A, eminentemente argumentativo - esse apoio se impõe como uma (quase) necessidade.

Sendo assim, 1.1. e 1.2. articulam-se globalmente não por simples RAZÃO (porque), mas sobretudo por uma (quase) NECESSIDADE:

1.1 1.2



RAZÃO



(quase) NECESSIDADE

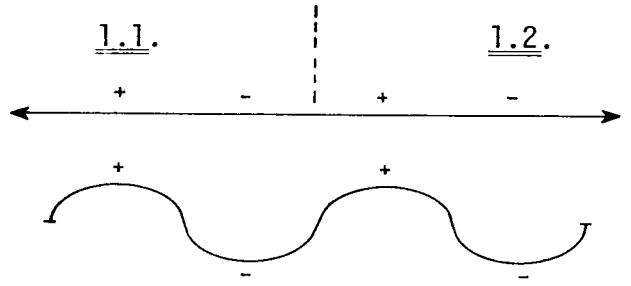
(Como veremos mais adiante, esta (quase) necessidade pode traduzir-se no seguinte esquema, que percorre a quase totalidade dos ENs e todo o texto:

Se p, então q.

Ou seja:

Se B | C ⟹ então, urge aderir a B) (Ver adiante 2.III.7 e 10)
+ -

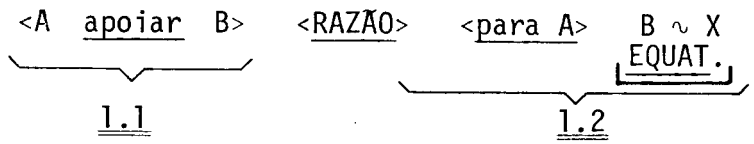
2. Perante a excelência do candidato B (B), e face à inferioridade notória dos adversários (C), a atitude de apoio de A revela-se globalmente afectada por um traço positivo (+). Também, pois, por esta via, se instaura o eixo semântico que percorre todo o EN_1 e que representarei



ou, de preferência,

4. Finalmente, como elemento particularmente actuante na coesão do EN_1, reconhece-se, um complexo articulado do que chamarei pólos de informação que organizam a mensagem.

Para o levantamento desses pólos e suas articulações partirei da consideração do esquema semântico-sintáctico que suporta o EN_1. Condenso-o na seguinte fórmula:



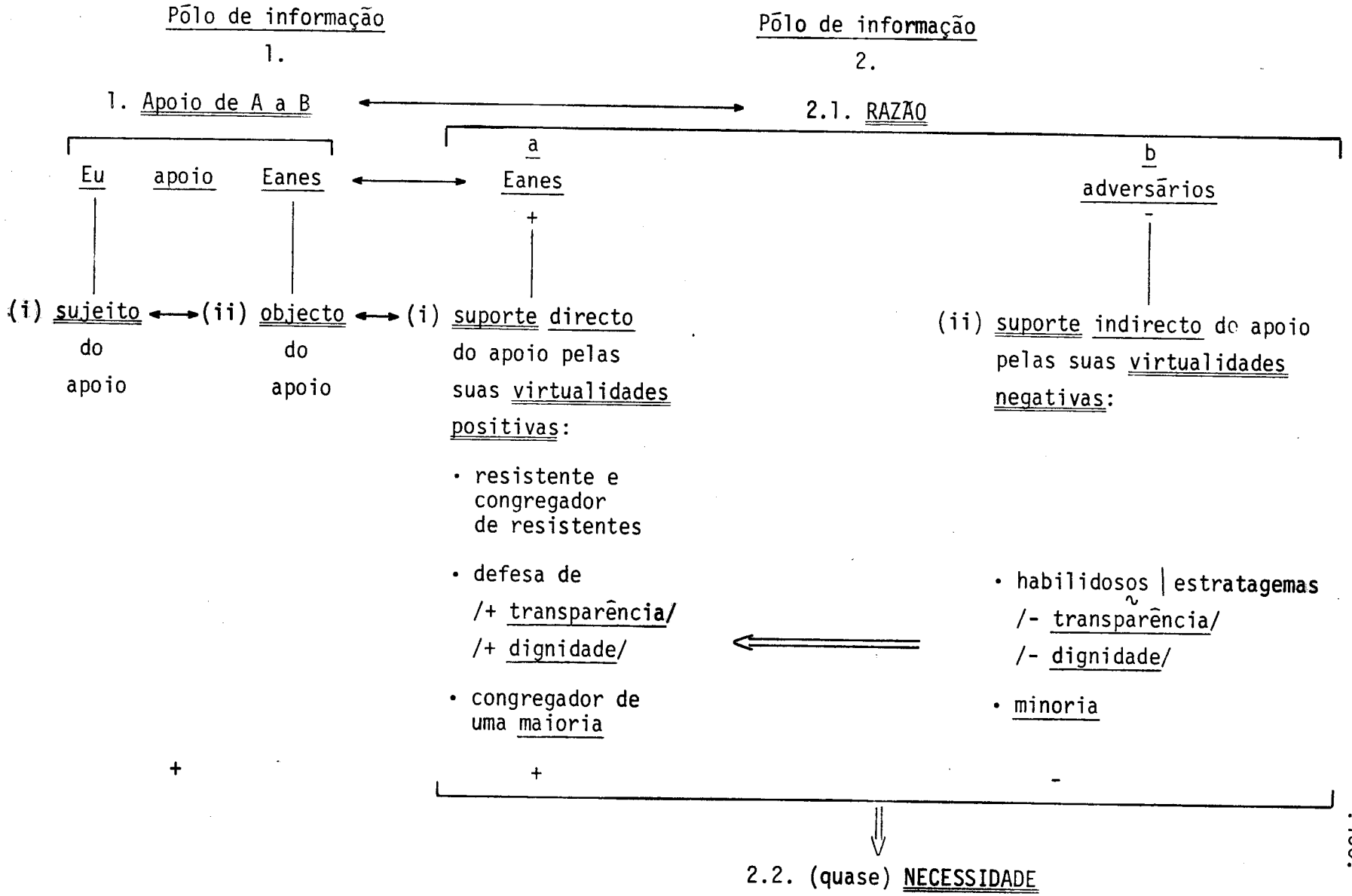
Como se viu, sobre os termos envolvidos no EQUATIVO desenha-se basicamente a antinomia (que comporta várias dimensões) B | C, em que, afinal, se consubstancia a razão (a quase necessidade) do apoio explicitamente dado
+ -

e procurado. Daí, o esquema final que informa a organização do EN_1

A <apoiar> B (em detrimento de / em oposição a C)
PORQUE
para A, B (+) | C (-)

Nesta base, poderei representar os pólos de informação e suas relações do seguinte modo:

(Ver página seguinte).


Pólo de informação
1.
Pólo de informação
2.
1. Apoio de A a B
2.1. RAZÃO
Eu
apoio
Eanes
a
Eanes
+
b
adversários
-
(i) sujeito do apoio
(ii) objecto do apoio
(i) suporte directo do apoio pelas suas virtualidades positivas:
(ii) suporte indirecto do apoio pelas suas virtualidades negativas:
• resistente e congregador de resistentes
• defesa de /+ transparência/ /+ dignidade/
• congregador de uma maioria
• habilidosos | estratagemas /- transparência/ /- dignidade/
• minoria
+
+
-
2.2. (quase) NECESSIDADE

Convirá ter presente na leitura deste quadro (e de outros similares que levantarei para cada EN e mesmo para o Texto A em bloco) o conteúdo da observação já feita acima no número 1 da análise deste mesmo EN: em crono-logia, haverá que tomar o termo RAZÃO (o pólo de informação 2) como um ANTES, o que está em sintonia com o seu estatuto de actante-circunstante afectado, na configuração semântico-funcional do EN, por marca casual de Causa ou Origem. (Ver adiante, 2.III.10).

EN_2:

2.1. [(Eu apoio a candidatura do GRE]/ porque /

2.2.1. num país que precisa de austeridade para poder viver com independência e dignidade,

2.2.2. Eanes propõe a austeridade como estilo cultural mais válido do que o novo riquismo dominante.

Os índices numéricos assinalam alguns dos laços coesivos mais evidentes. Outros se lhes vêm juntar. Para a captação de uns e outros tomarei em separado cada um dos segmentos reconhecíveis no EN_2, procurando em seguida levantar as interconexões que ligam estes segmentos. Convirá anotar de imediato que percorre o segmento 2.2., no seu conjunto, uma clara organização antinómica, fortemente coesiva, que se desenvolve em vários momentos e dimensões.

1. Nexos semânticos no interior de 2.2.1

1. O artigo indefinido um (em "num país ...") tem um valor catafórico que imediatamente se resolve no FA_{TR} introduzido por que; este nexo

- e a resolução imediata da catáfora em que ele se consubstancia - é fortemente integrador dos termos presentes em 2.2.1. A retoma, em que, de país constitui também laço coesivo imediatamente evidente.

2. Uma relação particular conecta austeridade (a) e 'possibilidade de sobrevivência com independência e dignidade' (b). Tal relação é explicitamente dada em "precisa de ... para poder ...":

a.		b.
condição necessária	⟷	objectivo
ou		ou
via, meio		finalidade

2. Nexos semânticos no interior de 2.2.2.

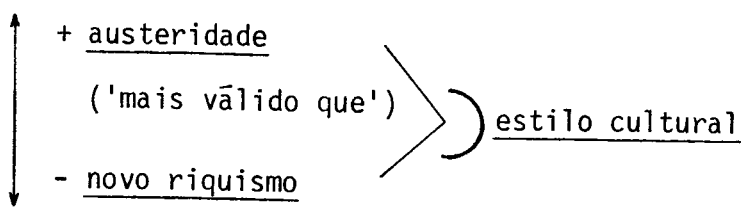
1. Presença de antinomias:

(i) austeridade ≠ novo riquismo

(ii) traço conotativo (+) associado a austeridade vs traço conotativo (-) associado a novo riquismo. Daí:

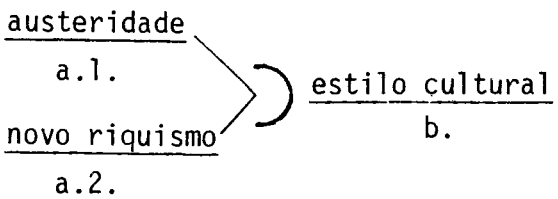
austeridade ≠ novo riquismo
+ -
⟷

(iii) antinomia realizada por comparação que envolve os termos austeridade, novo riquismo e estilo cultural, segundo o esquema



2. Outros nexos em 2.2.2.

Os termos envolvidos na comparação referida em (iii) do número anterior conectam-se ainda da seguinte maneira:



a-b: relação de inclusão ou hiponímia | hiperonímia

a_1-a_2: relação de co-hiponímia face a "estilo cultural", que os inclui.

3. Nexos semânticos entre 2.2.1. e 2.2.2.

1.

a. 'carência de austeridade' vs 'domínio de novo riquismo'
(i) (ii) (i) (ii)

b. 'carência de austeridade' vs 'proposta de austeridade'

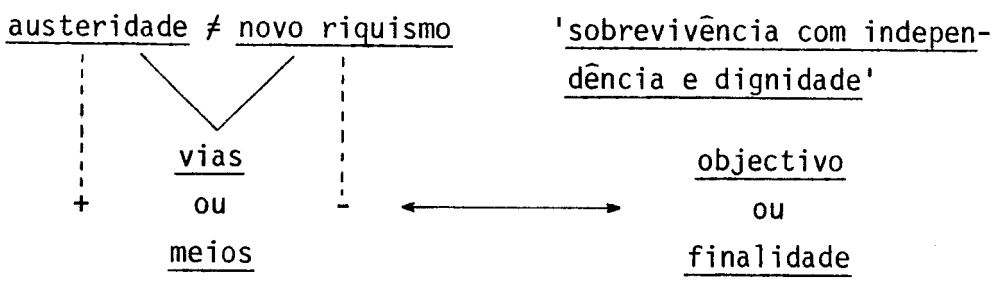
c. Perante a 'carência de austeridade' ("país que precisa de austeridade ...") a que associamos um traço negativo (-), a 'proposta de austeridade' representa algo de marcadamente positivo (+). Daí, o eixo semântico também antinómico que percorre todo o segmento 2.2. (2.2.1. e 2.2.2.)

2.2.1. 2.2.2.

num país que precisa de austeridade ... Eanes propõe a austeridade como estilo cultural mais válido ...



d. Por via da recorrência de austeridade em 2.2.2. (por retoma da mesma lexia presente em 2.2.1.) e por via das antinomias desenvolvidas entre austeridade e novo riquismo em 2.2.2., configura-se esta outra conexão no seio do segmento 2.2 globalmente considerado:



2. Para além dos nexos referidos, onde se salientam diferentes dimensões antinómicas, 2.2.1., adjunto circunstancial incidente sobre 2.2.2., comporta ou enuncia uma contraposição valorativa da 'proposta de austeridade' contida neste último segmento.

Esta relação conecta globalmente os dois segmentos. Sublinhe-se o sentido da contraposição enunciada em 2.2.1.: ela valoriza, reforça o pólo positivo (+) que preenche 2.2.2. - a 'proposta de austeridade' é reforçada na sua pertinência, no seu valor positivo quer pela 'carência de austeridade' que se atribui ao país quer pelo alcance cometido à mesma austeridade, que é tomada como condição necessária para a independência e dignidade do povo português. (Ver ainda adiante 5.)

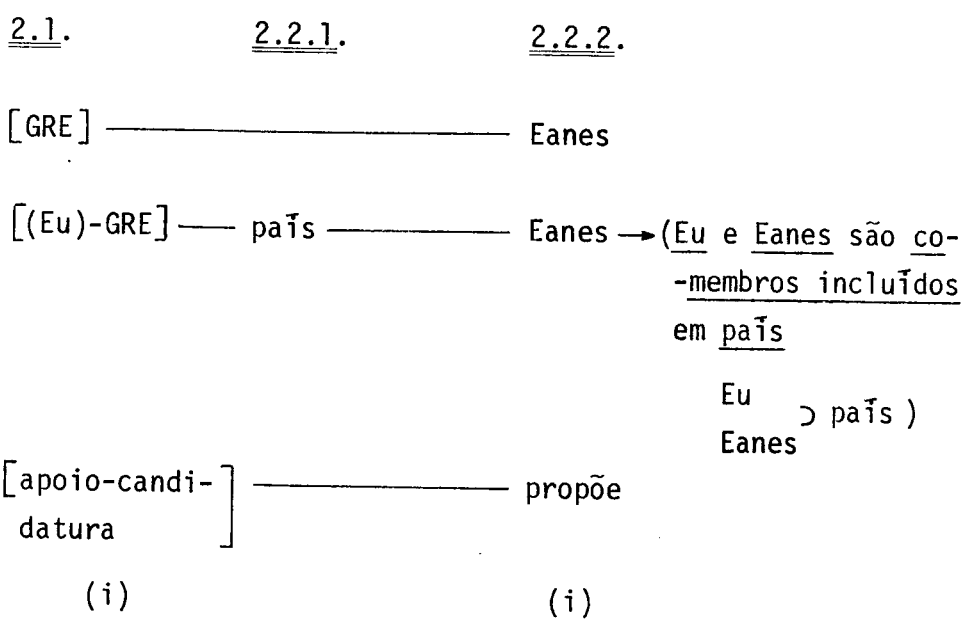
4. Nexos semânticos entre 2.1. e 2.2.(1. e 2.)

O segmento 2.1. está apagado (por elipse), mas está necessariamente presente. Daí, a consideração dos nexos entre 2.1. e 2.2.:

1.

a. O relator porque explicita um nexo de razão.

b. Anotem-se estes outros nexos evidentes:

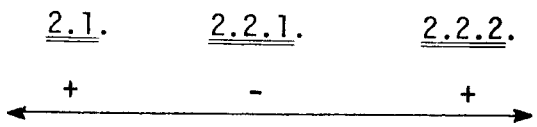


(i) um nexo de associação reúne o conteúdo destas lexias.

2.

1. Como no EN_1, também aqui - e pelos mesmos motivos invocados - 2.1. e 2.2. estão conectados não apenas por razão, mas também por um laço de (quase) necessidade: o apoio impõe-se face às virtualidades positivas de Eanes, valorizadas agora pela contraposição contida, como se observou, em 2.2.1.. (Ver ainda adiante 5. para a explicitação das virtualidades negativas dos adversários, fortemente indutoras desta noção de (quase) necessidade).

2. Pelas mesmas razões invocadas para o EN_1, 2.1. averba globalmente um traço positivo (+). Daí, o eixo semântico (preenchido pela recorrência de + e pela antinomia +-), que aglutina de forma específica todos os termos do EN_2:



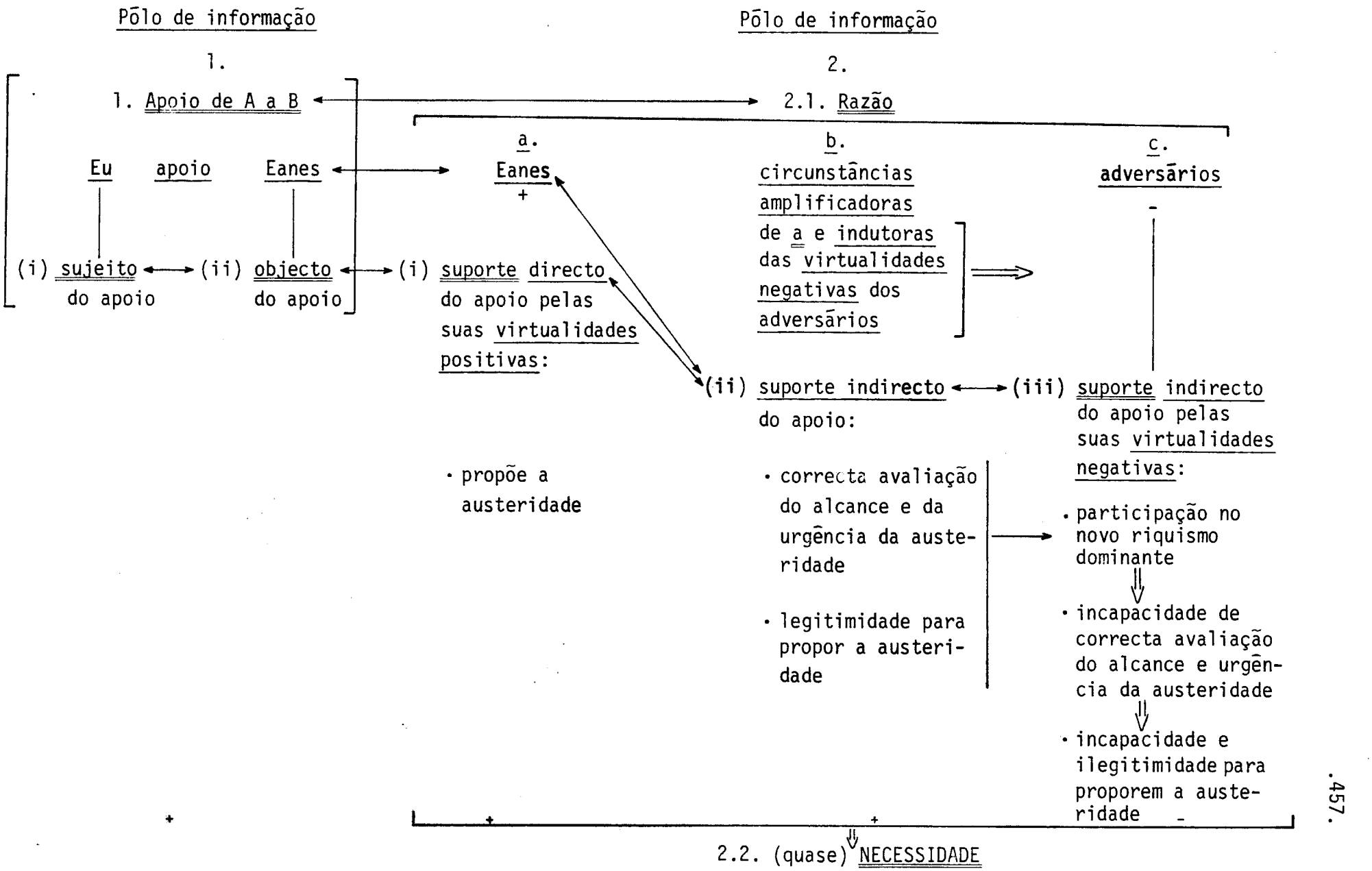
ou, de preferência,



5. Também no EN_2 reconhecemos a presença de pólos de informação fortemente ligados, que organizam a mensagem nele veiculada. Tais pólos e suas relações constituem factor importante da coesão do EN_2.

1. Darei de imediato uma representação desses pólos e suas conexões. Tal representação suscita algumas observações explicativas, que averbarei logo em seguida à esquematização proposta.

(Ver página seguinte).


Pólo de informação
1.
1. Apoio de A a B
Eu
apoio
Eanes
(i) sujeito do apoio
(ii) objecto do apoio
Pólo de informação
2.
2.1. Razão
a.
Eanes
+
(i) suporte directo do apoio pelas suas virtualidades positivas:
· propõe a austeridade
b.
circunstâncias amplificadoras de a e indutoras das virtualidades negativas dos adversários
(ii) suporte indirecto do apoio:
· correcta avaliação do alcance e da urgência da austeridade
· legitimidade para propor a austeridade
c.
adversários
-
(iii) suporte indirecto do apoio pelas suas virtualidades negativas:
· participação no novo riquismo dominante
· incapacidade de correcta avaliação do alcance e urgência da austeridade
· incapacidade e ilegitimidade para proporem a austeridade
2.2. (quase) NECESSIDADE

Esta representação suscita, entre outras, as seguintes notas explicativas:

a. O termo b do pólo de informação 2 está contido no adjunto circunstancial 2.2.1.. Enunciando, como se viu, este segmento uma contraposição valorativa do contido em 2.2.2. (sobre que incide), nele se especifica afinal uma "razão" do apoio. Daí, a sua inscrição no pólo 2. Razão.

b. As virtualidades negativas dos adversários de Eanes não surgem no EN_2 de modo explícito. Decorrem, porém, das formulações contidas tanto no adjunto circunstancial como em 2.2.2., e ainda (e talvez sobretudo) do contraste entre Eanes e seus opositores evidenciado não apenas no EN_2 como em todo o texto, e suscitado pelas expectativas ligadas ao conhecimento do contexto (ou dele parte integrante).

Aproveito, assim, para sublinhar, por um lado, o influxo do contexto e do co-texto na definição de certos nexos no interior de um EN, e, por outro lado, o igual papel que, na configuração da coesão, atribuo a nexos explícitos e a nexos implícitos (inferidos).

c. Anotei como circunstância amplificadora das virtualidades positivas de Eanes a 'legitimidade para propor a austeridade'. Salientarei que tal dimensão é também inferida na base do "conhecimento do mundo", aqui do conhecimento da personalidade e modo austero de vida do candidato.

d. As linhas e as setas inscritas na esquematização apresentada pretendem assinalar conexões (explícitas ou implícitas) entre os diversos termos compresentes. Anotam, pois, a interdependência que reúne as informações disponíveis no EN.

(Convirá reter estas observações, pois elas revelam-se pertinentes para a compreensão da análise que proporei de outros ENs).

2. A representação dada dos pólos de informação está em clara sintonia com o esquema semântico-sinctático que suporta o EN_2:

[<A <apoiar> B>] <Razão> <Adj. circ.> <B FAZER ALGO>

O conteúdo dos dois últimos termos permite reter a fórmula que condensa a mensagem carreada pelo EN_2:

A <apoiar> B (vs C)

PORQUE

B (+) C (-) | circunstâncias amplificadoras de B e indutoras de C (+ / -)

EN_3:

3.1 [(Eu apoio a candidatura do GRE_2]/ porque $_1$ /

3.2.1. para além de acidentais$_4$ inabilidades [suas$_2$]de repressão ou formulação,

3.2.2.a. Eanes$_2$ é uma garantia$_4$ da democracia,

3.2.2.b. [Eanes$_2$ é] o presidente$_3$ que$_3$ sempre$_{4\ 5}^{6,9}$ respeitará as maiorias$_{7,8}$ e [que$_3$] nunca$_{4\ 5}^{6,9}$ perseguirá as minorias$_{7,8}$.

Retomarei para uma análise sumária alguns dos laços indexados numericamente, em articulação com alguns outros não assinalados, mas fortemente actuantes na coesão do EN_3.

1. Nexos semânticos em 3.2.2.b.

a. Presença de antinomias:

sempre ≠ nunca

respeitar ≠ perseguir

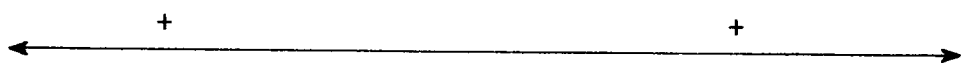
maiorias ≠ minorias

b. Presença de equivalências:

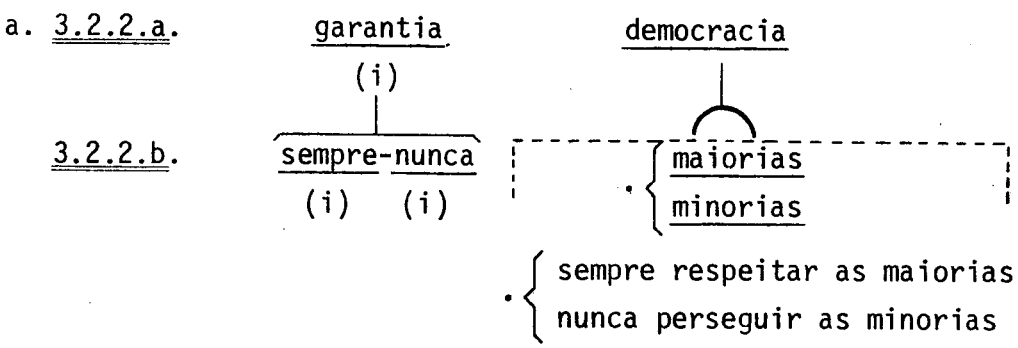
(i) sempre respeitar ∿ nunca perseguir

(ii) equivalência consubstanciada na recorrência de um traço positivo (+) que percorre todo o segmento 3.2.2.b.:

sempre respeitará as maiorias e nunca perseguirá as minorias



2. Nexos semânticos entre 3.2.2.a. e 3.2.2.b.

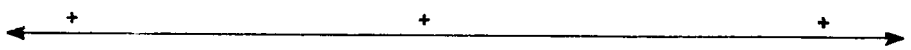


(i) reúne-os o traço [+ perduração no tempo], que é, pois, recorrente.

b.

3.2.2.a.		3.2.2.b.
garantia da democracia	∿	sempre respeitará as maiorias e nunca perseguirá as minorias

c.



(eixo semântico preenchido pela recorrência de (+)

3. Nexos semânticos entre 3.2.1. e 3.2.2.

a.

3.2.1.	acidentais		[suas]
	(i)		
	≠		
3.2.2.a.	garantia		Eanes
	(ii)		
3.2.2.b.	sempre-nunca		[Eanes]
	(a) (ii)		

(a) Reúne-os o traço [- perduração no tempo] vs [+ perduração no tempo]

(i) acidentais

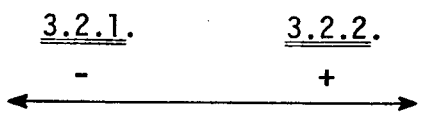
(ii) garantia | sempre-nunca

b. 3.2.1. é adjunto circunstancial incidente sobre 3.2.2., e comporta o enunciado de uma concessão ("para além de"), relação opositiva que conecta globalmente os segmentos em análise.

c. Entre, de um lado, "acidentais inabilidades de formulação ou expressão", e, do outro, "garantia da democracia, o presidente que sempre respeitará as maiorias e nunca perseguirá as minorias", configura-se uma oposição, subtilmente introduzida, marginal vs

essencial no que tange ao significado para a colectividade dos aspectos em cada segmento referidos. Indicia o carácter marginal do contido em 3.2.1. o mesmo relator que exprime a concessão que marca o mesmo segmento. (Analisarei, mais adiante, o alcance desta concessão e desta oposição, subtilmente desenhada, marginal | essencial |).

Anote-se ainda que 3.2.1. é afectado por traço valorativo negativo (-), enquanto ao contido em 3.2.2. convém o traço valorativo positivo (+) - dimensão antinómica inscrita cumulativamente com as outras já assinaladas (concessão, e marginal vs essencial). Daí, o eixo semântico



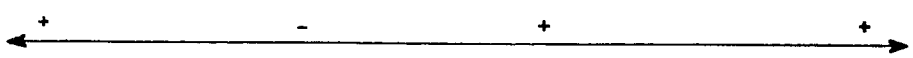
4. Nexos semânticos entre 3.1. e 3.2.

a. 3.1. [GRE] 3.2.1. [suas] 3.2.2.a. Eanes 3.2.2.b. [Eanes]

b. ⊢—— razão ——⊢
(porque)

c. ⊢—— (quase)-necessidade ——⊢
(pelos motivos já considerados na análise dos ENs anteriores)

d.



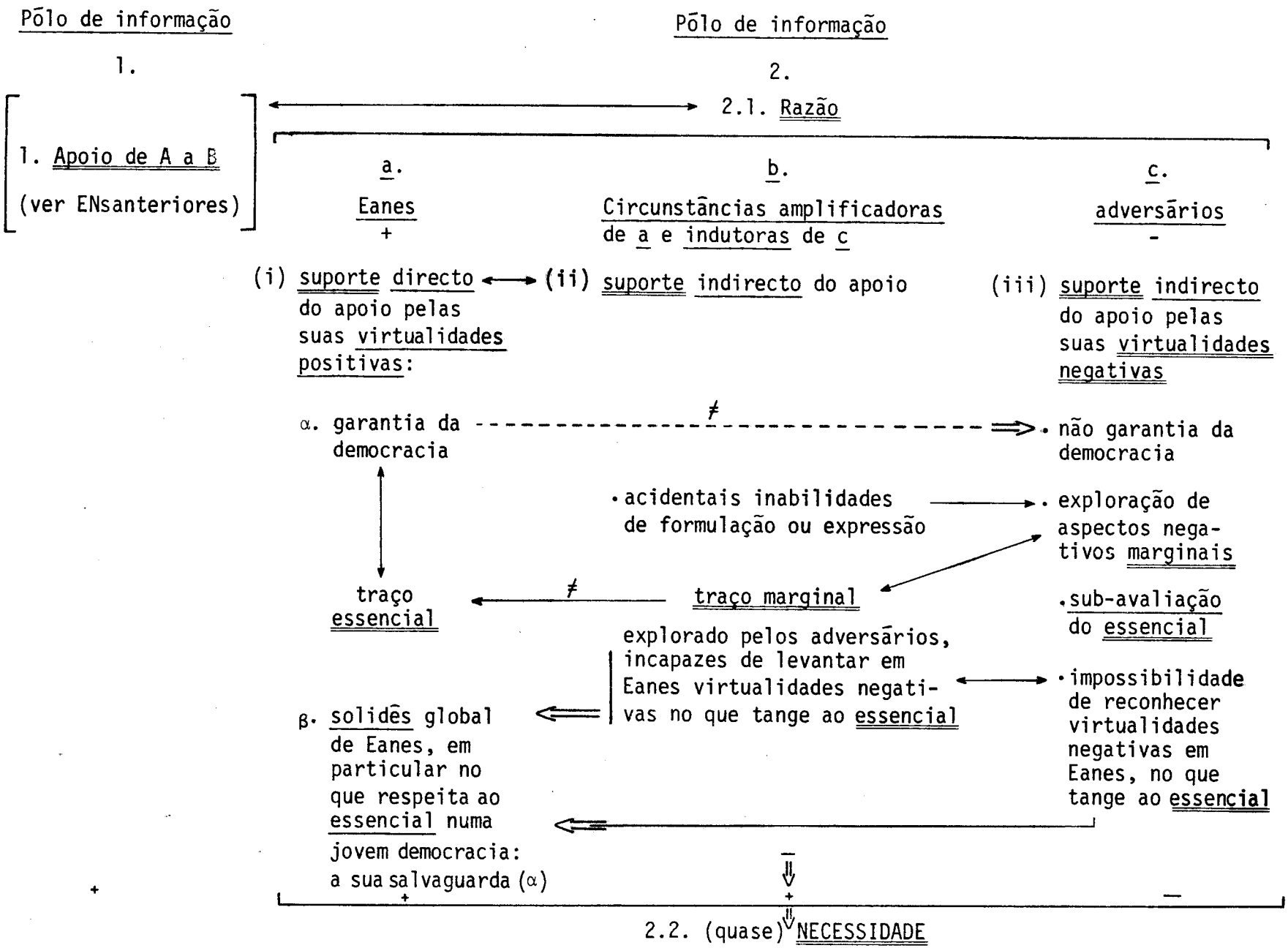
(eixo semântico já justificado)

ou, de preferência,



5. A presença de pólos de informação interligados é também aqui factor central da coesão de todo o EN. Para o bom entendimento do que inscrevo nesses pólos convirá ter presentes as observações formuladas no ponto 5. da análise do EN_2 (ver atrás).

(Ver página seguinte).


Pólo de informação
1.
1. Apoio de A a B
(ver ENsanteriores)
Pólo de informação
2.
2.1. Razão
a.
Eanes
+
b.
Circunstâncias amplificadoras
de a e indutoras de c
c.
adversários
-
(i) suporte directo do apoio pelas suas virtualidades positivas:
(ii) suporte indirecto do apoio
(iii) suporte indirecto do apoio pelas suas virtualidades negativas
α. garantia da democracia
≠
não garantia da democracia
acidentais inabilidades de formulação ou expressão
exploração de aspectos negativos marginais
traço essencial
≠
traço marginal
sub-avaliação do essencial
explorado pelos adversários, incapazes de levantar em Eanes virtualidades negativas no que tange ao essencial
impossibilidade de reconhecer virtualidades negativas em Eanes, no que tange ao essencial
β. solidês global de Eanes, em particular no que respeita ao essencial numa jovem democracia: a sua salvaguarda (α)
+
+
+
—
2.2. (quase) NECESSIDADE

Observe-se que também aqui os pólos de informação e suas relações estão em sintonia com o esquema semântico-sintáctico que informa o EN_3:

[<A <apoiar> B>] <razão> <Adj. circ.> <B ∿ X>
EQUAT.

O conteúdo desenvolvido nos dois últimos termos deste esquema permite reter a fórmula já conhecida

A <apoiar> B (vs C)		
PORQUE		
B +	C -	circunstâncias amplificadoras de B e indutoras de C + -

EN_4:

4.1 [(Eu apoio a candidatura do GRE_2 | porque$_1$]

4.2.1. tendo [ele$_2$] exercido o seu$_2$ mandato nas circunstâncias$_3$ mais difíceis, cercado$_{6\,2}$ pelo contínuo tricot$_3$ de intrigas$_4$ que é a vida política actual,

4.2.2.a. ele$_2$ soube$_5$ defender$_6$ a sua$_2$ independência$_7$ e

4.2.2.b. [ele$_2$ soube$_5$] ser diferente$_8$ dos seus$_2$ inimigos$_6$.

Retomarei, como habitualmente, alguns dos laços indexados, em articulação com alguns outros que intervêm na coesão deste EN.

1. Nexos semânticos em 4.2.1.

(i) [ele] - seu - [ele]

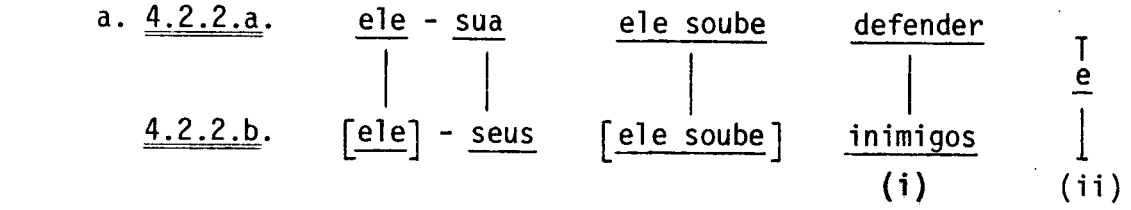
(Base de cercado, indiciada no morfema de acordo que sublinhei na reprodução do EN)

(ii) nas circunstâncias mais difíceis ⊂ cercado pelo contínuo <<tricot>> de intrigas

(iii) contínuo <<tricot>> ... ∿ vida política actual
(EQUATIVO)

(iv) recorrência de traço negativo (-) agregado a estes dois termos do Equativo (traço alargado ao 2º termo a partir da sua presença inequívoca no 1º)

2. Nexos semânticos entre 4.2.2.a. e 4.2.2.b.



(i) defender suscita, por oposição, atacar, logo, inimigos (relação de associação)

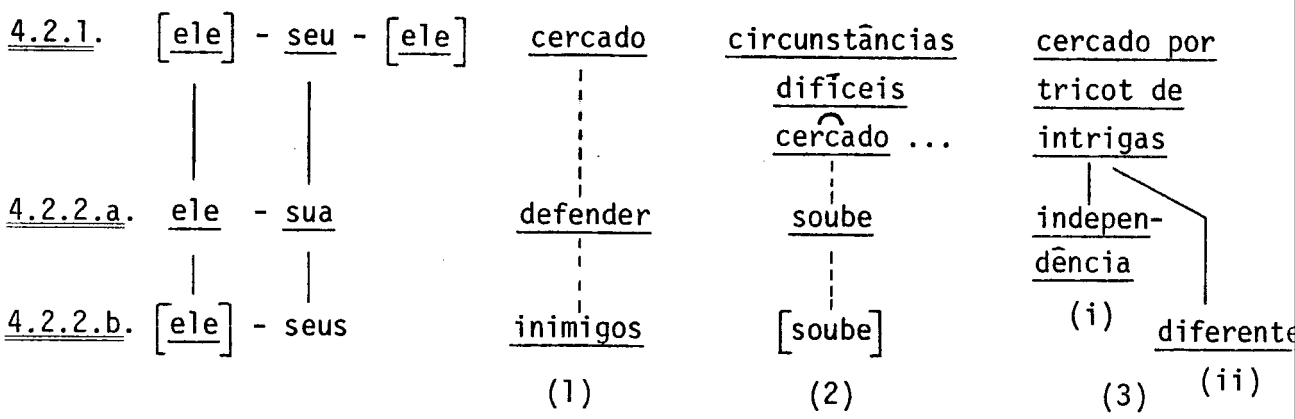
(ii) coordenação de tipo aditivo.

b. recorrência de um traço positivo (+), que percorre os dois segmentos:

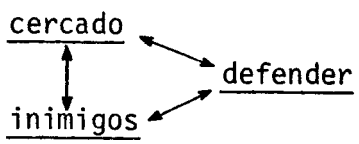
soube defender a sua independência e (soube) ser diferente dos seus inimigos
+ + + + +

3. Nexos semânticos entre 4.2.1. e 4.2.2.

a.



(1) cercado convoca (associação) quer defender quer inimigos, termos que, de resto, se conectam também entre si (ver número anterior (i)). Daí:



(2) soube assinala a capacidade, valorizada pelo confronto com a "dificuldade" das circunstâncias. Nesta relação há, pois, a presença de um traço antinômico.

(3)

(i) cerco de intrigas ⟹ geradoras de servidões, de dependências vs independência
(ampliadas por tricot e carácter continuado do cerca)
- +

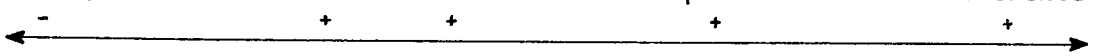
(ii) cerco de intrigas ⟹ /- dignidade / -

diferente ∿ /+ dignidade / + (/+ dignidade/ que decorre do facto de que Eanes não se envolve em entrigas, não as tece, delas se afasta ...)

Diferente é fortemente coesivo, pois convoca termos de comparação que envolvem os elementos inscritos em 4.2.1. e 4.2.2.

b. 4.2.1., adjunto circunstancial incidente sobre 4.2.2., enuncia circunstâncias dificultadoras da acção de Eanes no exercício do seu mandato, permitindo a contraposição valorativa do seu comportamento (especificado em 4.2.2.). Instaura-se assim o eixo semântico onde recorrem e se opoem (+) (-):

... nas circunstâncias mais difíceis, cercado pelo contínuo tricot de intrigas ... ele soube defender a sua independência e ser diferente ...

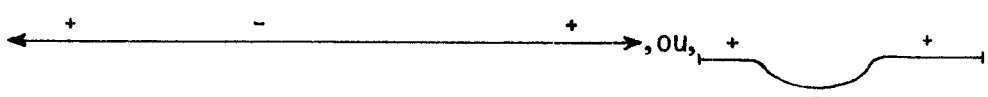


4. Nexos semânticos entre 4.1. e 4.2.

(i) 4.1 [GRE] 4.2 [ele] - seu - [ele] - ele - sua [ele] - seus

(ii) ⊢—— porque ——

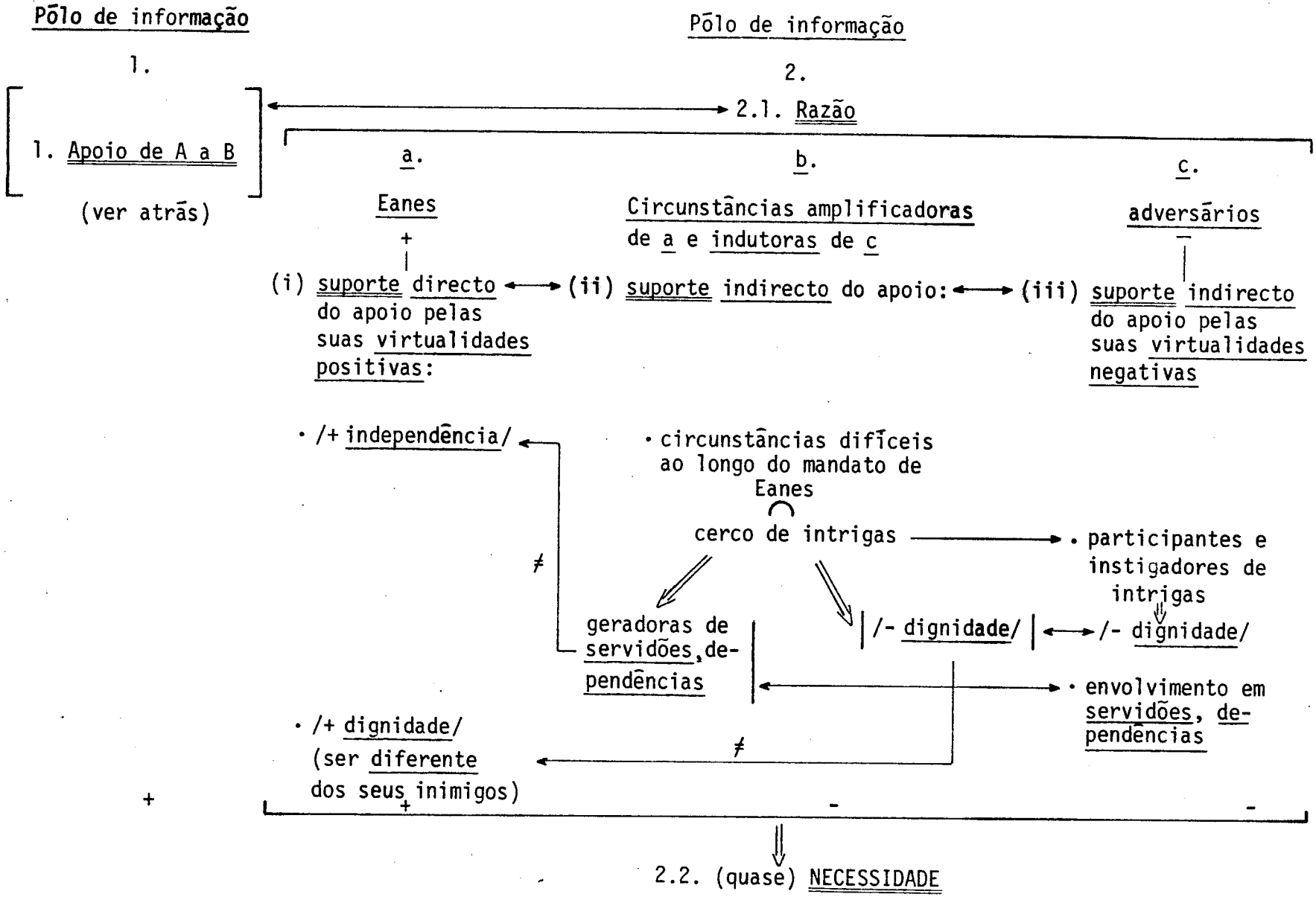
(iii) ⊢—— (quase) necessidade ——

(iv) 

(Para (iii) e (iv) tanham-se presentes as considerações já feitas para idênticos aspectos dos ENs anteriormente analisados, e bem assim os pontos já salientados nos números anteriores no comentário a este EN).

5. Dos pólos de informação (e suas relações) que organizam o conteúdo do EN_4 darei a seguinte representação

(Ver página seguinte).


Pólo de informação
1.
1. Apoio de A a B
(ver atrás)
Pólo de informação
2.
2.1. Razão
a.
Eanes
+
b.
Circunstâncias amplificadoras de a e indutoras de c
c.
adversários
−
(i) suporte directo do apoio pelas suas virtualidades positivas:
(ii) suporte indirecto do apoio:
(iii) suporte indirecto do apoio pelas suas virtualidades negativas
· /+ independência/
· circunstâncias difíceis ao longo do mandato de Eanes
cerco de intrigas
· participantes e instigadores de intrigas
≠
geradoras de servidões, dependências
/- dignidade/
/- dignidade/
· envolvimento em servidões, dependências
· /+ dignidade/ (ser diferente dos seus inimigos)
≠
+
+
-
-
2.2. (quase) NECESSIDADE

A realização dos dois últimos termos do esquema semântico-sintáctico que suporta o EN_4

$$\left[\text{<A <apoiar> B>} \quad \text{<Razão>}\right] \text{<Adj. Circ.>} \text{<B saber} \left| \begin{matrix}\text{fazer}\\ \text{ser}\end{matrix} \right| \text{algo>}$$

conduz-nos à fórmula já conhecida, inscrita também neste EN, de cujo conteúdo nos dá uma visão condensada:

A <apoiar> B (vs C)

PORQUE

B	C	circunstâncias amplificadoras de B
+	-	+
		e indutoras de C
		-

EN_5:

5.1. [(Eu apoio a candidatura do GRE_2 / porque$_1$]

5.2.1. assediado$_4$ por$_2$ miseráveis campanhas de calúnias$_3$, mentiras$_3$, deturpações$_3$ e especulações$_3$,

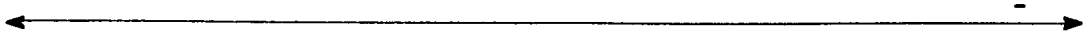
5.2.2. ele$_2$ soube não descer ao nível daqueles$_5$ que$_5$ o$_2$ atacavam$_4$.

1. Nexos semânticos em 5.2.1.

(i) Para além da contiguidade semântica que aproxima e conecta calúnias, mentiras, deturpações e especulações, este segmento conta como factor de coesão também evidente a recorrência de um traço negativo (-) que atinge todas as lexias que o in

tegram. Daí o eixo semântico:

assediado por miseráveis campanhas de calúnias, mentiras, deturpações e especulações



(ii) A sequência calúnias, mentiras, deturpações e especulações é marcada por uma ordenação decrescente no que tange à intensidade do traço negativo (-):



2. Nexos semânticos em 5.2.2.

Anotarei tão só a equivalência (em termos de designação) entre ele e o, e a catáfora contida em aqueles, logo resolvida no FA_{TR} que o atacavam (em que, de resto, que retoma aqueles).

3. Nexos semânticos entre 5.2.1. e 5.2.2.

1. Equivalência entre assediar (assediado) e atacar (atacavam), que torna o segmento por miseráveis campanhas de ... a especificação daquilo em que se consubstancia o assédio, o ataque - especificação comum, portanto, a ambos aqueles termos.

2. A Base de assediado (ele, indiciado no morfema de acordo - o) é retomada em ele, que abre o segmento 5.2.2..

3. O segmento 5.2.1. configura um "nível baixo" de estatura moral dos adversários de Eanes - autores ou instigadores dos ataques sistemáticos (traço comportado em campanhas) em termos fortemente negativos (ver acima). Ora, o segmento 5.2.2. retoma (em "descer ao nível") essa designação implícita "nível baixo", contrapondo o "nível superior" da estatura moral de Eanes (que, justamente, "soube não descer ao nível dos que o

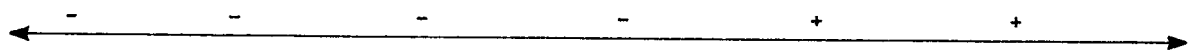
atacavam"). Ou seja, 5.2.1. e 5.2.2. estão globalmente conectados pelo desenho de uma contraposição valorativa da estatura moral de Eanes. Tal contraposição consubstancia-se na antinomia

adversários — Eanes

/- dignidade/ vs /+ dignidade/

4. Esta mesma antinomia - que faz também ressaltar o valor da capacidade enunciada em soube - pode ser referida ao eixo semântico:

assediado por miseráveis campanhas de ..... ele soube não descer ao nível ...

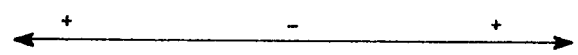


4. Nexos semânticos entre 5.1. e 5.2.

(i) 5.1. 5.2.1. 5.2.2.
[GRE] —— [ele] —— ele —— o

(ii) ⊢—— porque ——⊣

(iii) ⊢— (quase) necessidade ——⊣ (a)

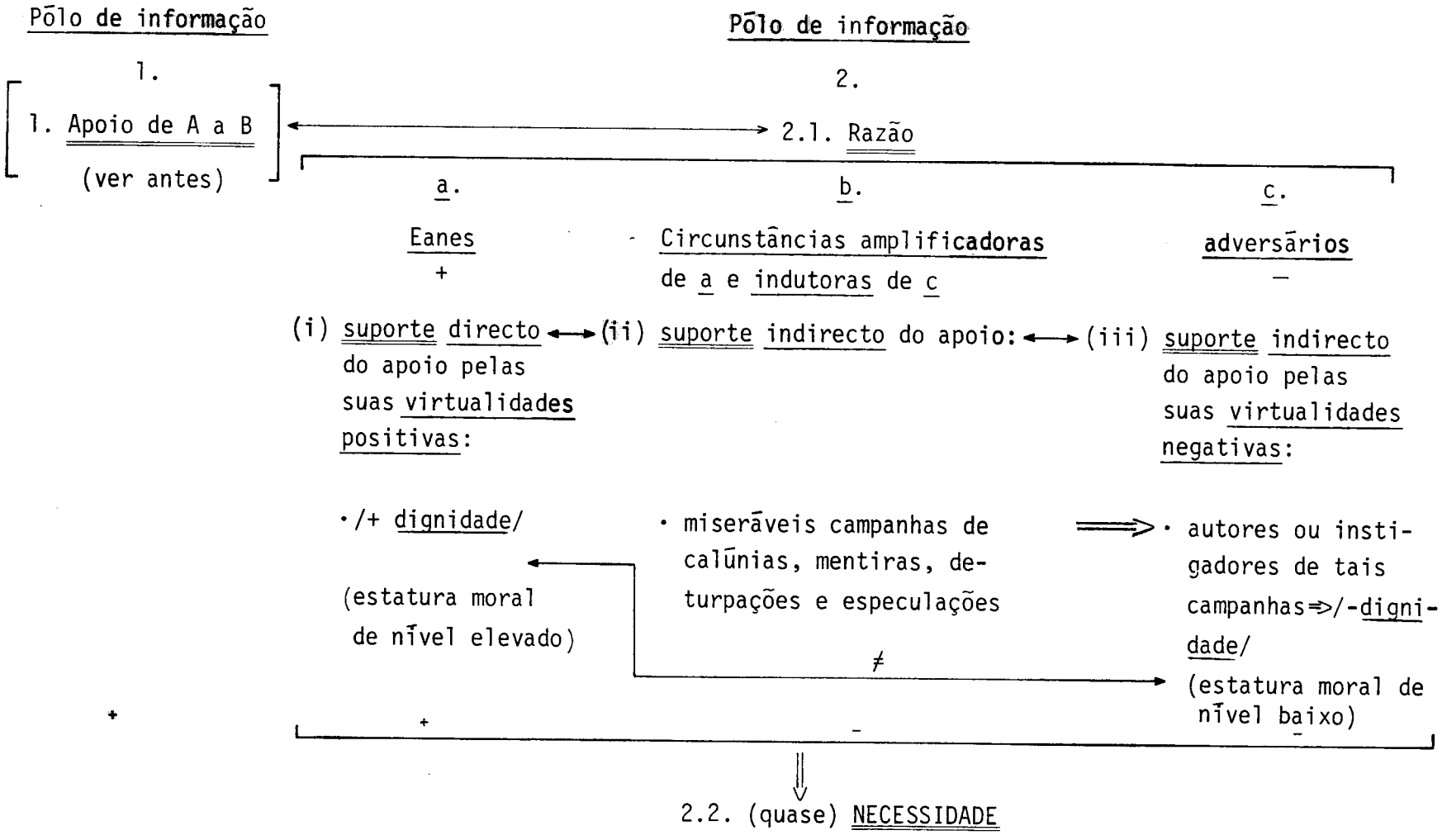
(iv) 

ou 

(a)

((a) de acordo com informações já disponíveis).

5. Esquematizarei os pólos de informação (e suas relações) que organizam o conteúdo do EN_5 do modo seguinte:


Pólo de informação
1.
1. Apoio de A a B
(ver antes)
Pólo de informação
2.
2.1. Razão
a.
b.
c.
Eanes
+
Circunstâncias amplificadoras
de a e indutoras de c
adversários
−
(i) suporte directo do apoio pelas suas virtualidades positivas:
(ii) suporte indirecto do apoio:
(iii) suporte indirecto do apoio pelas suas virtualidades negativas:
· /+ dignidade/
(estatura moral de nível elevado)
· miseráveis campanhas de calúnias, mentiras, deturpações e especulações
· autores ou instigadores de tais campanhas ⇒ /- dignidade/
(estatura moral de nível baixo)
≠
+
+
−
2.2. (quase) NECESSIDADE

O esquema semântico-sintáctico que suporta o EN_5 é similar ao que vimos informar o EN anterior:

[<A <apoiar> B> <Razão>] <Adj. circ.> <B saber fazer algo>

A análise desenvolvida permite mais uma vez reter a fórmula básica que condensa também a mensagem configurada no EN_5:

A <apoiar> B (vs C) PORQUE B (+) | C (-) | circunstâncias amplificadoras de B (+) e indutoras de C (-)

EN_6:

6.1. E (eu_2) apoio a candidatura do GRE_3 / $porque_1$

6.2. para mim_2 ele_3 é um exemplo $daquela_4$ $coragem_5$ frontal sem a

$qual_5$ os povos e a liberdade não podem sobreviver.
$_4$ ...

1. Nexos semânticos em 6.2

(i) aquela (em "daquela coragem ...") tem um valor catafórico, imediatamente resolvido no FA_{TR} sem a qual ... ; a qual retoma, por sua vez, o designado por coragem frontal.

(ii) a coragem é apresentada como condição necessária para a 'sobrevivência dos povos e da liberdade' ("sem a qual ... não podem ..."):

coragem ⟷ sobrevivência dos povos e da liberdade
(condição necessária)

(iii) todo o segmento 6.2 é percorrido por um eixo semântico preenchido pela recorrência insistente do traço positivo (+):

Eanes	∿	um exemplo da coragem frontal	...	sobrevivência dos povos e da liberdade
(Equativo)	+	+	+	+ + +

2. Nexos semânticos entre 6.1. e 6.2.

a.

6.1	6.2
Eu	mim
GRE	ele

b.

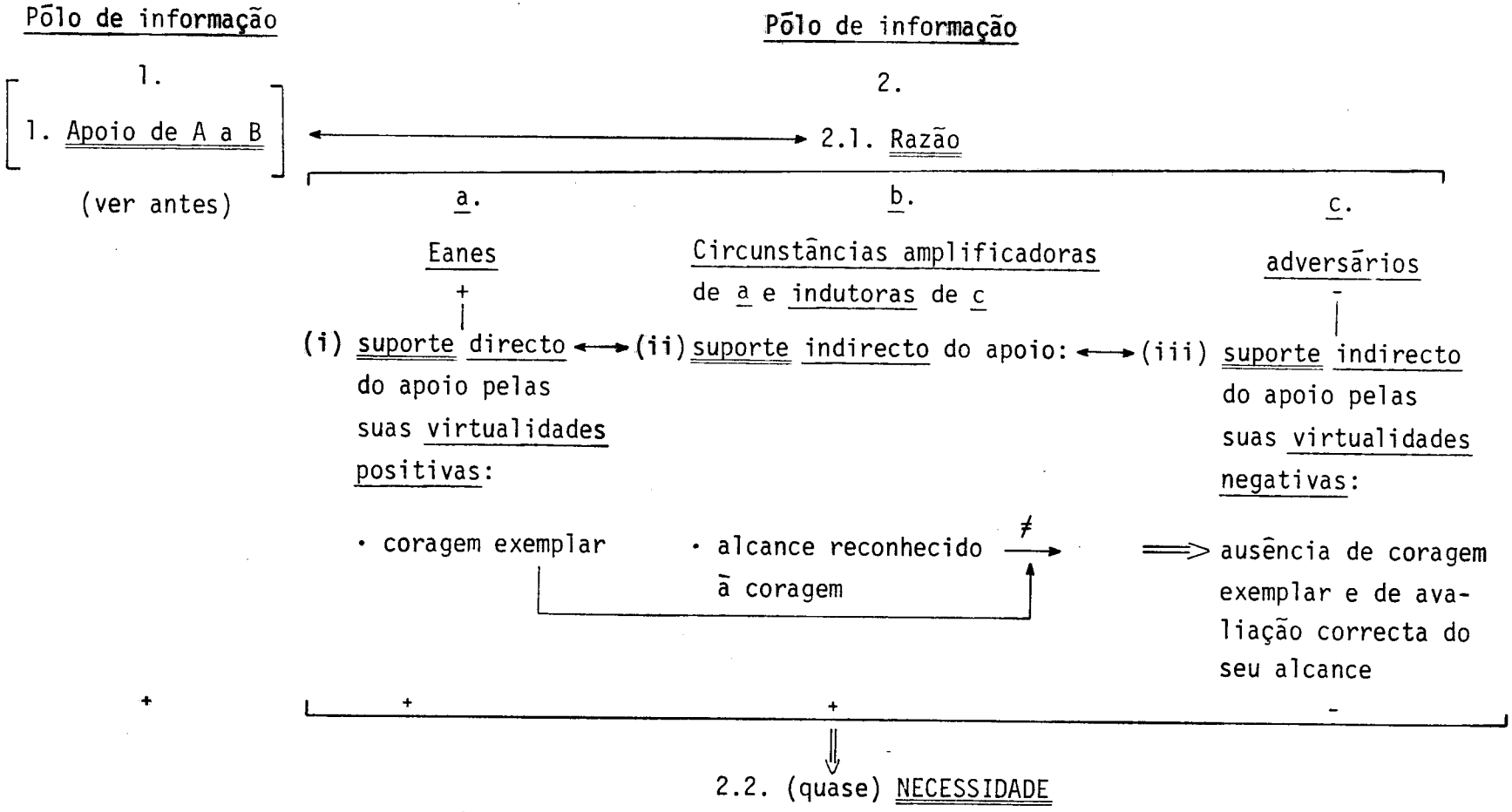
+ ⟷ + (i)

c. ⊢—— porque ——⊣

⊢—(quase) necessidade—⊣ (i)

((i) de acordo com informações já disponíveis).

3. Os pólos de informação (e suas relações) que organizam o conteúdo do EN_6 podem esquematizar-se como segue:


Pólo de informação
1.
1. Apoio de A a B
(ver antes)
Pólo de informação
2.
2.1. Razão
a.
b.
c.
Eanes
+
Circunstâncias amplificadoras
de a e indutoras de c
adversários
-
(i) suporte directo do apoio pelas suas virtualidades positivas:
(ii) suporte indirecto do apoio:
(iii) suporte indirecto do apoio pelas suas virtualidades negativas:
· coragem exemplar
· alcance reconhecido à coragem
≠
⟹ ausência de coragem exemplar e de avaliação correcta do seu alcance
+
+
+
-
2.2. (quase) NECESSIDADE

Sublinhe-se que o termo c do pólo 2 constitui inequivocamente uma inferência que decorre de parâmetros já conhecidos: o influxo da situações de comunicação (do contexto, como complexo de expectativas geradas pelo conhecimento do quadro conceptual ligado a eleições presidenciais - ver acima) e do co-texto (o contexto verbal imediato e mediato - - todo o Texto A - que rodeia o EN_6). Nessa inferência se desenha, afinal, a conhecida antinomia $\overset{+}{B} \mid \overset{-}{C}$.

É nessa mesma antinomia que se consubstanciam as informações contidas nos termos envolvidos no Equativo presente no esquema semântico-sintáctico que subjaz ao EN_6:

<A <apoiar> B> <Razão> <para A> B ∿ X>
EQUAT.

Sendo assim reterei uma vez mais a fórmula que condensa também a mensagem carreada no EN_6:

A <apoiar> B (vs C)

PORQUE

$\overset{+}{B} \mid \overset{-}{C} \mid$ circunstâncias amplificadoras de $\overset{+}{B}$ e indutoras de $\overset{-}{C}$

EN_7:

7.1. Nos momentos difíceis da luta contra as tentativas do poder totalitário,

7.2. sempre o GRE esteve na linha de fogo, no lugar do perigo, do risco, da decisão.

1. Levantarei como primeira dimensão da coesão deste EN a recorrência de Locativo:

Nos momentos ...	sempre	o GRE esteve	na linha de fogo,	no lugar do perigo,
Loc. temp.	Loc. temp.	verbo loc.	Loc. nocional	Loc. nocional

[no lugar] do risco,	[no lugar] da decisão
Loc. noc.	Loc. noc.

2. Outros nexos se congregam ao que acabei de assinalar.

1. Luta (em 7.1) convoca ou consignifica não apenas dois actantes, como também suscita 'momentos difíceis, circunstâncias adversas'. Este complexo semântico agregado a luta deixa-se representar do seguinte modo

$$X \ \underset{vs}{\text{luta}} \ Y \longleftrightarrow \begin{matrix} \text{momentos difíceis} \\ \text{circunstâncias adversas} \end{matrix}$$

O termo X (actante 1) não está especificado. Deve tomar-se como genérico, envolvendo a maioria do povo português (inferência na base do conhecimento da situação, evocada no EN, vivida em Portugal no que correntemente se denomina "verão quente" de 1975) e incluindo Eanes (introduzido explicitamente em 7.2.). Por sua vez, o termo Y (actante 2) está especificado. Daí, o laço coesivo, gerado a partir do semantismo de luta, que percorre 7.1. (X lutra contra Y x momentos difíceis) e se estende a 7.2., onde, como se acabou de referir, é introduzido Eanes - membro integrante e representativo da maioria (complexo tomado como o actante 1 de luta-r) opositora às 'tentativas totalitárias'.

2. O semantismo de luta envolve também, por associação, linha de fogo, perigo, risco, decisão. Ou seja:

$$\text{luta} \Longrightarrow \begin{cases} \text{exposição de alguém ao perigo} \\ \text{assumpção de responsabilidades} \end{cases}$$

E Eanes | quem se expõe: "sempre esteve na linha de fogo, no lugar do perigo, do risco"

quem assume responsabilidades: ["sempre esteve no lugar] da decisão"

Por esta via, e, como se vê a partir do semantismo de luta, de novo se conectam os segmentos 7.1. e 7.2..

3. Percorre todo o EN_7 um eixo semântico preenchido pela recorrência de traços valorativos (+) e (-) que se distribuem regularmente da seguinte forma:

7.1. Nos momentos difíceis da luta contra as tentativas do poder
- -
totalitário
-

7.2. sempre o GRE esteve na linha de fogo, no lugar do perigo, do
+ + +
risco, da decisão
+ +

Configura-se também por esta via uma antinomia que conecta globalmente os dois segmentos:

7.1. 7.2.

\- +

4. A antinomia assim desenhada comporta uma outra dimensão: ela inscreve no EN_7 uma contraposição valorativa do conteúdo do segmento 7.2..

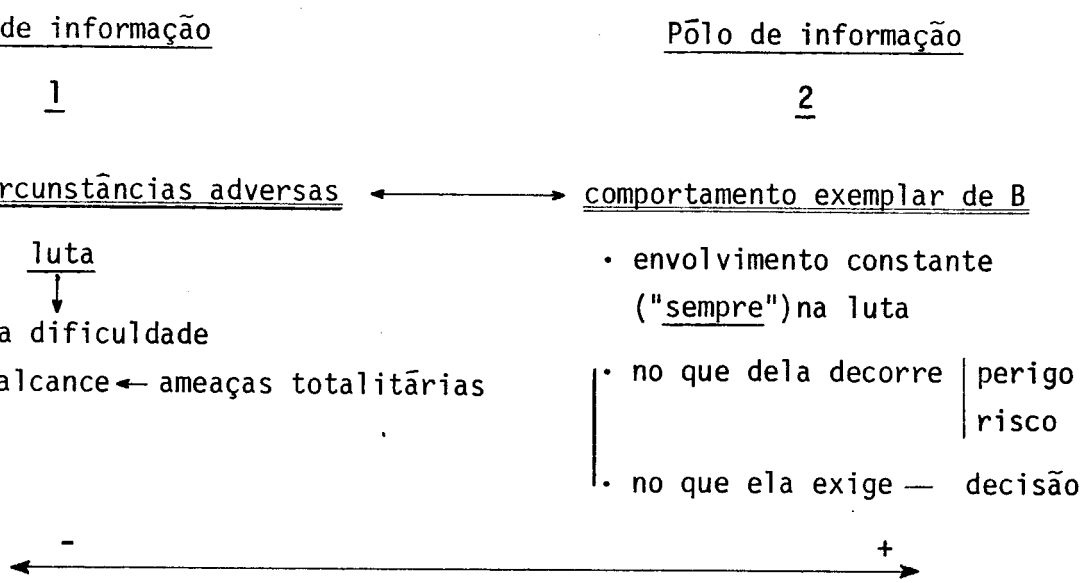
A explicitação desta contraposição suscita as seguintes notas: como veremos melhor adiante, o EN_7 (como também o EN_8 e o EN_9) constituem uma ilustração provatória da asserção fundamental contida no EN_6 - - a exemplaridade da coragem de Eanes. Ora o quadro conceptual tipicamente agregado a uma "manifestação de coragem" (que justamente se pretende ilustrar) envolve os seguintes elementos centrais:

(i) especificação de circunstâncias adversas exemplares;

(ii) especificação de um comportamento exemplar perante elas.

Justamente, o termo (i) (realizado no segmento 7.1.) põe em destaque o comportamento exemplar (termo (ii)) requerido como manifestação de coragem. Tal esquematização permite, pois, captar a contraposição que conecta 7.1. e 7.2., e o seu significado.

5. A análise levantada e as considerações formuladas permitem esquematizar os pólos de informação que organizam a mensagem contida no EN_6:

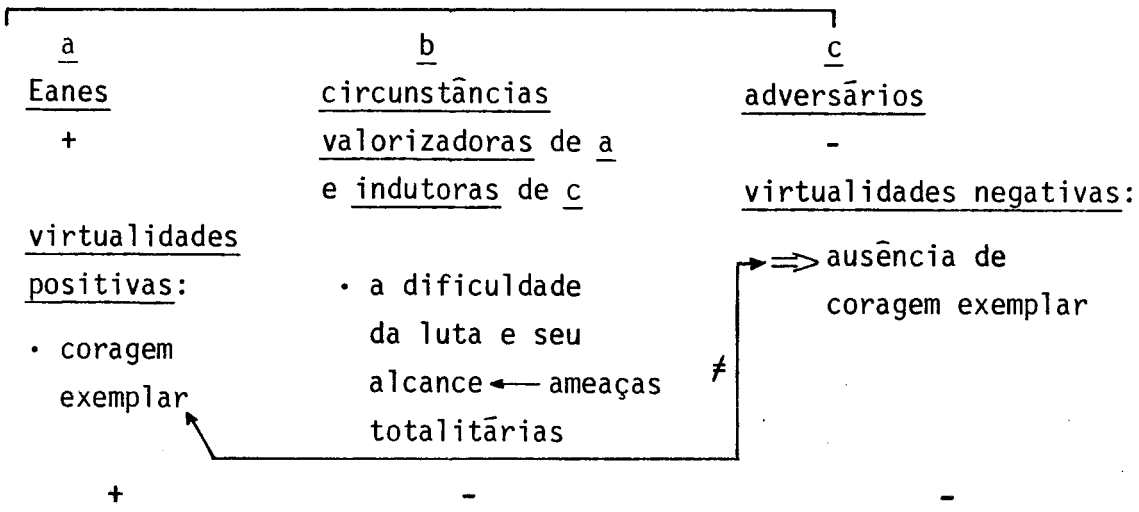


Sublinhe-se que o pólo 2 reconhecido neste EN converge com o termo a (Eanes - suporte directo do apoio pelas suas virtualidades positivas) do pólo 2 presente nos ENs anteriormente analisados.

Observe-se também que, na base do contexto e do co-texto deste EN_7, se infere a presença (implícita, portanto) de um pólo 3 que respeita a virtualidades negativas dos adversários de Eanes:

⟹ ausência de coragem exemplar.

Sendo assim, as informações disponíveis no EN_7 organizam-se segundo o esquema do pólo 2 do ENs anteriores. Ou seja:



Por esta via, reencontramos, afinal, também o complexo altamente recorrente, no texto A

B	C	circunstâncias amplificadoras de B
+	-	+
		e indutoras de C
		-

EN_8: Como aconteceu no 25 de Novembro.

A coesão deste EN esgota-se nos nexos que suportam a sua construção semântico-sintáctica (coesão estrutural), que não exploro aqui.

Todo o EN_8 é marcado por fortes conexões com o EN_7, e ainda com o EN_6 e o EN_9. Dessas conexões tratarei mais adiante, quando analisar a coesão inter-ENs e a coesão global do Texto A, onde estes ENs perfazem uma sequência textual específica.

Saliente-se, entretanto, que também no EN_8 - surgindo como traço importante da sua coesão - se projectam os pólos de informação levantados para o EN anterior. As considerações desenvolvidas no último número permitem compreender a seguinte esquematização:

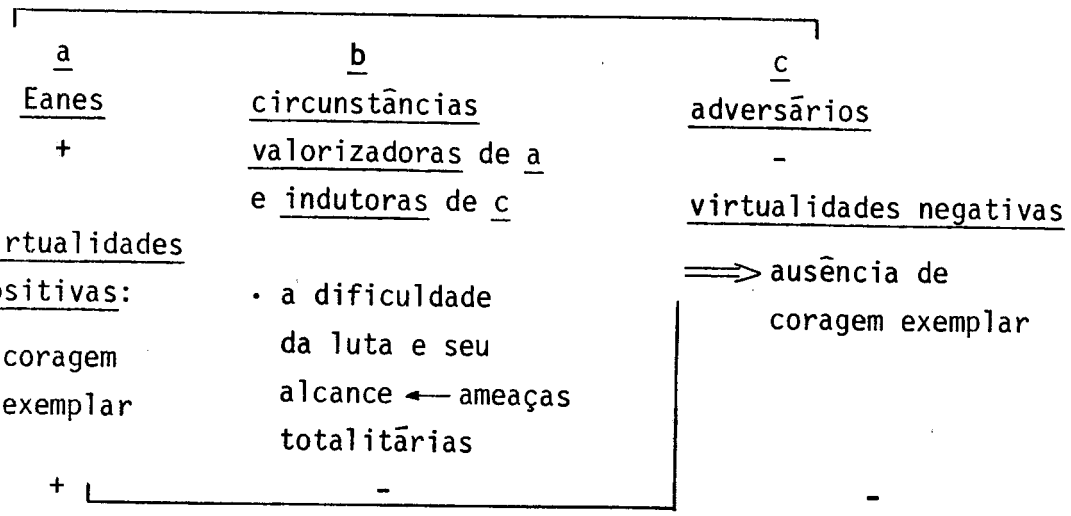
Pólo de informação 1	Pólo de informação 2		Pólo de informação 3
circunstâncias adversas	comportamento exemplar de Eanes	$\neq \Longrightarrow$	ausência de comportamento exemplar por parte dos opositores
"no 25 de Novembro"	"como aconteceu"		
-	+		-
(a)	(b)		(c)

(a) "o 25 de Novembro" constituiu o momento alto da luta contra "as tentativas do poder totalitário" (informação disponível a partir do conhecimento da situação político-social vivida em Portugal em 1975). A referência a este momento representa, pois, uma ilustração particular das circunstâncias adversas invocadas no EN_7;

(b) "como aconteceu" enuncia de forma sumária (permitida pelos items como e aconteceu) a ilustração do comportamento exemplar de Eanes afirmado também no EN anterior;

(c) a informação inscrita no pólo 3 constitui, visivelmente, numa inferência, por contraste, já explicada no comentário ao EN anterior.

Sendo assim, e pelas razões já invocadas, as informações disponíveis no EN_8 organizam-se segundo o esquema do pólo 2 dos EN anteriores:



Reencontramos, pois, também o complexo

B	C	circunstâncias amplificadoras de B
+	-	+
		e indutoras de C
		-

EN_9:

9.1. E eu não esquecerei aquele dia no aeroporto de S. Miguel em que

9.2.1. cercado por uma multidão de provocadores separatistas,

9.2.2. Eanes avançou sozinho e perguntou: Quem lhes pagou?

1. Nexos coesivos em 9.1

Assinalarei a recorrência de Locativo:

aquele dia	no aeroporto	de S. Miguel	em que
loc.	loc.	loc.	loc.
temp.	espac.	espac.	temp. (que retoma o primeiro termo afectado por loc., ou mesmo todos).

2. Nexos coesivos entre 9.2.1. e 9.2.2.

1.

9.2.1.		9.2.2.	
(Eanes) (Base de cercado, manifestada no morfema de acordo - o)	———	Eanes	
cercado	≠	avançou	(relação de oposição)
multidão	≠	sozinho	(idem)
provocadores separatistas	———	lhes (a)	

(a) inscrito em "discurso directo", lhes é basicamente deíctico exafórico. No entanto, o contexto verbal precedente reconstitui em parte a situação de comunicação em que "Quem lhes pagou?" foi enunciado. Nesse contexto verbal é justamente especificado o designado - provocadores separatistas - a que se refere lhes. Daí, considero este elemento também como endofórico, realizando uma anáfora, cujo valor coesivo não precisa de ser sublinhado.

2. Um outro nexo conecta 9.2.1. e 9.2.2.. Reside ele na recorrência do traço conotativo (-) agregado a

9.2.1.	9.2.2.
provocadores separatistas	quem lhes pagou?
- -	- - -

Tal traço valorativo negativo consubstancia-se em /-dignidade/, que recorre ao longo do eixo semântico desenhado.

3. Finalmente, reúne ainda os dois segmentos em análise do EN_9 uma antinomia global que se consubstancia

(i) na contraposição

9.2.1.		9.2.2.
circunstâncias adversas "cercado por uma multidão de provocadores separatistas"	vs	atitude de coragem "avançou sozinho e perguntou: Quem lhes pagou?"

(ii) na contraposição desenhada pelo eixo semântico preenchido pela oposição (-+):

circunstâncias adversas vs atitude de coragem

\- ⟷ +

Observe-se que o traço negativo se desdobra pelos items em que se realiza o termo circunstância adversas; o mesmo acontece com o traço positivo inscrito no termo "atitude de coragem": ele recorre também nos items que concretizam esse termo. Por outro lado, as relações oposi tivas assinaladas em 2.1. (cercado ≠ avançou; multidão ≠ sozinho) inscrevem-se também na configuração de contraposição que me ocupa.

Repare-se, por último, que esta contraposição se revela valorativa do enunciado em 9.2.2., destacando a 'exemplaridade de coragem'.

(A propósito desta contraposição e dos termos a que ela é referida, veja-se o nº 4 da análise do EN_7).

3. Nexos coesivos entre 9.1. e 9.2.

1. aquele (em "aquele dia" - 9.1.) realiza uma catáfora, imediatamente resolvida no segmento introduzido por em que, ou seja, em 9.2.2..

(Repare-se também na conexão por retoma realizada em que).

2. S. Miguel refere o lugar central da força e das actividades dos separatistas açoreanos (S. Miguel designa uma das ilhas - talvez a mais importante - do arquipélago dos Açores). Daí (por via de inferência baseada no conhecimento da realidade portuguesa e especificamente da situação a que se alude), a conexão, por associação, entre

9.1.	9.2.1.	9.2.2.
S. Miguel	separatistas	lhes

Esta informação amplia a 'adversidade das circunstâncias' em que a atitude de coragem de Eanes (enunciada em 9.2.2.) teve lugar; por essa via, novo destaque advém a essa atitude. Ou seja, a informação agregada implicitamente a S. Miguel repercute-se nos outros segmentos do EN_9, configurando assim um outro nexo coesivo.

4. Para a representação dos pólos de informação (e suas relações) que organizam a mensagem veiculada no EN_9, revelam-se pertinentes as observações formuladas a propósito da análise de idênticos aspectos, que levantei no estudo do EN_7 (ver acima EN_7, número 4. e 5.), e que vimos aplicarem-se também ao EN_8. Como já se anotou, o EN_9 (tal como o EN_7 e também o EN_8) enuncia, no seu todo, uma ilustração provatória da 'exemplaridade de coragem' de Eanes afirmada no EN_6, tomando um caso específico.

Sendo assim, poderei representar de imediato os pólos de informação (e suas relações) reconhecíveis no EN_9:

Pólo de informação 1	Pólo de informação 2		Pólo de informação 3
circunstâncias adversas	comportamento exemplar de Eanes	$\neq$ ⟹	ausência de tal coragem paradigmática
	coragem exemplar:	$\neq$ ↙	
• S. Miguel (e o que vimos estar-lhe implicitamente ligado)	• Eanes avança sozinho		
• cerco por multidão de separatistas	• Eanes desafia e assinala a indignidade e a vacuidade dos separatistas ("perguntou: Quem lhes pagou?)		
-	+		-
(1)	(2)		(3)

Também aqui, estas informações preenchem afinal o esquema consagrado no pólo 2 (Razão), presente nos ENs anteriormente analisados, que reproduzo sumariamente:

a.	b.	c.
Eanes + suas virtualidades positivas	circunstâncias amplificadoras de a e indutoras de c	adversários −
(ver (2) acima)	(ver (1) acima)	(ver (3) acima)

Daí, finalmente, a recorrência do esquema

B +	C −	circunstâncias amplificadoras de B + e indutoras de C −

$\underline{EN_{10}}$: Por isso, o meu$_{1,6}$ apoio$_{5}$ à candidatura$_{5}$ do GRE$_{6}$ significa para mim$_{1}$ a defesa$_{2}$ de uma democracia aberta para o futuro$_{3,4}$ e a defesa$_{2}$ de valores tradicionais$_{3}$ que garantem$_{4}$ a unidade e a dignidade do povo português$_{6}$.

1. Os índices numéricos localizam alguns dos nexos semânticos mais evidentes no EN_{10}. Deles bastará uma representação sumária.

meu (← eu) - mim

defesa - defesa

eu (em meu) - mim - GRE ⊃ povo português

apoio - candidatura (relação de associação, já conhecida de ENs anteriores)

futuro - garantia (reúne-os o traço /prospectivo/: futuro - tempo a vir; garantia - perduração (no tempo a vir)

futuro ≠ tradicionais

2. Um eixo semântico inteiramente preenchido pela recorrência do traço valorativo positivo (+) percorre e congrega o conteúdo de todo o EN:

o meu apoio à candidatura do GRE ∿ a defesa de uma democracia aberta ao futuro

+ + (Equativo) + ("representa") + + + +

e a defesa de valores tradicionais que garantem a unidade e a dignidade do povo português.

+ + + + + +

3. A presença de pólos de informação fortemente interligados surge também aqui como factor coesivo central.

Para a captação desses pólos e suas articulações partirei do esquema semântico-sintáctico que suporta o EN_{10}. Esse esquema é o mesmo que subjaz ao EN_1 acima estudado, ou seja:

<A <apoiar> B> <Razão> <para A> <B ∿ X>
EQUAT.

Anote-se, porém, que o EN_{10} representa uma solução formal que instaura uma visão a partir do termo apoiar do primeiro segmento (< A <apoiar> B>), acompanhada de algumas outras alterações.

Repare-se:

a. A <apoiar> B ⟶ o apoio de A a B ⟶ o meu apoio a B
(eu) (eu)

b. O Equativo <B ∿ X> surge realizado em:

o meu apoio à candidatura do GRE representa a defesa de ... e a defesa de ...
∿

c. o termo <RAZÃO> não está explicitamente presente no EN_{10}. (Por isso constitui relator que comporta, para além do traço /conclusivo/ ou /sumativo/, um traço de índole causal - mas articula não um segmento a outro do EN_{10}, antes, como se verá melhor adiante, este EN a todo o texto precedente). No entanto, todo o EN_{10} constitui, sem dúvida, a especificação de uma razão (ou, melhor, de um complexo integrado de razões) que fundamentam, como em todos os outros ENs do texto, o apoio dado a Eanes. O EN_{10} suporta uma leitura à imagem e semelhança de todos os outros, e, em particular, de modo similar à que fiz do EN_1 (a que subjaz, como se referiu, o mesmo esquema semântico-sintáctico):

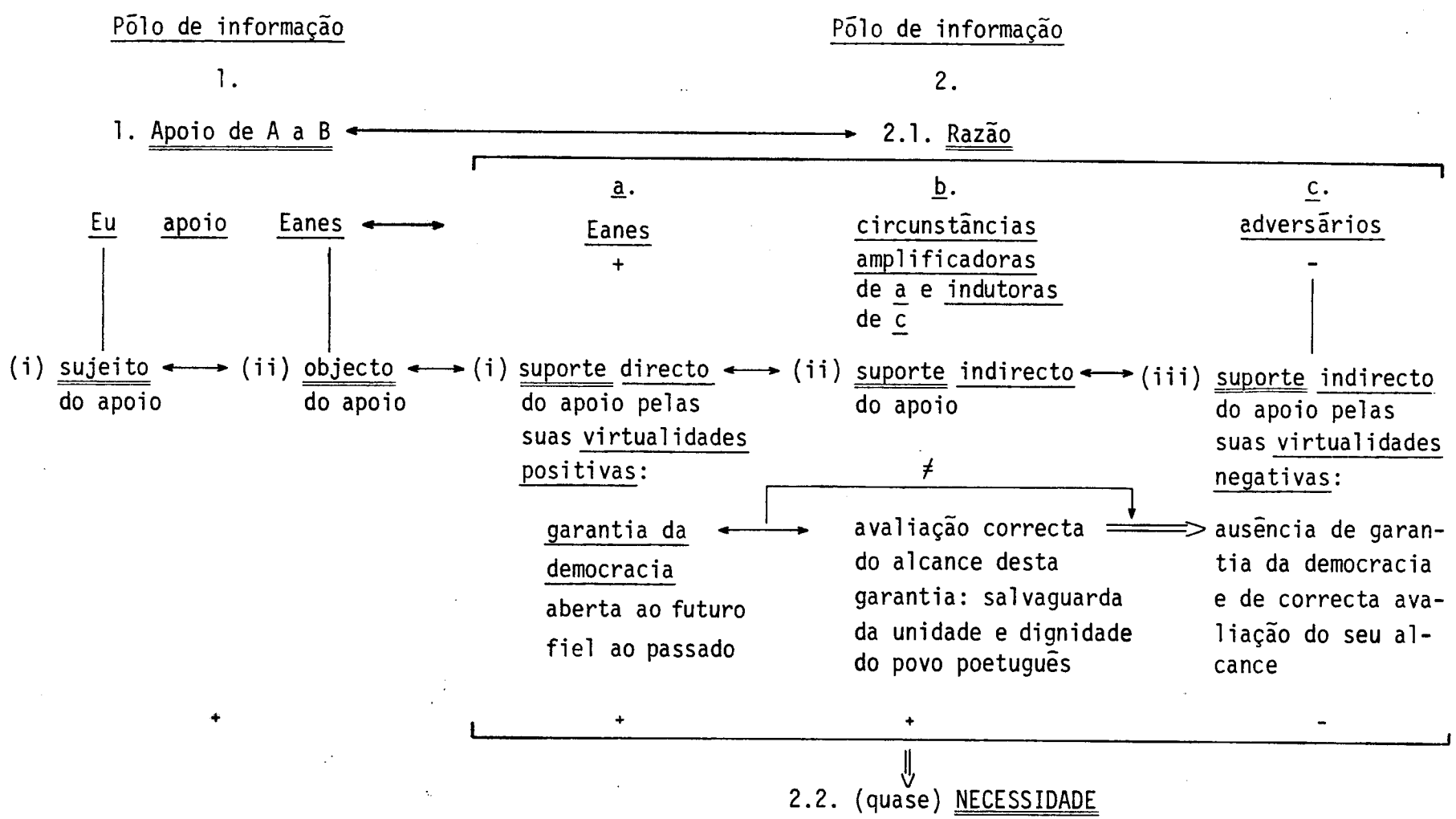
'Por isso, eu apoio a candidatura do GRE porque esta candidatura representa para mim a defesa de ...'

Se assim é, o EN_{10} representa uma realização condensada e reorganizada do já conhecido complexo integrado de pólos de informação que se deixam captar na fórmula consagrada no Texto

A <apoiar> B (vs C) PORQUE B + | C - | circunstâncias amplificadoras de B + e indutoras de C -

Eis, finalmente, a representação desses pólos:

(Ver página seguinte).


Pólo de informação
1.
Pólo de informação
2.
1. Apoio de A a B
2.1. Razão
a.
b.
c.
Eu apoio Eanes
Eanes
+
circunstâncias amplificadoras de a e indutoras de c
adversários
-
(i) sujeito do apoio
(ii) objecto do apoio
(i) suporte directo do apoio pelas suas virtualidades positivas:
(ii) suporte indirecto do apoio
(iii) suporte indirecto do apoio pelas suas virtualidades negativas:
≠
garantia da democracia aberta ao futuro fiel ao passado
avaliação correcta do alcance desta garantia: salvaguarda da unidade e dignidade do povo poetuguês
ausência de garantia da democracia e de correcta avaliação do seu alcance
+
+
+
-
2.2. (quase) NECESSIDADE

2. A COESÃO DO TEXTO A

II. Coesão inter ENs

1. Observações introdutórias

a. Procurarei captar nesta secção os nexos semânticos que se estabelecem entre os ENs por que se realiza o Texto A. Numa primeira representação (já introduzida acima) tais nexos podem esquematizar-se como segue:

$$\{EN_1 \longleftrightarrow EN_2 \longleftrightarrow EN_3 \longleftrightarrow \ldots \longleftrightarrow EN_n\}$$

Este esquema revela-se, porém, de algum modo inadequado, pois que sugere que as conexões se restringem a ENs imediatamente contíguos. Ora, na realidade, vários nexos se instauram também entre ENs não imediatamente contíguos. Por razões meramente operatórias, manterei, no entanto, aquela representação, que deverá ser lida à luz da observação acabada de formular.

b. Aproveitando uma sugestão de B. Pottier (in B. Pottier, ed. 1976, p. 3) segundo a qual uma sequência textual (um texto) pode ser representada na fórmula (onde rel = relator)

$$\{\text{rel. } EN^1 \text{ , rel. } EN^2 \ldots \text{rel. } EN^n\}$$

direi que as relações semânticas de que agora me ocupo se configuram de acordo com o seguinte esquema (em que C representa coesão ou nexos coesivos):

$$\{EN_1.C., EN_2.C., EN_3.C. \ldots EN_n.C.\}$$

É, pois, o termo C deste esquema que importa captar. Integram-no os nexos articuladores de ENs (contíguos ou não contíguos), suas marcas ou índices, e os elementos neles envolvidos.

Quanto a estes últimos, distinguirei:

(i) lexias - consideradas quer na sua forma do significado (com eventuais variantes contextuais) quer na sua substância do significado, quer ainda na sua designação ou referência;

(ii) complexos semântico-sintácticos - integrantes da organização dos ENs ou de algum dos seus segmentos;

(iii) cada um dos ENs, globalmente tomado, articulado a outro ou outros

a. por relator;

b. por certas relações do tipo catáfora-resolução de catáfora, genérico-específico, co-especificação . .;

c. por simetria ou paralelismo ou equivalência no que tange

α. à sua organização semântico-sintáctica global;

β. aos pólos de informação (e suas relações) que condensam o seu conteúdo.

2. Análise da coesão inter-ENs do Texto A

Na análise que aqui desenvolverei, centrar-me-ei sobre os nexos estabelecidos entre as lexias. De todos os outros acima discriminados, anotarei sumariamente os que se estabelecem por relator, pela recorrência de alguns complexos semântico-sintácticos e pelos que desenham conexões do tipo catáfora-resolução de catáfora, genérico-específico, co-especificação . Este tratamento sumário, tal como o abandono da caracterização dos nexos atinentes aos pólos de informação, justificam-se por duas ordens de razões: por um lado, a análise da coesão dos ENs do Texto A (desenvolvida no número anterior) permitiu já destacar a forte recorrência de esquemas de organização semântico-sintáctica e a de pólos de infor

mação; por outro lado, na análise da coesão global do Texto A (ver 2.III) terei necessidade de voltar à consideração dessas recorrências (e de algumas outras). Tornar-se-ia, pois, amplamente redundante uma análise desses aspectos - redundância que ocasionaria uma ainda mais alongada exposição (que pretendo evitar).

Dos nexos que, nos termos das observações formuladas, serão aqui considerados, darei uma apresentação esquemática, que se revelará suficiente, dado ela ser complementada pelo tratamento da coesão situada nas duas outras zonas estabelecidas. Para o bom entendimento de alguns dos momentos da exposição que se segue, convirá ter presente a análise já desenvolvida nos números anteriores, sobre que se apoiarão algumas das anotações.

Nos quadros que se seguem, sob EN (0, 1, 2 ... n) inscreverei os elementos envolvidos por conexão; ao lado do primeiro EN de cada esquema especificarei o tipo de nexo. Para não sobrecarregar cada um dos quadros não se indicará a natureza gramatical ou lexical do nexo - que facilmente se reconhecerá - nem o número total de laços estabelecidos.

No termo da análise tecerei algumas observações sobre pontos com ela relacionados.

(Ver página seguinte).

a.	EN_1	Tipo de nexo	EN_0 (título)
1. Nexos entre lexias	(eu) - mim	reiteração da lexia e designado	(eu)
	nossa	reiteração de designados (incluídos em nossa)	Eu + Eanes
	porque	reiteração da lexia	porque
	GR Eanes	reiteração da lexia e designado	Eanes
	apoio	reiteração da lexia	apoio
	candidatura (2 vezes)	associação	apoio
	habilidosos	oposição (configurada na base de que habilidosos designa os adversários de Eanes e seusapoiantes)	Eu + Eanes

	EN_1	Tipo de nexo	EN_0
2. Nexos entre complexos semântico-sintáctico	(eu) apoio a candidatura do G.R. Eanes	recorrência do complexo eu <apoiar> Eanes sujeito do apoio → objecto do apoio modalidade de declaração	(eu) apoio Eanes
3. Nexos entre ENs globalmente considerados	⟷	• resolução de catáfora instituída no título; • especificação do genérico contido em Porque do título (2.III.3.)	⟷

b.

	EN_2	Tipo de nexo	EN_1	EN_0
1. Nexos entre lexias	porque	reiteração da lexia	porque	**porque**
	Eanes	reiteração de lexia e designado	**Eanes**	**Eanes**
	país	inclusão de designados	(eu) Eanes (EU)+Eanes-nossa habilidosos (adversários de Eanes, com ele co-membros de país)	(eu) Eanes (eu)+**Eanes**
	propõe	**associação**	apoio candidatura	apoio
	dignidade	**oposição**	[estratagemas dos habilidosos] ⇓ |- dignidade|	

	EN_2	Tipo de nexo	EN_1	EN_0
2. Nexos entre complexos semântico-sintácticos	[(eu apoio a candidatura do G.R.Eanes]	elipse (reiteração do complexo já analisado)	(eu) apoio a candidatura do G.R.Eanes	(eu) apoio Eanes
3. Nexos entre ENs globalmente considerados (i)	———	co-especificação do genérico contido em Porque do título co-resolução da catáfora instituída no título (Ver 2.III.3)	———	———

(i) Reúne ainda o EN_2 ao EN_1 uma coordenação aditiva realizada por relator zero.

c.		EN_3	Tipo de nexo	EN_2	EN_1	EN_0
	1. Nexos entre lexias	porque	reiteração de lexia	X	X	X
		Eanes	reiteração da lexia e designado	X	X	X
	2. Nexos entre complexos semântico-sintácticos	Ver mesmo número na análise dos ENs anteriores.				
	3. Nexos entre ENs globalmente considerados	Ver mesmo número na análise dos ENs anteriores.				

d.		EN_4	Tipo de nexo	EN_3	EN_2	EN_1	EN_0
1.	Nexos entre lexias	[porque]	reiteração por elipse	porque	X	X	X
		(ele)-seu (ele)-ele (ele)-seus	reiteração de designado	Eanes	X	X	X
		independência	reiteração da lexia		independência		
		inimigos	• reiteração de designado (por inferência)				habilidosos
			• associação				resistir
		mandato	associação	presidente democracia [candidatura]	[candidatura]		[candidatura]

2. Nexos entre complexos semântico-sintácticos

Ver mesmo número da análise desenvolvida em a. e b., acima.

3. Nexos entre ENs globalmente considerados

Ver mesmo número da análise desenvolvida em a. e b., acima.

e.

	EN_5	Tipo de nexo	EN_4	EN_3	EN_2	EN_1	EN_0
1. Nexos entre lexias	[porque]	reiteração por elipse	[porque]	porque	X	X	X
	(ele)-ele-o	reiteração do designado	(ele)-seu (ele)-ele (ele)-seus	Eanes	X	X	X
	assediado / atacavam	associação	cercado defender inimigos			habilidosos resistir	

EN_5	Tipo de nexo	EN_4	EN_3	EN_2	EN_1	EN_0
aqueles que o atacavam	reiteração do designado (paráfrase)	**inimigos**			**habilidosos**	
não descer ao nível ... [= +dignidade]	· equivalência (sinonímia)	diferente [= + dignidade]		dignidade		
	· oposição				estratagemas dos habilidosos ⇓ [- dignidade]	
soube	**associação**	**difíceis**				
calúnias mentiras deturpações especulações ⇓ [= - dignidade]	equivalência e/ou associação	**intrigas**				
	· oposição	diferente [= + dignidade]		dignidade		
	· equivalência				estratagemas dos habilidosos	[= -dignidade]

2. Nexos entre complexos semântico-sintácticos

Ver idêntico número na análise desenvolvida em a. e b., acima.

Veja-se ainda:

EN_5		EN_4
ele soube + Infinitivo	reiteração do complexo	ele soube + Infinitivo (ele soube + Infinitivo)

3. Nexos entre ENs globalmente considerados

Ver idêntico número na análise desenvolvida em a. e b., acima.

f.

	EN_6	Tipo de nexo	EN_5	EN_4	EN_3	EN_2	EN_1	EN_0
1. Nexos entre lexias	porque	reiteração da lexia	[porque] (elipse)	[porque] (elipse)	porque	X	X	X
	(eu)-mim	reiteração do designado	[(eu)]	[(eu)]	[(eu)]	[(eu)]	(eu)-mim	(eu)
	G.R.Eanes	reiteração do designado	(ele)-ele-o	(ele)-seu (ele)-(ele) (ele)-seus				
		reiteração da lexia e designado			**Eanes**	X	X	X
	povos	associação				país		
	liberdade	associação			democracia	indepên-dência		
	coragem	associação	assediado atacavam	cercado circuns-tâncias difíceis inimigos defender			resistir habilidosos (enquanto designando os adversá-rios de Eanes)	

2. Nexos entre complexos semântico-sintácticos

(eu) apoio a candidatura do G.R. Eanes	reiteração do complexo (já analisado)	Implicitamente presente (por elipse) nos ENs 2, 3, 4, 5 explicitamente presente nos ENs 1 e EN_0 (título)

Ver também os outros nexos especificados em idêntico número na análise desenvolvida em **a.** e **b.**, acima.

3. Nexos entre os ENs globalmente considerados

Ver os nexos **especificados em idêntico número na análise** desenvolvida em **a.** e **b.**, acima.

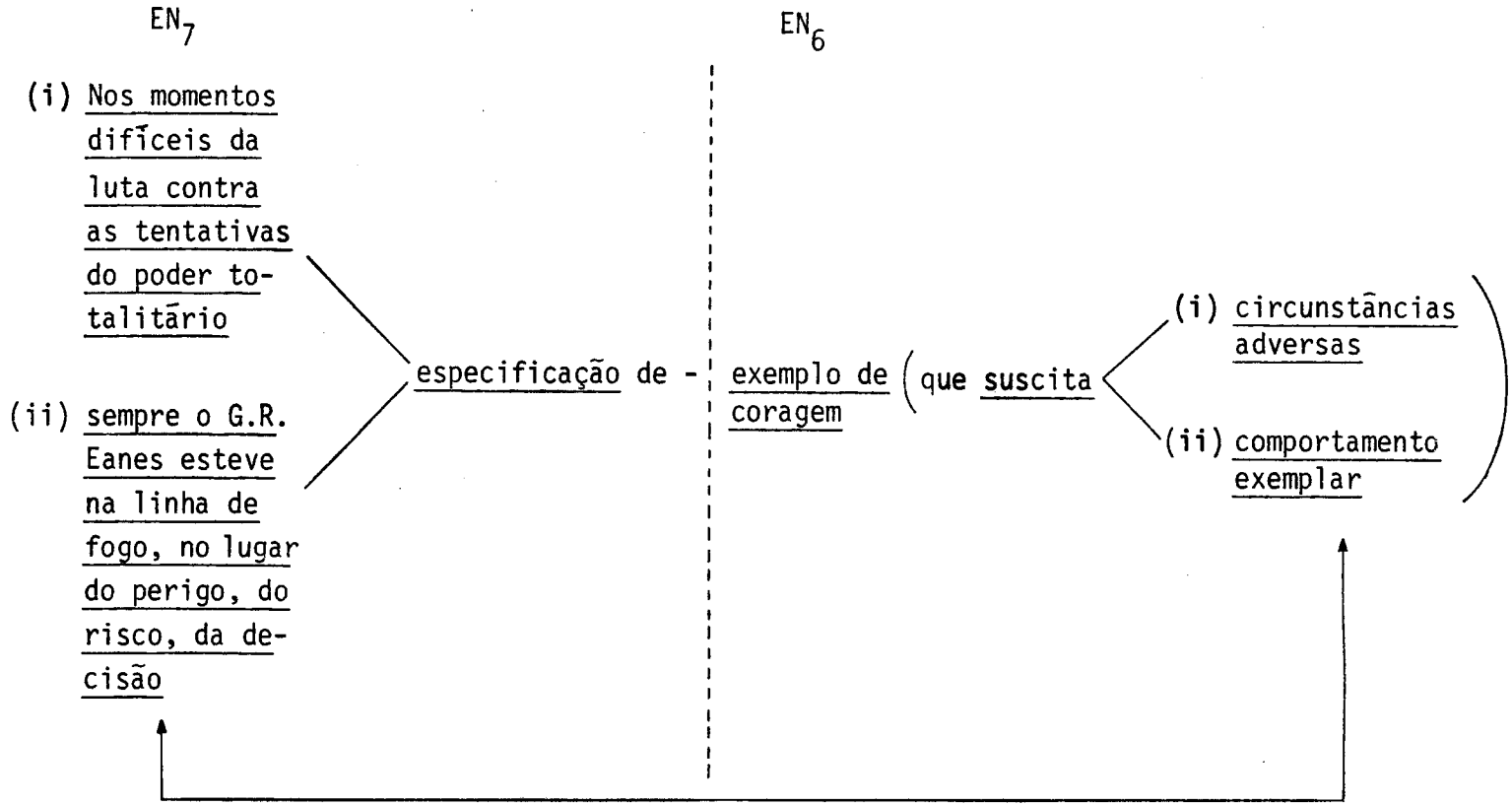
Veja-se, porém ainda:

O EN_6 articula-se globalmente - por coordenação de tipo aditivo, marcada pelo relator e - a todo o segmento textual desenhado pelos ENs 1, 2, 3, 4, 5. (Ver também 2.III).

g.

1. Nexos entre lexias	EN_7	Tipo de nexo	EN_6	EN_5	EN_4	EN_3	EN_2	EN_1	EN_0
	G.R. Eanes	reiteração de designado (presente, sob modos diversos, já analisados, em todos os ENs precedentes)							
	difíceis	• reiteração de lexia			**difíceis**				
		• associação	**coragem**	**soube**	soube				
	luta	associação	**coragem**	assediado atacavam	cercado defender			resistir	
	poder totalitário	**oposição**	liberdade			democracia			

2. Nexos entre complexos semântico-sintácticos



3. Nexos entre os ENs globalmente considerados

O EN_7 constitui globalmente uma (primeira) ilustração provatória da coragem paradigmática anunciada, como atributo de Eanes, no EN_6. Por esta mesma via, o EN_7 resolve o carácter catafórico do EN_6, que justamente anuncia, genericamente, essa coragem exemplar atribuída a Eanes.

(Para a boa compreensão dos aspectos referenciados em 2. e 3., tenha-se presente a análise do EN_7 e do EN_6 desenvolvida antes em 2.I.).

h.

Acabou de ver-se que o EN_7 especifica a exemplaridade da coragem anunciada no EN_6 como atributo de Eanes. Por sua vez, o EN_8 esgota-se na ilustração dessa coragem, referida a um acontecimento particular que se invoca - o 25 de Novembro. Desse modo, fica patente a íntima conexão entre todos estes ENs.

Repare-se no modo como é realizada a conexão imediata entre o EN_8 e o EN_7, que o precede:

(i) como, enquanto relator, marca uma primeira ligação, de índole claramente ilustrativa;

(ii) aconteceu, projecta a reiteração do conteúdo informativo vasado no EN_7; marca esta lexia um carácter de substituto, aqui de todo um EN;

(iii) a 25 de Novembro, locativo temporal, especifica o momento decisivo na "luta contra as tentativas do poder totalitário" - incluído, pois, na designação genérica "Nos momentos difíceis ...".

i.		EN_9	Tipo de nexo	EN_8	EN_7	EN_6	EN_5	EN_4	EN_3	EN_2	EN_1	EN_0
1.	Nexos entre lexias	(Eanes)-Eanes--Eanes)	reiteração de lexia e/ou designado		Eanes	Eanes--ele	(ele)-ele	(ele)-(ele)-ele-sua (ele)-seus	Eanes	Eanes	Eanes	Eanes
		(eu)	reiteração de lexia e designado			(eu)	[(eu)]	[(eu)]	[(eu)]	[(eu)]	(eu)	(eu)
		cercado	· reiteração de lexia e designado					cercado				
			· associação		luta		assediado atacavam	defender inimigos			habilidosos resistir	
		S. Miguel	inclusão							país (=Portugal)		
		pagou (⇒-dignidade)	· associação				calúnias mentiras (⇒-dignidade)				estratagemas dos habili-dosos (⇒-dignidade)	
			· oposição							dignidade		

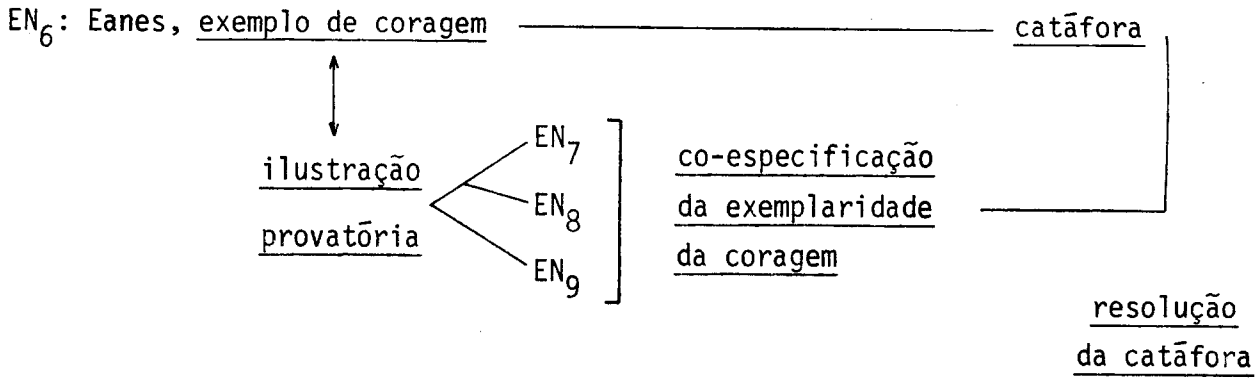
2. Nexos entre complexos semântico-sintácticos

Assinale-se a recorrência de complexos locativos:

EN_9	EN_8	EN_7
aquele dia	a 25 de Novembro	Nos momentos
no aeroporto		difíceis ...
de S. Miguel		sempre
em que		esteve
		na linha de fogo
		no lugar do perigo
		(no lugar) do risco
		(no lugar) da decisão)
locativo	locativo	locativo

3. Nexos entre ENs globalmente considerados

Tal como os EN_7 e 8, o EN_9 especifica circunstâncias particulares adversas e o comportamento exemplar assumido perante elas por Eanes. Como esses mesmos ENs, o EN_9 contém uma ilustração provatória da exemplaridade da coragem que lhe é atribuída. Sendo assim, o EN_9 resolve o carácter catafórico do EN_6 (onde justamente se anuncia a coragem agora ilustrada). Daí o complexo de relações a representar como segue:



Para além destes nexos, anote-se a presença do relator e que coordena (coordenação de tipo aditivo) o EN_9 à sequência desenhada pelos ENs 7 e 8.

j.		EN_{10}	Tipo de nexo	EN_9	EN_8	EN_7	EN_6	EN_5	EN_4	EN_3	EN_2	EN_1	EN_0
1.	Nexos entre lexias	meu-mim	reiteração de designado	X		•	X	[X]	[X]	[X]	[X]	X	X
		apoio	reiteração de lexia (solução formal marcada por nominalização sobre apoiar (ver abaixo)				X	[X]	[X]	[X]	[X]	X	X
		candidatura	reiteração de lexia				X	[X]	[X]	[X]	[X]	X	
		G.R. Eanes	reiteração de lexia e/ou designado	X		X	X	X	X	X	X	X	X
		significa	equivalência (sinonímia)				é				é	representa	
		defesa	· reiteração de lexia (nominalização sobre defender)						defender				
			· associação	**cercado**		**luta**	coragem	assediado atacavam	cercado inimigos			resistir habilidosos	

EN_{10}	Tipo de nexo	EN_9	EN_8	EN_7	EN_6	EN_5	EN_4	EN_3	EN_2	EN_1	EN_0
democracia	. reiteração de lexia e designado							X			
	· associação				candidatura	[candi-datura]	[candi-datura]	[candi-datura]	[candi-datura]	candidatura	
					liberdade			maiorias/ / minorias			
	· oposição			poder totalitário							
garantem	reiteração de lexia							garantia			
futuro	contiguidade semântica (pela recorrência dos traços sêmicos) [+ perduração no tempo] [+ Prospectivo]			sempre	sobreviver			garantia sempre			
unidade	associação (de índole contrastiva ou opositiva)	separatistas									
dignidade	· reiteração de lexia								dignidade		
	· associação	(ver análise em g, onde se averbou a diferentes lexias ou expressões a presença do traço inferido/± dignidade/)									

2. Nexos entre complexos semântico-sintácticos

a. O segmento "o meu apoio à candidatura do General Ramalho Eanes" representa uma solução formal específica configurada sobre o complexo "eu apoio a candidatura do General Ramalho Eanes", a que está reunida por uma conexão de equivalência (ou, mais rigorosamente, de parasinonímia). Por essa via, se instaura uma ligação entre o EN_{10} e todos os outros em que aquele segmento está explicitamente presente (EN_0, EN_1, EN_6), ou apenas implicitamente (por elipse: EN_2, EN_3, EN_4, EN_5).

b. A solução formal projectada naquele mesmo segmento inicial do EN_{10} não obscurecerá a recorrência do complexo semântico-sintáctico (que comporta Equativo) desenhado no EN_1. Veja-se:

EN_1: (eu) apoio a candidatura do General Ramalho Eanes porque esta candidatura representa para mim ..."
EQUAT.

EN_{10}: Por isso, o meu apoio à candidatura do General Ramalho Eanes significa para mim ...
EQUAT.

(Ver acima em 2.I. a análise proposta para cada um destes ENs. Ver ainda adiante, 2.III.).

3. Nexos entre os ENs globalmente considerados

Anotar-se-á que o relator Por isso conecta o EN_{10} não ao EN_9, antes a todo o texto precedente (retomado no substituto isso). Ver a análise já proposta deste EN em 2.I.; ver também adiante 2.III.

3. Observações finais à análise da coesão inter-ENs do Texto A

a. A análise desenvolvida converge com as propostas básicas contidas em Halliday-Hasan, 1976. As dimensões consideradas representam, porém, uma reduzida parcela da configuração do Texto A - o que atesta a incapacidade notória, que já sublinhei devidamente na Primeira Parte deste trabalho, da noção de coesão proposta por aqueles Autores para a caracterização minimamente satisfatória da constituição desta unidade linguística.

Certo é, porém, que este tipo de análise permite captar algumas dimensões efectivamente actuantes na constituição do texto - dimensões que se inscrevem num duplo eixo atrás assinalado (ver Primeira Parte, 1.8.):

(i) um eixo de equivalência - em que se inscrevem os nexos entre lexias e os que concernem à recorrência de complexos semântico-sintácticos, de pólos de informação ...;

(ii) um eixo de junção - que tange à conexão entre os ENs via relatores (no Texto A, opera generalizadamente uma conexão coordenativa, de tipo aditivo, assinalada quer por relator zero quer pelo relator e; um outro relator - por isso - de cariz eminentemente conclusivo-sumativo, articula o EN_{10} a todo o segmento textual precedente: o substituto isso presente nesse relator retoma justamente todo o segmento textual precedente. Deste modo, congrega-se no relator por isso uma conexão por junção e uma conexão por equivalência).

b. A análise apresentada nos quadros sucessivamente introduzidos permite salientar diferentes graus de densidade de nexos projectados: alguns ENs surgem com maior número de elementos envolvidos em conexões, cada uma delas apresentando uma diferenciada força coesiva (ver alínea seguinte). É, no entanto, visível uma distribuição grandemente equilibrada dos nexos por todo o espaço textual.

O tipo de representação dos nexos que respeitam aos ENs 6-7-8-9 indicia por si mesmo uma certa demarcação do complexo semântico por eles desenhado no desenvolvimento do Texto A. Ter-se-á presente aqui a análise já apresentada em 2.I. destes ENs, e ainda o que se exporá em alguns números de 2.III.

c. Tomando à parte os nexos que cabem no eixo das conexões por equivalência (ver alínea a), e em particular os que tangem às unidades lexicais, retenham-se os tipos fundamentais de laços reconhecidos:

- reiteração de lexia (algumas vezes em variantes contextuais - eu/mim - ou em soluções formais diferentes - (eu) apoio/(o meu) apoio; garantia/garantem; defesa/defender ...);

- reiteração de lexia e de designado;

- reiteração de designado (por diferentes vias, tais como, substitutos lexicais, sinonímia ou equivalência);

- oposição;

- inclusão;

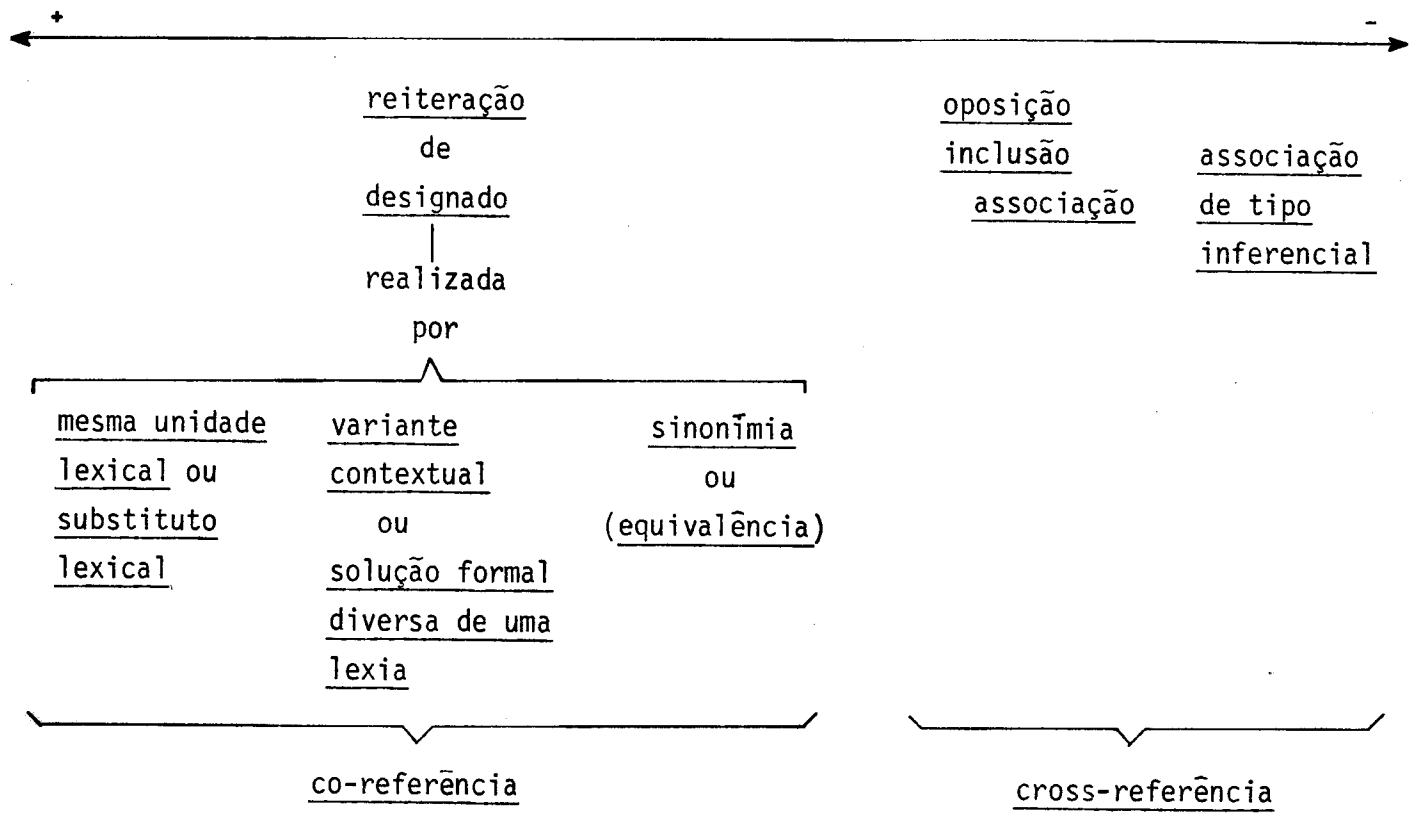
- associação (e dentro desta uma associação de tipo inferencial - - que assinalei, umas vezes com $\Rightarrow$, outras vezes com =).

Para além de um valor básico comum - o do estabelecimento de equivalências, por si mesmas coesivas dada a projecção das recorrências que ocasionam (de forma do significado e/ou de semas da substância do significado, e/ou de designado) - deve, porém, reconhecer-se uma clara hierarquia no que toca à força coesiva de cada um dos diferentes laços instaurados.

Representarei essa diferenciada força coesiva no seguinte eixo, onde se desenha um continuum matizado:

(Ver página seguinte).

força coesiva dos laços instaurados no eixo das conexões inter-ENs por equivalência



d. A representação dada nos quadros de análise permite detectar a presença de cadeias de co-referência que percorrem segmentos mais ou menos extensos do Texto A, ou até todo ele.

Entre essas cadeias, duas sobressaem nitidamente. Uma delas respeita à presença do locutor, nomeado no substituto funcional eu. Esta cadeia só é interrompida, quebrada, nos ENs 7 e 8. Em todos os outros ENs ela está realizada, algumas vezes não explicitamente mas implicitamente (por elipse do complexo altamente recorrente no Texto A (eu) apoio Eanes - ou seu equivalente (eu) apoio a candidatura de Eanes).

Uma seguida cadeia de co-referência concerne ao termo Eanes. Ela realiza-se em todos os ENs do Texto A, mesmo no EN_8, onde se apresenta de modo implícito permitido pelo substituto aconteceu (que funciona como pro-EN).

Importa, porém, assinalar um aspecto altamente significativo para a coesão do Texto A que se prende ao estabelecimento destas duas cadeias de co-referência. A elevada recorrência do complexo (eu) apoio Eanes - - presente como tal ou em soluções equivalentes, tais como (eu) apoio a candidatura do General Ramalho Eanes ou o meu apoio à candidatura do General Ramalho Eanes - não apenas ocasiona o desenvolvimento paralelo das duas cadeias de co-referência, como sobretudo as marca com um traço particular: os termos recorrentes são regularmente afectados a um mesmo papel funcional —

(Eu) apoio Eanes

ergativo $^{+}$ ⟶ acusativo $^{-}$

Articulando este complexo aos pólos de informação, e suas relações, que organizam a mensagem de cada um dos ENs em que ele está presente (explícita ou implicitamente), teremos:

(eu) apoio Eanes

ergativo $^{+}$ ⟶ acusativo $^{-}$

sujeito do apoio ⟶ objecto do apoio

(Para complemento da análise dos aspectos aqui focados, ver 2.III.).

2. A COESÃO DO TEXTO A

III. A coesão global

1. O esquema lógico-conceptual que suporta globalmente o Texto A

A análise do contexto em que se inscreve o Texto A (ver acima, 1. Preliminares) permitiu levantar um quadro genérico que o informa decisivamente - o quadro conceptual ou lógico-conceptual tipicamente agregado a 'eleições presidenciais'. Nesse quadro se inscrevem um complexo de dimensões, entre as quais a produção de discurso polémico, onde caiba a formulação de apoios aos candidatos e sua conveniente fundamentação, em ordem a persuadir, a congregar uma maioria. Esta fundamentação envolve o confronto entre candidatos (ou entre blocos à sua roda configurados, cada qual com um projecto que se propõe levar a cabo), apelando-se, então, basicamente, a virtualidades positivas de um em contraste com virtualidades negativas de outro(s) - umas e outras eventualmente amplificadas por ou articuladas a circunstâncias particulares (de ordem pessoal, institucional, sócio-política, cultural ...). Em 1.1. foi dada uma esquematização global destas dimensões integrantes do quadro conceptual activado pelo conhecimento tipicamente agregado ao tópico que preenche o Texto A, logo, agregado ao acto comunicativo que nesse texto se consuma.

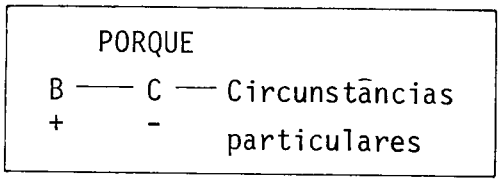
No texto A, eminentemente argumentativo-persuasivo, reflectem-se todas as dimensões levantadas, suportando-o, enquanto unidade semântica global, um esquema lógico-conceptual, já atrás invocado, que constitui, sem dúvida, a dimensão decisiva da sua coesão global. Esse esquema deixa-se traduzir na seguinte representação:

A <apoiar> B (em oposição a C)

PORQUE

B — C — Circunstâncias particulares
+ -

Em relação a este esquema, observar-se-á que uma análise mais aprofundada do semantismo de apoiar permitirá re-organizá-lo, na base da consideração do complexo



como actante-circunstante afectado por marca casual CAUSA ou ORIGEM, e situado, em crono-logia, num ANTES. Este complexo será, então, visto como dimensão integrada no semantismo de apoiar, conduzindo ao desenho de um FACTITIVO que marca profundamente todo o Texto A. (Ver adiante 10).

A análise levantada nos números anteriores (particularmente a que respeita aos nexos coesivos no interior dos ENs - cada um deles também, como se viu, informado basicamente por este esquema) tornou patentes quer a identidade e a realização dos termos A, B, C, quer o significado e a pertinência dos traços /+/ /-/, quer, enfim, o teor do termo "Circunstâncias".

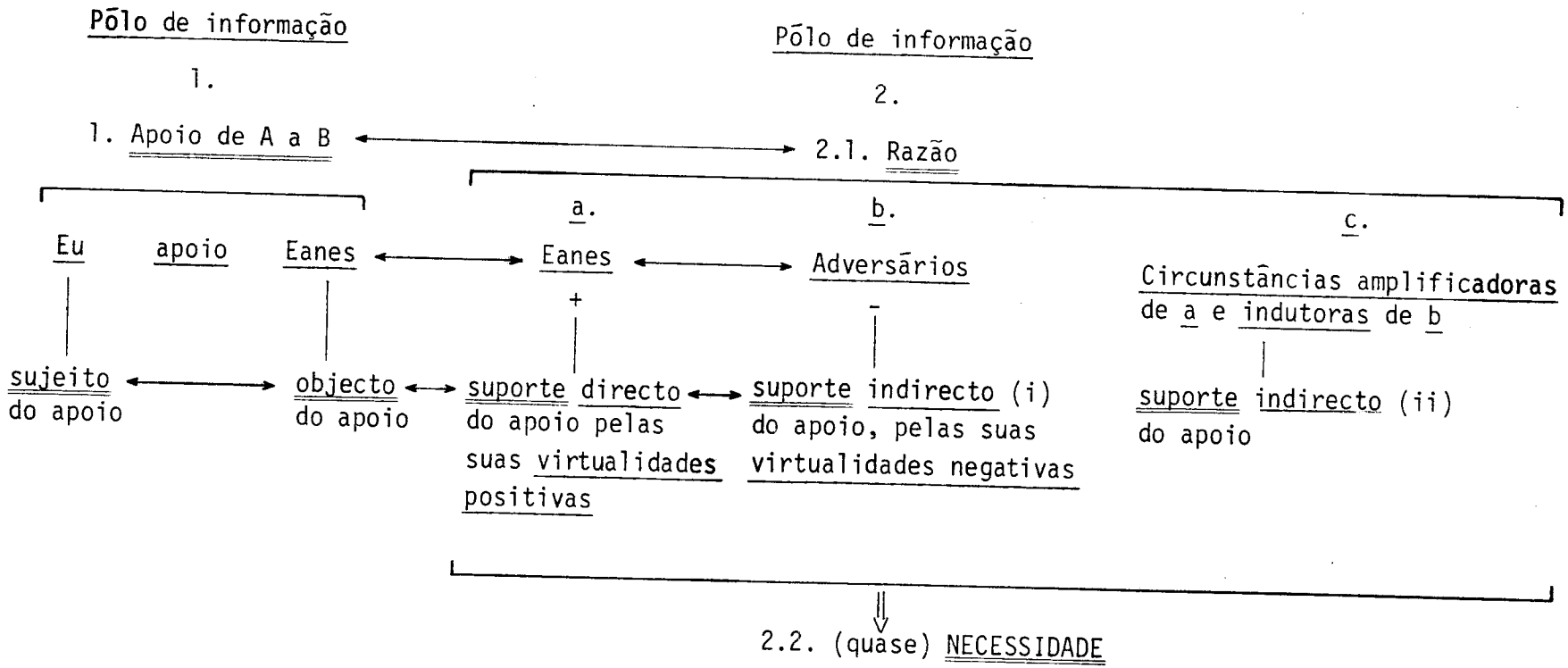
Este esquema lógico-conceptual, levantado a partir do texto através de um processo de redução semântica e em consonância com as dimensões que perfazem o universo de conhecimento (incluindo neste as expectativas activadas pelo tópico configurado) suscitado pelo acto comunicativo, constitui, assim, a representação integrada da intenção comunicativa global que preside a, e por isso domina e unifica, todo o Texto A.

2. O recorte de pólos de informação, e suas relações, que organizam o Texto A

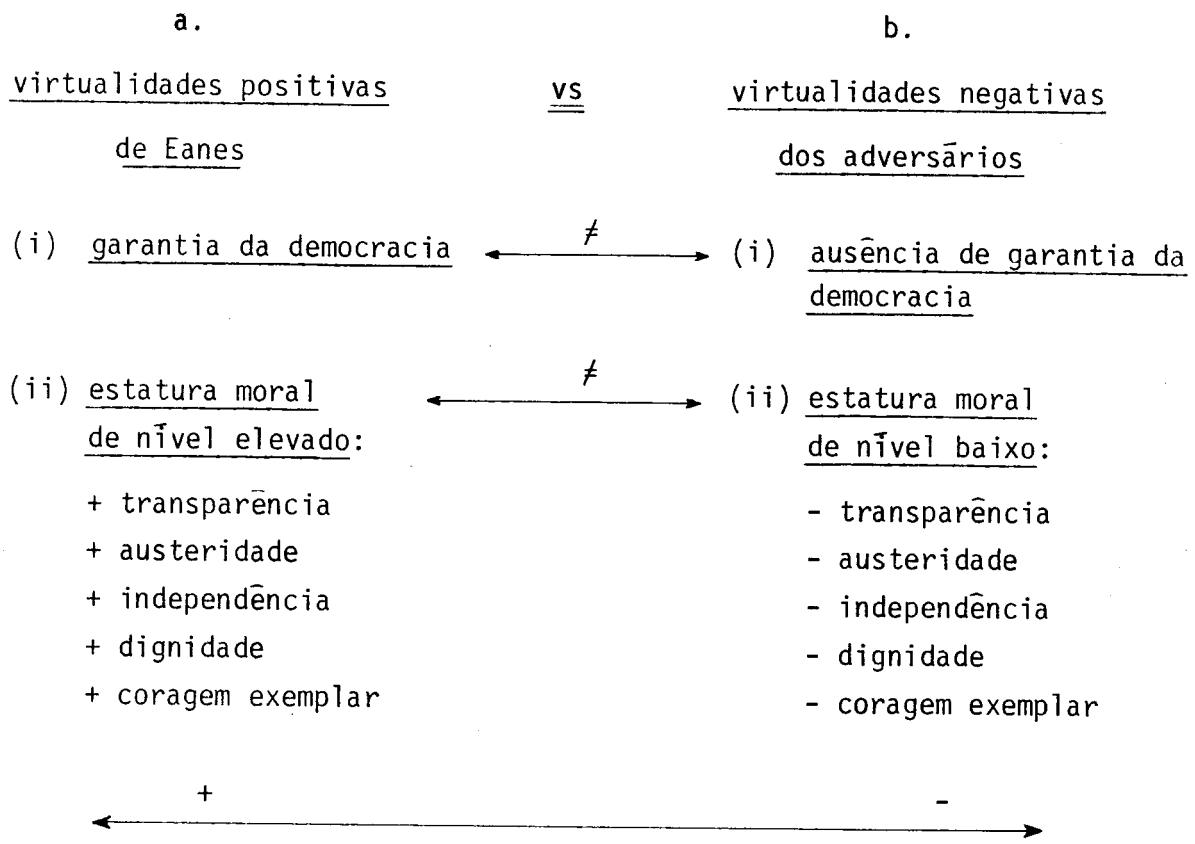
Em clara sintonia com os termos do esquema lógico-conceptual que informa todo o Texto A, levantarei um complexo integrado de pólos de informação, e projectarei neles, também através de um processo de redução semântica, toda a mensagem desenvolvida. O esquema que se apresenta, encontrámo-lo já subjacente à maioria dos ENs do Texto (a ele se furtam, mas

apenas parcialmente e de forma aparente os ENs 7, 8 e 9 que ilustram a asserção contida no EN_6). A insistente recorrência de tal complexo integrado de pólos de informação legitima mais fortemente o carácter sumativo, que o marca, de toda a mensagem do Texto A.

(Ver página seguinte).



Como já se observou acima, em crono-logia, o termo RAZÃO (pólo de informação 2) constitui um ANTES, em sintonia com o seu estatuto do actante-circunstante indutor (causa ou origem) do apoio. Ver adiante 2.III.10. Poderei condensar do seguinte modo os termos a e b do pólo 2:



Quanto ao termo c do mesmo pólo 2, ele surge realizado de modo muito diverso. Reúne, porém, as circunstâncias invocadas o facto de regularmente surgirem, como já se anotou, como amplificadoras das virtualidades positivas de Eanes e como indutoras de virtualidades negativas atribuídas aos seus opositores. Inscrevem-se, desse modo, como elemento de contraste entre B e C - logo, harmoniosamente integradas no complexo global desenhado.

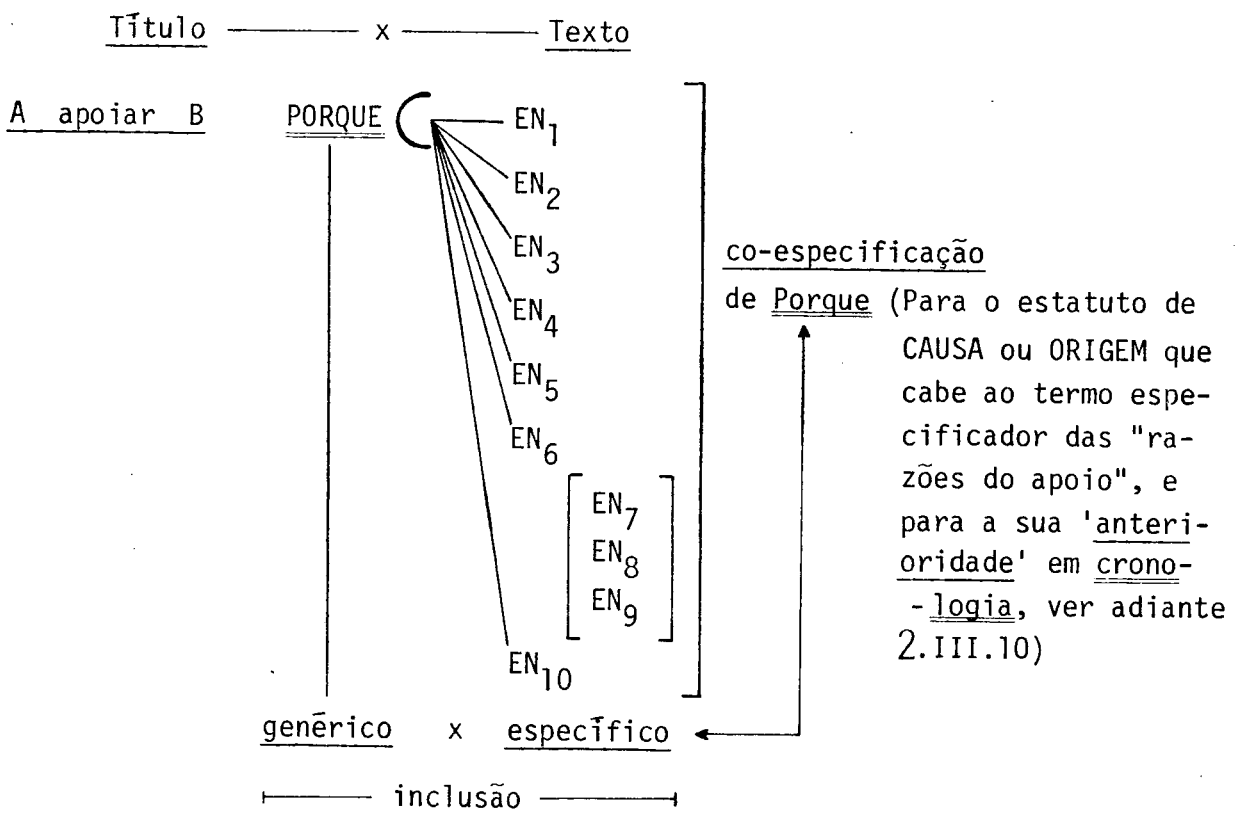
3. A relação Título x Texto

1. Num texto que é, como se viu, preenchido pela especificação das razões que suportam o apoio explícito de A (seu autor) a B (Eanes), torna-se imediatamente notório o carácter exemplar do título (Porque apoio Eanes): ele anuncia de forma directa, não alusiva, todo o conteúdo do texto, instaurando o seu tópico global. A intenção comunicativa global fica, assim, directamente condensada no título, e é desenvolvida ao longo texto. O con-

teúdo deste resulta, assim, globalmente relevante em relação ao tópico que domina o texto.

Idêntica relevância se projecta também entre o título e cada um dos ENs por que se realiza o texto. Na verdade, cada EN especifica uma razão (ou, mais rigorosamente, um complexo unitário de razões). Já se observou que, parcialmente e de modo aparente, se furtam a esta relação os ENs 7, 8 e 9, que mais propriamente ilustram a razão introduzida no EN_6. Alargando, dessa maneira, uma razão, os referidos ENs inscrevem-se afinal no mesmo tipo de conexão.

2. Sendo assim, cada EN resolve, especificando-o, o genérico enunciado em Porque do título. Daí, a relação sistemática genérico | específico que conecta o título e cada um dos ENs do texto - do que decorre também que, entre si, os ENs se articulam pelo traço [co-especificação] do genérico <RAZÃO> do título. Pela mesma via se institui ainda entre estes termos uma relação de inclusão. Esquematizando:



3. Este complexo de relações torna patente o carácter eminentemente catafórico do título, em particular do seu termo Porque. É certo que sempre o título é, de alguma maneira, catafórico, pois anuncia a intenção comunicativa global a desenvolver. No entanto, o carácter exemplar do título do Texto A - ele anuncia de forma directa o tópico global - - e o carácter genérico do seu elemento Porque seguidamente especificado em cada EN (e, globalmente, em todo o Texto, que neles se realiza) tornam transparente a catáfora que comporta: esta resolve-se, e de imediato, justamente na especificação das razões.

Esta relação é fortemente integradora do complexo Título x x Texto, e amplifica a coesão global do todo. Daí, a esquematização seguinte, complementar da representada acima:

Título x Texto

catáfora ⟶ resolução da catáfora

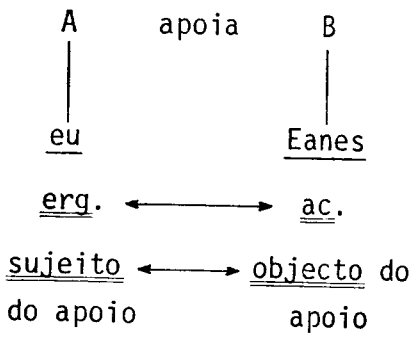
4. No complexo relacional analisado que reúne Título x Texto um outro nexo se evidencia. O texto encerra com um EN de índole sumativa ou conclusiva (indiciada por por isso, relator que introduz o EN_{10}). Significa tal que este EN mais do que especificar uma razão do apoio, sumariza as razões já invocadas. Deste modo, tal EN apresenta a súmula de todo o Texto. Por outras palavras, o EN_{10}, que fecha o Texto, especifica de forma unitária o genérico do Porque do título. Esta condensação torna saliente a sintonia Título x Texto, a relevância que reúne o conteúdo do Texto (sumariado no EN_{10}) e o seu tópico global.

5. Finalmente, o facto de que cada EN (excepto os ENs 7, 8 e 9) é introduzido explicita ou implicitamente (elipse) pelo segmento (Eu) apoio a candidatura do GRE porque (tenha-se presente a forma "indirecta" da presença deste segmento no EN_{10}, já acima explicitada) - segmento que retoma o título (Porque (eu) apoio Eanes) - constitui também nexo a sublinhar: a forte recorrência de tal segmento é factor integrativo importante de todo o complexo Título x Texto.

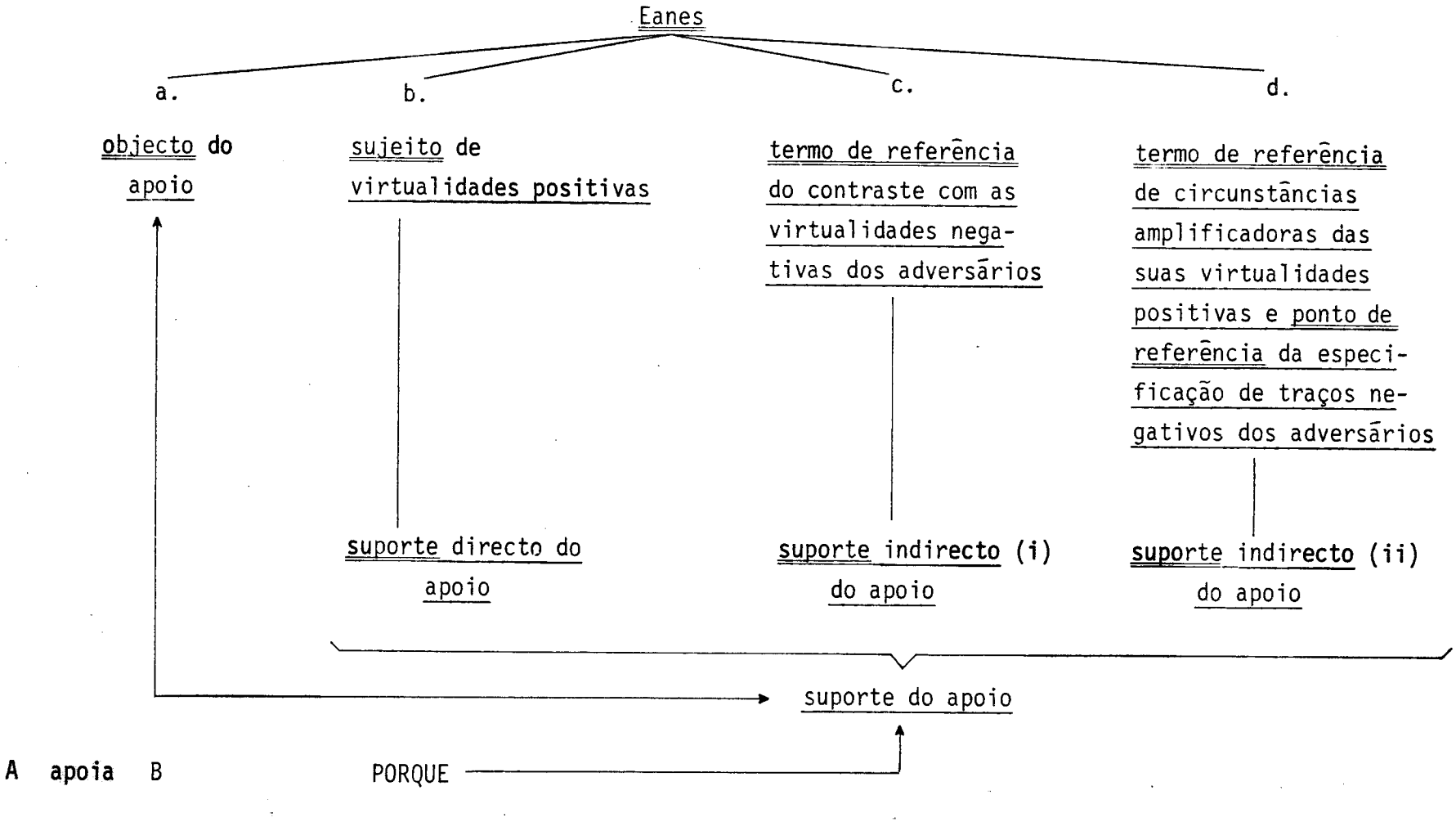
4. A omnipresença de Eanes como referente central do Texto A

Eanes é, sem dúvida, o designado central do Texto A. Tal condição provém imediatamente da presença regular e directa do designado Eanes em cada EN (onde, de resto, não raro é retomado uma ou mais que uma vez), mas também de uma presença indirecta configurada pelo seu envolvimento nos diferentes pólos de informação que organizam o Texto A.

O primeiro destes aspectos é imediatamente reconhecível pela cadeia de co-referência instituída ao longo do texto, e a partir do próprio título. Interessa salientar que a esta cadeia se conecta sistematicamente uma segunda: a que respeita à presença do apoiante eu. Daí, a relação sistemática:



O esquema seguinte condensa a presença indirecta de Eanes como designado central do texto (alíneas b., c. e d.) em articulação com a sua presença directa (a), que acabámos de analisar:


Eanes
a.
b.
c.
d.
objecto do apoio
sujeito de virtualidades positivas
termo de referência do contraste com as virtualidades negativas dos adversários
termo de referência de circunstâncias amplificadoras das suas virtualidades positivas e ponto de referência da especificação de traços negativos dos adversários
suporte directo do apoio
suporte indirecto (i) do apoio
suporte indirecto (ii) do apoio
suporte do apoio
A apoia B
PORQUE

Nesta quádrupla dimensão, Eanes surge, efectivamente, como o designado central do Texto A, envolvido cumulativamente como o objecto do apoio que se lhe manifesta e como o suporte (directo e indirecto) desse mesmo apoio - aspectos à roda dos quais, como se viu já, gravita toda a mensagem do Texto A.

5. A recorrência insistente de esquemas semântico-sintácticos. A proeminência do esquema <A <apoiar> B> <Razão> <B ∿ X> EQUAT.

1. Fortes regularidades se tornam salientes na organização semântico-sintáctica dos ENs do Texto A. Na verdade, facilmente se surpreende a recorrência de esquemas semântico-sintácticos ao longo do texto. Pela sua insistência, tal recorrência constitui traço da coesão global do Texto A. Sublinharei aqui esta recorrência, deixando de lado a recorrência igualmente elevada do que caracterizei acima como complexo integrado de pólos de informação - sem dúvida momento significativo também da coesão global do texto em análise.

1.1. Subjaz ao EN_1 e ao EN_6 o esquema semântico-sintáctico

<A <apoiar> B> <Razão> <para A> B ∿ X>
EQUAT.

O mesmo esquema recorre ainda no EN_{10}, embora aqui se configure uma solução formal diversa, já assinalada atrás (ver 2.I, EN_{10}, nº 3), que conduz ao complexo <o apoio de A a B ∿ X <para A>>.
EQUAT.

Observe-se:

A <apoiar> B (eu) ⟶ o apoio de A a B (eu) ⟶ o meu apoio a B

Trata-se, pois, da instauração de uma visão centrada sobre apoiar e não sobre o seu actante 1, com algumas outras reorganizações.

Repare-se na equivalência entre a (que retoma o EN_{10}) e b (solução forjada sobre o esquema acima introduzido):

a. Por isso, o meu apoio à candidatura do GRE significa para mim ... (EQUAT.)

b. Por isso, eu apoio a candidatura do GRE porque esta candidatura significa para mim ... (EQUAT.)

Repare-se que b coincide com o EN_1:

(Eu) apoio a candidatura do GRE porque esta candidatura representa para mim ... (EQUAT.)

A força coesiva da recorrência do esquema em análise (EN_1, EN_6 e EN_{10}) é ampliada por alguns factores que considerarei mais abaixo (ver 2.). Trata-se basicamente de aspectos que sublinham a proeminência que a este esquema semântico-sintáctico (ou aos ENs a que subjaz) advém no todo do Texto A.

1.2. O EN_3 actualiza um esquema similar ao analisado em 1.1. (que mais uma vez recorre), apenas dele divergindo em três aspectos marginais:

(i) por um lado, o primeiro segmento (<A apoiar B>) está apagado por elipse;

(ii) por outro lado, também não é realizado o segmento <para A>;

(iii) finalmente, o segmento <B ∿ X> (EQUAT.) é precedido de um adjunto circunstancial, que sobre ele incide. Daí, o esquema:

[<A <apoiar> B>] <Razão> <Adj. Circ.> B ∿ X> (EQUAT.)

(Anote-se que, por via de (iii), e também por traços particulares que marcam o Adjunto Circunstancial, o esquema semântico-sintáctico do EN_3 aproxima-se do que suporta os ENs que analisarei em seguida).

1.3. Ao EN_2 subjaz o esquema

[<A <apoiar> B>] <Razão> <Adj. Circ.> <B Fazer Algo>>

Esquema muito próximo suporta também o EN_4 e o EN_5. Vejamos:

(i) [<A <apoiar> B>] <Razão> <Adj. Circ.> <B Fazer Algo> (EN_2)

(ii) [<A <apoiar> B>] <Razão> <Adj. Circ.> <B Saber Fazer Algo> (Modal.) (EN_4 e EN_5)

(ii) envolve, pois, por um lado, a elipse não apenas de <A apoiar B>, mas também a do elemento (porque), que introduz <Razão>, e, por outro lado, a presença de modalidade, que afecta saber.

Os EN_4 e 5 surgem, assim, realizados de modo muito próximo. Neles se projectam ainda outras equivalências notórias, entre as quais salientarei (ver adiante 6.1.2):

a. recorrência de "ele soube + Infinitivo"

EN_4: "ele soube defender a sua independência e (ele soube) ser diferente ..."

EN_5: "ele soube não descer ..."

b. equivalências semânticas:

EN_4: "ser diferente dos seus inimigos"

EN_5: "não descer ao nível dos que o atacavam"

Repare-se:

seus inimigos ∿ os que o atacavam

ser diferente ∿ não descer ao nível ...

Como se explicitou mais acima, "ser diferente" aponta para a dignidade de Eanes face à indignidade dos seus adversários, (implicitamente) referidos como autores ou instigadores de intrigas, calúnias, mentiras ... É para o mesmo traço /+dignidade/ de Eanes que aponta "não descer ao nível dos que o atacavam", isto é, 'não descer ao nível indigno dos adversários'.

1.4. As regularidades observadas prolongam-se ainda por outros aspectos da organização semântica e semântico-sintáctica dos ENs. Reterei aqui apenas dois aspectos de entre os mais salientes:

a. Em primeiro lugar, a recorrência de uma organização antinómica, muitas vezes desdobrada em múltiplas dimensões.

b. Em segundo lugar, nos ENs que comportam o termo <Adj. Circ.>, este configura uma circunstância posta em contraposição com o contido no segmento que se lhe segue e sobre que incide. Essa contraposição surge, de resto, como uma das dimensões da organização antinómica referida na alínea precedente.

2. Anotei atrás que uma particular proeminência advém ao esquema semântico-sintáctico que suporta os EN_1, 6 e 10 (ver 1.1.):

A <apoiar> B> <Razão> <B ∿ X>
EQUAT.

Eis os factores que contribuem para tal proeminência:

a. naqueles ENs estabelece-se, através do Equativo, a identificação de Eanes (B) com espectos essenciais (em jogo nas eleições a que o Texto se reporta) para a comunidade portuguesa:

EN_1: resistência aos "habilidosos" (adversários de uma democracia autêntica, onde deverá prevalecer a transparência, a dignidade);

EN_6: coragem, condição de sobrevivência dos povos e da liberdade (que Eanes garantirá);

EN_{10}: democracia e os valores que ela representa para os portugueses (democracia aberta para o futuro na fidelidade ao passado - condição da unidade e da dignidade do povo português).

Atente-se em que, como se observou, um outro EN (o EN_3) comporta também Equativo, onde de novo se estabelece a identificação de Eanes com a democracia, a sua salvaguarda: " ... Eanes é uma garantia da democracia, o presidente que sempre respeitará as maiorias e nunca perseguirá as minorias".

É visível a força persuasiva que se pretende retirar desta identificação. (Tenha-se presente a circunstância - inscrita no conhecimento da situação de comunicação, logo disponível para a compreensão do Texto - de que Portugal é uma jovem democracia, em fase de consolidação contrariada através da dificuldade de monta, de ordem institucional, social, económica ...). Daí, a centralidade e a força coesiva que da recorrência deste esquema semântico-sintáctico advêm para o Texto A globalmente considerado.

b. O lugar que no espaço textual é reservado àqueles três ENs informados por este esquema amplia a sua proeminência. Repare-se que se trata do EN_1 - que abre o Texto - e do EN_{10} - que o fecha. (O carácter sumativo deste último não é irrelevante, sob o ponto de vista que agora foco). Quanto ao EN_6, ele surge no centro do espaço do texto. Ou seja, tais ENs ocupam um lugar de charneira no espaço textual.

c. Os três ENs em referência comportam explicitamente o primeiro segmento do esquema (<A <apoiar> B>), apagado por elipse em todos os outros.

d. Finalmente, a proeminência do esquema em questão assenta também no facto de que cada um dos ENs que ele informa abre uma sequência Textual (ver adiante): o EN_1 abre a ST_1, o EN_6 abre a ST_3, e o EN_{10} perfaz a ST_4.

6. Sequências Textuais e suas articulações

Configuram-se no Texto A, de modo suficientemente claro, quatro sequências textuais (ST) adequadamente articuladas:

1. As sequências Textuais

1.1. ST_1

Abarca a ST_1 os três primeiros ENs do texto. Constituem índices desta ST os seguintes aspectos:

a. os verbos do segmento que realiza o termo <Razão> surgem no presente do indicativo

EN_1: " ... esta candidatura representa ..."

EN_2: " ... Eanes propõe ..."

EN_3: " ... Eanes é ..."

b. Os ENs 2 e 3 são introduzidos directamente por porque: a elipse do segmento <A <apoiar> B> congrega fortemente estes ENs ao primeiro.

c. O suporte do apoio faz apelo regularmente a dados da experiência contemporânea da enunciação ou imediatamente recente:

- os "estratagemas dos habilidosos" (EN_1) tornam-se particularmente inequívocos no período da pré-campanha eleitoral e no lapso já decorrido da campanha;

- no EN_3, o Adj. Circ. "para além de acidentais inabilidades de formulação ou expressão" alude a uma Conferência de Imprensa dada, dias antes, por Eanes - Conferência "infeliz" em muitos aspectos (que Eanes procurou rectificar em entrevista concedida a um diário lisboeta, poucos dias depois).

1.2. ST_2

Realizam esta ST os ENs 4 e 5, que um complexo de traços liga intimamente.

a. Num e no outro, estão apagados (elipse) não apenas o segmento <A<apoiar>B>, mas também o relator porque.

b. ambos os ENs abrem com um Adj. Circ. centrado sobre um particípio:

EN_4: "Tendo exercido ..."

EN_5: "Assediado ..."

c. Tanto o Adjunto como o Núcleo sobre que incide são marcados por tempo passado:

EN_4: "Tendo exercido ... ele soube ..."

EN_5: "Assediado ... ele soube"

d. Entre ambos os ENs projectam-se equivalências notórias (já analisadas atrás). Confrontem-se:

Adjunto

EN_4: "Tendo exercido ... cercado pelo contínuo <tricot> de intrigas ..."

EN_5: "Assediado por miseráveis campanhas de calúnias, mentiras ..."

Núcleo

EN_4: "ele soube ... ser diferente dos seus inimigos"

EN_5: "ele soube não descer ao nível dos que o atacavam"

(Para a explicitação das equivalências aqui retidas, ver atrás a análise dos nexos coesivos operantes em cada um destes ENs).

e. Num e no outro EN tomam-se como suporte do apoio dados da experiência referidos ao mandato de Eanes (invocado explicitamente no EN_4, a referência a este mandato, que então se aproxima do seu termo, domina também o EN_5). Trata-se, pois, de experiência localizada em momento anterior à invocada na ST_1. O tempo passado dos verbos (ver alínea c.) é claramente revelador.

1.3. ST_3

São múltiplos os índices desta sequência, que abrange os ENs 6, 7, 8 e 9:

a. a ST_3 é introduzida pelo EN_6, que apresenta alguns traços que interessa reter pelas suas incidências na configuração da mesma sequência:

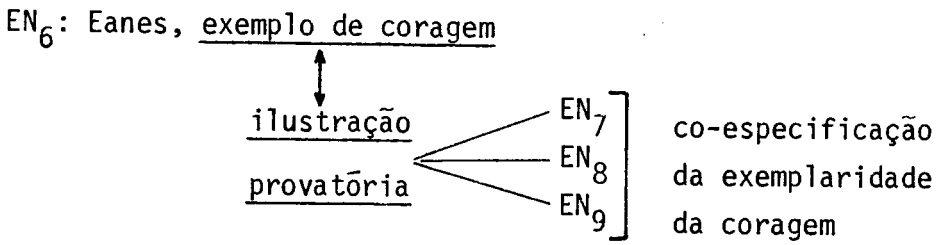
(i) o EN_6 abre com o relator de coordenação aditiva e. Vi-

sivelmente, o termo 1 da coordenação é, não o EN anterior, antes todo o texto precedente (as duas STs já configuradas);

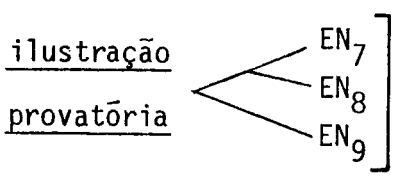
(ii) o mesmo EN retoma, agora explicitamente, o segmento <A <apoiar> B> e o relator porque, antes "ausentes"por elipse. Destaca-se ainda dos anteriores (3, 4, 5) por não comportar um Adjunto Circunstancial;

(iii) o EN_6 introduz Eanes como modelo de coragem. Tal se apresenta como o tópico que é desenvolvido nos ENs 7, 8 e 9, que justamente comportam a ilustração provatória daquela asserção; neste sentido, ele apresenta-se globalmente catafórico - sendo a catáfora nele desenhada imediatamente resolvida nos ENs 7, 8 e 9;

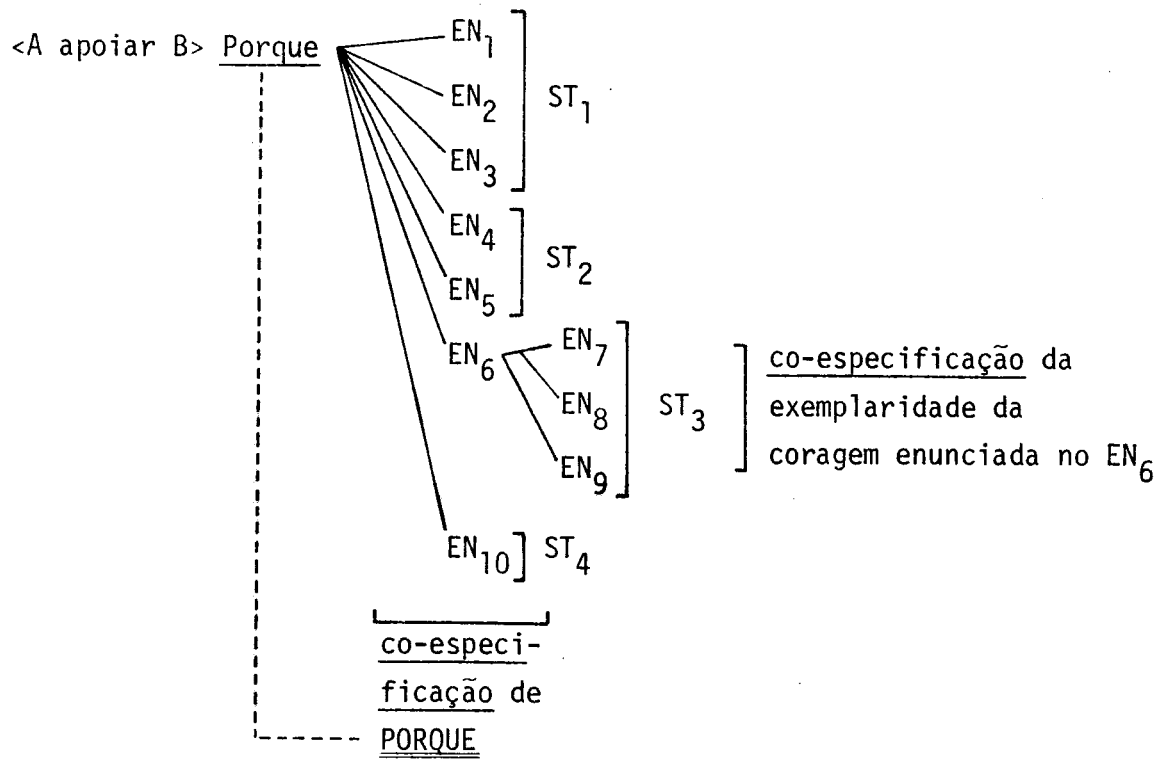
b. por força do referido em a. (iii), os ENs 7, 8 e 9 ficam fortemente ligados entre si e, globalmente, com o EN_6. Uma representação esquemática visualizará estes nexos:



Mais rigorosamente, o EN_8 apresenta-se como a especificação da ilustração proposta no EN_7. Daí a representação mais adequada:



No quadro global do Texto, a ST_3 pode representar-se assim:



c. como suporte do apoio são invocados aqui dados da experiência colectiva do povo português e do comportamento exemplar assumido por Eanes, situados em 1975-76: trata-se, pois, de dados da experiência anteriores ao mandato de Eanes que, como vimos, domina o ST_2;

d. as indicações temporais especificadas nos ENs 7, 8 e 9 (em locativos temporais e nos verbos) referem-se - em sintonia com o que ficou apontado em c. - ao passado; esta "concordância" é também índice do complexo integrado que perfaz a sequência textual em análise;

e. o quadro conceptual tipicamente agregado, na base do "conhecimento do mundo", a uma manifestação de coragem (que justamente se pretende ilustrar) suporta globalmente a coesão desta ST_3. Como vimos, tal quadro conceptual envolve os seguintes termos:

(i) especificação de momentos adversos, difíceis;

(ii) especificação do modo exemplar por que se manifesta a coragem.

Repare-se que o termo (i) valoriza, põe em destaque, a exemplaridade do comportamento assumido (nos termos de (ii)).

As expectativas activadas por este quadro conceptual são integralmente realizadas nos ENs 7,8 e 9, que ilustram com casos concretos exemplares a asserção contida no EN_6. (Ver acima a análise, e as considerações que a acompanham, dos nexos coesivos operantes em cada um destes ENs).

1.4. ST_4

Coincide esta quarta ST com o EN_{10}, que fecha o Texto A, sumarizando o seu conteúdo.

O relator por isso, que introduz este EN, articula-o, não ao EN anterior, mas a todo o corpo textual (às STs anteriores), e assinala também o carácter sumativo ou conclusivo que individualiza, demarca esta sequência.

2. As articulações entre as STs

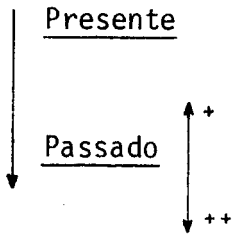
Mais do que a presença de articulações entre as STs configuradas por diversas retomas de elementos, pela recorrência de esquemas semântico-sintácticos ou de complexos de pólos de informação, e por relatores (e que introduz a ST_3; por isso, que abre a ST_4), pretendo sublinhar aqui dois outros aspectos significativos:

a. A análise dos índices das STs permitiu mostrar que se desenha um eixo específico na distribuição dos argumentos invocados como suporte do apoio manifestado a Eanes. Tal eixo assenta na ordenação cronológica que é feita aos dados da experiência invocados. Essa ordenação desenvolve-se do presente para um passado imediato, e conclui com um passado remoto:

ST_1 - presente

ST_2 - passado recente ou imediato

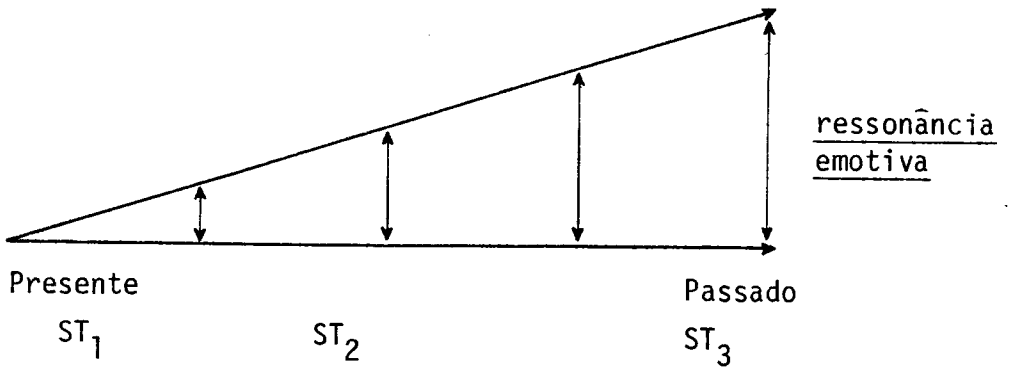
ST_3 - passado mais longínquo



b. Paralelamente, um outro eixo se desenha na distribuição dos argumentos, distribuição que esquematizo da seguinte forma: os argumentos invocados na ST_1 são predominantemente de ordem intelectiva, dirigem-se basicamente à razão dos interlocutores. Na verdade, insiste-se aí sobre as virtualidades da democracia, sobre o alcance da austeridade, sobre a solidês global da candidato Eanes, sobre a sua identificação com a democracia, de que é uma garantia. Certo é, porém, que se inscrevem também aí dimensões emotivas, consubstanciadas na carga conotativa comportada em elementos lexicais e em formulações utilizadas. No entanto, julgo que tais ressonâncias emotivas se ampliam da primeira para a segunda ST (nesta recorre-se, porém, ainda a elementos de ordem intelectiva, nomeadamente com a invocação das provas já dadas por Eanes no exercício do primeiro mandato) e atingem o seu grau mais elevado na ST_3: a evocação da época agitada de 1975 e inícios de 1976 (culminando a primeira no 25 de Novembro - referido expressamente no EN_8) atinge fortemente a sensibilidade da maioria do povo português, que "sentiu" ao vivo a ameaça da perda da liberdade conquistada em 25 de Abril de 1974 e também a iminência da desagregação da unidade da Nação via separatismo (EN_9). Daí, o eixo seguinte, referido à índole ou natureza dos argumentos invocados:



Uma representação integrada dos dois eixos referidos atrás (com base na ordenação cronológica dos dados da experiência invocados e na natureza desses mesmos argumentos) daria o seguinte esquema:



Veremos adiante que esta distribuição cumpre uma função específica no seio deste Texto persuasivo: ela inscreve-se como componente básica de uma linha estratégica que marca o desenvolvimento do Texto A, linha estratégica que terei a oportunidade de caracterizar.

O Texto A encerra com uma congregação exemplar dos dois tipos de argumentos utilizados. A ST_4 põe, simultaneamente, o acento na razão (i) e no sentimento (ii):

(i) democracia aberta para o futuro - pela via da resolução adequada, reflectida, em suma, pensada, dos grandes e urgentes problemas da sociedade portuguesa;

(ii) democracia fiel aos valores tradicionais, fortemente sentidos pelos portugueses.

Sobre essas duas condições, ou seja, sobre uma democracia pensada e sentida, assentará a garantia da dignidade e da unidade do povo português, a garantia da sobrevivência de Portugal.

7. O Texto A como texto persuasivo. A configuração de um acto de persuasão

7.1. O Texto A ganha globalmente um carácter argumentativo-persuasivo, como tal se inscrevendo adequadamente no contexto, gerador, como se viu, de discurso polémico (onde, como sub-tipo, cabe o discurso argumentativo-persuasivo).

A afectação de um texto a um tipo representa o reconhecimento de uma organização global específica, fortemente integradora de todos os elementos nele inscritos. Trata-se, pois, também de um traço essencial da coesão global de um texto, pois que constitui ao mesmo tempo quer uma coordenada central da constituição do sentido do texto, quer uma dimensão decisiva desse mesmo sentido, quer, enfim, uma força unificadora de todas as informações vasadas no texto. Na noção de tipo de texto fica, assim, reunido um complexo de traços caracterizadores da estruturação global de um texto, referidos ao tema nele desenvolvido, à atitude do locutor perante o seu próprio discurso e perante o interlocutor, à orientação que imprime ao desenvolvimento da mensagem ...

Indiciam a índole persuasiva do Texto A, unificando-o sob essa óptica, um conjunto de traços de que selecciono os que se me afiguram de maior relevo.

1. Como tem sido visto, preenche o Texto A a especificação das razões que suportam a manifestação de apoio de A (seu Autor) a B (o candidato Eanes). Nele avulta, pois, o elemento Razão , traço reconhecidamente argumentativo-persuasivo.

2. A especificação deste elemento Razão visa, inequivocamente, motivar a adesão dos interlocutores, na base do reconhecimento da validade dos argumentos invocados: eis a função última que preenche o Texto A na situação de comunicação. O compromisso explicitamente assumido por A, fundamentado num certo número de asserções, pretende valer como atitude geradora de novos apoios, de larga adesão, em ordem à congregação de uma maioria - ideia, de resto, subtilmente introduzida no EN_1, que abre o Texto.(Ver acima o comentário tecido a este EN).

3. Com tal objectivo por base, o Texto A gravita em torno do levantamento de virtualidades positivas de Eanes, em contraste, que as amplifica, com virtualidades negativas dos opositores, umas e outras sublinhadas pela invocação de circunstâncias particulares.

4. No apelo deste modo dirigido à inteligência e ao sentimento (ver atrás) dos interlocutores, desenha-se, por força dos argumentos invocados, o traço de uma (quase) necessidade, galvanizadora da vontade e indutora da adesão insistentemente procurada pelo locutor: eis outros tantos traços eminentemente caracterizadores de um discurso argumentativo-persuasivo.

O traço de (quase) necessidade pode traduzir-se neste esquema, sem dúvida, inscrito no Texto A:

Se p, então q

ou seja,

Se B (+) | C (-) ⟹ então, urge aderir a B (ver também, adiante, 10)

5. Servem exemplarmente à configuração deste apelo mobilizador

a. a alta percentagem de termos e formulações de índole avaliativa (presentes no desenho do contraste entre Eanes e seus adversários, na especificação das virtualidades positivas do primeiro face às virtualidades negativas dos segundos). Aqui se inscrevem adequadamente as antinomias, as contraposições e os eixos semânticos /+-/ que percorrem, como se assinalou, todo o texto em cada um dos seus ENs;

b. a insistência em noções-chave no âmbito da vivência democrática numa jovem democracia a braços com dificuldades múltiplas. Repare-se, a este propósito, na continuada invocação:

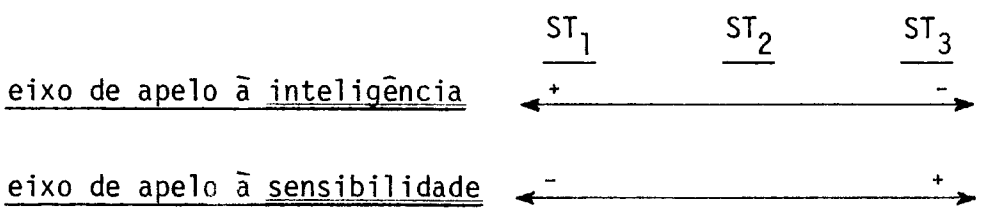
- da democracia e seu alcance para os portugueses;
- da independência e dignidade;
- da liberdade;
- da unidade do povo português.

Repare-se, sobretudo, na identificação proposta entre Eanes e a democracia, através de Equativo presente em ENs centrais (a vários títulos: ver acima), ou seja, nos ENs 1, 6, 10 e também 3. Pelas razões invocadas, estes ENs comportam uma grande força argumentativo-persuasiva;

c. a forte carga conotativa dos termos referidos na alínea anterior e de muitos outros presentes no Texto A: resistência, luta, coragem, austeridade, abertura para o futuro, fidelidade ao passado, inimigos, estratagemas dos habilidosos, miseráveis campanhas de mentiras, calúnias, intrigas ..., separatistas ...;

d. a forte carga conotativa agregada à evocação de momentos essenciais para a salvaguarda da liberdade e da democracia, como os que colectivamente foram vividos em intensidade em 75/76 (ver análise da ST_3);

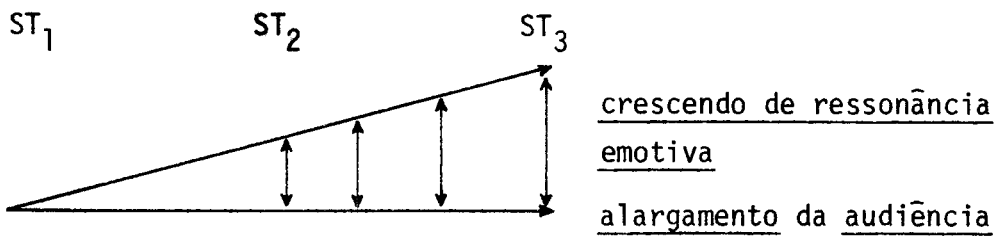
e. a distribuição dos argumentos invocados ao longo do Texto segundo uma linha estratégica potencializadora da persuasão nele desenhada - dimensão fortemente interveniente no desenvolvimento e na eficácia de um texto persuasivo. Em 6.2.b. (ver acima), apontou-se que os argumentos invocados em suporte da persuasão procurada se ordenam segundo um eixo específico que comporta um crescendo de ressonância emotiva, que culmina na ST_3:



Observava, então, que tal ordenação cumpria uma função clara no Texto A, como componente básica de uma linha estratégica. Quanto a mim, tal função é preenchida do seguinte modo: o primeiro tipo de argumentos (de índole predominantemente intelectiva) atingirá uma franja já considerável de interlocutores (isto é, do eleitorado), capazes de aceder "racionalmente" à força persuasiva do que lhes é proposto; o segundo tipo de argumentos (de índole mais fortemente emotiva), para além de poder consoli

dar as adesões já motivadas na base do primeiro, alargará substancialmente a "base de apoio" a Eanes, mobilizando a grande maioria do povo português, que em 75-76 "sentiu" a ameaça totalitária e a iminência do desmembramento da comunidade nacional via separatismo (então no auge da sua afirmação - real ou artificialmente forjada). Em suma, este segundo tipo de argumento atingirá potencialmente aqueles que, "impreparados" para aceder à cabal compreensão dos factos invocados no primeiro tipo de argumentos, ou "desatentos" ao seu significado e alcance, sentem (mais do que pensam) a liberdade e a unidade do povo português.

Nestas circunstâncias, torna-se claro que a distribuição dos argumentos procura ir ao encontro das diferentes "sensibilidades" dos interlocutores, adequando-se às suas "crenças", "convicções", à sua "visão do mundo". Ao crescendo de ressonância emotiva corresponderá o alargamento da massa social mobilizável a favor de Eanes, garantindo a eficácia da acção persuasiva desenvolvida. Numa representação esquemática:



Como já se observou, o fecho do Texto A (ST_4) retém o duplo tipo de argumentos, insistindo nas virtualidades de uma democracia aberta ao futuro na fidelidade ao passado, de uma democracia pensada e sentida como garantia da sobrevivência de Portugal na dignidade e unidade. Recorta-se, pois, no Texto A uma clara hierarquização dos argumentos invocados, que se manifesta também na sua distribuição ao longo do desenvolvimento textual. (Ver ainda os números seguintes).

7.2. O carácter persuasivo que marca o Texto A pode enunciar-se noutros termos: o Texto A constitui globalmente um acto de linguagem (em acto de discurso) afectado pela força ilocutória /+ Persuasão/.

Encarado sob a óptica que procura captar a dimensão accional da linguagem, o Texto A comporta o desenvolvimento de um acto persuasivo que suscita "condições de felicidade" específicas que garantam a sua adequação e a sua eficácia. De entre essas condições, destacar-se-á:

1. o estatuto do locutor;

2. o modo como ele assume o seu texto;

3. a adequação dos argumentos invocados.

1. O estatuto do Locutor

Num acto verbal persuasivo, o Locutor deve ser marcado por uma legitimidade suficiente, elemento por si mesmo indutor da adesão que se pretende motivar nos interlocutores.

No caso em análise, em que se insiste fundamentalmente na garantia que Eanes representa para a democracia, liberdade, unidade e dignidade do povo português, requere-se a sintonia do Locutor com tais valores. Essa sintonia impõe-se aos interlocutores: Sophia de Mello Breyner Andersen é figura destacada da vida democrática em Portugal, membro prestigiado do Partido Socialista, e, no passado, militante antifascista. Tais predicados - conhecidos da grande massa de interlocutores - asseguram imediatamente a legitimidade do Autor do Texto A na intenção persuasiva que manifesta.

Para além deste aspecto, não é irrelevante sob o ponto de vista da "feliz" consecução do acto persuasivo a representatividade que afecte o Locutor. Sob esse ângulo, referir-se-á tão só que Sophia de M. B. A. é também figura destacada da cultura portuguesa, onde intervém como escritora (em verso e em prosa) de méritos reconhecidos de longa data.

Por esta dupla via advêm ao Autor do Texto A, ao Locutor, um forte poder simbólico ou autoridade requeridos para o desenvolvimento adequado e eficaz do acto persuasivo.

2. O modo como o Locutor assume o seu texto

Percorre todo o Texto A, e a partir do próprio título, um forte compromisso explícito de Sophia de Mello Breyner Andersen com a candidatura de Eanes. Ou seja, o Locutor assume por inteiro o seu texto, o seu acto persuasivo, nele projectando uma inequívoca convicção.

Em 8. tantarei levantar os múltiplos modos por que se revela a presença do locutor no seu discurso. De momento, interessa-me apenas pôr em relevo o compromisso explicitamente assumido - em (eu) apoio, como vimos altamente recorrente em todo o texto - pelo locutor com a candidatura de Eanes, e ainda a exaltação das virtualidades positivas dessa candidatura (dos valores que ela pretende salvaguardar) e o repúdio pelas virtualidades negativas dos opositores (que comprometem a salvaguarda daqueles valores).

Sublinhar-se-á que esta tripla dimensão do modo como o locutor assume o seu texto - compromisso com e exaltação de Eanes, e repúdio pelas virtualidades negativas dos opositores - por um lado, é elemento do sentido do texto, e, por outro lado, constitui elemento de persuasão potencializador de adesão motivada que o locutor explicitamente intende desencadear nos interlocutores.

3. A adequação dos argumentos invocados

3.1. A natureza e a distribuição no Texto dos argumentos

A natureza dos argumentos invocados e a sua distribuição ao longo do Texto A testemunham uma clara adequação às pressuposições que o Locutor faz em relação ao entendimento, à sensibilidade, à mundividência dos seus interlocutores. Esta adequação é factor básico da eficácia do texto, da "feliz" consecução do acto persuasivo que nele se realiza, ins

crevendo-se numa linha estratégica já antes caracterizada (ver acima), definida em ordem à obtenção do maior efeito mobilizador possível junto da mais vasta audiência possível.

3.2. O valor de verdade dos argumentos

Para além do aspecto referido em 3.1., um outro se apresenta aqui como central, e respeita ao valor de verdade (no "mundo" ou "situação de comunicação" em que o acto se desenvolve) que deve marcar os argumentos utilizados.

Não será preciso sublinhar a importância da verdade que deve afectar os argumentos aduzidos em suporte de um acto persuasivo. Dela depende directamente a validade das razões, e daí, a eficácia que estas colherão junto dos interlocutores.

Se, como se viu, toda a persuasão desenvolvida no Texto A assenta sobre o esquema

Se p, então,q

ou seja,

Se B (+) | C (-) ⟹ então urge aderir a B

ressalta como imprescindível a comprovada verdade do segmento p, isto é, a inequívoca e indiscutível excelência de B face a C. (Ver ainda, adiante, 10).

A este propósito convirá salientar alguns pontos:

a. O Locutor dá (pressupõe) como consabidas, como irrefutáveis, as dimensões positivas de Eanes e as virtualidades negativas dos opositores. Do mesmo modo, pressupõe da parte dos interlocutores o reconhecimento e a aceitação pacífica das circunstâncias potencializadoras daquelas dimensões avaliativas. Dispensa-se, pois, de provar efectivamente as suas afirmações, averbado como irrecusáveis tanto a excelência de Eanes como a carga negativa dos opositores.

Há, porém, uma excepção: o Locutor não dispensa a ilustração provatória da exemplaridade da coragem de Eanes. Tal não acontece por acaso. Curiosamente, trata-se, talvez, da virtualidade positiva de Eanes de mais fácil aceitação geral. Qualquer das outras dimensões positivas atribuídas a Eanes poderia suscitar dúvidas, hesitações, interrogações ... - não, com certeza, a exemplaridade da sua coragem nas circunstâncias adversas que são invocadas. No entanto, o locutor sabe da forte potencialidade mobilizadora da evocação dessas circunstâncias: daí, a ilustração provatória, a extensão que lhe dá (toda uma ST preenchida por quatro ENs), e o lugar que lhe reserva no corpo do texto (imediatamente antes do seu fecho sumativo).

b. As virtualidades positivas de Eanes são regularmente referidas de forma directa e explícita. Não assim no que tange às virtualidades negativas dos opositores; muitas vezes, ou melhor, com uma ou outra excepção, a elas acedem os interlocutores por inferência.

Um só exemplo: ficou assinalado o peso argumentativo da identificação de Eanes com a democracia, com a sua defesa. Decorre daí que os opositores representam uma ameaça à democracia, cujo alcance e significado não sabem avaliar. Tal virtualidade negativa (fortemente negativa) dos opositores a Eanes constitui, pois, o produto de uma inferência. Repare-se: nunca se diz explicitamente no Texto A que os adversários de Eanes visam a destruição da democracia, a sua subversão, mas ao mesmo tempo não se deixa de o dizer.

Numa situação de comunicação geradora de discurso polémico (em que se inscreve o Texto A como discurso argumentativo-persuasivo) este prudente equilíbrio entre dizer e não dizer, ou esta doseada conjunção de (aparentemente) não dizer, mas (efectivamente) dizer revelam-se de um alcance crucial: instaura-se por esta via uma "ambivalência difusa" que põe o texto a coberto de potenciais refutações públicas ou privadas (neste último caso, ao nível do juízo individual), que poderiam inviabilizar, suspender, o efeito persuasivo procurado, ou mesmo inverte-lo, e ao mesmo tempo alarga o espectro de "leituras" possíveis. Na verdade, para uns, mais exigentes da inequívoca excelência de Eanes

e da inferioridade dos opositores, o texto diz; para outros, mais criteriosos, o texto não diz; para outros, enfim, o texto diz e não diz, ou ainda, não diz, mas diz.

Esta "ambivalência difusa" procura, no fundo, salvaguardar a verdade dos argumentos aduzidos, ciente que é o Locutor de que toda a sua construção persuasiva se apoia sobre essa verdade, que se deve impor sem violentar o juízo, a avaliação individual, as "crenças", as "convicções", a "visão do mundo" dos interlocutores.

c. Um outro aspecto do Texto A está em consonância com este cauteloso desenvolvimento persuasivo que visa salvaguardar a verdade dos argumentos invocados. Muitas vezes, a antinomia Eanes-opositores apresenta-se como absoluta. Outras vezes, porém, o Locutor contenta-se com a anotação de uma superioridade relativa de Eanes.

Ilustrarei brevemente: no EN_3, por exemplo, diz-se que Eanes" é uma garantia da democracia" - não a garantia ...; no EN_6 afirma-se que Eanes "é um exemplo daquela coragem frontal ..." - não o exemplo ...

A salvaguarda da verdade dos argumentos constrange, pois, o Locutor a relativizar o posicionamento de Eanes, mesmo em aspectos centrais do desenvolvimento argumentativo. Para um interlocutor atento e criterioso, tal cuidado redunda, sem dúvida, em credibilidade averbada ao Locutor e seus argumentos, amplificadora da persuasão intendida.

d. Tributário deste mesmo aspecto surge ainda no Texto A um outro traço. Vejo-o inscrito no EN_3, onde "se concede" a uma virtualidade negativa de Eanes: "Porque, para além de acidentais inabilidades de formulação ou expressão, Eanes é uma garantia da democracia ...".

Trata-se, visivelmente, da aceitação por parte do Locutor de uma crítica levantada a Eanes, em seu desfavor. (Recorde-se que, como se anotou oportunamente, se faz nesse EN alusão a uma Conferência de Imprensa controversa e "infeliz" de Eanes). Esta concessão, ao fazer eco de um facto reconhecido por todos, a começar pelo próprio Eanes (que,

dias depois, procurou recuperar em entrevista concedida a um diário lisboeta), inscreve imediatamente no texto um traço de imparcialidade, de objectividade, de isenção, que alarga consideravelmente, por si só, a credibilidade dos argumentos invocados, a verdade que os informa.

Sublinhe-se, porém, que essa mesma concessão é astuciosamente utilizada pelo Locutor. Com efeito, o conteúdo, negativo para Eanes, desse segmento do EN_3, logo é neutralizado, superado, dele retirando o Locutor uma dupla vantagem para Eanes: por um lado, assinala-se a marginalidade de tal aspecto negativo (destaque para "acidentais" e "para além de"), em contraste com o que de essencial representa o candidato -- garantia da democracia; por outro lado, faz-se inferir a solidês global de Eanes no que toca ao essencial, evidenciada pela impossibilidade de os opositores levantarem, nesse domínio do essencial, virtualidades negativas. (Ver acima a análise do EN_3).

Estas dimensões do EN_3 testemunham - e interessa aqui sublinhá-lo - um traço típico de um discurso argumentativo-persuasivo: basicamente, a utilização astuciosa em proveito de causa própria de argumentos dos opositores, que se começa por aceitar (concessão) para de imediato se neutralizar e inverter. Este é um aspecto interessante de intertextualidade, fortemente interveniente em textos argumentativos ou, mais genericamente, em discurso polémico.

Importa salientar que o EN_3 constitui o único momento do Texto A em que o Locutor aceita "discutir" virtualidades negativas de Eanes, ou melhor, abrir-se a argumentos contrários. Em todo o Texto A não mais há lugar a uma tal abertura: o discurso alheio em desfavor de Eanes está, sem dúvida, presente em outros momentos do Texto A, mas logo é reduzido a "<<tricot>> de intrigas", a "miseráveis campanhas de calúnias, mentiras, deturpações e especulações". Tal qualificação (de que se retiram imediatos dividendos) e, com ela, também a verdade que suporta a maior parte dos argumentos são tomadas (pressupostas) pelo locutor como pacíficas, como irrecusáveis pelos interlocutores.

7.3. Analisei nos números e alíneas anteriores alguns dos aspectos mais salientes que marcam o Texto A como inequivocamente argumentativo-persuasivo. Ressalta dessa análise a força coesiva que eles comportam, em suma, a sua evidência e o seu alcance como factor importante da coesão global do mesmo texto.

Deixarei, porém, para um momento posterior a referência a uma outra dimensão central da configuração do acto argumentativo-persuasivo que se revela constituir o Texto A. Essa dimensão tem a ver directamente com uma análise mais aprofundada do semantismo de apoiar - semantismo que marca decisivamente toda a configuração do Texto A (ver, adiante, 10).

8. A omnipresença do Locutor no seu discurso. A formulação modal da declaração. A interlocução no Texto A

8.1. Ficou referido em 7.2. - e como dimensão importante do Texto A na sua qualidade de texto argumentativo-persuasivo - o modo explícito como o seu Autor (o locutor) assume o seu discurso: nele se configura, observei então, um forte compromisso, em que se projecta também uma inequívoca convicção pessoal.

Pretendo retomar agora estes aspectos, e juntar-lhes alguns outros, para salientar que sobre eles se desenha uma nova dimensão da coesão global do Texto A, dimensão que denominarei omnipresença do locutor no seu discurso. Ela manifesta sob vários ângulos, que referenciarei.

1. Interessa sublinhar, em primeiro lugar, a forte recorrência do designado pela lexia eu (que nomeia, como se sabe, o locutor, apresentando-se como substituto funcional).

Essa recorrência é notória ao longo de todo o Texto A, directamente na referida lexia eu (como tal, ou na sua variante contextual mim) presente na grande maioria dos ENs, não raro mais que uma vez, e ainda nas lexias nossa (EN_1) e meu (EN_{10}); recorrência "indirecta" do mesmo designado surge, por associação ou inclusão, em país e povo português.

2. Para além disso, a projecção do locutor no seu discurso é claramente marcada através do carácter avaliativo da adjectivação, como também através da presença de semas conotativos que afectam o semema de elevado número de unidades lexicais seleccionadas (ver análise nos números anteriores). A projecção de todos estes aspectos está em sintonia com o contraste desenhado no texto entre virtualidades positivas de Eanes face a virtualidades negativas dos opositores (de novo a avaliação), contraste que se salda numa ampla superioridade reconhecida ao primeiro (mais uma vez, a avaliação).

A projecção do locutor no seu discurso surge também inequivocamente através da sua própria identificação com os valores cuja salvaguarda é atribuída a Eanes, e ainda através do tom de exaltação que é dado tanto a esses valores como ao candidato que os defende. Correlativamente, fica também patenteado o repúdio que ao locutor merecem as virtualidades negativas dos opositores.

3. A presença do locutor e a assumpção que faz do seu discurso são ainda testemunhadas por três outros aspectos:

a. Em ENs centrais do texto, o locutor chama a si, explicitamente, o alcance que atribui à candidatura de Eanes: repare-se na expressão para mim que surge, junto a Equativo, nos EN_1, EN_6 e EN_{10}:

EN_1: ... porque esta candidatura representa para mim ...

EN_6: ... porque para mim ele é um exemplo ...

EN_{10}: ... o meu apoio à candidatura do General Ramalho Eanes significa para mim ...

b. Nos EN_4 e EN_5 recorre o segmento "ele soube + Infinitivo"

EN_4: ... ele soube defender a sua independência e [ele soube] ser diferente ...

EN_5: ... ele soube não descer ao nível dos que o atacavam.

Em soube, para além da expressão, uma vez mais, de virtualidades positivas de Eanes (soube envolve, como já foi anotado, a noção de esforço, da capacidade de Eanes face a dificuldades que lhe foram criadas por várias vias assinaladas no texto) e, logo, da presença avaliativa do locutor, este revela-se aí ainda através da formulação comunicativa modal: saber é um verbo de modalidade, e nesta está sempre envolvido o EU (o locutor) - " ... seul le Je peut assumer les modalités. Chez les autres, il les suppose, ou il en est informé" (B. Pottier, 1974, p. 48). Ou seja, "ele soube ..." equivale a "eu - locutor - sei que ele soube ..."

Esta análise, que sublinha a presença da subjectividade do locutor em saber, vale para outros verbos presentes no Texto A, de idêntico modo marcados por sema de modalidade (precisar, poder, propor, garantir ...) (Ver também alínea seguinte e 4.).

c. No EN_9, não esquecerei sublinha o carácter fortemente impressivo que sobre o locutor obteve o comportamento exemplar de Eanes nas circunstâncias adversas evocadas: a impressão, recolhida em tempo já um pouco longínquo (daí o emprego de esquecer) mantém-se como indelével, ao lado de todas as outras - como esta sempre positivas - que são invocadas como móbil da atitude pessoal de compromisso com e exaltação de Eanes.

4. É, porém, sobretudo através da forte recorrência de (eu) apoio (a partir do próprio título do Texto) que se manifesta a presença do locutor no seu discurso, e mais que isso, a assumpção explícita que do mesmo ele faz. Tal está configurado no semantismo de apoiar que comporta o sema de modalidade de declaração (ver B. Pottier, 1974, especialmente p. 160 e seguintes):

Eu apoio $\sim$ Eu declaro apoiar

A partir, pois, do próprio título - que condensa, como se viu, de forma directa toda a intenção comunicativa manifestada - o

Texto A surge globalmente como uma declaração, explicitamente assumida como compromisso moral e político. (O semantismo de apoiar merecerá, mais adiante, uma análise mais desenvolvida, pois que às dimensões já referenciadas se congregam ainda outras de grande alcance na configuração de todo o Texto A. Ver 10.).

Sem diminuir a força coesiva que representam, para o Texto A, os aspectos da presença do Locutor no seu discurso referenciados nos números 1., 2. e 3. anteriores, interessa sublinhar esta outra forma por que se reveste essa mesma presença, pois que a formulação modal de declaração (e o compromisso por ela suscitado) marca, efectivamente e de modo fundamental, toda a mensagem veiculada no texto em análise.

Acentuar-se-á, finalmente, a cabal relevância desta marca de declaração (de apoio) no que tange à inscrição adequada do Texto A no contexto, já antes caracterizado: em contexto de "eleições presidenciais", as "declarações de apoio" e o compromisso nelas envolvido têm total pertinência, inserem-se naturalmente nas expectativas activadas pelo "conhecimento do mundo", aqui, o referido quadro conceptual tipicamente agregado a "eleições presidenciais".

8.2. A insistência que venho pondo na omnipresença do locutor no seu discurso não deve ocultar um traço correlativo deste, a saber, uma similar omnipresença do(s) interlocutor(es).

Esta correlação é, na verdade, um dado de todo e qualquer texto, regularmente marcado, explicita ou implicitamente, pela interlocução que todo o acto verbal por si mesmo cria. Quer isto dizer não apenas que em toda a produção verbal o locutor se dirige a um outro, mas também que com esse outro constrói o seu discurso. Nesta dupla dimensão se perfaz a marca central da linguagem - a alteridade.

Se tal é verdadeiro, como se escreveu, para todo e qualquer produto verbal, é-o, porém, em particular para o discruso argumentativo-persuasivo: neste, a interacção entre o EU e o TU apresenta-se particularmente vincada, intervindo aí um "jogo de imagens" a contar como dimensão estruturadora de todo o texto - a "imagem" que o locutor

tem do seu interlocutor (considerado na sua mundividência, na representação do próprio tema do discurso), e, inversamente, a "imagem" que o interlocutor faz do locutor (e/ou aquela que este se interessa em revelar-lhe). Cabem justamente aqui todas as dimensões do Texto A levantadas quer em 7. quer em 8.1. (ver ainda, adiante, 10).

9. O recorte de domínios temáticos no Texto A

1. Uma reprodução do Texto A que contivesse, através de indexação numérica (como a que foi estabelecida em alguns ENs - ver acima 2.I. Nexos coesivos ao nível dos ENs), a indicação de todos os laços e dos items ou segmentos do texto neles envolvidos mostraria que muito poucos termos surgem aí "isolados", isto é, não enlaçados, de algum modo, com outro ou outros. Na verdade, fica saliente no Texto A o envolvimento generalizado das unidades lexicais em conexões semânticas - envolvimento que tem lugar ao longo de todo o espaço textual.

Esta é também uma dimensão importante da coesão global do Texto A. Repare-se que a reduzida extensão do texto amplifica a saliência deste generalizado envolvimento das unidades lexicais em conexões semânticas, que facilmente são memorizadas pelo receptor (ou seja, retidas em "memória a curto termo" - conceito amplamente utilizado, em articulação com o de "memória a longo termo", nos modelos cognitivos, da compreensão do texto, a que acima fiz referência: ver Primeira Parte, por ex., 2.2.10, particularmente nota 33).

Por outro lado, muitas das conexões entre as unidades lexicais projectadas no Texto A desenham-se à medida que a mensagem se vai desenvolvendo: a configuração global da mensagem é geradora da instauração de "novos" nexos, apreendidos ou "descobertos" pelo receptor na base da interacção entre o local e o global (interacção efectivamente actuante na compreensão do texto, como destaquei na Primeira Parte deste trabalho: ver aí, particularmente, 2.2.6.3. e 2.2.8.).

Tenha-se presente que sobre esta saliência do generalizado envolvimento em conexões semânticas dos termos inscritos no Texto A se

apoia fortemente o processo de redução semântica que suportou tanto o levantamento dos pólos de informação (e suas relações) que vimos organizarem a mensagem, como a configuração do complexo semântico em que se deixa condensar o conteúdo fundamental do Texto em análise.

2. Para além das observações feitas no número anterior, mas em articulação com elas, torna-se também patente no Texto A o recorte de zonas temáticas ou de domínios temáticos por que se distribuem as unidades lexicais. A instauração num texto de uma zona temática ou de zonas temáticas dominantes interligadas é factor fundamental do estabelecimento de uma isotopia semântica que unifica a mensagem. Por outras palavras, o recorte de domínios temáticos interligados indicia a configuração num texto de um campo integrado de designações (de um campo temático integrado) fortemente actuante na coesão global do mesmo texto (ver Primeira Parte, 2.2.4.).

No Texto A - e sem curar de fazer uma caracterização exaustiva e aprofundada, que passaria pela análise sémica atenta das unidades lexicais - desenham-se nitidamente duas zonas temáticas fundamentais em que se inscrevem os items lexicais.

Uma primeira zona temática respeita a um domínio que direi político-ideológico ou político-social, onde cabem lexias tais como

democracia	separatistas
maiorias/minorias	povo português
vida política	candidatura
liberdade	mandato
poder totalitário	presidente
	independência
...	...

Uma segunda zona temática concerne a um domínio que direi moral, onde se inscrevem lexias tais como

estratagemas	coragem
habilidosos	luta
austeridade/novo-riquismo	resistir
dignidade	risco
respeitar/perseguir	decisão
intrigas	dignidade
calúnias	pagar (em "Quem lhes pagou?" do EN_9)
mentiras	
deturpações	valores
	inimigos
	atacar
	assediar
	nível (de estatura moral)
...	...

O entrosamento destas zonas temáticas é evidente no Texto A, onde ele se faz nos termos que a análise do texto desenvolvida nos números anteriores deixou já assinalados.

10. O semantismo de apoiar e a coesão global do Texto A

1. Duas dimensões centrais do semantismo de apoiar ficaram já explicitadas na análise do Texto A desenvolvida em 2.I e 2.II. Relembremos, brevemente, essas duas dimensões (a. e b.):

a. Uma primeira respeita à sua configuração modular, que foi já representada

A <apoiar> B em oposição a C

O alcance coesivo desta configuração modular foi posto em evidência na análise de cada um dos ENs do Texto A, onde esse complexo surge explícita ou implicitamente presente (neste último caso, por

elipse). (Averbou-se que só nos ENs 7, 8, 9, tal complexo não está presente).

b. Uma segunda dimensão do semantismo de apoiar tange à sua afectação por modalidade de declaração. O alcance deste traço foi posto em destaque no número 8.,acima. Por ele se configura um compromisso explicitamente assumido pelo locutor (A) com Eanes (ou a sua candidatura). Vimos o alcance desse compromisso na configuração global do Texto A como argumentativo-persuasivo.

2. O semantismo de apoiar suscita, porém, uma análise globalizante, que permitirá mostrar o seu carácter nuclear na coesão global do Texto A. Apresentarei essa análise nos seguintes termos, referidos directamente a esse mesmo texto:

(Ver página seguinte).

semantismo
de
apoiar
(com referência
directa ao
Texto A)

1. Eanes assumiu comportamentos e manifestou virtualidades exemplares e de grande alcance na representação do Estado, no equilíbrio institucional, na salvaguarda da democracia e seus valores, na defesa da liberdade;

2. Os adversários de Eanes, ao invés, assumiram comportamentos negativos e manifestaram virtualidades negativas no que tange ao funcionamento das instituições democráticas, à salvaguarda da democracia, à dignidade no desenvolvimento das relações humanas e sócio-políticas;

3. EU (locutor) ACHAR (visão do EU; modalidade de sensação) | (i) que 1. é BOM (Positivo);
(ii) que 2. é MAU (Negativo);

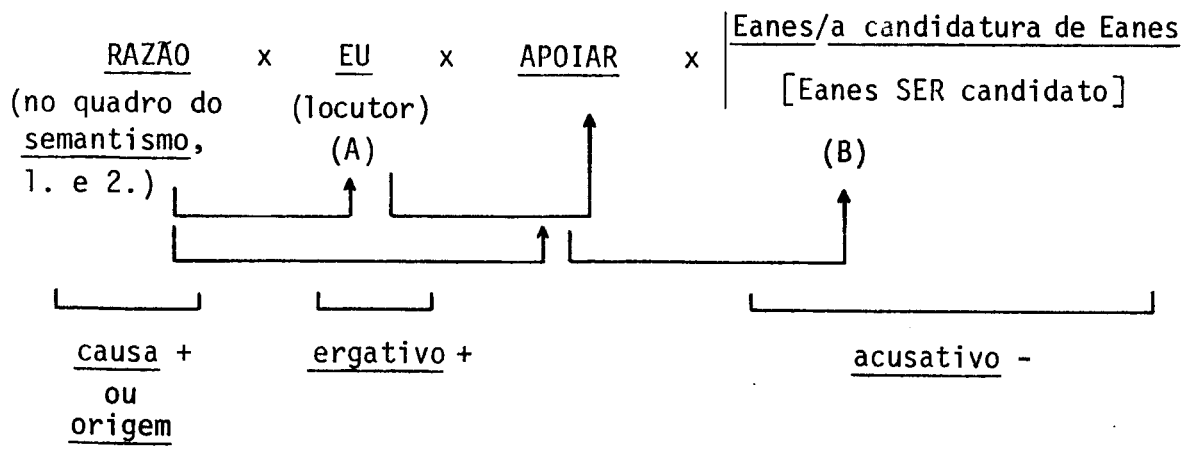
4. EU (locutor) FAZER (visão do EU; modalidade de causatividade) | que 1. **vingue** | (i) solidarizando-me com Eanes (a sua candidatura)
(ii) alargando a outros a minha visão
(iii) repudiando 2.

Como se vê, esta representação aglutina informações disponíveis no Texto A, integrando-as especificamente. No semantismo de apoiar avultará, assim, o traço da modalidade de causatividade, sobre que repousa não apenas o forte dinamismo ou a forte actividade de apoiar (e uma forte ergatividade / Potência do actante$_1$ (A)), como também o compromisso do locutor em fazer vingar, resultar, a candidatura de Eanes, logo, a persuasão desenvolvida no Texto A - onde apoiar ocupa lugar de destaque.

Paralelamente, esta análise do semantismo de apoiar permite mostrar que as dimensões 1. e 2. (ver o quadro) - que, como se nota, convergem com as Razões do apoio (ver a análise desenvolvida nos números anteriores) - constituem, em crono-logia, um ANTES, sobre que assentam as dimensões 3. e 4. do mesmo semantismo de apoiar.

Decorre daí que todo o pólo de informação 2 (presente nos ENs e no Texto A em bloco), que foi justamente designado por RAZÃO, constitui o termo indutor do apoio - termo indutor a que convirá a marca casual CAUSA ou ORIGEM (afectado por forte ergatividade/Potência).

Sendo assim, o semantismo de apoiar configura claramente um FACTITIVO (um duplo Causativo), que, em profundidade, congrega todas as dimensões da mensagem carreada no Texto A, que se poderá reduzir ao complexo seguinte:



Ou seja: as Razões (pólo de informação 2 dos ENs e do Texto em bloco) conduzem A (locutor, actante 1) a FAZER vingar, resultar, a candidatura de Eanes.

Importa sublinhar a perfeita sintonia desta representação do semantismo de apoiar com o carácter argumentativo-persuasivo do Texto A. Em consonância com o ANTES (em crono-logia) que corresponde ao termo (ao actante-circunstante) em que se consubstanciam as "razões do apoio", está, sem dúvida, o seu estatuto de PREMISSA de uma CONCLUSÃO -- sendo esta o termo final do desenvolvimento de um acto argumentativo-persuasivo: o compromisso explícito de apoio gerador de outros compromissos a congregar em maioria. Ou seja, segundo já ficou anotado (ver 2.III.7.1. e 7.2),

Se p, então q

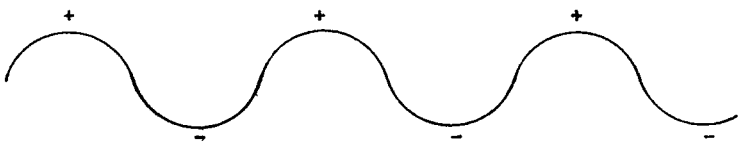
(se B | C ⟹ então, urge aderir a B)
+ -

PREMISSA — CONCLUSÃO

Como se referiu acima (Primeira Parte, 2.2.14.-4), o desenvolvimento de um acto argumentativo-persuasivo pode ser referido às categorias PREMISSA e CONCLUSÃO, que aqui vemos inequivocamente "pré-figuradas" no próprio semantismo de apoiar - termo nuclear na configuração do Texto A, no desenho da sua coesão global.

O rumo discursivo (argumentativo-persuasivo) - anunciado de forma clara no título do Texto A - é regularmente marcado ao longo da sequência de ENs, onde se desenvolve de modo adequado e homogéneo. A interlocução, ou, mais amplamente, o dispositivo da enunciação (também ele homogéneo em todo o texto) informa todo o discurso de forma pronunciada, unificando globalmente o comunicado, que visivelmente se condensa no semantismo de apoiar.

Os três momentos da análise do Texto A (I. Nexos coesivos ao nível dos ENs; II. Nexos coesivos inter-ENs; III. Coesão global) deixam recortada, a par de uma coesão global particularmente vincada, a sucessão de segmentos (localmente) mais coesos e de segmentos menos coesos, de complexos fortemente integrados face a outros (a alguns outros) não tão intensamente interconectados. Do todo resultará um esquema genérico de graus de coesão válido para todos os textos, e que poderei representar como segue:



CONCLUSÃO

Na Primeira Parte deste trabalho

(i) estabeleceu-se que a COERÊNCIA constitui um princípio geral (traduzível num conjunto de normas de não tautologia, de não contradição, e de relevância) de que é tributário o exercício linguístico e que conduz a que o mundo recriado nos produtos verbais se revele em conformidade com o mundo "real" cognitivamente ordenado pelos falantes, para o qual remetem os signos actualizados num acto de fala;

(ii) definiu-se COESÃO como propriedade de todos os signos extensos de uma LN consubstanciada numa rede de laços (explícitos e implícitos) que percorrem os seus termos constituintes e que, sendo parte integrante das informações veiculadas nesses signos, ao mesmo tempo neles asseguram uma continuidade semântica constitutiva da sua configuração, à qual conferem também uma consistência própria de bloco sintagmático;

(iii) assinalou-se a interligação coerência x coesão, sem nenhum prejuízo da sua demarcação, tendo-se mostrado que a coerência informa decisivamente o funcionamento de cada LN, pois que releva de um plano lógico-conceptual que, sendo embora exterior às LNs e delas independente, não lhes é alheio; por isso - acentuou-se - a descrição-explicação linguística, sem renunciar à contemplação do complexo sistemático de oposição funcionais e dos princípios e mecanismos "internos" de cada LN, deve esclarecer o seu funcionamento concreto em situações de comunicação à luz do suporte cognitivo que o influencia - suporte cognitivo esse onde cabem os princípios gerais do exercício do pensamento e da construção do conhecimento, atentas as "crenças" ligadas às "coisas" que, em cada comunidade sócio-cultural e em cada um dos estádios da sua existência, estão, em bloco, no centro de toda a actuação dos indivíduos, no centro do comportamento social; por isso - sublinhou-se - a descrição-explicação linguística deve sintonizar-se com uma visão da língua como "phénomène essentiellement lié

à la réalité social et à la cognition humaine" (Verschueren, J., 1980, 274).

Foi na base destes princípios que, nas secções subsequentes do presente trabalho, se tentou captar as dimensões coesivas das unidades sintagmáticas em português.

No que concerne ao nível da microsintagmática (ver Segunda Parte, Capítulos I e II) e ao nível da mesosintagmática (ver Terceira Parte), a análise desenvolveu-se numa óptica que atendeu prevalentemente à configuração dos signos extensos como unidades construcionais descontextualizadas; como se anotou oportunamente, focou-se aí basicamente a coesão estrutural dessas unidades, que vimos consubstanciar-se num complexo de vínculos integrativos dos termos em combinação instaurados via afinidades, recorrências, dependências e interdependências (semântico-sintácticas e funcionais). Dado que a este nível a coesão converge ou se confunde amplamente com a própria estruturação construcional do Sintagma Nominal, do Sintagma Verbal, do Nucleus/Núcleo, do EN, foi necessário operar na base da consideração dos princípios fundamentais, e testemunhar a sua projecção prevalentemente com referência à "estrutura geral" de cada um daqueles signos extensos. Alguns casos mais específicos foram, entretanto, considerados, mas ficaram por explorar em profundidade algumas zonas de fenómenos coesivos importantes - nomeadamente os que tangem ao EN complexo e às conexões Núcleo x Marginal do EN.

As análises propostas foram, porém, suficientes para destacar as dimensões centrais da coesão das unidades inscritas na microsintagmática e na mesosintagmática, e, ao mesmo tempo, deixam desenhado um quadro adequado para tarefas futuras. Em particular, interessar-me-á desenvolver de imediato um estudo aprofundado da Semântica e Pragmática do verbo em português em que farei avultar as dimensões enunciativo-pragmáticas, inequivocamente contempladas na abordagem aos fenómenos linguísticos proposta por B.

Pottier (de que basicamente me reclamo no presente trabalho), mas que convirá assumir de modo mais alargado com a abertura à consideração da dimensão accional da linguagem.

No que respeita ao Texto, foi devidamente sublinhada a sua natureza de unidade linguística globalmente contextualizada - condição que convoca uma descrição-explicação em termos eminentemente comunicativo-pragmáticos, sem que tal envolva o abandono das dimensões estritamente idiomáticas operantes na sua constituição, e, entre elas, das que dizem respeito à "boa formação do transfrástico" que no texto tem lugar. No entanto, - e isso ficou claramente acentuado ao longo da exposição - a coesão do texto não pode ser caracterizada na estrita base de um "re-ordenamento" de categorias e recursos idiomáticos disponíveis a partir da descrição do EN e das unidades intra-EN, e na base da consideração estrita da sintagmática imanente (ainda que tal abarque os aspectos atinentes à coesão lexical). Essa é a posição - - que tive a oportunidade de criticar - assumida em Halliday-Hasan 1976, posição que foi delineada por Halliday na primeira "apresentação" da noção de coesão aplicada ao texto (ver Halliday, 1964) e a que, com R. Hasan, se mantêm fiel. Efectivamente, e de modo explícito, convoca-se em Halliday 1964 uma descrição linguística do texto (o Autor pensa, então, no texto literário, mas tal restrição foi abandonada posteriormente) a partir de "new alignments or groupings of descriptive categories, through which the special properties of a text may be recognized", o que envolverá "the bringing together of categories and items described at different levels as well as those scattered throughout the description of any level"; um exemplo "of such grouping" - remata Halliday - "in which various grammatical and lexical features are brought together, is "cohesion"" (Halliday, 1964, 303; os sublinhados são meus). Esta perspectiva - que se mantêm, como se referiu, em trabalhos posteriores quer de Halliday quer de R. Hasan, e de modo evidente em Halliday-Hasan 1976 - é claramente insatisfatória, por ser inadequada. Disso mesmo se deu conta em muitos momentos do presente trabalho; em especial, a análise do Texto A (que preenche a Quarta Parte deste estudo) mostra claramente o relevo de certo modo "menor" que os laços coesivos inter-ENs levantados em sintonia com os pontos contemplados por Halliday-Hasan

obtêm no todo da configuração do texto - face à saliência de outras dimensões coesivas (quer locais quer globais) desta unidade linguística, cuja caracterização não pode situar-se ao nível da sua sintagmática imanente.

Na reflexão e análise ensaiadas aqui sobre a coesão do texto ficou patente que ela é uma sua dimensão constitutiva fundamental, manifestando-se como continuidade semântica obtida na base de um complexo de recorrências, de dependências e de interdependências que se instauram no comunicado sucessivamente construído no texto. Como se vê, as noções-chave da coesão do texto convergem com as que vimos actuarem ao nível da microsintagmática e da mesosintagmática (trata-se, justamente, de conexões desenvolvidas entre os termos do Sintagma, do Nucleus/Núcleo, do EN neles instauradas através de recorrências, de dependências, de interdependências). Ficou, porém, assinalado que, ao nível do texto, tais laços não são referidos - ao contrário do que acontece naquelas outras unidades sintagmáticas - a dimensões construcionais (próprias das construções gramaticais); no domínio do texto, os fenómenos de recorrência, de dependência, de interdependência em que se consuma a continuidade semântica que percorre os ENs em sequência não desenham (não estão envolvidos no desenho de) uma construção gramatical, antes vinculam entre si, no quadro de um tópico global, o sucessivamente comunicado, garantindo que cada EN seja adequado, apropriado ao seu co-texto e ao contexto. Salvaguardam, afinal, esses nexos que a mensagem progrida na necessária concordância com o tema que nela se desenvolve (e com o rumo discursivo dominante que é dado à manifestação verbal) e na necessária interligação consequente com o já comunicado. Configuram, em suma, esses nexos a devida integração de um universo de discurso projectado por forma adequada numa dada situação de comunicação, no qual os diversos termos se co-determinam e se dão mútuo acesso na base da interacção do explicitamente verbalizado com o implicitamente compresente (ou seja, com as assumpções e as inferências tomadas e extraídas, respectivamente, pelos falantes a partir do domínio da língua - em si mesma e na sua interligação com outros sistemas semiológicos - e do universo de conhecimento, cujas dimensões foram devidamente referenciadas em tempo oportuno).

Também no domínio da reflexão e da análise propostas da coesão

do texto, os resultados obtidos se tomarão ao mesmo tempo como "ponto de chegada" e como "momento de passagem" que suportarão o desenvolvimento de tarefas de investigação de que me ocuparei. Para além da aplicação a outros tipos de texto, e a textos mais longos, do quadro e dos princípios em que se desenvolveu a análise do Texto A, salientarei, por um lado, a preocupação (que animará trabalhos já em fase de delineamento consistente) de levantar por forma adequada o papel que na configuração da continuidade semântica do texto desempenha a articulação tema-rema, e, por outro lado, a necessidade de captar com rigor o contributo a reconhecer na constituição do texto às implicaturas conversacionais, às pressuposições, aos sub-entendidos em articulação com as inferências, e com elementos paralinguísticos. Isso se fará sobre textos dialogados (conversação), numa tentativa de integrar (mais do que de unificar) estas dimensões, hoje trazidas a primeiro plano no âmbito da Pragmática Linguística, com dados ou indicações (não suficientemente recortados e assumidos) propostos em momentos anteriores da reflexão sobre a linguagem. Em tal abordagem não se estará desatento ao facto de que, como escreve Verschueren " ... la pragmatique est un des domaines les plus nuageux et confus de la linguistique contemporaine. On dirait que c'est un domaine où on peut construire des théories et mouler à volonté de nouveaux concepts sans rendre compte et même sans prendre connaissance des théories et des concepts qui ont été proposés par les autres linguistes" (Verschueren, 1980, 274). Também não se ignorará que a coesão, se é propriedade constitutiva fundamental do texto, não abarca, naturalmente, todas as dimensões configuradoras desta unidade quando focada numa óptica eminentemente linguística. De momento, parece-me fecunda a perspectiva aberta por Beaugrande (Beaugrande, 1980), que propõe a consideração de vários "standards of textuality", a analisar de modo integrado, a saber "cohesion", "coherence", "intentionality", "accepatility", "situationality", "intertextuality", e "informativity". Observarei, no entanto, que estes "padrões de textualidade" se recobrem, se interpenetram - não raro me parecendo excessivamente artificial a demarcação metodológica que propõe Beaugrande. De resto, a sua noção de coesão converge com a de Halliday-Hasan, já amplamente criticada no presente trabalho. Tal como aqui a tomei, a coesão dos produtos verbais absorve dimensões que Beaugrande distribui por aqueles "padrões", em particular pelos que denomina "cohesion", "coherence", e também "acceptabi-

lity" e "situationality", na verdade separados uns dos outros de modo que se me afigura, como acima escrevi, excessivamente artificial.

Para além das tarefas já delineadas acima, a desenvolver a partir do quadro teórico-metodológico que suporta o presente trabalho, e dos seus resultados, uma outra deverá ser mencionada, a saber, a da aplicação dos dados obtidos ao ensino da língua materna. Esta é uma área em que venho actuando (através de publicações e de colaboração a vários níveis); o trabalho a desenvolver contemplará agora prevalentemente a produção discursiva em situação escolar, a integração EN-texto, ou melhor, a reflexão, mais do que sobre o EN, sobre o texto. É sabido que todas as actividades na didáctica da língua materna estão ligadas à "exploração" do texto; na verdade, todas elas partem de um texto e/ou conduzem a um texto. No entanto, a reflexão praticada não atinge correntemente (ou mesmo nunca atinge) a sensibilização dos alunos à forma como são tratados linguisticamente os conteúdos comunicativo-expressivos vasados (ou a vasar) nos textos, como também nenhuma (ou quase nenhuma) atenção é dada às dimensões coesivas das produções discursivas - nomeadamente, às que respeitam ao modo como o universo de conhecimento e as coordenadas mais imediatas do acto de fala são utilizados na produção-recepção como elementos de sentido, como constituintes implícitos da significação, em suma, ao modo como o explícito e o implícito determinam a significação, como o sucessivamente comunicado em cada EN se co-determina. A não adequada consideração destes aspectos, ou seja, a não apropriada contemplação do funcionamento concreto da língua em contextos de comunicação diversificados, na reconhecida pluralidade de discursos a que a Escola se deve abrir, conduz também a que as propriedades específicas do texto literário sejam menos bem captadas pelos alunos - hoje tão solicitados (e por vezes tão inadequadamente e tão prematuramente) para a consideração insistente das estruturas retóricas, estilísticas, narrativas ... do texto literário. Estas são, sem dúvida, dimensões importantes do texto (e não apenas do texto literário), mas estou em crer que, como escreve van Dijk, estas estruturas específicas (que "differentiate discourse types and determine specific effects of discourse communication ...") "should be viewed as 'additional' to the basic linguistic structure of the discourse".

Uma teoria linguística do discurso "will have to function as an appropriate basis for the study of the more specific structures and functions", sendo pois concebida "not only as a contribution to linguistics but also as a basis for the study of discourse in other disciplines, thus further advancing the integration of discourse analysis into the general study of language and communication" (van Dijk, 1977, 13).

A interdisciplinaridade é neste domínio - como em todas as áreas científicas, e sem prejuízo da especificidade de cada ramo do saber - condição necessária, a satisfazer.

BIBLIOGRAFIA

Abraham, W. (ed.)

- 1978 - *Valence, Semantic Case and Grammatical Relations.* Amsterdam.

Beaugrande, R.

- 1980 - *Text, Discourse and Process. Toward a Multidisciplinary Science of Texts.* London.

Beaugrande, R./Dressler, W.

- 1980 - *Introduction to Text Linguistics.* London.

Bellert, I.

- 1970 - "On a condition of the coherence of texts", in *Semiotica*, 2, 335-363.

Benveniste, E.

- 1966 - *Problèmes de Linguistique Générale.* Paris.

Berruto, C.

- 1979 - "A sociolinguistic view on text-linguistics", in Petöfi (ed.) 1979, II, 495-508.

Bertinetto, P.M.

- 1979 - "Can we give a unique definition of the concept 'text'? Reflexions on the status of text-linguistics" - in Petöfi (ed.) 1979, I, 143-159.

Blinkemberg, A.

- 1960 - *Le problème de la transitivité en français moderne. Essai syntacto-sémantique.* Copenhague.

Boons, J.P. et al.

- 1976 - *La structure des prhases simples en français.* Paris.

Busse, W.

- 1974 a - *Klasse-Transitivität-Valenz. Transitive Klassen des Verbs im Französischen.* Munich.

- 1974 b - "Facteurs de classification verbale", in *Actes du Colloque Franco-Allemand de Grammaire Transformationnelle.* Tübingen.

Carlsson, L.

- 1966 - *Le degré de cohésion des groupes subst + de + subst. en français comtemporain étudié d'après la place accordée à l'adjectif épithète.* Uppsala.

Carvalho, J.G. Herculano de

- 1967/1973 - *Teoria da Linguagem.* Tomos I e II. Coimbra.

Casteleiro, J.M.

- 1976 - "L'Emploi de l'Indicatif, du Subjonctif et de l'Infinitif dans les Phrases Complétives en Portugais", in *Proceedings of the Fourth International Congress of Applied Linguistics*, Stuttgart, vol. III, 31-44.

- 1978 - *Sintaxe Transformacional do Adjectivo. Regência das Construções Completivas.* Lisboa, 1978 (agora também in *Textos de Linguística*, I.N.I.C., 1981).

Chafe, W.

- 1970 - *Meaning and the Structure of Language.* Chicago.

- 1974 - "Interview", in Parret, H. (ed.), 1974.

- 1976 - "Givenness, Contrastiveness, Definiteness, Subjects, Topics, and Point of View", in Li (ed.) 1976, 25-55.

Charaudeau, P.,

- 1977 - Les conditions linguistiques d'une analyse du discours. Paris.

Charolles, M.

- 1978 - "Introduction aux problèmes de la cohérence des textes", in *Langue Française* 38, 7-41.

Chevalier, J-C. et al.

- 1964 - *Grammaire Larousse du français contemporain*. Paris.

Combettes, B.

- 1978 - "Thématisation et progression thématique dans les récits d'enfants" in *Langue Française*, 38, 74-87.

Communications,

20 -(1973 - *Le Sociologique et le Linguistique);*

30 -(1979 - *La Conversation);*

32 -(1980 - *Les actes de discours).*

Chomsky, N.

- 1965 - *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Massachusetts. (Tradução portuguesa, Coimbra, 1975).

Cook, W. A.

- 1979 - *Case Grammar: Development of the Matrix Model*. (1970-1978). Washington.

Coseriu, E.

- 1952 - "Sistema, norma y habla" separata da *Revista de la Facultad de Humanidades y Ciências*. Montevideo (agora também em Coseriu, 1967 a).

- 1955 - "Determinación y entorno. Dos problemas de una Lingüística del hablar", in *Romanistisches Jahrbuch*, VII, 29-54 (agora também em Coseriu, 1967 a).

- 1967 - "Lexikalische Solidaritäten", in *Poetica* 1, 293-303 (agora também, em tradução espanhola, em Coseriu, 1977, 143-161).

- 1967 a - *Teoría del Lenguaje y Lingüística General*. Madrid.

- 1968 - "Les structures lexématiques" in Elwert, W.T. *Probleme der Semantik*. Wiesbaden (agora também, em tradução espanhola, em Coseriu, 1977, 162-184).

- 1976 - "Logique du langage et logique de la grammaire", in David, J./Martin, R. (eds.), 1976, 15-30.

- 1977 - *Princípios de Semântica Estructural*. Madrid.

- 1979 - *El problema de la corrección idiomática*. Madrid.

- 1980 - *Texlinguistik-Eine einfuhrung*. Tübingen.

Coulthard, M.

- 1977 - *An Introduction to Discourse Analysis*. London.

Crymes, R.

- 1968 - *Some Systems of Substitution Correlations in Modern American English*. The Hague.

Daneš, F.

- 1970 - "Zur linguistischen Analyse der Textstruktur", in *Folia Linguistica* 4, 193-207.

- 1974 - "Functional Sentence Perspective and the organization of the text" in Daneš (ed.) *Papers on Functional Sentence Perspective*. Prague, 100-128.

- 1976 - "De la structure sémantique et thématique du message" in *Linguistique et Sémiologie* - Travaux du Centre de Recherches Linguistiques et Sémiologiques de Lyon - 5/1978 (tradução francesa do original alemão publicado em Daneš/Viehweger (eds), *Probleme der Textgrammatik*, Berlin, 29-40.

Dascal, M./Margalit. A.

- 1974 - "Text Grammars - A critical view", in *Papiere zur Texlinguistik*, vol. 5, 81-120. Hamburgo.

- 1974 a - "A new "Revolution" in Linguistics? - "Text--Grammars" versus "Sentence Grammars", in *Theoretical Linguistics*, 1, 195-213.

David, J./Martin, R., (eds),

- 1976 - *Modèles logiques et niveaux d'analyse linguistique*. Paris.

van Dijk, T.

- 1972 - *Some Aspects of Text Grammars*.

- 1977 - *Text and Context. Explorationsin the Semantics and Pragmatics of Discourse* London.

- 1979 - *Macrostructures. An Interdisciplinary Study of Global Structures in Discourse, Interaction and Cognition*.

van Dijk/Petöfi, (eds)

- 1977 - *Grammars and Descriptions. Studies in Text Theory and Text Analysis*. Berlin.

Dik, S.C.

- 1968 - *Coordination*. Amsterdam.

- 1978 - *Functional Grammar*. Amsterdan.

Dressler, W.

- 1970 - "Textsyntax", in *Lingua e Stile*, 5, 191-213.

- 1972 - *Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen.

Dressler, W. (ed.)

- 1978 - *Current Trends in Textlinguistics*. Berlin.

Dressler, W./Schmidt, S. (eds.)

- 1973 - *Textlinguistik: Kommentierte Bibliographie*. Munich.

Ducrot. O.

- 1972 - *Dire et ne pas dire*. Paris.

Enkvist, N.E.

- 1973 - *Linguistic Stylistics*. The Hague.

- 1978 - "Coherence, Pseudo-Coherence, and Non-Coherence", in Östman (ed.), 1978, 109-127.

Fillmore, Ch. J.

- 1968 - "The Case for Case" in Bach, E./Harms, R.T. (eds), *Universals in Linguistic Theory*. N. York (1-88).

- 1969 a - "Toward a modern theory of case" (Report nº 13 - The Ohio State University Project on Linguistic Analysis).

- 1969 b - "Types of lexical information" (*The Ohio State University Working Papers in Linguistics*, 2, 65-103) - Também em Kiefer (ed.) *Studies in Syntax and Semantics*, Dordrecht, 1969,(109-137).

- 1971 - "Some Problems for Case Grammar" in O'Brien, R.J. (ed.), *Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics*. Washington.

- 1974 - "Pragmatics and the Description of Discourse", in *Berkeley Studies in Syntax and Semantics*, 1 (Cap.5).

Fink, S.R.

- 1977 - *Aspects of a Pedagogical Grammar Based on Case Grammar and Valence Theory*. Tübingen.

Flahault, F.

- 1979 - "Le fonctionnement de la parole" in *Communications*, 30, 73-79.

Fonseca, Fernanda Irene

- 1970 - *Para o estudo dos valores do conjuntivo em português moderno*. Coimbra.

- 1977 - "Para o estudo das relações de tempo no verbo em português" - comunicação ao XV Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas, Rio de Janeiro.

- 1980 a - "Subjonctif et Impératif en portugais contemporain - une contribution à l'étude de la configuration linguistique du SOUHAIT, de l'ORDRE, du REGRET et du REPROCHE" - Comunicação ao XVI.e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes. Palma de Maiorca.

- 1980 b - "O Perfeito e o Pretérito em português e a teoria dos níveis de enunciação" (no prelo; a sair em *Biblos*, Coimbra).

Fonseca, J.

- 1970 - *Elementos para o estudo da colocação do epíteto em português*. Coimbra.

- 1977 - "Aspectos da sintaxe do adjectivo em português" - Comunicação ao XV Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas. Rio de Janeiro.

Fonseca, J./Fonseca, F.I.

- 1976 - "Dimensões Pragmáticas da Linguagem e sua exploração na Didáctica da Língua Materna" - in *Actas do I Encontro Nacional para a Investigação e o Ensino do Português* (ed., Centros de Linguística de Lisboa e Porto).

- 1977 - *Pragmática linguística e ensino do português*. Coimbra.

Fradin, F./Marandil, J.

- 1979 - "Autour de la définition: de la lexicographie à la sémantique", in *Langue Française*, 43.

Fuchs, C.

- 1980 - *Paraphrase et théories du langage*. Paris.

Gindin, S.I.

- 1978 - "Contributions to Textlinguistics in the Soviet Union", in Dressler (ed.) 1978, 261-274.

Grebe, P.

- 1967 - "Der semantisch-syntaktische Hof unserer Wörter", in *Satz und Work im Heutigen Deutsch.* Düsseldof, 1967, 109-14.

Greimas, A.

- 1966 - *Sémantique Structurale. Recherche de méthode.* Paris.

Grice, H.P.

- 1967/1975 - "Logic and Conversation" in P. Cole/J.L. Morgan (eds.) *Syntax and Semantics*, 3: *Speech Acts*. N. York, (1975, 41-58) - agora também, em tradução francesa, in *Communications* 30 (1979), 57-72.

Grimes, J.E.

- 1975 - *The Thread of Discourse*. The Hague.

Grize, J.-B.

- 1973 - "Logique et discours pratique", in *Communications* 20, 92-100.

- 1976 - "Logique et organisation du discours", in David, J./Martin, R. (eds.) 1976, 95-99.

Gross, M.

- 1968 - *Grammaire Transformationnelle du Français: Syntaxe du verbe*. Paris.

- 1969 - "Remarques sur la notion d'objet direct en français", in *Langue Française* 1, 63-73.

- 1971 - "Grammaire Transformationnelle et Enseignement du Français", in *Langue Française* 11, 4-14.

- 1975 - *Méthodes en syntaxe*. Paris.

Gülich, E.

- 1970 - *Makrosyntaxe der Gliederungssignale im gesprochenen Franzosisch*.Munich.

Gutwinski, W.

- 1976 - *Cohesion in Literary Texts*.The Hague/Paris.

Halliday, M.A.K.

- 1962 - "Descriptive Linguistics in Literary Studies", in Duthie (ed.) *English Studies Today*,Third Series, 25-39.

- 1964 - "The Linguistic Study of Literary Texts", in Lunt, H. (ed.) *Proceedings of the 9th International Congress of Linguists*. The Hague, 1964, 302-307.

- 1967/1968 - "Notes on transitivity and theme in English", in *Journal of Linguistics*, **3**, 37-81, 199-244; 4, 179-215.

- 1970 - "Language structure and language function", in J. Lyons (ed.) *New Horizons in Linguistics*. London.

- 1974 - *Language and Social Man*. London.

- 1977 - "Text as a semantic choise in social contexts", in van Dijk/Petöfi (eds.), 1977, 176-225.

Halliday, M.A.K./Hasan, R.

- 1976 - *Cohesion in English*. London.

Halliday/McIntosh/Strevens

- 1964 - *The Linguistic Sciences and Language Teaching*. London.

Happ, H.

- 1977 - "Quelques résultats et problèmes de la recherche valencielle sur le verbe français", in *Linguisticae Investigationes*, 1.2, 411-434.

- 1978 a - "Théorie de la valence et enseignement du français", in *Le Français moderne*, XLVI.

- 1978 b - "La Grammaire de dépendence dans l'enseignement des langues étrangères", in *Études de Linguistique Appliquée*.

Harris, Z.

- 1952 - "Discourse Analysis", in *Language* 28, 1-30.

- 1963 - *Discourse Analysis Reprints (Papers on Formal Linguistics*, 2). The Hague.

Harweg, R.

- 1968 - *Pronomina und Textkonstitution*. Munich.

- 1978 - "Substitutional Textlinguistics", in Dressler (ed.) 1978, 247-260.

Hasan, R.

- 1964 - *A Linguistic Study of Contrasting Features in the Style of two Contemporary Prose Writers*. (University of Edimburg PhD Thesis).

- 1968 - *Grammatical Cohesion in Spoken and Written English*. Part I. London.

- 1978 - "Text in the Systematic-Functional Model" in Dressler (ed.) 1978, 228-247.

- 1979 - "On the notion of text", in Petöfi (ed.) 1979, 369-390.

Hendrics, W.O.

- 1973 - "On the Notion 'Beyond the Sentence'", in *Essays on Semiolinguistics and Verbal Art*. The Hague.

Hiz, H.

- 1969 - "Referentials", in *Semiotica*, 1, 136-166.

Hjelmslev, L.

- 1971 - *Essais Linguistiques*. Paris.

Karlsen, R.

- 1959 - *Studies in the Connection of Clauses in Current English; Zero, ellipsis, and explicit form*.Bergen.

Katz/Fodor

- 1963 - "The Structure of Semantic Theory", in *Language*, 39, 170-210.

Kiefer, F.

- 1975 - "Coordination within sentences and sentence combinability within 'texts'" - in Ringbom et al. (eds.), 1975, 349-359.

Lavob, W.

- 1970 - "The Study of Language in its Social Context", in *Studium Generale*, 23, 30-87.

Lagane, R.

- 1967 - "Les verbes symétriques: économie morpho-syntaxique et différenciation sémantique", in *Cahiers de Lexicologie*, I, 21-30.

Lakoff, G.

- 1968 - *Pronouns and reference*. (The Linguistic Club, Indiana University, Bloomington).

Lakoff, R.

- 1971 - "If's, and's and but's about Conjunction", in Fillmore/Langendoen (eds.). *Studies in Linguistic Semantics*, N. York, 115-50.

Lang, E.

- 1973 - Studien zur Semantik der Koordinativen Vernüpfung. Berlin.

Langue Française,

- 38 (1978 - *Enseignement du récit et cohérence du texte)*;
- 44 (1979 - *Grammaire de phrase et grammaire de discours*). Paris.

Leisi, E.

- 1971 - *Der Wortinhalt. Seine Struktur im Deutschen und Englischen*. Heidelberg.

Leška, O.

- 1966 - "<<Le Centre>> et <<La Périphérie>> des différents niveaux de la structure linguistique", in *Travaux Linguistiques de Prague 2* - Les problèmes du centre et de la périphérie du système de la langue. Paris.

Li, Ch. (ed.)

- 1976 - *Subject and Topic*. New York.

Lipka, L.

- 1972 - *Semantic Structure and Word-formation. Verb-particle Constructions in Contemporary English*. München.

Llorach, A.

- 1968 - "Verbo transitivo, verbo intransitivo y estructura del predicado", in *Archivum*, 18 (agora também em Llorach, 1972).

- 1972 - *Estudios de Gramática Funcional del Español*. Madrid.

Lopes, Óscar,

- 1972 - *Gramática Simbólica do Português - Um Esboço*. Lisboa.

- 1976 - "Necessidade de um Mínimo de Consciência Formal da Língua na Prática Escolar" - in *Actas do I Encontro Nacional para a Investigação e o Ensino do Português* (Ed., Centros de Linguística de Lisboa e Porto).

- 1977 - "Estudo Topológico dos Sistemas dícticos do Português", comunicação ao XV Congresso Internacional de Filologia e Linguística Românicas. Rio de Janeiro.

- 1980 - *Uma Espécie de Música (A Poesia de Eugénio de Andrade) - Três Ensaios*. Lisboa.

Lyons, J.

- 1963 - *Structural Semantics. An Analysis of part of the Vocabulary of Plato*. Oxford.

- 1970 - *Linguistique Générale. Introduction à la Linguistique Théorique*. Paris.

- 1977 - *Semantics*. I e II. London.

Marello, C.

- 1979 - "Text, coherence and lexicon", in Petöfi (ed) 1979, II, 618-633.

Meyer-Herman, R.

- 1976 - "Some topics in the study of referentials in Portuguese" in Schmidt-Radefeldt, J. (ed.) *Readings in Portuguese Linguistics*. Amsterdam, 267-287.

Östman (ed.)

- 1978 - *Reports on Text Linguistics: Cohesion and Semantics*. Åbo.

Palek, B.

- 1968 - *Cross-reference; A Study from Hyper-Syntax*. Praga.

Palkova, Z./Palek, B.

- 1978 - "Functional Sentence Perspective and Textlinguistics" in Dressler, (ed.) 1978, 212-227.

Parret, H.

- 1974 - *Discussing Language*. The Hague/Paris.

Parret, H. et al. (eds.)

- 1980 - *Le langage en contexte. Études Philosophiques et linguistiques de pragmatique*. Amsterdam.

Petöfi, J.S.

- 1978 - *A Few Comments on the Methodology of Text-Theoretical Research*. Universität Bielefeld, Mimeo.

Petöfi, J. (ed.)

- 1979 - *Text VS Sentence. Basic Questions of Text Linguistics*. I, II. Hamburg.

Petöfi, J./Rieser,

- 1976 - "Some Arguments Against Counter Revolution. On Marcello Dascal's and A. Margalit's "A New Revolution' in Linguistics? - 'Text-Grammars' VS 'Sentence-Grammars'", in *Linguistics*, 188, 11-12.

Pottier, B.

- 1959 - "Un élément négligé de la description linguistique: le degré de liaison des morphèmes" - *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica*, I (agora também em Pottier, 1970 a, 69-77).

- 1961 - "Sobre el concepto de verbo auxiliar", *Nueva Revista de Fololog̃ia Hispánica*, IX, 3-4, 325-331 (agora também em Pottier, 1970 a, 194-203).

- 1962 - *Systématique des éléments de relation*. Paris.

- 1963 - *Recherches sur l'analyse sémantique en Linguistique et en Traduction Mécanique*. Nancy.

- 1964 - "Vers une sémantique moderne" in *Travaux de Linguistique et de Littérature*, 2.1. (Strasbourg).

- 1965 - "La definition sémantique dans les dictionnaires", in *Travaux de Linguistique et de Littérature*, 3. 1. (Strasbourg).

- 1967 - *Présentation de la Linguistique. Fondements d'une théorie*. Paris.

Pottier, B.

- 1968 - "L'emploi de la prēposition 'a' devant l'objet en espagnol", in *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*, LXIII, 1.

- 1969 - *Introduction à l'étude des structures grammaticales fondamentales*. Nancy.

- 1970 - "Structures Syntaxiques et unitēs sēmantiques", in *Travaux de Linguistique et de Littérature*, VIII (Strasbourg).

- 1970 a - *Linguística Moderna y Filología Hispánica*. Madrid.

- 1972 - *Introduction à l'étude linguistique de l'espagnol*. Paris.

- 1973 - "Schēmas actanciels et dictionnaire", in *Travaux de Linguistique et de Littérature*, XI, 1. (Strasbourg).

- 1974 - *Linguistique Générale. Théorie et Description*. Paris (tradução e adaptação portuguesa, Rio de Janeiro, 1978.).

- 1974 a - "Micro, meso et macrosēmantique dans l'analyse textuelle" - in *Atti-XIV Congresso Internazionale de Linguistica e Filologia Romanza*, Vol, IV, 363-67. (Napoli, 1976).

- 1976 - "Rēflexion sur la sēmantique", in Pottier (ed.) *Sémantique et Logique*, Paris, 3-11.

- 1976 a - "Thēorie des Cas: Logique et Linguistique", in David, J./Martin, R. (eds.) 1976, 131-140.

Pottier, B.

- 1978 - "Les voix du français. Sémantique et Syntaxe". in *Cahiers de Lexicologie*, XXXIII, II.

- 1978 a - "Organization sémantique de l'article de dictionnaire", in *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*, LXXIII, 1.

- 1979 - *Grammaire de l'Espagnol*. 3e édition corrigée). Paris.

Pottier, B. et al.

- 1975 - *Estruturas linguísticas do Português*. S. Paulo/Rio de Janeiro.

Reiner, E.

- 1978 - *La place de l'adjectif épithète en français. Théories traditionnelles et essai de solution*. Wien.

Reinhart, T.

- 1979 - "Conditions for Text Coherence" - comunicação a *Synopsis 2 - Narrative Theory and Poetica of Fiction* - Tel Aviv.

Ringbom, H. et al., (eds.)

- 1975 - *Style and Text: Studies presented to Nils-Erik Enkvist*. Stockholm.

Robins, R.H.,

- 1971 - *General Linguistics. An Introduction Survey*. London.

Rothemberg, M.

- *Les verbes à la fois transitifs et intransitifs en français contemporain*. Paris.

Sacks/Schegloff/Jefferson

- 1974 - "A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation" in *Language*, 50 696-735.

Saussure, F. de

- 1916 - *Cours de Linguistique Générale*. (ed. crítica apresentada por T. de Mauro, Paris, 1975).

Schmidt, S.

- 1977 - *Teoría del texto*. Madrid. (Tradução do alemão *Textheorie*. Munchen, 1973).

- 1978 - "Some Problems of Communicative Text Theory", in Dressler (ed.) 1978, 47-60.

Scinto, L. F.

- 1977 - "Textual Competence: A Preliminary Analysis of Orally Generated Texts", in *Linguistics*, 194.

Searle, J.

- 1972 - *Les actes de langage*. Paris.

Serbat, G.

- 1981 - *Cas et fonctions*. Paris.

Sgall, P.

- 1979 - "Remarks on Text, Language and Communication", in Petöfi, (ed.), 1979, 89-100.

Spang-Hansen, E.

- 1963 - *Les Prépositions incolores du français moderne*. Copenhague.

Sten, H.

- 1966 - *"Cohésion* et *Décomposition* dans les formes périphrastiques verbales des langues ibéro-romanes"

in *Estudis Romànics* (Barcelona), VIII, 139-146.

Sudnow, D. (ed.)
- 1972 - *Studies in Social Interaction*. N. York.

Tesnière, L.
- 1959 - *Éléments de Syntaxe Structurale*. Paris.

Trier, J.
- 1973 - *Aufzätze und Vorträge zur Wortfeldtheorie*, ed. por A. van der Lee/O. Reichmann. The Hague.

Tyl, Z. (ed.)
- 1970 - *A Tentative Bibliography of Studies in Functional Sentence Perspective*. Prague.

Vasiliu, E.
- 1979 - "On some meanings of 'coherence'", in Petöfi (ed.) 1979, 450-466.

Verschueren, J.
- 1978 - *Pragmatics: An annotated bibliography*. Amsterdam.

- 1980 - "À la recherche d'une pragmatique unifiée", in *Communications*, 32, 274-284.

Vilela, M.
- 1980 - *O léxico da simpatia*. Estudo sobre o campo lexical da determinação substantiva de simpatia humana e social (1850/1900) e respectivo contexto cultural. Porto.

Vuchinich, S.
- 1977 - "Elements of Cohesion Between Turns in Ordinary Conversation" - in *Semiotica*, 20, 229-257.

Waterhouse, V.

- 1963 - "Independent and dependent sentences", in *International Journal of American Linguistics*, 29, 45--54.

Weinreich, U.

- 1966/72 - "Explorations in Semantic Theory", in Sebeok (ed.), *Current Trends in Linguistics*, III. La Haye (agora também ed. por Lavob, 1972 - La Haye).

Weinrich, H.

- 1971 - "The Textual Function of the French Article" in Chatman, S. (ed.) *Literary Style: A Symposium*. London, 221-240.

- 1973 - *Le temps*. Paris (tradução do alemão *Tempus*, 1964).

Werlich, E.

- 1976 - *A Text Grammar of English*. Heidelberg, 1975.

Widdowson, H.G.

- 1973 - "Directions in the Teaching of Discourse", in Corder/Roulet, (eds.) *Theoretical Linguistic Models in Applied Linguistics*. Bruxelas/Paris (66-76).

- 1978 - *Teaching Language as Communication*. Oxford.

Wilson, D./Sperber, D.

- 1979 - "Remarques sur l'interprétation des énoncés selon Paul Grice", in *Communications*, 30, 80-94.

Winburne, J.N.

- 1964 - "Sentence Sequence in Discourse", in Lunt (ed.) *Proceedings of the 9th. International Congress of Linguists*. The Hague - 1094-1098.

Wolf, E. M.

- 1978 - *Grammatica i semantika prilagátel'noga, na materiale ibero-romanskikh iazýkov*. Moscovo (tradução portuguesa a sair em breve).

INDICE

PLANO GLOBAL 1

INTRODUÇÃO 2

PRIMEIRA PARTE

A NOÇÃO DE COESÃO 13

1. Coesão 15

2. Coerência 38

3. Coerência vs coesão; coerência e coesão 88

4. Coesão e nível de estruturação linguística 90

5. Nota sobre a "coesão" da lexia 93

6. Centro e Periferia na estruturação dos signos extensos 97

NOTAS 101

SEGUNDA PARTE

COESÃO AO NÍVEL DA MICROSINTAGMÁTICA 118

CAPÍTULO 1

A COESÃO DO SINTAGMA NOMINAL 119

1. Preliminares 122

1.1. A estrutura geral do SN 122

1.2. A estrutura geral do FA 122

1.3. Construção atributiva e construção apositiva do FA no interior do SN 124

1.4. A função semântica do FA no SN 125

1.5. Observações finais sobre a estrutura geral do SN 126

2. A coesão do SN 128

2.1. Estruturação homogénea e estruturação heterogénea do SN 128

2.2. A estruturação homogénea do SN 131

2.2.1. Incidência directa e integração do FA 131

2.2.2. Dependência-continuidade semânticas 137

2.2.2.1. Dependência semântica 137

2.2.2.2. Continuidade semântica 141

2.2.2.3. Dependência-continuidade semânticas e "adjectivação obrigatória" 145

2.2.2.4. Dependência-continuidade semânticas e integração do FA 147

2.2.3. Interdependências entre aspectos construcionais, e entre estes e a função semântica do FA 148

2.2.3.1. Interdependências entre aspectos construcionais 148

2.2.3.2. Interdependências entre aspectos construcionais e a função semântica do FA 149

2.2.3.3. Função semântica, posição e integração do FA 151

2.2.3.4. Quadro geral das interdependências projectadas na estruturação homogénea do SN 152

2.3. A estruturação heterogénea do SN 154

2.3.1. A incidência indirecta do FA 154

2.3.1.1. Incidência indirecta simples e incidência indirecta dupla do FA 154

A. A incidência indirecta simples do FA 156

A.1. Incidência indirecta simples de FA_{NAT} 156

A.2. Incidência indirecta simples de FA_{TR} 158

1. Incidência simples mediatizada por relator 158

2. Incidência simples mediatizada por demarcador fónico 159

3. Incidência simples mediatizada por demarcador fónico x relator 160

B. A incidência indirecta dupla do FA 160

2.3.2. Incidência indirecta e integração do FA 164

2.3.3. Dependência-continuidade semânticas na estruturação heterogénea do SN 168

2.3.4. Interdependências entre aspectos construcionais, e entre estes e a função semântica do FA na estruturação heterogénea do SN ... 170

3. A coesão do SN: conclusão 172

NOTAS 174

CAPÍTULO 2

A COESÃO DO SINTAGMA VERBAL 177

1. Apresentação do SV 179

2. Tipologia funcional básica da lexia verbal 179

2.1. Verbos absolutos 179

2.2. Verbos auxiliares 180

2.2.1. Auxiliares do Predicado (W_P) 180

2.2.2. Auxiliares adjuntos 195

a. Auxiliares de desenvolvimento (W_D) 196

b. Auxiliares de modalidade (W_M) 199

3. A estrutura geral do SV 202

4. O semantismo da unidade lexical verbal 206

5. A zona de transitividade da lexia verbal. A noção de transitividade 246

6. A coesão do SN 255

6.1. A coesão do complexo GW x V 255

6.2. A coesão do complexo V x Adjectivadores 260

6.3. A coesão do complexo V x Complementadores integrativos 272

6.3.1. Graus de transitividade de V e coesão do SV 273

6.3.1.1. A complementação na zona de transitividade forte 273

6.3.1.1.1. A complementação objectiva de V 274

A. O complementador O_1 274

B. Os complementadores O_2, O_n 289

6.3.1.1.2. A complementação circunstancial de V 301

A. Verbos (transitivos) locativos 304

B. Verbos (transitivos) objectivo-locativos 311

6.3.1.1.3. Zona de transição entre a complementação integrativa e a não integrativa e entre a complementação objectiva e a circunstancial 318

6.3.1.2. A complementação na zona de transitividade fraca de V 321

6.3.2. A coesão do SV centrado sobre verbo transitivo objectivo predicativo 327

7. Graus de coesão do SV 347

NOTAS 349

TERCEIRA PARTE

COESÃO AO NÍVEL DA MESOSINTAGMÁTICA 373

A COESÃO DO ENUNCIADO 374

1. A estrutura geral do EN 375

2. A centralidade da lexia verbal no EN 377

3. A coesão do EN simples 392

4. A coesão do Núcleo centrado sobre verbo absoluto 392

5. A coesão do Núcleo em que opera um auxiliar do Predicado 409

6. Graus de coesão do EN 420

NOTAS 422

QUARTA PARTE

A COESÃO AO NÍVEL DA MACROSINTAGMÁTICA 429

ANEXO: TEXTO A 430

A COESÃO DO TEXTO 432

1. Preliminares 434

2. A coesão do Texto A

I. Nexos coesivos ao nível dos ENs 440

EN_1 440

EN_2 451

EN_3 459

EN_4 465

EN_5 471

EN_6 475

EN_7 478

EN_8 482

EN_9 484

EN_{10} 489

2. A coesão do Texto A

II. Coesão inter-ENs 493

1. Observações introdutórias 493

2. Análise da coesão inter-ENs do Texto A 494

3. Observações finais à análise da coesão inter-ENs do Texto A 517

2. A coesão do Texto A

III. A coesão global 522

1. O esquema lógico-conceptual que suporta globalmente o Texto A 522

2. O recorte de pólos de informação, e suas relações, que organizam o Texto A 523

3. A relação Título x Texto 526

4. A omnipresença de Eanes como referente central do Texto A 529

5. A recorrência insistente de esquemas semântico-sintácticos. A proeminência do esquema | A <apoiar> B <Razão> B ∿ X | EQUAT. 531

6. Sequências Textuais e suas articulações..... 536

1. As sequências Textuais 536

1.1. ST_1 536

1.2. ST_2 537

1.3. ST_3 538

1.4. ST_4 541

2. As articulações entre as STs 541

7. O Texto A como texto argumentativo-persuasivo. A configuração de um acto de persuasão 544

8. A omnipresença do Locutor no seu discurso. A formulação modal de declaração no Texto A. A interlocução no Texto A 554

9. O recorte de domínios temáticos no Texto A 558

10. O semantismo de apoiar e a coesão global do Texto A 560

CONCLUSÃO 566

BIBLIOGRAFIA 574